

XII CONGRESSO INTERNACIONAL DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA
TRANS-HOMOCULTURA



BRASÍLIA
25-30 NOV 2025



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA TRANS-HOMOCULTURA



GESTÃO 2023-2025

PRESIDÊNCIA

ALEXANDRE BORTOLINI (USP)

DIRETORIA

1ª SECRETÁRIA EXECUTIVA

BRUNA ANDRADE IRINEU (UFMT)

2ª SECRETÁRIA EXECUTIVA

LINO GABRIEL NASCIMENTO DOS SANTOS (IFSC)

1ª SECRETÁRIA FINANCEIRA

VALDENÍZIA BENTO PEIXOTO (UNB)

2ª SECRETÁRIA FINANCEIRA

MILENA CARLOS DE LACERDA (UERJ)

1ª SECRETÁRIO JURÍDICO

LUCAS BULGARELLI (USP)

2ª SECRETÁRIO JURÍDICO

THIAGO BARCELOS SOLIVA (UFSB)

CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

CELLO LATINI PFEIL (UFRJ)

SAMILO TAKARA (UNIR)

DJONATAN KAIC RIBEIRO DE SOUZA (UNB)

CLÁUDIA REIS DOS SANTOS (CP2/UNIRIO)

VÉRCIO GONÇALVES CONCEIÇÃO (UNEB)

CAIA MARIA COELHO (PESQUISADORA INDEPENDENTE)

DRI AZEVEDO (PUC-RIO)

CONSELHO FISCAL

LEONARDO MORJAN BRITTO PEÇANHA (FIOCRUZ)

PAULA REGINA COSTA RIBEIRO (FURG)

JACQUELINE GOMES DE JESUS (IFRJ/FIOCRUZ)

JACQUELINE MORAES TEIXEIRA (UNB)

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE (UFJF)

Fundada em 2001, a Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura é uma associação científica de âmbito nacional, sem fins econômicos, que reúne mais de 1.000 pesquisadores LGBTQIA+ e aliadas, atuantes em instituições públicas, privadas e independentes, que investigam as múltiplas dinâmicas envolvidas na produção social do gênero e da sexualidade, a partir de uma perspectiva interseccional, e com especial atenção aos conhecimentos produzidos por e com os sujeitos que habitam o espaço (ao mesmo tempo desafiador e potente) das dissidências sexuais e de gênero. A atual gestão da ABETH, sediada em Brasília, é composta por profissionais vinculados a algumas das mais importantes instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

Longe de ser uma instituição cerrada nos muros do academicismo, a ABETH é um espaço vivo de interlocução entre a produção científica, os movimentos sociais e instituições governamentais, atuando diretamente na construção de políticas públicas para pessoas LGBTQIA+. Nos últimos 20 anos a ABETH realizou diversos eventos locais e mais de 10 encontros internacionais envolvendo instituições de pesquisa, organizações sociais e poder público. Desde 2018, a ABETH edita a Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, hoje um dos mais relevantes periódicos do campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, além de apoiar a publicação de livros e a oferta de cursos voltados ao público não especializado. Desde sua fundação, a ABETH integra conselhos de direitos, conferências regionais e nacionais e tem dado contribuição importante na recente retomada dos mecanismos de participação social.

Através da defesa da liberdade de produção e circulação de conhecimento, da ciência como fundamento para as políticas públicas, da laicidade do Estado e da autodeterminação dos corpos e das identidades, a ABETH dá sua contribuição não só para a promoção dos direitos de pessoas LGBTQIA+, mas para a construção e consolidação da própria democracia brasileira.

ABERTURA



25 DE NOVEMBRO

16H A 18H

CREDENCIAMENTO

AUDITÓRIO DO MUSEU NACIONAL DA REPÚBLICA

ATENÇÃO: O CREDENCIAMENTO CONTINUARÁ SENDO REALIZADO ENTRE OS DIAS 26 E 28 DE NOVEMBRO, DURANTE AS ATIVIDADES DO CONGRESSO

18H A 21H

ABERTURA

AUDITÓRIO DO MUSEU NACIONAL DA REPÚBLICA

21H A 21H30

COQUETEL

HALL DO MUSEU NACIONAL DA REPÚBLICA

MESAS REDONDAS E LANÇAMENTOS DE LIVROS



26 DE NOVEMBRO
9H A 11H30

SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBTIA+: SOFRIMENTO, EXISTÊNCIA E CUIDADO NAS DISSIDÊNCIAS EM SEXUALIDADE E GÊNERO

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE, JAQUELINE GOMES DE
JESUS, FELIPE DE BAÉRE CAVALCANTI D'ALBUQUERQUE,
CARLA ISADORA CANTO

Pensar sobre a saúde mental das pessoas das dissidências em sexualidade e gênero, implicadas na rede de atenção psicossocial da política pública de saúde mental no Brasil, na perspectiva da reforma psiquiátrica antimanicomial, é tomar os modos singulares de subjetivação e os agenciamentos coletivos de existência em ser lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, transgênero, intersexo, assexual e mais (LGBTIA+) e a LGBTIAfobia como determinação social e histórica do processo de saúde e sofrimento mental. Assim, a mesa "saúde mental da população LGBTIA+: sofrimento, existência e cuidado nas dissidências em sexualidade e gênero", tem por objetivo problematizar, em uma perspectiva crítica, os dados e as análises produzidas a partir das experiências clínicas e de pesquisas das pessoas que propõem tal mesa, ao tomar suas expertises e seus cotidianos profissionais e institucionais. Portanto, a partir de uma abordagem ético-política e crítica comprometida e implicada com as dissidências em sexualidade e gênero, toma-se o desafio de construir um diálogo teórico, metodológico e epistêmico, entre integrantes da mesa e o público, diante da ausência e invisibilidade do tema no campo profissional e político da saúde mental e atenção psicossocial. Contudo, a ruptura com a patologização e a psiquiatrização que historicamente os sujeitos das dissidências em sexualidade e gênero foram tratados, seguindo o receituário da ordem médica, como os enclausuramentos, os eletrochoques, as lobotomias etc. vem se reatualizando com o conservadorismo presente e seus discursos de ódio, com a propagação da "cura gay", das terapias de reversão e os aniquilamentos das subjetividades pelos métodos da conversão em um sistema de fé alienante e alienado. Diante de uma sociedade LGBTIAfóbica e as lacunas das instituições de cuidado em saúde mental para os sujeitos LGBTIA+, observa-se o aumento de sofrimentos psicossociais, como ansiedade, depressão, ideação suicida e os diversos usos de drogas. Este é o cenário que se pretende abordar, apresentando diferentes olhares e afirmando o lugar de sujeitos das dissidências em sexualidade e gênero.

LANÇAMENTO DE LIVROS

THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF THE BIOPOLITICAL GOVERNANCE IN THE HIV EPIDEMIC

JOSÉ AUGUSTO SIMÕES DE MIRANDA

LIVRO PATERNIDADE TRANS E MATERNIDADES ESTIGMATIZADAS

BRUNA MENDES ROZA RODRIGUES, ANA CRISTINA BARROS
DA CUNHA, LUCIANA MORAIS FERREIRA, CAROLINA ALVES
FERREIRA

NAS ESQUINAS DO CUIDADO: BRENDA LEE E A REDUÇÃO DE DANOS

JULIA PEREIRA BUENO

SAÚDE MENTAL, DROGAS E INTERSECCIONALIDADES: IMPLICAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEMPORÂNEO

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE

MEMÓRIA E VERDADE LGBTQIA+ NO BRASIL: DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO À REPARAÇÃO HISTÓRICA

RENAN HONÓRIO QUINALHA, BRUNA ANDRADE IRINEU,
CAIA MARIA COELHO, INÁCIO DOS SANTOS SALDANHA,
JAMES GREEN

A história do Brasil colonial já revela a existência de sujeitos dissidentes da normatividade de gênero e sexualidade, como Tibira, Xica Manicongo e Felipa de Sousa (Mott, 1987; Jesus, 2019), cujas vidas foram marcadas pela violência colonial e por tentativas sistemáticas de apagamento histórico. A consolidação do projeto de nação moderna foi atravessada por ideais de branqueamento e pelo culto à masculinidade viril, operando uma normatização racial e sexual dos corpos (Schwarcz, 1993). Durante a ditadura civil-militar (1964-1988), a política sexual do regime intensificou a repressão a corpos dissidentes por meio de um aparato estatal voltado à regulação de desejos, identidades e práticas (Green; Quinalha, 2014), evidenciando que a violência de Estado também se expressa na dimensão sexual e de gênero. Nas últimas décadas, têm ganhado destaque os estudos que articulam memória e violência na luta por direitos LGBTQIA+ (Facchini, 2011), indicando o papel estruturante da violência arquivística na produção histórica da LGBTifobia de Estado (Irineu, 2023). Em resposta a esse apagamento sistemático, multiplicam-se iniciativas de reconstrução da memória LGBTQIA+, sobretudo por meio da criação de arquivos e museus digitais que reivindicam o direito à história, à existência e à dignidade (Bourcier, 2021). A noção de "arquivos vivos" emerge, assim, como estratégia política para fissurar a história oficial e tensionar os limites impostos pelo esquecimento estatal. É nesse contexto que a criação do Grupo de Trabalho Memória e Verdade LGBTQIA+, pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em 2023, constitui um marco histórico sem precedentes. Pela primeira vez, o Estado brasileiro se compromete institucionalmente com a recuperação da memória LGBTQIA+, reconhecendo-a como parte integrante da história nacional e como instrumento de reparação histórica diante das múltiplas formas de violência, exclusão e silenciamento. Esta Mesa busca analisar a trajetória das disputas por memória e visibilidade LGBTQIA+ desde as Comissões da Verdade até a constituição do GT em 2023. Ao fazê-la, propõe-se a examinar os deslocamentos conceituais da justiça de transição para uma política de reparação histórica voltada à população LGBTQIA+, contribuindo para o aprofundamento dos debates sobre memória, justiça e cidadania sexual no Brasil contemporâneo. O relatório do GT assume o desafio de recompor a história LGBTQIA+ considerando os processos de invisibilização de corpos trans (Martins; Coelho, 2022), intersexo (Vieira, 2023) e das monodissidências (Saldanha, 2024), e de conectar sujeitos políticos distintos, cujo alinhamento é a violência em suas fronteiras com a memória e os direitos.

LANÇAMENTO DE LIVROS

DESEJOS EM REVOLUÇÃO: HOMOSSEXUALIDADES E MUDANÇAS POLÍTICAS

JAMES GREEN

ESCRITOS DE UM VIADO VERMELHO: POÍTICA, CULTURA E SOLIDARIDADE

JAMES GREEN

PERDAS E ACÚMULOS

NOAH CIDREIRA RIBEIRO

IDENTIDADES TRANS EM CANDOMBLÉS ENTRE ACEITAÇÕES E REJEIÇÕES

CLAUDENILSON DA SILVA DIAS

MASCULINIDADES NA CONTEMPORANEIDADE: DA (DES)CONSTRUÇÃO NAS ESCOLAS À PARENTALIDADE

LEANDRO TEOFILO DE BRITO, IVANILDO AMARO DE ARAUJO,
SAULO XAVIER DE BRITO AMORIM, PAULO MELGAÇO

Propomos nesta mesa redonda dois eixos que focalizam o debate contemporâneo sobre a temática das masculinidades: a desconstrução da masculinidade tóxica nas

escolas e os desafios da parentalidade masculina diante da diferença. Utilizando o método cartográfico, propõe-se discutir duas ações de extensão que se voltam ao desenvolvimento de intervenções e rodas de conversas sobre masculinidades nas escolas. Nesse sentido, os projetos de extensão buscaram tensionar sentidos que produzem masculinidades violentas, debatendo processos que permitam transformar a escola num lugar de acolhimento, de compreensão das diversas concepções sobre "ser homem" e de questionamento dos padrões tóxicos de masculinidades impostos social e culturalmente numa sociedade machista e misógina. O segundo eixo, busca discutir como pais e homens que pretendem paterno lidar com as dissidências de gênero e sexualidade em crianças e adolescentes, destacando que o planejamento e a formação das parentalidades precisam estar atentas à imprevisibilidade das infâncias, para romper com ciclos de reprodução de violências simbólicas. Nesse contexto, apostamos na importância do debate sobre as masculinidades na contemporaneidade reconhecendo não só os modos outros de "ser homem", mas também o engajamento nas disputas em torno dos sentidos do masculino na sociedade.

LANÇAMENTO DE LIVROS

DEPOIS DO OUTONO

ENAYTON LUCAS PERASSOLI SILVEIRA

ADOLESCÊNCIAS TRANS: NARRATIVAS DE DIVERSIDADE, ACOLHIMENTO E EXCLUSÃO

VINICIUS DE OLIVEIRA MOTA

A PISTA DE DANÇA QUE HÁ EM NÓS: FESTAS, CORPOS E NOITES

DENILSON LOPES, RIBAMAR OLIVEIRA, LUIZ FERNANDO WLIAN

Podem afetos e sensações contar uma história queer por meio do corpo que faz festa? A partir dessa questão, propomos esta mesa redonda como forma de encontro, estar junto na e depois da pista de dança, sobretudo, no sentido de tocar em debates transversais da teoria queer e da arte LGBTQIAPN+ pelo olhar comunicacional. Dessa forma, buscamos dialogar pesquisas em andamento ou finalizadas que trabalhem com o sensorial da festa, do corpo e da noite, tendo em vista esse espaço festivo não apenas como sociabilidade, mas modo estético de vida e diante de uma sensibilidade queer. Acreditamos que a festa e a dança podem ser locus de alegria e de uma alegria especificamente queer, animada por corpos dissidentes cujas capacidades aumentam a partir de sua própria dissidência, como uma música que amplia o corpo que dança. Festas como o carnaval, a disco, os bailes dos anos 70: elas poderiam ser lidas pela chave da alegria? Ou, mesmo, de uma alegria queer? Estariam essas festas numa genealogia da alegria na cultura brasileira? Por isso, tentamos dialogar produtos culturais, midiáticos e artísticos por meio da categoria da festa, reunindo obras e eventos que façam da noite mais uma lembrança (Lopes, 1999), seja pelo after ou pela ressaca. Filmes como A Lira do Delírio (Walter Lima Jr., 1978) são exemplos de um continuum entre uma alegria carnavalesca, intensa, prestes a acabar, e uma melancolia que acomete os personagens depois. Imagens como essas podem trazer pistas de dança como experiência queer, tanto as que dançamos como as que ainda vamos dançar.

LANÇAMENTO DE LIVROS

LINGUÍSTICA QUEER

IRAN FERREIRA DE MELO

ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE V. 2

HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA

TRANSCRITOS

JOCY MENESES DOS SANTOS JUNIOR

27 DE NOVEMBRO
9H A 11H30

EDUCAÇÃO CONTRA O FASCISMO

ALEXANDRE BORTOLINI, ALEXSANDRO RODRIGUES,
CLAUDIA REIS DOS SANTOS, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO,
MARIA CLARA ARAÚJO

Nos últimos anos a Educação segue sendo espaço estratégico onde a democracia brasileira tem sido ameaçada, disputada e reconstruída. E o debate sobre gênero e sexualidade na educação figura como um dos pontos nevrálgicos onde esses embates acontecem. Essa mesa propõe um debate sobre como confrontar movimentos reacionários nas políticas educacionais e nos cotidianos escolares. Diferente daqueles que interpretam as disputas relacionadas a gênero e sexualidade como temas periféricos, questões colaterais que viriam à luz em episódios de crise política para funcionar apenas como uma "cortina de fumaça", o que debatemos é justamente o contrário: as mudanças nas relações de gênero e nas regulações da sexualidade são parte integrante na transformação (ou restauração) de regimes políticos, culturais e econômicos. Se o sistema de gênero é organizador das nossas práticas sociais, se está historicamente implicado nos modos como se representa e exerce o poder na nossa sociedade, a forma como organizamos nossas relações de gênero tem implicações em uma variada gama de relações sociais e para a nossa própria ordem política..

LANÇAMENTO DE LIVROS

É PRA FALAR DE GÊNERO SIM!

ALEXANDRE BORTOLINI

SOBREVIVI PARA CONTAR: NARRATIVAS TRANSVESTIGENERES NA EJAI

DAYANNA LOUISE LEANDRO DOS SANTOS

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA DOCÊNCIA: MORAL, HIERARQUIA E PODER NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

CATARINA DALLAPICULA

RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE: DISPUTAS E TENSIONAMENTOS A PARTIR DA CRÍTICA MARXISTA

KAIC RIBEIRO, LEONARDO DIAS ALVES, RAYANE NORONHA OLIVEIRA, MILENA LACERDA

O objetivo é promover discussões teórico-políticas sobre as disputas e tensionamentos entre as perspectivas hegemônicas nos estudos sobre gênero, sexualidade e raça e a teoria marxista, considerando o neoconservadorismo anti-gênero sobre as pessoas dissidentes à cisheteronormatividade e população negra, relacionado ao avanço extrema-direita e ao aviltamento das condições de reprodução social da classe trabalhadora. Nesse sentido, é necessário analisar se as teorias sociais em disputa desenvolvem uma apreensão crítica da realidade, tendo como horizonte uma práxis que dispute um projeto de sociedade anticapitalista livre da opressão de gênero, raça e sexualidade. Essa mesa é composta por docentes do Serviço Social, que desenvolvem pesquisas a partir do campo plural que envolve as bases históricas e teóricas do desenvolvimento epistemológico em torno da raça, do gênero e da sexualidade.

LANÇAMENTO DE LIVROS

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO & MARXISMO

BRUNA ANDRADE IRINEU, GUILHERME FERREIRA

FEMINISMOS, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES: RETRATOS DE PESQUISA, EXTENSÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

BRUNA ANDRADE IRINEU, IVNA DE OLIVEIRA NUNES,
MERCIA LÚCIA GONÇALVES VASCONCELOS, BRUNA GOMES,
THIAGO DIOGO VÉRAS

FEMINISMOS E NEOLIBERALISMO: REFLEXÕES SOBRE EMPREENDEDORISMO, MERCANTILIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

MATEUS DE MELO ALBUQUERQUE

DIREITOS LGBTI NO BRASIL: NOVAS GUERRAS SEXUAIS NAS RUÍNAS DO NEOLIBERALISMO

BRENDHON ANDRADE OLIVEIRA

DIVERSIDADE SEXUAL E SERVIÇO SOCIAL: (IN)VISIBILIDADES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

JAQUELINE DE MELO BARROS

FEMINISMOS, INTERSECCIONALIDADES E SERVIÇO SOCIAL

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE

PSICANÁLISE, INDETERMINAÇÃO E AFETOS VIADOS

DANIEL KVELLER, MARCELO BRANQUINHO MASSUCATTO
RESENDE, ALEXANDRE NUNES DE SOUSA

Os trabalhos desta mesa articulam o campo psicanalítico e os estudos queer para examinar as consequências e implicações radicais da experiência de indeterminação, especialmente no que tange ao gênero e à sexualidade. Destaca-se a problematização das políticas de reconhecimento, com suas possibilidades e limites, tanto conceituais quanto políticos; os limiares entre prazer e gozo sob a sombra da violência; e as relações entre luto, amor e desejo nos avessos da heteronormatividade. De modo geral, busca-se apontar novos campos de investigação na interface entre psicanálise e teoria queer, indo além do já exaustivamente debatido tema da diferença sexual.

LANÇAMENTO DE LIVROS

O MINERAL DAS PALAVRAS

JERÔNIMO VIEIRA DE LIMA SILVA

NEGRO E GAY: DO FETICHE A DISCRIMINAÇÃO

TIAGO DAMASCENO PEREIRA

RESPONSÓRIO

OLIMPIA DE LAS VÁRZEAS

PRESENÇAS E AUSÊNCIAS LGBTIAPN+: DA HISTÓRICA INVISIBILIDADE À PRESENÇA NOS ESPAÇOS DE PODER E NA BUROCRACIA PÚBLICA

IVANILDA MARIA FIGUEIREDO DE LYRA FERREIRA, ANA MÍRIA
CARINHANHA, LARISSE RAQUEL DE JESUS LOPES, MARIA
EDUARDA KRASNY DE SOUZA DA SILVA, TÉDNEY MOREIRA
DA SILVA

Não há luta na alcova, nem pressão no silêncio. O aumento da cidadania LGBTIAPN+ é proporcional a sua maior presença pública. Esta visibilidade, por outro lado, ativa uma reação conservadora brutal. Neste contexto, é essencial unir os dois

pontos desta equação, olhando para os espaços de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), onde as grandes decisões são tomadas, e também para a burocracia administrativa, onde as políticas públicas são formuladas e executadas. As violências físicas e psicológicas, as diversas pressões do meio social, inclusive no mundo do trabalho com a descriminalização e até a demissão de pessoas pelo simples fato de serem LGBTIAPN+ são marcas persistentes. Em cargos eletivos, o risco de não obter os votos necessários gerou (e ainda gera) uma performance pública adequada a cisheteronormatividade com a existência LGBTIAPN+ vivida apenas no âmbito privado. As instituições do Estado são espaços de disputas e de lutas sociais. Sua composição, portanto, é capaz de definir, sim, os rumos das políticas públicas. Nos estudos sobre a burocracia representativa, se entende que a formulação e execução de políticas públicas não se opera de forma neutra. Perspectivas de gênero, raça e sexualidade podem ser ressaltadas ou encobertas a depender da composição das instituições. Nos espaços de poder - Executivo, Legislativo e Sistema de Justiça - a pressão sobre líderes fez com que permanêssemos sem exemplos históricos da presença LGBTIAPN+. A eleição de líderes com esta plataforma, por outro lado, traz os benefícios da representatividade mais ativa e o desejo de retorno ao passado dos conservadores. Diante desta realidade, esta mesa redonda pretende, a partir dos estudos e vivências de cada um de seus participantes, gerar um debate sobre presença parlamentar de mulheres lésbicas e trans, o papel da burocracia representativa no Executivo Federal, a importância da representatividade perante o Judiciário e a presença LGBTIAPN+ no ambiente acadêmico.

LANÇAMENTO DE LIVROS

DIREITOS HUMANOS ANTIGÊNERO: A RACIONALIDADE JURÍDICA DO GOVERNO BOLSONARO NAS POLÍTICAS LGBTI+ (2019-2022)

GUSTAVO MIRANDA COUTINHO

28 DE NOVEMBRO
9H A 11H30

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS LGBTQIA+ NO BRASIL? AVANÇOS E DESAFIOS

JOÃO VITOR RODRIGUES GONÇALVES, JAQUELINE GOMES
DE JESUS, ANDREY ROOSEWELT CHAGAS LEMOS, BRUNA
ANDRADE IRINEU, ALEXANDRE BORTOLINI

Apesar da recente reconfiguração do cenário político do governo federal, supostamente alinhado a pautas progressistas importantes, Estados e municípios brasileiros têm demonstrado, de modo evidente, uma notória e ampla adesão a quadros políticos conservadores alinhados a partidos políticos orientados ideologicamente à direita e à extrema direita. Diante desse fenômeno recente, debates emergentes sobre a retirada de direitos, somado ao interesse pelo desmonte de políticas públicas direcionadas às pessoas LGBTQIA+, têm se tornado uma pauta de interesse comum do Congresso Nacional e de boa parte de parlamentares, prefeitos e lideranças políticas dos Estados e municípios brasileiros. Esse contexto de recorrente instabilidade do cenário político nacional, somado ao aumento ininterrupto de casos de homo-transfobia e de episódios de discriminação e preconceito em todo país, tem se tornado um objeto de relativo interesse de pesquisadores e estudiosos interessados em investigar o panorama das políticas públicas para LGBTQIA+ no Brasil. Ainda assim, é possível observar uma notória escassez de estudos e pesquisas teórico-empíricas empenhadas em analisar com prudência de detalhes, de maneira crítica e contundente, questões relacionadas ao funcionamento e os resultados das raras políticas, programas, ações e projetos propostos, implementados ou descontinuados pelo governo federal, bem como por Estados e municípios. Ao reconhecer a expressiva escassez de trabalhos relacionados a temática, essa mesa tem por objetivo a análise das políticas públicas para pessoas LGBTQIA+ nas mais diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social, qualificação profissional, cultura e lazer, acolhimento e demais temas correlatos.

LANÇAMENTO DE LIVROS

POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT E CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL

CLEYTON FEITOSA PEREIRA

AS ARMAS DA CISNORMATIVIDADE CONTRA A LINGUAGEM NÃO BINÁRIA NO BRASIL

URSULA BOREAL LOPES BREVILHERI

PROFECIAS TRANSVIADAS: A DIVERSIDADE VOS LIBERTARÁ

TONY GIGLIOTTI BEZERRA

PERSPECTIVAS BISSEXUAIS: CORPORALIDADES, PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E RESISTÊNCIAS

FELIPE DE BAËRE CAVALCANTI D'ALBUQUERQUE, IRIANE DU AGUIAR LEME, JAMILIE SANTOS DE SOUZA, FERNANDA SANTOS ROSSI, THAÍS DE CASTRO JURY ARNOUD

Nesta mesa a bissexualidade será discutida a partir de suas diversas elaborações corporais, estéticas e de resistência, tendo como base as próprias epistemologias bissexuais que vêm sendo acionadas em pesquisas contemporâneas brasileiras. Imagens de si, imagens do outro, representações ficcionais, artísticas, históricas: quais são as perspectivas bissexuais e suas potencialidades? Como se manifestam as corporalidades deste grupo e se constroem as subjetivações e possíveis resistências? Com pesquisadoras de diversas áreas, todas elaborando reflexões em torno de como a bissexualidade se vê, é vista, se representa e subjetiva-se, e como essas perspectivas elaboram fenômenos psicológicos e políticos. Os objetivos, portanto, são: discutir imagens da bissexualidade por uma perspectiva interdisciplinar; apresentar um panorama entre história da arte, ficção, moda e psicologia; focar nos sentidos positivos de subjetivação e resistência; elaborar um diálogo que sintetize um percurso histórico e sinalize discussões futuras. As pessoas participantes das mesas pincelarão suas pesquisas, que atravessam os temas da bissexualidade, arte, estéticas corporais e psicologia, com o intuito de costurar uma conversa localizada nos contextos atuais e, enfim, projetar coletivamente cenários possíveis. Em resumo, a abordagem consiste em discutir questões artísticas, psicológicas e políticas por meio do prisma da bissexualidade.

LANÇAMENTO DE LIVROS

ENSINAR FEMINISMOS: TEXTOS INTRODUTÓRIOS AOS ESTUDOS DE GÊNERO

BRUNA MENDES DE VASCONCELLOS, ALBERTO E F CANSECO, LETICIA FERREIRA SANTOS, RENA DE PAULA OROFINO

SOLDADURA POÉTICA (OU DOS OUTROS DESLOCAMENTOS DO CORPO)

MARIA DA GLÓRIA DE CASTRO AZEVEDO

SAÚDE TRANSMASCULINA: ACOLHIMENTO, CUIDADO E ASSISTÊNCIA

LEONARDO MORJAN BRITTO PEÇANHA, EDU TURTE CAVADINHA, LUKE RIBEIRO MAZZEI FRANÇA BARROS

A mesa tem por objetivo viabilizar dentro das áreas de Psicologia, Enfermagem e Educação Física possibilidades de cuidado e bem viver para homens trans e pessoas transmasculinas, pensando na saúde física mas com foco na saúde mental. Dialogar aspectos do cuidado em saúde transmasculina onde as três áreas podem contribuir para minimizar questões de saúde mental que as transmasculinidades podem passar em seu cotidiano. Cada integrante da mesa irá se apresentar e fazer

uma fala com aspectos relativos à sua área de formação com foco na saúde transmasculina.

LANÇAMENTO DE LIVROS

TRANSGENERIDADE E ESPORTES - PARA ALÉM DO CISSEXISMO

LEONARDO MORJAN BRITTO PEÇANHA

DIREITO LGBTI+: JUSTIÇA PARA QUEM? CONQUISTAS, SILÊNCIOS E RESISTÊNCIA

JONATHAN MACHADO DOMINGUES, DOUGLAS VERBICARO, MATHEUS REUTER SENA

A presente mesa-redonda tem como tema central a análise crítica do Direito LGBTI+ no Brasil, com ênfase nas jurisprudências, conquistas normativas e desafios enfrentados pela população sexual e de gênero dissidente na busca pela efetivação de seus direitos fundamentais. O objetivo é discutir, a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial, os limites e alcances do sistema jurídico brasileiro na promoção da justiça social, considerando ainda os impactos do racismo algorítmico como nova forma de exclusão e vigilância que afeta corpos historicamente marginalizados. A abordagem da mesa articula pesquisa acadêmica, experiência docente, atuação institucional e militância jurídica, promovendo um diálogo qualificado entre produção de conhecimento, vivência e práxis política. Dr. Douglas Verbicaro é pesquisador e professor universitário, atuando como docente na Universidade de Brasília (UnB) e orientador de pesquisas na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Sua contribuição à mesa se ancora em sua produção científica consolidada sobre diversidade, sexualidade e Direito, áreas em que também leciona e orienta, com ênfase na crítica jurídica e nos estudos interdisciplinares. Me. Jonathan Domingues é pesquisador, professor e coordenador do Projeto Direitos Humanos e Educação. Sua participação na mesa se dá pela trajetória consistente na articulação entre teoria crítica e práticas formativas, contribuindo para a ampliação dos debates sobre justiça social e direitos sexuais e reprodutivos. Matheus Reuter é advogado, militante e atual presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB Niterói — a maior Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil. Atua também como coordenador da mentoria da Cadeira de Direito LGBTI+ da OAB/RJ. Sua contribuição à mesa decorre da experiência prática na defesa dos direitos LGBTI+, na formulação de políticas institucionais voltadas à diversidade e na mediação entre os saberes jurídicos e as demandas da sociedade civil. A mesa se propõe, portanto, como espaço de escuta, análise e proposição de caminhos possíveis para o enfrentamento das desigualdades jurídicas e sociais que persistem mesmo diante dos avanços normativos, reafirmando a centralidade da resistência política e do engajamento acadêmico na consolidação de um Direito verdadeiramente plural, inclusivo e comprometido com os Direitos Humanos.

LANÇAMENTO DE LIVROS

GÊNERO E SEXUALIDADE PARA OPERADORES DO DIREITO

CAIO BENEVIDES PEDRA, LUIZA COTTA PIMENTA

“MINAS É MUITAS”: DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO POR JURISTAS MINEIROS

CAIO BENEVIDES PEDRA, EMMANUELLE ROSA

RODAS DE CONVERSA



26 DE NOVEMBRO

12H A 13H

MISTURAR É O BASTANTE PRA MUDAR? : CORPORALIDADES DISSIDENTES NA EDUCAÇÃO

BRUNO RODRIGUES GANEM, CAROLINA ROMANAZZI FREIRE

O objetivo dessa roda de conversa é refletir sobre os modos como os conceitos de gênero e sexualidade tem atravessado as vivências e dinâmicas de profissionais da educação básica e comunidade escolar no exercício de suas atividades em nosso país. Para tanto, iremos problematizar o lugar das docências, discências e demais partes que compõem as corporalidades dissidentes da escola. Qual o lugar desses corpos no espaço escolar levando-se em consideração um currículo que ainda pensa hegemonicamente? Que interdições alguns corpos sofrem no espaço físico escolar? Como a escola mista não garante uma coeducação? (Auaad,2006) A escola, frequentemente, pode funcionar como um ambiente que reproduz a cisheteronormatividade, além de outras formas de dominação. Práticas e discursos que perpetuam estereótipos e desigualdades tendem a gerar um ambiente opressor para pessoas cujos corpos e identidades escapam das normas estabelecidas. Nesse sentido, pretendemos problematizar, além do currículo prescrito, as práticas que perpassam o chão da escola discutindo também sobre os modos como a produção cultural do corpo atravessa a escola (Silvana Goellener, 2003).

27 DE NOVEMBRO

12H A 13H

UMA EDUCAÇÃO DESOBEDEIENTE: OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA TRANS EM SUAS DORES, CICATRIZES E POTÊNCIAS

IASMIN E. S. DOS SANTOS RODRIGUES, KALEB GIULIA RIBEIRO SALGADO, KALEO WASHINGTON SANTOS CARDOSO

Esta roda propõe a escuta e a verbalização das dores e cicatrizes da vivência de docentes trans, considerando as múltiplas camadas que atravessam corpos não-hegemônicos dentro do contexto da educação. Se a docência, como um todo, tem apresentado fortes aumentos no índice de adoecimento, as experiências de pessoas trans nesse espaço revelam com ainda mais nitidez as dimensões opressivas que nos atravessam: somos os corpos mais vulnerabilizados — os que mais sentem, em sua carne e psique, o peso da violência institucional e simbólica. A partir da conjuntura reacionária que vivemos, o suposto lugar de poder docente, e da educação como um todo, tem caído por terra, neste sucateamento cada vez mais profundo da docência. Para as pessoas trans que são docentes, habitando na sociedade lugares de poder-nenhum, a hegemonia heterociscentrada busca

apagar seus corpos da sala de aula, ocasionando em tantos casos uma evasão violenta de educadores trans, dadas as cicatrizes eferidas psicológicas (e por vezes físicas) produzidas por espaços de trabalho atravessados por preconceitos estruturais. Com ambientes de trabalho atravessados de adoecimentos e aspectos destrutivos advindos da perpetuação de preconceitos sistêmicos e tantas vezes uma falta de apoio e proteção institucional adequados, corpos trans saem dos bancos escolares, mas também da frente das salas de aula: para além dos desafios comuns à docência, somos convocadas, cotidianamente, a reivindicar nossa própria existência para poder ensinar. Esta proposta de roda é feita por profissionais trans que atuam no ensino superior, na educação básica e em iniciativas de educação popular, propondo um espaço de troca sobre as múltiplas experiências de docentes trans em contextos educativos. Buscamos compartilhar vivências em sala de aula e refletir sobre nosso fazer docente a partir de nossas próprias trajetórias, em diálogo com perspectivas teóricas que emergem dessas experiências. Propomos, para esta roda, um olhar entrelaçado pela pedagogia crítica, pela teoria cuir, pelos estudos críticos do discurso, por vivências singulares de profissionais da educação e por contribuições das mais variadas áreas do saber, com o intuito de debater, compreender e reinventar os espaços educativos que habitamos.

28 DE NOVEMBRO

12H A 13H

A DIFERENÇA EM REDE: GÊNERO E SEXUALIDADES NAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

EMMANUEL VICTOR HUGO MORAES, ANA PAULA BRASIL, ILEANA WENETZ

Esta roda de conversa propõe um espaço de diálogo sobre os desafios e avanços das ações e políticas voltadas às questões de gênero e diversidade sexual nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Partiremos da problematização do histórico heterocisnormativo dessas instituições, que se originaram como Escolas de Aprendizes e Artífices (1909) e evoluíram até os Institutos Federais, e das dificuldades específicas de se tratar as temáticas de gênero e dissidências sexuais em contextos com grande parte de matrículas de adolescentes e jovens em cursos de nível médio. A proposta é discutir como esses elementos impõem obstáculos para a elaboração e execução de políticas mais eficientes para a promoção da igualdade de gênero e o enfrentamento de suas violências. O objetivo é coletivizar experiências e estratégias, valorizando a existência de núcleos e/ou espaços dedicados à discussão das temáticas (NEPGENS, NUPEGES, NUDES, GENI, etc.). Buscamos promover uma reflexão crítica que vá além da mera adoção de termos como "diversidade" e "multiculturalismo", e que reconheça a complexidade da "diferença" como um campo que exige transformação social e política. Convidamos participantes de diferentes instituições, regiões e pertencimentos para enriquecer o debate. Dentre as questões norteadoras do debate, podemos citar: Como as instituições da Rede Federal EPT, considerando seu histórico, têm enfrentado os desafios na implementação de políticas de gênero e sexualidades? De que maneira a predominância de estudantes adolescentes e jovens impacta a efetividade das ações de inclusão e combate à violência de gênero e LGBTfobia nos Institutos Federais, Colégio Pedro II e CEFETs? Quais são as principais estratégias e conquistas dos Núcleos e espaços dedicados a gênero e sexualidades em suas instituições, e como eles se articulam em rede? Como podemos, em conjunto, transformar os ideais de inclusão da Lei nº 11.892/2008 em práticas cotidianas e sistêmicas dentro da Rede Federal?

APRESENTAÇÕES DE TRABALHOS



26 DE NOVEMBRO
13H A 16H

SESSÃO 1

AS NOSSAS VIDAS NA UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES QUE PROVOCAMOS A PARTIR DA LEITURA DISCURSIVA DE TESES E DISSERTAÇÕES

LEANDRO DA SILVA GOMES CRISTÓVÃO

Neste trabalho, proponho discutir a construção de um ethos dissonante da expectativa normativa do discurso acadêmico. A partir da observação analítica de uma tese de doutorado e de uma dissertação de mestrado, publicadas respectivamente em um programa de linguística, em 2007, e de arte e cultura visual, em 2017, busco discutir uma nova imagem de si acadêmica edificada nas páginas dos textos em questão. Metonímias de uma universidade mais próxima da vida social, mais subjetiva e parcial, a tese e a dissertação sinalizam mudanças que, a despeito de pressões conservadoras antigas e recentes, já estão construídas e consolidadas na produção acadêmica brasileira, em especial – mas não exclusivamente – nas ciências humanas e sociais. Para o alcance de meu objetivo, valho-me da noção de ethos discursivo apresentada por Dominique Maingueneau. Em atenção à relação linguagem-sociedade, pretendo demonstrar como o imaginário de uma outra universidade se materializa na superfície discursiva de teses e dissertações, com especial atenção aos textos que compõem as páginas pré-textuais e as introduções. Argumento que essa materialidade discursiva não é aleatória ou ocasional, mas sim constituída e constitutiva de uma já nova universidade brasileira, ocupada também por outras escritas, outras teses, outros corpos, outras vidas: as nossas.

FRATURAS, FRITURAS E FISSURAS DOS CORPOS INSUBMISSOS: GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA

JOSÉ AMARO DA COSTA

Esta proposta consiste em apresentar aspectos de resultados finais da pesquisa de doutorado, cujo objetivo central foi identificar os impactos e as sequelas da formação durante a graduação, devido às violências por orientação sexual e identidade de gênero com estudantes e egressos em instituições universitárias da cidade do Recife/Brasil. Metodologicamente, foram considerados doze testemunhos, envolvendo identidades não normativas, faixa etária distintas, áreas de formações diferentes, que apresentaram elementos significativos para compreensão da experiência violenta na universidade. “Testemunho” é um termo que se refere a muitos tipos de discursos, dentre eles, o da história oral e popular (Pollak, 1992) que procura dar voz aos “sem voz”. Seligmann-Silva (2003, 2005) apresenta que testemunho vem sendo utilizado em diversos campos, os quais menciona o da Teologia, da Psicologia, da Etnologia, da História, da Filosofia e Estudos Literários. Os interpretados na etapa de análise resultaram em três grandes aspectos: O primeiro, como as diferentes faces da violência afetaram o processo de ensino e de aprendizagem na graduação. Estas se expressando como inimigas da diversidade pelos agressores. O segundo é de que há indícios que em silêncio ou de maneira explícita, quando se identificam comportamentos fora de um modelo de sexualidade não binária, e estes corpos são lidos desta maneira estão muito mais expostos e se convertem nos preferidos a serem violentados. E o terceiro, que estes estudantes se sentem marcados em suas vidas por medo, desconfiança, autocensura, autopreservação, silenciamento, moderação, cuidado e precaução. Portanto, a investigação se tornou relevante para estabelecer fratura como traumas emocionais, frituras enquanto violências e fissuras enquanto espaço de resistência dos caminhos viáveis para corpos dissidentes.

PREVENÇÃO DA LGBTFOBIA EM CONTEXTOS UNIVERSITÁRIOS: DESAFIOS E SUPERAÇÕES

ENAYTON LUCAS PERASSOLI SILVEIRA

A pesquisa intitulada “Prevenção da LgbtFobia em Contextos Universitários: Desafios e Superações” tem como objetivo principal identificar e analisar, de forma dialógica com a comunidade acadêmica de uma Universidade Federal do interior de São Paulo, como as relações de amizade e redes de apoio podem atuar na prevenção da violência LgbtFóbica, bem como o papel das instituições de ensino superior nesse processo. Os objetivos específicos envolvem a identificação de elementos transformadores e excludentes presentes nas relações interpessoais no contexto universitário, além da análise das ações institucionais que contribuem – ou não – para a superação da LgbtFobia. A metodologia adotada é qualitativa, com estudo de caso, por meio de entrevistas embasadas na Aprendizagem Dialógica e

na Metodologia Comunicativa. Como resultados parciais, observou-se que as amizades e redes de apoio, tanto em grupos compostos exclusivamente por pessoas Lgbt+ quanto em grupos heterogêneos, exercem papel central na proteção e no enfrentamento das violências LgbtFóbicas, sendo reconhecidas pelos participantes como espaços de acolhimento, de segurança e de pertencimento, mas também marcados por tensões e silenciamentos. As ações institucionais, quando existentes, são percebidas como pontuais, pouco divulgadas e, frequentemente, desconectadas das experiências reais vividas por pessoas Lgbt+ no ensino superior. Ao lançar luz sobre experiências concretas e estratégias de resistência, este estudo busca contribuir com reflexões e práticas transformadoras no enfrentamento da LgbtFobia nas universidades.

“PREFERIMOS FICAR COM OS TEXTOS”: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O SILENCIAMENTO DE CORPORALIDADES TRANS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA A PARTIR DO RELATO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE UMA RODA DE CONVERSA

JONATAN DAMASCENO

Este texto tem como objetivo compartilhar, por meio do relato de experiência, algumas reflexões críticas que surgiram durante a organização de uma roda de conversa sobre visibilidade de pessoas trans e travestis. Apesar do evento ter acontecido e detalhá-lo aqui, meu foco neste trabalho não se concentra especificamente na culminância da roda de conversa, mas sim nos conflitos gerados no processo de planejamento e organização da mesma. As dificuldades encontradas por mim (masculinidade negra e gay, mas cisgênera e aliada), ao propor esse momento de debate com pessoas trans dentro de uma universidade pública, me fizeram refletir sobre como ainda negam às corporalidades trans e travestis o direito a ocupar espaços de poder e visibilidade. Me chamou a atenção como o silenciamento violento, mesmo que sutil, vem até mesmo dos que se dizem aliados, visto que algumas das pessoas cisgêneras que dificultaram a ideia, pesquisam sobre direitos LgbtQIA+ em suas pesquisas acadêmicas. Diálogo com Sedgwick (2007), Jesus et al. (2014), Vergueiro (2016), Kilomba (2019) e Nascimento (2021), com o propósito de problematizar os silenciamentos que corpos trans sofrem ao tentarem ocupar espaços dentro da universidade pública. Uso as autoras para pensar a categoria da cisgeneridade para além de uma identidade, mas como um dispositivo social que, atrelado a outros, determina silenciamentos corpóreo-epistêmicos em diversos contextos, incluindo a universidade pública. Além disso, reflito também sobre o perigo da violência sutil, mas ainda perigosa, dos que se dizem aliados do campo de luta político e epistemológico das travestilidades, e como se apropriam de saberes academicizados e (re)produzem apagamentos físico e subjetivo. Será mesmo que é mais importante ler sobre “diversidades de gênero e sexualidades” do que ouvir corpos trans e travestis discutirem sobre suas vivências e existências? Para tais discussões, acompanho-me de Lustosa (2016), Preciado (2019) e Mombça (2023).

“BATIAM NO MENINO PORQUE ELE ERA AFEMINADO E ELE ACHAVA QUE OS COLEGAS ESTAVAM BRINCANDO”: OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DA/DO PEDAGOGA/O PARA GÊNERO E SEXUALIDADE

CAROLINA ROMANAZZI FREIRE

Os conceitos de gênero e sexualidade são pautados cada vez mais em diversos espaços na sociedade. Sabemos que, ao mesmo tempo, em que diversas pesquisas acontecem, outros grupos, amparados em falsas narrativas, tentam obliterar o avanço desses debates e estudos através do Pânico Moral. Esse cenário dificulta ainda mais a atuação das/dos docentes no que concerne aos debates que envolvem gênero e sexualidade. O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento e tem como principal objetivo investigar como os conceitos supracitados são ou não trabalhados e entendidos pelas/os estudantes de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) localizada no município de Duque de Caxias. Trata-se de uma pesquisa dentro da perspectiva pós-estruturalista que objetiva dialogar com as/os estudantes da universidade citada. Metodologicamente, optamos pelas cartografias, sobretudo por entendermos que é importante, no campo da educação e formação, pesquisar com e não sobre as/os outras/os, bem como uma imersão no campo em busca de pistas para além do que é falado. Como procedimento metodológico, optamos pelas conversas, pois acreditamos que através dela podemos criar cenários onde se pense coletivamente sobre si e sobre o mundo à nossa volta. Os resultados parciais da pesquisa demonstram um interesse no tema e a necessidade de abordagem para a humanização das pessoas. Observamos também inseguranças instauradas pelo avanço de ideias conservadoras, bem como alguns equívocos conceituais e a necessidade, segundo algumas/alguns estudantes, de mais disciplinas que abordem o tema.

FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NA EDUCAÇÃO: DISPUTAS CONCEITUAIS E DESAFIOS PEDAGÓGICOS

NOELI APARECIDA FERNANDES, DANIELA FINCO

Este trabalho tem como objetivo analisar os debates atuais referentes à relação das famílias homoparentais com as instituições educativas, diante do desafio de uma educação infantil compartilhada e responsável. Problematisa as disputas sobre as

definições de família que emergem no debate público envolvendo Estados e suas instituições. Tem como base uma pesquisa de doutorado em andamento que sistematiza e analisa a produção acadêmica brasileira, referente à relação das famílias homoparentais e escola. O trabalho revela como o tema da família e das redefinições das narrativas culturais, educacionais e políticas relacionadas a ela, estão permeadas por um cenário contemporâneo de conflitos. Com as ofensivas anti-gênero na educação, a questão da homoparentalidade surge vinculada a discursos anti-gênero num cenário de preconceitos e discriminações. Trata das transformações e tensões sociais que assistimos nas sociedades contemporâneas e a forma como estão trazendo a reconfiguração da relação entre gênero, educação e vida familiar, na busca pela visibilidade da homoparentalidade, contribuindo para a pauta de conquista de direitos, convergindo para a ampliação da concepção de entidade familiar. O trabalho apresenta uma revisão bibliográfica, fazendo uma análise crítica da seleção de trabalhos existentes sobre o tema. Os resultados apontam para as transformações e tensões sociais envolvendo as práticas de revisão e construção de significados, incluindo os debates sobre os modelos de família. Revelam que para além das vivências em torno de preconceitos e exclusões nos espaços educativos, desenvolvem-se estratégias de resistência. O trabalho busca contribuir para a construção de uma Pedagogia das diferenças, que considere a pluralidade das famílias, bem como o desafio de acolher e permitir a visibilidade da diversidade sexual e de pessoas LGBTQIA+, uma vez que as identidades de gênero são chanceladas nas relações escolares e nas ações governamentais.

"SÓ DEPOIS QUE O HOMEM PRETO PARTE RECEBE HOMENAGEM, ENTÃO NÃO ESPERAM CARNAVAL PRA FESTEJAR": MASCULINIDADES NEGRAS NO MOVIMENTO HIP-HOP

ANDRE LUIZ DAS GRAÇAS DE SÁ, LEANDRO TEOFILO DE BRITO

Os homens negros historicamente carregam estigmas e preconceitos sobre as formas como performatizam as suas masculinidades, pois são tidos como animalizados, vistos como brutos e insensíveis, não sendo ouvidos verdadeiramente sobre a forma como são representados (hooks, 2022). Porém, em meio a tudo isso, constroem possibilidades de resistência e existência por meio da cultura e da arte, e uma dessas formas é através do movimento Hip-hop, em que esses homens, principalmente jovens, criam possibilidades de se expressar e valorizar suas experiências e assumem protagonismo. Levando esse contexto em consideração, o presente trabalho procura discutir como homens jovens negros mobilizam sentidos de masculinidades no contexto do movimento Hip-hop. Para isso, utilizamos como metodologia a pesquisa narrativa através de conversas com homens jovens negros que estão inseridos no referido movimento. Buscamos ainda realizar uma análise interseccional considerando a integração entre os marcadores de raça, classe, gênero, orientação sexual, idade, entre outros. Para as análises dos relatos utilizamos principalmente Frantz Fanon (2008), bell hooks (2018; 2022) e Mara Viveiros Vygotsky (2018), entre outros autores e autoras com trabalhos relevantes dentro da temática de gênero e masculinidades negras. Apontou-se, por meio da produção das narrativas, que os sujeitos agenciam e produzem modos outros sobre ser “homem negro”, tanto no interior dos movimentos Hip-Hop, como nos contextos sociais em que circulam, tais como no trabalho, escola, universidade, espaços culturais, entre outros.

DO BENDITO FRUTO ENTRE AS MULHERES, ANÁLISE DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DA UNIDADE CHIQUINHA GONZAGA-FUNDAÇÃO CASA PARA A INSERÇÃO SOCIAL DOS MENINOS TRANS.

PATRICIA DEL RIOS TERRA DA SILVA

O objetivo da pesquisa foi o de analisar as diretrizes pedagógicas, e curriculares, e de gênero; com fulcro na inserção social de meninos trans, implementadas na Unidade Chiquinha Gonzaga da Fundação Casa de São Paulo. Foram selecionados 11 adolescentes, a composição foi de 08 meninas cis, e 03 meninos trans, na faixa etária entre 16 aos 19 anos, que participaram de dinâmicas de grupo, e de questionários semiestruturados. Verificou-se uma convivência entre trans e cis com alguns óbices, a serem transpostos. Identificou-se uma deficiência no letramento e atraso escolar, e que a preferência curricular demonstrada pelos meninos trans não está vinculada diretamente aos cursos realizados por eles. A formação profissional está voltada para o empreendedorismo, e não para o mercado formal de trabalho, não havendo contratação imediata após a finalização do curso e da internação. Verificou-se também, que instados a dizerem sobre as suas disciplinas prediletas, as matérias Sociologia e Projeto de Vida, que segundo as diretrizes da Fundação Casa, teriam o aspecto de reestruturação, não tiveram predileção dos participantes. Que no levantamento dos dados ficou clara a pretensão deles na aquisição de renda para a realização dos seus sonhos, na aquisição de bens de consumo, e para a formação de família, cuja dinâmica dos bilhetes revelou um distanciamento parental. Por último, no quadro estatístico da Fundação Casa inexistem “pessoas trans”, e a Cartilha de Orientação LGBTQPIAP+, que é utilizada como suporte técnico no curso de capacitação dos operadores institucionais, não há tópicos específicos e pormenorizados para a inserção de homens trans; e temas, tais como a gravidez de homens trans não tem contemplação. A ministração da capacitação dos operadores sobre gênero, é superficial, não aprofundado, com carga horária insatisfatória, espelhando assim, um Estado Neocolonial, que infringe os Direitos Humanos, e a sua dificuldade na interlocução com a categoria gênero.

GÊNERO, SEXUALIDADE E DOCÊNCIA NA FAVELA: UM OLHAR INTERSECCIONAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

MARIANE DE ALMEIDA BAHIANA, LEANDRO TEOFILO DE BRITO

Esta pesquisa, que encontra-se em andamento, busca analisar as dinâmicas de gênero e sexualidade que atravessam a docência de professores e professoras de educação física que atuam no contexto de escolas localizadas em áreas conflagradas na cidade do Rio de Janeiro. Baseada em uma abordagem teórica feminista pós-estruturalista, a partir da perspectiva da interseccionalidade e utilizando principalmente como base de discussão os conceitos refletidos pela filósofa Judith Butler, o estudo problematiza como estes/as docentes enxergam as performatividades de gênero e sexualidade presentes nos processos de identificação de estudantes nestes espaços escolares e quais dinâmicas são encontradas nestes contextos periféricos, que diferem dos demais locais de acordo com o público-alvo. Os objetivos são: discutir como as questões de gênero e sexualidade atravessam a docência de professores/as de educação física que atuam em escolas públicas em áreas conflagradas; problematizar como o gênero e a sexualidade são integrados a outros marcadores da diferença nos relatos dos/das professores/as; e identificar os processos de diferenciação presentes em escolas localizadas na favela, no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade. Por meio de entrevistas que estão sendo realizadas, constatou-se, entre os resultados parciais, que as questões de gênero e sexualidade emergiam com força nos contextos escolares de atuação destes/as docentes, sobretudo, afetadas pelos atravessamentos interseccionais de classe social e raça. Nesse sentido, busca-se contribuir com o debate sobre as complexidades relacionadas à interseccionalidade em áreas marginalizadas, evidenciando a necessidade de olhar atentamente às especificidades do reconhecimento das diferenças em escolas de áreas periféricas.

TRANSEXUALIDADES E TRAVESTITIDADES NO GT 23 DA ANPED

BÊ TYMBURIBÁ ELIAN, ANNA PAULA VENCATO

Este trabalho analisa as produções acadêmicas sobre transexualidades e travestilidades no âmbito do Grupo de Trabalho 23 (GT 23) – “Gênero, Sexualidade e Educação” – da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), desde sua criação em 2006. Inserido em um contexto de resistência às políticas educacionais hegemônicas, o GT 23 consolidou-se como espaço de debate sobre gênero e sexualidade na educação brasileira. A pesquisa, de caráter qualitativo e documental, mapeou 222 trabalhos apresentados entre 2005 e 2023, dos quais apenas 13 abordavam especificamente as identidades trans e travestis. As temáticas predominantes envolvem vivências escolares, docência trans, acesso ao ensino superior, políticas públicas e enfrentamentos à transfobia. Observa-se um aumento recente na presença de pessoas trans como autoras das pesquisas, embora essa representatividade ainda seja reduzida. A inclusão de políticas afirmativas pela ANPED e o contexto político conservador influenciam diretamente na produção acadêmica sobre o tema. Conclui-se que, apesar dos avanços, persistem entraves estruturais à inserção plena de pessoas trans e travestis no campo científico, exigindo ações que promovam equidade epistêmica e institucional.

EXTENSÃO COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO COM O MOVIMENTO LGBTIA+

CATARINA DALLAPICULA, PRISCILA REZENDE, AMANDA LUÍZA SANTOS TEIXEIRA, ARUANÃ DE OLIVEIRA SILVA, LEDIANNE DA SILVA CAMPOS

A presente proposta de comunicação oral traz o relato de experiência de um projeto extensionista de prestação de serviços através de parceria entre uma universidade pública estadual e uma organização do terceiro setor que atua em projetos de advocacy na pauta LGBTIA+. Os projetos de prestação de serviços são oportunidades de aprendizado prático para o corpo discente de cursos de graduação, que precisa atualmente de horas de extensão. Essas horas são frequentemente cumpridas em atividades endógenas ou que têm pouco impacto social. Neste projeto de extensão, uma parceria foi realizada entre a universidade e organização do terceiro setor que estava promovendo um encontro nacional da diretoria de entidade que representa organizações LGBTIA+ de todo o país, na cidade de Belo Horizonte. Estudantes dos cursos de Gestão Pública, Gestão de Recursos Humanos, Pedagogia, Mestrado em Segurança Pública e Cidadania e Mestrado em Educação atuaram como voluntários, voluntárias e voluntários no trabalho de relatoria do encontro. Este relato de experiência traz o compartilhamento de como essa ação permitiu aprendizados sobre como pensar políticas públicas para a população LGBTIA+ em intersecção com pautas dos movimentos negros dentre outras. Os relatos discentes ajudam a compreender como essa ação contribuiu para sua compreensão do movimento LGBTIA+ e mobilizou a pensar a própria atuação em diferentes espaços. Focando no processo do trabalho e da experiência de estudantes, demonstramos que a atuação da universidade em projetos de prestação de serviço pode promover a sensibilização do corpo discente sobre pautas das identidades de gênero e sexualidades dissidentes, promovendo uma formação cidadã socialmente engajada que não esteja produzindo conhecimento sobre os movimentos sociais (tratados como objetos de estudo), mas com e a partir deles.

SESSÃO 2

ENTRE CORPOS E DESEJOS: TRANSMASCULINIDADES E HOMOSSEXUALIDADE SOB UMA PERSPECTIVA FILOSÓFICA

LUIZ FERNANDO PRADO UCHÔA

Esta pesquisa propõe uma reflexão filosófica sobre as transmasculinidades e suas interseções com a homossexualidade, questionando os limites normativos da identidade, do desejo e da corporalidade. Partindo de uma abordagem crítica inspirada por pensadores como Paul B. Preciado, Judith Butler e Michel Foucault, o trabalho analisa como os discursos biomédicos, sociais e filosóficos moldam as compreensões sobre o que é ser homem e o que constitui o desejo entre homens trans e outros sujeitos masculinos. Também se propõe discutir os atravessamentos da cis-heteronormatividade dentro dos próprios espaços LGBTQIAPN+ e como a filosofia pode contribuir para desestabilizar categorias rígidas de sexualidade e gênero. Por fim, a comunicação reivindica uma escuta ética e um reconhecimento pleno das existências transmasculinas em suas múltiplas expressões afetivo-sexuais.

UMA LEITURA HARAWAYANA ACERCA DO (NÃO) IMAGINÁRIO SOCIAL DAS TRANSMASCULINIDADES

POL DEBB MIKI IRYO SILVA

A presente comunicação visa refletir sobre a ausência de um imaginário social referente às transmasculinidades no contexto brasileiro, a partir de uma perspectiva harawayana. A metodologia adotada será a de revisão bibliográfica. Teremos como principal referência o artigo de Donna Haraway Saberes situados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial (1988), no qual a autora discute as transformações que o feminismo provocou nos saberes científicos. No entanto, o que nos interessa particularmente é a metáfora proposta por Haraway acerca dos aparatos de visão e a forma como os conhecimentos são sempre mediados por dispositivos tanto tecnológicos quanto sociais. Propomos que a ausência de um imaginário social está intrinsecamente conectada a dispositivos sociais que, por falta de léxico e de interesse por parte dos produtores de conhecimento, não conseguem conceber esses sujeitos — e muitas vezes compreendem esses corpos marginalizados como similares ao corpo de um homem cisgênero, especialmente quando fazem uso de hormônios que modificam seus aspectos físicos. As tecnologias de visão são também tecnologias de poder. Isso significa que, quando um corpo transmasculino não é visto, há uma estrutura de poder atuando na invisibilização desses corpos. Para além dos escritos de Haraway, utilizaremos também estudos que abordam as masculinidades e suas multiplicidades, bem como o desenvolvimento do movimento transmasculino no Brasil. Por fim, pretendemos articular a tese de que esses corpos sofrem um tipo específico de violência, distinta daquela infligida a corpos transfemininos, e que vem sendo nomeada por alguns como transmasculinofobia. Trata-se de uma forma de transfobia que envolve estigmas em torno da masculinidade e que, sobretudo, atravessa os aparatos de visão, os quais dificilmente reconhecem esses corpos como portadores de uma vivência singular, marcada pela desconstrução das performances de gênero às quais estamos acostumados.

ÉTICA SAPATTRANS: CONFLUÊNCIAS E ALIANÇAS POR UMA ÉTICA ANTI-CISTEMA

JU MOTTER

Este trabalho, de caráter ensaístico, tem a função de aprofundar a discussão sobre a proposta de construção de uma Ética Sapatão (Motter, 2024). Desta vez, indo além e assumindo a confluência, como aquele fenômeno que se dá a partir do encontro de dois cursos d'água diferentes, como uma parte fundamental na luta e resistência para o enfrentamento às ameaças aos direitos conquistados por pessoas LGBTQIAPN+, — especialmente pessoas trans* — , e por movimentos de mulheres, nos últimos anos. Essas ameaças têm ocorrido a nível global e feito parte de uma agenda política que tem crescido e reverberado em diferentes países. Em Quem tem medo do gênero? (2024), Judith Butler tenta reconstruir o alastramento das políticas anti-gênero pelo mundo e suas consequências na perseguição aos direitos de mulheres e pessoas trans*. É possível observar essa crescente com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e sua perseguição a sujeitos trans* e, também, com o aumento dos Projetos de Leis anti-LGBTQIAPN+ em todas as câmaras e assembleias do Brasil. Esses eventos vêm na contramão dos direitos alcançados até então e têm se manifestado como uma verdadeira caça às bruxas. Um dos objetivos deste trabalho é, portanto, o de dar continuidade ao sentido de “urgência em construir formas éticas de condução das lesbianidades*” e sapatônicas* que permitam um alargamento de sua dimensão identitária para reconhecimento e acolhimento de sujeitos não cis” (Motter, 2024, p.96). Outro objetivo, sem dúvidas, é o de reforçar o compromisso com a construção de alianças e a perpetuação de redes de solidariedade que nos permitam fabular outros futuros.

O MONSTRO ENTRE A MORTE E O DESEJO

BRUNO LATINI PFEIL

O referido tema de pesquisa se volta à relação entre a violência e o desejo no que diz respeito às localizações da monstrosidade na modernidade. Almeja-se compreender o vínculo que existe entre o desejo de matar o Outro e o desejo de consumir o Outro, no que concerne ao desejo do Eu, ou melhor, do Humano, como será desenvolvido, sendo o Outro a figura que engloba todos os indivíduos colonizados e transformados em figuras precarizadas e o Eu, o sujeito ocidental moderno, dotado de soberania sobre si e sobre os que o rodeiam. Como metodologia, adotou-se a revisão bibliográfica de autores pertencentes aos campos dos estudos de gênero e sexualidade, dos estudos sobre monstrosidade, dos estudos sobre violências e do pós-estruturalismo, tal como Paul Preciado, Jacques Derrida, Sayak Valencia, Judith Butler e afins. A pesquisa tem como resultado a compreensão do paralelismo entre as dinâmicas de violência contra o Outro/Monstro e de desejo em relação ao Outro/Monstro. A partir da noção de que as dinâmicas sociais, políticas e econômicas são regidas pela dicotomia entre Humano versus Monstro e que esta provém do histórico de dominação e sujeição respectivamente entre o sujeito isento de estigma e todos os outros que não o refletem em sua primazia, constata-se que há uma íntima relação entre a violência de Estado, perpetrada por negligências institucionais, por forças policiais e produções de subjetividades adoecidas, e a violência sexual, perpetuada e regimentada pela manutenção de hierarquias racializadas de gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo em que o Monstro é constantemente estigmatizado e violado pelo Humano, percebe-se outro movimento do Humano para com o Monstro, uma transitoriedade entre o desejo de morte e o desejo sexual, perpetrado pelo papel fálico da apropriação. A violência governamental contra e a hipersexualização de corpos colonizados, juntamente à sua descartabilidade sexual, atuam conjuntamente no processo de monstrificação dos mesmos.

ANTÍGONAS CONFLITANTES: AS LEITURAS DE JUDITH BUTLER E SLOVOJ ZIZEK

ALEXANDRE NUNES DE SOUSA

Antígona de Sófocles é uma das peças mais encenadas e analisadas de todos os tempos. Dentre seus principais comentadores do século XX, temos os argumentos do psicanalista Jacques Lacan em seu seminário VII (2008). Lacan propõe a visão da heroína grega como alguém que leva sua decisão às últimas consequências, ou seja, que não cede em seu desejo através da adesão à pulsão de morte. Tal interpretação gerou uma série de concordâncias e objeções que esta pesquisa mapeou: desde as críticas de Judith Butler, em seu livro A reivindicação de Antígona (2022), às respostas de lacanianos ao texto butleriano (Edelman, 2004; Žižek, 2004). Em “A reivindicação de Antígona” (2022), Butler promove uma desconstrução do mito grego para expor as ambiguidades dos vínculos presentes na família de Édipo e aponta sua própria reivindicação de outros laços de parentalidade nas sociedades contemporâneas. Assim, enquanto Judith Butler reivindica Antígona como ocasião da emergência de um novo campo do humano, Žižek acusa a filósofa estadunidense de domesticar a radicalidade inumana da heroína grega. Em Bem-vindo ao deserto do real!, Žižek (2004) retoma o argumento da inegociável inumanidade de Antígona ao criticar a interpretação de Judith Butler. Para ele, a Antígona de Sófocles solapa os termos do Estado (2004) e não negocia com ele. Já o projeto da radical democracia butleriana teria esse último objetivo a renegociação dos limites da inclusão e da exclusão, para que o campo simbólico seja cada vez mais aberto às vozes dos excluídos pela configuração hegemônica do discurso público. (Žižek, 2004). Tendo em vista este cenário, desenvolvemos uma crítica às contestações feitas por Slavoj Žižek ao livro de Butler. Para tanto, partimos de uma visão de Antígona como sujeita que resiste na subalteridade (Spivak, 2012, 2022; Belo, 2014) e da declaração recente de Butler (2022) de que é preciso muitas Antígonas para resistir e imaginar um futuro não violento de igualdade radical e liberdade coletiva.

UTOPIAS QUEER NÃO ANTROPOCÊNTRICAS PARA A EDUCAÇÃO

LUIZ ROBERTO DOS SANTOS CORRÊA NETO

O campo da educação é fortemente atravessado pelo antropocentrismo, perspectiva que promove o humano a uma posição de centralidade no mundo e estabelece uma hierarquia em que esse ser usufrui de uma posição de poder e superioridade em relação aos demais. Essa perspectiva impede que as teorias da educação pensem esse fenômeno para além da centralidade na figura do humano, concebendo a educação como uma atividade especificamente humana. Diante disso e das crises pelas quais o próprio conceito de humano e de espécie vêm passando na contemporaneidade capitalista neoliberal, em decorrência da crescente catástrofe ecológica, da intrusão da tecnologia nos corpos, do desenvolvimento da biotecnologia e dos efeitos da Teoria do Capital Humano, o presente trabalho teve como objetivo elaborar propostas de educação não antropocêntrica a partir do realismo agencial. O realismo agencial é uma interpretação queer da física quântica, que parte de difrações entre a mecânica quântica, a teoria queer, a Teoria Quântica de Campos, o marxismo, o pós-estruturalismo, entre outras teorias, em uma abordagem profundamente trans/disciplinar, e busca apontar para a natureza material-discursiva e contingente dos fenômenos que compõem a realidade. Assim, segundo essa teoria, as identidades não são previamente estabelecidas, mas surgem nas relações, apontando para a potência queer de desestabilizar as identidades. A partir de uma revisão teórica dessa teoria, em diálogo com outras teorias do campo do

pós-estruturalismo, e da experimentação com conceitos, teorias, imagens e conexões parciais, essa pesquisa demonstrou o potencial do realismo agencial, não apenas para elaboração de propostas não antropocêntricas de educação, mas também para prefiguração de formas utópicas de educação e de construção de mundo, que não sejam centradas na figura do humano e que demandam o fim da lógica antropocêntrica e homogeneizante do valor, própria do capitalismo.

MUNDOS POSSÍVEIS E A GESTÃO NEOLIBERAL DA IDENTIDADE

HELRISON SILVA COSTA

Esta comunicação parte de um exercício imaginativo que se propõe a criar, em diálogo, modos outros de nos pensar e nos constituir, a partir da aproximação entre subjetividade, gênero e política. Como plano de fundo e contra ele, propomos refletir sobre o avanço da racionalidade neoliberal, junto a um acontecimento ainda mais recente, a saber, a emergência da pós-verdade e seus efeitos discursivos sobre os sujeitos e seus gêneros. Em nossa perspectiva, seria preciso diferenciar Identidade e Identitarismo, analisando como essas categorias foram mobilizadas ao longo do tempo, e como essa última agência hoje, na esteira da pós-verdade, estratégias para esvaziar as lutas políticas a partir da captura neoliberal das insurgências micropolíticas e da gestão das subjetividades que acaba por normalizar condutas e esvaziar seu potencial de transformação social. O nosso esforço consiste, portanto, em pensar uma política da revolta como condição para contornar a lógica do sujeito como identidade e da política como representação universal e abstrata. Em outras palavras, trata-se de reconhecer a urgência em refletir sobre as armadilhas produzidas pela gestão da identidade em nossa época e imaginar futuros potentes, a partir de ações políticas pós-identitárias e pós-gênero.

DESACORDOS MONSTRUOSOS: SOBRE MONSTRUOSIDADE, DESACORDOS PROFUNDOS E TRANSGRESSÕES DE GÊNERO

CELLO PFEIL, BRUNO LATINI PFEIL

Pretendemos mobilizar dois conceitos direcionadores de nossas pesquisas: o conceito de desacordo profundo, cunhado por Robert Fogelin em seu artigo “The Logic of Deep Disagreements”; e o conceito de monstrosidade no discurso “Eu sou o monstro que vos fala” de Paul Preciado. A figura do monstro, segundo Jeffrey Cohen, é cultural. Toda cultura contém traços monstruosos que permeiam nossa relação com o mundo. O monstro pode ser tido como uma ameaça à ‘civilização’, ou como presságio de um mal porvir. Relacionando a figura do monstro à da besta, como escreve Derrida em “A besta e o soberano”, pode-se dizer que o monstro em sua bestialidade não é concebido como capaz de falar e que, portanto, não se concebe seu discurso como capaz de produzir uma discordância. O que ocorre quando o monstro discorda? Quando o que existe na borda do que se considera humano, se (d)enuncia? Se Fogelin argumentou não ser possível resolver racionalmente um desacordo profundo, podemos indagar: se o monstro, que recusa os parâmetros da racionalidade, tem sua capacidade de discordar mitigada, é possível empregar ainda essa noção de racionalidade para determinar a profundidade de um desacordo e suas possibilidades de resolução? Temos como objetivo responder esse questionamento, a fim de elaborar o conceito de “desacordos monstruosos”. Adotamos como metodologia revisão bibliográfica, assim como uma análise do discurso de Preciado e de suas repercussões, que exprimem aquilo que designamos como “desacordos monstruosos”. Na medida em que a monstrosidade é estruturada a partir de uma hibridez, como elucidou Donna Haraway, de uma ruptura com o dualismo ontológico que separa mente/corpo, razão/paixão, humano/monstro, pretendemos mostrar o que ocorre quando o monstro confronta discursos hegemônicos que o monstrificam. Ou seja, trata-se de uma forma de discordância cuja profundidade excede os parâmetros da racionalidade - ou do logocentrismo, inspirando-nos em Derrida.

ENTRE OBJETO E SUJEITO DE PESQUISA: REFLEXÕES AUTOETNOGRÁFICAS DE UM CIENTISTA TRANSMASCULINO NAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

MURILLO MEDEIROS CARVALHO

Como um cientista transmasculino na biologia, vivo o fazer e viver científico de maneira dual: entre sujeito e objeto de pesquisa. Por ter transicionado de gênero durante a vida acadêmica, conheci e re-conheci a academia. É a partir desta dupla posição que busco refletir sobre a possibilidade de emancipações de vozes e concepções silenciadas nas ciências biológicas. Parto de uma análise autoetnográfica unindo uma perspectiva teórica “de cima” - através de referenciais teóricos da filosofia da biologia, de teorias sobre a ciência e suas relações com valores, e de referenciais feministas e transfeministas - à uma visão “de baixo”, baseada na minha experiência enquanto um cientista transmasculino nas ciências biológicas, sendo o primeiro e, por vezes, o único no instituto de biologia que estudei. Minha análise é guiada pelos seguintes questionamentos: quais são os impactos e tensões da presença dos corpos e vivências trans no fazer científico das ciências biológicas? Quais possibilidades de reformulações epistemológicas fomentariam uma produção de conhecimento para além das limitações cisonormativas? Na primeira seção, discuto as políticas institucionais, partindo das universidades brasileiras e expandindo para o contexto internacional, acerca de tópicos relacionados à comunidade trans e travesti usando dois estudos de caso já bastante discutidos e relacionando-os à situação atual após dez anos de lutas e

conquistas de direitos humanos. Na segunda seção, discuto a fricção e o diálogo entre fronteiras enquanto um pesquisador transgênero ilustrando, através das minhas experiências, a coabitação de diversas localizações sociais dos cientistas. Na terceira seção, discuto o fazer científico atravessado pela cisonormatividade e caminhos para possibilidades plurais que levem em consideração pontos de vista transfeministas, para contribuir com a possibilidade de que as vozes transgêneros e travestis não mais sejam suprimidas. Este é um trabalho proveniente de um doutorado.

一多不分: A FILOSOFIA CONFUCIANA COMO ABRIGO PARA EXISTÊNCIAS DISSIDENTES

MIRANDA ALMEIDA GUIMARÃES DUARTE

O termo 一多不分 (yiduobufen) em mandarim significa a inseparabilidade de um e muitos, a simbiose entre o um e o múltiplo, a ponto de tornar impossível distingui-los. Este termo parte da filosofia Confuciana em contraponto a ontologia da filosofia ocidental hegemônica. O Confucionismo não compreende o indivíduo como um “ser humano”, mas sim quanto “tornar-se humano”, opondo-se à perspectiva da imutabilidade da essência do ser do Ocidente e abraçando a mudança constante da natureza, de um e de todos (AMES, 2023). Ao participar de um curso de verão sobre estudos confucianos da China em 2025, tive contato com uma essência marcante da cultura chinesa, enraizada na filosofia de Confúcio. O cerne desse pensamento afasta-se da visão binária que divide o mundo entre certo e errado ou entre opostos irreconciliáveis (CHENSHAN, 2025). Em seu lugar, propõe outra forma de pensar: superar o conflito constante pela busca de uma verdade única e cultivar a sensibilidade para com o outro, reconhecendo a possibilidade de aprender a partir dessa relação. Essa filosofia, tão contrastante em relação ao pensamento ocidental, fez com que eu percebesse paralelos com temas recorrentes na comunidade LGBTI+: o desenvolvimento de múltiplas sensibilidades que permitem acolher ao mesmo tempo em que se é acolhido; a dissidência de corpos que escapam das imposições comportamentais hegemônicas baseadas na binariedade; e a constante (re)existência do processo de tornar-se a si mesmo, em sua autenticidade. Dessa vivência, levo uma perspectiva que atravessa minhas pesquisas e meu trabalho. O 一多不分, no coração do Confucionismo, me mostrou uma possibilidade de pensar além das fronteiras impostas pela hegemonia ocidental. Vejo nesse conceito uma metáfora potente para as existências dissidentes, que vivem e resistem à margem. Ele abre caminhos para repensar como acolhemos a comunidade LGBTI+, como fortalecemos nossos suportes comunitários e como reconhecemos as múltiplas maneiras de estar no mundo.

ALIANÇAS POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA NO PENSAMENTO DE JUDITH BUTLER E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTQIAPN+ BRASILEIROS

ARLINDO AMÉRICO TAVARES MARTINS JÚNIOR

As instituições estatais neoliberais produzem e reproduzem marcadores sociais que diferenciam a vivibilidade atribuída às populações dissidentes ao ideal colonial de universalidade. Em outros termos, nesta relação, determinados grupos sociais são salvaguardados enquanto outros são expostos à precarização e, com isso, enquadrados como matáveis, conforme Judith Butler tem sinalizado em sua análise ético-política. Mas como é que uma rede de opressões se constitui e se retroalimenta a partir de um sistema relacional em que categorias como raça, gênero, sexualidade e classe, por exemplo, são coadunadas em forma de precariedade? Existem possibilidades de ruptura com estes sustentáculos da violência sistêmica no mundo pós-colonial? De que forma, segundo Butler, alguns movimentos e manifestações sociais contemporâneos têm corporificado esse tipo de coalizão em resistência à precariedade? E, por fim, como se pode verter a análise de Butler para contextos diferentes daquele que se situa sua obra? Esta pesquisa parte de tais questões para investigar como que os desdobramentos e o trânsito da filosofia butleriana sobre o poder e a resistência de corpos precarizados oferecem instrumentos teóricos para a articulação de uma leitura crítica das interseções estabelecidas pelos movimentos LGBTQIAPN+ na América Latina e, mais especificamente, no Brasil. Para tal, são revisados textos fundamentais da obra de Butler - desde Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade (1990) até a força da não violência: um vínculo ético-político (2020) - e da recepção brasileira das proposições butlerianas que modulam a potencialidade da argumentação sobre alianças políticas que provocam a imaginação e a tecitura de mundos outros - constituídos por uma igualdade política radical e não-violenta.

JUDAS QUEER: LADY GAGA E MARCELA ALTHAUS-REID BORRANDO AS FRONTEIRAS ENTRE FÉ, DESEJO E MARGINALIDADE

BRUNO NASCIMENTO DE SOUZA, JONATHAN OLIVEIRA MONTEIRO

Este trabalho propõe uma leitura queer da figura de Judas Iscariotes a partir de um diálogo entre teologia, crítica cultural e estética pop, tendo como principal objeto a canção “Judas” (2011), de Lady Gaga. A pesquisa articula elementos da teologia queer, com base em Marcella Althaus-Reid, e uma leitura simbólica, visual e afetiva da performance artística de Gaga, que reencena a narrativa bíblica da traição como dispositivo de problematização de temas como desejo, culpa, marginalidade e fé. Ao reivindicar o amor por Judas como gesto de contradição espiritual e afetiva, a artista mobiliza imagens de Maria Madalena, Cristo e da cultura pop para subverter paradigmas da moral religiosa. Judas, arquétipo da traição, é reabilitado como

figura-limite do desejo abjeto e dos afetos desviantes. O beijo que condena torna-se metáfora de uma espiritualidade dissidente, na qual o pecado deixa de ser transgressão e passa a operar como potência estética e teológica. A performance de Gaga é interpretada como ato iconoclasta e devocional, deslocando os sentidos do sagrado ao aproximar fé e erotismo, culpa e prazer. Neste contexto, explora-se como o imaginário cristão pode ser ressignificado a partir das margens sociais, sexuais e afetivas habitadas por corpos queer. Ao articular música, performatividade e teologia, o ensaio contribui para o debate sobre espiritualidade encarnada, desestabilização de binarismos morais e fé marcada por ambiguidade, desejo e corpo. Judas deixa de ser apenas traidor e torna-se símbolo de resistência às hegemonias, amor (im)possível e reencantamento radical do sagrado.

SESSÃO 3

DIVERSIDADE, POLÍTICA E UMA SABATINA ELEITORAL: REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE AS CANDIDATURAS LGBT+ NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE ARACAJU EM 2024

GLADSTON OLIVEIRA DOS PASSOS

Nos últimos anos houve um crescimento de candidaturas LGBT+ em todo território nacional. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2024 tivemos mais de três mil candidaturas sendo eleitas mais de duzentas e vinte cinco. A presença de parlamentares LGBT+ nas câmaras municipais é bastante significativa já que esse é um espaço ocupado majoritariamente por homens brancos, cis e héteros. Alguns resultados dessas candidaturas acabam sendo históricos, como ocorreu com a vitória da vereadora, hoje deputada estadual, Linda Brasil (Psol) que em 2020 foi a candidata mais bem votada de Aracaju, com 5.773 votos e se tornou a primeira mulher trans eleita na capital de Sergipe. Esse marco alcançado por Linda se torna um grande incentivo para que outras candidaturas LGBT+ se lancem na disputa eleitoral. E isso acabou acontecendo nas eleições municipais de 2024, com um número maior de LGBTs que se candidataram não só na capital, mas em outros municípios do Estado de Sergipe. Diante do crescimento de candidaturas LGBT+ em Aracaju, a Associação de travestis unidas na luta pela cidadania (UNIDAS) convidou candidatas/os LGBT+ para participarem de uma sabatina eleitoral, com o intuito de proporcionar um espaço de diálogo sobre suas propostas e seus programas políticos. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é analisar através da etnografia como essas candidaturas atuaram durante o evento e quais os efeitos dessa iniciativa nas eleições municipais de Aracaju. Dessa análise, observa-se que mesmo que não tenho sido eleita nenhuma candidatura LGBT+ nas eleições da capital de Sergipe, a proposta de construir uma sabatina eleitoral apenas com candidatas/os LGBTs foi extremamente importante não só por ter dado visibilidade a essas candidaturas, mas por ter proporcionado à sociedade um momento onde se poderia conhecer as propostas e os projetos políticos que cada candidatura representava.

FAZER DA PLANTATION CAMPO FÉRTIL DE “BICHOS-BICHAS”: NOTAS DE UM ANTROPÓLOGO NATIVO

LUÍS CLÁUDIO MENDES

Este trabalho é um relato de experiência que propõe uma reflexão sobre as interseccionalidades que atravessam corpos dissidentes, desde a perspectiva localizada e fluida da “bicha-preta”. Por meio de uma saia que costumava utilizar na infância, o texto realiza um retorno às experiências sócio-políticas que moldaram o corpo e delinearão a trajetória do antropólogo-preto-bicha que vos escreve. As linhas soltas dessa saia, gastas pelo tempo, tornam-se fios condutores da costura de uma narrativa de retorno a esse passado, que foi marcado por exclusões, violências desumanizantes e potências fabulativas de existência. A metáfora da descostura da saia articula elementos autobiográficos e uma análise crítica dos dispositivos normativos que definem quais corpos importam e quais são excluídos, a partir dos marcadores de raça, gênero e sexualidade. A partir disso, penso como essas estruturas influenciam na produção de conhecimento na universidade, no fazer etnográfico e na vida social. Por fim, a proposta de uma “antropologia bicho-bicha” busca pensar epistemologias localizadas desde os corpos dissidentes que fazem pesquisa — negros, indígenas, PCDs, trans e travestis — como potenciais desafios, hacks e rupturas aos limites da colonialidade e da desumanização antinegra. Trata-se de propor novas formas de compreender e praticar a disciplina, a partir da consciência múltipla dessas vivências marginalizadas e do revise “bicho-bicha”, que torna a dor, um espaço de produção de vida. É, também, um convite à reconfiguração radical dos modos de (re)conhecimento e de existência no campo antropológico e na construção de redes interpessoais no cotidiano.

EM BUSCA DA TERRA DOS SONHOS: REFLEXÕES E ATRAVERSAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO DE RESISTÊNCIAS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ RURAL

JEAM CLAUDE DE SOUZA GOMES

Estudos apontam que, a partir do século XX, observou-se uma maior concentração de sujeitos LGBTQIA+ no espaço urbano, consolidando-o as cidades como refúgio para a comunidade e pilar para organização dos movimentos de emancipação sexual e libertária. Esse contexto associa a migração para as metrópoles à busca por liberdade, anonimato, direitos e territórios de sociabilidade (Teixeira, 2015). Destarte, a migração urbana, atrelada à busca por autonomia, reflete a criação de um imaginário onde o ambiente urbano é idealizado como espaço de liberdade, permitindo a expressão de identidades dissidentes. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa de tese é investigar, com base nos estudos de gênero, as práticas de resistência de sujeitos LGBTQIA+ indjseridas em contextos rurais, e que migraram para as grandes cidades, diante da heteronormatividade, violência e LGBTQIA+fobia. A hipótese é que, em comunidades rurais, o controle social é maior, e que a mídia e as redes sociais produzem um imaginário idealizado de vivência LGBTQIA+ nas cidades, onde a expressão de identidades dissidentes seria facilitada. Considera-se que o movimento migratório aos centros urbanos constitui forma de resistência, mas questiona-se se essa busca representa real emancipação ou apenas reflete um imaginário positivo do urbano. A pesquisa adota abordagem interdisciplinar e qualitativa, com revisão bibliográfica, monitoramento de redes sociais e entrevistas semiestruturadas por meio da técnica “bola de neve”. Os resultados parciais indicam que, embora a cidade seja idealizada como espaço de liberdade, tanto o campo quanto o urbano impõem desafios à população LGBTQIA+, especialmente diante de retrocessos em políticas públicas, que em sua maioria excluem essa população dos Planos Plurianuais, baseados em discursos conservadores e políticas antigênero.

DEVIR VIADO: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA AUTOETNOGRÁFICA INDÍGENA E LGBTQIAP+

ANDRÉ DA SILVA MUNIZ

O presente relato pretende discorrer sobre a minha experiência com uma pesquisa autoetnográfica recém-concluída no programa de mestrado em Ciências Humanas e Sociais da UFABC, onde estudei a diversidade sexual e de gênero entre indígenas do povo Puri. Neste processo, foi importante reconhecer a colonialidade presente nos paradigmas de pesquisa europeus e a necessidade de adotar metodologias que valorizem os saberes dos povos subalternizados, suas epistemologias e suas formas próprias de produção e valorização do conhecimento. Assim, encontramos na “autoetnografia indígena” uma forma de resistência e, até mesmo, “rebelião” epistêmica, que tem contribuído para que nós, sujeitos historicamente silenciados - neste caso, as pessoas indígenas e LGBTQIAP+ - possamos encontrar ferramentas que melhor se adequem aos nossos interesses sociais, políticos, nossos vínculos culturais e que contribuam com curas pessoais e coletivas. Portanto, neste relato, pretendo explicar como minha própria dissidência sexual e de gênero e meu pertencimento étnico se mesclaram em minha pesquisa, e como a opção pela “autoetnografia indígena” como metodologia contribuiu não apenas para minha própria experiência de pesquisa e para as nossas disputas políticas e culturais como puris LGBTQIAP+, bem como para produção de saberes que foram viabilizados pelo olhar de uma pessoa do próprio grupo pesquisado.

"ANTES ERA COMO OS ANTIGOS MAIAS E ASTECAS FAZIAM": RELAÇÕES AFETIVAS-SEXUAIS PARA HOMENS GAYS EM APLICATIVOS DE RELACIONAMENTO

DANIEL DA SILVA STACK

O presente trabalho apresenta dados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento que busca compreender como os marcadores sociais de geração e envelhecimento influenciam as relações afetivas e os usos de aplicativos de relacionamento no interior de Santa Catarina. A investigação utiliza a etnografia digital como principal metodologia, com foco na interação com usuários do Grindr, aplicativo predominante entre homens gays e bissexuais, a partir da cidade de Chapecó – SC, um polo regional localizado no oeste catarinense. Os interlocutores da pesquisa têm entre 28 e 56 anos e apresentam diferentes familiaridades com as tecnologias digitais. Muitos tiveram suas primeiras experiências afetivo-sexuais por meio de plataformas como as salas de Bate-Papo UOL ou o MSN, em um contexto anterior à popularização dos aplicativos móveis. As biografias analisadas no Grindr revelam que a idade é um elemento central nas dinâmicas do aplicativo, cuja base de usuários é majoritariamente jovem. Para parte dos sujeitos, a era pré-internet comercial representava modos de se relacionar distintos do atual, vistos como “pré-históricos”. No surgimento da internet comercial a sociabilidade online representava um espaço de experimentação da homossexualidade em contextos marcados pela heteronormatividade e pela vigilância social. No presente, no entanto, esses mesmos sujeitos relatam frustrações frente às novas normas e formas de interação, especialmente quanto à efemeridade dos encontros e à lógica de consumo acelerado de perfis. A análise dessas experiências evidencia como normas sociais de gênero, sexualidade e idade atravessam tanto o mundo digital quanto o offline, moldando de modo particular as formas contemporâneas de sociabilidade e pertencimento entre diferentes gerações de usuários de aplicativos de relacionamento.

A MÁSCARA E A FACE: ENTRE O VÉU E A REVELAÇÃO

LAURA CALAIS SILVA, ADAIR MARQUES, JOÃO DANTAS DOS ANJOS NETO

Esta comunicação busca refletir sobre a perspectiva sócio-política no universo fotográfico do francês Marcel Gautherot, em específico os registros do transvestismo com usos de máscaras no Carnaval da década de 1950. A pesquisa procura compreender como essas imagens, com explícitos etnográficos ao considerar o universo simbólico imerso, contribuíram com a política externa de exportação cultural brasileira do governo de Getúlio Vargas. Parte-se da premissa de que o Carnaval funciona como um espaço de suspensão simbólica de normas sociais e que, por meio da lente de Gautherot, conseguimos observar como essas performances de gênero ambíguas foram ao mesmo tempo documentadas e transformadas em espetáculo para exportação, enquanto era fortemente repreendido entre seus participantes. A metodologia se baseia na análise iconográfica com estudos de gênero e teoria da imagem, somando-se à revisão bibliográfica sobre a propaganda cultural getulista. Ao problematizar o uso político dessas imagens, a finalidade é de refletir sobre os modos pelos quais o Carnaval e seus corpos performativos são instrumentalizados como emblemas de brasilidade no imaginário internacional. É esperado demonstrar que essas imagens, ao mesmo tempo em que documentam manifestações populares de fluidez de gênero, foram também ressignificadas dentro de estratégias políticas de construção de uma identidade nacional exótica e hipersexualizada, onde a máscara parece grudar-se ao rosto e o rosto parece ser substituído por máscara.

A SER QUEM SE QUIS: NARRATIVA SOBRE APOIO, LIBERDADE, AGÊNCIA E ACOLHIMENTO
DÉA E. BERTTRAN

Em época tão perigosamente ameaçadora à liberdade, notadamente para as pessoas que não se encaixam na eleição do sexo binário por conta de movimentos sectários religiosos, sociais e políticos, trazer à luz histórias de pessoas trans e/ou travestis consideradas “construtivas”, que resultam em funcionalidades como escolarização, profissionalização, relacionamentos afetivos, entre outras, é algo que se faz de extrema importância enquanto criação de imaginários mais diversos e inclusivos, ilustrando situações de não violência. Esta pesquisa, fruto de doutorado em andamento em Ciências Sociais (Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP), busca a construção de conhecimento sobre vivências que receberam apoio para que pudessem se descobrir em suas singularidades de gênero, no entendimento sobre como e sob quais formas se produziram seus agenciamentos, além de as relacionalidades implicadas em suas afetividades. Investigação qualitativa, realizada com uma jovem mulher trans, acadêmica e com carreira profissional promissora, em pesquisa densa, realizada durante sua cotidianidade. O aporte teórico contempla estudos de gênero, feminismos, transfeminismo e psicanálises. Os resultados preliminares apontam para a importância do contexto ambiental que propicie espaço para que o desenvolvimento de uma criança aconteça de forma a respeitar e a acolher o que percebe sobre si mesma. Mas não só: acompanhá-la em sua adolescência e despertar da juventude, respeitando-a e a favorecendo em seus desejos. Sentindo-se segura e aceita por aqueles por quem nutre afeição, poderá se desenvolver a caminho de uma autoestima de qualidade, legitimada em seu pertencimento, com resistência inclusive às agressões que poderá vir a sofrer por habitar sociedade transfóbica.

CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE DA CATEGORIA MÉDICO-LEGAL "MISSEXUALISMO" DO MÉDICO JÚLIO AFRÂNIO PEIXOTO (1876-1947)
NATHÁLIA DE MORAIS COSCRATO

Fruto de parte de pesquisa de doutorado sobre os discursos médico-legais produzidos no Brasil de 1925 a 1945 sobre o “homossexualismo” (e outras categorias afins produzidas na época) e partindo de uma base epistemológica que, ancorada nos trabalhos de Michel Foucault (2020; 2010; 2015), recusa-se em conceber a homossexualidade como um fenômeno trans histórico, este trabalho se constituiu em uma pesquisa qualitativa, de inspiração etnográfica, que teve como objetivo analisar o conceito da categoria médico-legal “missexualismo”, criada por um dos maiores nomes da Medicina Legal no Brasil na primeira metade do século XX, o médico Júlio Afrânio Peixoto (1876 - 1947). Busquei, especialmente, identificar quais elementos compunham o significado de “missexualismo”, qual foi o embasamento teórico de sua criação e em que medida essa categoria se diferenciava do que hoje, comumente, se entende por homossexualidade. A categoria “missexualismo” foi proposta para substituição do termo “intersexualidade”, que havia sido criada por Richard Goldschmidt (1878-1958), e que se referia à coexistência, em um mesmo indivíduo, de características físicas e/ou funcionais dos dois “sexos”. O termo “sexo” é utilizado por Peixoto (193[?]) para se referir tanto ao que hoje é denominado “sexo biológico” quando ao que atualmente se denomina por “gênero”. Aspectos físicos e comportamentais eram avaliados como femininos ou masculinos e utilizados como referência na identificação da intensidade do “missexualismo”. Essa categoria destaca a mistura do “feminino” e do “masculino” nos indivíduos. Segundo o médico, todas pessoas eram, ao menos um pouco, “missexuais”, algumas, no entanto, eram equilibradas e eram consideradas normais e outras, todavia, eram “missexuais” desequilibradas e consideradas anormais. Pessoas que sentiam atração por pessoas do mesmo “sexo” era consideradas missexuais desequilibradas.

DOMANDO AMBIGUIDADES: O CONTROLE COLONIAL DIANTES DE PRÁTICAS BISSEXUAIS
JAMILIE SANTOS DE SOUZA

Este trabalho propõe uma análise, com base em revisão bibliográfica, de relatos históricos e estudos que tratam de discursos coloniais voltados à repressão de práticas sexuais — atualmente identificadas como bissexuais — e de expressões de gênero que escapavam à lógica binária, especialmente em comunidades subalternizadas durante a colonização europeia, como os povos originários das Américas. O objetivo é compreender de que forma tais práticas e identidades foram marginalizadas por uma imposição colonial que estabeleceu como norma os padrões cisheterossexuais, cujos efeitos ainda hoje alimentam estigmas dirigidos à bissexualidade e a outras dissidências monossexuais. De modo mais específico, busca-se examinar como a rejeição a sexualidades fluidas e a corpos não conformes à binariedade de gênero serviu como um critério central para hierarquizar culturas e corpos, situando alguns como “evoluídos” e “civilizados” e outros como “primitivos” e “inferiores”, em uma linha de desenvolvimento ascendente. A pesquisa apoia-se teoricamente nas contribuições de Gloria Anzaldúa, Steven Angelides, Shiri Eisner, Estevão Fernandes e Maria Lugones, estabelecendo conexões entre bissexualidade e pensamento decolonial.

FABULAÇÕES FUTURISTAS E POSSIBILIDADES DE SER: GÊNERO, SEXUALIDADE E EMOÇÕES NOS FANDOMS BRASILEIROS DE DANMEI
ANA BEATRIZ ZANI DE MELO

Esta pesquisa busca explorar as dinâmicas de gênero, sexualidade e pertencimento dentro dos fandoms brasileiros dedicados ao gênero literário de ficção homoerótica chinês Danmei, com foco nas obras “Grão-Mestre da Cultivação Demoníaca (魔道祖师 módào zūshi)” e “Benção do Oficial do Céu (天官賜福 tiān guān cǐ fú)” da autora Mò Xiāng Tóng Xiù (墨香銅臭), conhecida entre os fãs como MXTX. A partir de uma abordagem de etnografia digital com observação participante, inserindo-se ativamente nos fandoms online brasileiros de MDZS e TGCF. A coleta de dados envolveu o mapeamento e a análise de perfis públicos, como biografias e outras formas de construção de identidade online, e, a análise do conteúdo nas plataformas X (antigo Twitter) e Bluesky, incluindo tweets e produções narrativas dos fãs para identificar quais temas são recorrentes em suas interações, as categorias de gênero e sexualidade que são empregadas, expressões emocionais e indícios de pertencimento. A ficção funciona como território simbólico da experimentação, assim o objetivo é compreender se esses espaços online se tornam locais que podem (ou não) construir dinâmicas emocionais, expressões de gênero e noções de pertencimento de fãs que se autoidentificam a partir de categorias de gênero e sexualidade não normativas. Além disso, analisa-se como os fãs interpretam e reinterpretam os produtos culturais para negociar suas identidades. Os resultados parciais indicam modos próprios de convivência, redes de cuidado, articulações entre experiências pessoais e imaginários coletivos. Observa-se que os laços emocionais e gratidão pelas amizades são evidentes dentro desses espaços, além de um engajamento ativo e analítico, discussões sobre censura e diferentes interpretações narrativas, além da preocupação em criar espaços online seguros para pessoas queer e que os fãs reimaginam personagens através de produções de sentidos do cânon pelo fanon como headcanons, fanfics, etc, explorando identidades dissidentes.

ESCREVENDO A HISTÓRIA DO MOVIMENTO BISSEXUAL NO BRASIL
INÁCIO DOS SANTOS SALDANHA

Apesar de sua longevidade na história do movimento LGBTQIA+ no Brasil e no mundo, a bissexualidade permanece sendo um desafio nos horizontes de pesquisa e ativismo sobre gênero e sexualidade. Porém, em vez de uma lacuna, trata-se de um tema que vem mobilizando diferentes gerações de ativistas e pesquisadores no país. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a formação do movimento bissexual no Brasil, com foco em suas redes e enquadramentos. Artigo o conceito de “campos discursivos de ação” de Sonia Alvarez para pensar o movimento social como mais do que um aglomerado de grupos organizados, e sim como um conjunto de redes e teias político-comunicativas em que diferentes atores tomam parte. O material empírico é composto a partir de arquivos do movimento LGBTQIA+ brasileiro, blogs e sites de ativismo bissexual e entrevistas semi-estruturadas com atores desse campo. A análise de conteúdo é realizada de forma articulada de forma a preservar as especificidades dos materiais. Os resultados permitem a elaboração de uma cronologia do ativismo bissexual e que privilegia a formação gradual de uma autonomia de enquadramentos e códigos ético-políticos.

SUJEITO PESQUISADOR E SUJEITOS PESQUISANDO: ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE POPULAÇÃO COM FERRAMENTAS INTERSECCIONAIS
CARLOS VINICIUS RIBEIRO PINHEIRO

Este trabalho discute os desafios e potências da produção de dados sobre populações LGBTQIAPN+ a partir da experiência antropologia e da etnografia urbana realizada no aspecto qualitativo de diário de bordo, acerca de reflexões fenomenológicas acerca da realização da Pesquisa Censitária do Grande ABCDMRR. A pesquisa foi realizada em parceria entre a Rede Amalgamar, o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, o Núcleo Esperança Garcia de Estudos de Gênero da UFABC (NEG/UFABC), movimentos sociais e atores comunitários, com apoio de emenda parlamentar da deputada Erica Malunguinho. Fundamentada na

teoria queer (BUTLER, 2003; 2015), na crítica interseccional (AKOTIRENE, 2021; COLLINS, 2016; CARNEIRO, 2003) e nos estudos demográficos não-hegemônicos (PERES, 2023), a metodologia adotada articula análise territorial, cartografia social, escuta coletiva e formação política. Além do caráter técnico, a pesquisa propõe uma reversão epistêmica: os sujeitos outrora pesquisados tornam-se co-autores do conhecimento produzido. Ao integrar pesquisadoras trans, negras, periféricas e militantes da própria região como protagonistas da coleta e análise, o processo reposiciona o lugar da ciência como campo de tradução — e não apropriação — das epistemologias dissidentes. Do ponto de vista da antropologia urbana, a pesquisa revela como os circuitos de sociabilidade LGBTQIAPN+ se articulam em redes de resistência territorializadas — em ballrooms, slams, centros culturais, casas de acolhimento e cursinhos populares — que não apenas sobrevivem, mas produzem conhecimento, estética e política. Nesse sentido, a cidade aparece como arena de disputa e também como currículo vivo, que desafia os cânones acadêmicos ao introduzir outras formas de inteligibilidade dos corpos, dos dados e das existências. A tradução de saberes periféricos e dissidentes para a linguagem científica, quando conduzida com escuta, horizontalidade e ética radical.

SESSÃO 4

CORPO, ESTÉTICA E EXISTENCIAL: UMA LEITURA FENOMENOLÓGICA E EXISTENCIAL SOBRE PROCEDIMENTOS EXCESSIVOS NA CONTEMPORANEIDADE
VITÓRIA MARIA DE SÁ DE SOUSA, LEONARDO VALESÍ VALENTE, FEDERICO GUILLERMO HANSEN GUZMÁN JUNIOR, LARISSA LOUBACK, CAMILLE VITÓRIA DE OLIVEIRA ALVES

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a relação entre corpo, forma e estética na contemporaneidade, a partir da perspectiva fenomenológico-existencial. Com base nos pensamentos de Merleau-Ponty, Heidegger e Boss, discute-se o corpo como expressão encarnada da existência, e não como um objeto manipulável ou moldável. Nesse contexto, analisa-se o fenômeno da harmonização facial como uma prática estética amplamente difundida, vinculada à lógica do consumo e à padronização de ideais de beleza. Tal prática evidencia uma experiência corporal atravessada por normas culturais que tendem à homogeneização dos traços, gerando riscos de alienação e apagamento da singularidade. Ao incluir um recorte de gênero, destaca-se que os imperativos estéticos recaem de maneira particularmente intensa sobre os corpos femininos, que historicamente foram e continuam sendo mais controlados, objetificados e disciplinados. A pressão por aderir a padrões estéticos normativos revela uma dimensão de violência simbólica que afeta, sobretudo, as mulheres, mas que se estende, de forma crescente, a outros gêneros sob a lógica neoliberal do corpo performático e produtivo. Defende-se, por fim, a importância de resgatar o corpo vivo e singular, reconhecendo sua historicidade, finitude e potência expressiva, em contraposição às imposições normativas e aos modelos desumanizantes que permeiam o mundo atual.

É PRECISO TRANSICIONAR A UNIVERSIDADE!
CAI PRADO, JOÃO PAULO PEREIRA BARROS

Esta apresentação compartilha parte de uma pesquisa de mestrado em Psicologia, desenvolvida na Universidade Federal do Ceará (UFC), sobre trajetórias, desafios e possibilidades de estudantes trans no ensino superior. O estudo parte de uma experiência implicada da pesquisadora com o Fórum de Estudantes Trans da UFC. Com base em referenciais transfeministas e contracoloniais, adota a Pesquisa-Inter(in)venção como inspiração cartográfica como abordagem metodológica. Parte-se do entendimento da universidade como um espaço de contradições marcado pela cisheteronormatividade e pelo trans-epistemicídio. Mesmo diante das, ainda poucas, políticas afirmativas para o acesso, estudantes trans seguem enfrentando desafios políticos cotidianos. O Fórum Trans se consolida como território coletivo de cuidado entre pessoas trans e de invenção de estratégias de permanência e "ataque" às precarizações, exclusões institucionais, estigmas e violências. O percurso metodológico se ancora na criação de um dispositivo clínico-político grupal, que elabora um percurso de encontros com estudantes trans da UFC. Esses encontros têm como foco a escuta das trajetórias, o mapeamento de afetos e tensões vividas, a partilha de práticas de cuidado, a fabulação de futuros possíveis e a discussão sobre visibilidade, política e pertencimento. Oficinas poético-afetivas, rodas de conversa e experimentações estéticas coletivas constituem os principais recursos utilizados para a produção de dados. Esta pesquisa é um manifesto que aposta na valorização das práticas insurgentes de estudantes trans e na transição da universidade, para que, em sua radicalidade democrática, nossas existências e nossos saberes possam ser celebrados e difundidos. A pesquisa é vinculada ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), e é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

SAÚDE E CIDADANIA: UMA ANÁLISE DO ATENDIMENTO DESTINADO ÀS MULHERES LÉSBICAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SULAMITA JESUS DE ASSUNÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as experiências de mulheres lésbicas negras cisgêneras no acesso à saúde na Atenção Primária do SUS na cidade de São Paulo. Parte-se do reconhecimento de que, mesmo diante de avanços e políticas de inclusão, as práticas institucionais de cuidado ainda operam sob lógicas racistas, heteronormativas e universalistas, que impactam diretamente a qualidade do atendimento, fragilizam subjetividades e restringem o exercício pleno de direitos. A investigação adota uma abordagem qualitativa, orientada pela pesquisa participante, entendida aqui como um processo dialógico que reconhece o saber das interlocutoras como central para a construção do conhecimento e para a formulação de estratégias transformadoras no campo da saúde. A fundamentação teórica articula contribuições da Psicologia Social Crítica, dos Estudos de Gênero e Sexualidade e da Saúde Coletiva, com especial atenção à produção social da sexualidade, à interseccionalidade e às relações de poder que atravessam os serviços públicos. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas e grupos de discussão com mulheres de diferentes faixas etárias e territórios da cidade. Serão convidadas para participar mulheres lésbicas negras cisgêneras com experiências prévias de atendimento em Unidades Básicas de Saúde. Essa delimitação não desconsidera outras vivências LGBTQIAPN+, mas reconhece que diferentes experiências de gênero, sexualidades e raça exigem análises e estratégias específicas. A análise será orientada pela perspectiva construcionista que entende as narrativas como produções situadas e produtoras de efeitos subjetivos, capazes de ampliar ou restringir direitos, e não como meras representações neutras da realidade. Espera-se, com esse processo, identificar barreiras, especificidades e recomendações para o fortalecimento de práticas de cuidado comprometidas com a equidade, o acesso integral à saúde e a promoção dos direitos humanos.

EMPREGABILIDADE E GERAÇÃO DE RENDA PARA POPULAÇÃO LGBTI+: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO EMPODERA+ NO CEARÁ
LARISSA FERREIRA NUNES, MITCHELLE MEIRA BENEVIDES

Este relato compartilha a implementação do Projeto-Piloto do Programa Empodera+ no Ceará, iniciativa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, realizada em cinco estados. No Ceará, a coordenação está sob responsabilidade da Secretaria da Diversidade (SEDIV), órgão pioneiro no enfrentamento à LGTfobia e na promoção da cidadania LGBTQIA+. A SEDIV articula o programa com o Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues e com diversos órgãos públicos e privados. Destaca-se também a criação do Comitê Estadual de Empregabilidade e Empreendedorismo LGBTI+, espaço técnico e político para mobilização institucional, articulação de oportunidades e acompanhamento da execução local do projeto. Desde o início, o programa tem priorizado a inclusão no mercado formal e a permanência de pessoas LGBTI+ nos postos de trabalho, com foco em formações sobre diversidade e sensibilização de empresas. Iniciativas como oficinas de formação cidadã e profissional, cursos técnicos com o IFCE, o evento "Empresas + Diversidade" e a aula magna do programa têm promovido a empregabilidade digna e o combate à LGTfobia. Entre os principais resultados, destaca-se a inserção qualificada de pessoas LGBTI+, especialmente pessoas trans, por meio de apoio financeiro, formação técnica e fortalecimento da autonomia profissional. As ações de sensibilização já têm incentivado políticas de vagas afirmativas e maior comprometimento do setor privado. Além da empregabilidade, o programa fortalece o empreendedorismo LGBTI+ com apoio a MEIs, cooperativas e economia solidária. A permanência no trabalho é sustentada por políticas institucionais de combate à LGTfobia, com medidas educativas e sanções quando necessário, consolidando o Ceará como referência nacional em inclusão produtiva e justiça social.

(RE)EXISTIR LÉSBICA NO CEARÁ: VIVÊNCIAS, ESTRATÉGIAS E ENFRENTAMENTOS À LESBOFOBIA
LARISSA FERREIRA NUNES, JOÃO PAULO PEREIRA BARROS

A tese em questão investiga as trajetórias de mulheres que se identificam como lésbicas no Ceará, com foco na constituição de suas lesbianidades e nas práticas de (r)existência diante da lesbofobia. Utilizando uma abordagem qualitativa e participante, com base em pressupostos feministas e descoloniais, o estudo ouviu 13 mulheres lésbicas por meio de entrevistas autobiográficas e acompanhamento em atividades de enfrentamento à lesbofobia. A escolha do termo "lesbianidades" reflete a pluralidade das vivências e subjetividades dessas mulheres, atravessadas por marcadores como raça, classe, geração e território. Os resultados revelam que as experiências de lesbofobia se manifestam principalmente através da invisibilidade social, da estigmatização e da violência emocional, especialmente em espaços familiares, escolares e de trabalho. Essas opressões, muitas vezes sutis e persistentes, impactam diretamente a construção da identidade e da autoestima dessas mulheres. Como estratégias de enfrentamento, destacam-se a criação de redes de apoio afetivo-políticas, a busca por espaços seguros de sociabilidade e a participação ativa em coletivos, movimentos e organizações LGBTQIA+. Esses espaços não apenas fortalecem vínculos e pertencimento, mas também funcionam como instrumentos de afirmação e resistência frente à norma heterocispatrilarchal. A pesquisa aponta ainda para a relevância de abordagens interseccionais na Psicologia e nas políticas públicas, sugerindo que práticas mais inclusivas e sensíveis às especificidades das vivências lésbicas são fundamentais para promover direitos e combater as múltiplas formas de violência. Por fim, reforça a importância da produção de conhecimento situado, ético e político como ferramenta de transformação social e visibilidade lésbica.

BAREBACKING E A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE SEXUAL

MATHEUS SILVA DE OLIVEIRA, ARTHUR LEÔNCIO CORSINI LELLO, RAFAEL HOSTALÁCIO ANDRADE CORRÊA, PAULA RITA BACELLAR GONZAGA

A presente pesquisa qualitativa, de revisão de literatura, resulta de uma experiência formativa desenvolvida na disciplina “Atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva”, ofertada pela Dra. Paula Rita Bacellar Gonzaga na Universidade Federal de Minas Gerais, que aqui figura como coautora. O termo barebacking, originalmente utilizado em rodeios norte-americanos, passou a ser empregado, a partir da década de 90, entre a comunidade gay e bissexual, para designar relações sexuais sem preservativo entre homens que fazem sexo com homens (HSH) (Silva, 2009). A prática do sexo desprotegido, no entanto, não é exclusiva dos HSH. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, quase 60% dos brasileiros com mais de 18 anos afirmaram não ter usado preservativo em nenhuma relação sexual em 2019 (Brasil, 2023). Ainda assim, é o sexo entre homens, sem uso de preservativos, que costuma ser carregado de significados negativos e patologizantes, como o contágio, a sujeira e a imoralidade, influenciados por discursos morais e médicos (Ferreira et al., 2025). Tais representações derivam de uma carga histórica homofóbica e transfóbica que associa a comunidade LGBTQIAPN+, sobretudo pessoas gays e trans, ao HIV/Aids, o que reflete em políticas públicas que reduzem essas identidades e sexualidade à possibilidade de soropositividade (Ferreira et al., 2025; Arantes, 2023; Greco, 2016). A partir do feminismo negro, decolonial e da psicologia social comunitária, o estudo convida profissionais dos serviços públicos a refletirem sobre como promover saúde sexual sem estigmatizar homens que optam por relações sexuais sem preservativo com outros homens. Também propõe ampliar as estratégias de cuidado, rompendo com a lógica que vincula homossexualidade e transexualidade ao HIV/Aids. Discutir o barebacking é debater outras formas de prevenção e tratamento, garantindo que o cuidado em saúde sexual contemple todas as pessoas, independentemente da orientação ou prática sexual.

TERAPIAS DE CONVERSÃO DE SEXUALIDADE NO BRASIL: MOTIVOS, AGENTES, PERCEPÇÕES E EFEITOS

CAIO BENEVIDES PEDRA

A terapia de conversão de sexualidade, popularmente conhecida como “cura gay” foi um assunto muito debatido pelo Congresso Nacional nos anos de 2009 e 2013. Em ambas as oportunidades, apesar de muita atuação e resistência da Frente Parlamentar Evangélica, foi mantida a Resolução nº 1/1999 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe que profissionais da área ofereçam “cura” tratamento para conversão de sexualidade para pessoas homossexuais ou transexuais. Apesar disso, esse debate nunca se encerrou e há constantes movimentações em busca de normalizar e permitir o oferecimento desses tratamentos sempre que novas denúncias de profissionais acontecem. E elas seguem acontecendo porque ainda há demanda para esses tratamentos, tanto voluntária quanto por parte de familiares. O objetivo dessa pesquisa é conhecer os motivos que levam pessoas a se submeterem (ou serem submetidas) a tratamentos de conversão de orientação sexual ou identidade de gênero, as instituições e agentes que contribuem para essa decisão, as percepções dessas pessoas sobre esses tratamentos e seus efeitos em suas vidas. Para isso, esse trabalho contará com pesquisa bibliográfica sobre o histórico da patologização e da despatologização das orientações sexuais e identidades de gênero, as técnicas aplicadas nas terapias de conversão e o tratamento dessas questões pelo legislativo brasileiro. Além disso, será realizada uma etapa qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas com pessoas que passaram por essas terapias, identificadas por meio da amostragem por conveniência.

A LITERATURA COMO FORMA DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL PARA SUJEITOS DISSIDENTES DE SEXUALIDADE E RAÇA: EXPERIÊNCIAS DE UM JOVEM GAY, QUILOMBOLA E UNIVERSITÁRIO

MESSIAS DE LIMA SANTOS JÚNIOR, CLARICE SANTOS MOTA

Este relato de experiência, construído em coautoria entre discente e orientadora, tem como objetivo refletir sobre a literatura como forma de cuidado em saúde mental para corpos dissidentes de sexualidade e raça, a partir da vivência de um jovem negro, gay, quilombola e universitário. Em um cenário de vulnerabilidade emocional e institucional, a literatura se apresenta como uma rede informal de atenção psicossocial, operando como espaço simbólico de acolhimento, construção de identidade e resistência subjetiva. Ao longo da minha trajetória acadêmica, marcada por múltiplos constrangimentos de ex(l)stir, encontrei nos livros o que a estrutura formal de cuidado muitas vezes não me ofereceu: escuta, representação, sobrevivência e re(e)xistência. Entre páginas e feridas, compreendi que a palavra pode ser abrigo, denúncia e reconstrução. A literatura, especialmente a produzida por autoras e autores negros, LGBTQIA+ e decoloniais, me ofereceu ferramentas para nomear dores, resignificar silêncios e reimaginar futuros. Este texto tensiona os limites da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ampliando o conceito de cuidado para além das instituições e profissionais formais. A experiência evidencia a importância de reconhecer redes afetivas, culturais e simbólicas como dispositivos

legítimos de cuidado, sobretudo quando o sujeito dissidente é sistematicamente excluído da escuta oficial. Ao narrar a própria história, este corpo quilombola e dissidente reivindica a literatura como ferramenta de cura, política e re(e)xistência cotidiana.

(DES)CONSTRUÇÃO DE GÊNERO, SAÚDE MENTAL E A ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL

MARIA REGINA BORTOLINI DE CASTRO, GUSTAVO DA SILVA GOMES

A população trans enfrenta diversas barreiras no acesso à saúde, seja por preconceito, seja por políticas públicas e formação profissional ineficazes. A atenção multiprofissional pode oferecer o cuidado qualificado para a promoção do bem-estar psíquico de pessoas trans de pessoas trans no processo de (des)construção de gênero. O objetivo desta investigação foi compreender como se dá o acolhimento proporcionado pela equipe multiprofissional, em especial a enfermagem, no processo de (des)construção de gênero, analisando suas consequências para a saúde mental de pessoas trans. Utilizou a cartografia social como método de investigação, de modo a acompanhar trajetórias e vivências que revelam o cotidiano do cuidado, bem como os desafios e potências envolvidas nesse processo. Foram feitas entrevistas narrativas com 6 pessoas trans e suas falas organizadas em 4 categorias temáticas: trajetória no processo de desconstrução de gênero; desafios no acesso e acolhimento em saúde, cuidado em enfermagem e mudanças para a melhoria do atendimento. Os resultados apontam que o acolhimento empático, a escuta qualificada e a valorização do nome social contribuem significativamente para a construção de um ambiente seguro e acolhedor, fundamentais para o bem-estar psíquico dessa população. A falta de preparo dos profissionais de saúde ainda representa um obstáculo para a continuidade do cuidado. Destacou-se o Ambulatório Especializado com profissionais mais qualificados, onde o vínculo com o paciente é construído especialmente no âmbito da equipe de enfermagem como o espaço de acolhimento e cuidado mais sensível, inclusivo e eficaz, produzindo saúde e bem estar da pessoa trans. Conclui-se que é essencial promover práticas de saúde baseadas nos princípios da equidade, respeito e valorização da diversidade de gênero, conforme preconiza a PNSI LGBT, a fim de reduzir as iniquidades em saúde e garantir o pleno exercício do direito à saúde.

SOCIABILIDADE E COMING-OUT: TESSITURAS ENTRE ARMÁRIOS E VIVÊNCIAS GAYS EM DINÂMICAS INTERIORANAS.

GLEYDSO FELIPE DUQUE DE PAIVA, MARCOS NASCIMENTO

Esse trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado, que buscou compreender os processos de reconhecimento, aceitação e revelações da homossexualidade, analisando a relação entre armário, juventude e dinâmicas interioranas, considerando o território da Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro. O método se configurou através da pesquisa qualitativa, com realização de entrevistas semiestruturadas, presenciais, com análise dos dados a partir de núcleos de sentido. Os participantes foram dez jovens gays, oriundos e residentes no território delimitado. Além da identificação das dissidências entre os processos de reconhecimento e enunciação da homossexualidade, pôde ser percebida a forte influência religiosa-cristã nos processos de revelação, onde familiares e amigos precisaram do trabalho do tempo para conseguirem lidar, com maior tolerância, com a orientação afetivossexual dos sujeitos. Nos espaços escolares e de trabalho, ficou muito evidente a necessidade da utilização do armário como estratégia de sobrevivência, a fim de mascarar a homossexualidade, para se proteger e preservar a própria integridade. Também foi identificado que a insuficiência de sociabilidades LGBTQIA+ no território promove o distanciamento dos sujeitos gays de seus pares e, consequentemente, dificulta a construção de relacionamentos e de redes de apoio e proteção. Desse modo, ganham protagonismo os aplicativos, que levam à objetificação e superficialidade das relações. Evidencia ainda a (re)produção da violência, onde o racismo e a gordofobia atravessam as escolhas sobre com quem se relacionar. Nesse sentido, também se destaca a ausência de coletivos e outras organizações políticas, que poderiam servir como articulação de estratégias de enfrentamento ao conservadorismo interiorano. Por fim, é possível concluir que a sociabilidade tem grande influência nos processos de coming-out dos sujeitos gays nas dinâmicas e contextos interioranos.

TRISTES, LOUCAS E MÁIS: REFLETINDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES FEMININAS

MARIA REGINA BORTOLINI DE CASTRO, ANA BEATRIZ GONÇALVES MELLO

Projeto resultado da parceria entre o Laboratório de Estudos em Representações Sociais e Saúde - LERS e o Coletivo Feminista - COFEM, do Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto, em Petrópolis, Rio de Janeiro, com objetivo de compreender a representação social da loucura no diálogo entre obras de Lisa Appignanesi, Jodelet e Foucault. Em encontros quinzenais, online, mergulhamos na marginalização e estigmatização que levou mulheres a serem confinadas como “loucas”, categoria de acusação com alto poder de contaminação legitimada por visões de mundo e valores morais. Analisamos o papel da Psiquiatria na construção de um discurso médico-legal e de aparato institucional coercitivo. A relação entre sexualidade/saúde, médico/paciente, clínica/sociedade, foram problematizadas numa perspectiva histórica. As discussões ultrapassam a fronteira do conhecimento

acadêmico e emergiram relatos pessoais, com registros a partir de linguagens artísticas, permitindo que a expressão sensível, entrelaçando subjetividades e tocando em múltiplas camadas/dimensões das situações discutidas. A experiência levou à Exposição Tristes, Loucas e Más, com pinturas, desenhos, colagens, instalações criadas pelas estudantes. Em visitas guiadas e rodas de conversa, trocamos vivências estudantes, adolescentes/adultos de CAPs, além do público em geral. No ato criativo, há um derramamento de emoções, nem sempre intencional e consciente, mas sempre carregado de sentidos e sensibilidades. Observou-se o amadurecimento individual e coletivo na reflexão sobre a construção psicossocial do feminino, como trilha de autoconhecimento e agência. A arte é essa potência de ser, de ser com o outro, para o outro. E na potência do encontro sensível, (re)fazer sentidos. Ao ampliarmos o repertório de representações, provocamos fissuras em ideias e sensibilidades cristalizadas. Oportunidade inestimável, não só para a pessoa que cada uma é, mas também para as profissionais que queremos ser.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM PESSOAS TRANSGÊNERO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA
ANNA CAROLINNA DE CARVALHO
ASSAD CHARBEL CHEQUER BONHABIB

A população transgênero enfrenta desafios significativos em sua saúde física, mental e social, agravados por contextos de marginalização e pela ausência de políticas públicas eficazes. Avaliar sua qualidade de vida exige instrumentos sensíveis às suas especificidades, mas ainda não há um diagnóstico consolidado sobre esse aspecto. Este estudo teve como objetivo analisar os instrumentos utilizados para avaliar a saúde e a qualidade de vida da população transgênero, considerando sua indicação, frequência de uso, escopo e validade psicométrica. Foi realizada uma revisão integrativa na base PubMed, com descritores relacionados à qualidade de vida, identidade de gênero e questionários, abrangendo publicações entre 1996 e 2025, em inglês, espanhol e português. Foram incluídos estudos que aplicaram ou validaram instrumentos estruturados com pessoas transgênero. Excluíram-se estudos qualitativos sem instrumentos ou com metodologia inadequada. Foram analisados 300 artigos; 46,3% utilizaram instrumentos estruturados e apenas 6,5% realizaram validação psicométrica completa. Os temas mais frequentes foram qualidade de vida geral (26,3%), pós-cirurgia (12%) e saúde mental (8,7%). Instrumentos amplamente utilizados incluíram SF-36, SF-12, WHOQOL-BREF, TCS e GMSR. A maioria dos estudos foi realizada em países de alta renda e com foco em adultos trans binários, havendo pouca inclusão de travestis, pessoas não-binárias e populações do Sul Global. Conclui-se que há escassez de instrumentos validados e culturalmente sensíveis, o que limita a aplicabilidade clínica e científica das avaliações. Recomenda-se o desenvolvimento e a adaptação crítica de instrumentos com participação ativa das comunidades trans, a fim de alinhar validade psicométrica e relevância experiencial.

SESSÃO 5

TECNOLOGIAS DO CUIDADO: ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DE CARTILHA SOBRE SAÚDE DE PESSOAS TRANS
PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE HOLANDA, JULIANA SIMAS SANTOS,
LILIAN CONCEIÇÃO GUIMARÃES DE ALMEIDA

Este relato de experiência descreve o processo de construção da cartilha “Orientações de Saúde para a População Trans: pela assistência de qualidade”, produzida pelo projeto de extensão Bonde Universitário da UFBA. A iniciativa surgiu da constatação de lacunas na atenção à saúde de pessoas trans, tanto em termos de acesso quanto de qualidade do cuidado ofertado. Diante disso, estudantes extensionistas reuniram-se com profissionais da saúde com experiência no atendimento à população trans e com representantes diretamente envolvidos com a pauta, incluindo pessoas transgênero. Por meio de encontros sistemáticos, foram definidos os principais tópicos a serem abordados na cartilha, a qual foi construída de forma colaborativa, com base em evidências científicas, saberes populares e experiências vividas. O material foi revisado por profissionais experientes e, posteriormente, avaliado por pessoas trans para garantir adequação linguística e representatividade. O conteúdo contempla desde orientações sobre autocuidado e direitos até informações sobre hormonização, cirurgias de afirmação de gênero e estratégias de prevenção em saúde sexual. A experiência desenvolveu competências nos extensionistas no que tange ao uso de linguagem acessível e objetiva, assim como à escolha de imagens e ilustrações atrativas que estabeleçam diálogo com o público-alvo. A interação com profissionais e usuáries possibilitou conhecer o processo de construção teórica, aprimorar o trabalho em equipe e garantir que as vivências da comunidade trans fossem consideradas. Destaca-se que a produção da cartilha se constituiu como uma tecnologia do cuidado e da educação em saúde, contribuindo para o empoderamento da população trans e para a qualificação da prática profissional. Esse dispositivo também reafirma a

potência da extensão universitária na promoção de atenção transinclusiva, crítica e comprometida com a equidade.

TECNOLOGIA EDUCATIVA PARA HOMENS TRANS NO PERÍODO GRAVÍDICO-PUERPERAL
JULIANA SIMAS SANTOS, PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE HOLANDA,
LILIAN CONCEIÇÃO GUIMARÃES DE ALMEIDA

O acesso ao cuidado em saúde no período gravídico-puerperal ainda representa um grande desafio para homens trans e outras pessoas transmasculinas gestantes, que frequentemente enfrentam exclusão, negligência e violência institucional nos serviços de saúde. Este projeto teve como objetivo produzir uma tecnologia educativa voltada à educação em saúde de pessoas trans durante a gestação, parto e puerpério, com foco na inclusão, autonomia e humanização do cuidado. Trata-se de um estudo vinculado ao projeto “Parentalidade Trans: Plano de Cuidados para Gestação, Parto e Puerpério”, realizado em parceria com a Maternidade Clímério de Oliveira (MCO) e o projeto de extensão Bonde Universitário. A metodologia envolveu uma revisão de escopo com artigos das bases PubMed, SciELO e LILACS e Google Acadêmico que abordam sobre estratégias de construção de tecnologias educativas. A análise dos dados permitiu a identificação de seis categorias de estratégias: linguagem inclusiva e empoderadora; design sensível e adaptado à realidade trans; participação da população trans na construção; personalização e relevância do conteúdo; educação em saúde e empoderamento; testagem e validação técnica. Com base nas categorias, houve a construção de materiais gráficos educativos pensados para circulação nos espaços da Maternidade Clímério de Oliveira. A tecnologia elaborada com linguagem acessível, tom acolhedor, conteúdo representativo e design visual inclusivo e atrativo. O objetivo foi promover pertencimento, visibilidade e acolhimento para homens trans que fazem o acompanhamento pré-natal e pós-natal na instituição. Os produtos serão validados por usuários e profissionais da rede pública, assegurando sua efetividade. Espera-se que os resultados contribuam para o fortalecimento do cuidado transcompetente, a fim de promover o reconhecimento da parentalidade trans e qualificar os serviços públicos de saúde para o cuidado integral e acolhedor.

CONSTRUÇÃO DE VÍNCULO TERAPÊUTICO E CUIDADO INTERDISCIPLINAR NA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DE PESSOA LGBTQIA+ COM TRANSTORNO PSICÓTICO GRAVE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
ALICE PAULINO, GABRIELA MELCOP DE CASTRO LEAL DANTAS,
CAMILA LIMA NOGUEIRA, GUILHERME VEIGA FONSECA, ALEXANDRE
AUGUSTO MARTINS LIMA

A atenção à saúde mental de pessoas LGBTQIA+ evidencia risco aumentado de adoecimento psiquiátrico, decorrente dos preconceitos, vulnerabilidades e desafios da vivência fora da heterocisnormatividade. Nesse contexto, a “saída do armário” representa momento crucial na trajetória do indivíduo, podendo, quando acompanhado de falta de apoio, intensificar esse risco. Além disso, a presença de transtornos mentais pode levar à patologização indevida da orientação sexual como sintoma da doença, o que pode dificultar ou atrasar o diagnóstico e tratamento adequados. O relato de experiência destaca a importância do vínculo estabelecido entre uma pessoa com esquizofrenia e a equipe interdisciplinar do Ambulatório LGBTQIA+ de um hospital universitário. O paciente, homem cis-gay, 43 anos, apresentava sintomas psicóticos recorrentes desde os 15 anos, iniciados logo após a revelação de sua orientação sexual. Ao longo do acompanhamento, apresentou resistência ao tratamento de esquizofrenia, por discordar do diagnóstico. A estratégia adotada pela equipe priorizou a construção de relação de confiança, antes de propor intervenções farmacológicas. Essa abordagem, fundamentada na escuta ativa e no respeito às vivências do paciente, favoreceu a adesão ao tratamento, resultando na remissão dos sintomas psicóticos e na ampliação de sua liberdade para viver a sexualidade. A experiência reforça que o cuidado em saúde mental de pessoas LGBTQIA+ deve ser realizado de forma cuidadosa, interdisciplinar e sensível às particularidades de suas trajetórias, reconhecendo o papel do contexto familiar e social na constituição de suas identidades. A construção de vínculo e o respeito às vivências prévias são essenciais para promover um cuidado efetivo, favorecendo a saúde integral e o bem-estar dessa população.

ACESSO À SAÚDE E VÍNCULO TERAPÊUTICO NO ACOMPANHAMENTO DE TRAVESTIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO AMBULATÓRIO LGBTQIA+ DO HUB-UNB
ISAAC DE SOUSA LIMA, GUILHERME VEIGA FONSECA, GUSTAVO
OLIVEIRA SILVA SANTANA

O acesso à saúde por pessoas travestis ainda é atravessado por barreiras estruturais, como transfobia institucional, desinformação dos profissionais, descontinuidade do cuidado e interpretações diagnósticas descontextualizadas. Estima-se que a expectativa de vida dessa população no Brasil seja de apenas 35 anos, reflexo de um cenário marcado por violências sistêmicas, adoecimento psíquico e mortes evitáveis. Estudos indicam que travestis apresentam risco até quatro vezes maior para transtornos mentais e taxas de tentativa de suicídio que podem ultrapassar 40%. Neste contexto, este relato de experiência refere-se ao acompanhamento de uma paciente travesti de 25 anos no ambulatório LGBTQIA+ do Hospital Universitário de Brasília (HUB/UnB), iniciado em abril de 2024. A demanda inicial

envolvia a obtenção de laudos para cirurgia de afirmação de gênero, compreendida pela paciente como solução definitiva para seu sofrimento psíquico. Ao longo dos atendimentos, foi possível reconhecer o impacto de múltiplos fatores: rejeição familiar, vínculos instáveis, uso abusivo de substâncias, tentativas de autoextermínio e fragmentação do cuidado em saúde. A experiência clínica evidenciou que o vínculo terapêutico e profissionais abertos aos cuidados trans são essenciais para superar a desconfiança inicial e facilitar o engajamento desses pacientes pela melhora. Observou-se uma implicação crescente no processo terapêutico, reflexão crítica, revisão diagnóstica e reconstrução do próprio projeto de cuidado em uma perspectiva ampliada de afirmação subjetiva. Ressalta-se que o acolhimento clínico em contexto interdisciplinar, sensível às interseccionalidades de gênero permitiu não apenas intervenções formais, mas também a reconstrução da autonomia subjetiva da paciente. Essa vivência reforça a importância de profissionais comprometidos com escuta ética, atualização em saúde LGBTQIAPN+ e permanência no cuidado como estratégia de equidade em saúde para populações vulneráveis.

AVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL PARA PESSOAS TRANS INICIAREM HORMONIZAÇÃO: PERSPECTIVAS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

PRISCILA MARIA CALIGIORNE CRUZ

A pesquisa em andamento investiga como os discursos de profissionais da saúde em relação aos hormônios de afirmação de gênero (HAG) se materializam na prática, sobretudo em respeito à obtenção de avaliação psicossocial dos requerentes. Intenciona-se revelar e discutir criticamente o arcabouço de crenças e de valores que influenciam essa conduta profissional. Para isso, entrevistamos, com roteiro semiestruturado, entre agosto de 2023 e junho de 2024, 9 profissionais com conhecimento e experiência na prescrição de HAG ou na avaliação e/ou acompanhamento em Saúde Mental de pessoas trans que vivenciam essa forma de cuidado; Sistematizamos e analisamos o material obtido de modo a compreender os aspectos que regulam as práticas de cuidado em questão. Constatamos consenso em relação aos benefícios à saúde promovidos pelo uso de HAG, incluindo melhora de sofrimentos psíquicos e incremento do bem-estar; à baixa complexidade técnica da prática de prescrição; à inexistência de contraindicações absolutas ao uso, excluindo-se a excepcional situação em que o requerente não tenha autonomia para a decisão livre e esclarecida. Observamos divergência quanto à obrigatoriedade de avaliação psicossocial prévia documentada em laudo. Identificamos déficit formativo quanto à saúde da população LGBTQIA+, em especial às pessoas trans. Compreendemos que os desafios da prescrição de HAG superam as habilidades técnicas e se traduzem em obstáculos ao acesso aos serviços de saúde, à aquisição dos hormônios e ao alinhamento das expectativas e imaginários quanto às mudanças corporais. Com isso, concluímos preliminarmente que o cuidado de pessoas trans envolvendo HAG é atravessado por crenças, valores e julgamentos morais e que a falta de protocolos e orientações para essa prática favorece a tomada de decisões por profissionais de saúde com base em princípios morais próprios, reforçando o risco de patologização de tais vidas e de intensificação das barreiras ao cuidado em saúde dessa população.

ACOMPANHAMENTO DE HOMEM CISGÊNERO GAY EM AMBULATÓRIO LGBTQIA+

THÁLISSON RAMON ARAÚJO NEVES, ALEXANDRE AUGUSTO MARTINS LIMA, GUILHERME VEIGA FONSECA, CAMILA LIMA NOGUEIRA, ALAN BRAGA FARIAS

A população LGBTQIA+ é marcada por uma diversidade de experiências, identidades e expressões que desafiam normas historicamente estabelecidas e frequentemente enfrentam situações de vulnerabilidade social. Episódios recorrentes de discriminação, violência simbólica e física, rejeição familiar e invisibilidade institucional impactam profundamente o bem-estar emocional, a autoestima e o acesso a direitos básicos. A criação de ambulatórios especializados representa um avanço essencial como recurso para promoção da saúde integral, fortalecimento da autonomia e continuidade do cuidado. Este relato descreve o acompanhamento de um homem cisgênero gay entre abril de 2024 e maio de 2025. A equipe interdisciplinar, composta por psiquiatra, psicólogo, assistente social e residentes, atuou de forma integrada, considerando fatores interseccionais ligados à saúde mental, uso de substâncias e estigma social. Desde o início, identificou-se que vivências de exclusão e violência simbólica haviam moldado sua autopercepção. O paciente relatava constrangimento por não se reconhecer nos padrões estéticos de certas comunidades gays, marcadas pela valorização do corpo musculoso. Observou-se que o uso de cocaína e anabolizantes relacionava-se a estratégias de enfrentamento de sentimentos crônicos de inadequação, associados a rejeição e à saída do armário tardia. A abordagem fundamentou-se no apoio contínuo e na validação da experiência de sofrimento, combinando intervenções psicossociais, orientações sobre autocuidado e estímulo à participação em espaços de convivência. Entre os desfechos, destacaram-se redução do uso de substâncias, maior adesão ao acompanhamento e disposição crescente para retomar atividades que favorecessem o pertencimento. Contudo, persistiram desafios ligados à autoestima e à expectativa de rejeição, exigindo seguimento prolongado. O caso evidencia a importância de serviços sensíveis às especificidades LGBTQIA+, articulando cuidado psicossocial e compromisso ético.

PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM INSTÂNCIA DELIBERATIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO COMITÊ TÉCNICO ESTADUAL DE SAÚDE LGBT DA BAHIA

PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE HOLANDA, LILIAN CONCEIÇÃO GUIMARÃES DE ALMEIDA, JULIANA SIMAS SANTOS

O presente relato de experiência descreve a participação de um estudante de medicina como ouvinte na primeira reunião de 2024 do Comitê Técnico Estadual de Saúde LGBT da Bahia, realizada na Escola de Saúde Pública. A vivência ocorreu no contexto de um projeto de iniciação científica sobre itinerários terapêuticos de pessoas trans em serviços de saúde sexual e reprodutiva. A reunião reuniu representantes da gestão pública estadual, da sociedade civil e de serviços especializados, constituindo um espaço de formulação intersetorial de políticas públicas em saúde LGBTQIAPN+. Entre os temas discutidos, destacou-se a escassez de serviços especializados no estado, com ênfase na ausência de habilitação para realização das cirurgias do Processo Transexualizador, embora haja serviços ambulatoriais credenciados para o acompanhamento prévio. A reunião evidenciou o caráter político da produção de cuidado em saúde, aproximando o estudante do funcionamento institucional e das disputas por reconhecimento e acesso enfrentadas pela população trans. A presença nesse espaço permitiu a imersão em práticas de gestão, articulação interinstitucional e participação social, ampliando a compreensão dos limites e das potencialidades da atuação profissional e acadêmica no campo da saúde coletiva. Como aprendizado central, destaca-se a importância da escuta qualificada, do engajamento em instâncias de deliberação política e da formação ética e cidadã de profissionais de saúde comprometidos com a equidade e a justiça social.

ABORDAGEM DE PESSOAS TRANSMASCULINAS: REFLEXÕES PRODUZIDAS POR UM GRADUANDO EM MEDICINA

PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE HOLANDA, LILIAN CONCEIÇÃO GUIMARÃES DE ALMEIDA, JULIANA SIMAS SANTOS

Este relato parte da experiência vivida na construção de projeto de pesquisa sobre os itinerários terapêuticos de pessoas trans que gestaram, com foco na saúde sexual e reprodutiva. O estudo, realizado por um estudante de medicina, partiu do reconhecimento da invisibilidade da parentalidade trans nos espaços biomédicos. O desenvolvimento do estudo foi pautado em abordagem ética, trans-inclusiva e antiviôlenta a partir do contato com participantes que gestaram em uma maternidade pública. A proposta exigiu mergulho crítico nos determinantes sociais de saúde que afetam pessoas trans, incluindo os atravessamentos do racismo, da transfobia institucional e da precarização do Sistema Único de Saúde (SUS). A escuta sensível, o uso de linguagem afirmativa e o cuidado com o acolhimento foram centrais para a realização do trabalho de campo e revelaram que a abordagem respeitosa já é, por si só, um rompimento com a lógica cisnormativa que estrutura os serviços de saúde. A experiência evidenciou também a importância da formação crítica de profissionais da saúde, que estejam preparados para reconhecer a parentalidade trans como legítima, viável e digna de cuidado. Por fim, o maior aprendizado foi a ressignificação da própria pesquisa: o objetivo se deslocou da extração de dados para a criação de vínculos de cuidado, transformando o ato de pesquisar em um espaço de afeto, reconhecimento e compromisso com a justiça social.

EVITAR A PORTA DE ENTRADA: ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS DE PESSOAS TRANS E ESTUDO DE REVISÃO INTEGRATIVA

PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE HOLANDA, JULIANA SIMAS SANTOS, LILIAN CONCEIÇÃO GUIMARÃES DE ALMEIDA

Objetivo: Compreender os itinerários terapêuticos de pessoas trans no Brasil. Metodologia: Trata-se de um estudo de revisão integrativa, no qual realizou-se busca nas bases BVS, SciELO, PubMed, Scopus e ScienceDirect, utilizando os descritores "Itinerários Terapêuticos", "Assistência Integral à Saúde" e "Acesso aos Serviços de Saúde", combinados aos termos "Pessoas Trans", "Pessoas Transgênero" e "Transexualidade". Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2024, em português e inglês, com acesso gratuito. Identificaram-se 730 estudos, sendo 318 excluídos por duplicidade. A triagem dos títulos e resumos foi realizada na plataforma Rayyan, resultando na leitura integral de 36 artigos, dos quais 7 foram excluídos por inadequação temática ou metodológica, totalizando 29 estudos analisados conforme diretrizes PRISMA. Resultados: Os itinerários terapêuticos de pessoas trans são marcados por um distanciamento em relação à atenção primária, frequentemente percebida como espaço de transfobia institucional, despreparo técnico e violência simbólica. Em contrapartida, há preferência pela busca direta por serviços especializados, quando disponíveis, mesmo que mais distantes ou burocratizados. Observa-se ainda a construção de redes alternativas de cuidado, com destaque para coletivos trans, redes de sociabilidade e práticas autogeridas. Tais achados indicam que a atenção básica, apesar de estruturada como porta de entrada do SUS, representa para muitas pessoas trans uma barreira de acesso, o que reforça a urgência de políticas transinclusivas e da qualificação das equipes no nível primário.

ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE TECNOLOGIAS EDUCATIVAS EM SAÚDE PARA A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO: REVISÃO DE ESCOPO

JULIANA SIMAS SANTOS, PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE HOLANDA, LILIAN CONCEIÇÃO GUIMARÃES DE ALMEIDA, RAFAEL DE OLIVEIRA SILVA

A população transgênero, especialmente homens trans em contexto gravídico-puerperal, enfrenta barreiras no acesso ao cuidado em saúde sexual e reprodutiva, agravadas pela escassez de tecnologias educativas que contemplem suas especificidades. Este estudo teve como objetivo identificar, na literatura científica, estratégias utilizadas na construção de tecnologias educativas em saúde voltadas à população transgênero. Trata-se de uma revisão integrativa orientada pela pergunta norteadora: “Quais estratégias são utilizadas na construção de tecnologias educativas em saúde destinadas à população transgênero?”. A busca foi realizada nas bases PubMed, Scopus, SciELO e LILACS, utilizando os descritores “Transgender Persons” AND “Health Education” AND “Educational Technology”, além de busca complementar no Google Acadêmico para identificação de literatura cinzenta. Foram incluídos sete artigos internacionais e um trabalho de conclusão de curso nacional, publicados entre 2018 e 2024. A análise crítica dos dados permitiu a organização das estratégias em seis categorias: design inclusivo e acessível; linguagem inclusiva e comunicação afirmativa, com uso de pronomes neutros, frases acolhedoras e emojis; participação da população trans no processo de construção; personalização e relevância do conteúdo; educação em saúde e empoderamento; e testagem e validação técnica com recursos interativos. Constatou-se que a maioria das tecnologias identificadas se concentra na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, evidenciando uma visão restrita da saúde trans. Há uma carência significativa de abordagens que contemplem aspectos como saúde mental, planejamento reprodutivo, cuidado gestacional e enfrentamento da violência institucional. Nesse sentido, os achados reforçam a urgência de tecnologias educativas que extrapolem o modelo biomédico sendo construídas com base na escuta ativa, no protagonismo da população trans e no respeito à diversidade de identidades e vivências.

VIVÊNCIAS DO PET-SAÚDE: EQUIDADE, RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A INSERÇÃO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO NA SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT+ NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

ANA BEÁTRIZ ANASTÁCIO SOUTO, CLEYTON CAMPÊLO DE SOUSA, FERNANDA NÉRI DE SOUZA, ISAAC ROCHA CARDOSO

Nossa participação no programa PET-Saúde: Equidade, coordenado pelo Ministério da Saúde, tem nos proporcionado uma vivência intensa e transformadora. Inseridos no eixo voltado para a assistência à população LGBT+ na Atenção Primária à Saúde, temos atuado com foco na promoção da equidade e na qualificação do cuidado prestado a essa população, historicamente marcada por vulnerabilidades e barreiras no acesso aos serviços de saúde. A atuação ocorre em dois importantes cenários de saúde localizados no território da Ceilândia – a UBS 12 e o CEPAV-HRC – espaços que nos possibilitam um contato direto com as práticas do SUS e com os desafios cotidianos enfrentados por usuários e profissionais. No entanto, nosso trabalho vai além das atividades nesses serviços. Realizamos encontros sistemáticos para a discussão de materiais teóricos, análise das demandas observadas em campo e construção coletiva de estratégias de intervenção e educação continuada. Outro aspecto relevante da nossa experiência tem sido a articulação com estudantes de graduação da Universidade de Brasília (UnB), promovendo rodas de conversa, oficinas e outras atividades educativas que buscam ampliar a compreensão sobre a saúde da população LGBT+ e fomentar práticas mais acolhedoras e inclusivas. Além disso, temos contribuído com ações voltadas à formação dos profissionais de saúde que atuam nos cenários onde estamos inseridos, visando aprimorar a abordagem e o cuidado integral à população LGBT+. Ao longo dessa trajetória, acumulamos aprendizados significativos que abrangem desde o reconhecimento das barreiras institucionais e culturais presentes no cotidiano dos serviços até o desenvolvimento de habilidades como empatia, escuta qualificada, articulação em rede e atuação interdisciplinar. Participar do PET-Saúde tem sido, portanto, uma oportunidade única de integrar teoria e prática, ensino e serviço, sempre com o compromisso de promover uma saúde mais justa, equitativa e humana.

VIVÊNCIAS DO PET-SAÚDE: EQUIDADE, RELATO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO PREENCHIMENTO DOS CAMPOS DE IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL COM OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA UBS 12 DE CEILÂNDIA.

CAMILY RODRIGUES CONTÃO, LETÍCIA DE SOUSA DO NASCIMENTO, EDUARDO FONSECA CUSTÓDIO

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) visa contribuir com a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) para a formação e desenvolvimento de trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Inseridos no território de Ceilândia (DF), atuamos especialmente na UBS 12 e no CEPAV-HRC, com foco na qualificação do cuidado à população LGBTQIAPN+. Uma das primeiras demandas identificadas no serviço foi a

dificuldade relatada pelos profissionais da UBS 12 em abordar e preencher corretamente os campos de identidade de gênero e orientação sexual na ficha cadastral dos usuários. As equipes apontaram insegurança conceitual, receio de constranger os usuários e ausência de estratégias para abordar o tema de forma respeitosa. Como resposta, propusemos ações de educativas, incluindo rodas de conversa e a produção de materiais informativos afixados na unidade, com o objetivo de apoiar os profissionais e promover um ambiente mais acolhedor. Observamos, ainda, resistências entre os próprios usuários, especialmente de grupos em situação de maior vulnerabilidade, motivadas por fatores como a dificuldade de compreensão do tema, o preconceito enraizado ou a percepção de sua irrelevância frente às urgentes demandas de sua subsistência. Apesar desses desafios, a coleta e atenção a essas informações são cruciais para o mapeamento da comunidade, sendo fundamentais para orientar a implementação de políticas públicas específicas, melhorar a assistência prestada e promover espaço para abordagem de questões relacionadas a gênero e sexualidade.

SESSÃO 6

GERAÇÃO 77, O "MOVIMENTO HOMOSSEXUAL" E A LUTA PELA DEMOCRACIA
JAMES GREEN

Este artigo analisa a história inicial do "Movimento Homossexual no Brasil" e sua relação com a "Geração 77" e os jovens que lutaram pelo retorno ao regime democrático. Esta nova geração de estudantes do ensino médio e universitários surgiu em meados da década de 1970 e começou a reorganizar associações estudantis e a realizar ações semiclandestinas para revitalizar as mobilizações contra o regime. A Geração 77, foi motivada por uma variedade de influências políticas, sociais, econômicas e culturais significativamente diferentes daquelas que inspiraram os jovens a protestar contra a ditadura em 1968. Embora o fim do regime autoritário estivesse codificado no slogan onipresente da época, "Abaixo a Ditadura", os estudantes também abraçaram outro novo cântico que clamava por direitos democráticos. Ao contrário de muitos ativistas e líderes estudantis da geração anterior, que viam o fim do regime militar como o prelúdio de uma revolução socialista, um setor significativo da juventude radicalizada da Geração 77 trouxe novas ideias ao movimento estudantil, ligadas à demanda por mudanças culturais e sociais, bem como políticas. Enquanto os estudantes protestavam nas ruas contra o regime, alguns desses ativistas buscavam novas formas de organização política e uma agenda política que abordasse questões relacionadas a gênero, raça, sexualidade e meio ambiente. Essas novas ideias articuladas por movimentos emergentes entre a juventude brasileira perturbaram o que antes era um paradigma difundido entre estudantes politizados que consideravam essas questões "secundárias" e "divisivas" na luta contra a ditadura.

SAGRADO/PROFANO: AS MEMÓRIAS DE SUJEITOS DISSIDENTES DE SEXO E GÊNERO NA LAVAGEM DE SÃO ROQUE – RIACHÃO DO JACUIPE/BA
MIRIAM BRUNA DOS SANTOS, KLEBER JOSÉ FONSECA SIMÕES

A comunicação apresenta a pesquisa sobre a participação de sujeitos sexo e gênero dissidentes na Lavagem de São Roque, em Riachão do Jacuipe (BA), partindo da necessidade de investigar como essas populações, historicamente marginalizadas, constroem espaços de pertencimento e visibilidade na dinâmica da festa religiosa popular que combina diversas expressões de fé (cristã e de matrizes africanas) com elementos festivos e de resistência cultural. O objetivo central é analisar as memórias, afetividades e corporalidades desses sujeitos durante a Lavagem, destacando como suas presenças tensionam as normas de gênero e sexualidade tradicionalmente associadas aos espaços religiosos. A pesquisa apoia-se na História Cultural (BURKER, 2001; HUNT, 1992) e na História Oral (THOMPSON, 1992; AMADO, 1997), a partir de entrevistas semiestruturadas com participantes LGBTQIAPN+, e da análise de registros fotográficos do evento, às quais serão analisadas, a partir dos conceitos de performatividade (BUTLER, 2001), gênero (SCOTT, 1995) e relações poder (FOUCAULT, 2014). Como resultados parciais, apontamos as práticas de resistência desses sujeitos dissidentes que, ao expressarem sua fé e identidade de forma pública e politizada rasuram os ritos da Lavagem de São Roque, produzindo espaço de suspensão temporária de certas normatividades sociais. Através da análise das entrevistas de Isabella Garcia, travesti, e Edelson Ribeiro, homem cisgênero gay, inferimos que, mesmo diante da heteronormativa presente na festa, a Lavagem de São Roque se constitui numa arena política e simbólica, que evidencia a potência transformadora das festas populares na construção de sociabilidades inclusivas e na reconfiguração de imaginários sociais sobre gênero e sexualidade.

GAY PARADISE: TEATRO E ARTIVISMOS DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NA REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL
KLÉBER SIMÕES

A partir da análise do espetáculo *Gay Paradise* (1982), de autoria de Danielle Grimm, encenado em Salvador no ano de 1982, pretende-se discutir as possibilidades da utilização da terminologia ativismo das dissidências sexuais e de gênero como categoria analítica para compreensão dos atos de resistência (FOUCAULT, 2004; RAVEL, 2005) produzidas pelo teatro soteropolitano contra censura durante o regime civil militar brasileiro. Analisando o texto original da peça e realizando uma entrevista inédita com a autora, investiga as formas de transgressão à cisheteronormatividade, de modo que este espetáculo fosse posicionado numa tradição de resistência política através da arte ao regime ditatorial civil militar brasileiro. O cruzamento dessa ação com os conceitos de brasilidade revolucionária (RIDENTI, 2010; BATISTA, 2017), teatro político (PRADO, 2009; BOAL, 2013; PARANHOS, 2012; CARVALHO, 2011), e arte engajada (SOUZA, 2002; NAPOLITANO, 2001; RIDENTI, 2010), possibilitou a problematização dos arranjos historiográficos e marcos memorialísticos da relação entre teatro e política no Brasil, para além do enquadramento (BUTLER, 2011) com a estética e a poética do projeto nacional-popular. Nesta comunicação, apresentaremos a proposição do uso do conceito de ativismo das dissidências sexuais e de gênero (CHAIA, 2007; MOURÃO, 2013; Di GIOVANNI, 2015; COLLING, 2018; TROI, 2018) como uma estratégia teórico-metodológica que visa reorganizar a leitura de resistência artística à ditadura, reafirmando a aliança entre a política e a arte através da compreensão do corpo como uma arma política de contestação biopolítica (FOUCAULT, 1988) na disputa política pelo regime de visibilidade (FOUCAULT, 1987) para a representação de subjetividades dissidentes da norma sexo-gênero no contexto brasileiro da redemocratização.

LIVRO DE CULPAS DE SODOMIA DA INQUISIÇÃO DE COIMBRA: ESTUDO DE CASO DE UMA CONFISSÃO EM 1695
MÁRIO GOMES FERREIRA, CATARINA DALLAPICULA

O Livro de Culpas de Sodomia era um instrumento dos Tribunais do Santo Ofício da Igreja Católica para registro de denúncias e culpas do crime de sodomia pela Inquisição Moderna Portuguesa (de 1547 a 1806). Esta comunicação oral parte da leitura do primeiro caso registrado no 5º Livro de Culpas de Sodomia de Coimbra, que data de 1695, acessado no Arquivo Nacional da Torre de Tombo. A partir de um estudo de caso explanatório, analisando os fatos descritos no processo de sodomia do padre João Nunes Velho, no qual ele relata as relações sexuais que experienciou com um jovem chamado Pedro. A análise das perguntas realizadas e das respostas dadas leva à observação de jogos de verdade entre os interrogadores e o interrogado, de forma que o que pode e o que não pode ser dito é metodologicamente determinado. O interrogado finge não saber se penetrou e se ejaculou, o interrogador não pode saber que isso não é possível, então faz perguntas para tentar produzir contradição no relato sem, no entanto, assumir que compreende o sexo entre dois homens o suficiente para saber que não é verdade o que é dito. Este primeiro texto do 5º Livro de Culpas de Sodomia ajuda a pensar, em diálogo com Foucault, a fala prolixa sobre os silêncios e o detalhamento do que não era dito, permitindo a condução estratégica do que era confessável naquele momento histórico.

RELACIONAMENTOS SÁFICOS E A INQUISIÇÃO NO SÉCULO XVI: RELATOS DO BRASIL EM 1593
MÁRIO GOMES FERREIRA, CATARINA DALLAPICULA, DOSTOIEWSKY AMERICANO DO BRASIL, ARLEY BRUZINGA DE PAULA, MOISÉS FONSECA DE SOUZA

A partir dos processos de sodomia de duas mulheres residentes em São Salvador na Bahia, registrados durante a visita procedida pelo inquisidor Heitor Furtado de Mendonça em 1593, observamos que naquele momento histórico já se consolidara o discurso de que o sexo entre mulheres se reduz à presença de falo (Preciado, 2014). Esta comunicação oral aborda o processo de Catarina Quaresma, “1/2 cristã-velha” de 25 anos, acusada de sodomia e o processo de Paula de Sequeira, “cristã-velha” de 40 anos, acusada de sodomia e leituras proibidas. A análise do discurso (Foucault, 2014), mediada por leituras feministas lésbicas e queer, teve por objetivo identificar como as relações sexuais entre mulheres eram reguladas ao serem classificadas no conceito de ato sodomítico autêntico nos processos inquisitoriais. Os primeiros regimentos da Inquisição não faziam uma distinção de punições da sodomia envolvendo homens ou mulheres como sustenta Leão (2021), mas os casos estudados nesta pesquisa indicam que no final do século XVI havia a compreensão de que a sodomia autêntica requeria a “cópula anal e desperdício de sementes”, ou uso de instrumentos fálicos quando envolvesse duas mulheres. A análise dos relatos nos permite observar que a redução de dildos a falos e o discurso que descreve o sexo sáfico com uma prática não sexual, ainda presentes na atualidade, também existiam naquele momento e legitimavam a retirada do sexo entre mulheres da categoria de sodomia nos processos de inquisição a partir de 1640.

GUETOS DE LIBERDADE E VENDA: UM ESTUDO SOBRE O CIRCUITO DE CASAS NOTURNAS HOMOAFETIVAS NO RIO DE JANEIRO DE 1960 ATÉ 2007.
PEDRO ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE

Este resumo apresenta um estudo que está sendo desenvolvido sobre o surgimento das casas noturnas homoafetivas no Rio de Janeiro desde 1960, ainda sob uma conotação “guetificada”, até um caminhar para uma possibilidade

espetacular a ser oferecida na cidade, que se amplifica em 2007. Para tanto, a pesquisa investiga as impressões despertadas sobre esses espaços noturnos na sociedade carioca ao longo dos anos, e tanto para frequentadores quanto para observadores externos. Assim como mobiliza o esforço em se entender as práticas que eram realizadas nesse circuito para o cultivo de uma cotidianidade. Em vista disso, a pesquisa conta com uma diversidade de fontes a fim de adquirir uma compreensão enriquecida sobre esse passado. Debruça-se sobre fontes textuais, como jornais e etnografias; fontes audiovisuais e digitais, como entrevistas com empresários e personalidades dessa realidade noturna; e fontes orais, preferencialmente com homens que tenham frequentado esse circuito de casas festivas no período recortado. Em questão de objetivo, a pesquisa busca, em uma perspectiva geral, compreender as maneiras com que o circuito de casas noturnas homoafetivas no Rio de Janeiro estabeleceu traços de uma cultura homossexual festiva, noturna e urbana. Já a níveis específicos, ela busca (1) analisar as transformações experimentadas por esses espaços em meio a mudanças sociais e culturais, entendendo como esse circuito de casas noturnas se inseriu em lógicas de mercado, que por sua vez estavam muito vinculadas a um capitalismo de consumo; (2) examinar a forma com que esses ambientes ocupam a cidade do Rio de Janeiro e como as percepções sobre esses espaços se transformam em meio a uma conjuntura móvel; e (3) interpretar as diversas práticas realizadas nesses espaços e o sistema simbólico que a eles são atribuídos e por eles veiculados, entendendo assim as construções culturais que neles ocorrem.

LUXÚRIA EM PINDORAMA: AS POLÍTICAS DA COROA PORTUGUESA E O CONTROLE DE CORPOS E SEXUALIDADES INDÍGENAS DURANTE O PERÍODO DO BRASIL COLÔNIA
CARLOS EDUARDO MARTINS SILVA

A pesquisa desenvolvida busca analisar os impactos da colonização portuguesa no que tange às experiências sexuais e corporais dos povos indígenas brasileiros, buscando compreender: como a destruição das estruturas nativas se deu para a implantação de uma estrutura social moderna-europeia e que depois viria a se tornar a estrutura “normal” ou “natural”. Sem deixar de lado as rupturas, põe-se maior nas continuidades (as aparentes e as menos evidentes). Para isso, são utilizadas fontes primárias do período e que tiveram força de política oficial da Coroa Portuguesa: as “Ordenações Reais Afonsinas” (1446), as “Ordenações Reais Manuelinas” (1521), as “Ordenações Reais Filipinas” (1603), o “Diretório dos Índios” (1757) e a “Carta Régia de 12 de Maio de 1798” (1798). De cada uma das fontes, foram selecionados os trechos que mais interessam à análise dos campos da sexualidade e do gênero. Os resultados colhidos foram trabalhados pela perspectiva das Histórias do Corpo e da Sexualidade, em paralelo com a Teoria Queer e uma visão epistemológica decolonial. O trabalho está estruturado em cinco subtítulos, cada um referente a uma das fontes utilizadas: Trópico dos Pecados, Trópico dos Paraísos, Provação nos Trópicos, Civilizando os Trópicos e Modernidade nos Trópicos. Os três primeiros subtítulos estão mais relacionados entre si e refletem as marcas do período repressivo da Contra-Reforma, na construção da figura do nativo sodomita. Já os dois últimos, cujas legislações são propriamente indigenistas, apresentam um projeto de gestão mais ambicioso, de transporte das estruturas da modernidade europeia e com foco maior no discurso normalizador do que no pecaminoso.

ENTRE O ESTIGMA E A RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA SOROPPOSITIVA NO ESPAÇO AUTOBIOGRÁFICO DE BERNARDO DANIA GUINÉ
RUAN HENRIQUE GOMES SILVA

Este trabalho analisa a autobiografia OOPS! Aprendendo a viver, com Aids, de Bernardo Dania Guiné, como fonte histórica capaz de revelar experiências subjetivas e representações sociais sobre o HIV/Aids no Brasil dos anos 1990. Parte-se do pressuposto de que narrativas autobiográficas de sujeitos subalternizados constituem formas legítimas de inscrição da memória social e de tensionamento das representações hegemônicas. O objetivo é compreender como Bernardo, homem gay soropositivo, reelabora sua identidade e constrói um espaço discursivo de resistência frente ao estigma, à culpabilização moral e ao silenciamento social impostos pela epidemia. A metodologia é bibliográfica e documental, com enfoque na autobiografia como documento histórico, à luz dos referenciais da micro-história, da história das doenças e das representações sociais. Entendemos o espaço (auto)biográfico como lugar de enunciação política e afetiva. Os resultados parciais indicam que a experiência de Bernardo, atravessada por discursos médicos, religiosos e midiáticos, evidencia as marcas da “memória mal-dita” da Aids e revela formas de resistência subjetiva diante da marginalização. Ao inscrever sua vivência em forma de autobiografia, Bernardo contribui para a construção de uma memória social da Aids e reconfigura os modos de narrar o corpo, a sexualidade e o adoecimento no Brasil.

GENXES: DO PROJETO DE EXTENSÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA À REDE INTERNACIONAL LGBTQIA+
CÍCERO JOAQUIM DOS SANTOS

Este trabalho objetiva refletir sobre a experiência do Projeto "GENXES: Oficinas de Ensino de História, Gênero e Sexualidade", realizado na região do Cariri cearense, no Nordeste brasileiro. O GENXES teve início em 2018, em contraposição às posturas conservadoras e reacionárias da chamada "ideologia de gênero". Elaborado inicialmente como um projeto de extensão atrelado à Casa da Memória de

Porteiras-CE e vinculado ao Departamento de História da Universidade Regional do Cariri, e a sua Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/URCA), o GENXES objetivava realizar formações sobre questões de gênero e sexualidades dissidentes em espaços educativos escolares e não escolares da região do Cariri. Em 2023, foi criado o Núcleo GENXES: Acolhimento e Empoderamento LGBTQIA+, na Casa da Memória de Porteiras. Já em abril de 2024, o GENXES foi aprovado como um Programa de Extensão da URCA. De 06 a 09 de maio de 2025, ocorreu o I GENXES: Congresso Nacional de Gênero, Sexualidade e Comunidade, nas cidades de Porteiras e Crato, no Cariri. Como desdobramento das parcerias envolvendo OSCs, instituições de educação básica e ensino superior, foi criada a GENXES: Rede Internacional LGBTQIA+. Seu lançamento ocorreu no Congresso GENXES. As oficinas do GENXES continuam ocorrendo no Cariri, e a Rede Internacional segue em expansão.

VISIBILIDADE LÉSBICA NO ABC PAULISTA
JULIANA THOMAZ BATISTA

O trabalho junto ao Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia (NEG) da UFABC por meio da pesquisa "História e Memória LGBT no ABC (1960-2020)" evidenciou a abundância de histórias que calçaram o caminho para que hoje pudéssemos contar com cotas para pessoas trans nesta universidade, ou ainda, para que um plano de políticas públicas LGBTQ+ estivesse em pauta no Consórcio Intermunicipal Grande ABC. No entanto, lésbicas parecem ocupar um lugar mais "protegido", invisível. A hipótese é que a invisibilidade lésbica seja parte dos mecanismos de naturalização da sexualidade a fim de que esta corresponda às normas da cisgenderidade e heterossexualidade. De modo geral, a intenção da pesquisa é entender o que é isso que chama-se de invisibilidade lésbica e sua relação com o patriarcado capitalista e seus derivados: misoginia, machismo e recrutamento de discursos conservadores. Para isso, e de modo específico, pretende-se compreender as práticas de sociabilidade de lésbicas no Grande ABC ao longo do tempo, sobretudo a partir da década de 1990, e como o efeito da invisibilidade incidiu e/ou incide sobre suas vidas e relações neste território. O trabalho está sendo desenvolvido a partir das entrevistas com mulheres lésbicas contidas no Acervo LGBTQ+ do NEG-UFABC e seguirá pela análise desse material com possibilidades de realização de novas entrevistas a partir da metodologia da história oral. Além disso, e de modo paralelo, um levantamento bibliográfico sobre história lésbica e movimento lésbico está em curso para que as análises possam se apoiar em conceitos da teoria lésbica feminista. Palavras Chave: Lesbianidade; Memória; História Oral; História LGBT; Grande ABC

O FECHAMENTO DO ATARI CLUB: UM ESTUDO DE CASO DE MEMÓRIA, HOMOFOBIA, PERFORMANCES ESTÉTICAS E DINÂMICAS SOCIAIS EM ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE LGBTQIAPN+ EM SÃO PAULO NOS ANOS 2000
VINICIUS MAGNUN SANTOS ROCHA

Esta comunicação, referente a minha pesquisa de mestrado em curso, tem como objetivo documentar a mudança da região dos Jardins, em São Paulo, de bairro de intensa sociabilidade LGBTQIAPN+ para estritamente residencial, em meados dos anos 2000. O ocorrido envolve fatores como a atuação do poder público, incômodo dos vizinhos e declarações e violências homofóbicas. Como maneira de ilustrar a situação, utiliza o caso do fechamento do Atari Club, casa noturna que funcionou entre o final de 2003 e o início de 2006. Espaço voltado ao rock e saudosista dos anos 1980, abrigava grupos cujas performances remetiam ao rock indie, ao emo, à música eletrônica e ao glam rock. A boate foi fechada depois que fotos de cunho sexual e não explícitas de frequentadores de festas chegaram a pessoas de fora do círculo de hábitos. Após uma reação estridente da opinião pública, permeada por homofobia e moralismo, o espaço foi fechado pela prefeitura. O Atari foi apenas um dos primeiros. Os demais bares e boates da região também foram fechados até não haver mais sombra da vultosa vida noturna que ocupava as ruas do bairro. Os empresários donos dos empreendimentos fechados, a princípio, assumiram o discurso de que os fechamentos foram motivados por homofobia, reforçando a hipótese. A partir de minhas próprias memórias pessoais, como diários físicos e postagens em blogs; as quais se somam fontes bibliográficas disponíveis sobre o período; fontes jornalísticas e, em especial, entrevistas de história oral e ações de história pública para ouvir diretamente de quem estava lá seus significados do ocorrido, buscamos reconstruir o caso. Por fim, relacionamos o caso do Atari Club e do Jardins com outros casos semelhantes, como as Rondas de Richetti, o caso do Ferro's Bar, ambos nos anos 1980, e um caso contemporâneo, o fechamento do Mariposa Bar (2024), buscando revelar padrões nas relações entre espaços de sociabilidade LGBTQIAPN+, forças de seguranças, poder público, opinião pública e vizinhos.

"PRESAS AS MULHERES ANORMAIS": A POLÍCIA E O ESTADO CONTRA AS LESBIANIDADES
AUGUSTA DA SILVEIRA DE OLIVEIRA

Este trabalho analisa material de imprensa e periódicos do início da década de 1960 e acompanha a ação policial contra os "inferninhos" em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Disfarçadas de iniciativa de proteção a menores, o investimento do aparato policial e institucional na regulação dos espaços noturnos de sociabilidade lésbica revela a intenção moralizante dessas operações e a tentativa de marginalização das sexualidades dissidentes. Além disso, desloca temporalmente o foco da ditadura militar e demonstra que o discurso de proteção à

moral e os bons costumes é anterior a esse período, e oriundo de uma preocupação mais ampla e disseminada com um possível desvio da juventude nas grandes cidades brasileiras. A maneira como a imprensa retratou essas operações também faz parte desta análise, pois as escolhas narrativas informam os leitores sobre os perigos dos inferninhos e, principalmente, de seus frequentadores, contribuindo para a disseminação do pânico moral. Embora estas fontes nos ajudem a mapear uma subcultura lésbica e o início do que viria a ser chamado de "gueto homossexual" nas décadas seguintes, o resultado é a marginalização e regulação pública das sexualidades não-normativas.

SESSÃO 7

CIDADE-ARMÁRIO? A DIVERSIDADE LGBTQ+ E O DIREITO À CIDADE EM PALMAS
TALISSON SILVA DOS SANTOS, PATRÍCIA ORFILA

Planejada sob a lógica desenvolvimentista e neoliberal, Palmas, última capital projetada do Brasil, conforma-se como uma "cidade-armário" — uma espacialidade que subordina sexualidades e identidades de gênero dissidentes. A carência de análises críticas sobre a articulação entre urbanismo neoliberalizado e produção de normas hetero-cis evidencia a necessidade de investigar como a morfologia urbana governa a visibilidade LGBTQ+. A partir da combinação entre revisão bibliográfica, estudo de caso, observação de campo e entrevistas semiestruturadas, examina-se como políticas de valorização fundiária, monumentalidade cívico-religiosa e setorização funcional instauram zonas que reforçam normas hetero-cis, restringem o direito à cidade e sobrepõem precariedade socioespacial à autocensura corporal, convertendo a circulação cotidiana em experiência evasiva. Derivado de pesquisa monográfica, este artigo propõe a primeira leitura queer do espaço urbano no âmbito da graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFT. À luz da teoria da performatividade (Butler), da biopolítica (Preciado) e da crítica marxista do urbanismo (Harvey), demonstra-se que o espaço urbano opera como tecnologia que regula aparições públicas e restringe a agência dissidente. Palmas, nesse contexto, exemplifica a cidade-armário neoliberal, cuja espacialidade não apenas invisibiliza, mas reprime ativamente a agência LGBTQ+.

PRODUÇÃO DE ÁREAS FUNCIONAIS TURÍSTICAS URBANDAS DESTINADAS AO SEGMENTO LGBTQI+
CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES

Pesquisas sobre o turismo LGBTQI+ reverberam esse público como produtores e modificadores do espaço urbano. É identificável que o discurso geográfico estigmatiza corpos e sexualidades desviantes, dificultando as investigações sob outras perspectivas, como da geografia feminista e queer. A percepção de LGBTQI+ no tecido urbano, emergiu interpretações dos guetos, que após o processo de visibilidade, acrescido de relativa melhorias urbanísticas, originaram bairros gays nas principais metrópoles mundiais, apontando as constantes transformações destes bairros. Entretanto, a interferência turística é pouco analisada, para entender como esse público contribui com o fenômeno propõe-se uma análise a partir do conceito de gaytrificação, que busca qualificar os indivíduos e os coletivos LGBTQI+ em algum processo de mudança urbana. Autores apontam que a gaytrificação é uma prática sociológica e geográfica que enriquece a interpretação das cidades como um todo. A forma que os gays participam da gentrificação podem ser variadas e múltiplas, já que sua presença nestes espaços podem ter razões também variadas e múltiplas. A pesquisa bibliográfica e documental possibilita identificar um processo de gaytrificação em diversas áreas, principalmente na América do Norte e Europa, nesta proposta de estudo, busca-se evidenciar como os frequentadores performam práticas gaytrificadoras, que compartilhadas no Instagram, criam uma imagem gay-friendly da principal rua gay de Amsterdam. A pandemia da Covid-19 prejudicou a homosocialização, afastando o público LGBTQI+ das áreas de lazer, no entanto, as publicações na rede social mostram que após os períodos de lockdown turistas e residentes tendem a frequentar massivamente os gayborhoods. Deste modo, é possível afirmar que a gaytrificação turística se ampara no legado histórico e cultural LGBTQI+, construindo uma área funcional turística urbana destinada ao público LGBTQI+, que pode auxiliar na diversificação da oferta turística das cidades.

UM OLHAR DISSIDENTE PARA AS EMENTAS DE ERGONOMIA DOS CURSOS DE DESIGN DO RIO DE JANEIRO.
FELIPE GRASSINE DE OLIVEIRA

A pesquisa de mestrado propõe uma análise sobre as ementas de quatro instituições de Ensino Superior de Design de Produto do Rio de Janeiro, sendo elas: Escola Superior de Desenho Industrial (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). A análise se dá em duas abordagens críticas: 1) uma análise das ementas de ergonomia das instituições de ensino da graduação do Rio de Janeiro, a fim de entender quem são os autores mais lidos e frequentes, como eles abordam a ergonomia e as questões de corporeidade e gênero, e; 2) realizar uma interlocução

entre questões de gênero e as práticas do design, evidenciando uma política de exigir que corpos sigam regras a partir de seus gêneros binários, acarretando na não inclusão de outros modos de performar gênero e corporeidades. A análise será feita trazendo as ementas das disciplinas de ergonomia e investigando suas informações.

DIREITO À CIDADE: DESIGN, GÊNERO E RESISTÊNCIA LÉSBICA

ALINE ROSA, FELIPE GRASSINE DE OLIVEIRA

Esta pesquisa de graduação aborda a questão de pessoas lésbicas na cidade do Rio de Janeiro e sua opressão nos espaços públicos. Preconceito, assédios verbais e físicos, falta de liberdade, fetichização e invisibilidade são situações vividas por essas mulheres diariamente. A lesbofobia está presente em diversos segmentos da sociedade, inclusive entre as minorias. Um dos exemplos está no meio LGBTQIAPN+, onde há misoginia por parte dos homens cisgêneros homossexuais contra as mulheres lésbicas. Dessa forma, essa violência é caracterizada não só pela questão sexual, mas também pela questão de gênero. Simara Esmael, da Coletiva Lesboamazônidas, relata que lésbicas não têm o direito de estar em ambientes escolares, bares, quaisquer que sejam, não têm o direito ao lazer, não têm direito à cidade, porque não têm liberdade de transitar sem medo de serem agredidas. Esse medo causa profunda dor porque uma parte significativa da vida dessas mulheres tem que ser invisibilizada. Para evidenciar essa realidade, este projeto propõe uma instalação artística interativa que utiliza um mapa da cidade do Rio de Janeiro projetado em um espaço expositivo. A instalação contará com um sensor Kinect, que detectará a presença do público e acionará relatos reais de lesbofobia associados a diferentes locais da cidade. A combinação entre projeção, som e interação busca criar uma experiência imersiva que provoque reflexões sobre a exclusão e a violência sofridas por mulheres lésbicas nos espaços urbanos. O objetivo é transformar dados e relatos em uma manifestação visual e sonora que ressignifique o espaço expositivo como um lugar de denúncia e resistência.

DISSIDÊNCIAS SEXO-GÊNERO PANFLETADAS: ETNOGRAFIA DE UMA PRODUÇÃO EM DESVIO NA CIDADE

THALES LEONARD DOS SANTOS AQUINO

Produções como postes –assim como portas, praças e ruelas–, adquirem novos aspectos e utilidades urbanas, a partir de suas apropriações pelas cidadanias sexo-gênero dissidentes. Concentro-me neste ensaio, em comunicar os resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento de como, fora da norma, postes localizados no centro do Rio de Janeiro extrapolam suas funções públicas estabelecidas (de iluminar ou de sinalizar), servindo como suportes, à vista de todas as pessoas, para a divulgação de trabalhos sexuais, majoritariamente travestis. Fundamento-o com a revisão bibliográfica do que se tem debatido atualmente no campo do Design (Desenho Industrial, Arquitetura e Urbanismo) e nos estudos das Dissidências Sexuais e de Gênero enquanto articulo seus enfoques subjetivos e sensíveis com o urbano. Por meio de notas e registros fotográficos da observação sistemática de panfletos (ou vestígios) de prostituição travesti e do acompanhamento de pessoas interlocutoras como procedimentos, tenho originado entendimentos sobre como esse uso desviado dos postes, pode mobilizar resistência, ampliar direitos e queerizar o próprio design.

POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIAPN+: PESQUISA QUALI QUANTITATIVAS PARA EMBASAR COM DADOS PARA AVALIAR E PRODUZIR CONTINUIDADE

CARLOS VINICIUS RIBEIRO PINHEIRO

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre o papel das pesquisas quali-quantitativas na formulação, avaliação e continuidade das políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+, com ênfase na urgência de dados que reconheçam as múltiplas vulnerabilidades e resistências desses sujeitos. Dialogando com os Princípios de Yogyakarta e com a teoria crítica das Relações Internacionais, a pesquisa defende a necessidade de integrar o compromisso com os direitos LGBTQIAPN+ à prática institucional do Estado brasileiro, considerando as normativas internacionais como base jurídica e ética para políticas públicas locais. Em perspectiva territorial, o trabalho reconhece que o combate à violência institucional contra pessoas LGBTQIAPN+ —em especial aquelas trans, racializadas e periféricas— deve ser tratado como um imperativo de justiça urbana. A produção de dados locais, em articulação com coletivos de base, universidades públicas e órgãos governamentais, é essencial para garantir que políticas públicas sejam orientadas por realidades vividas e não por generalizações invisibilizadoras. Para isso, é fundamental consolidar instrumentos como observatórios regionais, censos municipais, indicadores intersetoriais, ouvidorias especializadas e mecanismos participativos com paridade LGBTQIAPN+ na formulação das decisões. As políticas criam incidência através do seu aperfeiçoamento e permanência porque através do poder local elas escalam para regionalmente produzir efeitos, para o Estado e Federal. Conclui-se que o enfrentamento da violência LGBTQIAPN+ e a consolidação de políticas de permanência e cuidado só serão possíveis com base em diagnósticos socialmente situados e institucionalmente assumidos. A continuidade de ações públicas exige compromisso com a escuta, a memória e a cientificidade produzida desde as margens —e deve ter nas pesquisas quali-quantitativas um pilar estruturante e estratégico de planejamento e transformação social.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA LGBTQIAP+ NA PANDEMIA DE COVID-19 EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS E CENTRAIS DE SÃO PAULO

GABRIEL MACHADO, SANDRA (SAN) MOMM, BEATRIZ MILZ

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa internacional ICOLMA (Impacto da COVID-19 no modo de vida, mobilidade e acessibilidade de grupos marginalizados), com foco em sete pessoas identificadas como LGBTQIAP+ entre as pessoas entrevistadas na cidade de São Paulo. A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando dados geoespaciais com entrevistas abertas, a fim de compreender como essa população experienciou os efeitos da pandemia em seus modos de vida. As entrevistas foram realizadas com residentes da região central e de Cidade Tiradentes, permitindo analisar desigualdades intraurbanas e de infraestrutura a partir de uma perspectiva interseccional. Os resultados revelam que os impactos da pandemia foram atravessados por marcadores de classe, raça, identidade de gênero e escolaridade. A maior parte das pessoas entrevistadas estava desempregada, com renda inferior a meio salário mínimo, e relatou vivências de insegurança alimentar, medo da contaminação, perda de vínculos familiares e agravamento do isolamento social. Casos como o de uma jovem mulher trans preta recém-chegada a São Paulo, demitida após queda de demanda nas vendas, ou o de uma pessoa não binária com dificuldades de acesso a serviços hospitalares por ser asmática, ilustram a multiplicidade e gravidade dessas vulnerabilidades. Apesar das adversidades, emergem estratégias de sobrevivência e resistência, como o acesso a políticas públicas específicas (ex. Transcidadania, auxílio emergencial), o suporte de coletivos locais e a manutenção de vínculos comunitários. Este estudo evidencia a importância de considerar os marcadores de gênero, sexualidade, território e classe na formulação de políticas públicas e no desenho de estratégias inclusivas de cuidado e mobilidade. Ao realçar as experiências frequentemente apagadas das estatísticas, a pesquisa oferece subsídios para ações intersetoriais e promove um debate urgente sobre justiça urbana e social no contexto pós-pandêmico.

PLANEJAMENTO INTERSECCIONAL SEM DADOS ABERTOS? DESAFIOS E LIMITAÇÕES PARA ESTUDOS DE MOBILIDADE E IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID 19 NA CIDADE DE SÃO PAULO

BEATRIZ MILZ, SANDRA (SAN) MOMM, GABRIEL MACHADO

Este trabalho integra o projeto ICOLMA (Impacto da COVID-19 no modo de vida, mobilidade e acessibilidade de grupos marginalizados), que realizou 113 entrevistas semi-estruturadas com pessoas na cidade de São Paulo, sendo sete pessoas identificadas como LGBTQIAP+. Existem bases de dados abertos que podem contribuir para a expansão dos estudos em andamento, como a Pesquisa Origem-Destino da Região Metropolitana de São Paulo e os dados oficiais sobre a mortalidade na pandemia COVID-19. Entretanto, ao explorar estes dados, encontramos limitações para estudar diferentes recortes de grupos marginalizados, como a ausência de variáveis fundamentais sobre a população LGBTQIAP+. Embora a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tenha incluído a coleta da variável "orientação sexual auto identificada da população adulta" em caráter experimental, esse recorte é limitado: dados sobre identidade de gênero (pessoas trans, não-binárias) permanecem ausentes. Não foram encontrados dados abertos com variáveis que possibilitassem identificar subpopulações LGBTQIAP+ no monitoramento da pandemia, o que impede saber se seus impactos (por exemplo, mortalidade, acesso a serviços) diferiram de forma significativa. Nesse contexto, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) têm reiterado que a ausência de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual nos registros públicos brasileiros não é apenas uma omissão técnica, mas uma forma de violência institucional. Sem esses dados, surge o dilema: como formular políticas para populações minorizadas se elas sequer são visibilizadas nas bases de dados oficiais abertos? Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos nº 2021/07554-8 e 2024/05779-0.

GAYTRIFICAÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO DE AMSTERDAM

CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES

Nos últimos anos, houve um incremento significativo nas investigações acerca do turismo LGBTQI+. Na literatura turística, há uma focalização nos esforços voltados para a diversificação das práticas de consumo. A corrente geográfica queer tem observado atentamente o fenômeno pelo qual indivíduos LGBTQI+ têm engendrado práticas que transmutaram antigas áreas segregadas em notáveis gayborhoods, num processo denominado gaytrificação, o qual tem reconfigurado a vivência urbana. A investigação na área da geografia queer tem revelado contribuições para o campo do turismo, sinalizando que as interseções entre sexualidade e espaço exercem influência no desenvolvimento de destinos turísticos. Este fenômeno tem sido perceptível em um aumento do fluxo turístico em um contexto pós-pandêmico, notadamente evidenciado pelo incremento de visitantes na Reguliersdwarstraat, a principal rua de entretenimento destinada à LGBTQI+ em Amsterdam, delineando uma tendência de revitalização desses bairros como espaços queer após períodos de restrição. O corpus analítico, composto por 7476 imagens postadas entre 2012 e 2023 no Instagram, busca responder à seguinte indagação: até que ponto uma estratégia promocional turística que se vale das redes sociais pode retardar o declínio dos espaços queer? A análise corrobora que

os visitantes empreendem práticas queer que se solidificam a queer precinct, contribuindo para um elevado fluxo turístico, particularmente durante a noite e no verão, o que obstaculiza o processo de degaying.

26 DE NOVEMBRO

16H A 19H

SESSÃO 8

MASCULINIDADE, CINEMA E CURRÍCULO: INVESTIGANDO FILMES BRASILEIROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.

LUCA ROMANO MOURA, THIAGO RANNIERY

Neste trabalho apresento a pesquisa feita durante o mestrado, que consiste em uma investigação da produção da masculinidade a partir de cinco filmes brasileiros presentes em dois livros didáticos de História do ano de 2018: Rio 40° (1955), O Pagador de Promessas (1962), Eles Não Usam Black-Tie (1981), Central do Brasil (1998) e O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias (2006). Essa pesquisa se insere entre a Educação, o Cinema e os estudos da masculinidade. Conceitos como política da masculinidade e masculinidade hegemônica (CONNELL, 2013) foram fundamentais para analisar a produção da masculinidade, assim como as contribuições de Seffner (2003) e Reis (2011). Para pensar o currículo, mobilizo as reflexões de Corazza (2001), Rannieri (2017), Pinar (2007) e Macedo (2012). O cinema é entendido como uma tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987), colaborando, assim, para a construção da própria vida corporal e emocional do gênero. Compreendo os filmes como currículo, portanto, como uma espécie de ser falante que deseja determinadas formas de masculinidade. Deste modo, pergunta-se: como os filmes brasileiros presentes nos livros didáticos de História articulam a política da masculinidade? Como são construídas as masculinidades desejadas pelos filmes? Ao iniciar o processo de assistir e analisar os filmes selecionados me inspirei nas estratégias de Balestrin e Soares (2012) e Batista (2020), a partir da etnografia de tela. O contato com a cada filme é acompanhado da produção de um caderno de campo, tendo como fio condutor o afeto que, assim como em Siqueira & Favret-Saada (2005), recebe um estatuto epistemológico. Apesar de uma presença frequente de características da masculinidade hegemônica, deslocamentos também foram observados, inclusive em concomitância a reações. A política da masculinidade ocorre nesses filmes num jogo em que a ambiguidade opera em conjunto com opressões, violências, intimidades, carinhos e vulnerabilidades dos modos de ser e tornar-se homem.

TDIC E EDUCAÇÃO SEXUAL TRANS INCLUSIVA: FERRAMENTAS DIGITAIS PARA O ENSINO SOBRE TRANSEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

BEATRIZ DOS SANTOS MELO

A educação em sexualidade no Brasil enfrenta desafios, especialmente ao abordar gênero e diversidade, com abordagens biomédicas e cisheteronormativas predominantes em Ciências e Biologia. Este estudo, parte de uma pesquisa de mestrado, propõe o uso de recursos digitais para discutir transexualidades na educação básica, promovendo diálogos sensíveis com adolescentes. O objetivo é desenvolver materiais didáticos inovadores, utilizando ferramentas como Canva, Kahoot, audiovisuais e textos jornalísticos, para abordar vivências trans de forma crítica e afetiva. A metodologia incluiu revisão bibliográfica e a criação de cinco atividades: (1) "Biscoito Sexual" (dinâmica sobre diversidade) com quizz online; (2) análise de músicas sobre vivências travestis; (3) Jogo da Memória das Identidades Trans; (4) linha do tempo sobre direitos trans no Brasil; e (5) debate sobre desafios globais enfrentados por pessoas trans. Como resultados esperados, busca-se que os estudantes desenvolvam respeito às identidades trans e reconheçam a importância de seus direitos humanos. A proposta visa ampliar o repertório sobre gênero e sexualidade, combatendo estigmas e promovendo dignidade. O uso de tecnologias digitais pode potencializar o engajamento, oferecendo recursos dinâmicos e acessíveis para uma educação mais inclusiva.

GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA: A COMPOSIÇÃO DE UM GRUPO DE ESTUDOS

CATARINA DALLAPICULA, PRISCILA REZENDE

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) realizou em setembro de 2024 a "Missão Minas Gerais - Violência Política de Gênero e Violência Sexual e Moral no Ambiente do Trabalho" a partir da qual foi estabelecido um termo de colaboração entre a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e o CNDH para análise dos dados da missão e dados de violência de gênero na segurança pública em Minas Gerais com o objetivo de propor protocolos de enfrentamento à violência.

Estabelecido o projeto "Violência de Gênero na Segurança Pública: análise de dados e produção de protocolos", para capacitar o corpo docente que atuaria nesta pesquisa, foi criado, ainda em 2024, o Grupo de Estudos em Gênero, Sexualidade e Violência. O convite para participação do grupo no primeiro semestre de 2025 foi publicado ao corpo docente via WhatsApp e cartazes pregados em salas de aula de duas unidades da UEMG e para a comunidade externa por organizações e entidades parceiras. Foram submetidas inscrições de estudantes de áreas como Direito, Gestão Pública, História, Pedagogia, Recursos Humanos e cursos de pós-graduação, além de pessoas da comunidade externa à universidade. A presente comunicação oral aborda os interesses manifestados pelas diferentes pessoas nas inscrições do grupo. Pensando como se identificam, que curso fazem atualmente e o que têm como interesse de pesquisa ao se aproximar deste grupo, fazemos uma reflexão sobre o que atrai nos temas de estudos de gênero, sexualidade e violência e como isso se aproxima ou se afasta das expectativas de docentes em argumentos que vão desde curiosidade e ignorância até relatos de experiências pessoais ligadas à violência de gênero e às vivências LGBTQIA+.

ARTE-EDUCAÇÃO COMO RESISTÊNCIA: (DES)APRENDENDO A DESENHAR COM OS MANUAIS ANATÔMICOS DE ANDREW LOOMIS E SUA RELAÇÃO COM PROJETOS DE LEI ANTITRANS

GABY LINHARES E PADILHA, JAMIL CABRAL SIERRA

O presente trabalho analisa criticamente a normatização de corpos em manuais anatômicos de ilustração modernos, investigando como suas sistematizações perpetuam discursos antitrans. Sob uma perspectiva pós-estruturalista, entendemos que tais materiais não são neutros, mas produtos de disputas discursivas em contextos históricos, políticos e culturais específicos. Nesse sentido, problematizamos a construção de "sujeitos ideais" nesses manuais, que categorizam corpos como "normais" ou "anormais", reforçando hierarquias sociais cisgênero heteronormativas, com conexões interseccionais de raça e deficiência. Realizamos uma análise comparativa entre Drawing the Head and Hands (1957), de Andrew Loomis — manual de desenho amplamente difundido na indústria cultural — e discursos antitrans em Projetos de Lei (PLs) brasileiros (2024). PLs antitrans podem ser assim nomeados pela concepção de elementos discursivos que priorizam o silenciamento de pessoas trans, operando em três instâncias de produção foucaultianas: discursiva (organização do debate/apagamento), poder (regulação de identidades) e saber (disseminação de desinformação). Para isso, dialogamos com os conceitos de performatividade de gênero de Judith Butler, concepção de identidades de Stuart Hall, pluralização da sujeita feminista de Leticia Nascimento e tecnologias do corpo de Paul B. Preciado. As análises apontam que Loomis acaba por universalizar um modelo de corpo cisgênero, excluindo representações que não se alinham ao "sujeito iluminista" de Hall. A raça é apresentada de forma compulsória, com ilustrações didáticas que destacam corpos brancos como norma. Algo similar ocorre com pessoas com deficiência (físicas, neuromotoras ou sensoriais), cujas corporalidades são apagadas e tratadas como desvios. Assim, realizamos uma análise crítica sobre a representação de corpos em manuais anatômicos de desenho, bem como tensionamos sua construção a partir do diálogo com questões de gênero e suas possíveis conexões.

SEXO E VERDADE: PEDAGOGIAS DE GÊNERO NOS DISCURSOS ANTI-PORNOGRAFIA

BRUNO RIBEIRO

Nos últimos anos, diversos vídeos anti-pornografia têm se proliferado no meio digital, indicando desde os males de um suposto vício em pornografia a problemas sociais mais consolidados no campo acadêmico, como o machismo presente na indústria. Esse segundo argumento aponta principalmente para a hipótese de que a pornografia ensina a fazer sexo, promovendo noções distorcidas sobre o tema e criando expectativas calcadas nas práticas idealizadas do ato retratado. Este trabalho apresenta uma discussão preliminar acerca da pornografia no contexto das pedagogias de gênero. Com suporte em um arcabouço teórico pós-estruturalista, busco analisar como os discursos anti-pornografia da atualidade operam sob o dispositivo da sexualidade (Foucault, 1999) e, com isso, produzem a noção de normalidade. Por meio de um gesto genealógico, faço um breve resgate histórico do desenvolvimento do conceito de pornografia na modernidade ocidental para, a partir disso, compreender as condições de possibilidade para que a pornografia emergia, nos anos 1970, como um gênero cinematográfico que se realiza como verdade (Dorlin, 2021), exercendo pedagogias sobre os corpos e as práticas sexuais. Com isso, sinalizo como os discursos anti-pornografia acionam pânico morais (Rubin, 2017), operando, também, em função da manutenção da hegemonia cis-heterossexista.

GÊNERO, SEXUALIDADE E ESPORTE ESCOLAR: ANÁLISE DAS RELAÇÕES NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA VACIONADA PARA OS ESPORTES

GIOVANNA TROTTE CALOIERO, LEANDRO TEOFILO DE BRITO

Este trabalho, que se encontra em andamento, busca investigar as dinâmicas de gênero e sexualidade no contexto de uma instituição escolar vocacionada ao esporte. Com base em uma abordagem teórica feminista pós-estruturalista, por meio, sobretudo, do conceito de performatividade de gênero de Judith Butler, a pesquisa focaliza como jovens estudantes de uma escola vocacionada para os esportes performatizam seus gêneros e sexualidades, desafiando ou reproduzindo as normas sociais tradicionais. O objetivo principal é discutir e problematizar as

questões de gênero e sexualidade nesse espaço e identificar como o esporte pode influenciar e ser influenciado por essas percepções. Nesse contexto, estão sendo realizadas entrevistas em grupo com jovens estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, empregando a metodologia de grupos de discussão da autora Vivian Weller, para discutir as experiências coletivas e individuais de meninos e meninas com a iniciação esportiva. Entre os resultados parciais, identificamos normatizações, tensões e deslocamentos nas questões de gênero e sexualidade presentes no espaço escolar e que se pautavam nos processos de subjetivação de meninos e meninas com a prática esportiva na escola. Pontos como protagonismo das meninas, sentidos da heteronormatividade e reprodução da masculinidade tóxica atravessaram as enunciações dos/das estudantes.

DESLOCAR OLHARES E FABULAR COSTUMES – O CORPO NO CINEMA QUEER

FRANCISCO DA SILVEIRA, JAMIL CABRAL SIERRA

A fim de romper com a agenda política imposta aos corpos (Preciado, 2023), este artigo busca perscrutar os limites discursivos das imagens que nos circulam. As imagens acontecem na negociação entre o corpo e uma mídia (Belting, 2006). São as mídias – enquanto agentes de transmissão – que recuperam as imagens já vistas, e o cinema opera nesse sentido. Em um mundo permeado pela cultural visual, não é possível ignorar o fato de uma opacidade silenciosa instaurada sobre os corpos transgêneros, tampouco o modo com que o senso comum binário nos é ordenado ao “ler/ver o corpo”. Com isso em vista, este trabalho tem por objetivo discutir o conceito de fabulação de Deleuze e Guattari (1982) implicado à potência de criação no cinema queer. O gesto de romper com as cartografias binárias é entendido aqui como a metamorfose-rebelião a que se refere Paul Preciado (2023), levando-me a questionar as condições de possibilidade de existência dos corpos trans no cinema. Para direcionar a análise empregada, elegi o filme musical brasileiro Brenda Lee o Palácio das Princesas, lançado em 2021, que apresenta a vida de Brenda Lee, conhecida como “anjo da guarda das travestis” – ativista que fundou a primeira casa de apoio para pessoas com HIV/Aids do Brasil. Busco traçar um diálogo entre os estudos queer e a teoria pós-estruturalista, entendendo a necessidade de desnaturalizar o que é visto e tido como natural, inclusive dentro dos próprios campos epistemológicos.

ENTRE RAÍZES E ROTAS: HISTÓRIAS INTELECTUAIS DE JAQUELINE GOMES DE JESUS E MARIA CLARA ARAÚJO DOS PASSOS

AFONSO CESAR PINTO DOS SANTOS

Este trabalho é organizado a partir dos levantamentos bibliográficos realizados pelo Projeto de pesquisa “História Intelectual de Mulheres Afrodescendentes nas Ciências Humanas nas Américas e no Caribe: Raízes, Rotas e Epistemologia”, coordenado pela Profa Doutora Sônia Beatriz dos Santos, que tem buscado identificar e documentar a história intelectual de mulheres afrodescendentes que atuaram ou atuam em instituições acadêmicas sob uma perspectiva ativista, mantendo diálogo com movimentos sociais femininos. Deste modo, a partir desta pesquisa, selecionamos as histórias intelectuais da professora, Doutora em Psicologia Social, teórica transfeminista e ativista social afro-brasileira Jaqueline Gomes de Jesus e da Pedagoga, Mestra em educação, Afrotransfeminista e ativista pelos direitos LGBTQIAP+ no Brasil, Maria Clara Araújo dos Passos. A metodologia incluiu levantamento bibliográfico e documental sobre a trajetória intelectual das autoras supracitadas. Concluímos que a produção de conhecimento tanto da Jaqueline sobre heterocentrismo e transfeminismo quanto da Maria Clara sobre as Pedagogias das travestilidades traz grandes contribuições no que tange ao reconhecimento, visibilidade e acesso de pessoas trans na sociedade brasileira, bem como representa um grande fomento para novas discussões voltadas para seus direitos dentro das comunidades Negra e LGBTQIAPN+. Suas contribuições são fundamentais para o desenvolvimento de novas epistemologias nas Ciências Humanas, sobretudo no que se refere às discussões sobre gênero, raça e diversidade.

QUEM PROTEGE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANS E TRAVESTIS NAS ESCOLAS? A AUTODETERMINAÇÃO DE GÊNERO EM QUESTÃO

JÚLIA MUNIZ DE ALVARENGA, GIOVANNA MARAFON

A garantia da autodeterminação de gênero na infância e na adolescência constitui um desafio central para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes trans e travestis. Quando a escola, em vez de afirmar esse direito, se torna um ambiente de apagamento e exclusão das experiências trans, falha em seu importante papel como integrante da rede de proteção. Neste trabalho, escrito por duas psicólogas — uma pesquisadora do campo das infâncias e adolescências e uma docente da área da psicologia e da educação — propomos uma reflexão crítica sobre os entraves para a proteção e as possibilidades de transformação da escola em espaço de reconhecimento das diferenças. A partir de uma metodologia que articula revisão bibliográfica e análise de nossas experiências, com registros das escutas profissionais, discutimos como a negação da autodeterminação de gênero pode comprometer a saúde mental de crianças e adolescentes trans e travestis e, sobretudo, fragilizar seus vínculos com a escola. Defendemos que a abertura para a

autodeterminação de gênero de crianças e adolescentes deve orientar as práticas pedagógicas, as dinâmicas institucionais, os processos de formação de profissionais da comunidade escolar e o apoio a familiares de crianças e adolescentes. Os resultados parciais apontam para a necessidade de romper com paradigmas de padrões normativos e assumir um compromisso com a construção coletiva de estratégias de escuta, acolhimento e de políticas que enfrentem a cisheteronormatividade nas instituições e promovam condições reais de pertencimento, dignidade e proteção para toda e qualquer criança e adolescente.

LITERATURA QUEER NAS ESCOLAS: CAMINHOS PARA O RECONHECIMENTO E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

VANDERSON DOS SANTOS JUNIOR, SANDRO FERNANDO MENDES DA SILVA, AFONSO CESAR PINTO DOS SANTOS

O presente trabalho surgiu das inquietações e diálogos entre amigos nos corredores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde percebemos a importância de como a literatura com representatividades foi importante para nossa compreensão das nossas sexualidades. E como futuro educadores formados pelo curso de pedagogia onde vemos a importância da leitura e do universo literário como uma forma emancipação no desenvolvimento dos alunos, temos como objetivo desta pesquisa compreender como livros infantojuvenis pode ser úteis nas conversas sobre gênero e sexualidade com jovens dentro dos ambientes educacionais, como também alerta sobre a importância do respeito com as diferenças entre todas as pessoas. Livros como Quinze Dias e Um Milhão de Finais Felizes de Vitor Martins e Conectadas de Clara Alves, pode facilitar uma abordagem pedagógica para dialogar com jovens dentro dos ambientes educacionais pois suas histórias falam sobre o cotidiano da juventude brasileira onde os jovens podem se ver dentro das histórias, que para muitos ainda é um tanto polêmico falar dessas questões. Como metodologia desta pesquisa iremos trabalhar como uma revisão bibliográfica das literaturas supracitadas como também trabalhando conceitos como o de heterocentrismo de Jaqueline Gomes de Jesus (2013), a obra É Pra Falar de Gênero Sim! de Alexandre Bortolini (2023) entre outros autores que dialogam com a temática. Como resultados parciais, observamos que a literatura com protagonismo LGBTQIAPN+ tem um papel significativo na formação de uma consciência crítica entre os jovens, permitindo que questões de identidade, pertencimento e respeito sejam discutidas de forma sensível e acessível. Os livros analisados, além de promoverem identificação e acolhimento, também geram reflexões importantes entre leitores que não compartilham das mesmas vivências, ampliando o olhar para a diversidade.

TERAPEUTAS HOMENS QUE ATUAM COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: MASCULINIDADES, CUIDADO E TRABALHO EM UM UNIVERSO CONSIDERADO FEMININO

ADRIANO RIBEIRO LOPES, LEANDRO TEOFILO DE BRITO

Este trabalho, em andamento, discute os desafios narrados por terapeutas homens que atuam no atendimento a crianças com deficiência em clínicas terapêuticas multidisciplinares. O referencial teórico utilizado como base para essa pesquisa são os estudos sobre gênero e masculinidade localizados nas perspectivas pós-estruturalistas, tendo como principais teóricas Joan Scott e Judith Butler. O objetivo dessa pesquisa é então discutir sobre esses desafios que foram narrados pelos terapeutas; problematizar como as enunciações do “cuidado materno” afetam o trabalho de homens terapeutas no atendimento com crianças com deficiência e interpretar como os marcadores da diferença se fazem presentes nos relatos de homens terapeutas em suas atribuições. Para obter essas narrativas estão sendo desenvolvidas entrevistas com esses homens que trabalham nessas clínicas terapêuticas que atuam com crianças com deficiência, sendo utilizada a técnica bola de neve para localizar esses entrevistados. Como resultados preliminares dessas entrevistas os terapeutas narraram que a presença deles nesses espaços resultam em um deslocamento das normas de gênero, pois necessitam ser: mais afetuosos, pacientes e possuírem um maior cuidado e zelo para poder efetuar um bom trabalho com essas crianças, características essas considerada femininas pela sociedade, que acaba por transformar esse tipo de serviço em um serviço considerado feminino. Relatos de como essas normas de gênero, aparecem diretamente ligadas as suas contratações e promoções, dentro dessas clínicas terapêuticas também surgem de forma preliminar, que mesmo atuando em um universo considerado feminino e por vezes encontrando certas dificuldades para obter uma vaga nesse mercado de trabalho, os homens acabam, no final, ganhando cargos de maior confiança dentro desses ambientes e relatam escutar com frequência “é bom ter um homem aqui”. Entende-se, então, como as normas sociais se fazem presentes com alguma força nesses espaços.

POR UMA TRANSEDUCAÇÃO: DO PACTO NARCÍSICO À TRAIÇÃO DA CISGENERIDADE

BRUNO RODRIGUES GANEM

Por uma transeducação: do pacto narcísico a traição da cisgeneridade. Inscrita na concepção pós-estruturalista, e, mais especificamente, nos estudos sobre gênero e sexualidade, teorias transfeministas e, em especial, epistemologias trans e travestis, a presente tese propõe um exercício de reflexão que busca afirmar a possibilidade de

uma educação outra, aqui chamada transeducação. Com base em experiências de travestis e pessoas trans na/da/com a educação e que revelam, para além de trajetórias potentes, um cenário de expulsões e violências, o estudo reforça a aproximação perspectiva de coexistência e transformação, na luta por legitimar a garantia de experiências de afeto, equidade e inclusão para todas as pessoas. Ao anunciar uma Transeducação, intenta fazê-lo sob a hipótese de que é condição necessária a percepção e consequente traição de pactos cisgêneros que perpetuam a performance cisgênera como hegemônica em relação à performance transgênera, fabricando expulsão e violências cotidianas. Em conversa com travestis e transexuais a tese pretende investigar possibilidades outras de produção de um fazer educativo trans e travesti. O que se aprende com a educação travesti? O que se aprende com pessoas trans na educação? A pesquisa tece com a cartografia e as conversas o seu caminho metodológico inventivo que (des)organiza o rigor estilístico de um texto padrão fazendo emergir uma escrita densa e poética que reverbera dinâmicas de sobrevivência em meio ao caos pandêmico sob os fluxos de experiências em/na/com/sobre educar, seus múltiplos sentidos e os caminhos como vamos nos relacionando e nos constituindo. Movimentos compostos pela multiplicidade de conexões, confluências, rompimentos, explosões e contrafluxos que a própria ação de pesquisarsobreviver vai detonando e, curiosamente, suturando em nós.

SESSÃO 9

EDUCAÇÃO NA PALMA DA MÃO: VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA

ELOIR GORGES, MARELI ELIANE GRAUPE

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os dados de violência escolar na 11ª CRE de Curitiba (SC), de janeiro a julho de 2025, registrados na Plataforma Digital Educação na Palma da Mão, revela ausência de ocorrências de violência contra a comunidade LGBTQI+NP+. Os dados foram 75 incidentes de violência em 13 escolas, com 150 vítimas e 95 agressores, mesmo assim a violência de gênero é quase nula e contra pessoas LGBTQI+NP+ são inexistentes. A pesquisa sugere que essa "estatística zero" não reflete a realidade, mas sim uma invisibilidade e a falta de preparo das(os) profissionais da educação para identificar, registrar e lidar com esse tipo de violência. O estudo aponta que a falta de formação sobre identidade de gênero e a ausência de categorias específicas para agressões LGBTQI+NP+ nos ambientes escolares, contribuem para essa invisibilidade de violências. A pesquisa conclui que é urgente a implementação de políticas públicas e formação continuada com educadoras(es), para promover e reconhecer a identidade de gênero e mitigando a violência no espaço escolar.

“O MAIS PROFUNDO É A PELE”: REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA, FUTUROS E ENVELHECIMENTOS LGBTI+

KÉSIA DOS ANJOS ROCHA, FERNANDO ALTAIR POCAHY

O presente escrito tem como intenção partilhar com as pessoas leitoras algumas das reflexões produzidas no âmbito de uma pesquisa de pós-doutorado em desenvolvimento no contexto de um programa de pós-graduação em Educação de uma universidade pública* . A pesquisa olha e conversa com artefatos culturais que abordam ou tocam no tema do envelhecimento, buscando compreender como a velhice vem sendo produzida, (re)criada ou imaginada por artefatos como a literatura, as artes visuais, dentre outros. A partir da inquietação sobre como a arte pode atuar no sentido de desafiar imagens e narrativas erigidas como “verdadeiras” sobre quem somos ou podemos vir a ser, me aproximo e me permito a experiência do encontro de corpo-memória-fabulação com as obras de dois artistas visuais: o primeiro encontro se dá com a exposição fotográfica “O mais profundo é a pele” de autoria do fotógrafo brasileiro Rafael Medina – registros de corpos nus envelhecidos, corpos-memórias de pessoas LGBT+; o segundo encontro é com a artista estadunidense Samantha Nye – uma série de pinturas que retratam o envelhecimento dos corpos femininos e não binários. No encontro com as obras a noção de memória é colocada em relevo a partir da aproximação entre os conceitos de fabulação crítica de Saidiya Hartman e as reflexões sobre futuridades e memórias queer levantadas por José Esteban Muñoz. A criação das vivências LGBTI+ idosas é o ponto em comum das obras dos artistas. Criar vidas e vivências LGBTI+, retratar essas vidas, ir além do que nos foi dado a imaginar. Lacunas. Silêncios. Censuras. Tudo isso me leva a seguir os rastros não das memórias perdidas e arquivadas, mas daquelas que podem ser criadas, inventadas no encontro com essas obras de arte. Memória pensada como direito, como respiro, como possibilidade de abertura de futuros possíveis. Que direitos têm as velhices LGBTI+ à ideia de futuro? Talvez esta seja nossa pista inicial.

“SE ME PERGUNTAR, EU RESPONDO”: PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA LÉSBICAS E PASSABILIDADES (IN)VOLUNTÁRIAS LESBIANAS

MARIA CLARA ELIAS POLO

Tema: Neste presente recorte de minha tese, intenciono catalisar algumas perspectivas socioculturais fundamentadas na ideia de que: a partir do momento que a pessoa é “assumida”, ela é assumida em todos os espaços, obrigatoriamente. Bem como, confrontar o “armário” como uma estrutura definidora. Objetivo: Esse trabalho objetiva analisar como profissionais de educação física (PEF) lésbicas se posicionam e se organizam no sistema – em especial, na atuação profissional em academias de ginástica, quadras de areia e produtoras de conteúdo. Métodos: Este é um trabalho etnográfico, realizado por 12 meses em que acompanhei 3 PEF lésbicas cis. Resultados finais: Os agenciamentos das PEF podem ser interpretados, por um lado, estabelecendo o armário como indicativo de lesbofobia – dos outros e de si mesmas. Mas, por outro lado, em que pese as crenças pessoais atravessadas pela cisheteronorma, os domínios pessoal x profissional são costurados a todo tempo em uma lógica performativa essencial. É possível perceber a necessidade de uma consciência em tempo integral, pois elas são vistas e precisam agenciar as produções de subjetividades, de sexualidades em relação ao cenário público. É uma produção ontológica performativa contínua, diariamente. Tivemos que reconhecer a imprevisibilidade da ideologia do armário. Apesar das possibilidades de (sobre)viver ao campo de atuação já estarem embutidas em uma lógica dominante, é notável que esse é um modo eficaz (por parte delas) de produzir uma política de sobrevivência a partir das armadilhas e impasses das formulações binárias (dentro/fora do armário, profissional/pessoal, hétero/homo).

A PROMOÇÃO DA SAÚDE TRANSMASCULINA A PARTIR DA ATIVIDADE FÍSICA EM UM AMBULATÓRIO TRANS NO CONTEXTO DO SUS NO RIO DE JANEIRO

LEONARDO MORJAN BRITTO PEÇANHA

Este trabalho tem o objetivo de investigar a contribuição da Atividade Física para a corporeidade de homens trans e pessoas transmasculinas num ambulatório trans no Sistema Único de Saúde (SUS) no Rio de Janeiro. A discussão sobre pessoas trans nos esportes é importante para refletir sobre diversos aspectos como a Educação Física Escolar (EFE), a participação de atletas trans no esporte amador e os debates relacionados à saúde. O objetivo geral: Investigar a contribuição da atividade física para a promoção da saúde transmasculina na corporeidade de homens trans no ambulatório Identidade na Policlínica Piquet Carneiro da Universidade do Rio de Janeiro (PPC/UERJ) no SUS. Os Objetivos específicos são, i) Analisar a atuação do profissional de educação física (PEF) com homens trans no ambulatório Identidade; ii) Analisar a relação da saúde transmasculina com a construção da masculinidade trans através da atividade física; iii) Analisar como os homens trans percebem a relação da atividade física com a corporeidade transmasculina. O marco teórico é composto pela saúde das transmasculinidades e as transmasculinidades pela contribuição do PEF. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com etnografia e observação participante. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas abertas com usuários homens trans e transmasculinos do Ambulatório Identidade no (PPC/UERJ). As Transmasculinidades, a saúde transmasculina e PEF são temas que abordo neste trabalho para contribuir para a viabilização da agenda de saúde transmasculina, promovendo o diálogo da EF com Saúde Coletiva e buscando alternativas de cuidado e promoção da saúde das transmasculinidades.

PESSOAS TRANS NOS ESPORTES PARALÍMPICOS: UMA PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE AS NORMAS VIGENTES

ANA CAROLINE VALERIANO SILVEIRA SIMÕES, CATARINA DALLAPICULA, BEATRIZ MAGALHÃES PEREIRA

Entre 2024 e 2025, diversos projetos legislativos impedindo a participação de pessoas trans no esporte foram apresentados em esferas municipais e estaduais. Neste contexto, o posicionamento de comitês olímpicos e federações têm sido utilizados nos debates sobre tais propostas. Em relação aos esportes paralímpicos, essas informações ainda são escassas, o que torna relevante investigar o posicionamento de comitês e federações paraesportivas. Por isso, nos propomos a analisar como o comitê e federações de esportes paralímpicos se manifestam sobre a participação de pessoas trans com deficiência em competições nacionais e internacionais. A pesquisa documental foi realizada nos bancos de dados do Comitê Paralímpico Internacional, do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e das federações internacionais responsáveis pelas 22 modalidades paralímpicas de verão dos Jogos de Paris 2024. Também foram analisados os sites das 26 instituições vinculadas ao CPB, buscando documentos que abordassem a inclusão e a participação de pessoas trans. Foram considerados os regulamentos vigentes em 2025. Em nível nacional, não foram identificados documentos que regulamentem a participação de pessoas trans nas modalidades paralímpicas. Em nível internacional, foram encontradas diretrizes em cinco modalidades paralímpicas (Ciclismo, Halterofilismo, Hipismo, Tênis em Cadeira de Rodas e Triatlo). A análise mostra que, quando há regulamentação, o conceito de inclusão é mobilizado como mediador da participação. Também foram encontrados documentos que mencionam autorização e muitas ausências normativas. Essas ocorrências revelam regimes de verdade que definem os limites do possível nas competições. As reflexões propostas contribuem para fortalecer discursos que defendem a presença de pessoas trans no esporte paralímpico brasileiro.

ELAS FALAM, ELAS SABEM: ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNEMAT.

KAMILLY VICTÓRIA CARDOSO BENITES, VIVIANE TEIXEIRA SILVEIRA

A universidade, enquanto espaço historicamente elitizado e masculinizado, se consolidou como um ambiente de reprodução dos saberes hegemônicos. Nesse contexto, as mulheres enfrentam não apenas barreiras de acesso, mas, principalmente, de permanência em um ambiente que muitas vezes ignora ou silencia as diversas formas de violência de gênero. Embora representem a maioria nas instituições de ensino superior, as mulheres seguem sendo alvo de práticas que reiteram a desigualdade de gênero, como silenciamentos, discriminação, assédio e abuso de poder. Os dados apresentados neste trabalho são recorte parcial da pesquisa institucional "Violência de Gênero na UNEMAT: Incidência, Prevalência, Consequências e Estratégias de Prevenção", aplicada no Campus Universitário de Cáceres – Jane Vanini. A pesquisa investigou a percepção das mulheres da comunidade acadêmica sobre a violência de gênero vivenciada no espaço universitário, buscando compreender a prevalência dessas violências e os níveis de letramento de gênero entre as respondentes. As respostas às perguntas "Sofreu violência de gênero na UNEMAT?" e "Conhece alguém que sofreu violência de gênero na UNEMAT?" revelaram uma realidade alarmante: embora a maioria das participantes tenha declarado que não sofreu esse tipo de violência, quase todas afirmaram conhecer alguém que sofreu. Tal contradição indica um processo de silenciamento e subnotificação, que muitas vezes está atrelado à naturalização da violência ou à falta de conhecimento sobre suas diversas formas. Os dados apontam que a violência de gênero na universidade manifesta-se de forma sistemática, assumindo expressões simbólicas, institucionais, físicas, sexuais e psicológicas. Frente a isso, torna-se urgente a criação de políticas institucionais efetivas de escuta, acolhimento e enfrentamento, capazes de romper com a lógica da invisibilidade e garantir um ambiente mais seguro e igualitário para todas.

FORMAÇÃO DOCENTE E AS INTERSEÇÕES DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: DIÁLOGOS COM A TRILOGIA "PRÁTICAS PEDAGÓGICAS"
ANA PATRÍCIA DA SILVA

Este trabalho explora a importância da formação de professores para promover uma Educação Física escolar inclusiva, focando em gênero, sexualidade e diversidade. Para isso, dialoga criticamente com a trilogia "Práticas Pedagógicas em Educação Física Escolar" (Volumes 1, 2 e 3, 2023-2025), que aborda como diferentes marcadores sociais influenciam as experiências corporais no ambiente escolar. O estudo visa analisar como a trilogia contribui para aprimorar a formação inicial e continuada de docentes nessas áreas, identificando lacunas e caminhos para uma prática pedagógica interseccional. Além disso, busca propor reflexões sobre como os conhecimentos das obras podem inspirar novas estratégias de capacitação, empoderando educadores a atuarem de forma crítica e transformadora. A metodologia consistiu em uma pesquisa bibliográfica e analítica dos três volumes. Foram sistematizados capítulos que abordam a formação docente, projetos de extensão (como as "Rodas de Conversa Olímpica") e a inter-relação entre gênero, sexualidade, raça e outras diversidades na Educação Física. A análise qualitativa apreendeu as contribuições teóricas e práticas para a qualificação docente, destacando desafios e possibilidades. Os resultados parciais demonstram que a trilogia é um recurso fundamental para a formação de professores inclusivos. As obras evidenciam a necessidade de que docentes estejam preparados para desconstruir estereótipos de gênero, validar identidades trans e travestis, e combater o racismo e outras discriminações. O diálogo com os livros sublinha que a formação docente deve ir além da técnica, incorporando uma perspectiva crítica e interseccional para criar espaços seguros e empoderadores. As experiências de formação continuada, via projetos de extensão, reforçam a eficácia de iniciativas que promovem diálogo e reflexão, essenciais para uma Educação Física que contemple a pluralidade de sujeitos.

PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: EVIDÊNCIAS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DE 2019
WERNER DE ANDRADE MÜLLER, ANDREA WENDT, INÁCIO CROCHEMORE-SILVA

Introdução: a atividade física (AF) regular está associada a diversos benefícios para a saúde da população. No entanto, não há pesquisas para a população brasileira que analisem a AF de acordo com a orientação sexual. Objetivo: verificar a prevalência de AF no lazer e as atividades mais comuns de acordo com a orientação sexual em adultos brasileiros. Métodos: foram analisados dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 (N = 84.785). A orientação sexual foi categorizada em LGB+ (bissexual, homossexual ou outros) e heterossexual. Foram determinadas as prevalências de AF (recomendação de 150 minutos por semana) e as atividades mais praticadas. Os resultados foram apresentados em percentuais e intervalos de confiança em 95% (IC95%). Resultados: 2% da população identificou-se como LGB+. A prevalência de AF foi de 41,2% (IC95%: 36,8-45,7) em LGB+ e 29,8% (IC95%: 29,2-30,5) em heterossexuais. Entre LGB+, foi maior no grupo de 25 a 39 anos (50,4%, IC95%: 43,4-57,3), enquanto entre heterossexuais foi maior em homens (34,2%, IC95%: 29,3-30,5), brancos (31,4%, IC95%: 30,3-32,4) e de 18 a 24 anos (41,6%, IC95%: 39,5; 43,8). As atividades mais relatadas foram caminhada (39,2% e 32,1%), musculação (18% e 24,3%) e futebol (17,1% e 10,9%) para heterossexuais e LGB+, respectivamente. Futebol (31,2%; IC95%: 29,8-32,6) e musculação (16,4%; IC95%: 13,3-17,5) foram as mais prevalentes para homens heterossexuais, enquanto que musculação (30,7%; IC95%: 24,3-38,0), futebol (12%; IC95%: 7,7-18,7) e dança (6,8%; IC95%: 2,2-16,6) foi maior em homens LGB+. Caminhar foi a atividade mais comum entre mulheres (heterossexuais 49,4% e LGB+ 35,7%), mas futebol (9,8%; IC95%: 5,6-16,6) e corrida (7,9%; IC95%: 4,7-13,0) foram mais comuns entre as mulheres LGB+. Conclusão:

Pessoas LGB+ praticam mais AF. Homens LBG+ fazem mais exercícios estruturados em comparação com seus pares heterossexuais, que se envolvem mais em atividades esportivas, assim como as mulheres LGB+.

JOGANDO CONTRA AS NORMAS: SUBVERSÕES NO ASSOCIATIVISMO ESPORTIVO GAY
EDUARDO KLEIN CARMONA, HELDER FERREIRA ISAYAMA

O esporte é um elemento cultural que, há muito tempo, foi moldado como um espaço heteronormativo, no qual a masculinidade ocupou (e ainda ocupa) um papel central nas práticas e nos valores ali vivenciados e representados. Em oposição a essa norma, o associativismo esportivo gay surgiu como um movimento recente e crescente, que desafia as estruturas tradicionais de gênero, ao criar equipes inclusivas que abraçam as causas LGBTQIAPN+ e defendem a visibilidade, o pertencimento e a representação. Assim, tal movimento atua promovendo, por meio de práticas esportivas amadoras, a saúde, a educação e o lazer para a comunidade LGBTQIAPN+. Diante disso, este estudo buscou compreender a dinâmica social no contexto do associativismo esportivo gay, a partir das vivências com um time de voleibol formado por homens gays. Para tanto, adotou-se a etnografia como principal método de pesquisa, com o uso da observação participante, de entrevistas semiestruturadas e análise de documentos. A análise fundamenta-se em três campos interdisciplinares - os Estudos do Lazer, os Estudos Culturais e os Estudos de Gênero - que, em conjunto, oferecem uma estrutura teórica para compreender os complexos processos sociais e culturais envolvidos. A pesquisa revelou que a dinâmica da equipe é moldada por diversos fatores: estrutura organizacional, interações em plataformas de mídia social, participação em torneios LGBTQIAPN+, provocações lúdicas entre os membros, momentos de socialização e a interseccionalidade de raça, classe, sexualidade, gênero e desempenho atlético. Essas dimensões promovem o desenvolvimento de uma cultura esportiva própria, na qual normas de gênero dominantes são subvertidas e identidades dissidentes são afirmadas. Nesse cenário, o associativismo esportivo gay configura-se como uma prática cultural contra-hegemônica, que expande o significado do esporte para além das estruturas convencionais e posiciona a diversidade como um valor social e político fundamental.

DESMISTIFICANDO AS DIFERENÇAS DO DESENVOLVIMENTO DO SEXO (DDS): PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E APLICAÇÃO PRÁTICA
EFEH VICTORIO MONTEIRO CREMPE, JOÃO DE DEUS DE SOUZA PAIVA

O projeto surge da necessidade urgente de abordar as complexidades do desenvolvimento sexual humano e suas implicações sociais. A educação tradicional em biologia frequentemente adota uma visão binária e simplificada de sexo e gênero, ignorando variações naturais e perpetuando preconceitos. Autoras como Joan Roughgarden e Anne Fausto-Sterling defendem uma perspectiva além da binaridade, reforçando a relevância deste estudo. A distinção entre sexo biológico (características físicas) e gênero (construção social) é essencial, mas muitas vezes negligenciada. A intersexualidade, por exemplo, desafia a categorização binária, exigindo um entendimento mais inclusivo. A falta de conhecimento sobre essas questões contribui para a marginalização de indivíduos intersexos, evidenciando a necessidade de uma educação mais informada. O objetivo é desenvolver e avaliar uma cartilha didática para cursos de Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura), promovendo conscientização sobre diversidade sexual. A metodologia inclui questionários pré e pós-intervenção (escala Likert), analisados no SPSS e GraphPad Prism (versão 8.0). Dados sociodemográficos serão apresentados em frequências (n%), enquanto respostas qualitativas passarão por testes estatísticos (binomiais, Qui-Quadrado, Wilcoxon), com significância de p ≤ 0,05.

ENTRE MASCULINIDADES E NOÇÃO DE CAPITAL NA DOCÊNCIA: NOTAS AUTOETNOGRÁFICAS DE UM PROFESSOR TRANS NA PERIFERIA DE FORTALEZA (CE)
JOÃO GOMES LUIZ

Esta comunicação oral traz como ponto de partida as experiências de um professor trans em uma escola pública municipal localizada na Granja Lisboa – bairro periférico da cidade de Fortaleza (Ceará) – a fim de refletir sobre a noção de capital, segundo Bourdieu, e como ela atravessa os processos de subjetivação de masculinidades trans e a prática docente. A escolha por uma análise autoetnográfica crítica justifica-se pela perspectiva de uma "escrita de si" em que as narrativas e experiências pessoais do sujeito pesquisador são tomadas em prol da compreensão de experiências culturais e coletivas de modo que a presença do "eu" do autor, com suas tensões e possibilidades, contribuam para a problematização de processos de dominação e de engendramentos de poder do contexto que se é analisado. Nesse viés, a proposta tem como objetivo tensionar os modos como corpos transmasculinos são percebidos nos espaços escolares. O trabalho articula vivências do autor no campo educacional com aportes teóricos de Pierre Bourdieu, Paul Preciado e outras autorias que discutem transgeneridade, performatividade de gênero e desigualdades em instituições sociais. A análise demonstra que o acesso a tecnologias de gênero – tais como hormonização, reconhecimento do nome social – também está vinculado a capitais diversos (cultural, simbólico, econômico, corporal). No que tange ao espaço escolar, amiúde, o acúmulo desses capitais por um sujeito

dissidente de gênero revela como agem os filtros de pertencimento e poder delineados pela cisheteronormatividade estrutural. Em contraponto a esse panorama, a presença de subjetividades transmasculinas pode adquirir a capacidade de abrir frestas de resistências no campo educacional e apontar para a afirmação de múltiplas formas de masculinidades em contraposição à construção de subjetividades unívocas e estáveis.

O FUNK PROIBIDO E O ‘CONSENTIDO’ NO ESPAÇO ESCOLAR DO IFMA-CCH: A BARBIE MUTADA NA SEGUNDA EDIÇÃO DOS DIÁLOGOS COLORIDOS
GERSON C P LINDOSO

A II edição dos Dialogos Coloridos, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Luís- Centro Histórico, teve como intuito trazer discussões e letramento de gênero e diversidade das sexualidades no ambiente escolar no ano de 2023, tendo como temática 'O NEABI-CCH rumo à Barbie Land: por um IFMA mais cor de rosa e menos patriarcal. O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo geral dialogar a respeito do assédio moral/ institucional sofrido pelo coletivo NEABI-CCH no evento II Dialogos Coloridos, que teve em sua programação cultural uma apresentação artística de dança (funk) por um grupo de jovens externo à nossa comunidade escolar. Como Metodologia transitamos entre o pós-estruturalismo amparado por ideias foucaultianas (relações de saber poder; disciplina); o contrutivismo estruturalista de Pierre Bourdieu (a escola como uma instituição social discriminatória- conceitos de capital cultural e violência simbólica) até o pensamento contracolonial do intelectual quilombola Nego Bispo (SANTOS, 2023). As ferramentas metodológicas utilizamos bibliografia especializada (documentos processuais do caso); nossas vivências e experiências como servidor do IFMA-CCH, a partir de uma etnografia da escola; conversas informais e entrevistas com os agentes envolvidos (as)- participantes do NEABI-CCH. Como resultados percebemos que as relações hierárquicas de poder e punição institucional foram moldadas por outros interesses, a exemplo de um processo eleitoral em curso no ano de 2024. Compreendemos que todo o complexo processo de retaliações e assédios ao evento e ao próprio NEABI-CCH que tinha como objetivo maior a punição de determinados as agentes era estratégica para a manutenção de poderes e privilégios institucionais da própria gestão escolar do campus constituindo uma teia complexa de jogos de interesses no IFMA-CCH.

SESSÃO 10

PANORAMA DA LITERATURA LGBTQ+ EM CABO-VERDE
HELDER THIAGO MAIA

A partir da análise das obras O eleito do sol (1990), de Arménio Vieira, Estátuas de Sal (2003), de Evel Rocha, Na Roda do Sexo (2009), de Fernando Monteiro, Marginais (2010), de Evel Rocha, e Outros sair na beira mar (2010), de Filinto Elísio, analisamos se a incipiente Literatura Lgbtq+ Cabo-verdiana tem funcionado como uma tecnologia de gênero dissidente – desnaturalizando, tensionando ou problematizando violência, exclusões e hierarquias de gênero e sexualidade – ou se, ao contrário, tem funcionado como uma tecnologia de gênero normativa – reforçando normatividades, hierarquias, exclusões e violências. Para isto, analisamos a profunda cis+heteronormatividade da sociedade cabo-verdiana, herdada do colonialismo português, e narrada pelas obras, bem como as resistências a esta ordem sexual (colonial), protagonizada por paneleiros, lésbicas, travestis e aliados, além das profundas relações entre patriarcado, monogamia e violência doméstica e sexual.

LEITURA ÉTICA DOS SILÊNCIOS E INTERVENÇÕES EM "PRINCESA" (1994), DE FERNANDA F. DE ALBUQUERQUE E MAURIZIO JANNELLI
BRUNO FERREIRA VICENTE

A obra "Princesa" teve sua primeira publicação pela editora italiana Sensibile alle foglie no ano de 1994. A obra foi lançada em língua italiana standard, embora seja possível observar no acervo documental que antecede a publicação a presença e a inter-relação entre o português brasileiro, o italiano standard e o sardo, língua popular da região da Sardenha. Isso se deve ao fato de esse texto ter sido produzido, inicialmente, na oralidade e, posteriormente, ter sido elaborado a seis mãos: Fernanda Farias de Albuquerque, Maurizio Jannelli e Giovanni Tamponi. A obra narra a trajetória da travesti brasileira Fernanda Farias de Albuquerque, mulher negra e nordestina, conhecida popularmente como Princesa. Os relatos se estendem desde as memórias de sua infância no interior da Paraíba da década de 1960, até sua detenção no presídio de Rebibbia, em Roma, por tentativa de homicídio. A narrativa perpassa o processo de descoberta da sexualidade, da transição de gênero, até suas experiências como profissional do sexo em de cidades brasileiras e europeias. Para realização da pesquisa, torna-se parte dos documentos que compõem a obra, destacando o processo de gênese e a participação de outros

agentes sociais inseridos na produção, circulação e recepção desse texto. Assim, nesta comunicação, propõe-se apresentar algumas considerações a respeito de divergências encontradas no cotejo entre os textos manuscritos e a obra impressa (1994), haja vista que o processo de mediação editorial. Como resultado, observa-se que para além do conteúdo presente na obra impressa, o estudo com a tradição documental permite romper com certos silêncios, denunciar, rasurar e subverter discursos estereotipados construídos pelo hegemônico padrão masculino-cis-hétero-branco-normativo.

A "QUEERIFICAÇÃO" DAS CONSTRUÇÕES HOMOERÓTICAS SOB PERSPECTIVA DA LITERATURA BRASILEIRA: UM ESTUDO COMPARADO DE TRÊS ROMANCES
LEANDRO BATISTA STEPHAN

A comunicação proposta se baseia na análise de três romances da literatura brasileira escritos em três séculos diferentes: "Bom-Crioulo", de Adolfo Caminha (1895), "Almas Gêmeas", de Luiz Carlos Áustria de Andrade e Araújo (1992), e "Quarto Aberto", de Tobias Carvalho (2023). O objetivo dessa comunicação é demonstrar como as variações da representação das relações homoeróticas na literatura brasileira podem ser reafirmar mudanças em concepções sociais e epistemológicas através do tempo. O romance de Caminha retrata um homoerotismo pautado em abuso da figura do passivo a partir de uma perspectiva deveras homofóbica, ecoando um pensamento determinista do naturalismo do século XIX. "Almas Gêmeas" retrata a possibilidade de desenvolvimento de um relacionamento estável entre dois homens; contudo, essa relação é fundamentalmente pautada em papéis heterocentristas e, inclusive, em um casamento monogâmico no qual um dos homens é perpetuamente penetrante enquanto o outro é penetrado. Tobias Carvalho, por sua vez, apresenta um relacionamento aberto em que o erotismo não está necessariamente atrelado a um preceito monogâmico, ao mesmo tempo que supera posições sexuais constantes. Para essa análise, entende-se o discurso literário brasileiro homoerótico como um sistema discursivo (Foucault, A Arqueologia do Saber, 2002) que é marcado não por sequências, mas por irrupções de acontecimentos. De modo a possibilitar o questionamento das estruturas perpetuadas até o século XX, pensa-se na defesa de Sáez e Carrascosa (Por el culo, 2012) acerca do sexo anal como algo historicamente político. Em oposição à ideia de divisão constante entre penetrantes e penetrados (ou entre "bichas" e "machos" na cultura latinoamericana) no contexto brasileiro, traz-se Green (Além do Carnaval, 2022). A partir da análise, pretende-se concluir que a evolução histórica parece ecoar na literatura nacional homoerótica a partir de um distanciamento de sujeições ontológicas para possibilidades subversivas.

LÍNGUA, LINGUAGEM E DISCURSO COMO CAMPOS TEÓRICOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ALGUMAS PONDERAÇÕES INICIAIS
EDU DIAS DA SILVA

Esta pesquisa discute a análise do discurso à luz do Círculo de Bakhtin como técnica coerente com a perspectiva crítico-marxista em pesquisas sobre políticas públicas educacionais. Considerando que a linguagem é atravessada por ideologias e relações de poder, a proposta destaca a pertinência dessa abordagem para compreender práticas pedagógicas voltadas à inclusão de crianças e adolescentes trans na educação básica pública. Fundamentado em autores como Bakhtin, Silva, Moura e Brasil e Kilomba, o texto articula linguagem, ideologia e formação docente como dimensões essenciais para a efetivação de políticas educacionais inclusivas e transformadoras.

POR UMA ERÓTICA DAS ÁGUAS: CONFLUÊNCIAS E CAMINHOS NA POESIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO, CIDINHA DA SILVA E LOUISE QUEIROZ
MARIANA SOUZA PAIM

O presente ensaio busca confluir junto a alguns dos poemas das escritoras Conceição Evaristo (2017), Cidinha da Silva (2016) e Louise Queiroz (2019), em direção ao que provisoriamente chamo de erótica das águas. Tomando como ponto de partida para essa travessia alguns movimentos compartilhados na poética das três autoras, como a presença das águas enquanto metáfora-fundamento para o desejo e que informa uma perspectiva situada desde a lesbianidade e a ancestralidade. Tento assim seguir os fluxos e imagens presentes em suas produções, tomando como orientação algumas reflexões pautadas pelo pensamento lésbico e/ou feminista negro, me ancorando no cuírlombismo literário, como propõe tatiana nascimento (2019), e nos usos do erótico e da poesia enquanto lugar de potência, tal como pensa Audre Lorde (2019). Acredito que a poética aquosa dessas três autoras não apenas compõe imagens que fogem aos clichês do erótico, pela própria maneira como o léxico é mobilizado, mas também por dizerem das possibilidades e do desejo que é sentido por e com o corpo de uma outra mulher, agenciamento este interditado por séculos pela matriz branca colonial heterocisnormativa.

A EXPERIÊNCIA DE HOMENS GAYS EM AMBIENTES DE TRABALHO NO SECRETARIADO EXECUTIVO: UM RELATO AUTOETNOGRÁFICO
VENAN LUCAS DE OLIVEIRA ALENCAR, JOÃO CASSIANO ALMEIDA DE OLIVEIRA

O estudo aborda os desafios e impactos do preconceito e discriminação enfrentados por homens gays no campo do secretariado executivo, adotando uma abordagem qualitativa para explorar essas questões. Historicamente, esses profissionais enfrentam barreiras significativas, agravadas pelo estigma associado à sua orientação sexual e pela percepção do secretariado como uma profissão majoritariamente feminina. O preconceito, muitas vezes enraizado em uma cultura organizacional conservadora e heteronormativa, não apenas limita o crescimento profissional desses indivíduos, mas também afeta profundamente sua saúde mental e bem-estar emocional. Para compreender essas dinâmicas, o estudo articulou a Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough (2001), destacando como a linguagem reflete e perpetua normas sociais excludentes, em uma análise das respostas de um questionário aplicado a doze secretários gays (Figueiredo Júnior, 2018). Além disso, nos apoiamos na autoetnografia (Vergueiro, 2015) para situar a vivência de um dos autores enquanto homem gay negro em busca de empregos no interior do Sul do Brasil. Os dados coletados revelaram que a estigmatização, o assédio moral e as piadas de cunho sexual podem ser frequentes no ambiente corporativo, perpetuando uma exclusão que reflete a estrutura patriarcal e a normatividade heterossexual predominante. Além disso, a presença de homens gays na profissão é frequentemente desvalorizada, reforçando estereótipos de gênero e sexualidade. O estudo também enfatiza a importância de políticas de inclusão e diversidade nas organizações como ferramentas para combater essas adversidades. Os resultados apontam para a necessidade de mudanças nas práticas organizacionais e uma maior representatividade de homens gays em cargos de liderança como estratégias essenciais para desconstruir estigmas, além de proporcionar ambientes mais inclusivos e equitativos no secretariado executivo.

PROFESSOR, E AQUELE FILME PORNÔ QUE O SENHOR TROUXE ?: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE JOVENS SERTANEJOS A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA FÍLMICA E LITERÁRIA NO SERTÃO DO RN.
HUGO CARVALHO VILLA MAIOR

O presente trabalho trata do discurso de jovens estudantes sertanejos a respeito de si e do “espaço vivido”, conceito cunhado por Santos (2000), mediados por filmes que têm o sertão como cenário ou uma forte representatividade nordestina e atravessados por um intenso cotidiano escolar no sertão do Rio Grande do Norte, “Qual o teu dispositivo? O que ele te deixa ver e falar?” (Bicalho, 2025). Talvez por isso, apesar da minha investigação ser uma cartografia social sobre essa delicada relação do cinema com a escola, ainda que ela esteja também imersa em muitos outros dispositivos, frequentemente esse tema me levaria a falar sobre censura, frequentemente eu me via falando sobre livros e filmes censurados pelo espaço escolar. A violência se constitui quando a escola, sobretudo a escola pública, nega a seu alunado o direito à representatividade oferecendo a esse alunado uma episteme embranquecida porque considera muito violento para esse mesmo alunado, negro, um livro de um autor, também negro, morador de comunidade que relata detalhadamente o cotidiano dessa mesma comunidade. (Ribeiro, 2019) O professor de língua portuguesa da escola, ao redigir uma carta ao diretor diz “não vejo nada que eles possam aprender com esse livro, não tem -s de plural.”, diz o docente a respeito de “Sol na cabeça”, livro de Giovani Martins, ganhador do prêmio Jabuti daquele ano. Ainda , nesse mesmo campo, J, um dos professores responsáveis pela biblioteca escolar, me abre um gavetão com vários outros títulos censurados ali por sua colega, também responsável pelo espaço, entre esses mesmos autores estava Jorge Amado com ilustrações de Carybé. “Professor, e aquele filme pornô que o senhor trouxe?” , me interpela um aluno no meio do corredor. O estudante se referia ao filme “As melhores coisas do mundo ” da diretora paulista Laís Bodansky. Por que a escola insiste em colocar no mesmo pacote filmes sobre gênero e sexualidade e o filme pornô?

TECENDO A DRAGOSFERA: PERFORMATIVIDADES E CORPOS DISSIDENTES EM RUPAUL'S DRAG RACE
ROBERTO RODRIGUES CAMPOS

Este trabalho propõe o conceito de Dragosfera para analisar a cultura drag em sua ascensão ao mainstream, com especial atenção ao fenômeno global RuPaul's Drag Race. O objetivo principal é apresentar o conceito de Dragosfera, demonstrando seu potencial analítico para compreender as dinâmicas de poder, visibilidade e normatização na cultura drag contemporânea, com especial atenção ao papel do reality show como um de seus catalisadores. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em uma análise teórica aprofundada, articulando a performatividade de gênero de Butler (2019) com as contribuições de pesquisadores brasileiros como Rosa (2021), Colling (2021), Zamboni & Flauzino (2021), e a interseccionalidade de bell hooks (2018). O conceito de corpo-território (Miranda, 2020) é central para compreender o corpo drag como espaço de inscrição simbólica e resistência. A análise do corpus — RuPaul's Drag Race — será realizada à luz dos conceitos de capital simbólico e legitimação (Bourdieu, 2007), codificação cultural (Hall, 2021), e fronteiras difusas entre o underground e o mainstream (Jenkins, 2022; Ludmer, 2010). Os resultados parciais indicam que a Dragosfera se manifesta em dinâmicas onde RuPaul's Drag Race funciona como uma vitrine que, ao mesmo tempo em que celebra e amplifica a cultura drag, impõe hierarquias e padroniza estéticas. Isso influencia a construção de subjetividades e a própria definição do que é “drag legítima” na Dragosfera contemporânea. A análise revela as tensões entre o brilho da popularização e os riscos de uma possível diluição da radicalidade intrínseca à arte drag.

ENTRE BOYCETAS E EPISTEMOLOGIAS MORTAS: UMA MULHER LÉSBICA DESFEM ESCREVE COM BE RGB CONTRA A NECROACADEMIA
ANA CAROLINA MORAIS DE SOUZA

O presente artigo propõe uma leitura crítica e situada da poética de be rgb a partir do conceito de necroacademia, entendido como regime institucional que silencia e neutraliza saberes dissidentes. A partir de três livros publicados e um poema performado nas redes sociais, analisam-se os modos como linguagem neutra, erotismo, espiritualidade e humor se articulam como estratégias de subversão à normatividade acadêmica, literária e linguística. Em vez de explicar a obra de be rgb, propõe-se aqui escrever com elu: um gesto político, estético e ético de resistência à forma morta do saber acadêmico. O artigo parte de uma implicação afetiva e epistêmica da autora, mulher lésbica desfem, cuja trajetória tensiona os limites entre identidade e teoria. Com base em autores como Mbembe, Lorde, Rolnik, Butler, Tuhiwai Smith, entre outros, defende-se que a linguagem neutra e o erotismo queer não são ornamentos textuais, mas ferramentas de fratura epistemológica. A poética de be rgb tensiona o corpo e a linguagem a partir de experiências não-binárias encarnadas, propondo um erotismo que transita entre seiva, pedra e lava, e uma espiritualidade que convoca orixás e ancestralidade como parte da insurgência. O humor ácido e a linguagem inventiva – com termos como “boyceta” e “cy” – operam como deboche crítico contra a cisheteronormatividade e contra o higienismo acadêmico. Ao escrever com be rgb, este artigo busca desestabilizar os cânones do saber e abrir espaço para epistemologias encarnadas, afetivas e insubmissas, afirmando a crítica literária como território possível de cura, desobediência e axé.

AS PERFORMANCES DO AMOR: CAMÕES EM DIÁLOGO COM O POEMA DIVERSIDADE DE BRAULIO BESSA EM CONTEXTO CONTEMPORÂNEOS LGBTQIAPN+
JOSÉ ARIOSVALDO ALIXANDRINO, MARIA APARECIDA RODRIGUES

Esta pesquisa tem como objetivo principal, analisar como as performances do amor são retratadas em Camões e no poema Diversidade de Bráulio Bessa, uma produção contemporânea em que se pode observar amores LGBTQIAPN+, o estudo evidencia similaridades, diferenças e ressignificações acerca das múltiplas possibilidades de performar o amor. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica, com foco no soneto "Amor é fogo que arde sem se ver" e em uma obra poética contemporânea. O estudo identifica no amor camoniano uma dualidade em que combina idealização e sofrimento, apesar de já ser um amor conflituoso. Enquanto no poema Diversidade, o amor é abordado como transgressivo, plural, desafiador. Os resultados revelam que a poesia, em ambos os contextos, reflete tensões sociais e culturais, destacando-se como um espaço de transformação e diálogo. A partir dessa análise, conclui-se que o amor, enquanto tema literário, mantém sua universalidade ao longo do tempo, adaptando-se às demandas e perspectivas de cada época, reforçando o papel da literatura como ferramenta de ressignificação, representatividade, contestação e diversidade.

ENVELHECER DESVIANTE: TEMPORALIDADES QUEER EM STÊNIO GARDEL, NATTY MENSTRUAL E BERNARDINE EVARISTO
ANA CAROLINA MORAIS DE SOUZA

O envelhecimento da população LGBTQIAPN+ permanece como um tabu e uma zona marginalizada tanto na vida social quanto na produção literária, além de ser frequentemente negligenciado pelos estudos de gênero e sexualidade. Quando representada, a velhice dissidente costuma aparecer sob dois regimes dominantes: a caricatura ou a idealização. Este trabalho propõe-se a romper com tais molduras reducionistas, realizando uma leitura crítica e interseccional que articula subjetividades queer envelhecidas por meio de temporalidades desviantes. O corpus selecionado reúne três obras de autores dissidentes – um homem gay nordestino, uma travesti argentina e uma mulher negra britânica – que constroem narrativas a partir de personagens marcadamente queer. As obras analisadas são A palavra que resta (2021), de Stênio Gardel, Chuva dourada sobre mim (2024), de Naty Menstrual e Mr. Loverman (2024), de Bernardine Evaristo. A proposta comparativa não se limita a aproximações superficiais, mas busca tensionar os modos como tempo, afeto, corpo e memória são reorganizados nessas narrativas para recontar a velhice como experiência desviada da norma. A abordagem metodológica é qualitativa, interpretativa e comparativa, com foco na análise literária, ampara-se em conceitos teóricos como os de Preciado (2020), Sedgwick (2007), Butler (2019), Louro (2023), entre outros. Parte-se do pressuposto de que o tempo não é neutro: trata-se de uma tecnologia normativa que organiza existências segundo padrões cisheteronormativos. Dessa maneira, visamos destacar que as obras selecionadas desestabilizam essa estrutura temporal, propondo outras formas de envelhecer em dissidência.

A (DES)LEGITIMAÇÃO DE CASSANDRA RIOS NA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA
MARIA DA GLÓRIA DE CASTRO AZEVEDO

Este trabalho analisa a complexa recepção da obra de Cassandra Rios, com ênfase em Copacabana Posto 6 – a madrastra (1972) e objetiva propor uma reavaliação da obra da autora, reconhecendo sua relevância social, cultural e temática, apesar das críticas estilísticas à sua linguagem, rotulada como "pornográfica" e "irrelevante" na historiografia literária. Embora, cronologicamente, devesse estar inserida na terceira fase do Modernismo Brasileiro (com seu primeiro livro A volúpia do pecado publicado em 1948), a produção de Cassandra Rios sofreu e sofre resistência da academia e da crítica literária que costuma rotulá-la como "pornográfica", com estilo naturalista ultrapassado e esteticamente inferior, estigmas que impediram a formação de uma fortuna crítica acerca da literatura e discussões sobre corpos e sexualidades na literatura brasileira. Todavia, ao considerar as reflexões sociais e culturais, as discussões sobre a existência de sujeitos dissidentes da matriz heterossexual e a quebra da heteronarratividade, a obra de Rios revela-se moderna em seus temas e reflexões, justificando sua possível inclusão no Modernismo. Os métodos para esse trabalho incluem análise do romance Copacabana Posto 6, revisão crítica e historiográfica confrontando as classificações negativas com a relevância temática e a contextualização histórico-literária, associando Rios com autoras modernistas. O resultado é uma proposição de reavaliação de Cassandra Rios, reconhecendo que, apesar das críticas estilísticas, sua obra demonstra modernidade temática e reflexiva, apontando para resultados de que a obra da autora foi deslegitimada por preconceitos, e que seu pioneirismo na abordagem de temas tabus e sua relevância social e cultural demandam uma reconsideração para sua justa inserção na historiografia literária nacional. Esse estudo inspira-se nas ideias de Butler (2003), Wittig (2025) com suas discussões de gênero e sexualidade e Candido (2021 e 2023) sobre o modernismo brasileiro.

SESSÃO 11

HISTÓRIAS DE VIDA DE LIDERANÇAS DO MOVIMENTO LGBTQIA+ BRASILEIRO
CLEYTON FEITOSA PEREIRA

A história do Movimento LGBTQIA+ brasileiro já foi contada diversas vezes por inúmeros trabalhos de pesquisa relevantes que geralmente classificam essa história em "ondas". Essas ondas descrevem características e circunstâncias mais ou menos homogêneas, seja do movimento social, seja do contexto político nacional que explicam as ações e transformações do ativismo. No entanto, há uma zona cinzenta sobre quem são esses sujeitos e, principalmente, o que os e as motivou a se engajarem na luta coletiva e organizada pelo reconhecimento da diversidade sexual e de gênero no país. Respostas genéricas poderiam dizer que foi a violência que cada um/a enfrentou nas suas trajetórias de vida. Faz sentido, já que a LGBTfobia é um fenômeno estrutural e atinge a todos/as, mas cada história, cada subjetividade, cada vida e sua teia de relações é única e plena de sutilezas e detalhes que merecem análise sistemática para melhor compreensão do Movimento LGBTQIA+ brasileiro. Assim, o presente trabalho tem o objetivo de analisar o que motivou pessoas comuns a se tornarem lideranças desse movimento social no Brasil. Para tal, lançarei mão de uma abordagem qualitativa de pesquisa do tipo exploratório e explicativo a partir do método de História de Vida. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos que atualmente lideram ou lideraram no passado associações nacionais do Movimento LGBTQIA+ exercendo a função de presidentes ou coordenadores de organizações da sociedade civil visando entender a influência exercida pela família, pela escola, por situações marcantes e como o sujeito se vê como ativista hoje.

NEW QUEER CINEMA COMO INSTRUMENTO DE DIPLOMACIA CULTURAL DOS EUA: IMPACTOS NOS DEBATES SOBRE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL
GUILHERME RABEL

A marginalização histórica da comunidade LGBTQIA+ no cinema e na sociedade norte-americana reflete a ausência de representações autênticas e a consolidação da hegemonia cultural heteronormativa, agravada pela epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) nos Estados Unidos nos anos 1980. Inserido nesse contexto, o movimento cinematográfico conhecido como New Queer Cinema passou a desafiar tais normas e consolidou-se como um instrumento de diplomacia cultural dos Estados Unidos. Este trabalho tem como objetivo analisar o papel do movimento na promoção de valores relacionados aos direitos humanos e à diversidade, com especial atenção ao seu impacto no Brasil. A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica de obras acadêmicas e cinematográficas, investigando a origem, as características e a evolução do movimento, bem como sua adaptação ao contexto brasileiro. Os resultados indicam que o New Queer Cinema influenciou

diretamente a construção de narrativas queer complexas e interseccionais no Brasil, especialmente por meio de cineastas como Karim Ainouz e da consolidação de festivais de cinema como o MixBrasil. A análise demonstrou que essas produções têm promovido diálogos interculturais e fortalecido a consciência sobre os direitos humanos, configurando o cinema queer como um espaço contemporâneo de resistência frente à ascensão de discursos conservadores.

EPISTEMLOGIAS TRANSGRESSORAS: A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS TRANS PARA O CAMPO TEÓRICO E POLÍTICO
FERNANDA MARCIANO

A dissertação a seguir tem por objetivo argumentar que a subjetivação de travestis e transexuais podem servir como ferramentas metodológicas valiosas para as análises no campo das ciências sociais contemporâneas, em especial na subárea da ciência política. A partir da minha experiência enquanto pesquisadora negra e travesti, recém chegada ao campo, como também na análise de diversas produções teóricas, buscamos mapear epistemologias que transgridam à um ideal universal sobre o que é ou não é teoria social e política. Chamamos essas perspectivas de epistemologias transgressoras, pois, a partir de deslocamentos subjetivos das teorias de gênero e sexualidade, posicionam e localizam toda e qualquer análise social a partir da consubstancialidade. Esse exercício é produto de uma mudança geracional e estética das Instituições públicas de ensino superior, introduzidas a partir de políticas públicas de acesso e permanência estudantil à negros, indígenas e quilombolas. Portanto, a partir dos conceitos de lugar de fala, cisgeneridade e branquitude, busca-se oxigenar o campo com análises sociais robustas, complexas e porosas. As transgressões mencionadas, impactam o debate identitário na política institucional e no campo acadêmico no Brasil contemporâneo. Dessa forma, foram explorados episódios de cancelamento de intelectuais no campo da diferença, como o de Richard Miskolci e Tertuliana Lustosa. Esses casos são apresentados como resultado da contraposição entre conhecimentos produzidos por movimentos sociais e pela academia, simbolizando mudanças epistêmicas significativas tanto no campo político, como no acadêmico a partir de novas leituras e concepções sobre os fenômenos sociais, que por sua vez causam controvérsias éticas e morais no campo de estudos de gênero e sexualidade.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA LGBTQ+ E QUALIDADE DA DEMOCRACIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE PESQUISA
EDER RODRIGO GIMENES

A população LGBTQ+, como outros grupos marginalizados, enfrenta obstáculos no acesso pleno aos direitos humanos, revelando que sua relação com a democracia é uma questão política de cidadania e participação. O avanço de discursos conservadores, intensificado pelo projeto político liderado por Jair Bolsonaro, acentuou a exclusão e ameaçou os direitos da diversidade sexual. Bolsonaro, antes e durante sua presidência, utilizou espaços públicos para propagar pautas moralmente conservadoras e discriminatórias. A partir de 2013, o fortalecimento da direita nas redes sociais impulsionou um conservadorismo agressivo que impactou os debates sobre gênero e sexualidade. Esse cenário atingiu seu ápice nas eleições de 2018, marcadas pela polarização entre candidaturas favoráveis e hostis à cidadania LGBTQ+. A campanha de Bolsonaro fomentou ataques à população LGBTQ+, resultando em agressões e disseminação de discursos de ódio, desafiando a democracia substantiva. Diante desse contexto, torna-se urgente ampliar os estudos sobre a participação política da população LGBTQ+ no Brasil, considerando as barreiras enfrentadas e suas estratégias de resistência. Este projeto propõe duas perspectivas analíticas: o diálogo com pesquisas internacionais sobre direitos LGBTQ+ e qualidade democrática; e o aprofundamento no campo do comportamento político, que historicamente negligenciou o protagonismo LGBTQ+. A partir disso, busca-se sistematizar o debate sobre comportamento e participação política da população LGBTQI+, enfatizando a relação entre lutas por direitos e impactos na democracia, com base em revisão da literatura nacional e internacional.

ANÁLISE DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI+ NO BRASIL.
BEATRIZ ELENA BARUD SILVA, EDER RODRIGO GIMENES, HEBERT VILLELA

Uma das formas de fortalecer um regime democrático passa pela disposição de estruturas que promovam integração, diversidade e deliberação e, quando se observa estas características no caso brasileiro, encontramos as experiências de Instituições Participativas (IPs), exemplificadas como Conselhos, Conferências e Orçamento Participativo e caracterizadas pelo engajamento de diferentes atores no processo de deliberação de políticas públicas. A partir deste pano de fundo, o presente trabalho se propõe a analisar as Conferências Nacionais Dos Direitos das Pessoas LGBTI+ realizadas em 2008, 2011 e 2016 no país, com o objetivo de descrever o histórico da participação no espaço das Conferências, elencando temas e pautas relevantes e, adicionalmente, estabelecendo a contraposição entre tais engajamentos com a atuação do Legislativo e Executivo no tocante ao desenvolvimento das políticas. Tal debate é relevante neste momento histórico, de modo geral, por ao menos dois aspectos, um de ordem global e outro nacional. Em primeiro lugar, destacamos o conservadorismo crescente em diversos países, nos quais pautas morais têm ganhado destaque e o enfrentamento à população LGBTI+ são crescentes. Por outro lado, o ano de 2025 apresenta um cenário positivo para esta análise, tendo em vista que, 9 anos após a realização da última Conferência,

encontra-se em curso o processo de conformação da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ no país. A partir de metodologia qualitativa de análise documental, nossos resultados denotam haver baixa confluência entre o que se debate nas Conferências e as atuações do Executivo e Legislativo federais, de modo que a maioria das conquistas à população LGBTI+ no Brasil decorrem de processos de judicialização e dos diferentes órgãos que conformam o Poder Judiciário, como o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça, por exemplo.

SUJEITOS POLÍTICOS DECOLONIAS: DIÁLOGOS ENTRE O MOVIMENTO INDÍGENA E O MOVIMENTO LGBTQIAPN+ NO BRASIL

FLÁVIA BELMOTO DE OLIVEIRA, AZZY MELO DE SOUSA, TCHELLA FERNANDES MASO

Os registros acadêmicos canônicos sobre o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil raramente consideram a presença indígena como ator político na formulação de suas pautas. Mas indígenas não cis-heterossexuais têm, recentemente, conquistado espaço político no movimento indígena e, consequentemente, ganhado maior visibilidade para a sociedade civil em geral. No Acampamento Terra Livre de 2024, foi lançado o “Manifesto Indígena LGBTQIAPN+”, com respaldo da Articulação de Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2024). Este artigo analisa a emergência recente de movimentos indígenas LGBTQIAPN+ e a atuação de coletivos como Tybyra, Caboclas e JUIND (Juventude Indígena Diversidade Guarani Kaiowá). A pesquisa parte da constatação da escassez de estudos sobre sexualidades e corporalidades dissidentes entre povos indígenas no Brasil, conforme apontado por Silva (2022), e dialoga com críticas à colonialidade do saber (Grosfoguel, 2016) e com os debates sobre a importância da centralidade das identidades two-spirit nos movimentos indígenas e quer nos Estados Unidos e no Canadá e suas consequências. (Fernandes, 2015). O objetivo é investigar como pessoas indígenas LGBTQIAPN+ se articulam politicamente hoje, quais são suas principais demandas e desafios, e de que forma dialogam (ou não) com o movimento LGBTQIAPN+ mais amplo no Brasil. A pesquisa adota uma abordagem abdutiva (Collins, 2022), baseada em observação participante e interlocução direta com lideranças indígenas LGBTQIAPN+, com destaque para o trabalho de campo realizado no Acampamento Terra Livre (abril de 2025). A análise é guiada por referenciais da antropologia feminista (Esteban, 2013; Gregorio, 2023), com ênfase na co-presença, na escuta afetiva e no tempo compartilhado.

A FORMULAÇÃO DA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES LGBTQIAPN+ REBECA JASMINE ISIDÓRIO BUENO

As políticas públicas podem ser definidas como “às ações do governo e às intenções que as determinam” (Cochran, 2010, p.2) ou como “o que quer que os governos decidam fazer ou não” (Dye, 1975, p.5). Para que um problema entre na agenda governamental é necessário que três fluxos interdependentes — problemas, soluções e política — se alinhem de forma favorável criando uma janela de oportunidades que possibilita a ascensão de certas demandas à pauta governamental (Capella, 2018). No município de Campos dos Goytacazes, as políticas públicas específicas para a população LGBTQIAPN+ são recentes, sendo implementadas a partir de 2021, e carecem de estudo. Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral investigar o processo de surgimento dessa agenda no contexto municipal. Os objetivos específicos incluem: (1) identificar os grupos organizados que atuam na defesa dos direitos relacionados à diversidade sexual e de gênero; (2) analisar de que maneira as ações coletivas desses grupos contribuíram para a inserção das demandas da comunidade na agenda governamental; e (3) identificar as estruturas legais e institucionais que viabilizaram essa agenda. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, que adota uma abordagem metodológica mista, combinando revisão bibliográfica, análise documental das legislações municipais e entrevistas com pesquisadores, grupos organizados, ativistas e servidores públicos. Como síntese dos resultados, observa-se que as políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+ em Campos dos Goytacazes são iniciativas do governo atual, influenciadas tanto pelo processo de interiorização dessas políticas no estado do Rio de Janeiro, especialmente por meio do programa Rio Sem LGBtobia, quanto pela mobilização de grupos organizados que reivindicam a criação de uma pasta específica no município. Além disso, a criação da Subsecretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos, que se tornou o principal órgão responsável pela implementação dessas políticas.

ORGANIZAÇÃO DA PRIMEIRA PARADA NEGRA LGBT DE BELO HORIZONTE: UMA EXPERIÊNCIA RACIALIZADA ARUANÃ DE OLIVEIRA SILVA, THIAGO SANTOS LIMA, VANESSA DE SOUZA PEREIRA, CATARINA DALLAPICULA

A Rede Afro LGBT Mineira, criada em 2013, tem como missão consolidação da luta contra o racismo e a LGBtobia pelo fortalecimento de negros e negras lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Sediada em Belo Horizonte, a Rede promove ações e evento que incluem o Encontro de Pretas e Pretos LGBT de MG e Piqueniques no Parque, além de compor fóruns deliberativos e atuar no controle social em âmbitos municipais e estadual. Em 2024, a Rede Afro LGBT Mineira organizou a 1ª Parada Negra LGBT de Belo Horizonte, tornando essa a terceira cidade no país a aderir ao movimento inspirado pelo “Black Pride” (movimento de

Orgulho Negro, iniciado nos Estados Unidos em 1991) e pelas Paradas Negras LGBT de São Paulo (realizadas desde 2017) e de João Pessoa (desde 2019). O presente relato de experiência descreve o processo de organização que se iniciou com o bloco “Tem preta e preto na Parada” e resultou na realização da 1ª Parada Negra LGBT da cidade. Abordamos os modos de organização, desafios para viabilização estrutural e financeira e, por fim, a experiência vivida neste evento. A autoria deste relato é dividida entre três pessoas que compuseram a comissão organizadora desta primeira parada e a orientadora do grupo de estudos a partir do qual esta proposta foi pensada.

SINDICALISMO COLORIDO? A PAUTA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NAS LUTAS DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) EDUARDO REZENDE PEREIRA

Este artigo apresenta dados de uma pesquisa exploratória sobre a relação do sindicalismo com o tema da diversidade sexual e de gênero, tendo como objeto de investigação a Central Única dos Trabalhadores (CUT) — a maior organização da cúpula sindical no Brasil e na América Latina. Por meio do levantamento de documentos congressuais, da análise de conteúdo de sites oficiais, da realização de entrevistas com lideranças sindicais e da observação em campo, espera-se compreender: (1) como a CUT incorporou, ao longo do tempo, as pautas da diversidade sexual e de gênero em suas lutas gerais em defesa dos direitos sociais e trabalhistas; (2) como a confluência dessas pautas e lutas se expressa em sua linha política na atualidade, e, a partir disso, (3) como caracteriza seus desafios e potencialidades; e, por fim, (4) como a CUT se envolve nas lutas dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e outros (LGBT+). Embora seja pouco explorada por militantes e pesquisadores do sindicalismo, por um lado, e por ativistas e estudiosos do movimento LGBT+, por outro, o imbricamento das lutas por direitos sociais e trabalhistas e por reconhecimento da diversidade sexual e de gênero apresenta um grande potencial político, e, por isso, analítico, uma vez que a classe trabalhadora é diversa, e que as lutas por reconhecimento e contra preconceitos e discriminações se desdobram sobre os impactos do capitalismo, do racismo e do patriarcado.

POPULISMO REACIONÁRIO: COMO GOVERNOS DE EXTREMA-DIREITA DESMONTAM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTQIA+? LIÇÕES E APRENDIZADOS SOBRE O GOVERNO BOLSONARO. JOÃO VITOR RODRIGUES GONÇALVES

As eleições de 2018 produziram um aumento significativo de pesquisas empenhadas em analisar o efeito do governo Bolsonaro nas políticas públicas. Entretanto, discussões sobre o efeito desse fenômeno em políticas direcionadas as minorias sexuais permanecem pouco exploradas pela literatura. Por isso, este artigo busca mapear, descrever e analisar o desmonte institucional das políticas LGBTQIA+ durante o governo Bolsonaro (2019-2022). Considerado um estudo de caso, devido à especificidade do contexto político, adota-se a pesquisa documental como recurso metodológico. Cerca de dezesseis documentos foram submetidos a uma análise de conteúdo. Os resultados indicam, com base nos documentos analisados, que o processo de desmonte pode ser estruturado em três “fases”: quando torna-se objeto de interesse da agenda política do ex-presidente, de parte da burocracia e, sobretudo, do próprio parlamento. Como contribuição teórica, espera-se que os insights obtidos por meio desta pesquisa possam sanar, mesmo que modestamente, a escassez de estudos e pesquisas que utilizem a lente teórica do populismo reacionário para compreender fenômenos sociais complexos e inadiáveis. Como contribuição empírica, acredita-se que este estudo possa subsidiar pesquisas sobre como governos conservadores operam desmontes institucionais em políticas voltadas a grupos historicamente marginalizados ao redor do mundo, sobretudo em países que apresentam o mesmo contexto político-institucional vivenciado pelo Brasil durante o governo do ex-presidente Bolsonaro. Presume-se que as lições aqui apresentadas possam instruir agentes políticos e burocratas para atuar, de fato, na manutenção e nas resiliências de políticas e programas LGBTQIA+ diante de governos predominantemente conservadores.

CAMPANHA NACIONAL DA DIVERSIDADE CRIATIVA DO BRASIL PÓS COP-30 VINICIUS ALVES-DA-SILVA

A presente proposta tem por objetivo geral apresentar um relato de experiência sobre a Campanha Nacional da Diversidade Criativa do Brasil rumo a COP-30+ . A campanha foi lançada em Junho de 2025, na Nave Coletiva, sede da Mídia NINJA em São Paulo, abrindo o evento CLIMAX e Orgulho e reunindo pessoas do setor corporativo, institucional e social em torno das emergências LGBTQIA+ e climáticas. A campanha desenvolverá de Junho até a COP-30 (que acontece entre 10 e 15 de Novembro de 2025), uma série de ações, como debates orgânicos com o setor LGBTQIA+ e lideranças ambientais e climáticas (Ação KoKoKop), assim como o impulsionamento de oportunidades que mobilizem artistas, produtoras, coletivos, espaços, grupos e associações culturais, em torno das agendas de Responsabilidade Ambiental e Climática, Reparação Social e Diversidade de Governanças (ESG). A presente proposta deverá apresentar um relato de experiência apontando dados coletados e resultados alcançados pela Campanha,

servindo como material para o estudo de doutorado do autor-pesquisador Vinicius Alves-da-Silva, que é idealizador e Coordenador Geral da Campanha, doutorando no Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, Pesquisador Visita do Grupo de Pesquisa em Gênero, Arte e Cultura do NEIM-UFBA e Coordenador Executivo do Projeto LaBI.pós - Laboratório de Estudos e Tecnologias da Diversidade Sexual, Étnico, Racial e de Gênero (projeto de pesquisa e extensão entre a UFBA e UNEB).

MOVIMENTOS QUE CRIA ÓRGÃOS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ NO BRASIL
VICTORIA BARBOSA TOMAZ FRANÇA

Este trabalho analisa o processo de criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (SNLGBTQIA+) como resultado de interações acumuladas entre o Movimento LGBTI+ brasileiro e o Estado. A pesquisa ancora-se na abordagem relacional de movimentos sociais de interações socioestatais e na teoria dos encaixes institucionais. Utilizando o método qualitativo de rastreamento de processos (process tracing), foram realizadas 14 entrevistas com ativistas, conselheiros e representantes partidários. A análise identifica dois ciclos centrais de mobilização: (i) o período pré-eleitoral de 2022, em que a rede LGBTI+ incidiu nos programas de governo, e (ii) o Governo de Transição, quando se consolidaram alianças e estratégias dentro do Grupo Técnico de Direitos Humanos. Dois mecanismos institucionais operaram como mediadores causais: a formação de coalizões político-partidárias pró-direitos LGBTQIA+ e a reabertura da participação social no aparelho estatal. Nesse sentido, a SNLGBTQIA+ representa um encaixe institucional de alta hierarquia e relevância simbólica, reforçando o papel estratégico dos movimentos sociais na democratização do Estado brasileiro e dos subsistemas de políticas públicas.

SESSÃO 12

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DA VÍTIMA DA VIOLÊNCIA INTERPESSOAL E AUTOPROVOCADA SEGUNDO IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRASIL
LUIZA CAROLINA MARTINS SERVO

Este estudo tem como objetivo caracterizar o perfil das vítimas de violências interpessoal e autoprovocada no Brasil, com foco na população LGBT+. Utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 2018 e 2023, buscou-se comparar a população LGBT+ com homens e mulheres heterossexuais e cisgêneros em relação a variáveis sociodemográficas como faixa etária, raça/cor, escolaridade e presença de deficiência ou transtorno. A metodologia adotada incluiu análise exploratória dos dados, amostragem estratificada e aplicação do teste Qui-Quadrado de Pearson, seguida por Análise de Correspondência Múltipla (ACM) para identificar padrões relacionais entre os grupos. Os resultados apontam que a população LGBT+ apresenta maior vulnerabilidade, especialmente entre jovens de 20 a 24 anos, com níveis educacionais mais altos e menor taxa de não resposta às variáveis sociodemográficas. Observou-se também um crescimento expressivo da violência contra essa população a partir de 2022, em ritmo superior ao dos demais grupos analisados. A ACM evidenciou associações específicas entre características das vítimas e os grupos analisados, sugerindo que a identidade LGBT+ constitui, por si só, um fator de vulnerabilidade à violência. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas mais eficazes e direcionadas à proteção da população LGBT+, com base em dados mais robustos e visíveis.

QUEBRA E BACKLASH À INCLUSÃO DE IDENTIDADES TRANS NA CULTURA GAMER: REFLEXÕES A PARTIR DE OBLIVION
FILIPE LUCCA MORAIS DE ARAÚJO

Este relato de experiência aborda a representatividade de gênero e os obstáculos enfrentados por pessoas LGBTQIA+, particularmente pessoas trans, na comunidade geek/gamer. A partir de vivências em jogos online, fóruns e redes sociais, observa-se que os chamados "espaços seguros" frequentemente se mostram inacessíveis a identidades dissidentes. Essa exclusão se manifesta em formas de multiviolenças que intensificam discursos e atitudes transfóbicas. Dessa forma, constatou-se, a partir dessa experiência, a recorrência de falas de negação da identidade de gênero, fetichização de corpos transfemininos e invisibilização de pessoas transmasculinas, práticas que reforçam a normatividade cisheterossexual e o binarismo de gênero. A experiência também permitiu analisar a reação da comunidade gamer diante de iniciativas de inclusão de pessoas trans, como no caso do jogo Oblivion, que substituiu "homem/mulher" por "tipo 1/tipo 2". Ainda, observou-se que as reações incluíram ataques, piadas e boicotes, revelando o incômodo que mudanças simbólicas, ainda que mínimas, podem causar em ambientes marcados pela rejeição à diversidade. Tais episódios mostram que a cultura gamer, muitas vezes

considerada neutra ou "apolítica", na prática silencia e exclui identidades marginalizadas, negando a elas o direito à plena participação (BOURDIEU, 1998). O aprendizado resultante dessa vivência destaca a presença trans como um ato político: estar, jogar e interagir nesses espaços é reivindicar pertencimento, dignidade e existência. Como destaca Butler (2004), desafiar a norma de gênero vai além da identidade, é um gesto de resistência frente aos regimes que regulam e colonizam os corpos e suas formas de expressão.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E A INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO, DIVERSIDADE E RAÇA EM CTEM
MICHELLE SATO FRIGO

A curricularização da extensão, mandato do Plano Nacional de Educação (PNE) e Resolução CNE/CES nº 7/2018, representa um desafio significativo na educação superior brasileira. Na Universidade Federal do ABC (UFABC), antes mesmo das recentes alterações nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), desenvolve atividades extensionistas em disciplinas de CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Em cursos como a Engenharia de Gestão, disciplinas como Engenharia Econômica, Princípios de Administração e Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental incorporaram projetos extensionistas como parte da avaliação. Nesses projetos, o eixo transversal de Gênero, Diversidade e Raça foi sistematicamente inserido, relacionando-se com o conteúdo técnico de cada disciplina. A base pedagógica dessas atividades foi inspirada em Bell Hooks, especialmente em "Ensinando a Transgredir". A proposta central foi promover uma educação que transcende a mera transmissão de conhecimento, buscando a transformação social e a libertação do sujeito através do questionamento crítico e da prática da liberdade. Os projetos foram estruturados com base na Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), estimulando pensamento crítico, colaboração e autonomia estudantil. A inserção do eixo Gênero, Diversidade e Raça alinha-se não só com o Projeto Pedagógico da UFABC, mas é essencial para formar bacharéis e engenheiros preparados para os desafios do Desenvolvimento Sustentável, refletindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 (Igualdade de Gênero) e 10 (Redução das Desigualdades). Os resultados confirmam o imenso potencial da interdisciplinaridade: desde a organização de debates sobre Mulheres em CTEM até a elaboração de Planos de Negócios para pessoas LGBTQIAPN+. Essas iniciativas demonstram a relevância e a viabilidade de integrar Gênero, Diversidade e Raça mesmo em áreas do conhecimento tradicionalmente consideradas "duras", promovendo uma formação mais completa e socialmente engajada.

"ELAS TOMBAM TUDO": BICHAS PRETAS AFEMINADAS EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA NO ALTO SERTÃO ALAGOANO [QUAIS CORPOS IMPORTAM AQUI?]
VITOR LEANDRO SANTOS LIMA, EDSON DA SILVA BRITO, HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA

A presença de bichas pretas e afeminadas em cursos de licenciatura nas ciências exatas – formação inicial de professores/as interessados/as pela docência – vem ganhando espaço e tomando corpo nas últimas décadas, sobretudo ao se levar em consideração os desafios e os enfrentamentos que esses corpos em dissidência são submetidos por diversos atravessamentos. Nesse contexto, o presente estudo visa evidenciar marcas de subjetividade e “transviadagens” (Silva Lima e Monteiro, 2022), promoção de resistência, enfrentamento às violências e superações de duas bichas pretas e afeminadas em um curso de licenciatura em Física, no alto sertão alagoano, entendendo as dinâmicas de construção de si a partir dos estudos de gênero, sexualidade e racialidade. Metodologicamente, partindo da pesquisa qualitativa e do estudo etnográfico – inseridos no escopo dos Estudos Queer em Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes et al 2022) – à luz da interseccionalidade sob o prisma das questões de gênero, sexualidade, linguagem e território –, serão analisados trechos de diários de campo (Estágios supervisionados II e III) quanto à participação e à vivência de duas bichas pretas e afeminadas em um curso de Física no alto sertão alagoano. Além disso, a fim de construir referencialidades sobre a ação de bichas pretas, “trajetórias identitárias” (Silva Lima, 2024) serão tomadas como propostas de análise para construção da metodologia. Para tanto, o campo do discurso é considerado “vivo e atuante” enquanto prática social de linguagem, de modo que se associa às dimensões sociais, políticas, ideológicas e culturais, indicando (des)construção de atitudes e comportamentos nos/as usuários/as. Logo, a atuação e presença de corpos em dissidência em ambientes considerados “masculinistas” ou “masculinizadores” indica um movimento de ser e existir em todos os setores da sociedade, pois acreditamos que as bichas pretas e afeminadas conquistaram/am/rão o mundo, porque “elas tombam tudo”.

GÊNEROS E SEXUALIDADES: VESTÍGIOS EMBRIONÁRIOS DA CONSOLIDAÇÃO DE UMA TENDÊNCIA NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO BRASIL
JONATHAN MACHADO DOMINGUES

O artigo analisa a Educação Matemática como um campo científico consolidado, estruturado por meio de processos históricos de institucionalização, produção de saberes específicos e constituição de comunidades acadêmicas. Nesse cenário, Gênero e Sexualidade são compreendidos como uma tendência embrionária, que

começa a se manifestar nas discussões e investigações do campo, embora ainda de forma pontual e incipiente. Essa caracterização é evidenciada pela ausência de um Grupo de Trabalho (GT) específico sobre o tema na Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), estando tais discussões atualmente inseridas no GT13 — Diferença, Inclusão e Educação Matemática. Observa-se que trabalhos que abordam Gênero e Sexualidade vêm sendo apresentados em eventos de Educação, Educação Matemática e Educação Inclusiva, entre outros. Contudo, no âmbito da Educação Matemática, até o momento, identificou-se apenas um evento voltado exclusivamente à temática: a 1ª Escola de Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática. O artigo, assim, propõe uma reflexão crítica sobre os desafios e as possibilidades de consolidação dessa tendência, contribuindo para o fortalecimento de uma perspectiva mais inclusiva, interseccional e sensível às diversidades no campo.

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA: UMA POSSIBILIDADE DE TENSIONAMENTO DOS PADRÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE
LUAN TRINDADE DE BRITO, GERSON DOS SANTOS FARIAS, LIVIA MOREIRA DE JESUS

As questões de gênero e sexualidade, historicamente, foram mantidas à margem dos ambientes escolares, refletindo as tensões sociais mais amplas. No entanto, mesmo que sejam pouco debatidas, essas temáticas estão presentes nas escolas, muito por conta da diversidade de corpos que habitam a escola. Tais temáticas, muitas vezes, são negligenciadas no currículo formal, especialmente no ensino de matemática, disciplina, tradicionalmente, vista como neutra e distante de debates sociais. Entretanto, a Educação Matemática Crítica (EMC) surge como proposta pedagógica capaz de romper com essa visão, demonstrando como a matemática pode ser um instrumento de análise e transformação das estruturas sociais desiguais. Frente a isso, o presente relato de experiência tem como objetivo compartilhar a realização da oficina “Educação Matemática Crítica: uma possibilidade de abordagem do tema gênero e sexualidade”, aplicada a uma turma de futuros (as) professores (as) de matemática da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), durante a disciplina de Educação Matemática e Tendências de Ensino, no PL 2024.2. A oficina foi dividida em dois momentos principais: uma etapa teórica, dedicada à compreensão dos conceitos centrais da EMC, e uma etapa prática, na qual os participantes foram convidados a refletir sobre suas próprias identidades, marcadores sociais, lugares de fala e preconceitos. Também foram abordadas distinções entre os conceitos de gênero e sexualidade, bem como as siglas da comunidade LGBTQIAPN+ e as questões étnico-raciais. Como resultado, a atividade despertou nos (as) licenciandos (as) maior interesse por metodologias alternativas para o ensino de matemática, além de provocar um novo olhar sobre o papel social da disciplina. A oficina demonstrou também o potencial da matemática como ferramenta de resistência, autoaceitação e transformação social, contribuindo para que os (as) futuros (as) professores (as) possam inspirar seus alunos da Educação Básica.

AGENDA LGBTI+ E TECNOLOGIA: UMA ANÁLISE DE PRODUÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL (2018-2023)
LETÍCIA SAKIHAMA DE MENEZES HORA

O presente trabalho investiga a interseção entre gênero, sexualidade, tecnologias e Governança da Internet (GI), com foco na comunidade LGBTI+. O objetivo principal é mapear desafios enfrentados por essa comunidade no ambiente digital, por meio da análise de 156 documentos produzidos por organizações da sociedade civil que atuam com direitos digitais, governança da internet e tecnologias em interseção com o debate de gênero e sexualidade, entre 2018 e 2023. A pesquisa adota uma abordagem exploratória, baseada nos Princípios Feministas da Internet (FPI), formulado via Association for Progressive Communications (APC) para categorização e análise de documentos coletados. Como proposta de mapeamento foram selecionadas 8 organizações da sociedade civil ao redor do mundo que trabalham com tecnologia e direitos digitais e abordam de alguma forma aspectos de gênero e sexualidade em sua atuação, seja na organização como um todo ou em projetos/programas/frentes de atuação permanentes. Os resultados indicam que os temas mais recorrentes são violência de gênero online, liberdade de expressão e discurso de ódio, refletindo a centralidade das questões de segurança e proteção digital na pauta LGBTI+. Tópicos emergentes como inteligência artificial, dataficação e cibersegurança também aparecem, mas com menor frequência. Em contrapartida, questões fundamentais como equidade de gênero, privacidade e participação da juventude LGBTI+ na governança digital são pouco abordadas, evidenciando lacunas na produção de conhecimento. O caráter exploratório deste estudo reforça a necessidade de investigações futuras que aprofundem o debate e os resultados desta pesquisa, sendo necessário se debruçar sobre a possibilidade de novas estratégias de criação de conhecimento e práticas para endereçar a incorporação de forma mais efetiva das demandas da comunidade LGBTI+ nestes espaços.

DESAFIOS E APRENDIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A EMPREGABILIDADE LGBTQIA+
MUKAÏLA MANIKA

Este relato de experiência aborda a contribuição na implementação do Projeto-Piloto do Programa Empodera+, iniciativa prevista na Estratégia Nacional de

Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas LGBTQIA+ em vulnerabilidade (Portaria MDHC nº 88/2024). Para tal, considerando a participação direta na coordenação do Projeto, expõe-se os entraves estruturais identificados na construção de políticas públicas voltadas a este público. Os principais entraves incluem: 1. Barreiras institucionais: escassez de dados interseccionais sobre empregabilidade LGBTQIA+, especialmente de pessoas trans e travestis; 2. Limites legais: insuficiência de marcos regulatórios para sustentar programas de inclusão socioeconômica; 3. Dinâmica federativa: tensões na articulação entre governo federal e equipes locais durante a operacionalização. Os aprendizados acumulados, por sua vez, revelam: A necessidade de indicadores sensíveis a gênero, raça e territorialidade para desenho de políticas eficazes; A importância de mecanismos de governança colaborativa entre União, estados e municípios; Estratégias para engajar empregadores em contextos de discriminação estrutural. Conclui-se o relato com reflexões técnicas sobre gestão pública interseccional, destacando como a experiência do Piloto oferece subsídios para reparar a histórica lacuna de políticas direcionadas à população LGBTQIA+.

SESSÃO 13

AS DINÂMICAS DO TRABALHO DO CUIDADO EM RELACIONAMENTOS LÉSBICOS
IANY MACEDO BRUM

Este trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas do cuidado em relacionamentos entre mulheres, com foco na forma como essas práticas são construídas, distribuídas e ressignificadas em contextos que desafiam a norma heterossexual. O cuidado, entendido como um conjunto de atividades, interações e afetos voltados à sustentação da vida, foi historicamente desvalorizado pelas estruturas patriarcais, que o relegaram à esfera doméstica e feminina. Essa desvalorização se intensifica quando o cuidado é exercido em relações que escapam à lógica da heterossexualidade compulsória, resultando na invisibilização das experiências afetivas e cotidianas de mulheres lésbicas. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura, com base em produções acadêmicas que articulam os campos do cuidado, do trabalho, da sexualidade e das relações de gênero. Foram mobilizados textos de autoras como Sílvia Federici, Judith Butler, Helena Hirata, Adrienne Rich, entre outras, permitindo um diálogo entre diferentes abordagens críticas e interseccionais. Os resultados indicam que, embora o trabalho de cuidado continue sendo majoritariamente associado às mulheres, os relacionamentos lésbicos apresentam formas mais negociadas e flexíveis de organização das tarefas cotidianas. Essas experiências desafiam modelos tradicionais de família, rompendo com padrões hierárquicos e propondo novas maneiras de vivenciar os afetos e a divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, essas relações ainda são atravessadas por normas sociais e estruturais que reproduzem desigualdades de gênero e dificultam o pleno reconhecimento dessas formas de cuidado.

DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGUE (A, O) GAÚCHO: REFLEXÕES E ANÁLISES DOS DISCURSOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE
GABRIELA SANCINETO RABELO, VINICIUS PASQUALIN

A temática deste trabalho caminha pelos cursos de psicologia do Estado do Rio Grande do Sul analisando de que forma os discursos sobre Sexualidade e Gênero estão sendo abordados aos futuros psicólogos (as, os) que irão atuar diretamente com as diversidades dissidentes. A heterocisnormatividade sempre esteve presente nos cursos de psicologia, promovendo preconceitos por meio de intervenções de cunho "curativo" direcionadas a pessoas homo, trans e lésbicas. Mesmo com as regulamentações e orientações do Conselho Federal de Psicologia sobre o tratamento dessas subjetividades, alguns profissionais ainda reproduzem discursos excludentes e preconceituosos. As universidades, como espaços de (re)produção de conhecimento, têm papel central na legitimação de discursos que estabelecem padrões morais de comportamento social, formando profissionais que aplicarão esses saberes em suas práticas. Com base nessa realidade, a presente pesquisa analisou de forma crítica as disciplinas relacionadas a gênero e sexualidade nos cursos de psicologia do Estado do Rio Grande do Sul. Através da análise do discurso de Michel Foucault via análise documental dos conteúdos presentes nas ementas oferecidas pelas instituições acadêmicas vislumbrou-se um cenário preocupante ante a formação de novos profissionais. O estudo demonstrou que a formação dos futuros psicólogos (as, os) gaúchos sobre essas temáticas reflete uma carência de conteúdos essenciais para a construção de profissionais conscientes, éticos e preparados para lidar com a diversidade de forma responsável e inclusiva. Esta insipiência refletirá de forma negativa na escuta e acolhimento das diversidades e seus atravessamentos.

DESEJOS SILENCIADOS: A INVISIBILIZAÇÃO DA SEXUALIDADE DE JOVENS AUTISTAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
RUAN JESUS SANTOS MARINHO, SABRINA DAIANA CÚNICO

A sexualidade de jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) segue sendo sistematicamente negligenciada nos estudos sobre gênero e dissidências sexuais. Este trabalho de revisão de escopo, teve como objetivo tensionar essa invisibilidade, mapeando e analisando publicações científicas sobre sexualidade e educação sexual de jovens autistas entre 2020 e 2025. A revisão, conduzida nas bases SciELO, PsycINFO, LILACS e Scopus, seguiu o protocolo PRISMA. Dos 25 estudos que compuseram a amostra final, a análise temática revelou cinco eixos centrais: identidade de gênero e expressão da sexualidade; desafios nas interações afetivas; práticas educativas adaptadas; vulnerabilidade à violência; e presença da voz dos próprios autistas. A predominância de estudos qualitativos oriundos do Norte Global, somada à escassa produção latino-americana, expõe a urgência de investigações que rompam com a lógica capacitista e colonial, e que reconheçam jovens autistas como sujeitos políticos de desejo, afetividade e agência. Defende-se a necessidade de abordagens interseccionais e insurgentes que desconstruam narrativas normativas e possibilitem a emergência de novas epistemologias autistas sobre corpo, gênero e sexualidade.

**OCUPAR A UNIVERSIDADE COMO PESSOA LGBTQIA+:
CUIDADO DE SI E CUIDADO DO OUTRO**
LEANDRA SOBRAL OLIVEIRA, FABIA MONICA SOUZA DOS SANTOS

Ocupar a universidade como pessoa LGBTQIA+ pode significar o (re)encontro com situações de silenciamento e vulnerabilidade já vividas antes do ingresso na universidade, geralmente no contexto familiar ou escolar. Por outro lado, pode ampliar as redes de cuidado de si e cuidado do outro, a partir do reconhecimento e do pertencimento. O processo de formação acadêmica das autoras, final dos anos 90, pouco instrumentalizou para os enfrentamentos sobre a pauta de Gênero, Diversidade e Direitos Humanos. Foi nossa experiência como mulheres lésbicas que ampliou nossos campos de luta. Ao entendermos nossos corpos como ação política na sala de aula, seguimos ampliando a percepção dos efeitos que nosso próprio processo de ocupação gera. Cada vez mais estudantes nos procuram para grupos de estudos, orientações e bancas de monografia, eventos, extensão ou, até, as disciplinas que hoje eles conseguem demandar em seu processo formativo. Nesse arcabouço, contar a própria história pode ser considerado um aspecto fundamental, o deslocar uma pessoa do lugar de “objeto” de pesquisa para o protagonismo da autonarrativa, podemos ter um processo de produção de conhecimento ancorado em novas bases metodológicas. Com relação à oferta atual na grade curricular dos cursos de Psicologia com relação à temática de gênero e diversidade, é frequente encontrarmos uma escassez de disciplinas obrigatórias ou optativas. Assim, um dos analisadores que trazemos é a experiência de ministrar a disciplina Sexualidade Humana, pertencente à grade de disciplinas optativas do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (Campus Universitário de Rio das Ostras). Embora o curso exista desde 2009, essa disciplina só foi oferecida duas vezes, sendo a primeira em 2018 e a segunda em 2023. Analisar o percurso valorizando nossas próprias narrativas é uma ferramenta extremamente valiosa no processo de construção de memória e criação de mundos possíveis.

**CORPOS EM DEVIR: UMA CARTOGRAFIA DA PERFORMANCE
DRAG QUEEN COMO MONTAÇÃO
ESTÉTICO-EPISTEMOLÓGICA EM FLORIANÓPOLIS – SC**
CHARLES CHRIST, ROGÉRIO MACHADO ROSA, ADRIANO BEIRAS

Este resumo apresenta uma cartografia em movimento que explora a arte drag queen como montagem estético-epistemológica, operando como dispositivo de (des)subjetivação em Florianópolis/SC. A cartografia é experiência encarnada que (des)faz corpos, atravessada por um corpo-bicha-afeminado errante entre performatividade, dissidência e fabulação. Parte-se da questão: como a arte drag, enquanto prática que recria corpo e saber, pode deslocar normas de subjetivação de gênero e sexualidade? O estudo propõe acompanhar, de modo ativo e implicado, processos de subjetivação imbricados à performance drag — os quais também (des)montam a própria bicha-cartógrafa. As referências teóricas ancoram-se em Paul Preciado, Michel Foucault, Fred Moten, José Esteban Muñoz e Jack Halberstam, articulando saberes feministas, queer e decoloniais. Trata-se de uma cartografia-montação: invenção sensível em que acompanhar é ser afetado e (re)inventado pelas existências que se deixam entrever. As reflexões tensionam: a performance drag é capaz de desmontar a ontologia moderna do sujeito? De que modos a vibração dos encontros cria corpos-fabulação efêmeros, de onde novos mundos se insinuam — ainda sob o risco de captura? A drag não se apresenta como quem “é”, mas como quem “pode criar-se” por uma estética que subverte lógicas da representação, do pensamento, do gênero, da sexualidade, do conhecimento e da vida. Essa criação não presume estabilidade: abre brechas, sabedoras de sua efemeridade, que podem inspirar mundos ou ser capturadas e normatizadas. É possível pensar a estética drag como uma epistemologia em ato — que não fixa identidades, mas afirma a potência do deslocamento, da fuga, da dissidência? Mesmo movendo-se no efêmero, a drag instaura uma pragmática própria, feita de gestos e expressões que repetem o que criam para diferir, forjando modos de habitar o presente. A ausência de ontologia fixa torna-se condição para instaurar outramentos, fabulando corpos, gêneros e sexualidades em devir.

**UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: A INTERSECCIONALIDADE
ENTRE RACIALIDADE E LESBIANIDADE PENSADA NA
CLÍNICA DE DIVERSIDADE, GÊNERO E SEXUALIDADE NO
SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA**
LETICIA LEMOS DA SILVA, LEANDRA SOBRAL OLIVEIRA

Pensar a interseccionalidade é pensar o racismo atravessado por outras estruturas como, aqui ser apresentado, gênero e sexualidade. Dentro da clínica que propõe a discussão de diversidade, gênero e sexualidade, comumente surgem pacientes atravessados pela sua vivência racial. O primeiro ponto a ser levantado, e muito discutido em supervisão, é que todas as clínicas atravessarão tais estruturas, uma vez que todos os indivíduos se inserem em uma sociedade que realiza identidades marcadas por gênero, raça e sexualidade. Tais marcadores e sua interseccionalidade está presente de forma a identificar o sujeito e afetá-lo ao longo de sua construção. Cabe pensar que não é possível se abster de uma identidade, seja ela explícita ou não, logo raça, gênero e sexualidade são marcadores sociais que posicionam corpos a partir da interação encontrada em uma estrutura colonial e opressora. Dessa forma, o relato de experiência será levantado a partir de uma perspectiva decolonial, sob as perspectivas da interseccionalidade e do feminismo negro de Carla Akotirene encontradas no livro Interseccionalidade (2019), entendendo que os sistemas de opressão sofridos a partir da sexualidade, gênero e raça se interligam nas vivências dos pacientes atendidos no SPA. Será feito um recorte ao que diz respeito às discussões sobre racialidade e lesbianidade, pensando como tal interseccionalidade se apresenta em pacientes da Clínica, mas também como sujeitos circunscritos em tais identidades apresentam maior dificuldade para chegar à clínica e como tais marcadores os atravessam. Serão também levantadas as questões de sexualidade discutidas na Clínica de Diversidade, Gênero e Sexualidade no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Veiga de Almeida, a partir do que se apresenta por parte dos pacientes e somadas as leituras acadêmicas acerca do tema. A apresentação abrangerá como podemos pensar as questões trazidas que se inserem na interseccionalidade entre gênero, raça e sexualidade.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA E ACOLHIMENTO DE
PESSOAS TRANS NA CLÍNICA-ESCOLA**
RAQUEL COUTO DE AZEVEDO GONCALVES MOTA, LEANDRA SOBRAL OLIVEIRA

Na sociedade brasileira, tanto a condição travesti quanto a transexual são consideradas de alta vulnerabilidade social, econômica, e política devido à perspectiva moral e julgadora hegemônica. Por causa disso, a existência de sujeitos que desafiam a cisheteronormatividade é marcada por processos traumáticos e violentos de rejeição e de exclusão social. E o campo da saúde e da psicologia contribui para rejeitá-los, uma vez que é fundado pela exclusão do que é abjeto, emana poder de discriminar e legislar sobre corpos, gêneros, e práticas sexuais. A psicologia, então, acaba por fundamentar a ideia de padrões e desvios, e tudo que se constitui como uma forma de desvio é patologizado e excluído da sociedade. A psicanálise, por exemplo, exerce esse poder quando considera exclusivamente o regime da diferença sexual e o complexo de Édipo para compreender a construção de gênero. Seguindo esse construto teórico poucos destinos identificatórios se tornam possíveis. Devido a esse contexto, muitas pessoas trans encaram a psicologia como descrença, que se manifesta em um comportamento combativo e desconfiado nas sessões iniciais do Serviço de Psicologia Aplicada da Veiga de Almeida (SPA-UVA). Neste trabalho serão levantadas questões de gênero e sexualidade discutidas com a equipe de diversidade, gênero e sexualidade, a partir do comportamento apresentado por pacientes trans e travestis. O objetivo do trabalho, então, é denunciar as estruturas sociais de opressão que se mantêm dentro da clínica psicológica, e sustentar que é dever do psicólogo capacitar-se em temas de gênero e sexualidade, para poder exercer uma prática clínica que acolha pessoas trans e respeite suas identidades e vivências.

**O PAPEL DA PSICOLOGIA SOCIAL LATINOAMERICANA PARA
A COMUNIDADE LGBTQIA+**
GUSTAVO HENRIQUE MENDES DE ABREU

A relação entre oprimido e opressor é parte indissociável da base teórica e de atuação da Psicologia Social Latinoamericana, também chamada de Psicologia Social crítica devido ao seu comprometimento ético-político com as demandas de comunidades historicamente oprimidas. A Psicologia Social Latinoamericana tem um papel de ampliar conexões, saberes e práticas para o empoderamento da comunidade LGBTQIA+ ao passo em que fortifica o combate às opressões de gênero, desconstruindo fronteiras no trabalho quanto às vivências psicossociais desta comunidade. Através de revisão bibliográfica, este trabalho pretende contextualizar a Psicologia Social Crítica Latinoamericana com as demandas da população LGBTQIA+ e analisar os processos psicossociais que se apresentam nessa relação. Primeiro, será apresentado um breve histórico da Psicologia Social Crítica Latinoamericana e, em seguida, serão apresentados os desafios que a comunidade LGBTQIA+ está sujeita no contexto brasileiro, onde a Psicologia Social pode e deve atuar tomando partido dos oprimidos. Ao falarmos de intervenção social, é importante destacar que a Psicologia Social capacita profissionais a atuarem como defensores e agentes de mudança, promovendo a conscientização, a educação e a

defesa dos direitos de comunidades oprimidas, no caso, a comunidade Queer. A formação dos profissionais de saúde é essencial para garantir um atendimento sensível, acolhedor e livre de preconceitos. A capacitação sobre questões de gênero, sexualidade e identidade de gênero é crucial para promover um cuidado respeitoso e inclusivo através da desconstrução de estereótipos e preconceitos, principalmente no contexto de ofensivas anti-gênero, que também são abordadas no trabalho.

DO CANGAÇO À CANGA-GAY: GÊNERO EM DISPUTA E SUAS RESSONÂNCIAS EM SERRA TALHADA - PE
ROBSON APARECIDO DA COSTA SILVA, MARCO AURÉLIO MÁXIMO PRADO

Desde o início dos anos 2000, diversos países, à exemplo da Espanha, França, Itália, Haiti, Equador, Brasil, Argentina, México, entre outros ao redor do globo, convivem com ofensivas e políticas contra o gênero. Esse movimento tem o intuito de demonizar a ideia de gênero para refundar uma noção de sociedade tradicional. Nessa perspectiva, o presente trabalho busca refletir sobre o surgimento de ações anti-LGBTQIA+ no município de Serra Talhada – PE, em 2009, articuladas a forças conservadoras associadas à cultura do Cangaço, e analisar como tais produzem efeitos na emergência da “ideologia de gênero” no contexto em pauta, em 2022. Trata-se de uma etnografia digital, baseada na análise de matérias jornalísticas, produções radiofônicas e conteúdos virtuais que retratam as repercussões decorrentes da realização da primeira Parada da Diversidade Sexual do Sertão Pernambucano, ocorrida no contexto serra-talhadense, em 2009 — evento que ganhou notoriedade nacional sob o nome de Canga-Gay. Enquanto conclusões preliminares, tem-se que as repercussões conservadoras em torno da realização do Canga-Gay reforçaram valores morais tradicionais que limitam os direitos e a cidadania plena da população LGBTQIA+ local. Nesse sentido, discursos políticos, religiosos e midiáticos da época contribuíram — e ainda contribuem — para a consolidação de estigmas, bem como para a naturalização da cisheteronormatividade e da masculinidade hegemônica em Serra Talhada, fundamentadas na construção idealizada do homem como “cabra-macho, sim senhor” e herdeiro dos atributos de Lampião, o rei do Cangaço. Tais efeitos ainda se articulam com o fortalecimento do discurso da chamada “ideologia de gênero” na cidade, cuja presença tornou-se mais evidente a partir de 2022, com uma série de ações contrárias as pautas LGBTQIA+.

EMPREGABILIDADE E INSERÇÃO DE PESSOAS TRANS NO MERCADO DE TRABALHO: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS
LEONARDO BRAGA ELEK, REIVANI CHISTÉ ZANOTELLI BUSCACIO, RAQUEL COUTO DE AZEVEDO GONCALVES MOTA, VICTOR MACHADO CYPRIANO COSTA, NAÍSA FONTES DE ASSIS DOS ANJOS

Resumo: O presente artigo discute a empregabilidade e a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho brasileiro a partir de uma perspectiva psicossocial, com base em autores como Erving Goffman, Michel Foucault, Georges Canguilhem, Judith Butler e Paul Preciado. Partindo da compreensão do estigma como elemento estruturante da exclusão social, o texto analisa como a transfobia se manifesta no mundo do trabalho, gerando marginalização, precariedade e violências simbólicas e materiais. A pesquisa é de natureza qualitativa e utiliza revisão bibliográfica como metodologia, contemplando dados estatísticos, estudos acadêmicos e experiências vividas. Os dados revelam que, apesar de representarem 9% da população brasileira, apenas 0,38% das pessoas LGBTQIA+ trans estão empregadas formalmente, sendo que cerca de 90% são empurradas para a prostituição como única alternativa de sobrevivência. Com base nos conceitos de “monstro” e “anormal” de Foucault, articulados às noções de liberdade de Butler e à crítica de Preciado à patologização da transgeneridade, argumenta-se que o mercado de trabalho opera sob uma lógica excludente, que reforça o binarismo de gênero e a cisnormatividade. Além disso, evidencia-se como o trabalho é central na constituição subjetiva e cidadã, e como a ausência de políticas públicas eficazes perpetua o apagamento social da população trans. O artigo conclui propondo uma reflexão crítica sobre o papel das instituições, especialmente do setor corporativo, na construção de ambientes verdadeiramente inclusivos. Destaca-se a urgência de ações afirmativas que garantam a dignidade, visibilidade e empregabilidade das pessoas trans, reconhecendo-as como sujeitos políticos, complexos e potentes.

ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES BISSEXUAIS EM ESPAÇOS ENTENDIDOS COMO LGBTQIA+
VICKY FLORENCE MADEIRA, TAÍS DE MACEDO VIDAL, THAÍS DE CASTRO JURY ARNOUD, LUISA FERNANDA HABIGZANG

Mulheres bissexuais ocupam um lugar de vulnerabilidade, frequentemente atravessado por experiências de violência, estigmatização, invisibilidade e pela exclusão em espaços que deveriam acolhê-las. Este estudo de caráter qualitativo e exploratório trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre mulheres bissexuais, violências nas relações íntimas e saúde mental e buscou investigar as experiências destas mulheres em espaços LGBTQIA+. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e, para este trabalho, foram analisadas as respostas da pergunta: "Você costuma frequentar espaços entendidos como LGBTQIA+? Se sim, como se sente nesses espaços?". Participaram 12 mulheres autodeclaradas bissexuais, com 18 anos ou mais, com histórico de violência nos relacionamentos íntimos. As entrevistas foram realizadas a partir da plataforma google meet, gravadas e posteriormente transcritas. Os dados foram analisados a partir da técnica de análise

temática reflexiva. A partir das análises, foram identificados três eixos temáticos: 1) Expressões e desdobramentos do monossexismo, o qual foi dividido entre dois subtemas e aborda as múltiplas expressões do enquadramento monossexual e seus reflexos nas vivências de mulheres bissexuais na comunidade LGBTQIA+; 2) Barreiras de acesso à Comunidade LGBTQIA+, o qual inclui dificuldades encontradas por essas mulheres ao tentarem acessar estes espaços; e 3) Estratégias Emancipatórias, que foca nas estratégias de enfrentamento e afirmação da identidade de mulheres bissexuais, manifestadas a partir das redes de apoio, ativismo, interseccionalidade, vivência universitária e participação em espaços dissidentes e de contracultura. O estudo evidencia que, mesmo em espaços LGBTQIA+, mulheres bissexuais seguem enfrentando exclusão e estigmas, revelando limitações no acolhimento intracomunidade. Apesar disso, destacam-se formas de resistência e construção de pertencimento que reafirmam suas identidades e fortalecem suas trajetórias.

INDICADORES DE SAÚDE MENTAL E SUPORTE SOCIAL EM MULHERES BISSEXUAIS NO BRASIL
TAÍS DE MACEDO VIDAL, ALICE COSTA PUSS, VICKY FLORENCE MADEIRA, THAÍS DE CASTRO JURY ARNOUD, LUISA FERNANDA HABIGZANG

Há uma escassez no que se refere a investigações nacionais acerca da saúde mental de mulheres bissexuais e potenciais fatores associados. O presente estudo teve como objetivo investigar o suporte social percebido (SSP) e indicadores de saúde mental em uma amostra de mulheres bissexuais Brasileiras. 1029 mulheres participaram deste estudo transversal quantitativo, com idade média de 26,47 anos (DP=8,73). Utilizou-se: 1) Questionário de Dados Sociodemográficos, 2) Escala Multidimensional de Suporte Social Percebido e 3) Escala de Ansiedade, Depressão e Estresse. Foram realizadas análises descritivas de médias e frequências. Após, realizou-se Teste de Shapiro-Wilk para investigar normalidade da amostra. Identificou-se distribuição não paramétrica e, portanto, optou-se por análises de correlação de Spearman. As participantes apresentaram sintomatologia leve de estresse (M=15,35;DP=4,38), moderada de depressão (M=13,99;DP=5,09) e normal a leve de ansiedade (M=14,23;DP=5,26), SSP de amigos baixo a moderado (M=2,97; DP=.63), SSP de familiares moderado (M=3,06; DP=.68) e de outras pessoas significativas moderado (M=3,50;DP=.68). Foram observadas associações negativas significativas entre os indicadores de saúde mental e SSP. A depressão apresentou correlação negativa moderada com o suporte de amigos (r= -0,36; p < 0,001), correlações negativas mais fracas com o suporte da família (r= -0,287; p < 0,001) e com o suporte de outras pessoas significativas (r= -0,196; p< 0,001). O estresse e a ansiedade também se correlacionaram negativamente com as fontes de SSP, ainda que com magnitudes mais baixas. SSP é descritivo na literatura como um importante fator de proteção para a saúde mental, e, considerando os resultados encontrados neste estudo, torna-se essencial o investimento em estratégias de inclusão e combate aos estigmas associados à bissexualidade, de modo a promover ambientes mais receptivos e acolhedores às vivências de mulheres bissexuais.

SESSÃO 14

NOME SOCIAL E AS IMPLICAÇÕES DO NÃO USO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS: UMA LEITURA CRÍTICA DO COMPORTAMENTO SOCIAL E JURÍDICO NO BRASIL
JESSICA DOS SANTOS DINIZ VENTURA

A escolha do tema, se baseia, ou melhor, tem inspiração no depoimento de uma travesti dado no evento da Semana do Orgulho LGBTQIAPN+ realizado no dia 29 de junho do ano de 2023, em Diamantina/MG, pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Sabe-se que a negação ao uso do nome social como um direito corrobora para que essas pessoas se afastem de forma sistematizada dos serviços oferecidos pelo governo, seja ele no campo federal, estadual ou municipal. A situação, infelizmente, tende a piorar quando se trata de pessoas trans, travestis e queer negras, sendo possível perceber que além da transfobia estrutural há também o racismo estrutural que dificulta e até mesmo inviabiliza esse acesso. Mesmo após o reconhecimento da identidade de gênero, do direito ao nome social e o advento de resoluções, decretos, leis ou projetos de leis, ainda vemos haver um despreparo dos servidores públicos, como, por exemplo, na área da saúde. Justifica-se o tema tendo como base o caráter social e jurídico no sentido em que existe uma necessidade urgente de mostrar que a realidade ainda não é das melhores, para tal bastou realizar uma procura no âmbito municipal para constatar que na cidade de Diamantina/MG, há uma completa ausência de aparatos legais, diferindo do município de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais que por sua vez possui legislação própria e soluções que visam punir quem comete algum tipo discriminação quanto a sexualidade ou gênero. O método de pesquisa aqui usado é o dedutivo, buscando compreender como a situação específica pode colaborar para o enfrentamento efetivo das micro e macro violências sofridas pelo público alvo do estudo aqui apresentado.

TRAVESTI INSURGENTE NO COLAPSO DO ANTROPOCENO: TRANSFEMINISMO LATINO-AMERICANO, ÉTICA BICHA E ECOLOGIA POLÍTICA QUEER COMO HORIZONTES DE RUPTURA DA ONTOLOGIA CAPITALISTA
DANDARA DA COSTA ROCHA

Este artigo propõe refletir sobre a travesti como horizonte revolucionário de ruptura com a ontologia capitalista no contexto do Antropoceno e da chamada era da policrise. Partindo da crítica marxista à reprodução social e incorporando aportes do transfeminismo latino-americano, ética bicha e da ecologia política queer, busca-se compreender como a existência travesti desestabiliza as bases ontológicas que sustentam o capitalismo: a cisgêneridade compulsória, o binarismo de gênero, a dicotomia natureza/cultura e a lógica da produção como centralidade da vida. A partir da condição histórica de abjeção imposta às travestis – marcada pela precariedade, pela necrotransfobia e pela exclusão sistemática – argumenta-se que tais corpos não apenas resistem, mas reconfiguram os termos da vida social e da política, ao colocarem em questão os fundamentos do que é considerado humano, produtivo e valioso sob a lógica do capital. Em meio ao colapso ecológico e ao esgotamento dos sistemas de reprodução da vida, a travesti emerge como potência insurrecional, convocando outras formas de existência fundadas na interdependência, na insurgência e na recusa ativa das normas que sustentam o mundo capitalista. Assim, o artigo propõe que a travesti não se limita à demanda por reconhecimento, mas se afirma como força radical de reinvenção do mundo, revelando os limites e contradições da modernidade ocidental e da sua ontologia destrutiva.

SEXO, DESEJO E IDENTIDADE DE GÊNERO: ESPECIFICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS PARA A POPULAÇÃO LGBTI+.
LUCIANO LAVOR TERTO JUNIOR

Segundo Norberto Bobbio, os direitos humanos devem perpassar quatro etapas: a) da positividade; b) da generalização; c) da internacionalização; e d) da especificação. Esta última etapa, “consiste na passagem gradual, porém cada vez mais acentuada, para uma ulterior determinação dos sujeitos titulares de direitos” (BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. [Apresentação por] Celso Lafer. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 58). Em resumo, a especificação dos direitos humanos assegura o aprofundamento da tutela do sistema de proteção de direitos humanos, permitindo que os sujeitos de direitos, historicamente excluídos do processo de construção do direito, possam ter seus direitos específicos juridicamente assegurados. Afinal, é apenas superando-se a ideia de destinatários genéricos, e entendendo o ser humano “em situação”, que se passa a efetivamente garantir a isonomia (Ibid., p. VII). Na esfera internacional, os “Princípios de Yogyakarta” e os “Princípios de Yogyakarta +10” servem de base interpretativa das normas da Organização das Nações Unidas (ONU), e garantem direitos para toda população LGBTI+, conceituando “orientações sexual”, “identidade de gênero” e “características sexuais”. Questiona-se, contudo, se estes documentos internacionais são o suficiente para a especificação dos direitos da população LGBTI+, e como se desenvolver um sistema de proteção de direitos humanos não LGBTIFóbico. A pesquisa, qualitativa, bibliográfica, e jurídica, permitiu investigar os princípios citados, e se concluir pela ausência de uma proteção jurídica adequada, necessitando de norma cogentes, que possam obrigar os estados a tomar medidas de combate à LGBTIFobia. A ausência de especificação dos direitos deste grupo socialmente vulnerabilizado aponta para uma urgente e necessária adequação e evolução dos direitos voltados às pessoas LGBTI+.

RELAÇÕES ENTRE A HOMOTRANSFOBIA E MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
CHICO ANTONIO ROSA

O presente trabalho tem como tema a relação entre mortes violentas intencionais (MVI) de crianças e adolescentes e a homotransfobia social e institucionalizada. O objetivo é identificar formas como a homotransfobia pode ser um vetor para a desproteção e, no limite, para o assassinato de crianças e adolescentes no Brasil. A metodologia utilizada é de pesquisa exploratória em mídias noticiosas e estudo de caso. Tem como base teórica a produção científica sobre adultocentrismo no Brasil e sobre violência contra crianças e adolescentes que adotam a interseccionalidade como metodologia e paradigma de análise. Baseia-se também nos achados de pesquisa de final de curso de Direito apresentada em 2024 à Universidade de Brasília. A partir de pesquisa exploratória e análise das MVIs de Keron Ravach (2021) e de Sophia Ocampo (2023), exemplifica-se como a homotransfobia pode ser um vetor da violência fatal contra crianças e adolescentes. A pesquisa evidenciou muitos grupos, associados a pânico morais, têm sido impedidos de educar e cuidar de crianças e adolescentes. É o caso, por exemplo, de pessoas LGBTQIAPN+ e de trabalhadoras sexuais. Com isso, redes e pessoas que poderiam participar da disputa política em defesa de crianças e adolescentes e de seu cuidado são interditados de fazê-lo. Isso lhes desprotege, especialmente aqueles que integram essas comunidades estigmatizadas e que, muitas vezes, também não recebem o cuidado da escola ou da família, ficando este limitado a redes informais. Evidencia-se, também, que muitas crianças e adolescentes não gozam dos direitos de prioridade absoluta ou proteção integral por não se adequarem às normas de sexo-gênero, sendo, assim, adultizadas. Por fim, identificou-se que a intersecção entre adultocentrismo, supremacia branca e familismo (que é cisheteropatriarcal) é

um risco para a maior parte das crianças e adolescentes e estrutura um modus operandi do Estado.
"PARENTALIDADE E DIVERSIDADE: UM RELATO SOBRE ACOLHIMENTO FAMILIAR DE PESSOAS LGBTQIAPN+"
VINÍCIUS WAGNER DE SOUSA MAIA

Esta comunicação oral apresenta um relato de experiência sobre os desafios e aprendizados no processo de acolhimento de famílias com filhos LGBTQIAPN+, baseado em vivências práticas de apoio a pais e mães em contextos urbanos e rurais de Goiás. O tema central destaca a interseção entre direitos humanos, afetividade parental e superação de estigmas religiosos e sociais. Acontecimentos e aprendizados. Relato de casos acompanhados (e.g., mediação de conflitos familiares pós-revelação de identidade de gênero). Estratégias bem-sucedidas: criação de redes de apoio, diálogo com líderes religiosos e capacitação de profissionais da saúde. Dificuldades enfrentadas: resistência cultural, desinformação sobre orientação sexual e falta de políticas públicas locais. Contribuições do relato: 1. Demonstra a importância da escuta ativa e da desconstrução de preconceitos no núcleo familiar. 2. Evidencia a necessidade de ações intersetoriais (direito, saúde, educação) para garantir direitos básicos. 3. Aponta caminhos para a replicação de experiências em outras regiões.

DIREITO, DADOS E DISSIDÊNCIAS: A NOVA FACE DA LGBTFOBIA INSTITUCIONAL
JONATHAN MACHADO DOMINGUES

Esta comunicação propõe uma análise crítica sobre os impactos da Inteligência Artificial (IA) no campo jurídico, considerando os atravessamentos de gênero e sexualidade e os efeitos estruturais daquilo que vem sendo conceituado como racismo algorítmico e cisheteronormatividade digital. Embora os sistemas de IA venham sendo incorporados com crescente velocidade nas práticas jurídicas — desde triagens processuais até sistemas de reconhecimento facial e análise preditiva —, raramente se discute como essas tecnologias operam a partir de bases de dados marcadas por vieses históricos de raça, classe, gênero e sexualidade. Assim, esta apresentação pretende discutir como a IA pode reforçar estruturas discriminatórias dentro do próprio sistema de justiça, sobretudo contra pessoas LGBTQIAPN+ e, em especial, contra corpos trans, travestis, intersexo e não binários. A reflexão parte de uma abordagem interseccional e decolonial, analisando como o campo jurídico, ao adotar tecnologias pretensamente neutras, colabora com a reatualização de desigualdades sociais, ao invés de enfrentá-las. Utilizando exemplos concretos, decisões judiciais e estudos de caso, a comunicação busca tensionar a ideia de objetividade algorítmica, denunciar apagamentos e sugerir caminhos para a construção de uma IA juridicamente responsável, que dialogue com os princípios dos direitos humanos e com uma justiça verdadeiramente plural. Ao fim, defende-se que a regulação da IA deve passar necessariamente por um debate público democrático, atento às vozes e existências historicamente marginalizadas pelo Direito e agora, também, pelas máquinas.

AS DECISÕES QUE NÃO DIZEM NOSSO NOME: A HOMO-TRANS-FOBIA INSTITUCIONAL DOS TRIBUNAIS E O SILENCIAMENTO DA EXPERIÊNCIA LGBTI+ NAS SENTENÇAS JUDICIAIS
MATHEUS REUTER SENA

Este trabalho propõe uma análise crítica das decisões judiciais brasileiras que, mesmo diante de casos em que a motivação homotransfóbica é evidente, evitam nomear ou reconhecer a identidade de gênero e a orientação sexual das partes envolvidas. Argumenta-se que essa omissão não é neutra: constitui prática de homofobia institucional e de violência simbólica. Sob o disfarce de uma imparcialidade formal, o Judiciário opera a exclusão das experiências LGBTI+ ao não considerá-las juridicamente relevantes — ainda que sejam determinantes para a compreensão do conflito. A partir de uma abordagem interseccional, com base em autoras como Kimberlé Crenshaw, Pierre Bourdieu e Maria Clara Araújo, discute-se como o Direito, ao manter-se alheio às dinâmicas de opressão e à historicidade das violências sofridas por corpos dissidentes, perpetua uma cisheteronormatividade estrutural. O texto apresenta exemplos de jurisprudência que evidenciam esse silenciamento, destacando como a linguagem jurídica pode funcionar como instrumento de apagamento. A ausência de nomeação impede o reconhecimento pleno das vítimas, fragiliza a responsabilização dos agressores e inviabiliza políticas públicas eficazes. Conclui-se pela urgência de romper com a ficção da neutralidade judicial, promovendo uma reeducação jurídica comprometida com a escuta, a visibilidade e a reparação das subjetividades LGBTI+ nos processos judiciais.

A VISIBILIDADE DO LABORATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E SEXUALIDADE (LADIHGES)
DOUGLAS VERBICARO

O presente resumo discorre acerca do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES) da Universidade Federal de Roraima - UFRR e, como pilar da educação, possui o dever de produzir trabalhos científicos em várias áreas do Direito com as temáticas principais de gênero, sexualidade e Direitos Humanos, com o intuito de sensibilizar discentes, docentes e a sociedade em Boa Vista sobre esses temas sensíveis. O contexto regional do estado de Roraima apresenta

distintos casos de violência contra mulheres e a comunidade LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e etc.). Como medida de modificação de realidades, a criação do Laboratório se implementou para ser um espaço de referência para o estudo em temas relacionados com os episódios de preconceito e discriminações que assolam essa localidade. Para a investigação se buscará responder a seguinte pergunta: Como um Laboratório poderá impactar como agente de mudanças no contexto do desrespeito aos Direitos Humanos no estado de Roraima? A pesquisa busca visibilizar como objetivo geral as questões acerca da implementação do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal de Roraima, versando sobre temas de preconceito e discriminação aos Direitos Humanos no estado de Roraima, a partir de uma perspectiva multidisciplinar. Para a investigação serão empregadas as pesquisas bibliográfica, documental e doutrinária, com uma abordagem qualitativa e responderá sua pergunta de maneira descritiva e exploratória. Como resultados parciais, as experiências plasmadas pelas práticas de ensino, pesquisa e extensão do LADIHGES na Universidade Federal de Roraima, além de realizarem trabalhos científicos, que visam aportar formas para entender, aceitar e integrar as pessoas, independente da orientação sexual, integram modelos de ações e estratégias no fortalecimento da igualdade e respeito para os Direitos Humanos.

ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO JURÍDICA BRASILEIRA
DOUGLAS VERBICARO

Este resumo tem por finalidade demonstrar a situação das mulheres docentes nos cursos superiores de Direito em Instituições Públicas e Privadas no país, suas problemáticas e fatores responsáveis pela difícil tarefa da busca por um tratamento igualitário em relação aos homens nos espaços de educação superior. A escrita sobre o presente tema foi baseada na vulnerabilidade das mulheres em relação ao fortificado posto assumido pelos homens em modelos estruturais patriarcais. Posto esse responsável pelo alijamento e submissão feminino na sociedade em geral: mulher submissa, violência, desrespeito e mecanismos para a proteger os Direitos Humanos. O estudo indaga o porquê de tantas práticas que reforçam a exclusão das mulheres a ocuparem esses postos de professoras no ensino jurídico? Dessa maneira, a investigação analisa a evolução da presença feminina na docência do ensino jurídico no Brasil (2010-2021) e os fatores que influenciam essa participação. Como objetivo geral o estudo pretende examinar os dados do Censo da Educação Superior (INEP) sobre a participação feminina. A pesquisa, baseada em dados qualitativos e quantitativos, com o método dedutivo, alicerçado com pesquisa bibliográfica e documental do Censo da Educação Superior, organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período de análise entre 2010-2021 pretende realizar uma comparação entre homens e mulheres na docência dos cursos de Direito, analisando aos fatores institucionais, culturais e sociais. Como resultados preliminares alcançados, distintos fatores impedem a igualdade material no âmbito acadêmico da entidade, fatores esses que carecem de iniciativas para o combate às discriminações de gênero no Brasil.

A CONSTRUÇÃO DE UMA LIGA ACADÊMICA EM CUIDADOS INTEGRAIS À DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO ESTADO DO PARÁ - FOMENTANDO UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR CONTRA-HEGEMÔNICA
ARIEL CARVALHO DE LIMA

Este trabalho analisa a incidência de uma Liga Acadêmica voltada para a Diversidade Sexual e de Gênero no Estado Pará, por meio de sua interdisciplinaridade e atuação interseccional, para a elucidação da necessidade de um processo formativo educacional contra-hegemônico. O procedimento metodológico utilizado é o instrumento de observação, da construção das atividades realizadas pela Liga, por meio de um método dedutivo com uma abordagem qualitativa e revisão documental. Objetiva-se dar espaço para o protagonismo acadêmico de jovens estudantes e profissionais de diferentes instituições de ensino que construíram e constroem a Liga LGBTQIA+ desde de a sua criação em 2016, frente a concepção do ensino superior que desde as primeiras formulações é marcado pelas divisões sociais, raciais e de gênero, desde o ingresso até as metodologias de ensino por meio da exclusão e controle desses corpos invisibilizados. Tal experiência também é vivida pelos corpos LGBTQI+, patologizados ao longo da história, onde os debates de diversidade sexual e de gênero, bem como as suas interseccionalidades, ainda são negligenciados no espaço formativo dos futuros profissionais. Desse modo, a LACIGS+ vem ocupando importantes espaços, para além do espaço e do tripé acadêmico do ensino, da pesquisa e da extensão, a partir de rodas de conversas, cine-debates, seminários, atividades de extensão em turmas do ensino médio de escolas públicas e privadas, bem como constituindo projetos de políticas públicas no município de Belém, e há dois anos constrói o evento cultural denominado (RE)EXISTIR, representando a culminância e celebração do acúmulo de discussões da Liga.

"SEU LUGAR NÃO É AQUI": RELATO DE MINHA "EXPULSÃO" DO CARGO DE JUIZ DE DIREITO NA BAHIA
MARIO SOARES CAYMMI GOMES

O relato de experiência irá apresentar um percurso autoetnográfico de um Juiz de Direito cisgênero, gay, casado, e as múltiplas violências de gênero e identidade

sexual por ele experimentadas em 28 anos no cargo de perante o Tribunal de Justiça da Bahia até que, já tendo sido nomeado Presidente da Comissão LGBTQIAPN+ da referida corte, criou programa de estágio para estudantes de Direito, com apenas 3 vagas, e as dedicou apenas à minoria referida. O programa foi vedado pelo Tribunal sob o argumento de que seria uma forma de tratar preconceitosamente a população heterossexual, e o autor deste relato, ao criticar publicamente essa proibição, viu ser aberta apuração disciplinar que, em tempo recorde, de pouco mais de 1 ano, o afastou da carreira, sendo tecidas considerações de cunho não apenas moral mas religioso para justificar essa pena no julgamento. O relato busca evidenciar como agem as forças do campo judicial e que, ao contrário do que aparenta para quem está de fora, trata-se de um espaço de violência simbólica reiterada. Serve, ainda, para discutir: se os direitos da minoria LGBTQIAPN+ precisam ser falados por membros do sistema de justiça - já que o conservadorismo, especialmente o religioso, do legislativo não admite a aprovação de leis nesse sentido - somos sujeitos plenos de direitos ou esses/as magistrados/as tratam nossas pautas no limite da conveniência a grupos de pressão conservadores e neoliberais?

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 NO “ARMÁRIO JURÍDICO” DE EVE KOSOFSKY
KAÍO FIGUEIREDO SALVADOR, FRANCISCO QUINTANILHA VERAS NETO

Este artigo propõe uma análise crítica da interpretação da Constituição Brasileira de 1988 a partir da teoria queer e da epistemologia do armário, formulada pela filósofa lésbica Eve Kosofsky Sedgwick (2007), com o objetivo de evidenciar a omissão do texto constitucional em relação aos direitos da população LGBT. A partir do cruzamento teórico com autoras/es do Norte Global como Judith Butler (2003) e Eve Sedgwick (2007) e do Sul Global, como Luiz Mott (2017) e Rafael Carrano Lelis (2022), argumenta-se que, embora avanços tenham sido obtidos por meio da jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal, como na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, que tratou da união homoafetiva, essas conquistas ocorreram sem a mediação de um debate político amplo, o que contribuiu para a manutenção de uma lógica que privatiza as discussões sobre gênero e sexualidade. O artigo sugere que essa ausência no texto constitucional reforça uma espécie de "armário jurídico", no qual os corpos dissidentes são tolerados apenas na medida em que permanecem fora da arena política e simbólica principal. Com base em revisão bibliográfica e análise da ADPF nº 132 como estudo de caso, defende-se a urgência de um deslocamento dessas pautas para o espaço público. Não se pretende, com as observações realizadas, concluir que deve o Judiciário abster-se de julgar os casos referentes aos direitos da população LGBTQ+. Pelo contrário, é imprescindível o exercício do poder contramajoritário, evitando a "tirania das maiorias", mas é também devido apontar para a lacuna social e o esvaziamento político que ocorre como efeito colateral indesejado desse desenho institucional, que opta por proteger seu público dos desconfortos sociais de um debate mais amplo e profundo.

27 DE NOVEMBRO
13H A 16H

SESSÃO 15

DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DA EMPREGABILIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ DA AMAZÔNIA PARA A ATUAÇÃO DO NEGED /IFPA
VALÉRIA LOPES PEÇANHA

No presente relato de experiência refletimos sobre a atuação do Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NEGED) do IFPA Campus Santarém a partir da Resolução Nº 708/2022 IFPA/CONSUP que aprovou uma nova política de ações afirmativas na instituição, com reserva de vagas a públicos específicos em seus processos seletivos dos cursos técnicos de nível médio e superior, dentre os quais destacam-se as pautadas pela diversidade sexual e relacionadas à condição de gênero de ingressantes, incluindo-se pessoas transgêneras, transexuais, travestis e LGBTQIA+ mediante autodeclaração de gênero. Em diálogo com o Ministério Público do Trabalho sobre os desafios das instituições educacionais da Amazônia Paraense na empregabilidade da população LGBTQIA+, a partir do 2º/2024 verificamos variações da observância da reserva destas vagas nos processos seletivos organizados localmente e baixa procura pelo público focalizado. Evidencia-se, então, que a efetivação das políticas aprovadas exige o empenho das instituições ou estas podem virar letra morta e, com efeito, a demanda por maior articulação interinstitucional e com o movimento LGBTQIA+ da região do Baixo Amazonas, com o objetivo de melhorar a capilaridade da divulgação dos processos

seletivos do IFPA. No contexto adverso de educar para a diversidade no Brasil nos últimos anos, diante da incidência do obscurantismo neoconservador na tentativa de silenciar o debate de gênero e sexualidade nos espaços educacionais, sobretudo na Educação Básica através da “ideologia de gênero”, mas também diante das desigualdades regionais da Ciência e da Educação em nosso país, que agravam a situação da Amazônia com altas estatísticas da violência de gênero, entendemos que há uma multiplicidade de experiências de resistência e de estratégias de enfrentamento de opressões e violências no cotidiano escolar, que buscam constituir espaços de segurança e liberdade para o desenvolvimento pleno dos jovens, impulsionando mudanças institucionais.

(R)EXISTIR É PRECISO: COMBATE ÀS MÚLTIPLAS FORMAS DE OPRESSÃO ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DE UM PROGRAMA DE EXTENSÃO

EDEN ERICK HILARIO TENORIO DE LIMA, MANUELLA PAIVA, LUANA DIÓGENES HOLANDA

O (R)Existir é um programa que desenvolve suas atividades no contexto da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal). Formado no ano de 2018, tem atuado nos seguintes eixos temáticos: relações de gênero, diversidade sexual, relações étnicorraciais, saúde sexual e reprodutiva, pessoas com deficiência e pessoas vivendo com HIV/Aids. Este trabalho, que figura como um relato de experiência, tem como objetivo compartilhar a trajetória do Programa (R)Existir enquanto iniciativa extensionista voltada para o enfrentamento das múltiplas formas de opressão nos espaços educacionais e de saúde. Dentre as principais atividades realizadas, destacam-se os eventos para o público interno e externo, formações para profissionais da rede de saúde da Uncisal, para outras instituições e coletivos parceiros e para escolas, visando a construção de práticas mais inclusivas, sensíveis e comprometidas com a equidade. Entre os aprendizados acumulados, destaca-se a constatação de que a transformação institucional exige persistência, diálogo e construção coletiva. O trabalho extensionista tem revelado que a formação em saúde não pode se limitar ao domínio técnico e científico, sendo necessário incorporar dimensões éticas, políticas e sociais na formação das/os futuras/os profissionais. Outro ponto relevante foi perceber que a recepção das ações do programa varia consideravelmente de acordo com o contexto onde são realizadas. Essas experiências evidenciam a importância de uma abordagem dialógica, interseccional e territorializada, que reconheça as singularidades de cada realidade e promova o encontro de saberes. Assim, mais do que um projeto de extensão, o (R)Existir se configura como movimento vivo, que atua na contramão das lógicas excludentes e propõe uma universidade mais plural, sensível e comprometida com a justiça social.

EDUCAÇÃO POPULAR AMAZÔNIDA: A MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE LGBTQIA+ PARA A GARANTIA DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR DA POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM/PA

JONAS RAVI MACHADO DA CONCEIÇÃO, NICOLAS RAVI TOURINHO CRUZ FILOMENO

A presente pesquisa surge como um relato de experiência a partir da mobilização de membros da comunidade LGBTQIA+ na idealização e fundação de um curso popular voltado integralmente para as necessidades da população trans e travesti da Região Metropolitana de Belém/PA, configurando-se como o primeiro curso da Região Amazônica direcionado a esse público. Partimos do pressuposto da carência de especificidades no atendimento educacional da população trans no que se refere ao preparo para o ingresso no ensino superior, uma vez que se faz importante não somente a garantia do acesso, mas também à permanência nos espaços preparatórios de Pré-Vestibular. O estudo fundamenta-se na perspectiva do materialismo histórico-dialético, que permite analisar a realidade educacional da população trans a partir das contradições históricas, sociais e econômicas que moldam suas experiências. Assim, buscamos compreender os processos educativos como parte das lutas de classes e das disputas ideológicas, evidenciando como as estruturas sociais, marcadas por desigualdades de classe, gênero e sexualidade, impactam o acesso e a permanência dessa população nos espaços de formação. Verificamos, então, que a partir das práticas do Curso Popular João W. Nery, é possível proporcionar uma nova perspectiva educacional aos discentes atendidos pelo projeto ao aproximá-los de uma realidade que há pouco tempo parecia muito distante, seja por condições socioeconômicas ou pela transfobia existente no âmbito educacional. Através da mobilização popular específica para tal comunidade, o projeto se consolida garantindo transporte, alimentação, acolhimento pedagógico, assistência social e, em alguns momentos, acompanhamento psicológico e jurídico no processo pedagógico-social de integração ao ensino superior.

RELIGIÃO, MASCULINIDADES NEGRAS E DOCÊNCIA: EXPERIÊNCIAS DE HOMENS NEGROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

FELIPE DE CARVALHO FERREIRA, LEANDRO TEOFILO DE BRITO

O presente resumo é o desdobramento de uma pesquisa de mestrado cujo foco debruçou-se nos relatos de homens negros professores da educação infantil, provenientes de instituições públicas de ensino e oriundos do estado do Rio de

Janeiro. Ao longo dessa investigação, o marcador social religião operacionalizou um conjunto de compreensões entorno das experiências docentes desses sujeitos e as disputas de sentidos na constituição de suas masculinidades. Além disso, produziu também reflexões a respeito das atribuições de sentidos alicerçados às categorias de raça, gênero e sexualidade (Collins e Bilge, 2021; Crenshaw, 2001; Henning, 2015) que impactaram substancialmente no processo formativo de suas identidades. Desse modo, não se pretendeu uma compreensão genealógica das religiões, mas sim colocar sob suspeita a articulação que fizeram sobre suas condições enquanto homens negros (Fanon, 2020) atravessados às suas respectivas crenças religiosas (Ecco, 2008; Munanga, 2020; Nascimento, 2016). Nesse sentido, foi possível acompanhar as disputas de narrativas que influenciaram ora nas ausências, ora nos deslocamentos diante suas percepções de raça a partir de condições e contextos sociais na produção desses relatos (Butler, 2015).

SILÊNCIO É UMA COISA, SE CALAR É OUTRA: A CULTURA ESCOLAR BRASILEIRA E AS CIRCULAÇÕES DA VIOLÊNCIA EM GÊNERO E SEXUALIDADE

FERNANDO SEFFNER

A violência escolar vem de fora, ou é produzida dentro da escola? Ela produz silêncio, ou faz falar? Quais os modos em que se produzem as circulações da violência em gênero e sexualidade entre escola, famílias e instituições religiosas? De que modo reagem as culturas juvenis frente a questões em gênero e sexualidade? As respostas a tais questões não podem ser dadas em termos de sim ou não, e menos ainda observando apenas o cotidiano escolar. O propósito desta comunicação é relatar alguns achados da etnografia de cenas da cultura escolar, em que foi possível mapear as circulações da violência nas fronteiras escola e famílias, e escola e pertencimentos religiosos. Temos violências que, produzidas ou estimuladas fora da escola, entram pelos seus portões e afetam o cotidiano escolar. E temos conflitualidades e violências que são produzidas pela cultura escolar, no dia a dia escolar, na explicitação dos conteúdos e dos modos de ensinar, fruto de escolhas pedagógicas, de opções tomadas nas maneiras de conduzir a gestão escolar que não atentam para a democracia, que aliás é obrigação estabelecida em lei, conforme a Constituição Federal brasileira de 1988. O que temos, como já posto no título, é uma circulação da violência e das conflitualidades, produzidas em diversos lugares, dentro e fora da escola, e a transitar em distintas modalidades. É a partir de muitos lugares e contextos que podemos entender o combate à violência, escolar ou não. Mas igualmente se conclui que é a partir de muitos pontos que a violência se gera. Apresentam-se resultados do projeto de pesquisa “Processos culturais e pedagógicos de governo das relações de gênero e sexualidade no âmbito da cultura escolar: reiterações e transgressões da norma”, financiado pelo CNPq. O projeto referencia-se de modo amplo na perspectiva teórica pós-estruturalista e nos estudos de gênero, sexualidade e educação, e tem como estratégia metodológica a realização de etnografia de cenas da cultura escolar.

METODOLOGIAS FEMINISTAS E DISSIDENTES DE GÊNERO: UMA JORNADA REFLEXIVA NO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO

BRUNA MENDES DE VASCONCELLOS, SANDRA (SAN) MOMM, FERNANDA SANTOS ARAUJO, ROSA MARIA SCAQUETTI PINTO

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre epistemologias e metodologias feministas e dissidentes de gênero (cuir), a partir da experiência vivida na (in)disciplina “Metodologias Feministas e Dissidentes de Gênero”, ofertada em 2025 na pós-graduação da UFABC, nos programas de Planejamento e Gestão do Território e Ciências Humanas e Sociais. A proposta nasceu da inquietação de intelectuais-ativistas diante da distância entre os avanços teóricos nos estudos de gênero e sexualidades e a sistematização de metodologias concretas que orientem práticas de pesquisa, ensino e extensão. Observa-se que os debates acadêmicos privilegiam os aspectos conceituais e epistemológicos, negligenciando práticas metodológicas transformadoras. O objetivo da disciplina foi contribuir para a sistematização de metodologias e fomentar um espaço de diálogo e partilha de saberes feministas e cuir, partindo da premissa de que toda produção científica é política, situada e parcial. A metodologia adotada combinou leitura de referenciais diversos, compartilhamento de experiências das docentes e convidadas (pesquisadoras e ativistas), e trocas com discentes. Ao final de cada aula, por meio de um painel físico construído coletivamente, foram registradas palavras, imagens e objetos significativos, consolidando uma prática pedagógica sensível e colaborativa. Dois mecanismos de síntese foram propostos: a escrita de diários reflexivos individuais e a construção coletiva de uma “Pana” — tecido bordado e desenhado — como síntese simbólica da experiência. Os resultados apontam para a potência de metodologias que centralizam os corpos, afetos, vivências e compromissos políticos na produção de conhecimento. A proposta reforça a necessidade de integrar rigor acadêmico com práticas pedagógicas e extensionistas transformadoras, contribuindo para o avanço das epistemologias feministas e cuir no contexto universitário.

CONVERSAS SOBRE ADOÇÃO: A FORMAÇÃO PARA A PARENTALIDADE E AS INFÂNCIAS DISSIDENTES

SAULO XAVIER DE BRITO AMORIM

Este trabalho traz os achados de uma pesquisa de doutorado em educação em andamento. A investigação tem como objetivo central o papel formativo dos Grupos de Apoio à Adoção (GAA) no contexto das infâncias em posição de dissidência, considerando as experiências de pessoas adotadas, das famílias que passaram pelo processo de habilitação, de lideranças do movimento social e das/os profissionais envolvidas/os no sistema de adoção dentro e fora do Poder Judiciário. Percebendo as potencialidades da conversa online como modo dialógico de aprender-ensinar-pesquisar com o outro, elegi esse procedimento metodológico embasado pelas contribuições de Ribeiro (2023), Sampaio, Ribeiro e Souza (2018), Couto Junior, Ferreira e Oswald (2017) e Couto Junior, Teixeira e Maddalena (2023), permitindo a construção de um percurso metodológico que valoriza a possibilidade de pesquisarmos/conversarmos em rede e nas redes. Para melhor compreender o papel formativo dos GAA, me apropriei do digital em rede e desde 2024 venho construindo a Playlist “Conversas sobre Adoção” (disponível em: <https://encurtador.com.br/fQuUQ>) no YouTube, onde registro meus encontros com coordenadores de GAA, assistentes sociais e psicólogos técnicos em exercício nas Varas de Infância, postulantes à adoção e pessoas adotadas. Tais diálogos têm contribuído para ampliar meus repertórios sobre a gestação das parentalidades, os atravessamentos que envolvem as famílias antes, durante e depois da habilitação judicial, bem como a respeito da produção do conhecimento no campo as infâncias em posição de dissidência de gênero e sexualidade no contexto da adoção. Até o momento, já fui ao encontro de Schettini Filho (Amorim et al, 2025), Alexya Salvador e Joey Amarante dos Anjos e sua Família. Acredito que, por meio do digital em rede, compartilhamos nossas produções com o mundo (Couto Junior; Teixeira; Maddalena, 2023) e oportunizamos maior visibilidade sobre as infâncias dissidentes e a adoção.

SURDEZ, DISSIDÊNCIA E RESISTÊNCIA: ANALISANDO A QUEERSURDOFOBIA POR UMALENTE DECOLONIAL E INTERSECCIONAL
TIAGO RUAN PEREIRA E SILVA, WALDIR FERREIRA DE ABREU, MARIA RITA DE KÁSSIA DUTRA BARBOSA, ANELYR DO NASCIMENTO DIAS, MÔNICA SUANNE DOS SANTOS SARMANHO

Este estudo tem como tema a marginalização vivida por pessoas surdas LGBTQIAPN+ no Brasil, propondo a categoria “queersurdofobia” como ferramenta analítica para compreender as múltiplas opressões sofridas por esse grupo. O objetivo central é analisar como os sistemas de dominação — capacitismo, heterocisnormatividade e colonialidade — operam de forma interseccional na construção social da queersurdofobia. Para isso, parte-se de uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica, ancorada em referenciais da interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Collins, 2016) e do pensamento decolonial (Quijano, 2005; Lugones, 2014). Como metodologia, utilizou-se a análise teórica-conceitual com foco em experiências e discursos que revelam a exclusão de corpos surdos dissidentes da norma. Os resultados parciais apontam que a queersurdofobia se manifesta de forma singular na interseção entre surdez, sexualidade e gênero, revelando ausências tanto nas políticas públicas quanto na produção acadêmica sobre o tema. A análise evidencia ainda que o discurso normativo da inclusão muitas vezes apaga as subjetividades surdas LGBTQIAPN+, reforçando práticas coloniais e excludentes. Conclui-se, portanto, que é urgente a ampliação do debate sobre a pluralidade das existências surdas, reconhecendo seus marcadores interseccionais e seus saberes como parte fundamental da luta por justiça social.

CORPOS EM DISPUTA: A REGULAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO CONTEXTO CÍVICO-MILITAR
JHONATAN WENDELL TAVARES FERREIRA, KELLY ALMEIDA DE OLIVEIRA, VALDIRENE DA CUNHA MELO, WALDÊNIA LEÃO DE CARVALHO

Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “Corpos (In)Dóceis: diversidade sexual e de gênero em uma escola cívico-militar no Maranhão”, defendida em 2024 no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A pesquisa teve como objetivo investigar como os discursos institucionais presentes em uma escola cívico-militar (des)regulam a expressão das diversidades sexuais e de gênero, bem como os modos de governamento dos corpos, com vistas à elaboração de uma cartilha educadora. As escolas cívico-militares, modelo que associa práticas pedagógicas à disciplina militarizada, vêm sendo implementadas no Brasil sob forte apelo ideológico. Em nome da ordem, moral e “bons costumes”, essas instituições muitas vezes reproduzem lógicas excludentes e normativas que impactam diretamente pessoas que vivem experiências dissidentes de gênero e sexualidade. A fundamentação teórica aborda obras de diversas/os autoras/es: Foucault (1979; 1988; 1995), Butler (2002; 2004), Lauretis (1994), Louro (1997; 2000), entre outras/os. A pesquisa utilizou a Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes; Galiuzzi, 2016) como abordagem metodológica, com a participação de oito colaboradoras/es, seis docentes e duas/duas gestoras/es, todas/os cisgêneras/os, sendo quatro mulheres heterossexuais, três homens heterossexuais e um gay. Os discursos analisados revelaram tensões entre o reconhecimento das diversidades e a manutenção de normas institucionais que silenciam ou marginalizam identidades LGBTQIAPN+. Conclui-se que, apesar de algumas brechas e movimentos de resistência entre as/os profissionais, o ambiente escolar cívico-militar ainda se mostra regulador e normativo quanto às expressões de gênero e sexualidade. A cartilha resultante da pesquisa introduz os conceitos de

gênero/sexualidade no contexto das escolas militares, propondo práticas educativas como estratégias de enfrentamento às violências simbólicas.

A DISPUTA PELA ESCRITA DO ESTADO E O DIREITO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS À EDUCAÇÃO
MARIA CLARA ARAÚJO

O recrudescimento global do neoconservadorismo antigênero, com ênfase para os ataques ao direito à identidade de gênero, configura-se como um obstáculo para as lutas por democratização em todo o mundo. No que se refere ao Brasil, o caso do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 prenunciou uma década de perseguição contra a adoção de uma perspectiva de gênero nas políticas educacionais. Contudo, consideramos que há um aspecto desse cenário que permanece velado na literatura brasileira: como o discurso antigênero tem antagonizado o direito à identidade de gênero na educação e, consequentemente, o próprio direito à educação da população de travestis e transexuais. A presente comunicação oral baseia-se em uma pesquisa de mestrado que, a partir de uma etnografia de documentos e textos, investigou como propostas legislativas antigênero protocoladas na Câmara dos Deputados entre 2014 e 2022 disputam o direito à educação de travestis e transexuais. Argumenta-se que seguir as correlações de forças que envolvem a inscrição ou o ataque ao direito à identidade de gênero nas políticas públicas de educação mostra uma disputa pela escrita do próprio Estado. Nesse sentido, os ataques antitrans ao direito à identidade de gênero nas políticas educacionais dizem respeito a uma tentativa de restabelecer o determinismo biológico como referência epistemológica para os processos de escrita do Estado. Esta comunicação oral busca contribuir para uma agenda de pesquisa transnacional que pretende apreender como o antagonismo aos direitos trans se relacionam com as dinâmicas atuais de fortalecimento ou erosão das democracias.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DE GÊNERO
VALDIRENE DA CUNHA MELO, ELISÂNGELA SANTOS DE AMORIM, JHONATAN WENDELL TAVARES FERREIRA

Este artigo tem como objetivo investigar de que forma as práticas pedagógicas contribuem para a construção das identidades de gênero no contexto escolar. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de autores que discutem gênero, infância e educação. A construção das identidades de gênero é um processo social complexo e influenciado pelas práticas pedagógicas, sobretudo no ambiente escolar. A partir da perspectiva das autoras feministas, como Louro (1997), Beauvoir (1980) e Saffioti (2004), entende-se que os papéis de gênero não são inatos, mas construídos historicamente e culturalmente. Ao incentivar atividades que promovam o diálogo, a reflexão e a experimentação, os/as professores/as têm a oportunidade de transformar o ambiente de aprendizagem, rompendo com a reprodução mecânica de estereótipos e favorecendo a integração dos saberes que compõem o ser humano em sua totalidade. A inclusão de abordagens críticas e interativas na sala de aula tem o potencial de fortalecer a identidade dos/as alunos/as e estimular a participação ativa na construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Os resultados apontam que o ambiente escolar constitui-se como um dos principais espaços de socialização e construção de conhecimentos pelas crianças, sendo também um dos primeiros lugares onde elas vivenciam e se confrontam com as diferenças, especialmente as relacionadas ao gênero. As práticas pedagógicas, intencionalmente ou não, influenciam a percepção que os sujeitos em formação constroem sobre si mesmos e sobre o outro, podendo tanto reforçar estereótipos quanto promover uma educação para a diversidade e para a equidade. Assim, repensar o currículo e as práticas cotidianas é essencial para uma atuação docente comprometida com a formação de sujeitos críticos, autônomos e respeitosos com as diferenças.

PESQUISANDO COM MEDO, EDUCANDO COM BONECAS: UM RELATO TRAVESTI DE REEXISTÊNCIA EDUCACIONAL
ELLA WERTHER GERMANO MARTINS DA CRUZ

O processo de criação do Almanaque Trans, material educativo voltado à autoatualização docente e à promoção de práticas transinclusivas na educação básica. Fruto de uma pesquisa de mestrado, em andamento, ancorada em teorias críticas e pós-críticas da educação, a proposta articula pedagogias feministas, pós-coloniais e transviadas, fundamentando-se em autores como bell hooks, Paulo Freire, Judith Butler, Leticia Nascimento e Megg Rayara, além de narrativas biográficas e autobiográficas de pessoas trans, travestis e não-binários (TTNB+), assumidas como epistemologias encarnadas. A metodologia responde ao receio crescente de rejeição dos Estudos de Gênero em escolas, sobretudo quando conduzidos por uma travesti, e ao risco de reiteração de práticas extrativistas sobre corpos dissidentes. A partir de uma abordagem dialógica e interseccional, a pesquisa toma como ponto de partida dados alarmantes sobre a evasão escolar de pessoas trans e vivências de exclusão, como a da própria pesquisadora-autora, que teve sua contratação negada após 12 anos de docência por ser uma mulher trans. O Almanaque surge como gesto de resistência e cuidado frente às violências estruturais e simbólicas vividas cotidianamente por pessoas trans, travestis e não-binários (TTNB+), especialmente em espaços escolares. Com linguagem acessível, o material reúne textos teóricos, checklists, glossários e dinâmicas

pedagógicas voltadas a toda a comunidade escolar, promovendo práticas emancipatórias e comprometidas com a justiça socioeducacional. O processo de produção evidencia os desafios de pesquisar como uma travesti em tempos de conservadorismo crescente, que vai desde a negativa da pesquisa em campo até a não contratação por violência de gênero, reafirmando o caráter situado, encarnado e político do conhecimento. O Almanaque Trans e a pesquisa de mestrado é, assim, ferramenta formativa e manifesto por vida, dignidade e permanência das pessoas trans (TTNB+) na escola.

A SOLIDÃO EPISTÊMICA COMO DISPOSITIVO POLÍTICO DE DESUMANIZAÇÃO DE SUJEITOS SEXUAIS DISSIDENTES: APORTES DA EDUCAÇÃO POPULAR
THIAGO APARECIDO MIRANDA, FABIANA RODRIGUES DE SOUSA

Este trabalho traz reflexões de uma tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco. O referencial teórico baseia-se em estudos de gênero e sexualidade na educação, articulados à Educação Popular como modo de enfrentamento das violências que marcam a experiência de pessoas LGBTQIAPN+ na escola. Dialoga-se com o conceito de solidão epistêmica, compreendida como um dispositivo de poder que, sob o neoliberalismo e o neoconservadorismo, sustenta práticas de exclusão e desumanização de sujeitos sexuais dissidentes. O objetivo desta investigação é analisar as formas pelas quais a escola - espaço de disputa simbólica e política - produz efeitos de desumanização sobre pessoas LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo em que se investiga como práticas de solidariedade emergem como formas de resistência e (re)existência dentro dos cotidianos escolares. A pesquisa, de natureza qualitativa, adota a abordagem da pesquisa-participante centrada na construção coletiva do conhecimento com sujeitos sexuais dissidentes, a fim de romper a solidão epistêmica. A investigação se dá por meio de narrativas de cinco estudantes, cinco professores/as e o próprio pesquisador, todos inseridos em escolas de regiões metropolitanas brasileiras. As análises apontam que a solidão epistêmica estrutura as vivências escolares de sujeitos LGBTQIAPN+, gerando silenciamentos, apagamentos e exclusões. Contudo, emergem práticas solidárias entre pares, coletivos e educadores/as que tensionam a lógica hegemônica e possibilitam a criação de espaços educativos mais justos e acolhedores. Reafirma-se a concepção de que o ato educativo deve ser um encontro ético-político entre sujeitos, pautado no diálogo e na escuta sensível. A superação da solidão se dá quando a escola se compromete com a diversidade como valor e não como exceção, reconhecendo a solidariedade como fundamento de uma pedagogia da presença, da partilha e da justiça social.

SESSÃO 16

GEPECE/MINORIAS: UM GRUPO DE PESQUISA LEVANTANDO POEIRA NO CERRADO E ABRINDO PICADAS NA AMAZÔNIA NORTISTA
DAMIAO ROCHA, MARCOS IRONDES COELHO DE OLIVEIRA

Esta manifestação coletiva de pesquisa se associa à REBEH v.8 n.22 de 2025, com um triângulo rosa invertido, imagem símbolo da resistência LGBTQIA+ ao nazismo. As monas, as pretas, as “gays”, a partir do/no Tocantins, (re)existem, estudam, pesquisam, se manifestam publicamente desde 2003, nas paradas da diversidade em Palmas contra o racismo, o capacitismo, machismo, misoginia, sexismo contra mulheres e pessoas trans, a intolerância contra crenças, especialmente com as religiões de matriz africana e ao nazifascismo, principalmente da extrema direita partidária. Essa concepção militarista se impõe no Poder, invade territórios soberanos, com impactos na vida das minorias sociais, baseadas em ódio, exclusão, perseguição e extermínio de grupos considerados “indesejáveis” ou “inferiores”. Já as minorias sociais são grupos sociais historicamente excluídos do processo de garantia dos direitos básicos, devido seu pertencimento étnico, por questões de gênero e identitária, pela sua origem ou devido à pobreza. O trabalho traz a produtividade em pesquisa do grupo de pesquisa, a partir da nossa “posição de sujeito” trabalhando com “conhecimentos situados” com a pesquisa implicada fenomenológica e engajada por uma hermenêutica filosófica construída com/para a identidade de gênero. Como resultado temos formado no mestrado, doutorado e no estágio pós-doutoral em educação, publicações de artigos, dossiês, livros e capítulos de livros, incluindo 3 documentários. Os sujeitos sociais nortistas amazônidas são/estão crianças aldeadas, jovens, caboclas e caboclos, povos das águas, da floresta e do campo, quilombolas, gays e travestis indígenas, as pessoas T entre gênero, ribeirinhos dos igarapés do Pará, do rio Tocantins, do rio Araguaia, do rio Amazonas, do rio Tapajós, do rio Negro, retíreiros do Araguaia, com as quais vivemos, lutamos, pesquisamos e damos close na Universidade, na escola, na cena e no movimento LGBTI+ na Amazônia nortista, porque nossas vidas importam sim!

AUTISTAS TRANSEXUAIS: SIM ELES E ELAS EXISTEM E PRECISAM DE VISIBILIDADE.
MARCOS MAURICIO GONDIM GOMES

Essa pesquisa que hora se apresenta traz em seu arcabouço a relevância de discutirmos a provável co-ocorrência entre a transgeneridade e o TEA (Transtorno do Espectro autista). Embora alguns pesquisadores afirmem que esta relação exista, a casualidade desta co-ocorrência não é suficientemente sustentável, necessitando de um aprofundamento mais afincado para entendermos essa interseccionalidade. Por conseguinte, venho respaldando a minha pesquisa em artigos publicados em revistas científicas, uma vez que por se tratar de um tema muito novo o material encontrado ainda carece de comprovações científicas e pesquisas mais aprofundadas. No estado da arte, realizado entre abril e junho de 2025, com os marcadores “autismo e disforia de gênero”, “autismo e transgeneridade”, “Autismo e transexualidade”, foi encontrado um parco material que abordasse esse tema, sendo o material pesquisado em sua maioria artigos em língua inglesa, encontrando apenas 3 artigos em língua português e nenhuma tese ou dissertação. Todavia, mesmo esses artigos abordando a co-ocorrência, alguns autores discordam das amostras colhidas durante as pesquisas indagando a falta de grupo controle em todas as pesquisas quantitativas. Portanto, esta pesquisa em andamento traz como tema a “disforia de gênero em autistas. Tendo como objetivo geral desenvolver o autoconhecimento e a autonomia na esfera da sexualidade e da identidade de gênero em pessoas transexuais e com TEA. E com objetivos específicos desconstruir estereótipos de sexualidade e gênero em pessoas com TEA; esclarecer conceitos de sexo, assunção de gênero e sexualidade nessas pessoas; incentivar o diálogo aberto nas escolas sobre o respeito a sexualidade e a assunção de gênero; desenvolver nos docentes habilidades de resolução de conflitos que envolvam sexualidade desses/as discentes.

A TRANSFOBIA NA PSICANÁLISE: O QUE UM ANALISTA TRANS PODE FALAR?
MERLIN PAIVA DE MAGALHÃES, FERNANDO ALTAIR POCAHY

O trabalho em tela discute a transfobia na psicanálise, convidando analistas a reverem seus privilégios cisgêneros. A proposta deste ensaio é inverter a lógica do discurso hegemônico que nomeia (e patologiza) a diferença, empenhando-nos (a partir do lugar situado de um psicanalista trans) em localizar no campo das práticas psicanalíticas redes de enunciados (cis)normativos. Nosso objetivo é repensar a formação de analistas, considerando as marcas da cisnormatividade na construção epistemológica deste campo de saber. Nos empenhamos em analisar redes enunciativas que configuram discursos e práticas transfóbicas em textos e pronunciamentos psicanalíticos contemporâneos (a partir de uma revisão de documentos - textos, comunicações, postagens, etc). Acompanhar esses movimentos enunciativos é essencial para compreender como a transfobia é estruturada e sustentada por pactos cisgêneros. Os princípios do método nesta problematização se apoiam na análise do discurso foucaultiana, empenhada em circunscrever as relações de poder e verificar a configuração de jogos de dominação, opressão e exclusão, a fim de verificar os efeitos de verdade que se inscrevem entre a linguagem e a subjetividade. Com isso, propomos um giro no discurso que sustenta a cisnormatividade, insurgindo contra a verticalização e o domínio epistêmico cisgênero. Os resultados deste ensaio sugerem possibilidades de inflexão ética no campo psicanalítico, a partir de uma abertura à revisão de seus princípios normativos, convocando o feminismo interseccional e decolonial, a teoria queer, os saberes trans, os transmasculinos, o trans-anarquismo, os coletivos de psicanálise, a inscrever seu nome na (trans)formação da psicanálise, situando-a numa transição epistêmica.

EFEITOS DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA NO TRABALHO DESENVOLVIDO POR ESCOLA PARTICIPANTE
ERICA NOGUEIRA, CARLA BIANCHA ANGELUCCI

O presente estudo compõe pesquisa de mestrado em curso e tem como objetivo investigar os efeitos do Programa Transcidadania nas práticas educacionais de docentes e gestores em um Centro de Integração de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) no município de São Paulo. O Programa Transcidadania, criado em 2015 para promover reinserção social via educação, estágio e auxílio financeiro, busca transformar o ambiente escolar, desnaturalizando currículos excludentes e ampliando debates sobre diversidade de gênero. A pesquisa se caracteriza como qualitativa e se enquadra em um estudo de caso e é conduzida em duas etapas: revisão bibliográfica e estudo de campo. A primeira fase, já concluída, consistiu em uma revisão bibliográfica, que buscou artigos, anais e dissertações publicadas entre 2015 e 2024. Como resultado, a revisão mostrou que a maioria das pesquisas prioriza análises documentais na área de gestão pública. Nenhum trabalho sobre práticas pedagógicas do Programa Transcidadania na Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi identificado nos trabalhos lidos. A revisão ainda revelou dados quantitativos a respeito do crescimento do programa (de 100 vagas em 2015 para 1.020 em 2025) e avanços na conclusão escolar das beneficiárias. A segunda etapa da pesquisa, em andamento, consiste em observação participante e entrevistas semi-estruturadas em um CIEJA. A pesquisa de campo, ainda em andamento, revela um ambiente educativo acolhedor, onde professores ensinam e aprendem a respeitar o nome social e a integrar temas relacionados ao universo LGBT e às questões de gênero nos diferentes componentes curriculares e projetos interdisciplinares e transdisciplinares.

TRAVECAÇÕES E TRANSVESSIAS COM OS COTIDIANOS ESCOLARES: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE UMA PROFESSORA TRAVESTI

MIKELLY SIMÕES NEPONUCENO, LEONARDO FERREIRA PEIXOTO

A pesquisa, que tem como método a pesquisa nos/dos/com os cotidianos, parte das vivências de uma professora travesti e tem como intenção apresentar reflexões sobre Educação sob suas perspectivas, muitas vezes silenciada por diversas circunstâncias. A autora propõe dois conceitos que ajudam a alcançar os objetivos da pesquisa: travecações e transvessias. O primeiro, traz a dimensão individual e ao mesmo tempo coletiva, que se refere aos processos de transição de gênero de pessoas trans* e travestis. O segundo, complementando o primeiro, apresenta ‘fazerespensares’ que surgem a partir das conversas com os ‘espaçostempos’ que compõe o trajeto que a pesquisadora percorre de sua casa à escola e com os que ela percorre dentro da escola e em sala de aula. A estrutura da escrita da pesquisa se fundamenta em alguns dos movimentos necessários às pesquisas nos/dos/com os cotidianos, especialmente o chamado ‘narrar a vida e literaturalizar a ciência’ na tentativa de apresentar uma perspectiva travesti sobre a Educação, práticas pedagógicas e ensino e, consequentemente, ‘ir além do sabido’, ‘mergulhando com todos os sentidos’ nessas travecações e transvessias que podem contribuir na construção de uma realidade que aprende a entender que as diferenças, que nos tornam quem somos, são potências.

VOZES E AÇÕES DO/A/E PEDAGOGO/A/E ORIENTADOR/A/E EDUCACIONAL NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS ANTILGBTQIFÓBICAS EM CONFORMIDADE COM A EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS.
FABIO COSTA MELO

Esta pesquisa em andamento investiga como pedagogas/os/es orientadoras/es educacionais promovem políticas antilgbtqiáfóbicas em escolas públicas do Distrito Federal, fundamentada na educação em e para os direitos humanos. O cenário conservador e a persistente cisheteronormatividade dificultam a inclusão, acolhimento e garantia dos direitos de estudantes LGBTQI+.

O estudo analisa práticas e políticas para enfrentar a LGBTQIfobia, aproximando-se de uma educação emancipatória. Os objetivos são: descrever atribuições e iniciativas desses profissionais; compreender as práticas de acolhimento, inclusão e permanência de estudantes LGBTQI+; analisar desafios ético-políticos e institucionais; e identificar inovações pedagógicas para o enfrentamento das exclusões. A metodologia qualitativa utiliza a análise temática de Braun & Clarke (2006), aplicada às rodas de conversa com orientadoras/es educacionais dos anos finais do ensino fundamental. A coleta de dados está concluída, com transcrição e análise em curso. Resultados parciais mostram que o acolhimento ativo, a formação continuada e a construção coletiva de protocolos são centrais, apesar das limitações institucionais e resistências culturais. A atuação político-pedagógica desses profissionais, articulando aprendizagens e ética, revela grande potencial transformador ao promover ambientes escolares inclusivos, onde o respeito, a escuta sensível e o pertencimento são efetivados, ultrapassando o mero cumprimento legal.

BIXA E PRETA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA RELAÇÃO CONTURBADA.
VYCTOR HUGO SANTOS DE JESUS DIAS

A presente pesquisa refere-se à parte do trabalho de conclusão de curso da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), orientado pela professora doutora Maria Alice Gonçalves, tem como objetivo investigar os motivos que desencadearam o ingresso no curso de Pedagogia da UERJ por homens negros e homossexuais que sofreram violências, verbais ou físicas, durante seu ensino básico enquanto alunos, utilizando os estudos das ciências sociais para discutir as questões de gênero e sexualidade, para explicar a masculinidade negra da bixa preta, expressão utilizada por Megg Rayara (2020) para referir-se a homens negros que performa feminilidade. Analisando as experiências de marginalização vivenciadas por estes sujeitos e a formação de suas identidades docentes, a pesquisa busca responder como a bixa preta decide retornar ao ambiente escolar, que a feriu, ainda que na posição de magistério, e quais as políticas pedagógicas que estes futuros professores se aportaram para uma educação formal acolhedora e que valorize as diversidades. Como metodologia, é utilizado das ciências sociais para discutir raça, gênero e sexualidade de forma interseccional, nichos que atravessam estes corpos dissidentes sujeitos da pesquisa, e as entrevistas para corroborar à uma tratativa qualitativa. Os resultados parciais demonstrar uma "deformação" docente ocasionada por um currículo que não abordar os temas da pesquisa assim como uma tentativa de educar uma nova geração à compreender e validar as diferenças sociais.

ALÉM DE PRETO, VIADO? REFLETINDO SOBRE A EXISTÊNCIA DAS BICHAS PRETAS COMO FORMAS OUTRAS DE MASCULINIDADES NEGRAS
ALAX WYLLIAN DOS REIS SANTOS, MARCO ANTONIO TORRES

Escrevo a partir de minha vivência preta. Sou um corpo que carrega histórias de silêncio e grito. Entendo a minha existência como um segmento de desobediência e insubmissão, onde a carne de pele preta habita a encruzilhada do corpo manifesto e o sagrado da ancestralidade. Como homem preto e bicha, sinto que a pele racializada, em uma sociedade constituída através da colonização, carrega

consigo o significado de assentamento em um lugar pré-definido para tais sujeitos. As masculinidades negras são constantemente moldadas pelas engrenagens do racismo, sustentadas pelas teias da colonialidade, enraizadas nas relações sociais. Autores como Frantz Fanon, Sueli Carneiro e Grada Kilomba são referências nas discussões de racialidade, mesmo que em tempos e perspectivas diferentes. Percebo que a cor da pele se apresenta antes mesmo do gênero biológico: antes de ser homem, sou negro e, portanto, carrego comigo algumas representações previamente construídas e esperadas para mim e para meu corpo. Como efeito de derivação colonial, nós homens negros seguimos sendo regulados de forma dominante pela branquitude, que nos destina duas posições. A de subserviente, devido à inferioridade da cor, e a de “escravo” do sexo, pois desde cedo fomos descritos como ocupantes de uma posição de extrema virilidade sexual, sendo reduzidos somente ao tamanho e eficiência fálica. Partindo do entendimento da representação das masculinidades negras numa sociedade de heranças coloniais e patriarcais, apresento reflexões oriundas de minha pesquisa de mestrado e de doutorado em andamento: quais imagens foram produzidas e perpetuadas ao longo do tempo sobre as masculinidades negras? Onde se localizam as bichas pretas nesta seara? O que representam estes corpos diante da construção imagética do homem negro? Como uma bicha preta, vivenciei o racismo de forma concomitante à homofobia. Neste sentido, falo a partir da minha experiência enquanto preto e bicha e do lugar de uma forma outra de masculinidade.

VIVÊNCIAS TRANS E OS ARQUIVOS ESCOLARES: UMA CARTOGRAFIA SOBRE PODER, MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE
TAINÁ DE SOUZA, RAFAEL PADILHA FERREIRA

A presente proposta reúne reflexões de duas pesquisas em desenvolvimento ligadas aos cursos de mestrado e doutorado de dois programas de pós-graduação da Universidade do Vale do Taquari - Univates. Na instituição, as discussões acerca de vivências trans e do conceito de gênero ainda são prematuras, as duas pesquisas são as únicas que abordam esta temática nos cursos de stricto sensu da universidade. Sendo assim, esta comunicação tem por objetivo apresentar as pesquisas de maneira conjunta, uma vez que os caminhos dos pesquisadores/autores se entrecruzam ao longo de todo percurso. A pesquisa de mestrado é realizada por um homem trans que tem como objetivo compreender as narrativas de si das transmasculinidades na região. Utilizando a cartografia como processo metodológico para realizar um mapeamento da bibliografia existente sobre a temática no Vale do Taquari, o trabalho visa construir, em conjunto com os sujeitos da pesquisa, as narrativas que serão apresentadas na pesquisa. Como aporte teórico, busca inspirações nas teorias de gênero, no feminismo e na teoria queer. A pesquisa de doutorado é realizada por uma pessoa não-binária e propõe a construção de um arquivo de memórias escolares de pessoas trans brasileiras, compreendendo o arquivo como um dispositivo de poder e subjetividade. As duas investigações são construídas a partir de trajetórias pessoais e acadêmicas dos autores que, atravessados por vivências dissidentes, articulam ativismo, afeto e pesquisa. O silenciamento das transvivências, no campo acadêmico e nos registros escolares, demonstra a urgência de criar espaços de escuta e visibilidade. Sendo assim, tanto as narrativas de si quanto as memórias escolares tornam-se formas de resistência. Ao cartografar experiências e arquivar memórias, as pesquisas tensionam os modos de produzir conhecimento e ampliam o campo problemático de gênero, das identidades e da educação.

ALIANÇA INTERSECCIONAL CONTRA O RETROCESSO:A ATUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO CONTRA O ULTRACONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO
BÁRBARA DE OLIVEIRA LOPES, MARCELLE MATIAS DE LUCENA PEDROZO

A educação tem sido alvo prioritário da ofensiva ultraconservadora no Brasil. A censura ao material Escola sem Homofobia, o fortalecimento do Escola sem Partido e a retirada das menções a gênero no Plano Nacional de Educação em 2014 demonstram o poder e a ressonância social desses atores. Trata-se de um fenômeno com múltiplas estratégias e agendas, uma “hidra de muitas cabeças” (Correa, 2021). Enfrentá-la tem sido, portanto, um grande desafio para a sociedade civil comprometida com a defesa dos direitos humanos. O presente relato propõe apresentar a experiência de uma coalizão – a Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação – na incidência política para defender políticas educacionais democráticas, antissextistas, antirracistas e antiLGBTfóbicas. Ela se estabelece em 2018, ano marcado pela escalada da violência política e pelo discurso de ódio, prenúncio dos terríveis anos Bolsonaro. Entre nossas pautas, estão o enfrentamento a iniciativas de censura, ao ensino domiciliar (homeschooling), à militarização e à legislação antitrans na educação. Um destaque nesse histórico foi a realização, em 2022, da Pesquisa Educação, Valores e Direitos, que demonstrou que muitas agendas conservadoras não têm apoio da sociedade – que, em sua maioria, reconhece o papel da escola na promoção da equidade e no combate às discriminações. Na articulação, encontram-se organizações, pesquisadores e ativistas das áreas da educação, jurídica e de comunicação, movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracistas, sindicais e religiosos progressistas. Essa diversidade permite construir diagnósticos aprofundados e um amplo leque de argumentos. Assim, podemos nos adaptar a mudanças na conjuntura e nos organizar agilmente uma reação política diante das ameaças. Como diz Butler (2024), coalizões são a chave para enfrentar o movimento contra o gênero. A Articulação nos ensina que a atuação intersetorial e o olhar interseccional são estratégias fundamentais para avançar na promoção de direitos.

Este trabalho busca analisar os efeitos de sentido das vallas (barricadas metálicas) dispostas em torno de monumentos históricos, instituições de governo e estabelecimentos financeiros na Ciudad de México (CDMX) antes das manifestações feministas, sob a justificativa estatal de proteção do patrimônio público e privado. Compreendo que tais enunciados emergem do discurso da "ideologia de gênero", uma vez que a significação das vallas mobiliza o efeito da suposta ameaça representada pelas mulheres feministas. Assim, as vallas instauram a visualização do Estado como corpo atacado, vulnerável e necessitado de proteção. O espaço urbano, mais do que expressão física, é aqui concebido como dimensão discursiva, um construto linguístico-ideológico que orienta práticas e subjetividades. O sujeito é produzido enquanto tal pela inscrição na linguagem, localizada historicamente, e pela interpelação ideológica que o constitui como sujeito de desejo. Assim, toda enunciação é atravessada por processos desajustados e ideológicos que sustentam a produção social da realidade. Neste contexto, as vallas podem ser interpretadas como textos, como objetos simbólicos que participam da "partilha do sensível" (Rancière, 2005). Elas não apenas delimitam fisicamente espaços, mas instauram e circulam sentidos que operam na constituição de sujeitos e de formas específicas de sentir a cidade. As vallas organizam uma partilha espacial e sensível: fixam limites de quem pode ou não tomar parte no comum, operando cortes entre visível e invisível, palavra e silêncio, legível e ilegível. As vallas, enquanto dispositivos materiais e discursivos, operam como manifestação de um excesso de masculinidade: um orgulho que simboliza a tentativa de restaurar a posição feminina como o falo a ser possuído.

LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA COMO RESISTÊNCIA: DISPUTAS DISCURSIVAS E REAÇÕES DA LINGÜÍSTICA NO BRASIL
GUSTAVO JOSÉ BARBOSA PARAÍSO, IRAN FERREIRA DE MELO

A linguagem não-binária (LNB) tem emergido no Brasil como um campo de disputa simbólica, política e identitária, especialmente diante de tentativas legislativas de censurar seu uso em escolas e instituições públicas. Mais do que uma controvérsia linguística, essas proibições se inscrevem em estratégias sistemáticas de silenciamento da população não binária, que ocupa posições historicamente marginalizadas dentro da comunidade LGBTQIAPN+. Esta pesquisa, em fase inicial no mestrado, propõe refletir criticamente sobre os modos como a Linguística brasileira tem se posicionado frente à emergência da LNB, mobilizando a Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001 [1992]) e os estudos de gênero performativos de Butler (2024) como lentes teóricas. A LNB, compreendida como parte da linguagem inclusiva de gênero, desafia o modelo gramatical masculinista tradicional e convoca a língua para a construção de outras formas de existência. Autores como Lau (2019), Borba (2015) e Santos Filho (2015) subsidiam a análise, ao abordarem a linguagem como prática social e espaço de luta. O estudo busca mapear os discursos de linguistas no espaço público e acadêmico, investigando se suas posições contribuem para o reconhecimento da LNB como prática legítima ou se reforçam dispositivos de exclusão. Ao tensionar as fronteiras entre linguagem, identidade e norma, esta pesquisa reivindica a Linguística como campo implicado na produção de sentidos sobre os corpos e os gêneros, e propõe-se a colaborar com os debates sobre direitos linguísticos, reconhecimento e justiça epistêmica.

SER GAY E VIVER COM HIV: UMA LONGA HISTÓRIA DE DISCURSOS
JOSÉ AUGUSTO SIMÕES DE MIRANDA

A presente pesquisa, provida de um projeto de pós-doutorado, tem como objetivo analisar discursos de uma campanha sobre HIV, produzida pelo Ministério da Saúde, que envolvem participantes homens gays e que (con)vivem com HIV; compreender como essas categorias de identidade social, ser gay e (con)viver com HIV, são representadas — isoladamente ou sobrepostas — nos discursos dos participantes; assim como discutir como os participantes reagem a essas categorias de identidade social. Para que isso fosse possível, o estudo foi realizado seguindo uma metodologia de pesquisa qualitativa e os dados são discutidos à luz da abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso, mais especificamente a categoria analítica de Contexto, dos estudos queer e da interseccionalidade como teoria social crítica. Os resultados demonstram que as categorias de identidade social dos participantes são representadas sobrepostas, ou seja, eles demonstram a inter-relação — social e histórica — entre ser gay e viver com HIV. Vê-se também que os participantes reagem a essas identidades com resistência, ressignificando os discursos estigmatizantes que foram (re)produzidos ao longo dos mais de 40 anos de epidemia do HIV/Aids e que tentam associar e marginalizar as duas categorias de identidade social aqui analisadas.

AUTORIA QUEER: (RE)PENSANDO E (RE)ESCREVENDO IDENTIDADES QUEER NA UNIVERSIDADE
KAIO RIBEIRO

Este projeto de pesquisa busca analisar as práticas discursivo-identitárias queer na Universidade de Brasília (UnB) e compreender como a escrita criativa opera para desencaixes discursivos, emocionais e acionais desses atores sociais. Os pressupostos teóricos da pesquisa são: (i) Estudos Críticos do Discurso (ECD) (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Dias, 2015, 2011; Fairclough, 2003, 2016; Queiroz, 2020; Resende & Ramalho, 2006, 2011; Magalhães, 2017; Thompson, 2011); (ii) estudos

VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NAS ECOLAS: POLÍTICAS PÚBLICAS PREVENÇÃO E DE ENFRENTAMENTO
MARELI ELIANE GRAUPE, DAIANE SILVA LOURENÇO DE SOUZA, ELOIR GORGES

Esta pesquisa objetiva analisar o fenômeno das violências de gênero contra meninas e mulheres e contra pessoas LGBTQIAPN+ nas escolas, considerando a existência de políticas públicas, como: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006); a equiparação da homofobia e transfobia ao crime de racismo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano de 2019; Lei nº 14.164 de 10 de junho de 2021 que instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, estabelecendo a obrigatoriedade de ações pedagógicas voltadas à prevenção da violência de gênero nas escolas de educação básica. É uma pesquisa com abordagem qualitativa. Na primeira etapa, foi realizada uma análise documental das políticas de prevenção às violências. Na segunda, foram enviados questionários via Google Forms para professoras/es que atuam no ensino fundamental II das escolas municipais de Lages. Os resultados indicaram que tanto as/os profissionais da educação quanto as/os estudantes sofrem violência de gênero. Em síntese, destaca-se que o enfrentamento às violências de gênero não se encerra na criação de leis. Ele requer compromisso político, mobilização social e uma reconfiguração dos saberes curriculares que orientam as práticas educacionais. Ao reconhecer a diversidade e implementar estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento de todas as formas de violência, a instituição escolar poderá se consolidar como um espaço fundamental na promoção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

HOMOSSEXUALIDADES E EDUCAÇÃO: POR UMA FORMAÇÃO ATENTA ÀS NECESSIDADES PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS
LUIS CARLOS SILVA DA CUNHA

Esta pesquisa busca investigar o espaço que os estudos de gênero têm na atual formação de pedagogos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, destacando a necessidade de incorporar esses estudos à atual proposta curricular. Metodologicamente, foi utilizada uma abordagem qualitativa que combina a pesquisa bibliográfica com um questionário semiestruturado, indagando sobre os saberes e as representações dos(as) formandos(as) do curso de Pedagogia dessa universidade. Assim, para compreender melhor o problema, este trabalho apresenta o contexto histórico do sujeito homossexual na sociedade ocidental, iniciando nos tempos do mito bíblico de Abraão até o Brasil pós colonização. Em seguida, são discutidos os conceitos de identidade de gênero, sexualidades, corpos e masculinidades a partir de Scott, Mott, Louro, Bortolini, Fry, Moreira e outros teóricos. Posteriormente, após análise da proposta curricular do curso estudado, são apresentadas as respostas dadas pelos(as) formandos(as) aos questionários semiestruturados. Foi observada na conclusão a expressiva necessidade de existir um currículo mais adequado às questões pertinentes das identidades de gênero e sexualidades para uma formação docente atenta à contemporaneidade, a fim de formar educadores aptos a praticarem sua função de forma justa, madura e esclarecida.

SESSÃO 17

SEXUALIDADES E CORPOS DIGITALIZADOS DE HOMENS (GAYS): UM OLHAR DISCURSIVO NA PLATAFORMA VIRTUAL ONLYFANS
JOSÉ RIBEIRO PANTALEÃO NETO, CLODOALDO FERREIRA FERNANDES DA SILVA

Esta pesquisa tem como subsídio as imagens produzidas em plataformas de conteúdo adulto e nela se busca compreender a fluidez identitária de sujeitos homens (gays) na rede social Onlyfans. Especificamente, tem-se o intuito de problematizar as múltiplas identidades produzidas, e que se articulam na plataforma, posicionando discursivamente os sujeitos; e, por fim, interpretar, a partir das publicações dos sujeitos e das interações dos usuários consumidores na plataforma virtual, de que maneira são produzidas novas formas de interações e consumo de corpos em contexto de virtualidade. O estudo tem como método a etnografia das redes, proposto por Fragoso (2011). O referencial teórico se entrecruza por discussões que dialogam com Han (2018), Santaella (2007), dentre outros. Os resultados apontam que os discursos e enunciados materializam práticas sexuais normativas, sustentadas em estruturas binárias: homem e mulher; imaginação e realidade; submissão e domínio; liberdade e controle. Os corpos digitalizados nas plataformas fazem parte de uma pedagogia que ensina qual modelo de corpo e de prática sexual devem ser consumidos.

CIDADE MURADA: FEMINISMO OU CIDADANIA?...

decoloniais de gênero (Butler, 2003, 2019; Foucault, 1999a; Louro, 1997, 2004; Preciado, 2014) e Linguística Queer (Borba, 2019, 2020; Melo, 2007, 2017, 2019; Moita Lopes, 2022); (iii) pressupostos da autoria crítica e criativa (Dias, 2021; Dias, Coroa & Lima, 2018; Albuquerque, 2020;) em torno de comunidades de aprendizagem e de mudança (hooks, 2000; Ribeiro e Dias, 2021). A pesquisa é de natureza qualitativa (Bauer & Gaskell, 2011; Creswell 2010; Flick, 2009; Minayo, 2013) e tem caráter etnográfico crítico (Cameron, 1992; Maanen, 1988; Thomas, 1993); a geração de dados etnográficos-discursivos acontece em uma disciplina de produção textual do curso de graduação de Letras da UnB, sob uma perspectiva multimetodológica que inclui miniraturação de oficinas de escrita, notas de campo, rodas de conversa e pesquisa documental (textos autorais produzidos por estudantes queer).

UM LUGAR PARA (RE)EXISTIR: LETRAMENTOS NOS NÚCLEOS DE ESTUDOS DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (PE)
THAIS CARVALHO ALVES

A presente pesquisa objetiva apresentar um projeto que busca compreender como as práticas de letramento escolar, vivenciadas nos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência contra Mulheres (NEGs), das escolas públicas de nível médio de Pernambuco, contribuem para o combate às violências de gênero. Os NEGs constituem uma política pública implementada pela Secretaria das Mulheres em 2016, em cooperação com a Secretaria de Educação de Pernambuco, visando realizar ações de informação, formação e pesquisa em gênero e educação. O trabalho em pauta apresenta as bases de meu projeto de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFRPE. A investigação articula pesquisa bibliográfica e etnográfica ancorada no seguinte referencial teórico: Butler (2023), no que tange à categoria de gênero, compreendendo-a sob uma perspectiva não essencialista, performativa e crítica; Kleiman (1995) e Lopes (2001), sobre o conceito de letramento, definindo-o como práticas sociais que envolvem leitura e escrita, nas quais os sentidos sobre quem somos estão sendo construídos; Fairclough (2001), acerca dos fundamentos da análise crítica do discurso. O escopo deste estudo serão três NEGs de três regiões do estado: Metropolitana do Recife, Agreste e Sertão. A coleta de dados ocorrerá por entrevistas semiestruturadas. Estas posteriormente serão submetidas à análise crítica do discurso, a fim de compreender se as práticas de letramento escolar contribuem para reflexão sobre as relações de poder que produzem as assimetrias de gênero, bem como se colaboram para o combate às violências motivadas por ódio às diferenças de gênero.

OS SENTIDOS DE SER E EXISTIR LGBTQIAPN+ NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO SERTÃO ALAGOANO: IDENTIDADES, PROBLEMATIZAÇÕES E (RE)DESCOBERTAS NO NÚCLEO DE GÊNERO, DIVERSIDADE E SEXUALIDADE (NUGEDIS) DO IFAL CAMPUS PIRANHAS
HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), comprometida com formações técnicas e tecnológicas em seus cursos integrados ao ensino médio, promove aos/as estudantes conhecimentos e habilidades que fomentam dinâmicas ao mercado de trabalho. Nesse contexto, ancorado nas discussões interseccionais que emergem os “Estudos queer em Linguística Aplicada indisciplinar” (Moita Lopes et al, 2022), este trabalho visa problematizar a importância do Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade (Nugedis) em relação aos modos de ser e existir de pessoas LGBTQIAPN+ no âmbito do Instituto Federal de Alagoas, campus Piranhas (alto sertão alagoano), afirmando e legitimando identidades desviantes da cisheteronormatividade compulsória as quais pertencem à EPT. A partir da construção metodológica da pesquisa qualitativa – sob os aspectos da construção e análise dos dados –, entendendo a produção de saberes e a implicação do/a pesquisador/a à pesquisa, as identidades LGBTQIAPN+ são (re)construídas e (re)moldadas no espaço escolar onde a (trans)formação é um processo contínuo e ininterrupto. Serão mobilizadas cenas enunciativo-discursivas – tanto da rede social como de textos destinados ao Núcleo – em que o Nugedis/Piranhas é deslegitimado em relação às ações desenvolvidas sobre inclusão, acolhimento, aconselhamento, empoderamento e escuta ativa, implicando diretamente em processos de aceitação de si sobre as identidades em (des)construção de seus/suas integrantes. Para análise, à luz das considerações dos estudos queer em LA indisciplinar, atravessamentos interseccionais serão ponderados por meio de discussões que emergem as dinâmicas de existências de pessoas que se distanciam das padronizações impostas pela matriz colonial de gênero, sexualidade, linguagem, território e raça. Assim, seguindo na contra-mão dos discursos de ódio, entendemos que o Nugedis, constituído institucionalmente nos 16 campi do estado de Alagoas, se faz potente na promoção e manutenção de vidas em dissidência.

GÊNERO E SEXUALIDADES DISSIDENTES NA PERSPECTIVA DOS LETRAMENTOS CRÍTICOS: EDUCAÇÃO, CIDADANIA E JUSTIÇA SOCIAL NA PEDAGOGIA DO CINEMA
FRANCISCO EDNARDO BARROSO DUARTE

Este trabalho tem como foco refletir sobre a importância do uso do cinema como ferramenta pedagógica usada para problematizar a ausência de questões de

gênero e sexualidade no currículo educacional, sobretudo nas licenciaturas em humanidades voltadas para a formação de professores. Para este fim, utilizamos como objeto de análise a experiência obtida no exercício de aplicação de atividades em eventos do projeto de extensão Cinema, Discurso e Diversidade (PROEX/PIBEX/UFPa), cujo objetivo é a criação de estratégias pedagógicas para trabalhar os temas cidadania e justiça social na formação de estudantes dos cursos de Letras Estrangeiras Modernas. De modo mais específico, analisamos os resultados obtidos em duas oficinas nas quais foram utilizados os curta-metragens brasileiros, O Órfão e Eu não quero voltar sozinho, em que as temáticas gênero e sexualidade LGBTQIA+ se colocam como centrais entrelaçando os temas transversais adoção, racismo, classe social e deficiência visual. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas por meio de perguntas abertas e fechadas onde, ao final das atividades, os participantes foram inquiridos sobre a utilização de recursos didáticos multimodais como os gêneros do cinema (Kress, 2010), práticas pedagógicas emancipadoras (Freire, 2009), articulações didáticas inter e transdisciplinares, além de estimulados à reflexão acerca de práticas de letramentos em gênero e sexualidade em disciplinas de línguas, tanto na graduação quanto na educação básica. Como resultado, nota-se que, apesar da presença de argumentações de viés progressista, destacam-se, igualmente, opiniões controversas que sugerem a manutenção de pedagogias reacionárias (Duarte, 2023), a garantia de um conservadorismo ideológico ancorado no pensamento neopentecostal, na (ainda) famigerada “ideologia de gênero”, na concepção neoliberal da educação, no pânico moral midiático e na ausência de uma formação didática libertadora.

O JOVEM FERNANDO VILAÇA DA SILVA NA EXPOSIÇÃO DAS PLATAFORMAS @MIDIANINJA E @PLANETAFODA: AÇÃO DISCURSIVA COMO PROCESSO DE MORTE E OS ENCAMINHAMENTOS DAS TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS
HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA

Um jovem de 17 anos de idade, em Manaus – AM, região norte do Brasil, foi violentamente atacado por um grupo de crianças/adolescentes devido às suas subjetividades plurais de ser, distanciando a importância de viver pela força do ódio: agressões física e discursiva. O objetivo desta pesquisa é construir sentidos sobre comentários nas plataformas @midianinja e @planetafoda em relação ao caso do jovem Fernando Vilaça da Silva, provocando tensionamentos em uma “necropolítica queer” (Rea, 2024), como também tensionamentos em “corpos que importam” (Butler, 2023) e as “trajetórias identitárias” (Silva Lima, 2024) sobre os discursos que intencionam a homofobia provocada. Dessa forma, o campo do discurso, pensado como construção social de linguagem, à luz das práticas sociais, é entendido como “ação”, “força” e “movimento”, de acordo com os apontamentos teórico-metodológicos da Linguística Aplicada Transviada (Bezerra, 2023). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, netnografia discursiva, de leitura enunciativo-discursiva, cujas abordagens metodológicas se materializam em textos que circulam na rede social Instagram, configurando posturas político-ideológicas que marcam o encadeamento entre os comentários. Logo, entender a democracia como estrutura que realiza e constrói vidas é também promover novos apontamentos de combate não somente às LGBTQifobias, mas combate às formas de intolerância que atravessam as identidades em dissidência, pois são corpos que não se encaixam em estruturas e pensamentos limitantes.

O PERTENCIMENTO E A PERFORMANCE IDENTITÁRIA LGBTQIAPN+ NAS LÍNGUAS INDÍGENAS: UMA PERSPECTIVA GEOSOCIOLINGÜÍSTICA
SAULO ARRUDA SILVA

Este estudo terá como objetivo analisar as formas de pertencimento e performance identitária LGBTQIAPN+ em duas comunidades indígenas situadas no estado do Tocantins, a partir de uma abordagem geossociolinguística. A pesquisa investigará como as línguas nativas funcionam como instrumentos de expressão de identidades dissidentes de gênero e sexualidade, observando seus usos em diferentes contextos sociais — dentro das comunidades e em espaços urbanos. A partir de entrevistas, observações, revisões bibliográficas e análises discursivas, o trabalho buscará compreender de que maneira os sujeitos indígenas LGBTQIAPN+ elaboram suas identidades por meio da linguagem, enfrentando ou ressignificando normas culturais e linguísticas. Também será analisado o impacto do contato com a língua portuguesa e com discursos externos na auto expressão e no vocabulário identitário desses indivíduos. A pesquisa aspira contribuir para a valorização da diversidade dentro das comunidades indígenas e para a formulação de políticas mais inclusivas nos campos linguísticos e socioculturais.

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E FAMÍLIA EM LIVROS DIDÁTICOS DE PLE (PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA): LETRAMENTOS CRÍTICOS E (IN)DISCIPLINA NO ENSINO DE LÍNGUAS
FRANCISCO EDNARDO BARROSO DUARTE, ANAIR VALÊNIA MARTINS DIAS

Este artigo visa a debater como as representações de gênero, sexualidade e família são situadas em livros didáticos de português língua estrangeira (PLE), de modo a

comparar como as concepções sociais sobre mulheres, conjunções familiares e identidades sexuais divergentes da norma são apresentadas em quatro unidades de quatro materiais didáticos utilizados em curso de português para estrangeiros. A análise utilizou metodologia comparativa de abordagem quali-quantitativa, apontando aproximações, discordâncias e conflitos teórico-metodológicos que desviam da concepção proposta pela linguística aplicada INdisciplinar, cujo objetivo é estabelecer uma visão progressista de educação cidadã e emancipadora que inclua as agendas sociais nos estudos da linguagem (Moita Lopes, 2008, 2013; Pennycook, 2001, 2008). Como resultado, nota-se que, embora os mais modernos materiais didáticos de língua materna e língua estrangeira estejam diretamente conectados às discussões sobre as identidades sociais no contexto educacional por meio dos letramentos sociais críticos, os livros didáticos de PLE ainda resistem à mudança de concepção linguística, apresentando uma visão que aponta para a manutenção de uma perspectiva neoliberal, conservadora e desviada do papel que a cidadania e a justiça social deveriam ocupar no ensino e aprendizagem de línguas.

SESSÃO 18

LEGISLAÇÕES SOBRE INFÂNCIAS TRANS NA AMÉRICA LATINA: ATORES E ESTRATÉGIAS SOB ANÁLISE COMPARATIVA

NAHIA VICTORIA MAURI GÓMEZ

Esta pesquisa —em andamento— analisa as estratégias e enquadramentos narrativos utilizados durante a tramitação de legislações que reconheceram legalmente as infâncias trans em três contextos latino-americanos: a Argentina, Cidade de México e o Uruguai. Assim, o estudo busca identificar quais atores participaram das arenas políticas, as estratégias empregadas e os resultados obtidos durante a tramitação das legislações sobre infâncias trans. Entre seus objetivos, a pesquisa visa: 1. Descrever os posicionamentos e alianças entre os atores envolvidos em cada arena política. 2. Comparar os repertórios encenados por cada movimento social. Metodologicamente se segue uma análise qualitativa de casos múltiplos, permitindo uma comparação sistemática. A coleta de dados inclui análises de documentos legislativos, além de uma revisão de matérias jornalísticas produzidas durante o período estudado. Para identificar esse material, serão utilizados descritores como "lei trans", "menores trans", "crianças trans" e "adolescentes trans" em buscadores acadêmicos e plataformas de notícias. Complementarmente, a pesquisa prevê a realização de entrevistas semiestruturadas com informantes-chave, incluindo ativistas e especialistas acadêmicos. Os dados preliminares revelam padrões distintos na conformação das alianças conservadoras nos casos analisados. Porém, as diferenças mais marcantes apareceram no alcance das legislações aprovadas. No caso de Cidade do México, as conquistas legais mostraram-se mais restritivas (estabelecendo limites etários mínimos e reconhecimento jurídico só na adequação de nome e gênero em documentos). Nos casos uruguaio e argentino, as legislações apresentaram um caráter mais abrangente (incluindo prestações integrais de saúde, sem mínimos de idade a priori). Em quanto aos repertórios discursivos e estratégicos, constatou-se a emergência de elementos religiosos em todos os contextos, embora com intensidades variadas.

RACISMO GENDERIZADO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-PARLAMENTAR: UMA ANÁLISE DA SUB-REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS À LUZ DA TEORIA DAS IMAGENS DE CONTROLE DE COLLINS

JONADSON SOUZA, PAULO HENRIQUE ARAÚJO DA SILVA

Ao buscar analisar as interações sociais entre raça, gênero e classe, é relevante considerar o conceito de "Imagens de controle", desenvolvido por Patricia Hill Collins. Esse conceito refere-se às representações estereotipadas utilizadas para descrever e prescrever o comportamento de grupos marginalizados, especialmente mulheres negras. Essas imagens influenciam e regulam a maneira como essas mulheres são percebidas e tratadas na sociedade. As imagens de controle vão além de simplesmente descrever características; elas também estabelecem normas e expectativas sobre o comportamento dos indivíduos e os lugares que devem ocupar na sociedade. Essas imagens não se limitam às representações, mas constituem parte integrante das relações de poder que influenciam a maneira como as pessoas tratam as mulheres negras, bem como a forma como essas mulheres percebem, internalizam e respondem a esses estereótipos. Essas dinâmicas são muito perceptíveis no contexto da Câmara dos Deputados, pois, em termos representacionais, há 18,2% de mulheres ocupando esse espaço, sendo duas delas mulheres trans. Kilomba acrescenta que racismo genderizado é uma condição na qual as formas de racismo manifestam-se de maneira estruturada por percepções e discursos racistas sobre os papéis de gênero, resultando em experiências únicas de violência, discriminação e exclusão que não podem ser compreendidas isoladamente nem pelo racismo nem pelo sexismo. Neste sentido, o trabalho busca questionar de que modo as imagens de controle contribuem para compreender o a sub-presença de pessoas trans a travestis enquanto racismo genderizado. A metodologia consiste em aplicação da pesquisa bibliográfica, pela

via qualitativa e dedutiva para observar as dinâmicas de gênero e raça existentes na Câmara dos Deputados através das imagens de controle. O objetivo é entender de que modo as imagens de controle contribuem para compreender o a sub-representação de pessoas trans e travestis enquanto racismo genderizado.

COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTI+ RESISTEM A GOVERNOS CONSERVADORES? LIÇÕES SOBRE O PROGRAMA TRANSCIDADANIA DA CIDADE DE SÃO PAULO.

JOÃO VITOR RODRIGUES GONÇALVES

Grande parte dos estudos sobre resiliência têm se preocupado em analisar estratégias adotadas por atores políticos e burocratas diante de fenômenos globais recentes. No entanto, há uma expressiva escassez de pesquisas interessadas em investigar "como" determinadas políticas e programas, "resistem" e se "adaptam" às adversidades contemporâneas, a exemplo do avanço e da consolidação de governos predominantemente conservadores. Dentre os recortes temáticos elegíveis, destaca-se, de modo evidente, as políticas públicas destinadas às minorias sexuais, que atualmente ocupam um lugar de destaque na agenda política de governos predominantemente conservadores ao redor do mundo. No entanto, curiosamente, alguns programas permanecem em atividade. Portanto, questiona-se: Como políticas e programas LGBTI+ ainda resistem a governos conservadores? Para isso, o autor propõe, como principal objetivo de seu estudo, mapear e analisar as principais estratégias de resiliência implementadas por agentes e ex-agentes públicos do Programa Transcidadania da cidade de São Paulo - de forma a considerá-lo um caso empírico capaz de sanar o problema proposto pela literatura. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa configura-se como um estudo de caso único. Como técnica de pesquisa, o autor propõe o uso da pesquisa-ação como principal recurso metodológico. Como contribuição teórica: presume-se que as discussões propostas pelo autor possam, mesmo que modestamente, "preencher" uma expressiva lacuna de esquisas empenhadas em analisar de que forma políticas e programas destinados a minorias sociais resistem a crises contemporâneas. Contribuição empírica: acredita-se que as lições e aprendizados do programa possam "guiar" e "instruir" policymakers a promover, de modo exitoso, a resiliência de programas similares mesmo diante de contextos políticos adversos.

LINDA BRASIL: DESAFIOS POLÍTICOS DA PRIMEIRA MULHER TRANS ELEITA DEPUTADA ESTADUAL POR SERGIPE

TIAGO DAMASCENO PEREIRA

LINDA BRASIL: DESAFIOS POLÍTICOS DA PRIMEIRA MULHER TRANS ELEITA DEPUTADA ESTADUAL POR SERGIPE

Sociologia política é uma justaposição epistemológica entre estes dois segmentos do conhecimento. Enquanto a Ciência política é uma diligência científica que almeja compreender os métodos e instituições políticas, a sociologia busca abranger os processos e dinâmicas sociais. Neste sentido, este estudo focaliza uma contemporânea história da sociologia no Brasil. Assim, o objetivo principal, deste trabalho, incidiu em pesquisar a política brasileira analisando as dinâmicas sociais, políticas e culturais de emergência e de variação do "fazer política" no país, por meio do tirocinio de Linda Brasil, primeira mulher trans eleita deputada estadual em um estado do nordeste brasileiro, distinguindo, avaliando e posicionando os vínculos entre "sistema político" e "sistema de alianças", destacando seus variados desafios políticos. Realizou-se um estudo qualitativo com embasamento fenomenológico a partir de entrevista semiestruturada. À luz do embasamento teórico da Sociologia, foi efetivado o aprofundamento sobre o assunto em leituras flutuantes, seguidas de leituras dirigidas. Os dados coletados foram organizados e submetidos à análise na abordagem qualitativa: análise de discurso desenvolvida por Michel Foucault (1996). O estudo evidenciou que Linda Brasil, como primeira mulher trans eleita deputada estadual em Sergipe, enfrenta profundas problemáticas ligadas à sua existência política, marcadas pela transfobia estrutural e pelas barreiras impostas tanto pelo sistema político quanto pelas alianças institucionais. Sua trajetória revela como o "fazer política" no Brasil ainda carrega fortes resistências às identidades dissidentes, sendo sua presença um constante desafio à lógica tradicional de poder e representação.

IDENTIDADE E IDEOLOGIA: A REPRESENTATIVIDADE DO NEGRO GAY NA POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

TIAGO DAMASCENO PEREIRA

IDENTIDADE E IDEOLOGIA: A REPRESENTATIVIDADE DO NEGRO GAY NA POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Este artigo analisa a trajetória de militância e a atuação política de minorias sociais no Brasil, com ênfase nos processos de construção de pautas e na formulação de problemas públicos. O objetivo central consiste em investigar a etnografia política brasileira, examinando as dinâmicas e as transformações do "fazer política" no país, a partir da representatividade de negros gays na gestão pública. Nesse percurso, busca-se compreender, tipificar e analisar suas trajetórias, carreiras e sociogêneses, evidenciando os desafios enfrentados. Constatou-se que a persistência do racismo e da LGBTfobia no contexto brasileiro configura-se como um obstáculo significativo para o fortalecimento da democracia. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e documental, fundamentada na análise de textos

jornalísticos veiculados em plataformas digitais. A investigação concentrou-se nos processos de enquadramento das trajetórias de dois políticos negros gays, um alinhado à esquerda e outro à direita, priorizando a compreensão de seus métodos de construção e sustentação de causas sociais. O desenvolvimento da pesquisa envolveu leituras exploratórias e dirigidas, cujos dados foram organizados e analisados com base na abordagem qualitativa categorial, segundo os referenciais metodológicos de Bardin (2004) e Minayo (2010). A pesquisa revela que ambos os políticos negros e gays, independentemente de estarem alinhados à esquerda ou à direita, enfrentam problemáticas comuns na inserção e manutenção na classe política brasileira. As barreiras estruturais, como o racismo e a LGBTfobia, atravessam suas trajetórias e dificultam a consolidação de suas carreiras, demonstrando que a discriminação não se limita a ideologias, mas é um obstáculo persistente em todo o espectro político.

MOVIMENTO LGBTI+: DA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS SEGUROS À INSTITUCIONALIZAÇÃO.

BEATRIZ ELENA BARUD SILVA, EDER RODRIGO GIMENES

O movimento LGBTI+ no Brasil evoluiu por meio de ações de rua e iniciativas institucionais, incluindo a realização de Paradas do Orgulho e Conferências Nacionais, que promoveram a visibilidade, reivindicações e diálogo com o Estado. Destaca-se a importância dessas estratégias na construção de direitos e cidadania para as pessoas LGBTI+. Outro marco fundamental foi a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação com a competência LGBT em 2010 e posteriormente o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ em 2023, que representam uma conquista na institucionalização do movimento, por promoverem no âmbito institucional um debate inclusivo e com diversidade de demandas. A partir da metodologia qualitativa de análise documental em legislações e documentos institucionais, bem como da revisão bibliográfica, o trabalho se dedicou ao objetivo de compreender as estratégias de mobilização que contribuíram para o reconhecimento político e ampliação da cidadania LGBTI+. As Paradas do Orgulho, as Conferências Nacionais e os Conselhos Nacionais, além de permitirem o controle social e a formulação de políticas públicas, simbolizam a momentos de inserção da diversidade na agenda pública. A análise do trabalho demonstrou os ciclos de avanço, resistência e reconstrução que marcaram a trajetória do movimento, reafirmando a importância dos espaços, sua capacidade de mobilização e articulação em defesa de direitos, reconhecimento e equidade. Concluímos que tais espaços são fundamentais e capazes de fortalecer a agenda de direitos e consolidar a esfera pública como espaço de representação política da diversidade.

LGBTFOBIA COMO RECORTE PARA FORMULAÇÃO E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DO CASO DE BELO HORIZONTE

CAIO BENEVIDES PEDRA

A população LGBTQIAPN+ enfrenta um acúmulo de vulnerabilidades que se organizam na forma de exclusões multifacetadas, complexas, e apenas políticas públicas igualmente complexas e estruturadas podem fazer frente a esses fenômenos. O primeiro passo para essa reflexão talvez seja entender a LGBTfobia como um recorte. Assim como analisamos os fatos sociais a partir dos recortes de gênero, raça, classe e etc., é preciso acrescentar a essa observação a lógica da LGBTfobia porque ela é transversal a todos os demais. Então, é importante (e urgente) que o poder público entenda de que forma a LGBTfobia determina a vida das pessoas LGBTQIAPN+ (principalmente, mas não apenas) como um marcador sobre todas as coisas, experiências e direitos. Exemplos não faltam, como as vivências dessas pessoas no cárcere, no acolhimento institucional, nas políticas de empregabilidade e até mesmo na construção do espaço social, sempre permeada pelas relações de poder que estabelecem as normas e os limites e determinam quem pertence a um lugar e quem deve ser dele excluído. O objetivo dessa pesquisa é analisar o processo de construção do I Plano Municipal de Políticas para População LGBTQIAPN+ de Belo Horizonte e identificar os principais desafios e pontos de atenção indicados pela sociedade civil e as principais dificuldades enfrentadas pelo poder público na formulação de políticas efetivamente inclusivas para essa população. A pesquisa será desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando análise documental e observação participante ao longo das rodadas de debate e construção do Plano.

TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES: LÉSBICAS ELEITAS APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988.

KÁLITA VITÓRIA MENEZES FONTES

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a presença de mulheres lésbicas nos espaços de poder político institucional. Historicamente a política brasileira buscou privilegiar e manter a tradição de homens brancos e da elite política nestes espaços de poder, excluindo e invisibilizando demais sujeitos que divergem desse grupo. Compreendendo a importância da representatividade política, a pesquisa buscou responder se as demandas das mulheres lésbicas encontram ressonância na política institucional. Para isso, foi realizado um mapeamento a partir de uma pesquisa detalhada em redes sociais, sites oficiais de governo e casas legislativas. Em seguida, foram feitos contato por meio de e-mails, ligações e mensagens de texto (WhatsApp), para a aplicação de um questionário com três perguntas abertas. O objetivo foi compreender como essas identidades

são construídas, suas trajetórias e os desafios enfrentados no cenário político. Em um país onde, por muito tempo, os direitos dessas populações foram sistematicamente negados é essencial que seja crescente o debate sobre participação e representação de tais sujeitos. Como resultado, foi possível perceber que a eleição de candidaturas lésbicas autodeclaradas ainda é um acontecimento recente na história política brasileira, que a representação não é abrangente, e que as lésbicas que decidem trilhar esse caminho enfrentam uma lida desafiadora e até perigosa diante da violência política, lesbofobia e misoginia.

O CASO LUIZA MELINHO: UM OLHAR BUTLERIANO PARA A PRECARIEDADE SOCIAL E OS DESAFIOS DO DIREITO À SAÚDE TRANS NO BRASIL.

JONADSON SOUZA, BRUNA SANTOS AGUIAR

Este artigo busca analisar o caso da transexual Luiza Melinho no Brasil, partindo da interseção entre a precariedade social, os enquadramentos normativos e a efetivação do direito à saúde, utilizando como lente teórica os conceitos de Judith Butler. Para Butler, embora a "condição precária" seja universal, a "precariedade" é também induzida, em que certas populações sofrem as consequências da deterioração das redes de apoio social e econômico, sendo diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. A experiência de Luiza Melinho, que enfrentou obstáculos prolongados e sistêmicos para acessar uma cirurgia de afirmação de gênero no sistema público de saúde, é um exemplo claro dessa precariedade politicamente induzida. Ao negar o acesso adequado à cirurgia de afirmação de gênero, o sistema de saúde e o judiciário brasileiro "enquadraram" a vida de Melinho como menos digna de cuidado e reconhecimento em comparação com outras. A necessidade de Luiza de recorrer a um empréstimo para realizar a cirurgia em um hospital privado, após anos de batalhas judiciais e recusas, sugere que sua identidade e suas necessidades não se encaixavam nas normas de inteligibilidade que garantem acesso e proteção a outros indivíduos. A metodologia empregada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e de caráter exploratório-descritivo. Conclui-se que o caso Luiza Melinho não é apenas uma trágica ilustração da negação de direitos fundamentais, mas também um exemplo de como a precariedade politicamente induzida e os enquadramentos normativos impedem o reconhecimento pleno e a dignidade de indivíduos, comprometendo o direito universal à saúde e a própria condição de vida que importa.

“RAINHAS DO DESERTO: CONTRATUALIDADES ESPOLIATIVAS E TRAJETÓRIAS DE TRABALHO DE DRAG QUEENS DE SALVADOR/BA

THIAGO AGOSTINHO GUIMARÃES DE OLIVEIRA

O presente trabalho tem como objetivo investigar os tensionamentos existentes no desenvolvimento das performances das drags e suas relações contratuais, evidenciando as principais violências sofridas na execução dos seus trabalhos. Discutem-se questões interseccionais em que o cruzamento entre classe, raça, gênero e orientação sexual são cruciais na observação do trânsito dos corpos e no desenvolvimento do trabalho das pessoas que performam a drag. Como resultados de pesquisas selecionados têm-se a multiplicidade de contratos, a baixa proteção social e jornadas exaustivas de trabalho das drags, bem como a possibilidade de se compreender o Estado como empregador dos trabalhadores LGBTI+ do setor artístico. Ademais, poderá se comprovar que o desenvolvimento deste trabalho artístico, realizado especialmente por pessoas LGBTI+, aliado a formas de contratação precárias, intensificam as experiências de assédio, ampliadas pela produção de subjetividades resilientes, que o diferenciam de outras formas de trabalho. Tais formas de trabalho são condicionantes para sua precarização, dada a prevalência de contratos de prestação de serviços que camuflam a fraude aos requisitos da relação de emprego. A pesquisa foi desenvolvida com base na investigação jurídico-exploratória, a partir do método qualitativo de análise, no qual foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto a onze drags queens da cidade do Salvador durante o ano de 2024. O principal instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista individual, aliado a análises documental e bibliográfica. Como considerações conclusivas, demonstram-se que as especificidades do trabalho das drags queens, que o diferenciam de outras formas de trabalho, aliadas ao estigma social sofrido, são condicionantes de manutenção da discriminação, que levam a contratações precarizadas e uma afronta legalizada ao direito geral de igualdade, dada a prevalência de contratos espoliativos pactuados com as casas de shows em que laboram.

DAS MARGENS AO EPICENTRO: O CPDD LGBT DA BAHIA E A DISPUTA POR CIDADANIAS DISSIDENTES NO CAMPO INSTITUCIONAL

LUAN OLIVEIRA

Se ontem a população LGBTQIAPN+ era confinada às margens do discurso forense, hoje enfrenta a armadilha de ser "incluída" formalmente no ordenamento jurídico sem efetividade na prática. Esta pesquisa parte do tensionamento entre a promessa constitucional de cidadania e os limites da efetivação de direitos para sujeitos dissidentes, cujo objetivo geral é analisar como o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia (CPDD LGBT) opera a transição “das margens ao centro” no que tange à institucionalização de direitos da população LGBTQIAPN+ ante os

riscos de captura simbólica e esvaziamento político. Outrossim, compõem os objetivos específicos: (i) descrever estratégias de (des)centralização política utilizadas pelo CPDD LGBT Bahia para a efetivação desses direitos e (ii) evidenciar como epistemologias de depoentes são traduzidas e/ou tensionadas pela burocracia estatal. Com abordagem qualitativa e método hipotético-dedutivo, utiliza-se a triangulação entre análise documental de arquivos do CPDD LGBT Bahia, observação participante em atendimentos jurídicos para oitiva de vítimas e revisão bibliográfica de livros, periódicos, teses entre outras obras sobre cidadania sexual e violações de direitos constitucionais, de teóricas/es/os que escapam à lógica cisheteronormativa, tais como Adilson Moreira (2017), Leandro Colling (2011), Letícia Nascimento (2021), Megg Rayara (2020), Michel Foucault (1984; 1999; 2007), Renan Quinalha (2017), Thiffany Odara (2021) entre outras/es/os. Os resultados preliminares indicam que, na disputa entre reconhecimento e normatização ante as contradições do Estado na produção de cidadanias, persistem limites estruturais para a efetivação plena dos direitos, revelando que a inclusão formal não garante a transformação substancial.

A CIDADANIA NÃO-BINÁRIA ENTRE AVANÇOS JURÍDICOS E VULNERABILIDADES ESTRUTURAIS: DESAFIOS À AUTODETERMINAÇÃO DE SEXO-GÊNERO NO BRASIL
KAYÊ ANU VASCONCELLOS OZORIO

Este trabalho investiga os tensionamentos entre avanços jurídicos recentes e as limitações estruturais do direito brasileiro no reconhecimento de identidades de gênero não-binárias. Sustenta-se a tese de que, por um lado, o movimento intersexo e as descobertas científicas sobre a diversidade sexual têm pressionado pela revisão da noção de "sexo biológico" para além do binário feminino/masculino. Por outro, as conquistas no campo do registro civil de identidades não-binárias reafirmam o que as ciências sociais já discutem desde a década de 1980: o "sexo" é uma construção social, e sua distinção do "gênero" revela-se artificial diante da realidade vivida por sujeitos cujas existências escapam aos padrões normativos. A metodologia adotada é qualitativa, com base em revisão bibliográfica interdisciplinar (direito, ciências sociais e estudos de gênero) e análise documental de decisões judiciais e normativas administrativas sobre registros civis. Os resultados parciais indicam que, embora o direito funcione como uma arena fundamental para a luta por reconhecimento e cidadania, seu funcionamento por categorias binárias e abstratas produz uma cidadania marginalizada para pessoas não-binárias. Mesmo quando o campo "sexo" é alterado para termos como "não-binário", ou "gênero neutro", o reconhecimento permanece restrito à certidão de nascimento. Em outros documentos oficiais, a categorização segue limitada ao binarismo, gerando insegurança jurídica, divergência de dados e exclusão de direitos básicos. A ausência de um procedimento nacional unificado aprofunda essas desigualdades, ainda que decisões como a do STJ, em maio de 2025, sobre o reconhecimento do gênero neutro, apontem para possíveis mudanças na jurisprudência nacional. Conclui-se que a superação dessas limitações passa não só por repensar o direito à identidade a partir da autodeterminação, mas uma reconfiguração estrutural das categorias legais que ainda operam sob o paradigma da diferença sexual binária.

SESSÃO 19

DAS LESBIANIDADES AO PORNÔ: TENSIONAMENTOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA PLATAFORMA PORNHUB
RAABE CESAR MOREIRA BASTOS

A pesquisa visa analisar a intersecção entre as lesbianidades, a pornografia e a plataformação em pornhub.com. Os estudos recentes referentes à sexualidade e gênero nas plataformas autodenominadas pornográficas têm demonstrado que elas podem redimensionar os exercícios dos sujeitos — suas práticas e identidades — de forma que a integração das tecnologias contemporâneas às dinâmicas afetivo-sexuais e de inteligibilidade propõem um panorama que reflete uma plataformação do corpo. Teóricas dos estudos lésbicos e da teoria queer, como Rich, Rubin, Wittig, Butler e Preciado, discutem arranjos e desarranjos de gênero e sexualidade nos quais as homossexualidades femininas estão inseridas ou podem gerar. Assim, buscamos compreender como as lesbianidades somadas à pornografia e à plataforma podem propiciar e ocasionar tensionamentos que dizem respeito aos três conceitos acionados, nos quais, por seus caracteres de processualidade, oferecem possibilidades de desestabilização. Apresentados os principais eixos, a pesquisa questiona quais são os tensionamentos de gênero e sexualidade que emergem dos títulos de vídeos que contêm a palavra "lésbica" na plataforma Pornhub.

A VISÃO EM DES-FOCO: CORPO, AMBIVALENCIA E CRÍTICA FEMINISTA NA EXPERIÊNCIA CINEMATOGRAFICA
ARYANNE DE OLIVEIRA ARAÚJO

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre o regime visual dominante nas culturas ocidentais modernas, marcado pela centralidade da visão como sentido

privilegiado do conhecimento e da verdade. A partir das contribuições de David Le Breton (2007) em "Antropologia do Corpo", argumenta-se que esse predomínio ocularocêntrico conduz à abstração do corpo e ao empobrecimento da experiência sensível. Em diálogo com Donna Haraway (1995) e sua proposta de "objetividade situada", este estudo investiga o olhar não como acesso neutro ao mundo, mas como prática encarnada, relacional e situada historicamente. É nesse contexto que se introduz o conceito de des-foco, aqui proposto como figura epistêmica, estética e política. Inspirado na linguagem cinematográfica, o des-foco opera como gesto de resistência à lógica da nitidez totalizante, reinscrevendo no ato de ver a ambivalência, a opacidade e os limites do saber visual. O cinema, como linguagem sensível e experiencial, torna-se campo fértil para essa investigação: entre o ver e o não ver, entre o dentro e o fora, entre o sujeito e o objeto do olhar, emerge a fronteira como zona de potência e desconstrução. Dialogando com Arjun Appadurai (1996) e sua concepção da imaginação como prática social, o trabalho entende o cinema não apenas como reproduzidor de imagens, mas como dispositivo de criação de mundos possíveis. Um meio de tensionar os regimes de visibilidade e de reinventar os modos de ver, sentir e existir. Como exemplo, destaca-se o filme La Ciénaga (2001), de Lucrecia Martel, cuja construção estética desfoca as hierarquias do olhar, desloca a centralidade narrativa e propõe uma experiência sensorial de ambiguidade e instabilidade perceptiva. O des-foco, nesse sentido, articula-se como estratégia de reconfiguração dos imaginários normativos, em sintonia com os projetos críticos do feminismo, da teoria queer e das epistemologias decoloniais.

O JORNALISMO DE OPINIÃO E AS NARRATIVAS SOBRE AS FAMÍLIAS LGBTQIAPN+ FRENTE ÀS DECLARAÇÕES DO PAPA LEÃO XIV
RAFAEL RODRIGUES PEREIRA

Este trabalho apresentará uma análise qualitativa de artigos de opinião publicados na imprensa nacional e internacional sobre as recentes declarações do Papa Leão XIV a respeito das famílias LGBTQIAPN+. A proposta busca compreender como o jornalismo opinativo constrói discursos sobre diversidade sexual e de gênero a partir do tensionamento entre doutrinas religiosas conservadoras e os princípios de direitos humanos. O estudo parte do entendimento de que os artigos de opinião são espaços privilegiados para a formulação de sentidos sociais, atuando na legitimação ou contestação de valores culturais e morais. A investigação utiliza a metodologia da Análise de Discurso Crítica e o corpus será composto por dez artigos de opinião publicados em maio de 2025. Entre os veículos brasileiros considerados estão: Folha de S. Paulo, o Globo, Estadão, CartaCapital, Veja, Revista Piauí e CNN Brasil. No cenário internacional, compõem a amostra textos publicados nos jornais The New York Times, The Guardian e El País. Um marco para o debate é a trajetória do então bispo Robert Prevost, atual Papa Leão XIV, que, em um discurso aos bispos em 2012, afirmou: "A mídia e a cultura ocidental frequentemente promovem, de maneira explícita ou implícita, uma simpatia por crenças e práticas que contradizem o Evangelho, como o estilo de vida homossexual, o aborto ou famílias alternativas compostas por parceiros do mesmo sexo e seus filhos adotivos" (Veja, 2025). Entre os resultados esperados, pretende-se identificar como os textos opinativos reforçam estigmas, promovem discursos inclusivos ou tensionam a legitimidade das identidades LGBTQIAPN+ na esfera pública e institucional. A pesquisa visa, assim, refletir criticamente sobre os limites e as possibilidades do jornalismo de opinião como campo de disputa simbólica e arena de resistência discursiva diante das ofensivas morais contemporâneas.

NARRATIVAS URBANAS DISSIDENTES E EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS: REFLEXÕES QUEERIFICADAS A PARTIR DO HABITAR EN IGUALDAD EN LA RIOJA
YURI NASCIMENTO PAES DA COSTA, CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE LIMA

As epistemologias dominantes em arquitetura e urbanismo historicamente legitimaram modos específicos de conhecer e produzir o espaço, ancorados em perspectivas cisheteronormativas e masculinas. Legislações, mapeamentos, projetos e desenhos urbanos, ao privilegiarem a ideia de sujeito universal, invisibilizam experiências dissidentes do gênero e sexualidade, naturalizando cidades excludentes. Este artigo objetiva, portanto, uma reflexão crítica sobre os limites dessas epistemologias, a partir do programa nacional argentino Habitar en Igualdad, que entre 2019 e 2024 construiu 25 casas na província de La Rioja para mulheres e LGBTQIA+s em situação de vulnerabilidade. A experiência de La Rioja concretizou-se em um contexto conservador, impulsionada pela articulação de mulheres transexuais, travestis e profissionais do sexo juntamente com uma deputada, como forma de resistir, existir e de reformular políticas habitacionais. A partir dessa experiência e de uma perspectiva epistemológica indisciplinada (Ramos; Tavares, 2023), o trabalho também pretende tensionar categorias fixas da pesquisa urbana e desafiar normatividades consolidadas, incorporando narrativas de luta e práticas dissidentes (Preciado, 2012) em seu método. Neste sentido, o Habitar en Igualdad como objeto, oferece uma oportunidade de analisar como resistências urbanas, corpos subalternizados (Kern, 2012) e suas micropolíticas (Preciado, 2012), disputam o campo do pensamento urbano e reconfiguram políticas e as formas de habitar. As discussões serão fundamentadas nas perspectivas de Ramos e Tavares (2023), Fariás Filho (2010), Lima (2017), Kern (2021), Butler (2023) e Preciado (2011, 2022). Como resultados, identificamos a urgência de repensar metodologias da pesquisa urbana, acrescentando aos modelos já existentes a necessidade de um reposicionamento ético e epistemológico, reconhecendo sujeitos da pesquisa como coautores e incorporando suas vozes e modos de viver dentro das práticas de pesquisa.

O CINEMA E A REPRESENTAÇÃO DO AFETO NO ENVELHECIMENTO LGBTQIA+

MARCUS VINICIUS AZEVEDO DE MESQUITA

Este artigo busca apoio na Análise do Discurso Francesa e na Interseccionalidade para investigar as inter-relações entre a cultura e o cinema na construção e veiculação de imaginários, tendo em vista o afeto na velhice LGBTQIA+, para tanto, busca-se analisar a obra: O últimos Românticos do mundo de Henrique Arruda. Assim, pretende-se demonstrar como o cinema representa o afeto nas vivências de idosos LGBTQIA. O artigo será desenvolvido a partir de leituras feitas para a pesquisa de doutorado que iniciei recentemente. O objetivo é inferir como que o filme Os últimos Românticos do mundo, descortina o afeto na velhice LGBTQIA+. O afeto tem se tornado um elemento imprescindível quando se debate grupos subalternizados, uma vez que ele permite a construção contemporânea de conhecimentos e saberes que trazem, dentre outras questões, modos de operar a vida e rupturas com os sistemas de controle social. Pesquisas salientam o crescimento do cinema de temática LGBTQIAPN+ nas últimas décadas no Brasil e na América Latina (PONTES, LAGO E ZANELLA; 2021). Isso demonstra que há um crescimento numérico dos filmes, mas também nas formas como as vivências LGBTQIA+ são retratadas. A interseccionalidade, neste sentido, torna-se um instrumento teórico e metodológico importante, pois permite que se compreenda os inúmeros fatores que incidem sobre as vivências dos indivíduos (AKOTIRENE, 2019). Para realizar a análise, utilizaremos como metodologia a Análise do Discurso Francesa, que propõe estabelecer a relação entre os enunciados e o período histórico no qual foram produzidos (MAINQUENEAU, 1997). Pretende-se compreender os mecanismos utilizados no filme para descortinar as formações discursivas relacionadas ao afeto no processo de envelhecimento construídas até os dias de hoje e os mecanismos de ressignificação propostas pela obra.

PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NA MÍDIA GOIANA: ESTIGMAS, INVISIBILIDADE E POSSIBILIDADES DE REEXISTÊNCIA

MIKAELA DE BRITO PASTANA, JOCY MENESES DOS SANTOS JUNIOR, JOÃO DANTAS DOS ANJOS NETO

Este trabalho analisa as representações de pessoas trans e travestis em produções jornalísticas do estado de Goiás entre 2022 e 2024. Parte-se da compreensão de que a marginalização dessas identidades é historicamente construída por estruturas coloniais, religiosas e biomédicas, que consolidaram estigmas reforçados pela mídia ao longo do tempo. O jornalismo tradicional tem reiterado estereótipos como a associação entre transgeneridade/travestilidade à criminalidade, hipersexualização ou vitimização, o que contribui para a desumanização e invisibilização dessa população. A metodologia envolve a coleta e análise de reportagens publicadas nos portais G1 Goiás e Mais Goiás, utilizando palavras-chave relacionadas à comunidade trans e travesti. Foram selecionadas nove matérias, organizadas em planilhas e analisadas qualitativamente. A investigação fundamenta-se teoricamente em autores como Erving Goffman (2004), Stuart Hall (2016), Jaqueline Gomes de Jesus e Amália Pérez-Nebra (2011), buscando compreender como os discursos midiáticos constroem ou reforçam estigmas sociais. O estudo identifica temas recorrentes, estereótipos e recursos linguísticos presentes nas matérias, além de discutir a visibilidade e o tratamento dado às pessoas trans e travestis no noticiário local. Os resultados preliminares indicam a predominância de narrativas que associam essas pessoas à violência e à marginalidade, com baixa valorização de suas vivências plurais. Contudo, também se observam brechas para práticas de reexistência, nas quais sujeitos trans e travestis afirmam sua dignidade por meio da visibilidade, denúncia e afirmação de suas trajetórias. Espera-se que a pesquisa contribua para o debate sobre práticas jornalísticas mais éticas e inclusivas, promovendo narrativas que respeitem a dignidade e a complexidade das experiências trans e travestis.

ENTRE DADOS E CORPOS: A RESISTÊNCIA TRANS NAS REDES ALGORÍTMICAS

NOAH SOUZA ROSA

Historicamente, o homem cisgênero, heterossexual e branco estruturou e dominou a sociedade capitalista petrosexoracial (Preciado, 2023), ao exercer controle sobre os corpos e desejos e submeter outros grupos sociais a regimes de exclusão e violência epistêmica. Na atual era tecnológica, os dados passaram a ocupar o papel do novo petróleo, associados a práticas de extrativismo e colonialismo digital (Coudry e Mejias, 2018). O controle desses dados permanece concentrado nas mãos do mesmo grupo dominante, localizado majoritariamente no Norte Global, especialmente nas chamadas Big Techs. Diante disso, podemos afirmar que vivemos sob uma lógica capitalista dadosexoracial, na qual o domínio informacional constitui a principal forma de poder, manutenção da normatividade e vigilância. Esta pesquisa investiga como pessoas trans resistem, por meio de seus corpos e vivências, ao poder concentrado das plataformas digitais, subvertem algoritmos em benefício próprio. Ainda que as tecnologias não tenham sido concebidas para acolher a pluralidade de identidades trans, estas desenvolvem e adaptam recursos digitais (Haimson, 2025) que se configuram como formas de resistência algorítmica (Bonini e Treré, 2024), dividida em duas dimensões: a tática (protagonizada por

agentes subalternizados) e a estratégica (realizada por instituições e atores com capital e tempo para ações planejadas). A plataforma Brava, objeto central desta pesquisa, define-se, segundo sua biografia no Instagram, como “um espaço de construção de comunidades a partir do compartilhamento de conhecimentos”. Criada em 2019 por Fabian Kassabian, pessoa trans, adota uma lógica de resistência tática, ao produzir e disseminar saberes de modo contra-hegemônico, ação próxima ao hacking, nos termos de Wark (2023). Utiliza o Instagram como meio de divulgação e, taticamente, o Telegram para cursos e newsletter, na promoção de autonomia e cuidado coletivo (Haimson, 2025).

ENTRE ABJEÇÕES E INVASÕES DE ESPAÇO: O DISCURSO DO TRANS PANIC E A ONG MINHA CRIANÇA TRANS

LUÍZA EDUARDA DOS SANTOS, SARAI PATRICIA SCHMIDT

O trabalho apresentado trata do discurso do trans panic a partir de postagens no Instagram, motivadas pela participação da ONG Minha Criança Trans na Parada Livre de São Paulo em 2023. O objetivo geral da pesquisa é identificar como os conceitos de abjeção e de invasão de espaço são acionados para construir o sentido de trans panic em publicações de ataque na rede social por conta do evento supra mencionado. Utilizou-se postagens selecionadas a partir de dossiê fornecido pela própria ONG, isolando-se os ataques realizados via Instagram. As postagens foram identificadas entre “Crianças” e “Ideologia” e, posteriormente, criadas categorias de acordo com o critério lexicográfico, consoante Bardin (2020). Posteriormente, procedeu-se com as análises de discursos pertinentes através das quais observou-se a existência de um ataque de ódio direcionado não apenas à entidade mas também aos pais, às mães e aos responsáveis legais das crianças que participaram do evento. Propôs-se ainda um caminho de lutas a seguir, dentre as quais, defende-se a urgente aprovação da regulação das redes sociais no Brasil a fim de permitir a responsabilização das mesmas por conta dos discursos de ódio proferidos. Também defende-se a responsabilização dos/as autores/as de tais comentários com fulcro na criminalização da transfobia e da homofobia a partir da equiparação com o racismo. Por fim, defende-se o acolhimento das recomendações propostas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) tanto para a sociedade civil quanto para os entes governamentais e administrativos.

‘QUEERBAITING’ E A MITIGAÇÃO DE AFETOS SEXUALMENTE DISSIDENTES: O CASO ‘SUPERNATURAL’

MIGUEL TROMBINI

O trabalho apresentado se trata da minha Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, que dedicou-se a investigar o fenômeno do queerbaiting: inserção de elementos e insinuações LGBTQIAPN+ em produtos culturais, especialmente no escopo audiovisual, sem de fato legitimá-los. Esta prática tem como principal consequência o condicionamento de possíveis experiências sexualmente dissidentes a uma zona nebulosa de ambiguidades, resultando na invisibilização dessas vivências em detrimento daquelas consideradas legítimas do ponto de vista hegemônico, ou heterossexual. A Dissertação parte da perspectiva do epistemicídio dos afetos aquileanos – entre dois homens – na série Supernatural (Warner Bros), e, ancorado a uma abordagem compreensiva, o método descritivo-ensaístico hermenêutico debate a relação entre um dos protagonistas, Dean Winchester, e o anjo Castiel para esmiuçar de que maneira o afeto entre eles se equilibra na linha tênue entre o romântico e o platônico e como essa articulação endossa as políticas sociais e simbólicas de mitigação dos afetos LGBTQIAPN+. A partir da metodologia proposta e dos conceitos trabalhados, é possível concluir que o queerbaiting de fato fomenta ferramentas de dominação que contribuem para a extinção dos afetos sexualmente dissidentes. Mais do que isso, o fenômeno diz respeito não apenas a uma articulação narrativa utilizada pela ficção, mas também reforça como as normativas afetivas interferem diretamente em nosso olhar enquanto espectadores e sujeitos que percebem e apreendem o mundo. Desse modo, os indivíduos tornam-se indiferentes às dissidências sexuais, pois estas realidades não lhes são apresentadas enquanto legítimas, ou seja, as vivências não-normativas permanecem condicionadas a um espaço de não-existência.

POSE: A REVOLUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO NA MÍDIA

ANDRESSA DE CARVALHO COUTINHO

A série Pose (2018-2021), idealizada por Ryan Murphy, Brad Falchuk e Steven Canals, representou um divisor de águas na forma como pessoas negras e latinas LGBTQIAPN+ são retratadas na mídia, trazendo para o foco a cena ballroom nova-iorquina das décadas de 1980 e 1990. A pesquisa tem como metas analisar de que maneira Pose rompe com clichês ao mostrar personagens trans e negras como figuras principais multifacetadas, investigar o efeito da série em dar mais espaço para vozes que sempre foram deixadas de lado e mensurar o impacto duradouro da obra na diversidade do mundo do entretenimento. Em termos de metodologia, o trabalho se utiliza da análise aprofundada de episódios importantes, embasada em teorias dos estudos queer, raciais e de representação midiática (como as de Stuart Hall, bell hooks e Judith Butler), juntamente com depoimentos do elenco e dos criadores. A perspectiva interseccional evidencia como a série entrelaça temas de gênero, raça, classe social e HIV/AIDS, enfatizando a necessidade de histórias verdadeiras — algo fortalecido pelo fato de vários atores serem transgêneros e vivenciarem situações semelhantes às de seus personagens. Os resultados destacam que Pose não apenas humaniza suas personagens – como Blanca (Mj Rodriguez) e Pray Tell (Billy Porter) –, mas também educa o público sobre resistência e resiliência comunitária. A série quebra padrões ao mostrar alegria e

afeto em corpos trans e negros, em contraste com narrativas tradicionais de tragédia. Além disso, sua produção (com recorde de atores trans em elenco) pressionou a indústria a repensar práticas de contratação. Conclui-se que Pose é um fenômeno cultural que redefiniu possibilidades representacionais, servindo como modelo para futuras produções comprometidas com a diversidade e a justiça social.

DISSIDÊNCIA DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM REDE: COMO SAPATÃO, BICHA, TRAVESTI E NÃO-BINÁRIE TENSIONAM O TIKTOK

LOUISE ARIANE DA CAMPO

Esta pesquisa investiga como termos tipicamente brasileiros atribuídos a identidades dissidentes de gênero e sexualidade como sapatão, bicha, travesti e não-binárie são mobilizados em postagens no TikTok, produzindo discursos sobre pertencimento, reconhecimento e regulação identitária. A partir da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001) e da crítica queer de cor (Ferguson, 2004; Gopinath, 2005; Anzaldúa, 1987), a pesquisa compreende essas práticas discursivas como formas de resistência localizadas, atravessadas por interseções de raça, classe, gênero e sexualidade. Com base na análise de vídeos indexados pelas hashtags mencionadas (#sapatão, #bicha, #travesti e #nãobinária), busca-se compreender como essas expressões identitárias desafiam as concepções normativas de gênero e sexualidade formuladas a partir de epistemologias do Norte Global. Ao mesmo tempo em que produzem visibilidade e agência, esses discursos também evidenciam os mecanismos de regulação algorítmica e social que operam na plataforma, tornando determinadas identidades mais legíveis e capitalizáveis que outras. Os resultados parciais indicam que a mobilização desses termos no TikTok não apenas expressa identidades preexistentes, mas as performa e tensiona continuamente, constituindo modos plurais e insurgentes de existência. Ao centrar a análise em marcadores identitários locais, a pesquisa contribui para os estudos sobre dissidência sexual e de gênero no Brasil, questionando as fronteiras do que se entende por queer e propondo um foco atento às singularidades das experiências brasileiras.

IDENTIDADES DISSIDENTES NA PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO: UM LEVANTAMENTO SOBRE A TEMÁTICA LGBTQIAPN+ ENTRE 2015 E 2024

BRUNO RAFAEL DOS SANTOS, ARTHUR H. MONTEIRO SILVA, ANDRÉ LUIZ JUSTUS CZOVNY

A pesquisa se constitui como uma continuação de estados da arte já realizados com o foco em entender o cenário da pesquisa em comunicação sobre a comunidade LGBTQIAPN+. Nossa proposta é discutir a produção acadêmica a partir do mapeamento de teses e dissertações, para compreender como a discussão sobre as identidades dissidentes LGBTQIAPN+ é trabalhada na pós-graduação no Brasil nos últimos 10 anos. Buscamos entender o cenário geral e trazer o foco para nossa área de pesquisa acerca de: (a) quais são as identidades mais proeminentes nos trabalhos; (b) quais as metodologias mais aplicadas na área de Comunicação e (c) quais as palavras-chaves mais comuns dentro desta área de conhecimento. O processo metodológico divide-se em duas fases: pesquisa exploratória e análise quantitativa sobre a quantidade e presença de pesquisas com temática LGBTQIAPN+ em todo o cenário de pós-graduação; e pesquisa exploratória e análise quantitativa das teses e dissertações realizadas nos Programas de Pós-graduação de Comunicação. A coleta de dados foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES por meio das palavras-chave selecionadas: LGBT, LGBTQIA+, gay, lésbica, bissexual, transsexual, travesti, transgênero, queer, intersexo, assexual, pansexual e não-binário. Em relação aos resultados obtidos, constatou-se que não há uma consolidação clara de correntes teóricas e metodológicas na área de comunicação. Todavia, há uma predominância da Análise de Discurso e da Análise Filímica. Acerca das presenças de identidades dissidentes, houve uma predominância de pesquisas sobre as identidades trans (travestis, transexuais e transgêneros), que somam quase 40% do total de trabalhos identificados. Uma mudança de foco temático, já que anteriormente a identidade gay era predominante nas pesquisas em comunicação. Apesar disso, ainda há uma escassez de produções com as outras identidades dissidentes como assexuais, intersexuais e não-binários.

VIOLAÇÕES NO GATEKEEPING: O ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO EM WEBJORNAIS DO ACRE
ANTÔNIO GUILHERME DE LIMA SANTOS

O jornalismo do século XXI enfrenta desafios complexos diante do avanço da internet, das redes sociais e da inteligência artificial, exigindo novas formas de produção alinhadas às dinâmicas contemporâneas. Nesse contexto, os “novos gatekeepers”, amplificam informações, mas também reforçando pensamentos hegemônicos, o que influencia a filtragem de conteúdos feita por jornalistas (Traquina, 2005; Wolf, 1999; Reese; Shoemaker, 1996; Barzilai-Nahon, 2008). Isso evidencia a tensão entre a democratização da informação e a manutenção de narrativas dominantes. No Acre, o Ministério Público Federal promoveu, em 2024, um debate com veículos jornalísticos sobre a exposição de identidades LGBTI+ em reportagens e os impactos das práticas na opinião pública, diante do tratamento sensacionalista (MPF, 2024). Estudo realizado entre 2023 e 2024 mostrou que

webjornais da Região Norte frequentemente reproduzem estereótipos sobre pessoas LGBTI+, influenciados por uma hegemonia conservadora (Lima, 2025). Tais práticas reforçam a heterocisnormatividade no contexto biopolítico brasileiro (Louro, 2004; Pelúcio, 2014). A pesquisa analisou a cobertura de webjornais sobre a perseguição e atropelamento de uma travesti em Rio Branco, em 31 de maio de 2025. Durante 10 dias, foram examinadas publicações de cinco veículos: Contilnet, A Gazeta do Acre, Ac24horas, Cidade Alerta e Acre in Foco. Os enfoques variaram: o Contilnet utilizou linguagem burocrática; o Cidade Alerta foi sensacionalista e transfóbico; os demais omitiram o contexto social. A análise revelou desvios éticos, com exploração da violência contra identidades cuir para atrair audiência. O enquadramento, influenciado por gatekeepers, reforça estigmas e apaga identidades trans. A pesquisa aponta a urgência de práticas jornalísticas responsáveis, com diretrizes éticas que considerem especificidades culturais e regionais. É essencial promover uma cobertura crítica e humanizada, capaz de combater a violência simbólica no jornalismo.

SESSÃO 20

PERSPECTIVAS PARA O ENVELHECIMENTO LGBT+ : UM PANORAMA LATINOAMERICANO DA LITERATURA CIENTÍFICA

SILVIA BEATRIZ MORENO DINIZ, TAINÁ VICTORIA MACHADO

Apesar do envelhecimento ser atravessado, de modo geral, por estigmas e preconceitos, pessoas LGBTQIA+ relatam com maior frequência experiências de invisibilização, e encontram poucas pessoas para compartilhar suas dificuldades no momento da velhice. Essa perspectiva denota a necessidade de compreender esse cenário, para que estratégias de enfrentamento sejam viabilizadas coletivamente por toda a América Latina. Com o objetivo de mapear a literatura das produções científicas latinoamericanas sobre o envelhecimento LGBT+, foi realizada uma revisão de escopo baseada nas diretrizes do Joanna Briggs Institute e do protocolo PRISMA-ScR, sem limitação de tempo. Foram triadas 403 referências nas bases de dados Scopus, Web of Science, BVS e SciELO, nos idiomas português, inglês e espanhol, resultando em um total de 36 referências selecionadas para este estudo. A revisão aponta que a quantidade de estudos sobre envelhecimento LGBT+ na América Latina tem apresentado um aumento progressivo nas últimas décadas, sendo este aumento, no entanto, inexpressivo frente ao aumento de estudos sobre o envelhecimento da população no geral. Enquanto principais achados, destaca-se uma maior concentração de estudos no território brasileiro, a grande presença das áreas de ciências humanas e sociais, a prevalência de artigos que investigam o envelhecimento de homens gays idosos - com foco nos processos eróticos e sexuais desse grupo, uma alta variabilidade de métodos utilizados e uma ampliação progressiva ao longo dos anos na compreensão de gênero e orientação sexual, para além da perspectiva binária e monossexual. Tais resultados apontam para um campo que tem sido ampliado, mas que ainda encontra lacunas para a compreensão de experiências diversas de envelhecimento dentro do próprio movimento LGBTQIA+, e barreiras significativas para a disseminação das temáticas LGBTQIA+ entre pesquisadores de áreas diversas, tais como a saúde e ciências exatas.

ATENÇÃO EM SAÚDE PARA POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SÃO CARLOS
CASSANDRA DANIELLI

A partir do Processo Transexualizador no SUS, foram determinadas como estratégias de promoção à saúde a despatologização da transexualidade, a afirmação da pluralidade na transexualidade e a autonomia da pessoa transexual na escolha de decisões necessárias para uma melhor qualidade de vida.. No entanto, pesquisas mostram que a atenção à saúde da população travesti e transexual no território brasileiro ainda é excludente, fragmentada, centralizada no cuidado especializado e pautada por ações curativas. Nesse cenário, pessoas transexuais e travestis têm suas autonomias restringidas na produção de cuidado e nota-se um vínculo frágil entre os profissionais de saúde e usuários, uma vez que está estruturada uma superioridade médica e de um protocolo assistencial. O objetivo desta pesquisa é analisar os processos de subjetivação desenvolvidos a partir da experiência do processo transexualizador de pacientes acompanhados pelo ambulatório de sexualidade em um Hospital Universitário. Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, analítica e descritiva, na qual pretende-se discutir as tipologias de subjetivação relatadas pelos usuários em entrevistas e nas narrativas elaboradas em uma oficina coletiva. Os primeiros indícios apontam que vários usuários sentem suas identidades questionadas e invalidadas pela equipe médica do serviço, mas a pesquisa ainda está em processo de coleta.

CORPOREIDADES EM TRÂNSITO: AS NARRATIVAS DA JUVENTUDE TRANS SOBRE SEUS CORPOS E IDENTIDADES
JULIA SILVESTRE

Introdução: Em 1997, o CFM autorizou cirurgias de transgenitalização no Brasil, a resolução que amplia acesso às tecnologias de modificação corporal, submete pessoas trans à tutela médica. Essa lógica biomédica, junto à matriz binária que estabelece expectativas do padrão mulher-vagina e homem-pênis, produz um modelo de sujeito transexual universal, excluindo a pluralidade entre indivíduos trans. Na travessia da matriz-binária, o rompimento com as normas dicotômicas das juventudes trans diz respeito a exercer uma identidade própria, por meio de uma produção corporal diversa e multifacetada. Objetivos: Investigar narrativas de jovens transexuais sobre relações entre corpo e identidade em suas trajetórias, analisando como experiências corporais se articulam com processos de construção identitária e autodeterminação. Métodos: Pesquisa qualitativa com entrevistas semi-estruturadas com quatro jovens trans. Participantes selecionados por técnica Snowball, com os critérios de se identificar como transsexual, ser maior de idade e residir em São Paulo. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e ao término da escrita, enviado para cada participante para aprovação dos trechos e das análises empreendidas. Resultados: As narrativas trazem os processos de resignificação dos corpos no atravessamento com as expectativas performáticas institucionalizada correspondente ao sexo biológico e na adequação às normas performáticas de gênero. Algumas experiências são marcadas pela busca por uma maior passabilidade. A experiência da não-binariedade emerge como uma contestação ao sistema binário de representação de gênero, rejeitando marcadores tradicionais de masculinidade e feminilidade. O encontro entre pares aparece como potencializador, pelo reconhecimento e fortalecimento coletivo. Assim, viabilizar as narrativas da juventude trans são oportunidade de transformação social para desafiar as normas opressivas e ampliar a compreensão das identidades plurais e possibilidades de ser.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: FORMAÇÃO EM GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE SEXUAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

CRISTINA VIANNA MOREIRA DOS SANTOS, MARIA LETÍCIA DI RODRIGUES ARAUJO

O Programa PROTEGE + é um projeto de capacitação de agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias (ACE) da cidade de Goiânia-GO para o enfrentamento da violência contra crianças, adolescentes e mulheres. Desenvolvido em parceria entre o Instituto Projeto Rondon e a Prefeitura de Goiânia, o PROTEGE + foi construído para ser executado em três módulos presenciais, em maio, junho e agosto de 2025. As ações contaram com a participação de palestrantes especialistas que contribuíram com reflexões e orientações para as/os profissionais. Nossas atividades foram duas palestras sobre violência contra mulheres, no primeiro e no segundo módulos. O primeiro módulo teve o objetivo de introduzir conceitos teóricos sobre violência, foi realizado entre os dias 19 e 23 de maio, e contou com a participação total de 845 servidores. Nesta introdução, enfocamos os tipos de violência contra mulheres, seu impacto na saúde física, mental, sexual, reprodutiva e materna, discutindo a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), bem como o entendimento mais atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) pela inclusão da proteção contra violência a mulheres trans e casais homoafetivos. A palestra do segundo módulo incluiu uma discussão sobre o papel de ACS e ACE na atenção primária, sua conduta para acolhimento, orientação e encaminhamento das vítimas aos serviços da rede de atenção à saúde, discutindo o guia prático de cuidado à mulher em situação de violência do Ministério da Saúde (2025). Este segundo momento de formação continuada foi realizado entre os dias 23 e 27 de junho, e contou com a participação total de 816 servidores entre ACS e ACE. Nosso relato de experiência e seu expressivo alcance pretende contribuir com o Encontro Nacional de Educadoras e Educadores em Gênero, Sexualidade e Diversidade, ampliando reflexões de educação em saúde na atenção básica, por meio da formação continuada, para a valorização da diversidade e da pluralidade.

TRANSFEMINICÍDIO: ENTRE A REPULSA E O DESEJO. NOTAS SOBRE A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DO "SYMPTÔME" LACANIANO. .

VLADIMIR PORFIRIO BEZERRA

Esta comunicação oral tem por objetivo expor uma das nuances apresentadas na tese de doutoramento "Por uma arqueologia do transfeminicídio: relações entre masculinidades e a violência letal contra travestis e mulheres trans no Brasil" (Bezerra, 2023). Na dimensão da psicologia, a hipótese que apresenta-se é a de que a violência de gênero pode ser compreendida, sob uma perspectiva psicanalítica, como um sintoma de algo recalcado; se na concepção freudiana o sintoma é uma formação do inconsciente, e uma espécie de compromisso entre um desejo vívido mas que também apresenta-se inscrito no campo da censura do eu, para Lacan (1953/1998) o "Symptôme" (ou Sinthome) está ligado a uma dimensão para além além do sentido e da significação. Ele se relaciona com o gozo da ordem do insuportável, mas que o sujeito não quer ou não consegue abrir mão. A tese questiona: porque o país que mais mata mulheres trans e travestis, é o país que mais as consome virtualmente ou pelas ruas das cidades?. Algumas teorias psicanalíticas sugerem que, na constituição psíquica masculina, há um recalque da

feminilidade; isto é, características consideradas "femininas" (como sensibilidade, vulnerabilidade, passividade) podem ser negadas e rejeitadas para a formação, conforme Ambra (2021), de uma "armadura psicológica da masculinidade". A violência seria, portanto, uma tentativa de reafirmar uma masculinidade hegemônica e reprimir esses traços "indesejáveis" em si ou no outro. Ouso seguir um tanto além, e admito a hipótese lacaniana de que o sintoma acaba por ligar-se ao Real, aquilo que não pode ser simbolizado, que escapa à linguagem, que insiste e se repete em forma de desejo e violência contra corpos trans. Por fim, defendo que a violência e suas diversas formas de crueldade são invenções singulares de alguns sujeitos para se manterem minimamente "unidos" ou para suportarem a inexistência de uma relação sexual completa quando se tratam de travestis e mulheres trans.

QUANDO O ENSINO ADOECE: VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA UMA BICHA NÃO BINÁRIA NO PERCURSO DA PSICOLOGIA

ALE ATTIA

Nas bordas da cis-heteronorma me criei: pessoa isogênera, aporagênera — uma bicha não binária. Também sou sobrevivente de duas cirurgias intracranianas e TEPT. Depois de anos atuando com terapias integrativas, cheguei aos estudos trauma-informed, que me revelaram um desejo de cursar uma segunda graduação, Psicologia. Entrei nesse percurso com coragem e disposição para potencializar os atendimentos que já realizava, mas o que encontrei foi um cenário adoecido: currículos arcaicos, silenciamento de vozes dissidentes, discursos misóginos e transfóbicos por parte de docentes, ausência de dispositivos de escuta e acolhimento institucional e um clientelismo acadêmico. Paradoxo brutal: como ensinar cuidado de saúde mental num ambiente que valida a normalização de violências? Como fomentar saúde e ao mesmo tempo legitimar práticas educativo-docilizadoras do projeto colonial branco e europeu? Em duas instituições privadas de São Paulo denunciei dores sofridas. Só recebi descaso e inversão de responsabilidade. Ao buscar apoio junto ao Conselho de Psicologia e à Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, encontrei despreparo, negação e nenhuma proposta de encaminhamento. Como sempre: "a louca sou eu". Me internem, me processem, me medicalizem! Não posso mais esconder a raiva para poupá-los da culpa. Relatar essa trajetória é também refletir sobre os efeitos subjetivos do ensino que deveria formar cuidadores, mas opera com base em hierarquias e práticas excludentes. Não podendo contar com alguma reparação nesses espaços mais comprometidos com o capital, a ortopedia da moral colonial e o verniz progressista que perfuma suas naftalinas estruturais, respondo com desvio estratégico: busco um mestrado em Ciências Sociais para ampliar análises sobre existências não binárias na trans-homocultura, aliado à esquizoanálise como trincheira. O objetivo? Forjar cuidados rizomáticos, libertar existências e cultivar saberes vivos — antídoto ao epistemicídio psicológico.

A INVISIBILIZAÇÃO DA GESTAÇÃO TRANSMASCULINA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE BRASILEIRAS

CAROLINA ALVES FERREIRA, ANA CRISTINA BARROS DA CUNHA

A gestação e parentalidade de homens trans e pessoas transmasculinas tensionam estruturas cisheteronormativas, exigindo a reformulação de discursos e práticas em saúde. Diante dessa lacuna, questiona-se: as políticas públicas vigentes contemplam as especificidades dessa população? Objetiva-se mapear políticas de saúde brasileiras com enfoque na assistência ao ciclo gravídico-puerperal transmasculino. Realizou-se a busca em maio de 2025 no portal do Governo Federal, com a inserção dos descritores "homens trans" e "gestação". Foram identificadas: a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2011) - instituída pela Portaria nº 2836 em 1º de dezembro de 2011; Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 - que institui o Processo Transexualizador do SUS, mas na qual não há a remota menção a protocolos e serviços de assistência à gestação transmasculina; o PAESPpopTrans (2024) - ainda sem portaria de regulamentação; e o Transgesta (2021) - iniciado na Maternidade Clímério de Oliveira - UFBA. Conclui-se que, apesar dos avanços, a descontinuidade das políticas, a falta de regulamentação e a insuficiência de formação profissional qualificada mantêm inequidades, o que demanda ações urgentes para efetivar o direito à uma assistência inclusiva.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TRANS EM PESSOAS EM PRÉ OU INÍCIO DE TRANSIÇÃO E SUAS CORRELAÇÕES COM O SUICÍDIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

LUMINA CASTANHARO DA SILVA

Esta pesquisa visa identificar e analisar como é dado a construção da identidade trans em pessoas em pré ou início de transição mediante a realidade da vivência da própria comunidade, e seus possíveis impactos na temática do suicídio, dentro do estado de São Paulo. O objetivo da pesquisa é identificar como pessoas trans, que estão adentrando no processo de transição ou que ainda não adentraram, constroem a sua identidade diante contextos de violência, preconceito, dificuldade de acesso à saúde e políticas públicas, baixa expectativa de vida, além de como esse processo impacta em um possível quadro de suicídio. Busca-se então verificar como o suicídio se dá a partir dessa influência, considerando também outros desdobramentos como ideação, planejamento e comportamentos parassuicidários. A pesquisa coletará dados a respeito de como ocorre a construção dessa identidade e do contexto que essas pessoas estão inseridas, sendo este a respeito tanto do

acesso à políticas públicas e direitos, assim como exposição a violências. Além disso, coletará também dados a respeito do suicídio, buscando possíveis impactos e correlações com todo o processo descrito. Para isso, será realizada uma revisão integrativa da bibliografia sobre o assunto, buscando entender como a psicologia (tanto a clínica, quanto a social) entende hoje a temática. Além disso, realizará também entrevistas semiestruturadas com indivíduos pertencentes a tal parcela da população, buscando identificar como as mesmas passam pelo processo de construção da sua identidade e como isso pode impactar a temática do suicídio. Assim, espera-se como resultado encontrar grandes impactos no processo de construir-se trans, criando-se um fatalismo em relação à si próprio, levando à presença do suicídio nessa população. Logo, pretende-se denunciar o suicídio trans não como uma característica inerente da comunidade, mas sim como uma consequência intencional por parte da sociedade, sendo uma tentativa de apagamento e extermínio.

CORPO, GÊNERO E SUBJETIVIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA QUEER PARA A PSICOLOGIA
CARINA BORGATTI

Este trabalho deriva de minha tese de doutorado, que analisou como gênero e orientação sexual participam da construção da subjetividade de pessoas LGBTQIA+. Partindo de uma concepção dialógica da subjetividade (self dialógico) – formada por múltiplas “vozes” internas que travam um constante diálogo entre si e com o contexto cultural –, buscou-se trazer contribuições da Teoria Queer para a análise de sua relação com a norma de gênero e com os significados que atravessam os corpos dissidentes. Desde o final do século XX, com contribuições dos estudos de gênero e feministas, as ciências sociais e humanas vivenciam um intenso debate crítico, de revisão de postulados dominantes que historicamente contribuíram para a patologização de sujeitos LGBTQIA+, negros, entre outros. Um aspecto comum das novas perspectivas que emergem nesse contexto é pensar a subjetividade em termos relacionais, rompendo com raízes cartesianas e enfatizando seu caráter concreto, ancorado no contexto e na corporeidade. Apesar disso, o diálogo da Psicologia com essas perspectivas, para uma reflexão crítica em torno de gênero e orientação sexual, continua modesto, geralmente restrito a um uso descritivo desses termos. Para contribuir para o aprofundamento desse diálogo, foi realizada uma investigação com três sujeitos LGBTQIA+ adultos sobre as transformações subjetivas relacionadas ao processo de declarar-se dissidente sexual e/ou de gênero. A pesquisa se deu em duas etapas: uma composta por duas entrevistas individuais e a segunda por uma roda de conversa. Como resultado, a pesquisa identificou um impacto transversal do gênero na subjetividade e sua intrínseca relação com a corporeidade. Além disso, demonstrou que o posicionamento de se declarar LGBTQIA+ desencadeia transformações não só subjetivas, mas, também, na relação com a cultura e na imaginação de outras possibilidades de futuro e existência.

INICIAÇÃO SEXUAL: NARRATIVAS DE PESSOAS LGBTQIAPN+
LEVI OLIVEIRA GABRIEL, PEDRO HENRIQUE SOUZA MARTINS, CAJU PIRES CARNEIRO CERQUEIRA, RUAN PABLO ROQUE DA SILVA, CLÁUDIA DE OLIVEIRA ALVES

A Iniciação Sexual é um marco no desenvolvimento que envolve fatores biopsicossociais e a experimentação sexual em relação ao próprio corpo e ao do outro, em interação identidade sexual e de gênero. São escassos os estudos que se debruçam sobre as particularidades de pessoas LGBTQIAPN+ nesta fase do desenvolvimento. O objetivo do presente estudo foi compreender a percepção de pessoas LGBTQIAPN+ sobre esse fenômeno e sua relação com processos pessoais, relacionais, contextuais e suas repercussões na subjetividade. Trata-se de um estudo exploratório do tipo estudo de casos, de caráter qualitativo realizado a partir de entrevistas com roteiros semiestruturados. Fizaram parte deste estudo 12 pessoas LGBTQIAPN+ maiores de 18 anos, sendo pelo menos metade dos participantes autodeclarados negros. A análise dos dados foi realizada por meio de Análise Temática. A partir da análise, cinco categorias foram identificadas: trajetória afetivo-sexual (narrativas dos participantes acerca de seus relacionamentos afetivo-sexuais), acesso à informação (sobre identidade de gênero, orientação sexual, sexo seguro, infecções sexualmente transmissíveis etc), violência e recursos de enfrentamento (refere-se à violências diretas e sistêmicas que impactaram a subjetividade da pessoa), família (como as relações familiares atravessam a trajetória afetivo-sexual e o processo de formação da identidade dos entrevistados) e construção de identidade (o impacto da iniciação sexual na formação da identidade LGBTQIAPN+). Os resultados evidenciam que as trajetórias afetivo-sexuais dessa população não podem ser compreendidas a partir da lente da cis-heteronormatividade, pois essas pessoas se desenvolvem de uma forma diferente da lógica tida como universal/referência. A presente investigação buscou evidenciar a percepção desse grupo sobre seus processos de Iniciação Sexual, ao mesmo tempo em que evidencia a lacuna na literatura científica de estudos que abordem a temática de forma crítica e complexa.

TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS NÃO-BINÁRIAS E DESLOCAMENTOS EPISTÊMICOS NA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
ISABELLA ALVES ALENCAR DE ARAUJO, MARIA CLAUDIA SANTOS LOPES DE OLIVEIRA

Ao longo de sua história, a Psicologia hegemônica formulou concepções de desenvolvimento humano ancoradas em um ideal de sujeito universal desvinculado de seus contextos socioculturais, históricos e geopolíticos. Ao silenciar modos plurais de existência e tratar desvios da norma como patologias, consolidou um paradigma centrado em um sujeito identificado como WEIRD (Western/Ocidental, Educado, Industrializado, Rico, Democrático) (Henrich et al., 2010), atravessado também por marcadores da branquitude e da cisheteronorma. Essa ontologia implícita produziu efeitos de exclusão e violência em relação às experiências que tensionam a matriz binária de gênero e sexualidade. Assim, é no campo de deslocamentos epistêmicos que se insere a presente pesquisa, que articula contribuições da Psicologia Cultural Semiótica, das Teorias Queer e dos Estudos Decoloniais, com o objetivo de compreender como pessoas não-binárias produzem sentidos sobre si e como negociam e resistem às normatividades que regulam seus modos de existir. Com abordagem qualitativa, o estudo contou com quatro pessoas adultas (26 a 30 anos) que se identificam como não-binárias, por meio de entrevistas semiestruturadas, técnica go along e grupo focal. A análise tem revelado cinco núcleos temáticos: (1) enfrentamentos cotidianos diante da binariedade de gênero, com o corpo como campo de disputa; (2) resistência como dimensão constitutiva da produção de sentido; (3) polifonia da não-binariedade e suas fricções com normas vigentes; (4) crítica à linearidade dos modelos tradicionais de desenvolvimento; e (5) articulação entre não-binariedade, etnia, raça e outros marcadores sociais. O estudo aprofunda em formas plurais de resistência e reinscrição subjetiva que desafiam os esquemas convencionais de inteligibilidade. Ao convocar uma Psicologia comprometida com a pluralidade, propõe deslocamentos ético-políticos que desestabilizem práticas de silenciamento e normalização, e fortaleçam escutas sensíveis às dissidências.

GRUPO DE APOIO LGBTQIA+: ENCONTROS ONLINE SOB O VIÉS DA GESTALT-TERAPIA
VICKY CORDEIRO DA ROCHA, RAFAEL FERREQUETE CRISPINO

A busca por práticas terapêuticas inclusivas e eficazes para a população LGBTQIA+ é um tema de crescente relevância na área de saúde mental. A grupo-terapia, em particular, oferece uma plataforma única para promover o apoio mútuo e o senso de comunidade, o trabalho com pertencimento é importante para a comunidade, visto que esses espaços são negados pela cisheteronormatividade. O grupo na modalidade online tem possibilitado a ampliação do acesso a esses serviços, superando barreiras geográficas e logísticas. O grupo acontecia de forma online, duas vezes ao mês, com duração de uma hora e meia e continha dez participantes. Os participante eram diversas em relação à sexualidade, gênero, idade e região em que moravam. Os temas eram definido previamente pelos organizadores, podendo ser modificado pelos participantes. A maioria dos temas eram abertos – como religião, acolhimento, vida e morte, etc, sendo direcionado pelos organizadores. O grupo teve duração de um ano e meio e definido como um grupo aberto. Tal fato gerou pontos positivos, centrados em aspectos de trazer novas vivências e a oportunidade de acolher novas pessoas e os negativos eram que alguns participantes antigos apresentavam resistências, mas nunca houve um desentendimento entre os participantes. Para o processo, além das conversas, também foram utilizadas as técnicas expostas por Ribeiro (1994), principalmente a de fantasia dirigida, de grupos temáticos e música. Foi possível observar que, durante o processo grupal, houve a formação de um forte vínculo entre os participantes, sendo que muitas vezes o grupo de whatsapp dos participantes era repleto de mensagens diárias sobre o dia-a-dia. És organizadores também perceberam a oportunidade de uma ampliação do acolhimento para a população LGBTQIA+ devido ao status online do grupo.

SESSÃO 21

O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO SUS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO AMAZONAS.
WYLNARA BRAGA, RONNY BATISTA DE SOUSA, ALESSANDRO MARTINS RIBEIRO, LEANDRO PEREIRA FRANÇA

Trata-se de um relato de experiência do trabalho profissional do assistente social que atua no processo transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Amazonas. O objetivo é a compreensão e reflexão acerca do processo de trabalho do Serviço Social e da contribuição da prática profissional para produção de conhecimento técnico-científico no âmbito da saúde coletiva, sobretudo, do processo transexualizador no SUS. Para tal, foram utilizadas as técnicas metodológicas de pesquisa documental e bibliográfica, bem como, o relato de experiência. A transexualidade é definida como a discordância entre sexo biológico atribuído no nascimento e gênero autodeclarado pelo sujeito e a partir dessa conceituação é que esses sujeitos podem acessar as intervenções hormonais e cirúrgicas no SUS. Apesar dos desafios de atuação, o trabalho profissional do Serviço Social deve-se balizar em seu Projeto Ético-Político Profissional e na (re)construção

coletiva de sua atuação na defesa da justiça social e garantias de direitos do usuário das políticas de saúde.

CUIDADO E ACOLHIMENTO EM SAÚDE A CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EM CONSTRUÇÃO
JÚLIA MUNIZ DE ALVARENGA

A pesquisa em desenvolvimento investiga os desafios enfrentados por crianças e adolescentes trans em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro no acesso ao cuidado e ao acolhimento em saúde. Parte-se da constatação de que, embora a população trans infantojuvenil vivencie múltiplas violências institucionais, há uma lacuna significativa nas políticas públicas que deveriam garantir seus direitos. Mais do que descrever um cenário, a pesquisa aposta na construção coletiva de estratégias que afirmem vidas dissidentes de gênero desde a infância. Combinando levantamento bibliográfico e de iniciativas, rodas de conversa, diário de campo e sistematização crítica da experiência, o estudo se ancora na Educação Popular e na análise interseccional. O objetivo é mapear as barreiras concretas no acesso à saúde e, em diálogo com profissionais da área e integrantes de movimentos sociais trans, formular propostas que fortaleçam redes de cuidado e subsidiem políticas públicas mais sensíveis às singularidades das infâncias e adolescências trans. Ao reconhecer as pessoas praticantes da pesquisa como coautoras do conhecimento, a investigação tensiona os modos tradicionais de fazer ciência e propõe outras formas de narrar e intervir, que escapem da tutela e se alinham ao compromisso ético de afirmar vidas.

(IN)VISIBILIDADES NÃO-BINÁRIES: PRÁTICAS DE CUIDADO NAS MARGENS DO SISTEMA SEXO-GÊNERO
ANSELMO CLEMENTE, AYRTON DE QUEIROZ ALVES BARROS, LANNA CAROLYNA VIEIRA DA COSTA, JULIANA SAMPAIO, SERGIO RESENDE CARVALHO

O presente resumo refere-se aos resultados parciais de um estudo em Saúde Coletiva desenvolvido em João Pessoa/PB, no qual acompanhamos as produções de cuidado junto a pessoas não-binárias (NB) atendidas por um Centro de Cidadania LGBT. Vincula-se à pesquisa multicêntrica financiada pelo CNPq, intitulada Práticas e saberes que vêm das margens: encontros e desencontros com a atenção e a formação em saúde. O objetivo é analisar as barreiras e os acessos em saúde a pessoas NB na capital paraibana. É um estudo qualitativo, de natureza cartográfica. Do ponto de vista teórico-conceitual, termos como gendereço, genderfluid e genderbender começam a circular no mundo anglófono a partir dos anos 1990, sendo considerados predecessores da noção de não-binaridade. Curiosamente, essa última expressão parece ter funcionado melhor fora desse contexto, por oferecer maior facilidade de compreensão e tradução em outras línguas, demarcando forte oposição ao sistema sexo-gênero hegemônico. Situar a não-binaridade não é isenta de controvérsias, pois ela pode ser compreendida de formas bastante distintas — desde uma identidade de gênero (nem sempre correspondente à transgêneridade) até uma posição radical frente ao binarismo. Nesse contexto, torna-se relevante observar como essas diferentes compreensões se manifestam nas experiências concretas e cotidianas de pessoas que se reconhecem na não-binariedade em seus distintos territórios. As identidades de gênero não-binárias são amplamente apagadas e invalidadas nas sociedades ocidentais pela normatividade binária. Esse regime de gênero, incorporado em estruturas e sistemas sociais que endossam a dicotomia de gênero como a única opção viável, perpetua a (in)visibilização, estigmatização e exclusão de pessoas NB do espaço público — inclusive no cotidiano dos serviços de saúde e das políticas públicas que lhes são direcionadas. Por fim, destaca-se a necessidade de aprofundar o debate, incluindo uma reflexão (trans)epistemológica.

CONSTRUINDO E (TRANS)ITANDO EM OUTRAS NARRATIVAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE MODOS DE SE ESTAR NA PESQUISA.
BEATRIZ DAMASIO PENTEADO, LAURA CAMARGO MACRUZ FEUERWERKER, FERNANDA EVANGELISTA BANDEIRA DE MELO, FERNANDA EVANGELISTA BANDEIRA DE MELO

O relato de experiência acontece a partir de corpo/território em pesquisa que objetivou olhar para vivências das ruas no centro de São Paulo, a partir de narrativas de cenas observadas e atravessamentos que tensionam a produção da singularidade de pessoas na rua. Como PIBIC, se deu entre 2023 e 2024 e trata-se de pesquisa qualitativa social em saúde. Constituída como processo relacional e realizada em ato a partir de aproximações e distanciamentos do corpo do pesquisador com as pessoas do território, a pesquisa feita em exercício de reflexividade, reconhece que o corpo atravessa o campo, se deixando também ser atravessado por ele, construindo outras políticas de aliança que ampliam as possibilidades coletivas. Tive a possibilidade de reconhecer meu território-corpo junto ao território-rua, num processo de transição pessoal e reconhecimento, lidando com ele numa recusa do corpo-mulher visto pelas pessoas em mim. No campo, o que perpassa o corpo grita a violência mas dá sinais de possíveis emancipações de valores capturadores de vidas, por meio de outros valores potencializadores e criativos. Escrever sobre a reorganização da pesquisa com o

meu corpo entendido em outro lugar durante seu processo foi difícil porque, para além do relato, passamos por mim as (trans)identidades, vivências, memórias múltiplas que tive contato. A ousadia de conjurar novos arranjos numa tentativa de não encerrar em identidades fixas, manifesta-se na produção da existência e se dá nas rupturas, repensando a escrita de forma afetiva, no terreno de compartilhamentos que não é produzido pela universidade. É preciso pensar possibilidades de habitar os espaços da academia, reconhecendo elementos que sustentam as existências e que convidam explorar de outras formas o viver na rua. O uso da narrativa revela como as memórias aparecem no corpo de muitas formas, assim, o entendimento do corpo se deu no processo do próprio corpo e como repensá-lo a partir e não apenas através dele no território.

TRANSEXUALIDADE E DESAFIOS PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA NO TRABALHO FORMAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA
RICARDO DA SILVA PEREIRA, ANA CLARA MONTEIRO DA COSTA, ANALUIZA BATISTA DURAND, FABÍOLA DO MARTINIANO DA SILVA, JULIANA SAMPAIO

A homofobia, transfobia, misoginia e racismo são expressões de violências estruturais no Brasil, perpetuados por práticas e normas institucionais que legitimam desigualdades baseadas em raça, gênero e sexualidade. No caso das pessoas trans, essas opressões resultam na negação de direitos fundamentais, como educação, saúde e trabalho. Nesse contexto, o objetivo do estudo é mapear os desafios enfrentados por pessoas trans no acesso e permanência no trabalho formal. Trata-se de uma revisão integrativa qualitativa, realizada nas bases de dados BVS, LILACS e SciELO. A questão norteadora foi: O que a literatura relata sobre trabalho e empregabilidade de pessoas trans no Brasil na última década? Utilizaram-se os descritores: ("pessoas trans" OR "transsexuais") AND ("trabalho" OR "empregabilidade"), incluindo artigos de 2014 a 2024 em português e espanhol. A seleção seguiu três etapas: leitura do título, resumo e integral dos textos. Foram selecionados 21 artigos que estão em processo de análise. Preliminarmente, os estudos revelam que a transfobia dificulta desde a empregabilidade ao uso do nome social no trabalho, resultando em dificuldades a permanência de pessoas trans no trabalho, salários menores e invisibilidade social. Observou-se que homens trans possuem maior inserção no trabalho, possivelmente devido à passabilidade, quando a aparência corresponde às normas de gênero socialmente aceitas. Além disso, a evasão escolar, aliada à falta de políticas inclusivas, restringe o acesso ao trabalho formal. Frente a isso, a escolarização é vista como uma estratégia de resistência, contribuindo para ampliar e qualificar as possibilidades de inserção profissional e a cidadania. Conclui-se, então, a urgência de políticas públicas interseccionais e inclusivas, que envolvam educação, trabalho e assistência social, e promovam a equidade no acesso e permanência no trabalho formal.

ESTÁGIO DOCÊNCIA EM RELAÇÕES DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA
MATHEUS ANDRADE DE MORAES

Dentro das atividades propostas para o mestrando estavam a condução e participação em sala de aula de debates que envolvessem questões de gênero, relações com o Serviço Social, bem como as diferentes visões sobre as correntes feministas. Incitar os debates entre discentes quanto aos pontos de vista do movimento feminista, as políticas públicas para mulheres, divisão sexual do trabalho, a interseccionalidade, consubstancialidade, ações afirmativas de gênero, bem como as experiências estudantis quanto as suas relações com a disciplina. Os procedimentos metodológicos que foram adotados para a estimulação do estagiário foram os debates ao longo da disciplina em conjunto com a docente e a turma, principalmente com o fato de ser um grupo heterogêneo no sentido de vivências e visões políticas. A metodologia também contou com atividades externas da sala que contaram como horário de aula as quais estavam interligadas à gênero, projeto profissional, identidades de gênero, interdisciplinaridade e sexualidades. As trocas na disciplina de gênero possibilitam uma compreensão do campo profissional, portanto a defesa dessa disciplina, principalmente com estágio docência levantam possibilidades de fixação do conteúdo e enriquecimento dinâmico com campos profissionais. Avalia-se que este estágio permitiu ao mestrando entender novas questões relacionadas à gênero que auxiliarão na escrita da dissertação, e mais do que isso, motivou o estagiário em se encontrar enquanto profissional que deseja estar em sala de aula no exercício da docência. Ademais seguir nesse processo aponta para um interesse na carreira acadêmica como a finalização do mestrado e o desejo de realização do doutorado para abarcar novos espaços de estágio docência em outros campos.

"POSSO USAR MEU NOME SOCIAL?"- A VIOLAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO
FERNANDA RAFAELA PINHEIRO MORAIS, JULIA SILVESTRE

Introdução: O sistema prisional brasileiro opera através de lógica cis-heteronormativas que sistematicamente violam o reconhecimento das identidades LGBTI+ privadas de liberdade, a organização segue a lógica da matriz-binária que reconhece duas identidades inteligíveis dentro da lógica

vulva-mulher-feminino e pênis-homem-masculino, esse binarismo invisibiliza e pune as identidades que escapam dessas expectativas. Apesar da existência de marcos legais, como a Resolução CNJ nº 348/2020, que garante o direito ao nome social e tratamento digno conforme a identidade de gênero, a prática institucional revela negligência sistemática desses direitos. As unidades prisionais reproduzem uma colonização de identidades que nega a autodeterminação das pessoas, submetendo-as a processos de invisibilização que operam como violência institucional adicional à privação de liberdade. Objetivos: Investigar as narrativas de pessoas LGBTI+ privadas de liberdade acerca das violações do reconhecimento de identidade de gênero e sexualidade no sistema carcerário. Método: Pesquisa de estudo exploratório de abordagem qualitativa, realizada através de entrevistas semi-estruturadas com pessoas LGBT+ privadas de liberdade em unidades prisionais femininas. O processo de seleção dos participantes foi mediado pelas próprias instituições prisionais que encaminharam o perfil da pesquisa para identificar pessoas interessadas em participar. Resultados: Nas narrativas coletadas emergem as contínuas violações que se fazem presentes dentro do sistema prisional brasileiro, como a violações sistemáticas do direito ao nome social e reconhecimento da identidade de gênero. Mesmo com o suporte legislativo, evidencia-se um abismo entre os direitos conquistados e sua efetivação no cotidiano prisional, onde esses sujeitos são tratados como não dignos dos direitos fundamentais, evidenciando a urgência de políticas que reconheçam e protejam as diversidades de gênero e sexualidade no sistema penitenciário brasileiro.

ENTRE ÉTICA E INVISIBILIDADE: LACUNAS ÉTICO-POLÍTICAS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AOS MOVIMENTOS DE TRABALHADORAS SEXUAIS E PESSOAS TRANS

EROS ROSADO PEREIRA DE SOUZA, MARIANA COSTA CARVALHO, JÚLIA FERNANDEZ ALVES

O tema deste trabalho é a dimensão ético-política do Serviço Social frente às lutas de trabalhadoras sexuais e pessoas trans no Brasil. Dentre seus objetivos, a pesquisa - Serviço Social (UFV) - analisou criticamente a dimensão ético-política da profissão diante da escassez de produções e posicionamentos sobre trabalho sexual e transgeneridade. A metodologia inclui uma revisão sistemática de literatura e duas análises documentais, todas seguindo os seguintes critérios: língua portuguesa, revisão por pares, entre 2002-2023, que correlacionem Trabalho Sexual e Serviço Social. A revisão buscou artigos na plataforma Periódicos CAPES e finalizou com 5 artigos finais. A 1ª análise documental investigou posicionamentos do CFESS e ABEPS em seus sites e Instagrams oficiais encontrando 3 documentos finais. A 2ª análise, com a intenção de compreender o posicionamento do movimento trans brasileiro sobre a prostituição, investigou 2 instituições e 14 documentos: ANTRA (8) e IBRAT (6). Dos resultados, apreende-se que o movimento organizado de trabalhadoras sexuais gira em torno de um ofício, qualificando-o enquanto movimento de classe em torno das demandas de um ofício. Já o movimento de pessoas trans gira em torno das experiências subjetivas e materiais de gênero dissidentes, cuja transfobia estrutural induz a prostituição compulsória. Ambos os grupos trazem demandas específicas ao Serviço Social, agravadas pela crescente política conservadora e liberal. A pesquisa identificou que os esforços da categoria são esporádicos e insuficientes, evidenciando lacunas ético-políticas no reconhecimento dessas realidades e na elaboração de posicionamentos. A reversão deste quadro é urgente para que o projeto ético-político em constante expansão se fortaleça atinja seu objetivo de construir uma nova ordem societária, livre de exploração e dominação, justa e equânime. Que entenda a complexidade de que o trabalho sexual não é expressão da Questão Social, ainda que atravessado por elas.

POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA PARA POPULAÇÃO LGBTI+ NO BRASIL E NA ARGENTINA: MAPEAMENTO CRÍTICO A PARTIR DE PESQUISA DIGITAL

THOMAS CANTALOUPE PONTES SARMENTO, BRUNA ANDRADE IRINEU

A presente pesquisa teve como objetivo mapear políticas afirmativas voltadas à inclusão de pessoas LGBTI+ no mercado de trabalho em países da América do Sul no período pós-2020, com foco específico em Brasil e Argentina. Para isso, foram analisadas experiências de empregabilidade LGBTI+ por meio de uma pesquisa digital exploratória (Reis, 2018; Hine, 2020), que envolveu o levantamento e a análise de dados disponíveis em plataformas institucionais dos governos brasileiro e argentino, bem como em redes sociais como Instagram e LinkedIn, reconhecendo o papel das mídias digitais na publicização, produção e circulação de políticas públicas e ativismos (Irineu, 2022; Irineu, 2024). Ambos os países apresentam trajetórias relevantes no campo das políticas de trabalho e emprego voltadas à população LGBTI+. A Argentina se destaca pela implementação do cupo laboral travesti-trans, institucionalizado pela Lei nº 27.636/2021, que garante percentuais mínimos de contratação no setor público (Viturro, 2021). No Brasil, iniciativas como o programa Empodera+, vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, têm buscado articular empregabilidade, formação e direitos humanos para a população LGBTI+ (Brasil, 2023). Ao mapear essas iniciativas e seus respectivos contextos, a pesquisa evidencia as contradições e os desafios contemporâneos na implementação de políticas de empregabilidade LGBTI+, que envolvem a atuação tensionada entre Estado, sociedade civil e mercado. Em um

cenário marcado pela precarização das relações laborais e pela reconfiguração tecnopolítica da vida social, a afirmação de direitos para pessoas LGBTI+ exige não apenas a criação de normativas inclusivas, mas também a construção de estratégias interseccionais que enfrentem a desigualdade estrutural (Facchini; França, 2021; Irineu, 2022).

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA DIVERSIDADE DE GÊNERO NAS IFES

ORLANDO TAILOR VINHOZA

A educação superior brasileira passou por diversos processos de expansão ao longo das décadas, em sua maioria voltados para o setor privado-mercantil. No entanto, nos anos 2000 concomitante aos investimentos para este setor, investiu-se também na educação pública, no acesso e permanência dos estudantes. Temos como tema então, a expansão da educação superior pública no Brasil e seus impactos no perfil dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em especial no que tange a diversidade de gênero. Temos como objetivos, apresentar o processo de expansão da educação superior, além de apreender as mudanças no perfil discente, não só em relação à questão de gênero, mas também de raça e classe, pois a apreensão do primeiro só é possível em conjunto com os últimos. Para tal, realizamos pesquisa bibliográfica e documental, utilizando as cinco edições da “Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES” realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Ao analisar as pesquisas, compreendemos que há um novo perfil de estudante, muito diferente do visto nos anos 1990 (branco, de classe média, egressos de escolas particulares, etc) e do que habita o senso comum. Os discentes das IFES hoje são muito mais representativos da sociedade brasileira: maioria mulheres, pessoas pretas e pardas, da classe trabalhadora, egressos do ensino público, com uma parcela significativa de pessoas LGBTQIAP+.

A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NAS POLÍTICAS ANTI-GÊNERO

MARLENE TEIXEIRA RODRIGUES

A pesquisa tematiza a ofensiva neoconservadora contemporânea, objetivou discutir o papel ocupado pela família as políticas anti-gênero, tendo como pano de fundo a importância desse debate para as políticas sociais. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental se constatou como tais iniciativas, ancoradas na defesa da família “natural” tem procurado obstaculizar iniciativas que ampliam as noções tradicionais de gênero e desqualificar as que promovem a igualdade de gênero, a diversidade sexual e os direitos de LGBTQIA+. Alçada pelo neoconservadorismo à condição de principal alicerce da sociedade, a família é definida estritamente dentro de moldes heteronormativos e patriarcais e ocupa papel central dentro desse movimento. O discurso neoconservador promove a ideia de que a “família natural” - composta por um homem, uma mulher, seus filhos - é a única forma legítima de organização social. A noção de “família natural” é central na retórica anti-gênero utilizado para atacar as noções de gênero como uma construção social, retratando-as como uma ameaça à “ordem natural” e à família. Adota-se assim, uma visão binária e fixa dos sexos e dos papéis de gênero, reforçando que homens e mulheres têm papéis naturais e complementares, que não devem ser alterados por “ideologias” externas. (Teixeira, 2024). As políticas anti-gênero no Brasil emergiram ganharam destaque com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A retórica anti-gênero foi amplamente utilizada, para criticar e barrar iniciativas que buscam promover a igualdade de gênero e os direitos LGBTQIA+ - consideradas uma ameaça que corrói os valores familiares tradicionais e promove uma suposta “confusão” de identidade entre crianças e jovens. E como tem sido possível observar, seu impeto não arrefeceu com o fim do mandato presidencial, revelando organização, recursos e sujeitos políticos comprometidos e atuantes, nas mais diferentes instâncias da vida social e política do País.

PARA UMA CISGENERIDADE CRÍTICA: EXIGÊNCIA ÉTICA EM MEIO ÀS TENSÕES ENTRE MULHERES TRANS E FEMINISMO

SILVANA MARINHO

Este estudo, ao tematizar mulheres trans e feminismo, reflete sobre as tensões históricas e atuais que tecem essa relação, assim como convida mulheres cis a uma exigência ética no interior da luta feminista: o exercício de uma cisgeneridade crítica. Os diálogos são com a intelectual transexual e socióloga australiana Raewyn Connell, com a intelectualidade travesti brasileira (Beatriz Bagagli, Amaira Moira, Leticia Carolina Nascimento, Viviane Vergueiro e Jaqueline Gomes de Jesus) e com o feminismo negro de Audre Lorde e Patricia Hill Collins, tendo como pressuposto a valorização da conexão e do uso do diálogo como critérios de adequação metodológica, combinada a uma “ética do cuidar” (COLLINS, 2019) e ao enfrentamento das farsas das separações que nos foram impostas (LORDE, 2019). Como Connell (2013; 2016) já apontou certa vez, esse tema é mesmo um “campo minado” e exige coragem para ser debatido. As mulheres trans foram historicamente vistas como uma ameaça para o feminismo, sendo negado o reconhecimento de sua corporificação, sob duras hostilidades embebidas por teóricas dos anos de 1970, como Janice Raymond, que propalou uma imagem das mulheres transexuais “enquanto paródias da feminilidade e invasores masculinos dos espaços de mulheres” (CONNELL, 2016, p. 228). Connell constatou que a problemática relacional entre o projeto feminista e as mulheres trans observada nos

anos de 1970-1980 não foi superada. No tempo presente, isso se esgarça por grupos odiosos anti-trans: as feministas radicais trans-excludentes (o radfern), que insistem em disputar a categoria mulher da maneira mais desumana e vil, produzindo mitos e estigmas sobre mulheres trans com base numa leitura binária e biologicista dos corpos e tendo o ódio como negócio. Nesse sentido, é premente a desconstrução da colonialidade cisgênera (VERGUEIRO, 2016) para uma cisgeneridade crítica no interior da luta feminista.

27 DE NOVEMBRO
16H A 19H

SESSÃO 22

PESQUISANDO COM MEDO, EDUCANDO COM BONECAS: UM RELATO TRAVESTI DE REEXISTÊNCIA

ELLA WERTHER GERMANO MARTINS DA CRUZ, PAULO NOGUEIRA

O processo de criação do Almanaque Trans, material educativo voltado à autoatualização docente e à promoção de práticas transinclusivas na educação básica. Fruto de uma pesquisa de mestrado, em andamento, ancorada em teorias críticas e pós-críticas da educação, a proposta articula pedagogias feministas, pós-coloniais e transviadas, fundamentando-se em autores como bell hooks, Paulo Freire, Judith Butler, Leticia Nascimento e Megg Rayara, além de narrativas biográficas e autobiográficas de pessoas trans, travestis e não-binários (TTNB+), assumidas como epistemologias encarnadas. A metodologia responde ao receio crescente de rejeição dos Estudos de Gênero em escolas, sobretudo quando conduzidos por uma travesti, e ao risco de reiteração de práticas extrativistas sobre corpos dissidentes. A partir de uma abordagem dialógica e interseccional, a pesquisa toma como ponto de partida dados alarmantes sobre a evasão escolar de pessoas trans e vivências de exclusão, como a da própria pesquisadora-autora, que teve sua contratação negada após 12 anos de docência por ser uma Travesti. O Almanaque surge como gesto de resistência e cuidado frente às violências estruturais e simbólicas vividas cotidianamente por pessoas trans, travestis e não-binários (TTNB+), especialmente em espaços escolares. Com linguagem acessível, o material reúne textos teóricos, checklists, glossários e dinâmicas pedagógicas voltadas a toda a comunidade escolar, promovendo práticas emancipatórias e comprometidas com a justiça socioeducacional. O processo de produção evidencia os desafios de pesquisar como uma travesti em tempos de conservadorismo crescente, que vai desde a negativa da pesquisa em campo até a não contratação por violência de gênero, reafirmando o caráter situado, encarnado e político do conhecimento. O Almanaque Trans e a pesquisa de mestrado é, assim, ferramenta formativa e manifesto por vida, dignidade e permanência das pessoas trans (TTNB+) na escola.

REFLEXÕES ACERCA DE UMA EDUCAÇÃO LGBTQIAPN+ A PARTIR DO LIVRO KIT GAY, DE VITORELO

ROBERTO RODRIGUES CAMPOS, PATRÍCIA CERQUEIRA
VASCONCELOS, FABIO ROTHMANS MARINHO BATISTA

Este trabalho buscou investigar a inclusão das identidades LGBTQIAPN+ no ambiente educacional, utilizando a obra Kit Gay, de Vitorelo (2021), como um recurso pedagógico. A pesquisa teve como objetivo principal analisar criticamente a obra e suas contribuições para a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso. Para tanto, esta pesquisa se apoiou nos conceitos de diversidade, inclusão e pluralismo cultural, conforme discutido por autores como Arroyo (2010), Auad (2018), bell hooks (2018), Louro (2000; 2010), Sacristán (2013), Macedo (2017) e outros. A metodologia da pesquisa foi baseada em uma análise crítica da obra Kit Gay, complementada por uma revisão bibliográfica sobre ideologia de gênero e a inclusão das identidades LGBTQIAPN+ na educação, utilizando uma abordagem qualitativa. Os resultados alcançados foram a identificação de narrativas que desmistificam preconceitos e promovem a aceitação, além de evidenciar a lacuna na pesquisa acadêmica sobre o tema no contexto brasileiro. A conclusão que se chegou é que a obra Kit Gay pode efetivamente contribuir para a formação de uma educação mais inclusiva, promovendo o respeito à diversidade e a sensibilização da sociedade.

PROBLEMÁTICAS DE UMA FORMAÇÃO INSUFICIENTE: GÊNEROS E SEXUALIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR

LUIZ OTAVIO FERREIRA DA LUZ

O texto apresentado se refere a parte dos resultados da tese “Dúvidas, Incertezas e Inquietações de Professoras/es: Tessituras a partir de um curso de formação continuada em gênero e sexualidades na escola”, defendida no final do ano de 202, no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Em pesquisa

qualitativa, percorri falas de 34 cursistas que frequentaram o “Curso de Extensão em Gênero e Sexualidade” no formato on-line no ano pandêmico de 2021. Pela perspectiva de indícios, pistas e sinais e não verdades absolutas, busquei para leitura das discussões a metodologia nos/dos/com os cotidianos, uma vez que mergulhei nos espaçostempos da pesquisa, dedicando-me aos sujeitos, nas quais as ações dos cotidianos produzidos/praticados foram observadas de forma atenta, respeitando as minhas subjetividades e das/os cursistas. Compreendi que a partir de uma formação inicial insuficiente professoras/es constituem saberes experienciais, através de situações que acontecem nos cotidianos da escola e os currículos passam a serem criados diariamente, no diálogo nos/dos/com os pares e no entrelaçamento entre as diversas redes de sujeitos e conhecimentos. Como ponto de conclusão, percebo que deveria haver maiores investimentos em políticas públicas educacionais sobre as questões dos gêneros e sexualidades e a importância de formações continuadas que visem a constituição de práticas mais justas, sem desigualdades, preconceitos, intolerâncias e desrespeito aos diferentes modos de vida.

DOCÊNCIA E MASCULINIDADES NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS

MÁRCIO VINICIUS MILESKI DE SEIXAS, LEANDRO TEOFILO DE BRITO

Este trabalho focaliza as vivências de homens docentes das áreas de Pedagogia, Artes e Educação Física que atuam na educação de crianças em escolas de educação infantil. Entre os objetivos, destaca-se: discutir sentidos atribuídos por homens professores das áreas de Pedagogia e Educação Física ao trabalho docente em escolas de educação infantil; problematizar repetições/deslocamentos das normas nas enunciações de homens docentes que atuam na educação de crianças; analisar as afetações presentes nos processos didático-pedagógicos contemporâneos enunciados por homens docentes que trabalham na educação de crianças; compreender como marcadores da diferença interseccionam-se às vivências de homens docentes ao narrarem seu trabalho na educação de crianças. Como fundamentação teórica, o trabalho está baseado nos estudos de gênero e masculinidades, com destaque para textos e obras de Jacques Derrida, Judith Butler e Sirma Bilge, e estão sendo produzidas narrativas, por meio de entrevistas individuais, com homens docentes oriundos do Estado do Rio de Janeiro que atuam na educação de crianças. Entre os resultados parciais deste trabalho aponta-se para enunciações que relatam as dificuldades vividas pelos homens docentes na educação de crianças, que estão sendo potencializadas conforme os atravessamentos interseccionais de suas masculinidades com marcadores da diferença, como raça, classe social e orientação sexual. Entretanto, também encontramos aspectos de resistência e agência destes homens docentes no trabalho com a educação de crianças, (re)criando outras realidades de suas existências como profissionais.

INFÂNCIAS DISSIDENTES: SUBJETIVIDADES QUEER NO COTIDIANO ESCOLAR

JOVANA DA COSTA VIANA, PATRÍCIA DIAS PRADO

A escola pública não é apenas a instituição que garante a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, mas também um importante espaço de socialização infantil, que educa distintas crianças, incluindo aquelas que não se encaixam nos padrões heteronormativos. As inquietações sobre gênero e sexualidade na escolarização infantil são disparadoras em nossa pesquisa de mestrado em Educação, em andamento. A partir do conceito de crianças queers, buscamos compreender como se dão os processos de subjetivação e das vivências das infâncias consideradas dissidentes no contexto educativo - nas relações com seus próprios corpos, com os corpos de outras crianças, com as professoras e com os conteúdos escolares. A pesquisa de abordagem qualitativa envolve: levantamento e estudo bibliográfico aprofundado das produções sobre os temas, nos campos dos Estudos da Infância e dos Estudos de Gênero e Sexualidade; de pesquisa de campo etnográfica, com observação participante e registro em diário de campo, fotografias e entrevista (mediante autorização), em uma turma de crianças do 5º ano e sua professora, na Escola de Aplicação, da Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo (EA-FEUSP). Os estudos já analisados têm mostrado o quanto a temática é complexa e necessita ser aprofundada, já que sobre as crianças recaem discursos moralizantes, experiências dolorosas, exclusões e violências. No entanto, também há movimentos de resistência, nos quais as crianças não são apenas sujeitos passivos e que podem contribuir para garantir o direito à educação na diferença, à formação de identidades múltiplas e às relações que escapem às normas rígidas e padronizadas. Vislumbra-se uma escola mais acolhedora, inclusiva e que conviva com a diversidade das infâncias.

POR UMA ESCOLA DIVERSA: DIREITO À EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DOCENTE E ACOLHIMENTO DE SUJEITOS LGBTI+

SARA RAYANNE

Esta pesquisa, requisito para o título de Mestrado em Educação, investiga o direito à educação, a formação docente e o acolhimento de sujeitos LGBTI+ na Escola E. Presidente Tancredo Neves (BH/MG), sob a perspectiva de professores, coordenação e direção. De que modo a escola e seus atores (direção, coordenação e professores) atuam perante estudantes que manifestam orientação sexual e identidade de gênero divergentes da heterocisnormatividade? Com essa pergunta central, busco,

a partir dos atores sociais escolares, compreender o papel ativo da escola para formação de cidadania e garantia de direitos. Os objetivos são analisar como a escola e seus atores (direção, coordenação, professores) atuam perante estudantes que manifestam orientação sexual e identidade de gênero divergente da hetero-cis-normatividade (práticas e posturas ofensivas ou acolhedoras), compreender como os atores escolares, são formados para lidar com situações de opressões na escola, reconhecer as possibilidades e os desafios são enfrentadas para promover práticas pedagógicas contra-hegemônicas em relação ao gênero, compreender as orientações e as normativas que a escola possui, ou não, para situações de violências LGBTfóbicas; A metodologia deste trabalho é qualitativa com base lógica no método dialético, para uma interpretação totalizante da realidade. A análise de conteúdo será usada como técnica de investigação. Farei levantamento bibliográfico e análise documental da legislação relacionada ao tema. A pesquisa de campo se dará por um estudo de caso na escola descrita, onde serão executadas entrevistas roteirizadas com os atores escolares que atuam com ensino médio e terá início em agosto de 2025, finalizando assim em abril de 2026. Inicie o estudo construindo o referencial teórico com base no estado da arte, que revela escassas pesquisas sobre escola e formação docente vinculadas a gênero e sexualidade, indicando um campo ainda pouco explorado na educação.

CRIANÇA QUEER NA EDUCAÇÃO INFANTIL: É PRECISO ESTRANHAR O APAGAMENTO
DANIELLE FERREIRA BASTOS

A experiência é algo que acontece e que às vezes treme, algo que faz pensar, que faz sofrer ou gozar e ressoa em outras experiências (Larrosa, 2014). O relato é produto da experiência de uma professora da educação infantil em um cotidiano de uma pré-escola pública de um município da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A cena escolar se deu em uma aula na qual a professora trabalhando o tema profissões, questionou: - "o que desejam ser quando crescer?" Ariel declarou que queria ser a Barbie! As demais crianças compreenderam Ariel, lhe informando que não era possível ser a Barbie porque era um "menino" e ressaltaram: "um menino preto!" A professora compartilhou o ocorrido com a equipe pedagógica da escola que convocou a família do Ariel para uma reunião. No encontro, seus responsáveis disseram desconhecer as ações de Ariel como relatadas. No deslocamento da turma no espaço escolar era formado o "trem" de meninos e meninas e Ariel chorava copiosamente quando impedido de seguir na "fila das meninas". Contudo, em suas performances diárias da boneca Barbie, Ariel não se permitia agir como exigido pela escola. Com quatro anos, Ariel queria se divertir. A criança queer entra na escola, mas é garantido seu direito de permanecer nela? A partir dos marcadores de gênero e raça, foi possível perceber o quanto as políticas identitárias se fazem presentes na educação infantil e seguem orientadas pela ideia de que a identidade é algo estanque. Ariel é atrelado ao campo do determinismo biológico ao ser reconhecido como menino pela sociedade. A criança deveria ser o que quisesse na escola, porém necessita corresponder às normatizações. Desalinhando o tracejado da norma que ordena o pensamento até mesmo de outras crianças que crescem em uma sociedade heteronormativa, Ariel experimenta, transborda e confunde toda a comunidade escolar e valendo-se da torção entre as imposições sociais e a construção de si, demonstra outras formas de ser e resistir em seu próprio universo.

TRAJETÓRIAS DE UMA PESQUISA DE MESTRADO: INVESTIGANDO AS NARRATIVAS DE MÃES DE ADOLESCENTES TRANS QUE INTEGRAM O PROJETO FAMÍLIAS E DIFERENÇAS
SARAH BRANCO DE MENEZES, JULIANA LAPA RIZZA, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas trajetórias que já foram trilhadas na pesquisa de mestrado intitulada "Produção de maternidades: narrativas de mães de adolescentes trans que integram o Projeto Famílias e Diferenças", projeto de extensão do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, cujo objetivo é investigar a produção de maternidades através das narrativas dessas mães, além de problematizar as experiências dos/as seus/suas filhos/as adolescentes trans na escola e na família. Ancorada nos Estudos de Gênero, em suas vertentes pós-estruturalistas, a pesquisa parte do entendimento de que gênero é uma ferramenta analítica e entende a maternidade enquanto uma construção histórica e cultural, cuja produção se dá através de discursos e práticas sociais. Compreender a maternidade como uma categoria múltipla e em constante processo de (re)invenção, possibilita que as normas sejam tensionadas e brechas sejam criadas para que essas maternidades possam resistir e problematizar as imposições feitas pelos discursos hegemônicos sobre o maternar. Como caminho metodológico, a pesquisa é de abordagem qualitativa e optou-se pela investigação narrativa, compreendendo as narrativas como práticas discursivas que não apenas narram experiências, mas também constroem sentidos sobre essas vivências. Como estratégia para a produção dos dados foram realizadas cinco entrevistas narrativas com as mães integrantes do projeto. A partir das entrevistas realizadas, foi possível perceber que, ao narrarem a experiência com seus filhos/as trans, essas mães (re)constroem sentidos de suas maternidades, os quais são atravessados por deslocamentos, aprendizados e enfrentamentos diante de normas de gênero, em espaços como a escola e a família.

DIVERSIDADE EM CENA: DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA
LUCAS AMARAL DE PÁDUA, GYZELY SUELY LIMA

Este relato de experiência pedagógica trata do tema de diversidade de gênero e sexualidade que foi trabalhado como parte do currículo escolar no formato de uma disciplina trimestral caracterizada como Unidade Curricular Politécnica. Especificamente, o trabalho foi desenvolvido no 1º trimestre de 2025, envolvendo uma turma de 27 estudantes, entre 15 e 17 anos, de diferentes anos e cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de um Instituto Federal. Nossa metodologia ancorou-se no cinema como linguagem artística central para a mediação do processo de ensino e aprendizagem, fundamentada por textos filosóficos e literários. Exibimos os filmes Close (2022), Tomboy (2011) e Valentina (2020), em diálogo com: "Tudo sobre o amor" (hooks, 2021), a crônica "Quem defende a criança queer" (Preciado, 2013), e os contos "Voz" (Arraes, 2019) e "Do lado do corpo, um coração caído" (Evaristo, 2018). A dinâmica das aulas consistiu na exibição dos filmes, bem como na leitura compartilhada dos textos, na produção de desenhos e resenhas pelos estudantes. Ressaltamos que durante as discussões, problematizamos discursos conservadores sobre gênero, tensionando as relações escolares fundadas no preconceito e desconstruindo nossas práticas pedagógicas. Aprendemos que o cinema pode ser um recurso estético capaz de promover a alteridade, produzir sentidos pessoais sobre o tema e sensibilizar os estudantes em relação aos preconceitos na vida das pessoas LGBTQIAPN+. Ademais, mediar o processo educativo por meio dos filmes nos propiciou o deslocamento do tradicional lugar da docência: ouvimos mais do que falamos, estimulamos a conversa mais do que o silêncio, valorizamos a expressão de sentimentos mais do que o entendimento racional. Sob esse prisma, concluímos que a sala de aula pode ser um lugar de acolhimento e coletivização das angústias de estudantes e professores rumo a um desejo comum de existir sem se submeter ao desejo alheio e viver em uma sociedade livre de preconceitos.

EDUCAÇÃO, GÊNERO E CINEMA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE SENTIDO PESSOAL
LUCAS AMARAL DE PÁDUA

Apresenta-se os achados parciais de uma pesquisa-ação de mestrado que tem por objetivo analisar como o cinema pode produzir sentidos pessoais sobre gênero na educação escolar. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa compreende que o ser humano se constitui nas relações sociais pela mediação da atividade de trabalho. A educação realiza as mediações pedagógicas por meio da apropriação da ciência, da filosofia e da arte, constituindo processos de humanização. A psicologia histórico-cultural permite compreender que a constituição da consciência humana é determinada pelos modos de vida dos sujeitos que se apropriam dos significados sociais e atribuem sentidos pessoais à experiência. Na adolescência, esse processo pode gerar transformações no psiquismo que conduzem à formação de conceitos e a autoconsciência. A análise é ampliada considerando o gênero como categoria histórica de análise da realidade social e a ordem patriarcal como uma formação específica das relações de gênero, conformando desigualdades e influenciando os processos de subjetivação. Nessa perspectiva, o cinema é compreendido como prática social que atua na formação da consciência e pode ser utilizado como recurso estético para produzir sentidos pessoais sobre gênero, criar condições subjetivas para o enfrentamento das opressões e promover a diversidade na escola. A metodologia incluiu cine-debates com estudantes, mapeamento de significados sociais prévios e de produção de sentidos pessoais, redação de resenhas e escrita de um diário pessoal. Espera-se que os dados coletados possam contribuir com a compreensão dos processos de subjetivação e subsidiar práticas educativas críticas, inclusivas e comprometidas com a superação do sexismo e LGBTfobia.

ENTRE SILÊNCIOS E RESISTÊNCIAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE LÉSBICAS, MATERNIDADE E DOCÊNCIA NO BRASIL
DÉBORA PELUSO TAVARES, LEANDRO TEOFILO DE BRITO

Este trabalho apresenta parte de um levantamento bibliográfico que integra a fase exploratória de um projeto de tese em desenvolvimento no campo da Educação. O objetivo é mapear a produção científica sobre mulheres lésbicas que também são mães e atuam como docentes, especialmente na área da Educação Física. A pesquisa se baseia em um referencial teórico pós-estruturalista, com influências de Judith Butler, Joana Plaza, Ivy Wick, Carla Rodrigues, e nos conceitos de performatividade e interseccionalidade. A busca foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, com combinações dos descritores "lésbicas", "maternidade", "educação", "docência" e "Educação Física", abrangendo publicações de 1969 a 2024, priorizando artigos em português com acesso aberto. A combinação dos termos "lésbicas AND maternidade" resultou em apenas 21 artigos, e ao incluir "educação" e "educação física", o número foi ainda mais restrito, localizando apenas três artigos que abordam simultaneamente docência, maternidade e lesbianidade. Nenhum estudo específico sobre lésbicas mães atuando como professoras de Educação Física foi encontrado. A pesquisa revela uma lacuna importante na produção acadêmica nacional, destacando a invisibilidade das subjetividades dissidentes que escapam da matriz hegemônica de gênero e sexualidade. A ausência de estudos interseccionais nesse campo sublinha a urgência de investigações que abordem os marcadores sociais de diferença dentro das instituições escolares. Conclui-se que a pesquisa se insere de maneira necessária em um campo ainda pouco explorado, ampliando os horizontes epistemológicos da Educação e reconhecendo experiências docentes plurais e dissidentes.

DISCURSOS DE ÓDIO EM GÊNERO E SEXUALIDADE: EDUCAÇÃO CONSERVADORA NO FACEBOOK

ALDO CATIVO DA SILVA FILHO

Este trabalho analisa criticamente o papel das plataformas digitais, especialmente o Facebook, na difusão de discursos conservadores sobre gênero e sexualidade no Brasil. A pesquisa parte da constatação de que redes sociais, controladas por big techs como a Meta, têm sido espaços férteis para a propagação de informações falsas, discursos de ódio e reforço de desigualdades. A partir de uma abordagem qualitativa, com base na etnografia virtual e no método documentário, o estudo investiga interações e publicações de grupos conservadores, com foco no “Grupo Pe. Paulo Ricardo”. Identificou-se a presença de práticas educativas não escolares que associam diversidade sexual e feminismo a perigos morais, utilizando estratégias discursivas que acionam o pânico moral. A análise evidencia ataques a intelectuais como Judith Butler, narrativas de desinformação sobre educação sexual nas escolas e defesa de uma moral cristã tradicional. Os resultados apontam para um processo de educação informal nas redes, alinhado a valores patriarcais e autoritários. Conclui-se que, ao invés de promover inclusão, as plataformas têm reforçado exclusões, sendo urgente pensar estratégias de enfrentamento por meio de políticas públicas, regulamentações digitais e práticas educativas críticas e emancipadoras.

SESSÃO 23

O ARMÁRIO: A PERFORMANCE DE UM CORPO-ESPAÇO DISSIDENTE

JERÔNIMO VIEIRA DE LIMA SILVA

Pretende-se neste estudo relatar a experiência performática desenvolvida a partir das vivências e experiências de um corpo-espaço-dissidente-ativista nos lugares onde transitou e vive e de que maneira este corpo conviveu e convive com diversas violências. Para tanto, propõe-se o diálogo entre os estudos sobre espaço, território e performance por entender que as referidas áreas de conhecimento têm como o corpo, inseridos em determinadas temporalidades, mesmo que de maneiras distintas. Para tanto, parte-se de alguns conceitos-chave, tais como Corpo como Espaço (Silva; Ornat; Júnior, 2023) Geografias Subversivas (Silva, 2009), Heteroterrorismo (Bento, 2011), Biopolítica (Foucault, 2014), performance/performatividade de gênero (Butler, 2011), performance-arte (Taylor, 2023; Fabião, 2013) e cena contemporânea (Fernandes, 2011; Ferral, 2010), a fim de melhor delinear os relevos da performance, a qual tem como título “O Armário”. A elaboração da performance ocorreu ao longo do pós-doutorado ocorrido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e teve a sua elaboração a partir dos temas abordados e estudados. Durante o processo, percebeu-se que a violência contra os corpos dissidentes de gênero e de sexo ocorre de diversas formas, interferindo potencialmente na constituição destes corpos enquanto espaços-territórios.

A PERSONAGEM LGBTQIAP+ NA DRAMATURGIA DE ELIO PALENCIA.

ELIAINS LÓPEZ MARIN

O estudo da diversidade sexual no teatro venezuelano tem sido pouco, se comparado com as inúmeras montagens e textos dramáticos LGBTQIAP+ produzidos nesse país latino-americano. Um dos dramaturgos que desde seus inícios tem dado voz à comunidade sexo diversa é Elio Palencia, quem a partir da década de 1988 vem apresentando personagens que hoje podem ser classificados dentro da comunidade LGBTQIAP+. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a presença de personagens LGBTQIAP+ na dramaturgia do dramaturgo venezuelano Elio Palencia. Para alcançar o objetivo, se tomam como objeto de estudo as peças “Detras de la avenida” (1988), “Arráncame la vida” (1995), “La quinta Dayana” (2006), “Penitentes” (2006) e “Donde caerme viva” (2015). No trabalho se realiza um levantamento sobre a presença de personagens LGBTQIAP+ no teatro com ênfase na Venezuela da segunda metade do século XX e inícios do XXI. Também são trazidas a discussão diversas propostas sobre teoria queer e estudos de gênero e sexualidade para, posteriormente, passar à análise dos textos selecionados utilizando as metodologias propostas por Patrice Pavis (2012), no referente ao texto dramático e José Luis García Barrientos (2012), especificamente na análise de personagem; determinando assim como cada um desses textos possui uma carga micropolítica pela aparição e construção de personagens LGBTQIAP+. Finalmente, se realizou uma reflexão sobre o vínculo que cada uma destas obras e suas personagens LGBTQIAP+ apresentam com a sociedade na qual elas foram criadas.

GOZO E SANGUE: HOMOEROTISMO E VIOLÊNCIA ÀS MARGENS DA CRIAÇÃO

LEANDRO SOUSA ALVES

Este trabalho revisa o processo de pesquisa e criação que realizei entre 2021e 2023 na dissertação de mestrado: “Duvidoso ainda que entendido: perspectivas pornô eróticas sobre a fotoperformance, a escrita criativa e a cena teatral” (Alves 2023). Aqui, reflito sobre relação entre o homoerotismo e a violência como sintoma no cotidiano contemporâneo e como poética nos processos criativos; analiso como a nudez e as sexualidades periféricas tensionam as relações políticas no campo da cultura; apresento três perspectivas criativas aprofundando o olhar sobre a homocultura (as séries de fotoperformance: “Sonho de Valsa” e “Invertido”; o texto “Diário de uma bixa” e o espetáculo “Kamal”); contribuo com os estudos da prática como pesquisa; e busco identificar elementos estéticos que indicam ações para um projeto contra-hegemonico relacionados às urgências LGBTQIAPN+. Esta investigação foi realizada reconhecendo a prática como metodologia de pesquisa (Fernandes, 2013) e flertando com o paradigma performativo proposto por Brad Haseman (2006) considerando as especificidades das Artes como campo epistemológico. Por meio das perspectivas das referências artísticas selecionadas e da discussão a partir do estudo de Georges Bataille (1987) e Audre Lorde (2019) a pesquisa examinou a complexa teia que entrelaça realidade e ficção; sexualidade, arte e política; e as ideias sobre civilidade e transgressão. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

BANDEIRAS ARTÍSTICAS PARA UM BRASIL DE 2025: AMOR POR PRINCÍPIO

FERNANDO HISATONI PERICIN

Esta pesquisa, em desenvolvimento no campo da arte contemporânea, propõe a criação de bandeiras como exercício simbólico, estético e político. Partindo da genealogia da bandeira arco-íris LGBTQIA+, criada por Gilbert Baker nos Estados Unidos em 1978, e suas reinterpretações e variações ao longo do tempo, investiga-se a potência das bandeiras como suportes visuais para afetos dissidentes e narrativas contra-hegemônicas. No Brasil de 2025, atravessado por disputas de sentidos e urgência por novos imaginários, propõe-se uma série de bandeiras que não representam territórios geográficos, mas corpos, desejos, encontros e possibilidades de pertencimento. A proposta central é a elaboração de uma bandeira de forma simétrica — um quadrado — que desafia a tradição retangular das bandeiras nacionais, desestabilizando hierarquias visuais e políticas. As cores se dissolvem umas nas outras, evocando a ideia de mistura como constituição fundamental dos sujeitos. Em vez da máxima positivista “ordem e progresso”, inscreve-se o início do enunciado que ficou de fora da frase da bandeira brasileira: “amor por princípio”, deslocando o imperativo racional para uma ética do afeto e da solidariedade. As estrelas não figuram estados, mas a constelação de Touro, ligada ao tempo da fertilidade, do corpo, da resistência, e ao culto popular de São Sebastião — santo de flechas e sobrevida, símbolo de devoção e dissidência. A pesquisa reivindica a bandeira como lugar de invenção de mundos, um campo em que estética, política e espiritualidade se entrelaçam na tarefa de criar pactos de sensibilidade para o presente.

CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES: UMA LEITURA A PARTIR DAS OBRAS HOMOERÓTICAS DE SETE GENET

MOISÉS DE FIGUEIREDO GUIMARÃES

Este estudo propõe estabelecer um diálogo entre as pinturas homoeróticas de Sete Genet (artista goiano radicado no Piauí) com as referências de homonacionalismo e cidadania LGBTQIA+, a partir de Richard Miskolci e James N. Green, traçando um paralelo que envolve pânico moral, controle social e práticas sexuais dissidentes. Também propõe uma leitura no percurso dos “oratórios” do artista Genet que explora uma linguagem tropical com componentes pictóricos da fauna/flora brasileira. Nessa expressão homoartística e botânica de Sete Genet, o estudo procura estabelecer um paralelo entre as dimensões provocativas desse artista ao romper com o pudico (o corpo masculino higienizado – branco cis sulista normativo) e traçar um novo Eros Afrobrasilians (plural, negro e ameríndio, diverso, nordestino) ante a heteronormatividade compulsória neoliberal no atual contexto histórico brasileiro.

"DISFORIA DE GÊNERO" NAS AUTOFICÇÕES DE LINO ARRUDA E NANÁ DELUCA

ERICK DA SILVA GREGNER, ERICK DA SILVA GREGNER

Essa comunicação apresenta o andamento de uma pesquisa de mestrado em que proponho uma análise comparativa da representação corporal dos narradores das autoficções “Monstrans: experimentando horrormônios” (2021), HQ de Lino Arruda, o conjunto textual “Trilogia da minha transição” (2017) e “Desculpe o transtorno, falo de disforia” (2017), ambos de Naná DeLuca. O primeiro objetivo é identificar a presença e os efeitos da noção de “disforia de gênero” nas narrativas. Em seguida, observamos a definição médica do termo, tal como aparece na Classificação Internacional de Doenças (CID), amplamente difundida nas esferas institucionais e

sociais. A metodologia se baseia na leitura crítica e comparativa entre os textos literários e médico, articulando teoria literária e estudos trans. Os resultados parciais sugerem a necessidade de deslocarmos o foco dos sujeitos trans para percebermos a construção relacional da "disforia de gênero", o que contribui para os movimentos de despatologização das identidades trans e travestis.

AFETOS E PODERES: CAIO FERNANDO ABREU E A LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA
SANDRO ARAGÃO

Durante o século XIX e o XX, a maior parte do que se produziu literariamente quanto a narrativas que abordavam relações LGBTQIA+ permeou personagens com pouco aprofundamento, muitas vezes com grandes marcas de estereótipos sociais. Esse cenário passou a mudar a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento de escritores como Silviano Santiago, João Gilberto Noll, João Silvério Trevisan, Caio Fernando Abreu, entre outros. Apesar de essas narrativas darem protagonismo para subjetividades dissidentes com maior sensibilidade, humanizando tais personagens, uma questão permaneceu ecoando em muitas das obras escritas nesse período: o afeto como impossibilidade. Partindo dessa questão, elegi os contos de Caio Fernando Abreu, que narram sobre personagens LGBTQIA+, para analisar como se dão as relações de afeto em suas narrativas, em comparação com escritores mais contemporâneos, tais como Nathalia Borges Polesso e Tobias Carvalho. O objetivo é, utilizando como base o trabalho de Caio F., comparar o que há de proximidade, o que há de diferença e quais nuances essas relações afetivas tomam entre esses textos, tendo como mote a seguinte questão: ainda hoje, as literaturas LGBTQIA+ narram sobre um afeto que recai na impossibilidade? Na busca pela por essa resposta, articulo na pesquisa a relação entre afeto e poder, assumindo como perspectiva a ideia de que o poder, e suas estruturas, sufocam essencialmente a possibilidade de conexão entre dois indivíduos, opondo-se à ideia de afeto. A relação entre esses dois conceitos está intrínseca à pergunta que lanço como questão, sabendo que essa impossibilidade que aparece nas narrativas está conectada ao exercício do poder, seja pelo próprio sujeito, por agentes externos ou pelas instituições que regulam a sociedade (igreja, Estado, família). Como base teórica da pesquisa, utilizo Vladimir Safatle (2018), Byung-Chul Han (2017; 2019), bell hooks (2020), Paul B. Preciado (2022), João Silvério Trevisan (2018), entre outros.

O HOMOEROTISMO NEGRO NA LITERATURA GAY CONTEMPORÂNEA
DAVI PEREIRA GOMES, WALACE RODRIGUES

Este texto é uma apresentação de tese em andamento que tematiza pesquisar e problematizar questões que se centram na construção narrativa do erotismo de homens negros em obras produzidas por autores LGBTQIAPN+. Os objetivos se centram em desvelar, por meio da literatura contemporânea, literatura queer, LGBTQIA+, homoerótica, romances que tematizam questões do homoerotismo negro masculino, seus efeitos de sentidos políticos, sociais e culturais. Teórico-metodologicamente, estamos trilhando uma costura na teoria negro e afro-brasileira, literatura queer, LGBTQIA+, homoerótica; para traçarmos um fio condutor de discussões que problematizem homens negros dentro de uma construção literária que os representem não como seres erotizados para certos momentos de prazer ou para uma construção de estereótipo sexual desejante, mas seres humanizados que não representem uma genitália, mas uma construção político, social e cultural de uma sociedade que está em constantes transformações. Como a pesquisa está em andamento e como em toda pesquisa encontra-se uma dificuldade em encontrar obras de autores gays contemporâneos para nossa construção analítica, uma vez que as obras ainda se apresentam de maneira muito tímida no que concerne ao protagonismo negro masculino em sua construção literária, e ainda temos que lidar com muitos autores gays que configuram seus personagens negros como objeto desejante e estereotipado nas malhas literárias. Assim, o resultado que se espera ao final da pesquisa não é dizer o que é literário ou não, certo ou errado, mas fazer um recorte do viés literário de como os autores gays estão construindo seus personagens masculinos negros em seus romances e qual efeitos de sentidos isso provoca no imaginário social em uma construção política, social e econômica de corpos negros.

FEMININO GENÉRICO COMO GLOTOPOLÍTICA DE GÊNERO
IRAN FERREIRA DE MELO

Muitas manifestações linguísticas foram catalogadas ao longo da história, para registrar gênero como um fenômeno relacional, uma negociação cultural, interacional, e que pode ser um projeto glotopolítico bem planejado. Neste estudo, será abordada a linguagem inclusiva de gênero não-binária (LNB) – modos de uso linguístico que se utiliza de recursos gramaticais de marcação daquilo que entendemos como maneiras lexicais para dar visibilidade à não binariedade de gênero. A LNB, além de um mecanismo semiótico, é um modo de possibilitar novos horizontes políticos sobre o corpo e a subjetividade. A disrupção da LNB pode ser por Substituição ou Acréscimo de forma e possui dois tipos: Linguagem Inclusiva de Gênero Não-Binária Convencional (LNB Convencional), a qual não rompe com norma culta da língua, e Linguagem Inclusiva de Gênero Não-Binária Não Convencional (LNB Não Convencional), que rompe com a norma culta da língua. Nesta comunicação, será apresentada exclusivamente a LNB Convencional, demonstrando resultados de uma cartografia sobre um mecanismo em particular desse tipo, que chamamos de Feminino Genérico. Trata-se de quando o feminino gramatical (desinencial ou lexical) é usado para representar pessoas de gêneros

diferentes. Não há disrupção gráfica, mas da convenção gramatical. Sua disrupção de gênero acontece por um processo fórico anticonvencional, já que semanticamente é aplicado para qualquer referência de gênero. Diversas instituições têm feito uso desse mecanismo. Tratar do Feminino Genérico é mostrar estratégias ético-políticas para materializar resistência num mundo marcado pelo patriarcado, pela misoginia e LGBTfobia. Os dados apresentados nesta pesquisa são encarados como práticas discursivas e glotopolíticas lidos no bojo da Análise Crítica do Discurso (Melo, 2012) em diálogo com a Linguística Queer (Melo, 2024).

NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS ENQUANTO SABERES ANCESTRAIS DE BIXAS PRETAS DOCENTES: ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO EM PERSPECTIVA DECOLONIAL
ERIC SILVA DOS SANTOS

A partir do referencial teórico-metodológico dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001[1992], 2003, 2006; MAGALHÃES, MARTINS E RESENDE, 2017; RESENDE, 2019), visando contribuir com o giro decolonial dos Estudos Críticos do Discurso a pesquisa propõe a análise discursiva de narrativas autobiográficas de Bixas Pretas em busca de ferramentas ancestrais supondo mudança social a partir da desestabilização da colonialidade, visando a superação de opressões interseccionadas de raça e sexualidade.

CORPOLÍTICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE ERIKA HILTON SOB PERSPECTIVA DECOLONIAL
HÉLVIO FRANK DE OLIVEIRA, KARINA MENDES NUNES VIANA

Estudos que exploram a Corpolítica têm as interseccionalidades entre gênero, sexualidade e política como inerentes para promover uma compreensão de como o poder se manifesta e é exercido sobre os corpos, sobretudo, em relação a gênero e sexualidade (Usher, 2024; Cardoli, 2019; Foucault, 1999). Nesse sentido, esta comunicação se propõe a analisar os discursos da deputada Erika Hilton, na Câmara dos Deputados, proferidos durante o ano de 2024, com foco nas questões de gênero e sexualidade. Erika Hilton é uma das primeiras mulheres transexuais eleitas no Brasil, e seus discursos são potentes e representativos justamente por trazerem uma perspectiva única sobre a representação política de minorias marginalizadas. Assim é que, por meio de uma abordagem de análise de discurso crítica, sob perspectiva decolonial e fundamentada em estudos teóricos sobre gênero, sexualidade e política, este estudo investiga como a deputada desafia dinâmicas de poder individuais, coletivas e institucionais por meio de seus discursos, fomentando uma agenda inclusiva e decolonial na Corpolítica brasileira. Os resultados esperados incluem a identificação de padrões discursivos que refletem a resistência e a agência da deputada, bem como uma avaliação crítica do impacto de seus discursos no cenário político e social brasileiro.

UMA CORPOLÍTICA DO “TORNAR-SE” MULHER TRANS EM UM CURSO DE LETRAS
ANANIAS FERREIRA GOMES JUNIOR, HÉLVIO FRANK DE OLIVEIRA

As disparidades de gênero que marcam a sociedade contemporânea derivam de processos marcadamente coloniais (Lugones, 2008). Retomando algumas indagações de Nogueira e Frank (2020), podemos incutir: o que significa um corpo trans? Onde estão essas pessoas? Por quais espaços sociais transitam? Na esfera universitária, com quantas delas nos esbarramos? Quantas estudam ou estudaram conosco? Quantas já foram ou são nossas colegas de trabalho? As instituições educacionais são lugares de acolhimento ou de promoção à diversidade de gênero? Guiada por essas e outras reflexões sociológicas, geográficas e decoloniais (Maddowell, 2010), em interface com estudos narrativos em Linguística Aplicada Crítica (Moita Lopes, 2010; Capparelli; Frank, 2019), buscamos, neste trabalho, a partir das experiências de uma mulher em transição de gênero dentro de uma instituição de ensino superior, refletir e problematizar a corpolítica trans em um curso de Letras, envolvendo processos de formação docente e humana. A característica narrativa deste texto (Clandinin; Connelly, 2011) parte de nossas reflexões sobre a relevância de se valorizar a diversidade – em especial a de gênero – em diferentes espaços sociais (Utim; Frank, 2019). Pensando em Bento (2017), fui despertado e desde então tenho buscado ampliar meus repertórios sobre tais reflexões, a fim de fazer parte desses movimentos e lutar por um mundo mais justo e igualitário e menos opressor. Assim, centrado na performatividade linguística, buscamos colocar em xeque a universalidade da brancura, de classe média, cis-heteronormativa, cristã, magra, capitalista, etc. que constrange e invisibiliza a emergência de outros corpos, subjetividades e performances linguístico-identitárias.

SESSÃO 24

TRANSFOBIA ESTRUTURAL, NECROPOLÍTICA E A ILUSÃO DA RESPOSTA PENAL

DANIEL IVONESIO SANTOS

O direito penal tem sido campo de atuação de inúmeros grupos civis organizados com objetivo de criminalizar condutas transfóbicas e buscar soluções para o problema, porém, a despeito de alguns avanços, o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas trans no mundo. O presente artigo analisa a resposta penal às violências que sofrem as pessoas trans no Brasil a partir do referencial teórico da necropolítica, proposto por Achille Mbembe, partindo da hipótese de que o direito penal, longe de representar uma proteção efetiva, tem operado seletivamente, reforçando a exclusão de corpos trans por meio de omissões e legitimações simbólicas. A abordagem adotada pelo estudo é dedutiva, partindo de pressupostos teóricos gerais, como os conceitos de necropolítica e estudos de criminologia crítica e queer, como forma de interpretar os dados produzidos por organizações da sociedade civil acerca das violências contra pessoas trans. O marco temporal para coleta dos dados é desde 13/06/2019, quando prolatada decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a homotransfobia como crime de racismo. A técnica de pesquisa é bibliográfica, com base em autores como Achille Mbembe, Judith Butler, Sayak Valencia, Vera Malaguti Batista, relatórios do Senado Brasileiro, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e da Trans Murder Monitoring (TMM). Conclui-se que a violência contra pessoas trans não decorre apenas de condutas individuais movidas por ódio, que levam à aplicação do direito penal, mas de um projeto necropolítico que silencia, marginaliza e elimina o que escapa à norma cisheteronormativa, assim, soluções que se pautem primariamente na utilização do sistema penal embora suscitem um simbolismo importante, tendem a não ter efetividade em termos de avanços à não-violência.

O ITINERÁRIO DOS DIREITOS À ANTIDISCRIMINAÇÃO E À CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSFOBIA NO BRASIL

BRENDHON ANDRADE OLIVEIRA

Este trabalho se centraliza no tema do direito à antidiscriminação e criminalização da homolesbotransfobia no contexto brasileiro. Nesse sentido, objetiva discutir a trajetória de disputas na arena política. Considerando como ponto de partida do estudo e do Poder Legislativo, a Constituinte de 1986/87, na qual o Grupo Triângulo Rosa e o Grupo Gay da Bahia participaram do processo pretendendo incluir expressa proibição de discriminação em decorrência da “opção sexual” – termo utilizado à época – no texto da atual Constituição, o que restou infrutífero. O movimento LGBTI, irredimido, intenta novos projetos pela garantia do referido direito, como é caso do conhecido Projeto de Lei da Câmara nº 122 de 2006, que buscava criminalizar a homofobia. Dada a frustração no Poder Legislativo, o movimento direciona seus esforços ao Poder Judiciário, o que acaba por culminar em judicialização por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade Por Omissão (ADO) 26 que reconheceu a criminalização da homotransfobia em 2019, enfatizando a mora legislativa e da técnica da “interpretação conforme à Constituição” para enquadrar a homofobia e a transfobia nos diversos tipos penais previstos na Lei nº 7.716/89 (Lei que define crimes raciais), até que sobrevenha legislação autônoma. Nesse cenário, com as resistências em aprovar direitos no Poder Legislativo e o cenário de fragilidades das políticas de direitos humanos LGBTI, as demandas pelos direitos sofreram um deslocamento para o Poder Judiciário através do mecanismo da judicialização, possibilitada pelo controle de constitucionalidade.

DESDEMOCRATIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E DEVASTAÇÃO DOS DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO (2016-2022)

BRENDHON ANDRADE OLIVEIRA, BRUNA ANDRADE IRINEU

Os governos de Michel Temer (2016-18) e Jair Bolsonaro (2019-22) têm sido explicados como ascensão da “nova direita”, que aglutina os conceitos de neoliberalismo e neoconservadorismo. Embora possuam significados diferentes, neoliberalismo e neoconservadorismo são terminologias que têm sido conjugadas para denominar a escalada política antidemocrática no ocidente. São forças que evocam elementos familiares do neoliberalismo, como demonização do Estado social e da igualdade, exaltação da liberdade, repressão do trabalho em favor do capital, com seus aparentes antagonismos: ufanismo, moralidade tradicional, populismo antielitista e soluções estatais para problemas socioeconômicos (Brown, 2019). No Governo Michel Temer, a Medida Provisória nº 726, de 2016, de Reforma Presidencial, extinguiu o Ministério de Direitos Humanos, onde se alojava as Políticas Públicas LGBTI, e a Medida Provisória nº 768, de 2017, recriou o Ministério, entretanto, sem nenhum recurso. O governo aprovou a Emenda à Constituição nº 55, de 2017, o Novo Regime Fiscal, que impunha o teto de gastos, e a Lei nº 13.467, de 2017, a Reforma Trabalhista. Já o Governo Bolsonaro, instituiu o Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, mas retirou a população LGBTI de todas áreas do referido Ministério e no ano de 2020 não gastou o valor empenhado para a população LGBTI. O governo foi responsável pela aprovação da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, a Reforma da Previdência, além de inúmeras controversas Medidas Provisórias nos anos de 2020/21 sobre a pandemia. O governo em inúmeras oportunidades reiterou suas resistências ao isolamento social, ao pagamento do auxílio emergencial, uma postura anti-ciência, anti-vacina e descaso na condução da política de saúde, que resultou na morte de mais de 700 mil brasileiros pela COVID/19. Essas ações refletem um conjunto de proposições

desdemocratizadoras do Estado social e da democracia, precarização dos direitos sociais e devastação dos direitos humanos

JUDICIÁRIO BRASILEIRO E OS CAMINHOS PARA PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA LGBTI+

LEANDRO FRANKLIN GORSDFORF, CAROLINE LUÍZA MITTMANN

Avanços sociais têm sido verificados no Poder Judiciário Brasileiro. Assim, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, cujo enfoque é o combate aos preconceitos estruturais que afetam, sobretudo, as mulheres. Diante do exposto, objetiva-se demonstrar a necessidade da elaboração de um Protocolo para Julgamento com Perspectiva LGBTI+. Assim, tal propósito se embasa no fato de que os preconceitos acerca dessa população ainda estão fortemente presentes no âmbito jurídico e o desenvolvimento desse documento promoveria maior legitimidade a essa luta. O método de estudo será qualitativo, a partir da análise do protocolo mencionado. Além disso, será discutido o acórdão da Apelação Cível nº 0003234-48.2022.8.16.0179 Ap da Vara de Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial de Curitiba, relatada em 18 de agosto de 2023, que representa a invisibilização da população LGBTI+, especificamente em relação a não binariedade. Nesse aspecto, verificou-se que no decorrer do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, a população LGBTI+, em sua totalidade, é uma pauta secundária, dado que o seu foco são as mulheres. Com isso, é nítido que a ausência de um protocolo que contemple tal temática de maneira completa é prejudicial ao sistema judiciário brasileiro, dado que os preconceitos relacionados a essa população estão enraizados na sociedade e se refletem na esfera jurídica. Diante disso, considera-se que a falta de um protocolo propicia riscos às garantias dessa população, dado que a visão hegemônica dos integrantes do Poder Judiciário ainda reproduz violências à identidade dessas pessoas. Essa criação é importante tanto para visibilizar a luta LGBTI+ quanto para não ofuscar as demais lutas dos protocolos já realizados. Desse modo, denota-se que a LGBTI+fobia está presente de forma intrínseca, mesmo que velada, e ainda nega direitos básicos à população que não corresponde a cisheteronormatividade.

O RETROCESSO DO DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO: ANÁLISE DO CASO ENVOLVENDO A DEPUTADA ERIKA HILTON

ANA CLARA BASSETTO REAME, GUSTAVO HENRIQUE MENDES BOTELHO, JULIANA CARVALHO PAVÃO

O presente trabalho estuda o ataque transfóbico à deputada federal Erika Hilton pelo governo estadunidense à luz dos princípios da dignidade da pessoa humana e da vedação do retrocesso. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é analisar a forma como tal evento corrobora para a invalidação de corpos trans, tendo em vista o não reconhecimento de seus documentos oficiais emitidos pelo governo brasileiro. Ademais, percebe-se o retrocesso de direitos à comunidade Queer em âmbito internacional e sua afetação sobre o campo social. Através de pesquisas bibliográficas e análise do caso proposto, utilizando-se do método dedutivo, foi constatado que a ascensão de grupos conservadores e de ultradireita ao poder, tanto no campo Legislativo como Executivo, tem realizado ações no sentido de restringir direitos aos grupos vulneráveis, como uma medida de controle social. Ao negar o direito à identidade de gênero, o governo norte-americano extrapola os limites de atuação soberana em seu território, ele viola direitos estabelecidos em tratados internacionais, o que demonstra que sua conduta é reprovável. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da qual o Estados Unidos deveria estar sujeito à jurisdição, atua na proteção aos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ contra a discriminação e violência. Entretanto, o atual governo norte-americano cria medidas para que grupos vulneráveis sejam invalidados. Diante disso, como conclusão da pesquisa, percebe-se que é necessário refletir sobre as mudanças de políticas, como no caso da deputada, com base nos princípios da dignidade da pessoa humana e da vedação ao retrocesso. Porque esse caso demonstra que, sem vigilância da sociedade civil e comprometimento do Estado, direitos não se consolidam — dissipam-se sob a sombra da primeira onda conservadora. E é precisamente por isso que tais episódios devem ser incorporados ao debate acadêmico: são eles que revelam o efetivo status dos direitos humanos, para além da oficialidade dos tratados.

ENTRE O RECONHECIMENTO E O “MERO ABORRECIMENTO”: ANÁLISE DAS DECISÕES DAS TURMAS RECURSAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SOBRE A CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL PELA UTILIZAÇÃO DO NOME MORTO DE PESSOAS TRANS

JOSÉ MARCELO MATOS DE ALMEIDA FILHO, ÍSIS RICARDO RIBEIRO SANTOS, CAYNÃ DE SOUZA MENDONÇA

Mais do que um signo identificador, o nome é um direito personalíssimo. Especialmente no caso das pessoas trans, a negação do direito ao nome implica grave violação ao reconhecimento da identidade de gênero e à dignidade. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo compreender como as turmas recursais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia têm julgado as demandas referentes à indenização por dano moral decorrente da utilização do nome morto de pessoas

trans por instituições financeiras. Quanto à metodologia, utilizou-se o método de análise de decisões (Freitas; Lima, 2010) para identificar e comparar os fundamentos dogmáticos, axiológicos e consequentialistas utilizados nos julgados. Foram analisadas nove decisões proferidas entre os anos de 2023 e 2024 pelas turmas recursais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no julgamento de recursos inominados. Os resultados apontam que, na maioria dos casos, os julgados reconhecem dano moral quando há falha na atualização do nome social nos sistemas bancários e nas comunicações endereçadas ao/a consumidor/a, causando constrangimento e exposição vexatória à pessoa trans. Nessas situações, a fundamentação baseia-se, sobretudo, na garantia dos direitos fundamentais ao nome e à identidade de gênero, na responsabilidade civil objetiva do fornecedor e em precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca do reconhecimento à identidade de gênero das pessoas trans. Contudo, em algumas decisões, a tese do “mero aborrecimento” ainda é utilizada para afastar a indenização, desconsiderando-se o caráter fundamental dos direitos ao nome e à identidade de gênero, o que sugere uma resistência ao reconhecimento das identidades trans por parte de alguns julgadores. Esse contraste entre decisões evidencia a persistência de uma cultura jurídica ainda influenciada por padrões cisnormativos, que desafiam a efetivação dos direitos fundamentais da população trans.

AGÊNCIAS E POÉTICAS DA INSURGÊNCIA: DIREITO AO LUTO AOS CORPOS TRANS E CONSTRUÇÃO DE NOVOS MUNDOS POSSÍVEIS

TAISSA ALBERTINA DE NADAI, ANGELA COUTO MACHADO FONSECA

Este trabalho possui como tema o luto e a negação da identidade trans e objetiva expor mazelas sofridas por estes corpos no Brasil, mas, também, demonstrar como a resistência criativa de quem vive à margem pode ser lida como potência precursora da imaginação de novos mundos possíveis, que efetivamente garantam, a todos, o direito à identidade, à dignidade e ao luto. Para isso, à luz das reflexões de Judith Butler sobre enquadramentos sociais, vulnerabilidade e interdependência, discute-se sobre como os corpos trans, no país que mais os mata, não são considerados passíveis de luto, mediante exemplos nos quais eles não tiveram seus direitos garantidos após a morte, com a utilização de seus nomes mortos em suas lápides (isto é, abordando a espinhosa luta por reconhecimento do nome social após o falecimento). Então, demonstra-se a importância da afirmação da identidade (com processos de retificação de nome, por exemplo) como forma de empoderamento, aceitação e mudança social, e propõe-se reflexão sobre como a resistência desses corpos, que transitam entre o gênero/mundo “straight” (conceito de Paul Preciado) e o gênero/mundo “dissidente” é emanadora de potência pungente de transcendência dos binarismos diversos contidos na constituição da sociedade cis-hetero-patriarcal, posto que enseja a criação/imaginação de outros mundos possíveis. Destaca-se, nesse sentido, e em derradeiras discussões, a construção de túmulos para pessoas trans falecidas – em agenciamento coletivo realizado por pessoas trans vivas – no Cemitério Santa Cândida, em Curitiba/PR (enquanto prática literal de transitar entre mundos), e a utilização da arte-denúncia-escrevivência como forma de (re)sensibilização acerca da realidade vulnerável dos corpos – ou, em outras palavras, uma insurgência poética, também trabalhada na obra de Butler, e agora evidenciada pelos versos de Diana Salu, como forma de realizar rasgos no sistema e, neles, fazer (re)nascer oportunidades/vidas plurais.

OS IMPACTOS DA RETIFICAÇÃO DA CERTIDÃO DE ÓBITO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE PESSOAS LGBTQIAPN

VINCENT PARDO BORGES FREITAS, PEDRO ANTONIO VILERÁ FEITOSA, LEONARDO RODRIGUES MELLO, ANA MICHELAN

Este trabalho tem como objetivo investigar os impactos da retificação da certidão de óbito como instrumento de preservação da memória de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente no que se refere à identidade de gênero e ao nome social. Parte-se do entendimento de que o direito à memória digna é componente essencial da cidadania plena, conforme discute Dimitri Sales, ao enfatizar a necessidade de um Estado que reconheça e respeite identidades dissidentes mesmo após a morte. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de casos concretos e normativas do registro civil brasileiro, buscando compreender como o Judiciário e os cartórios têm respondido às demandas por retificações post mortem. Os resultados preliminares indicam avanços pontuais, como decisões judiciais que autorizam alterações nos registros, mas também evidenciam entraves institucionais e culturais profundamente enraizados. Tais entraves revelam como o próprio Direito, enquanto sistema normativo e discursivo, opera como um dispositivo de produção e perpetuação do binário cisheteronormativo, limitando as possibilidades de reconhecimento identitário das pessoas trans e travestis. Ao funcionar segundo lógicas formais e burocráticas que demandam comprovações e critérios baseados em padrões cisnormativos de inteligibilidade, o Direito tende a reafirmar fronteiras normativas de gênero mesmo no momento da morte. Diante disso, a pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre o papel do Direito na produção da memória social e na possibilidade de reparação simbólica e justiça histórica para populações marginalizadas. Conclui-se que a possibilidade de retificação da certidão de óbito não é um mero ato administrativo, mas uma medida profundamente política, que afirma o direito à existência, à memória e à dignidade das pessoas LGBTQIAPN+, desafiando o monopólio estatal e jurídico sobre a definição do que pode ser lembrado, nomeado e reconhecido.

ENTRE O DECRETO E A DIGNIDADE: LIMITES DA POLÍTICA ESTADUAL DE NOME SOCIAL NO MATO GROSSO DO SUL
VINCENT PARDO BORGES FREITAS, PEDRO ANTONIO VILERÁ FEITOSA, LEONARDO RODRIGUES MELLO, ANA MICHELAN, EDUARDO HENRIQUE GOMES CHALUB

Esta pesquisa investiga os contrastes entre a Política Nacional de Nome Social, instituída pelo Decreto nº 8.727/2016, e a Política Estadual de Mato Grosso do Sul, regulamentada pelo Decreto nº 13.640/2013, com foco na efetividade do direito ao nome social no contexto da empregabilidade de pessoas trans e travestis. Com base em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de casos, o trabalho examina a aplicação prática da norma estadual, suas lacunas, contradições e possíveis inconstitucionalidades. A partir de uma abordagem crítica ancorada em noções de biopolítica e controle, considera-se como os documentos oficiais funcionam como próteses estatais que regulam a inteligibilidade dos corpos dissidentes. No estado de Mato Grosso do Sul, identifica-se um descompasso entre o reconhecimento jurídico-formal da identidade de gênero e a persistente exclusão social, especialmente no mercado de trabalho público. O discurso normativo de inclusão convive com práticas institucionais excludentes, revelando a fragilidade da política pública em garantir dignidade substantiva. Conclui-se que a efetivação do nome social, embora fundamental, demanda mais que atos administrativos: exige transformação estrutural no modo como o Estado reconhece, documenta e emprega sujeitos trans e travestis, especialmente em contextos marcados por fortes dispositivos de controle e apagamento identitário.

IDENTIDADE DE GÊNERO TRANS E INTERSEXO: DA OMISSÃO LEGISLATIVA NA NOVA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS (2022) E CÓDIGO CIVIL (2002) AO SUPRIMENTO JUDICIÁRIO DA LACUNA LEGISLATIVA NA ADI 4.275 DO STF (2019) E PROVIMENTO 149 DO CNJ (2023)
BRENDHON ANDRADE OLIVEIRA

A Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973) regulamenta a autenticidade, a segurança e a eficácia das normas dos atos jurídicos. Este trabalho dedica-se aos limites e possibilidades gerados pelos impactos nas alterações da Lei nº 14.382/2022, com foco nas Pessoas Naturais. A novel legislação, a título exemplificativo, inaugurou a desburocratização de registros, que passaram a permitir alterações de prenome e sobrenome diretamente nos cartórios e evidencia novo tratamento nas terminologias empregadas, mencionando inclusão de sobrenome de companheiro de enteado e enteadas, indicando um contexto de desjudicialização dos procedimentos, equiparação de direitos entre união estável e casamento, igualdade entre filhos havidos dentro do casamento e enteado. Inegáveis são os aperfeiçoamentos compostos pela Lei 14.382/22, muito embotra, também seja antiquada quanto aos direitos de identidade de gênero, já reconhecidos na jurisprudência pela ADI 4.275 do Supremo Tribunal Federal (2018) e regulamentados pelo Provimento nº 149 do Conselho Nacional de Justiça (2023), que trata em seu dos Dados Relativos à Pessoa Transgênero nos art. 516 ao 523, enquanto cuida das Pessoas Com Sexo Ignorado (Intersexos), nos art. 524 ao 530. A Lei de Registros Públicos, que dispõe ao lado do Código Civil, dos direitos de personalidade, poderia optar em proteger esses direitos relativos às pessoas transsexuais e intersexo de forma positivada, mas escolheu não fazê-lo. A legislação, embora nasça com tons progressistas, ainda patina sobre questões LGBTI. Pergunta-se: mais uma omissão deliberada do Poder Legislativo que nunca não aprovou nenhuma legislação específica ou geral para a população LGBTI e com base na jurisprudencialização dos direitos LGBTI, o CNJ, supre a lacuna legislativa, por meio do referido Provimento? Essas questões servirão de hipóteses que serão testadas na pesquisa pelo método hipotético-dedutivo e os mencionados documentos foram coletados pela técnica análise documental.

PERSPECTIVAS SOBRE A RELAÇÃO SEXO-GÊNERO: ESSENCIALISMO, CONSTRUCIONISMO E TEORIA QUEER
NILSON DIAS DE ASSIS NETO

O artigo examina, sob perspectiva jurídica, abordagens teóricas centrais sobre a relação entre sexo-gênero — essencialismo, construcionismo e teoria queer — e suas implicações para a tutela de direitos humanos e fundamentais no contexto ocidental contemporâneo. O problema de pesquisa indaga em que medida essas concepções se mostram compatíveis com a evolução dos direitos humanos, especialmente na promoção da igualdade e liberdade de identidade de gênero. O objetivo geral é analisar criticamente cada perspectiva, esclarecendo fundamentos conceituais e seus reflexos na legislação e na jurisprudência, com destaque para decisões judiciais brasileiras e parâmetros dos sistemas internacionais de direitos humanos. A metodologia é teórico-analítica e interdisciplinar, combinando revisão bibliográfica de autoras centrais como Simone de Beauvoir, Michel Foucault e Judith Butler, com análise de fontes jurídicas, como constituições e tratados, normas antidiscriminatórias e precedentes judiciais. O referencial teórico ancora-se nas teorias feminista, pós-estruturalista e queer, articulando a desconstrução da naturalização das diferenças sexuais e a performatividade de gênero. Os resultados indicam que o essencialismo, ao naturalizar o sexo biológico e subordinar o gênero, revela-se restritivo e incompatível com princípios contemporâneos de igualdade. Já o construcionismo, ao demonstrar que sexo e gênero são construções históricas,

fornece base mais consistente para políticas e decisões judiciais inclusivas, embora ainda reproduza categorias identitárias fixas. Por fim, a teoria queer amplia a crítica ao binarismo ao conceber sexo e gênero como performatividades abertas, sugerindo transformações estruturais no Direito para o reconhecimento da pluralidade identitária. Conclui-se, assim, que, na ordem jurídica atual, as abordagens construcionista e queer oferecem fundamentos mais alinhados ao estado da arte dos direitos humanos, reafirmando a dignidade, a autonomia e a diversidade.

HOMONACIONALISMO NA CONTRARREFORMA TRABALHISTA DE 2017? CONSIDERAÇÕES SOBRE A PREVISÃO DA SEXUALIDADE COMO HIPÓTESE DE DANO EXTRAPATRIMONIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
BRENDHON ANDRADE OLIVEIRA

O presente trabalho centra-se na da dignidade do trabalho LGBTI, partindo de alguns fatos que levam ao problema e hipótese do estudo. Fato primário é que a Contrarreforma Trabalhista de 2017, em seu art. 223-C, do Título II-A – Do Dano Extrapatrimonial, prevê que “A honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física” (Brasil, 2017). Em segundo lugar, o Congresso reluta desde o processo constituinte em incluir previsões sobre sexualidade e gênero relativos à comunidade LGBTI, tampouco aprovou legislações específicas protetivas, fato esse comprovado pelo Brasil ter uma proteção à comunidade jurisprudencializada, ainda não positiva (Oliveira, 2024). O terceiro fato é que as políticas públicas LGBTI, especialmente as de trabalho, desde o Brasil Sem Homofobia (2004) até o governo atual, sofrem com fragilidade legal, descontinuidades e insuficiência de orçamento, bem como resistências na seara da moralidade pública na implementação de ações e programas (Irineu e Oliveira, 2020). É preciso considerar também que tal previsão no contexto em que vem alocada, que é o da contrarreforma neoliberal das relações de trabalho, potencializa a exploração dos/as trabalhadores/as no Brasil (Figueiras, 2019). Pergunta-se: por que esse dispositivo logo e apenas na Reforma Trabalhista? A hipótese é que essa é uma estratégia neoliberal daquilo que o conceito de “homonacionalismo”, uma vez que “a compreensão de como as complexidades de ‘aceitação’ e ‘tolerância’ à população LGBT e suas demandas se ‘tornaram um barômetro pelo qual o direito e a capacidade de soberania nacional são avaliados’ e considerados democráticos” (Irineu, 2014, p. 173). Avalia-se essa previsão como uma captura neoliberal e homonacionalista por precarizar os direitos trabalhistas em favor do mercado, impactando inclusive nas relações de trabalho de pessoas LGBTI.

SESSÃO 25

QUEM PODE SER UM TWINK?: O ENQUADRAMENTO CONTRADITÓRIO DA MASCULINIDADE “TWINK” COMO DISSIDENTE E CÚPLICE NO SITE PORNHUB
BERNARDO DA CRUZ DE SOUZA

A discussão sobre masculinidades tem crescido nos estudos de gênero ao revelar que homens também são moldados por normas sociais. Butler (1990) alerta que o gênero é uma performance imposta ao corpo, enquanto Connell (1995) complementa ao falar que a masculinidade se materializa em normas de comportamento. Ademais, reconhecer as múltiplas experiências da masculinidade (Bola, 2020), possibilita olhar identidades específicas, como o “Twink”, uma identidade gay que, recorrentemente, representa homens gays jovens. Então, quando percebe-se que “Twink” foi o termo mais procurado na pornografia gay em 2024 no site Pornhub, o qual ocupa a oitava posição de site mais acessado no mundo, tendo 3,1 bilhões de acessos mensais, torna-se urgente analisar como essas normas se expressam nessa figura popular. Este trabalho analisa a categoria “Twink” no Pornhub como expressão de uma masculinidade que oscila entre dissidência e normatividade. Para isso, foram usadas duas etapas principais: revisão bibliográfica sobre masculinidade, gênero e interseccionalidade; e análise de conteúdo dos três vídeos mais vistos da categoria “Twink” no Pornhub. Avaliaram-se elementos de corporeidade, narrativa e simbolismo à luz de Connell, Butler e Bola, com apoio de dados do Pornhub Insights sobre consumo. A partir desses métodos, identificaram-se as quatro categorias de masculinidades conceitualizadas por Connell: hegemônica, subordinada, marginalizada e cúmplice. O que revelou uma tensão paradoxal. Embora subordinada, a masculinidade “Twink” opera como norma. Todos os “Twinks” eram brancos, magros e com poucos pelos, evidenciando a marginalização racial e corporal. Mas, as cenas sempre privilegiavam o prazer do parceiro ativo, reforçando uma hierarquia sexual. Então, a masculinidade “Twink” aparece como dissidente, mas mediada por estruturas hegemônicas e interseccionalmente marginalizadoras, mostrando que corpos subordinados podem ser convertidos em privilégios sem romper com o sistema dominante.

'SONHOS DE MULHERES COMUNS': UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A PASSAGEM DE ROBERTA CLOSE POR CUIABÁ EM 1984
MARCOS VINÍCIOS FAGUNDES SALESSE

O artigo analisa a cobertura jornalística da passagem de Roberta Close por Cuiabá, em 1984, a partir do conceito de outsider within (COLLINS, 2016) e dos debates sobre gênero e sexualidade propostos por Bento (2014), Butler (2016) e Araújo (2016). A pesquisa se debruça sobre edições do Jornal do Dia, que, naquele contexto, refletiam uma perspectiva desumanizante e sensacionalista sobre a presença da modelo trans na capital mato-grossense. O trabalho evidencia como a imprensa local contribuiu para a marginalização de corpos dissidentes de gênero, reforçando estigmas e apagando subjetividades. A análise destaca a forma como o corpo de Close foi tratado como um “espetáculo do diferente”, despertando curiosidade e repulsa, e denuncia a reprodução de discursos cisnormativos que negavam sua identidade de gênero. A insistência agressiva da imprensa, somada à recusa em respeitar os limites da entrevistada, ilustra o silenciamento sistemático imposto às pessoas trans. Do ponto de vista metodológico, o estudo adota uma abordagem qualitativa, com base na análise crítica do discurso de duas edições do Jornal do Dia, localizadas por meio de pesquisa documental na Hemeroteca Digital de Mato Grosso. As matérias foram examinadas a partir de categorias analíticas relacionadas à representação de gênero e às estratégias de desumanização e espetacularização da diferença. A investigação revela como a mídia contribuiu para perpetuar violências simbólicas e legitimar exclusões sociais, evidenciando a urgência de práticas comunicacionais mais éticas e inclusivas. O trabalho também contribui para a valorização da memória do movimento LGBTI+ em Mato Grosso, ainda pouco documentada em registros acadêmicos.

VIOLÊNCIAS, DIREITOS E POLÍTICAS LGBTI+: ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA NA ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO
FERNANDA PASIAN, LARISSA PELÚCIO

Este resumo apresenta uma investigação sobre como temas relacionados à direitos, políticas públicas e violências cometidas contra pessoas LGBTI+ circulam na cobertura jornalística da Argentina, do Brasil e do México. Para o monitoramento, configuramos 18 filtros no Google Alerts com palavras-chave relacionadas aos temas da pesquisa, personalizados conforme idioma e país. A produção foi organizada de acordo as seguintes categorias: país, tipo de organização (privada, pública ou independente), editoria, tema principal, formato, autoria, usos de fontes e menção à violência em contextos digitais. O período considerado foi de 1º de dezembro de 2024 a 31 de janeiro de 2025, resultando na sistematização de 578 produções jornalísticas. Ao analisá-las, identificamos que a distribuição geográfica das publicações que mencionam violências, direitos ou políticas LGBTI+ mostra concentração no México (36,3%), seguido por Brasil (34,4%) e Argentina (26,3%). A maioria vêm da mídia privada (80,9%), seguida pelo setor público (11,8%) e organizações independentes (7,3%). Entre as temáticas abordadas, prevalecem os conteúdos sobre direitos, seguidos de violências e eventos, que envolvem datas voltadas à visibilidade de pautas LGBTI+ ou protestos. Esses temas circularam, sobretudo, nas editorias de “política”, seguidas por “atualidades”, “sociedade” e “Direitos Humanos”. Quanto ao formato, observa-se a predominância de notícias e reportagens, com pouca incidência em colunas e editoriais. O padrão evidencia uma cobertura com escassa presença de análises ou textos autorais. Quanto à violência em contextos digitais, nota-se que o tema repercutiu na cobertura desses países após o anúncio das novas políticas da Meta. Destacamos que esses resultados preliminares fazem parte da primeira etapa de levantamento do eixo “Violência digital e colonialismo de dados”, que compõe a pesquisa Políticas Públicas LGBTI+ na América Latina e Caribe, financiada pelo CNPq.

MAPEANDO VESTÍGIOS DE PERFORMANCES QUEER (TRANSFORMISTAS E DRAGS) NA TV BRASILEIRA
RAFAEL BARBOSA FIALHO MARTINS

O objetivo deste trabalho é iniciar um mapeamento das presenças queer na TV brasileira a partir das performances de artistas transformistas e drag queens. Pensamos “[...] as artistas transformistas dentro da comunidade LGBTQIAPN+ não como uma categoria independente, mas em um ‘entrelugar’, no qual uma série de atravessamentos da própria arte perfaz o cotidiano dos sujeitos LGBTQIAPN+ e vice-versa, afastando-se da rigidez dos quadros regulatórios das identidades sexuais e de gênero e descrevendo uma identidade mais porosa e aberta a possibilidades outras” (Rodrigues Junior, 2024, p. 57). Metodologicamente, instituímos categorias de análise para todos os programas/quadros: gênero televisivo; formato; protagonismo ou coadjuvação; emissora ou instância de produção; longevidade da iniciativa e função narrativa da transformista/drag no respectivo formato. Como resultados, constatamos a predominância de formatos baseados na competição de beleza e performances. Predominam as produções de TV aberta convencional, mas chama atenção o recente aumento de produtos veiculados em plataformas de streaming. A maioria das produções, todavia, não é longaeva, não passando de duas ou três temporadas. Dos 13 quadros/programas encontrados, 6 são quadros dentro de programas de auditório e 7 são programas próprios. Apenas em 2014 surgiu o primeiro programa próprio sobre esse tipo de performance artística, e mesmo assim, de maneira independente na internet. Entre as funções narrativas de transformistas nos conteúdos mapeados estão: apresentação artística para competição, inspiração e encorajamento de pessoas e humor. Até hoje, nenhum

programa exclusivamente voltado à arte transformista foi produzido pela TV aberta brasileira, que ainda representa a hegemonia do mercado televisual brasileiro. Isto indica um local coadjuvante da temática na TV brasileira, que acenou a artistas drags e transformistas apenas em momentos fragmentados, descontínuos e sem o devido protagonismo ou reconhecimento.

“PENSOU QUE ERA MARGINAL?”: NANDO GALD, A PAUTA LGBTQIAPN+ E OUTROS CURRÍCULOS DE TORCER NO FUTEBOL
MARCELO RESENDE, LEDA MARIA DA COSTA, RICARDO FERREIRA FREITAS

A proposta deste trabalho é analisar a figura de Nando Gald, torcedor negro e LGBTQIAPN+ e que se tornou “torcedor-influenciador” do Vasco da Gama, clube que há alguns anos tem investido em representações vinculadas a pautas sociais para, desse modo, narrar sua memória e compor sua identidade clubística. Nando Gald investe em uma performatividade torcedora dissonante, tanto nas redes sociais quanto no estádio, indo na direção contrária à exaltação de uma masculinidade viril e heteronormativa tão presente nas pedagogias e currículos do torcer. Este trabalho se propõe a analisar Nando Gald, como uma figura complexa de um torcedor-influenciador que constrói a si mesmo como um espetáculo em diálogo com as demandas midiáticas, mercadológicas e políticas. Nesse sentido, entendermos o fenômeno aqui abordado como inserido em um contexto de reivindicação por mais direitos nos estádios para mulheres, a população LGBTQIAPN+ e outros grupos minorizados. Pretende-se analisar as representações midiaticamente tratadas de Nando Gald, no Instagram, a partir da análise de conteúdo (Sampaio e Lycarião, 2021), entendendo-as como manifestações impulsionadas pelas novas formas de interação rápida e colaborativa proporcionada pelas redes sociais virtuais que tem apontado para possíveis modificações e disputas no âmbito do torcer. O referencial teórico baseia-se nos estudos de Judith Butler (2023), Gustavo Bandeira (2024) e Luiza Aguiar dos Anjos (2022) para problematizar as causas da masculinidade hegemônica (Connell e Messerschmidt, 2013) no futebol que formam pedagogias do torcer que excluem indivíduos LGBTQIAPN+, mulheres e outras minorias dos estádios. Os resultados iniciais apontam para aceitação e atuação política de Nando Gald, homem negro e gay afeminado, apesar de sofrer ataques homofóbicos, como divulgado pelo torcedor-influenciador em seu Instagram em vídeo, que será o objeto de análise deste trabalho.

A DISPUTA DA VONTADE DE AÇÃO DE PESSOAS CIS A PARTIR DA COMUNICAÇÃO COTIDIANA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DE PESSOAS TRANS
ELDRA LA FONTE ALBUQUERQUE DE CARVALHO

Corpos trans lutam diariamente para existir, e parte dessa disputa ocorre no âmbito da comunicação interpessoal, lugar para onde se voltará nossa atenção nesta pesquisa. Entendendo que somos uma minoria quantitativa, lutar pelos direitos trans significa precisar de pessoas cis aliadas. Seja entre nossas amizades ou companheiros de luta, disputar a vontade de ação política dessas cisgenderidades é um processo diário que é essencial para a sobrevivência de pessoas trans, travestis e não-binários, principalmente em um contexto em que somos utilizadas de bode-expiatório para as consequências socioambientais do Capitalismo e isso se torna mais uma justificativa para nossa perseguição. Neste artigo, que é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, pensará-se sobre as estratégias utilizadas pela comunidade trans para convencer pessoas cis à se somarem em nossas trincheiras, se aliando às nossas lutas por direitos perante o Estado e pela ocupação dos espaços públicos para além daqueles aos quais fomos social e historicamente limitadas. Para tal, inspirei em metodologias cuir, teço uma (auto)etnografia em diálogo com minha própria experiência e de outros membros da comunidade onde fazemos nossa reexistência – o ABC Paulista, no estado de São Paulo. Parto da hipótese que a disputa da ação não acontece sem a convivência no cotidiano, portanto, a análise está centrada no horizonte comunicacional situado no ABC, incorporando análises que vão além do espaço físico. Subjacente a esta hipótese é aquela de que as alianças cis-trans ocorrem nos espaços onde existe confiança. Dessa forma, a pesquisa coloca no centro a interação entre a autoria e outros membros da comunidade trans com possíveis aliados, e como a comunicação do cotidiano é essencial para fazer com que o corpo cis se importe com nossa dor a ponto de querer mudar a situação social em que vivemos.

LAMBE-LAMBES: DIÁLOGO E COMUNICAÇÃO VISUAL ENTRE MARIMACHAS/SAPATÃO/LÉSBICAS E CIDADE
LIA VALLEJO TORRES, LUCIENE DE OLIVEIRA DIAS, LI VALLEJO TORRES

A dissertação investiga as corporeidades e existências marimachas/sapatão/lésbicas invisibilizadas pelo sistema colonial capitalista heterocisnormativo e como essas subjetividades podem propor narrativas próprias na cidade. O tema central é a comunicação visual contra-hegemônica como ferramenta política e estética para afirmar essas existências e disputar imaginários sociais. Os objetivos da pesquisa é compreender como essas identidades transitam e se comunicam no espaço urbano de Goiânia; propor mediações em primeira pessoa que rompam apagamentos históricos; criar estratégias de diálogo visual para fortalecer a memória cultural das marimachas/sapatão/lésbicas plurais e diversas. Como os

imaginários sociais constroem e limitam o transitar e os imaginários sobre nos como existências diversas? A metodologia adota pesquisa qualitativa e participante, com abordagem coletiva centrada em sujeitas/sujeitos marimachas/sapatão/lésbicas. As etapas da pesquisa são pesquisa bibliográfica; entrevistas semi-estruturadas; oficina criativa; produção de cartazes lambe-lambes coletivamente; intervenções urbanas documentadas diariamente com registros fotográficos para ver a interação das pessoas da cidade com os diálogos propostos com os cartazes. A prática artística é incorporada como método de investigação e produção de conhecimento. Os resultados parciais mostram que os lambe-lambes funcionam como próteses textuais e corporais na cidade, provocando diálogos, incômodos e afetos. As oficinas revelaram demandas por espaços diálogo e criação coletiva para alimentar a potência de narrativas visuais em primeira pessoa. As intervenções geraram diálogos e reações evidenciando o potencial dos cartazes como estratégias de comunicação independente e de reconstrução de imaginários sobre as existências marimachas/sapatão/lésbicas. Ocupar a cidade com imaginários e vozes dissidentes é também um ato político de memória, visibilidade e resistência.

PETER JACKSON EM UMA NOITE DE ESTRELAS: MEMÓRIAS E INSURGÊNCIAS LGBTIA+ NA MARÉ
BRUNO NASCIMENTO DE SOUZA

Este trabalho parte das contribuições da Geografia crítica e cultural para refletir sobre as relações entre espaço, corpo, cultura e insurgência, tomando como referência o espetáculo Noite das Estrelas, festa performativa realizada entre os anos 1980 e 1990 no Complexo da Maré (RJ), com protagonismo de sujeitos LGBTIA+ periféricos. A partir de memórias e vivências coletadas no território, devidamente documentadas por jovens moradores e pesquisadores locais, buscamos compreender como práticas culturais faveladas se afirmam como estratégias de reexistência e insurgência diante das estruturas ideológicas que historicamente marginalizaram corpos dissidentes. Ancorados nas reflexões de Peter Jackson, analisamos a cultura como campo de disputa simbólica, onde se reproduzem hierarquias sociais, mas também onde emergem forças de contestação e invenção. A remontagem da festa em 2023 é entendida como um ato político-estético que convoca ancestralidades, desafia normas de gênero e raça, e transforma as ruas da Maré em palcos vivos de expressão e memória. Ao acompanhar performances, relatos e expressões de travestis, lésbicas, bixas pretas e demais sujeitos dissidentes, propomos pensar a favela não como ausência ou problema, mas como território de produção de sentidos e de reinvenção coletiva. A Geografia, neste contexto, permite lançar luz sobre as formas como o espaço é vivido, disputado e ressignificado por populações historicamente subalternizadas. A festa, portanto, é analisada como prática espacial insurgente, capaz de romper com o epistemicídio e afirmar outras possibilidades de existência nas bordas do sistema.

CIBERESPAÇO DAS REDES SOCIAIS: O “NÃO-OLHAR” COMO TÉCNICA DE CORPO, PRÁTICA DE VISIBILIDADE FETICHISTA, HOMOERÓTICA E CÍNICA
ARTHUR MARQUES DE ALMEIDA NETO, NILTON ABRANCHES

Discute-se sobre a sexualidade como dispositivo de poder no ciberespaço, especificamente, para o engajamento de postagens nas redes sociais. Parte-se do exemplo do uso do “não-olhar” por sujeitos nas redes sociais, termo para designar a prática de não direcionar o olhar para a câmera em postagens – fotos e/ou filmagens, - compreendida como propósito de fingir não ser visto, tal como ocorre na linguagem teatral sobre a (não) relação com a “quarta parede” (a dimensão da plateia, que observa o espetáculo). Nesse viés, a técnica corporal do “não-olhar” é relacionada como uma “prática de visibilidade” para garantia de engajamento, cuja informação, nomeada como “conteúdo”, é baseada em forte apelo erótico e/ou sensual e interpela o observador ao compartilhamento de uma suposta intimidade do sujeito, paradoxalmente, em situação de espetáculo, publicamente exposto. Reflete-se sobre três aspectos: o “não-olhar” como sintoma fetichista – híbrido de voyeurismo e exibicionismo – como prática de visibilidade, gesto normalizado no ambiente das redes sociais; O desmantelo da armadilha da visibilidade pela vigilância que aciona como poder coercitivo, uma vez que, em contradiscurso, a prática do “não-olhar” interpela, espetacularmente, a ser visto, sabendo que se é visto: uma vigilância desejada que desmantela a possibilidade do punir; Por último, o “não-olhar” como prática de razão cínica, em sentido ideológico, do saber o que se faz e continuar a fazer. Pressupõe-se que o “não-olhar”, como técnica do corpo e prática de visibilidade, consolidou-se nas redes sociais como processo cognitivo e cultural, atrelado ao consumo de padrões e estereótipos de corpos ideais, saudáveis e belos, ditados biopoliticamente. Acresce-se à reflexão o forte aspecto homoerótico fetichista explorado pela prática do “não-olhar” pelos sujeitos, digam-se, homens cis, usuários do Instagram, autodeclarados como “ogãs”. A pesquisa de pós-doutoramento se encontra em andamento no PPGEU da UERJ.

SAIR DO ARMÁRIO COMO ATO POLÍTICO E RESISTÊNCIA À CISHETERONORMA: EXPERIÊNCIAS DE REVELAÇÃO DA IDENTIDADE SEXUAL
HIGOR LOPES ANDRADE, EVALDO FERREIRA, JOSELI MARIA SILVA, LUCIENE NEVES SANTOS

Este trabalho apresenta uma pesquisa qualitativa sobre o processo de “sair do armário” entre pessoas LGBTQIAPN+, com o objetivo de compreender os

significados, experiências e impactos dessa vivência à luz das normas cisheteronormativas. A partir de entrevistas com sujeitos que relataram suas trajetórias de “coming out”, observou-se uma divisão significativa nas reações familiares e sociais. Enquanto cerca de 50% dos entrevistados relataram aceitação, ainda que permeada por tensões, a outra metade vivenciou episódios de rejeição, violência simbólica e física, e até mesmo incitação ao suicídio por parte de familiares. Tais narrativas evidenciam como a cisheteronorma estrutura o espaço social, impondo sanções àqueles que destoam da “normalidade” sexual e de gênero. O trabalho adota como método a análise de conteúdo, entrevista semiestruturada e fundamenta-se em autores como Trevisan (2004), Andrade et al. (2023) e Pereira (2019), que compreendem o ato de se assumir não apenas como experiência íntima, mas como ação política de enfrentamento à marginalização histórica das identidades dissidentes. Os resultados indicam que o processo de revelação da identidade pode ser tanto libertador quanto traumático, dependendo do suporte familiar e do contexto sociocultural. A pesquisa contribui para refletir sobre os desafios da afirmação identitária em sociedades marcadas pela normatividade excludente e a necessidade de políticas de acolhimento e apoio psicológico para pessoas LGBTQIAPN+.

REPRESENTATIVIDADE E REPRESENTAÇÃO: BASTA A ESTÉTICA? UM CASO AFROINDÍGENA NO BASQUETE DA NBA
DANIEL PIRES MENDES, CAMILA REIS TOMAZ

O presente estudo apresenta um estudo de caso de atleta da liga internacional de basquete do Estados Unidos da América, NBA. Kyrie Irving, atualmente atleta do Dallas Mavericks, teve suas entrevistas, postagens em redes sociais e matérias amplamente divulgadas acompanhadas por cinco anos e analisadas à luz da construção identitária do atleta durante lutas por retomada territorial de sua etnia de origem. Durante o tempo de observação (2020-2025), o atleta se afirmou quanto a etnia, orientação política e espiritualidade com declarações amplamente veiculadas e decisões que alteram o curso de sua vida profissional no campeonato. Essas declarações e seus investimentos estéticos explícitos e contextualizados em entrevistas e postagens foram analisadas quanto a re-territorialização étnica pelo atleta e as reverberações de sua visibilidade nesse processo quanto a demarcação, legitimação e proteção de terras nativas. Destacam-se dados de melhora em indicadores de saúde mental de jovens nativos de sua e outras etnias, assim como o ingresso de outros nativos na liga. Assim como um aumento de posicionamentos políticos de jovens em redes sociais voltadas para assuntos desportivos por demarcação de terras, gerando visibilidade para a causa.

SESSÃO 26

NECROPOLÍTICA E A LEI DE DROGAS: OS IMPACTOS NO ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO LGBTI+
ANDERSON GOIS CARVALHO

O artigo propõe uma análise das políticas públicas a partir da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. A pesquisa se desdobrou através do meu projeto de conclusão de curso, defendido em 2019, no Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), do Campus dos Malês, com recorte para a população LGBTI+, que foi encarcerada pela lei de drogas. A abordagem conceitual e teórica utilizada perpassa pela categoria Necropolítica, de Achille Mbembe (2003), diante das observações feitas na aplicação da lei de drogas, entrelaçadas aos dados levantados quanto ao encarceramento das pessoas LGBTI+ no Brasil. No artigo tento discorrer sobre o biopolítica na aplicação da lei de drogas, aumento de números de pessoas encarceradas no sistema penitenciário brasileiro, as marcas do cárcere na população LGBTI+, e a condição das mulheres privadas de liberdade. O uso da revisão bibliográfica sistemática como metodologia de pesquisa definiu o conjunto de procedimentos que conduziram à pesquisa, tendo sido norteado pela questão suscitada em torno das implicações e impactos da necropolítica e da lei de drogas na população LGBTI+ em situação de privação de liberdade. Definimos o recorte geográfico para o estado do Ceará, como forma de visibilizar as vivências destas populações neste contexto do Brasil. E para a coleta de informações empíricas, foram realizadas entrevistas na Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes, que indicam as percepções das apenadas sobre suas realidades e que podem sugerir leitura passível de enquadramentos.

À SOMBRA DO ARCO-ÍRIS: CASAS DE ACOLHIMENTO LGBTQIA+ E AS PESSOAS À MARGEM DO “ORGULHO”
FABRICIO CAMPOS LONGO DA SILVA

A partir da pesquisa etnográfica para minha tese de doutorado, que tem como tema o desabrigoamento de pessoas LGBTQIA+ e a luta pela formalização dos espaços de acolhimento para este segmento, a apresentação visa discutir o panorama contextual que envolve a questão no Brasil de 2025. O trabalho sobre a Rede Brasileira de Casas de Acolhimento LGBTQIA+ (REBRACA LGBTQIA+) tem como objetivo discutir tanto os processos políticos envolvidos na transformação de

uma necessidade em “causa”, bem como a questão subjetiva do pertencimento às categorias identitárias sexuais e de gênero, no caso de pessoas que se encontram sem moradia, muitas vezes, precisamente por serem pessoas LGBTQIA+. Os abrigos são criados e operam de maneiras diferenciadas, com a maioria deles surgindo através da iniciativa de ativistas que se deparam com o desabrigoamento na prática e decidem “colocar a mão na massa”. Assim, a formalização é um dos desafios primários para o estabelecimento dos espaços, de maneira que a troca de experiências na rede procura ajudar na instituição das casas como organizações de assistência social, englobando tanto as questões morais acerca dos projetos educativos e assistenciais desenvolvidos quanto a dimensão protocolar e burocrática de registrar uma ONG, buscar incentivos, legalizar os espaços ocupados, etc. Através da observação participante nas casas e de entrevistas tanto com acolhides quanto com as pessoas gestoras dos espaços e com lideranças políticas, o trabalho versa sobre um processo político em curso, com seus desdobramentos institucionais, e também sobre as divergências de visões de mundo entre pessoas LGBTQIA+. Os resultados parciais indicam que o “não-lugar” ocupado pelas LGBTQIA+ desabrigadas é produto não só da LGBTifobia, mas também da priorização de outras pautas dentro do movimento, de forma que os sujeitos “à margem do orgulho” acionam as categorias identitárias de maneira estratégica, na disputa por recursos e direitos que está sob o teto dos abrigos.

SAÚDE, SEXUALIDADES, CUIDADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: PENSANDO OS USOS DA PREP POR HOMENS GAYS NO BRASIL
MOISÉS ALESSANDRO DE SOUZA LOPES

Essa comunicação tem como objetivo apresentar uma pesquisa que está em início de desenvolvimento e que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento sistemático de um estudo sobre a construção das masculinidades de homens gays e bissexuais no Brasil contemporâneo analisando especialmente as inter-relações entre saúde, sexualidade e desejo (práticas de risco e práticas de cuidado); as articulações entre práticas sexuais, (auto)cuidado e políticas públicas (usos, agenciamentos, moralidades e seus impactos na efetivação de políticas públicas de saúde); e, finalmente, as tensões que envolvem às políticas da vida e experiências sociais no campo da violência (os campos do machismo, das LGBTfobias e inclusive da violência institucional). A pesquisa será realizada utilizando a metodologia qualitativa com o desenvolvimento de pesquisa multissituada envolvendo o uso de entrevistas semiestruturadas, bem como da observação participante em páginas de internet e grupos de discussão sobre masculinidades.

MANIFESTO ANTROPOBIXA: MASCULINIDADES EFEMINADAS COMO TECNOLOGIA DE RESISTÊNCIA FILOSÓFICO ANTROPOLÓGICA.
VINICIUS LUIS PIRES QUEIROZ, MARÉ MAGALHÃES MOREIRA, ROBSON PEREIRA DA SILVA

Estudos que apontam as masculinidades enquanto constructos socioculturais, apesar de serem relativamente “recentes”, já são considerados incontornáveis no debate acadêmico, especialmente, nos debates acerca dos estudos de gênero e sexualidade. Pesquisas provenientes de diversas áreas das ciências humanas, com abordagens epistêmicas e metodológicas variadas compõem uma bibliografia ampla, reiterando a importância do tema para as ciências humanas e para disciplinas correlatas. Contudo, nota-se que as contribuições de pesquisas e pesquisadoras/es divergentes da hétero cis normatividade para os estudos em Masculinidades ainda são pouco consideradas, resultando numa espécie de “ostracismo” acadêmico. Nesse sentido, o presente trabalho busca apontar essas contribuições por meio de uma revisão bibliográfica sobre os estudos em masculinidades, seguida por comentários ensaísticos sobre o material revisado. Nosso intuito é evidenciar a importância dessas pesquisas (realizadas por pesquisadoras/es divergentes da hétero-cis normatividade) para os estudos em gênero e sexualidade de maneira geral, e em estudos sobre masculinidades especificamente. Destacando, sua efetividade interpretativa e descritiva para compreensão de diferentes estruturas significantes, na qual as masculinidades se constroem. Também buscamos notabilizar a importância ética e política de tais pesquisas (e das corporeidades que as realizaram), tendo em vista o caráter crítico das mesmas no que se refere às relações de poder que permeiam as concepções coletivas sobre o gênero, sexualidade e outros marcadores sociais inscritos, expressos ou manifestados a partir dessas corporeidades dissidentes.

ENVELHECIMENTO DE MULHERES LÉSBICAS CISCÊNERO NA CIDADE DE GOIÂNIA: INTERSECCIONALIDADES, DESAFIOS E RESISTÊNCIAS
PRISCILA MARÍLIA MARTINS, CARLOS EDUARDO HENNING

Recém-iniciada no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás, a seguinte pesquisa em andamento visa a trazer reflexões e compartilhamentos, a partir de uma análise interseccional do envelhecimento de lésbicas na cidade de Goiânia. O objetivo desta pesquisa é pensar o impacto de marcadores sociais das diferenças na construção de experiências de envelhecimento de mulheres lésbicas ciscênero na cidade e como este impacto reflete no acesso a redes de apoio, afeto e políticas públicas. Para este momento, proponho uma revisão teórica a partir de lentes decoloniais e mesmo

contracoloniais que promovam uma melhor compreensão de uma experiência plural de envelhecimento lésbico na cidade. Parto, ainda, de minha experiência enquanto sapatão negra cisgênero, ativista e acadêmica, de origem periférica, vivendo em Goiânia, em processo de envelhecimento, a fim de pensar, para além das especificidades do contexto cultural e social local, sobre como diferentes dimensões identitárias afetam a experiência de envelhecimento e também o acesso a redes de apoio, afeto e políticas públicas.

MAPEANDO O TRANSFEMINISMO: PERCURSOS E TRAJETÓRIAS DO PENSAMENTO TRANSFEMINISTA NO BRASIL
HAILEY KAAS ALVES PEDRO DA SILVA

Este trabalho tem por objetivo propiciar reflexões multi-(in)disciplinares em torno de questões que perpassam travestilidades, transexualidades e transgeneridades, por meio de pesquisas acadêmicas e debates políticos transfeministas que têm se desenvolvendo no país no período de pelo menos uma década. Com especial atenção a trabalhos produzidos por autories e pesquisadories trans, pretende-se abordar diferentes perspectivas, que revelam modos diversos de vivenciar gênero e sexualidade (atravessados por outros marcadores sociais da diferença como corpo, raça, etnia, geração, geografia, etc.), de ocupação de territórios, de existir e sobreviver em contextos sociais e históricos distintos e de produção de suas próprias subjetividades e coletividades. Para isso, o trabalho tentará mapear, por meio de entrevistas, os percursos e sentidos que o transfeminismo adotou nesse período sendo capaz de transformar não só a linguagem, mas também a forma como as ciências sociais enxergam as pessoas trans como "campo" na atualidade.

FAMÍLIA, GÊNERO E ESTADO NAS REQUALIFICAÇÕES CIVIS DE PESSOAS TRANS
PATRICK MONTEIRO DO NASCIMENTO SILVA

Este trabalho tem como objetivo apresentar parte da pesquisa em andamento para tese que tem como tema as requalificações civis de pessoas trans e travestis. A pesquisa etnográfica iniciou em janeiro de 2023 junto à Justiça Itinerante no Rio de Janeiro e a organizações que atuam em conjunto com ela. Os avanços da pesquisa em torno de como "família", "gênero" e "Estado" se relacionam nesse contexto são o foco deste trabalho. Os processos nos quais essas relações ficam mais evidentes são aqueles nos quais as famílias requerem judicialmente a alteração em nome da outra pessoa. São eles os processos de requalificação post mortem, nos quais familiares solicitam a alteração dos documentos após a morte de uma pessoa trans ou travesti, com o objetivo de respeitar a sua memória. E também os processos de crianças e adolescentes trans, que precisam de representação legal para que o processo possa ocorrer. Apesar de a "família", muitas vezes ser um espaço de violência para pessoas trans, esse recorte da pesquisa visa mostrar outras formas como famílias de pessoas trans existem e atuam. O trabalho apresenta as descrições etnográficas de audiências, sentenças e conversas com mães de crianças e adolescentes trans. Assim, procura demonstrar como a categoria "família" é construída nesses contextos e a forma como ela é mobilizada em negociação com "Estado" para reivindicar direitos que estão conectados com as relações de gênero, como o direito à dignidade póstuma e o direito ao nome para pessoas trans e travestis.

“A GENTE GRAVA, DEPOIS TIRA FOTO!”: EXPERIÊNCIAS DE HOMENS CISGÊNEROS NOS MERCADOS DO SEXO ONLINE
JÔNATAS STRITAR ALAMAN

O apresenta pesquisa diz respeito a observações feitas em ambientes digitais convergentes com práticas contemporâneas de exercício do trabalho sexual, levados a cabo por homens cisgêneros. Meu intuito é apresentar os caminhos percorridos quando buscava compreender os usos e estratégias destes homens nos mercados do sexo contemporaneamente. Apresento, assim, reflexões de meus diários de campo que versam sobre a presença destes sujeitos em redes sociais e sites de acompanhante e a maneira como se utilizam desses mediadores digitais. Procuro, então, lançar luz sobre as interseções possíveis entre tais fenômenos e as tensões políticas consequentes dos processos de acomodação dos mercados do sexo aos meios digitais atualmente.

CHAMADO OU REFÚGIO? A ATRAÇÃO DOS CONVENTOS PARA MENINOS GAYS SOB ALENTE DA NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA
FRANCISCO RODRIGO PAIVA DOS SANTOS, MARTINHO TOTA, MARCO TÚLIO AGUIAR MOURÃO RIBEIRO, TATIANA FIUZA

Resumo:
Tema: Este trabalho aborda as experiências de meninos gays que ingressam na vida religiosa dos conventos católicos, explorando as ambivalências entre vocação, desejo e repressão sexual nesses espaços de formação clerical. Parte-se da provocação: por que os conventos se tornam lugares possíveis — e por vezes desejados — para meninos gays? Objetivos: O estudo tem como objetivo compreender os fatores simbólicos, subjetivos e estruturais que tornam os

conventos espaços atrativos para meninos gays. Busca-se refletir sobre como esses espaços operam simultaneamente como territórios de contenção do desejo e, paradoxalmente, de acolhimento, pertencimento e vivência homoerótica e afetiva. Métodos: A pesquisa utiliza a metodologia narrativa autobiográfica, ancorada em abordagens das ciências sociais que reconhecem o potencial analítico de trajetórias individuais para iluminar dinâmicas sociais mais amplas. A partir da minha experiência como homem negro, cis e gay que viveu durante um ano e meio num convento no Ceará, cruzo minha narrativa com autores como Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Judith Butler, bell hooks, Paul Preciado, Carla Akotirene e Rita Segato, mobilizando conceitos como panoptismo, habitus religioso, performatividade de gênero, violência simbólica e interseccionalidade. Resultados parciais ou finais: A análise revela que os conventos funcionam como dispositivos ambíguos: ao mesmo tempo que reproduzem normas cisheteronormativas e promovem a repressão da sexualidade dissidente, também oferecem abrigo material, possibilidade de mobilidade simbólica e um espaço protegido para a vivência do afeto e do desejo entre iguais. A presença de vínculos homoeróticos, mesmo que silenciados, aponta para a existência de uma comunidade tática queer que resiste nas brechas da norma. A saída do convento, motivada pelo afeto e pela busca de uma vida íntegra entre fé e desejo, é compreendida como gesto ético e político de resistência subjetiva.

MULHERES TRANS E A POLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO POLÍTICO PARLAMENTAR.
WANDERLEI SOUZA ABREU

Essa pesquisa trata-se de uma análise sobre a população trans e candidaturas políticas, em específico mulheres trans em suas trajetórias políticas, suas narrativas desde o processo de candidatura, campanha eleitoral, suas eleições, as atividades em seus mandatos e as relações estabelecidas enquanto mulheres trans no parlamento. Nesta investigação apresento as relações de poder institucionais e os reflexos no campo do gênero, pretendo através deste texto identificar como a produção cultural do corpo condiciona as funções sociais, e estrutura as relações sociais em instituições governamentais dentro do campo da binaridade de gênero. Base metodológica, análises documentais e bibliográficos a respeito de narrativas de pessoas trans no campo político e entrevistas fazendo uso da história oral, para apresentar a narrativa delas diante de suas vivências políticas. Para a discussão teórica utilizo como base referencial, Foucault (2013) relações de poder que regem as normas sociais, Goellner (2012) e a produção cultural do corpo, Butler (2006) conceito de performatividade, Louro (2012) a classificação dos corpos “normais” e os “diferentes”, Goffman (2012) o estigma aplicado nas transgressões de gênero. Por tanto, este trabalho delimita a contextualizar a trajetória de mulheres trans parlamentares e analisar o contexto político onde elas estão inseridas.

VOCÊ AINDA ME AMA? BREVES REFLEXÕES SOBRE HOMOFOBIA NO AMBIENTE FAMILIAR
GLEISSON ROGER DE PAULA COELHO

“Assumir” uma orientação afetiva sexual diferente da considerada normal (heterossexual) pode fazer com que as pessoas com as quais se convive desde o nascimento, passem a te olhar de forma diferente, como se fosse um estranho. Assim, além de passarem por um processo de autoaceitação marcado por episódios de isolamento, crises pessoais, dúvidas, e, em determinadas ocasiões, até uma busca por “cura”; também podem se deparar com o não acolhimento daqueles que até então diziam os amar. Logo, perguntas sobre aquele amigo e não sobre seu companheiro reflete a forma pela qual o relacionamento é visto. Portanto, a aceitação pode não vir ou necessitar de negociações contínuas. Dessa maneira, o objetivo desse trabalho é colaborar para o debate da homofobia no ambiente familiar a partir da colaboração de Alisson, Diogo, Gael, Mário e Patrick retratadas na etnografia realizado na capital mato-grossense de 2021 a 2022. Por fim, trata-se de um recorte da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso.

NÓS VAMOS BAGUNÇAR SUA GENEALOGIA: REFLEXÕES SOBRE PARENTESCO, COLONIALIDADE E DISSIDÊNCIAS SEXUAIS
FERNANDA EVANGELISTA BANDEIRA DE MELO, FERNANDA EVANGELISTA BANDEIRA DE MELO, FERNANDA SCAGLIUSI

Introdução: Os modos com que organizamos as relações de parentesco são profundamente marcados pela construção histórica do território. Sendo o Brasil profundamente impactado pela colonialidade que violentamente se impôs sobre os modos não modernos de organizar a vida, é negável o impacto da ciência moderna - enquanto ferramenta colonial - na valorização da genética como condutora dos laços de parentesco. Entretanto outros modos de pensar ainda se fazem possíveis a partir das vidas que se constroem nas fronteiras da normatização colonial. Objetivos: Discutir a relação entre a genética e as relações de parentesco a partir da experiência de um casal de mulheres cisgêneras em dupla amamentação. Métodos: Pesquisa de desenho qualitativo realizada a partir de entrevistas de roteiro semi-estruturado que aconteceram de março a dezembro de 2024 com casais de mulheres cisgêneras que optaram pela dupla amamentação. A análise e interpretação dos dados se deu a partir de análise de conteúdo, com mobilização

de teorias decoloniais e de gênero do Sul Global. Resultados: As reflexões aqui propostas visam ater-se a aspectos relacionados às dinâmicas de parentesco a partir do compartilhamento de um dos casais participantes da pesquisa. Na cena, o filho de uma das mulheres do casal torna-se o doador para a inseminação caseira da parceira de sua mãe - chamando atenção ao fato de que, apesar de bem estabelecida a dinâmica de parentesco proposta por elas, a informação permanece sigilosa para além da família nuclear. Aqui, propõem-se então uma análise, a partir de Jota Mombaga e o conceito de redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, pensando de que modo a produção de vida nas brechas da colonialidade cisheterossexual pode atuar no abalo ao privilégio da normatividade. Logo, de que maneiras as vidas dissidentes podem - a partir de suas próprias existências - desnaturalizar a natureza construída pela ciência moderna e produzir outros modos de organizar o mundo.

SESSÃO 27

ROTA CRÍTICA DE MULHERES LÉSBICAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR PARCERIA ÍNTIMA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

LAURA DE OLIVEIRA MOTTA

O termo Rota Crítica diz respeito ao trajeto percorrido pelas mulheres vítimas de violência por parceria íntima (VPI) na busca de ajuda para sair de relações violentas. Os estudos sobre a Rota Crítica (Sagot, 2000; Meneghel, 2007) buscaram identificar os aspectos facilitadores e dificultadores do processo de rompimento com a VPI, mas não consideraram a orientação sexual das mulheres vitimizadas, produzindo resultados que se referem à categoria mulher de forma universal. Tal lacuna contribui para o aprofundamento da invisibilização das mulheres lésbicas, que já sofrem com altos índices de VPI e encontram importantes barreiras de acesso aos serviços de proteção (Firmino e Matias, 2024; Martin-Storey e Fromme, 2021; Cezario et. al, 2015). A fim de jogar luz sobre as experiências das mulheres lésbicas, o objetivo deste trabalho é replicar a investigação da Rota Crítica na cidade de Porto Alegre/RS, buscando identificar os trajetos percorridos por mulheres lésbicas na busca de ajuda para romper com relações violentas, bem como fatores facilitadores e dificultadores da rota. Para tanto, serão mapeados os serviços disponíveis para as vítimas de VPI na cidade e contatados profissionais de cinco eixos: justiça, saúde, segurança, assistência social e educação. Serão conduzidas entrevistas semiestruturadas de acordo com o que sugere o protocolo de investigação das Rotas Críticas (Shrader & Sagot, 2000), e as análises das falas serão conduzidas a partir da metodologia da análise temática. O estudo está em fase inicial, e as hipóteses construídas apontam para o despreparo da rede de proteção para atender às demandas de mulheres lésbicas, a presença de crenças revitimizadoras e lesbofóbicas entre profissionais, e a baixa confiança dessas mulheres nos serviços formais de proteção.

SENTIDOS SOBRE O ENVELHECIMENTO DE MULHERES LÉSBICAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE PSICOLOGIA

MARINA SANTOS MELO, ANDRESSA TEODORO ROSA

Trata-se de uma análise discursiva sobre os envelhecimentos de mulheres lésbicas na produção acadêmica em psicologia, tendo como marco temporal a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, abrangendo publicações do período de 2013 a 2023. A pesquisa fundamenta-se na psicologia socioconstrucionista, nas teorias feministas e na teoria queer. Foram identificados 12 artigos, revelando que, embora o envelhecimento LGBTQIAPN+ tenha ganhado espaço, a produção acadêmica ainda se concentra majoritariamente na experiência de homens gays. Espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre envelhecimentos lésbicos na psicologia, evidenciando tensionamentos e lacunas discursivas e oferecendo subsídios para o enfrentamento das violências vivenciadas por esse grupo

EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA DE JOVENS MULHERES LÉSBICAS

ANDRESSA TEODORO ROSA, ELSON SANTOS SILVA

Esta pesquisa parte de uma perspectiva de conhecimento situado e corporificado e tem como objetivo investigar os efeitos psicossociais da pandemia de covid-19 na vida de jovens mulheres lésbicas (entre 18 e 29 anos) residentes na cidade de Goiânia. Inserida na intersecção entre o campo de estudos e práticas sobre gênero e sexualidade e saúde mental e atenção psicossocial em emergências e desastres, a pesquisa parte do reconhecimento de que a pandemia de covid-19 foi uma emergência de saúde pública que atingiu diferentes grupos sociais de formas distintas, agudizando quadros de violação de direitos e vulnerabilidade social, como no caso da comunidade LGBTQIAP+ e, mais especificamente, jovens mulheres lésbicas. A metodologia adota abordagem qualitativa, orientada pela pesquisa narrativa e centra-se nas narrativas de jovens mulheres lésbicas construídas a partir de um dispositivo grupal e na construção de documentos coletivos. Os resultados parciais apontam que poucas pesquisas têm sido direcionadas a tal público, o que

ratifica a invisibilização de sua existência e, consequentemente, de suas demandas específicas. Além disso, verifica-se o aumento da lesbofobia intrafamiliar, agudizada pelas medidas de isolamento social e consequências socioeconômicas. Igualmente, houve efeitos consideráveis a saúde mental, como aumento de ansiedade e situações de sofrimento psíquico grave. No entanto, é preciso considerar as variadas estratégias construídas de modo individual e/ou coletivo para o enfrentamento da pandemia e suas particularidades no contexto brasileiro.

PRÁTICAS RELIGIOSAS, (HOMO)SEXUALIDADE E PSICOLOGIA : POLÍTICA SEXUAL E SUBJETIVAÇÃO ENTRE A IGREJA E O MUNDO

ANTÔNIO AUGUSTO LEMOS RAUSCH

O trabalho apresenta um estudo acerca de práticas de conversão religiosa da sexualidade e as relações estabelecidas entre o conhecimento científico e religioso na sua produção. Discute-se a proibição como uma forma de produção discursiva para compreender a disputa pública sobre a "cura gay" e as formas pelas quais a homossexualidade se dá como uma experiência dentro dos contextos evangélicos. Delimita-se a conversão religiosa como um processo de transformação moral e um ato performativo, cujo objetivo é inaugurar discursivamente um novo sujeito "santificado". Argumenta-se que os serviços psicológicos e pastorais adquirem equivalência quando articulados ao redor dos significantes de "cura", "feridas", "restauração" e "libertação", e da compreensão do exercício profissional como uma dádiva, ou dom, para cumprimento de um chamado ministerial. Para o desenvolvimento da pesquisa foi elaborada uma metodologia qualitativa que combina dados de natureza etnográfica, análise documental e reconstituição histórica a partir do testemunho. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de ampliação do debate sobre as práticas de "cura gay" para além das práticas médicas e psicológicas, e para a importância da investigação da religião e sexualidade como um fenômeno de ordem psicopolítica.

PSICANÁLISE E GÊNERO: CONSTRUINDO UMA CLÍNICA DE MULTIDÕES DE MINORIAS

EVANDRO DE QUADROS CHERER, LORENA LOPES DE FREITAS DIAS

A partir dos feminismos da 3ª onda, críticas a um sujeito teorizado como universal, a-histórico, desracializado e desgenerificado foram direcionadas à psicanálise (Gonder, 2022). No Brasil, historicamente, a articulação entre gênero e psicanálise passou a ser mais recorrente a partir de 2010, com a popularização de pautas feministas e questões com relação às transidentidades (Cavalheiro; Silva, 2020). Além disso, estudos de gênero e queer colocaram em questão o fato da psicanálise incorporar para si a divisão binária feminino-masculino como única forma de pensar a sexualidade e, a partir disso, estabelecer fronteiras para essas. Diante disso, cabe analisar como a psicanálise tem se posicionado no diálogo com os estudos de gênero e como essas questões são tomadas na clínica. Considerando esses aspectos, o objetivo deste trabalho é discutir como a psicanálise contemporânea pode construir uma clínica de multidões de minorias, sendo ética e politicamente implicada na escuta de corpos sexo-gênero-dissidentes. Para isso, este estudo é uma pesquisa teórica em psicanálise (Tavares; Hashimoto, 2013). Nesse sentido, a clínica de multidão de minorias é entendida como um espaço que legitima as existências singulares e cria possibilidades de escutas não normatizantes, desobstruindo a escuta clínica e permitindo que pessoas em posições subalternizadas possam, de fato, ser escutadas. Considera-se essencial uma psicanálise que articule a escuta ético-política de vozes subalternizadas que, hodiernamente, não encontram espaços que não sejam normatizantes (Cunha, 2022). Assim, construir uma prática clínica implicada ético-politicamente na escuta de corpos sexo-gênero dissidentes é reconhecer a dimensão histórico-política que produz sofrimentos. Posto isso, assumir a tarefa de analista consiste, também, em se pôr a analisar histórico-politicamente as questões da época em que se está inserido, para que seja possível estar a par da responsabilização que cabe ao trabalho.

MASCULINIDADES EM CRISE: TRAUMA, HIV/AIDS E OS DESAFIOS DA NORMATIVIDADE DE GÊNERO

MATHEUS FERREIRA DE CASTRO

Este estudo, vinculado à pesquisa de mestrado do autor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, investiga as repercussões subjetivas do diagnóstico de HIV/AIDS em homens cisgênero, a partir da experiência clínica em um Hospital Geral de Urgência e Emergência de Belo Horizonte. Utilizando ilustrações clínicas a partir da articulação entre psicanálise, teorias feministas e queer, analisamos como a normatividade de gênero e os imperativos da virilidade hegemônica moldam a vivência do diagnóstico, gerando conflitos identitários e estratégias defensivas frente ao estigma social. Os resultados evidenciam que a descoberta do diagnóstico positivo para o HIV e/ou AIDS tensiona profundamente o narcisismo masculino, intensificando sentimentos de culpa, vergonha e medo da exclusão socioafetiva. As narrativas dos pacientes revelam uma associação persistente entre HIV e sexualidades dissidentes, reforçando estereótipos de gênero e sexualidade com risco de precipitarem graves crises em saúde mental. A resistência à adesão terapêutica e a negação do adoecimento emergem como sintomas de uma masculinidade rigidamente performada, ancorada na onipotência e na heteronormatividade. Concluímos que o acolhimento clínico desses homens exige uma abordagem interseccional, que reconheça o trauma não apenas como

experiência individual, mas como efeito de um dispositivo psicopolítico que regula corpos e prazeres. Defendemos a urgência de aprimorar os dispositivos de escuta nos serviços de saúde, incorporando perspectivas críticas sobre gênero e sexualidade para enfrentar as vulnerabilidades específicas dessa população.

QUANDO A FESTA É CURA: SABERES TRANS E PRÁTICAS DE REDUÇÃO DE DANOS NA PERIFERIA
ASTRO R FERACI DE ALMEIDA

Este relato de experiência propõe refletir sobre práticas de Redução de Danos (RD) a partir da vivência de uma pessoa transmasculina-não binária, moradora da periferia leste de São Paulo, atuante em festas, bailes e encontros culturais da quebrada. A partir do lugar que habito, compartilho trajetórias construídas em infostands e formações comunitárias voltadas à população LGBTQIAPN+, especialmente jovens periféricos que circulam pela cena ballroom, pelos bailes de rua e demais espaços de celebração e resistência. Nesses contextos, a RD não é apenas técnica: é malandragem, sobrevivência e invenção diante da ausência ou repressão do Estado. Este trabalho afirma a importância de reconhecermos o cuidado como eixo central das práticas de RD voltadas à população LGBTQIAPN+, grupo historicamente atravessado por violências institucionais, invisibilização e negligência. Muitas vezes, a Redução de Danos ainda é desconhecida ou aplicada de forma genérica, sem considerar os atravessamentos de gênero, sexualidade, raça e território. Compartilhar essa experiência é também afirmar que os saberes construídos por pessoas transmasculinas e corpos dissidentes são legítimos, potentes e fundamentais para ressignificar o cuidado em saúde. Entre preservativos, água e acolhimento, a RD se reinventa nas festas como prática popular e coletiva, onde os corpos dissidentes constroem tecnologias de cuidado a partir de suas próprias realidades. O trabalho tensiona os limites entre cuidado e controle, perguntando: a Redução de Danos ainda é uma estratégia de liberdade ou já foi cooptada por discursos higienistas? Afinal, quem cuida de nós, se não nós?

A ENCRUZILHADA TAMBÉM É PONTO DE PARTIDA : EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS POLÍTICAS EM REDUÇÃO DE DANOS COM/POR PESSOAS TRANS E TRAVESTIS
JULIA PEREIRA BUENO

Minha pesquisa investiga as estratégias de Redução de Danos desenvolvidas por pessoas trans e travestis que atuam na promoção da saúde na Região Metropolitana de Recife (PE), analisando suas compreensões sobre cuidado, transfobia e saúde. A partir de uma perspectiva construcionista e feminista em psicologia social, a dissertação busca dar visibilidade a experiências ainda pouco reconhecidas, contribuindo para a consolidação de um campo mais diverso e comprometido com a justiça social. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com três rodas de conversa como instrumento metodológico. No primeiro encontro, propôs-se uma oficina de colagem como forma de aproximação ao tema; no segundo, foram compartilhadas narrativas sobre as experiências como redutoras(es) de danos; e no terceiro, inspiradas(os) no Teatro do Oprimido, encenaram situações de abordagem e cuidado. A análise resultou em três eixos: 1) repertórios sobre Redução de Danos; 2) o cuidado como fundamento da prática; e 3) a transfobia como atravessamento estrutural nas políticas de saúde. A pesquisa evidencia que, mesmo dentro de um campo que se reivindica defensor dos direitos humanos, o silêncio sobre a transfobia persiste. As participantes demonstram domínio técnico e político sobre os princípios da Redução de Danos, que aparece em suas falas como ferramenta de sobrevivência e resistência. Essa sobrevivência está ancorada em uma ética travesti, que tensiona os limites entre o cuidado e a exclusão. A dissertação propõe compreender a saúde como uma tecnologia relacional, que deve reconhecer e enfrentar as desigualdades estruturais — como a falta de acesso à empregabilidade — que seguem atravessando a vida da população trans no Brasil.

VIVÊNCIAS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO APÓS TENTATIVA DE REORIENTAÇÃO SEXUAL CONDUZIDA POR PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA
MAYARA CARDOSO, LALESKA LEITE MATIAS ALVES, ANA CAROLINI COSTA, MARIA CRISTINA ELIAS ESPER STIVAL

Este estudo qualitativo-exploratório investigou os efeitos subjetivos de práticas conhecidas como “terapias de conversão”, voltadas à tentativa de modificar ou suprimir a orientação sexual de pessoas LGBTQIAPN+. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis pessoas adultas não heterossexuais que vivenciaram essas práticas em contextos psicoterapêuticos. A pesquisa utilizou o referencial do materialismo histórico-dialético e a análise de conteúdo de Bardin (1977), com apoio do software Atlas.ti Web. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética (CAAE 74725923.0.0000.8040). As narrativas revelaram como a heteronormatividade opera como força normativa, impondo padrões de sexualidade e reforçando estigmas que afetam a saúde mental. Costa e Novo (2024) apontam que a heterocisnormatividade, especialmente quando legitimada por instituições terapêuticas, é um fator de risco para o sofrimento psíquico de pessoas LGBTQIAPN+. Foram identificadas três categorias principais: motivadores da terapia (pressão familiar/religiosa, abuso sexual infantil, heteronormatividade), práticas conversivas (invalidação e imposição moral) e sofrimento emocional (ansiedade, depressão, ideação suicida). Palavras como “doença” e “pecado” revelaram a

patologização da sexualidade. Os resultados confirmam críticas (CFP, 2019; Capra et al., 2021; Vezzosi et al., 2019) às terapias de conversão, consideradas antiéticas, ineficazes e danosas. As falas apontam que essas práticas reforçam o controle normativo e desumanizam o sujeito. O estudo destaca a urgência de políticas públicas e medidas legais que proíbam tais práticas, além de ações educativas que promovam o acolhimento e a diversidade no cuidado em saúde mental.

AValiação de um Treino de Competência Cultural em Psicoterapia
NATALIA SASDELLI, DENIS ROBERTO ZAMIGNANI

Este estudo teve como objetivo avaliar os efeitos de um treinamento voltado ao desenvolvimento de competências culturais em psicoterapeutas, considerando a crescente demanda por práticas clínicas mais inclusivas e responsivas à diversidade. O treinamento consistiu em dois componentes: uma etapa teórica e uma etapa ativa, com uso de videomodelagem baseada em queixas clínicas de minorias sociais. Seis terapeutas analítico-comportamentais participaram da pesquisa, organizada em três momentos avaliativos: linha de base, avaliação intermediária e avaliação final. Os instrumentos utilizados incluíram escalas de autorrelato (EMCC-14) e análises qualitativas da formulação de casos clínicos, baseadas em observações diretas e discussão em duplas. O delineamento permitiu observar tanto o impacto do treinamento na percepção dos participantes quanto sua aplicação prática em contextos simulados. Os resultados indicaram melhora nos escores de autorrelato após o treinamento teórico, com ganho médio de dois pontos na escala EMCC-14. No entanto, análises das formulações clínicas revelaram limitações na aplicação prática de conceitos como interseccionalidade e estresse de minoria. Participantes pertencentes a grupos minoritários e com maior tempo de atuação demonstraram maior sensibilidade cultural nas discussões. As observações sugerem que os autorrelatos podem superestimar a competência cultural percebida, reforçando a importância de múltiplas formas de avaliação. Conclui-se que o treinamento foi efetivo para promover conscientização e habilidades iniciais, mas que são necessárias intervenções contínuas e mais tempo para consolidação prática dos repertórios. O estudo destaca a importância de integrar a formação em competência cultural nos currículos acadêmicos e nas supervisões clínicas, visando um cuidado psicoterapêutico mais equitativo e inclusivo.

INSEMINAÇÃO CASEIRA: A POSSIBILIDADE DA MATERNIDADE LÉSBICA ATRAVÉS DE ALTERNATIVAS DE REPRODUÇÃO
BRUNA MENDES ROZA RODRIGUES, ANA CRISTINA BARROS DA CUNHA

A Inseminação Caseira (IC) é um método alternativo de reprodução de baixo custo, realizado fora de clínicas médicas especializadas em reprodução humana. Envolve a colocação do sêmen de um doador no corpo da mulher, geralmente através de sua parceira e de maneira doméstica. Considerando o aumento da procura pela IC para engravidar, principalmente por mulheres lésbicas e a falta de aparato médico e jurídico para regulamentar seu uso, o objetivo desse trabalho é discutir a vivência subjetiva da maternidade lésbica possibilitada através de métodos alternativos de reprodução. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva com 134 mulheres cis declaradamente lésbicas participantes dos grupos de IC em mídias sociais. Todas responderam um Google Forms com perguntas como a escolha pelo método, acompanhamento médico, escolha pelo doador, sentimentos e emoções acerca do procedimento e expectativas sobre a futura gestação. De maneira geral, os achados dessa pesquisa sugerem que a escolha de mulheres lésbicas pela IC como método para engravidar é atravessada por tipos diferentes de motivações, entre eles a realização do desejo da maternidade de forma biológica e a autonomia sobre seus próprios corpos. Além disso, a importância dos grupos de mídias sociais e a escolha do doador que não queira a paternidade foram aspectos importantes em suas falas. Percebe-se a importância da IC como método de concepção para a construção do projeto lesboparental, principalmente frente a ausência de políticas públicas para essa população. Conclui-se a relevância de novos estudos sobre o tema, principalmente diante a estigmatização e invisibilização das demandas de mulheres lésbicas na saúde do país.

LESBIANIDADES, SAPATONICES E TRANSINCLUSÃO: O QUE TEMOS A VER?
MARIA CÉLIA ARAUJO TOMÉ, MARCO AURÉLIO MÁXIMO PRADO

A partir da compreensão do campo dos feminismos lésbicos como produções que articulam linguagem, visões de mundo, compartilhamento de práticas e ideias para a constituição e legitimação de reivindicações que se constituem em formações políticas, permeadas por disputas que produzem a própria reconfiguração deste campo, a pesquisa que apresentamos teve como objetivo analisar os embates políticos sobre a categoria lésbica evidenciados atualmente no contexto brasileiro, especialmente na plataforma Instagram. Tomamos como ponto de partida uma situação ocorrida no Instagram oficial do LesboCenso, uma pesquisa desenvolvida por coletivos e redes nacionais lésbicas que mapeou a realidade lésbica e sapatão brasileira e que se posicionou enquanto uma pesquisa lésbica transinclusiva. Após tal manifestação, a página da pesquisa na referida plataforma foi alvo de ataques e retaliações públicas vindas de perfis autoidentificados como de lésbicas feministas radicais, lésbicas críticas de gênero, entre outras. A seguir desta situação, buscamos investigar rupturas e alianças produzidas em contextos de articulação lésbica

feminista no Brasil e na América Latina, identificar as disputas em torno da categoria lésbica verificadas na realização da 1ª etapa da pesquisa LesboCenso Nacional e compreender o embasamento feminista conceitual e político que orientou os argumentos sobre as lesbianidades expostos nas interações. Desenvolvemos uma metodologia qualitativa mista, combinando etnografia, análise documental e produção de uma narrativa ficcional. Como resultado da pesquisa realizada nas plataformas digitais, identificamos que o embasamento feminista conceitual e político de lésbicas que se posicionam a partir de um ativismo antitrans encontra-se vinculado a produções de lésbicas feministas autopositionadas como radicais, que forneceram as bases para o que hoje se nomeia de feminismos radicais transexcludentes.

SESSÃO 28

A HISTÓRIA É NOSSA, MAS SOBRE QUEM ELA FALA? NARRATIVAS SOBRE A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBTI+ GUILHERME PESSATTI DO COUTO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender as diferentes formas pelas quais a história do Movimento LGBTI+ brasileiro é narrada e disputada por seus integrantes em espaços institucionais. Parte-se da constatação de que uma narrativa histórica oficializada se consolidou na literatura especializada e nas práticas políticas, contribuindo para fixar uma determinada imagem do que é “o Movimento” e de como ele deve atuar. Como questão de fundo, a pesquisa também indaga de que maneira essa história “nacional” se torna significativa (ou não) para sujeitos cuja militância se inscreve em contextos locais diversos. A pesquisa busca mapear como essa memória oficial é mobilizada, disputada ou reconfigurada na relação entre ativistas e o Estado. Os dados empíricos serão coletados durante a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, em suas etapas estadual (São Paulo) e nacional, por meio de observação participante e entrevistas com militantes, ativistas e agentes estatais. Após a coleta, será realizada uma análise de discurso sobre as falas públicas e entrevistas realizadas. Os resultados parciais, a partir da análise documental já feita, indicam que a memória hegemônica organiza o passado em torno de certos marcos e sujeitos, consolidando uma forma dominante de atuação política e produzindo apagamentos. A bibliografia especializada, por sua vez, oscila entre duas estratégias: (1) retratar narrativas localizadas que não ganham centralidade na história oficial e (2) o reconhecimento formal das lacunas — especialmente da centralidade do eixo Rio-São Paulo —, sem que isso altere substancialmente o enredo consagrado.

AUSÊNCIAS MONUMENTAIS: MEMÓRIA LGBTI+ NO ESPAÇO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE EDUARDO MONTEIRO RODRIGUES LIMA

Pretendo comunicar os resultados de minha dissertação de mestrado no sentido de explicitar a quase ausência de monumentos e outros marcos celebrativos da memória LGBTI+ no Brasil. A comunidade LGBTI+ brasileira carece da presença de monumentos, de estátuas, de placas, de memoriais e de museus nas diversas cidades do país. Levantamos questionamentos sobre a memória LGBTI+ nacional buscando mostrar a interface entre a escassez de suportes de memória com o direito à cidade. Buscamos um contraponto de relativo sucesso no norte global para demonstrar os apagamentos da memória LGBTI+ no Brasil. Realizamos pesquisa de campo no nicho escultural de Paulo Gustavo e Dona Herminia, no Campo de São Bento, em Niterói, como forma de avaliar tipos de interações da população com a memória LGBTI+ e como esta memória é vivenciada na cidade.

HOMOSSEXUALIDADE E RACIONALIDADE NEOLIBERAL: REFLEXÕES SOBRE A PREP NO BRASIL LUIZ FERNANDO GREINER BARP, MYRIAM MITJAVILA

Este trabalho analisa como a implementação da PrEP no Brasil tem contribuído para a construção de uma nova racionalidade sobre a homossexualidade masculina. A partir de uma perspectiva arqueogenealógica inspirada em Foucault, defende-se que a PrEP funciona não apenas como ferramenta biomédica, mas como dispositivo que regula condutas, molda identidades e institui um novo estilo de vida homossexual, baseado na medicalização, vigilância e responsabilização individual. A pesquisa utilizou análise qualitativa de documentos oficiais sobre políticas públicas de HIV/aids e entrevistas com profissionais de saúde da PrEP em Florianópolis. Os dados indicam que, embora o acesso à PrEP esteja disponível a todos os brasileiros pelo SUS, atualmente está concentrado em homens cisgêneros, brancos, gays ou HSH, de classe média e com ensino superior, revelando uma lógica excludente baseada em marcadores sociais como raça, classe e escolaridade. Essa homogeneização constrói um modelo ideal de homossexual que tem acesso e capacidade de adesão à profilaxia. A categoria risco, usada para definir elegibilidade, revela-se seletiva e normativa, reforçando uma responsabilização individual típica da racionalidade neoliberal. Assim, a PrEP torna-se o comprimido da responsabilidade, em que o não uso é interpretado como irresponsabilidade e risco

social. A adesão ainda implica uma rotina de exames e consultas, nas quais o usuário precisa expor sua vida sexual, o que configura um ritual de confissão e reafirma o poder clínico sobre os corpos homossexuais. O estudo ainda aponta que a PrEP não emerge apenas como um fármaco preventivo, mas também como um estilo de vida, vinculado a discursos de autocuidado na modernidade. Nesse contexto, a medicalização da homossexualidade se atualiza: não mais nos moldes patologizantes do século XX, mas pela via do risco, da prevenção e da farmacologização. O corpo homossexual continua sendo um corpo-problema, que precisa ser vigiado, classificado e disciplinado.

PESSOAS TRANS NO MUNDO CORPORATIVO: DIMENSÕES DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO TRABALHO FORMAL ZETT RIBEIRO

Partindo dos estudos sociológicos de trabalho e gênero, os resultados parciais da pesquisa apresentada aqui tem como objetivo compreender as experiências vividas de pessoas trans no mercado de trabalho formal. Esta é uma pesquisa de mestrado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). O atual contexto dos debates sobre os direitos da população trans no Brasil e no mundo, da emergência de análise sobre as diversas identidades de gênero no mundo do trabalho, do fortalecimento do movimento LGBTI+ brasileiro e das tecnologias de gestão corporativas, com políticas de não-discriminação e inclusão, reforçam a importância dessa pesquisa. A metodologia utilizada voltou-se à revisão bibliográfica e realização de entrevistas. A revisão bibliográfica contou com uma análise de dezesseis trabalhos sociológicos no tema do mercado de trabalho formal e transgeneridade internacionais e nacionais. Já as cinco entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com pessoas trans de diferentes identidades de gênero, maiores de 18 anos, residentes do estado do Rio de Janeiro que tivessem algum vínculo de trabalho formal com empresas privadas. Assim, os resultados parciais apontaram para quatro dimensões específicas, são elas: a ocupação, o “armário”, os programas de diversidade e inclusão e a rede de apoio. A ocupação aborda aspectos do trabalho em si, como o cargo, área de atuação e funções exercidas, por exemplo. O “armário” refere-se as experiências e possibilidade de não ser facilmente reconhecida como uma pessoa trans. Os programas de diversidade e inclusão são tecnologias de gestão corporativas diversas, assim como ações afirmativas e iniciativas da organizações do terceiro setor para empregabilidade. Por último, uma categoria que surgiu por meio das entrevistas, a rede de apoio é formada por pessoas que dão suporte emocional e até mesmo financeiro às pessoas trans.

PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE ENVELHECIMENTO NAS INTERAÇÕES SOCIOVIRTUAIS DO GRINDR MARCOS ANTONIO ÂNGELO DA SILVA

Este texto é parte dos resultados de minha pesquisa de mestrado, na qual refleti sobre os significados atribuídos aos processos de envelhecimento em interações virtuais. O campo da pesquisa foi o aplicativo Grindr, onde criei um perfil público e aberto para selecionar participantes. Por meio de chats na plataforma, estabeleci diálogos com usuários e, posteriormente, realizei entrevistas virtuais. O estudo buscou compreender como se constrói a noção de envelhecimento entre usuários do Grindr e quais implicações essas performances geram em suas interações. As conexões virtuais oferecem a esses indivíduos oportunidades de desempenhar suas sexualidades além dos padrões sociais e digitais impostos, rompendo barreiras e estereótipos associados à busca por parceiros. O ideal do “supermacho” ou do gay “perfeito e inatingível” é desconsiderado por aqueles que desafiam as normas e, independentemente de seus corpos serem classificados como “abjetos”, “envelhecidos” ou “anormais”, utilizam o espaço digital como ferramenta de sociabilidade — seja para encontros amorosos, sexuais ou amizades. Os entrevistados destacam que o ambiente virtual permite a flutuação e diversificação de papéis, não se limitando a uma única performance. Essa flexibilidade possibilita que se adaptem às expectativas e desejos de outros usuários. Envelhecer no contexto digital abre novas formas de vivenciar essa fase da vida, oferecendo infinitas possibilidades para explorar identidades e desejos. Assim, atentos às transformações nas relações amorosas, de amizade ou sexuais, os interlocutores lançam-se em aventuras virtuais, nas quais a idade não os impede de se afirmarem como objetos de desejo. Nas redes, como qualquer indivíduo, eles expõem suas necessidades e buscam parceiros, conferindo visibilidade a seus corpos e existências.

FERVO E EXPERIÊNCIA FERVOGRÁFICA: CONTORNOS, CONCEITOS, TRAJETÓRIAS E METODOLOGIAS VINICIUS ALVES-DA-SILVA

A presente proposta tem como objetivo geral apresentar os principais contornos, conceitos, trajetórias e metodologias a partir dos 10 anos de estudos sobre o ferveo e o desenvolvimento da ideia de experiência fervográfica como proposta metodológica de estudos em contextos festivos, artísticos e culturais. A proposta toma como base conceitual o ferveo, como um território criativo e provisório artístico, cultural e criativo, por onde se produz cuidado e engajam-se pessoas em torno de um horizonte do Novo Mundo possível. Pretende-se, a partir desta apresentação, contornar o desenvolvimento destes conceitos, suas trajetórias e apontar seus limites e potências metodológicas, compartilhando com pares os resultados desse

estudo que vem sendo desenvolvido pelo autor de maneira orgânica com o setor artístico, cultural, criativo e ativista brasileiro, há 10 anos.

IMAGINANDO MUNDOS POSSÍVEIS NA PÓS-GRADUAÇÃO: CAMINHOS E ATREVIVÊNCIAS AFETIVO-TÉORICO-POLÍTICAS PARA O INGRESSO DE CORPOS DISSIDENTES

DAYANA GOMES PEREIRA, DENISE ALVES DA SILVA, MARCELA AMARAL, PRISCILA MARÍLIA MARTINS, VANESSA P MORAES

Partindo de perspectivas feministas, antirracistas, decoloniais, seguindo saberes e práticas contracoloniais para sonhar e fazer germinar mundos possíveis na pós-graduação, o presente relato de experiências apresenta reflexões, caminhos e vivências afetivo-teórico-políticas experienciadas na criação e desenvolvimento do Curso Preparatório para Ingresso na Pós-graduação - o PreparaPós. A ação vincula-se ao Ser-Tão - Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Integrando o eixo Imaginando Mundos Possíveis na Pós-graduação, e buscando materializar o sonho de ter uma pós-graduação mais diversa, acolhedora e pautada em princípios éticos, políticos e poéticos do bem-viver, o PreparaPós, como estratégia de ampliar o acesso a programas de pós-graduação, vem sendo ofertado pelo segundo ano consecutivo. Ao potencializar o reencantamento e o sonhar com outros mundos possíveis para a inclusão e permanência de corpos dissidentes nas universidades públicas, temos desenvolvido metodologias, dispositivos pedagógicos, estratégias e métodos de acolhimento, suporte e trocas entre pessoas negras e/ou LGBTQIAPN+, entre outras subjetividades marcadas pelas diferenças. Motivadas por leituras e experiências advindas de nossas próprias corpografias lésbicas e pela prática contracolonial, ao que temos denominado por Pedagogias do Atravimento, enquanto mulheres que ocupam sapatônicas cerradeiras temos buscado, além de trocas cada vez mais horizontais entre as pessoas participantes, um despertar coletivo de poéticas e políticas de corpografias dissidentes na ocupação de cursos de pós-graduação na UFC.

POR UMA GESTÃO COM ORGULHO: VIVÊNCIAS LGBTQIAPN+ NO GOVERNO DO RN

PEDRO HENRIQUE BEZERRA DE FARIAS, JEAM CLAUDE DE SOUZA GOMES

O presente relato de experiência propõe visibilizar vivências de pessoas LGBTQIAPN+ inseridas na gestão estadual do Rio Grande do Norte, buscando refletir sobre os desafios e avanços institucionais relacionados à presença dessas identidades dissidentes em espaços de poder público. Ao trazer à tona as narrativas de sujeitos/as/es historicamente marginalizados, este relato busca ampliar as discussões sobre diversidade, inclusão e direitos humanos dentro da gestão pública. O relato contou coleta de dados documentais, por meio de levantamento de legislações, programas e registros de ações voltadas à inclusão da população LGBTQIAPN+ no estado do RN. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas mulheres trans que atuam na gestão estadual entre os anos de 2018 e 2025. Por fim, encontra-se em curso a aplicação de um formulário digital, com perguntas objetivas e de múltipla escolha, com o intuito de levantar dados quantitativos sobre o perfil sociodemográfico e funcional de pessoas LGBTQIAPN+ que atuam em órgãos e secretarias do governo estadual do RN. Os resultados parciais evidenciam um cenário ambíguo no que se refere à presença LGBTQIAPN+ na gestão pública estadual. Por um lado, identificam-se avanços significativos na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania LGBTQIAPN+, como demonstram os programas RN Sem LGTBfobia, Transcendência e Dignidade. Tem Nome, que são voltadas para a inserção qualificada de pessoas trans no mercado de trabalho e o acesso a direitos civis fundamentais, como a retificação de nome e gênero nos documentos oficiais. No entanto, as entrevistas realizadas e as análises preliminares apontam que a vivência cotidiana de servidor(as) LGBTQIAPN+ ainda é marcada por desafios persistentes. As narrativas evidenciam episódios de invisibilidade, resistência institucional e ausência de mecanismos eficazes de acolhimento e denúncia da LGTBfobia no ambiente de trabalho.

PRESENÇA DE AUTORES TRANSGÊNEROS EM EQUIPAMENTOS CULTURAIS LITERÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO-SP

VIKRAM PELEGRINI RODRIGUES

Este projeto parte de uma abordagem crítica inspirada na Sociologia das Ausências (Santos e Meneses, 2010), que compreende a sociedade sob a divisão de uma linha abissal, separando-a em dois polos distintos: países colonizadores e territórios que foram colonizados. Os objetivos principais envolvem mapear a presença (ou ausência) de obras de autores trans nos acervos de duas bibliotecas públicas do município de Sertãozinho-SP, analisar os mecanismos que reproduzem essa pressuposta marginalização e discutir a função social das bibliotecas como espaços de formação, resistência e autoafirmação. A metodologia combina a análise documental dos acervos das bibliotecas elencadas, a busca por instituições sudestinas de acervos transcêntricos, e a leitura de bibliografias que articulem debates da sociologia, educação e estudos literários. Até o momento, os resultados parciais, fruto de pesquisa bibliográfica, indicam que é negado a pessoas gênero-dissidentes o acesso à educação, tanto básica quanto superior, devido à

inadequação de seus corpos ao discurso disseminado pela sociedade hegemônica. Portanto, corpos trans, assim esvaziados de ferramentas, como a escrita formal, para atuar nos moldes reconhecidos pela sociedade, estão, por consequência, inaptos a materializar discursos que os humanizem. E se, de acordo com Bonnici (2003), “a história e a história das ideias são intimamente ligadas à leitura e à produção de textos literários” (p. 224), é lógico inferir como exponencial o poder que a produção literária protagonizada por autores transgêneros tem de desestigmatizar e retirar da margem suas vivências. E, entendendo a biblioteca como um espaço literário, logo, detentor de saber, deve-se considerar sua “construção de e a partir das pessoas que sofreram na história com a subalternização” (Walsh, 209, p. 996), caso contrário, este espaço, na ausência delas, perpetua a mecânica que as mantém ausentes, invisibilizadas pela linha abissal.

“SER BICHA É UM ESTADO DE ESPÍRITO”: EMERGÊNCIA DA LITERATURA GAY E A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES HOMOSSEXUAIS NA DITADURA CIS-HÉTERO-MILITAR

RUBENS ARLEY DE ALMEIDA JUNIOR

Esta pesquisa busca compreender o contexto da emergência da literatura gay no Brasil a partir das obras A Meta, de Darcy Penteado, Falo de Paulo Augusto e Testamento de Jônatas deixado a Davi, de João Silvério Trevisan, localizando-as no contexto de transformação cultural e política da década de 1970. A hipótese defendida é de que essas obras se fizeram parte reflexiva e atuante de dois processos históricos concomitantes: a reconfiguração das culturas gays a partir do deslocamento do paradigma da discrição para o estar fora do armário; e a contestação, a partir da criação agonística de novas identidades e imaginários gays, da política sexual (Rubin, 2017) da ditadura civil-militar de assujeitamento da homossexualidade. Nesse sentido, busca-se analisar as obras enquanto acontecimentos (Foucault, 2005) reflexivos que não somente refletem essa transformação histórica, mas também é parte atuante dela. Assim, a entrada da literatura gay na arena do sexo da ditadura pode, então, ser lida como uma inversão na relação de forças das políticas do sexo, que permitiu sua emergência, de maneira que tensionou o paradigma da discrição e representou no discurso literário a entrada de outras identidades gays no jogo agonístico das homossexualidades. Metodologicamente, orienta-se pela genealogia foucaultiana a partir dos métodos de pesquisa bibliográfica e análise literária (Moisés, 2007; Candido, 2006).

CAMINHOS DE ESU PARA UM CANDOMBLÉ CONTRACOLONIAL

CLAUDENILSON DA SILVA DIAS

O papel de Exu na vida das pessoas de Candomblé está ligado diretamente à constituição de corpos e de modos de viver todas as experiências. Em uma sociedade que reclama para si as características brancas e eurocentradas, potencializa-se os modos de ser, de pensar e de agir de acordo com uma educação moralizante dos corpos. É nesse sentido que busca-se deslocar as relações estabelecidas entre Exu (Orixá do panteão iorubano) e as construções imagéticas do demônio sob a perspectiva judaico-cristã. O objetivo é evidenciar como ideias coloniais incidiram sobre a leitura que foi erigida sobre esse Orixá que tem profundas relações com o campo das sexualidades, das racialidades e de gêneros. A proposta, ao começar por Exu, pretende defender, mais adiante, que a colonização no tocante a gênero e a sexualidade dentro dos terreiros tem relação com esse imaginário colonial criado em torno desse Orixá. A proposta é mediada pelos seguintes questionamentos: já parece mais nítido a necessidade de descolonizar as leituras em torno de Exu, por que não se pode fazer o mesmo em relação às normas coloniais de gênero e de sexualidade que também atingiram Exu e as pessoas iniciadas a essa deidade? Que fatores continuam a penalizar uma série de pessoas que procuram ou habitam as Comunidades Tradicionais de Terreiros?

TRABALHO SEXUAL E TECNOPOLÍTICA - REFLEXÕES A PARTIR DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE TRABALHADORAS SEXUAIS

MARLENE TEIXEIRA RODRIGUES

O tema central das reflexões aqui trazidas diz respeito à tecnopolítica e sua incorporação pelo Movimento Brasileiro de Prostitutas. Nova modalidade de fazer política, a tecnopolítica emerge em fins do século XX, no contexto da popularização da Internet e disseminação das plataformas e redes sociais de comunicação. Utilizada por distintos movimentos sociais, que enfatizam a atuação global via plataformas digitais em sua estratégia de ação e sob controle das plataformas e big techs, a tecnopolítica, encontra-se em tempos recentes sob intenso debate. Esta análise enfoca, particularmente, as configurações e a centralidade por ela alcançada, para diferentes tipos de organizações e movimentos sociais. Interessa especialmente examinar como a tecnopolítica foi paulatinamente sendo adotada pelo movimento Brasileiro de Prostitutas, colocando-se em definitivo como ferramenta e estratégia de ação política das organizações que o integram, a partir da pandemia de Covid19 que assolou o mundo entre os anos de 2020 e 2021. Resultado de pesquisa documental, desenvolvida entre 2020 e 2021, o material, cuja análise ancora essas reflexões, foi coletado em canais de YouTube e perfis do Instagram das entidades supracitadas assim como de ativistas do movimento e revela os múltiplos caminhos e desafios que se colocaram nesse percurso.

28 DE NOVEMBRO
13H A 16H

SESSÃO 29

ORDEM E RESISTÊNCIA: VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES LGBTI+ EGRESSOS DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL (SCMB)

XISTO RODRIGO ROCHA DE SOUSA

Este estudo analisa as vivências escolares de ex-estudantes LGBTI+ que passaram pelo Sistema Colégio Militar do Brasil, buscando compreender os sentidos atribuídos ao processo de escolarização em contextos marcados por controle, ordem e hierarquia. A pesquisa adota metodologia qualitativa, fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético, e envolve análise de narrativas de quinze estudantes LGBTI+ egressos de Colégios Militares e que são atravessados por diferentes territórios, idades e expressões de gênero e sexualidade, bem como por distintas identidades étnico-raciais, compondo um retrato plural e interseccional. Os resultados indicam que estudantes LGBTI+ nesses espaços são atravessados por múltiplas formas de violência, ao mesmo tempo em que revelam estratégias de sobrevivência, resistência e reinvenção de si. As narrativas evidenciam tanto a rigidez das normas militares, que operam pela lógica da masculinidade hegemônica e da punição, quanto as brechas construídas por estudantes para tensionar essa ordem. O estudo conclui que, mesmo em contextos educacionais opressivos, os sujeitos constroem caminhos de afirmação, questionando o ideal de escola neutra e revelando os limites da militarização como projeto educacional. Ao analisar essas vivências, o trabalho contribui para os debates em Psicologia Escolar Crítica sobre exclusão, pertencimento e diversidade no ambiente educacional.

LGBT+ E EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A PREVENÇÃO DA LGBTFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

ANDERSON LUZ SILVA, ALEXANDRE RODRIGO NISHIWAKI DA SILVA

O presente projeto de Iniciação Científica aborda a prevenção da violência contra a população LGBT+ na educação básica, num contexto de crescente polarização política e retrocesso em ações inclusivas no Brasil. O objetivo geral é compreender como estratégias e ferramentas apontadas em pesquisas acadêmicas podem mitigar e superar a LGBTfobia nas escolas. Os objetivos específicos incluem analisar a violência contra pessoas LGBT+ na educação básica nacional e internacionalmente e identificar dimensões excludentes e transformadoras, conforme a Metodologia Comunicativa (MC). A hipótese central considera que a ausência de conteúdos curriculares sobre diversidade de gênero e sexualidade, somada a um ambiente escolar hostil, perpetua a violência LGBTfóbica, enquanto políticas inclusivas e projetos estudantis podem reverter esse cenário. A metodologia empregada é a revisão bibliográfica sistemática, guiada pelo protocolo PRISMA 2020, com levantamento de estudos publicados entre 2004 e 2025, em português, inglês e espanhol, nas bases SciELO, PubMed, DOAJ, Redalyc e Web of Science. A análise dos dados fichados será orientada pela MC, buscando identificar práticas excludentes e transformadoras. O levantamento bibliográfico prévio realizado para a construção da pesquisa, aponta uma redução significativa das ações preventivas contra a LGBTfobia nas escolas brasileiras na última década e confirma a relação entre a presença de coletivos LGBT+ e programas educativos inclusivos com a diminuição dos índices de violência. Os resultados dessa pesquisa pretendem sistematizar estratégias eficazes para a promoção de ambientes escolares mais acolhedores e igualitários.

TRAJETO-AFETO: EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

JULIANA THOMAZ BATISTA

Em 2022 teve início no Sesc Santo André, em São Paulo, um projeto em educação não formal chamado Trajeto-Afeto. A proposta foi apresentada pelas educadoras Juliana Thomaz Batista e Rafael Pelvini. O objetivo era mapear espaços seguros para a população LGBT+ do Grande ABC. A ideia surgiu da experiência de pessoas LGBT+ da região com o constante fluxo à capital para acessar lugares seguros. A metodologia consistiu na formação de uma equipe com pessoas do território que realizou o levantamento desses locais; e rodas de conversa mensais. Contou-se com

a historiadora Adelaide de Estorvo para realizar um levantamento histórico simultaneamente. O trabalho resultou no lançamento do Mapa LGBT+ do ABC com 91 referências, em 2023. Adelaide produziu um texto belíssimo e generoso sobre seus achados: "Um mapa e uma lâmparina para as LGBT do ABCDMRR", não publicado até o momento. O título aponta para a condição do terreno da memória encontrado por ela: histórias fragmentadas e informações a serem reunidas. Tomamos conhecimento de que algumas pessoas já haviam partido, que pen drives foram perdidos e que materiais, assim como figuras importantes do território, estavam envelhecendo. Assim, Juliana propôs que o Sesc contribuisse com essa preservação e em 2023 realizaram-se 4 encontros chamados de Ciclo de Memória LGBT do ABCDMRR, com nomes importantes e recorrentes nos encontros que acompanharam o processo de mapeamento. Essas ações se somaram a outras no território, dentro desta temática. Durante e/ou após a execução do projeto, algumas iniciativas surgiram como o documentário lançado pela Casa Neon Cunha (lugar que acolhe pessoas LGBT+ em São Bernardo do Campo) "Do sonho ao pertencimento" e a pesquisa "História e Memória LGBT no ABC (1960-2020)" que resultou no Acervo LGBT+ do ABC, lançado em 2024 pelo Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia (NEG) da UFABC.

CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADES NO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES: DIFERENÇAS, CAMINHOS, POESIA.

EMMANUEL VICTOR HUGO MORAES, ILEANA WENETZ

Este projeto de pesquisa visa problematizar os processos de elaboração e institucionalização de políticas, programas e ações relacionadas às temáticas de corpo, gênero e sexualidades no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). O estudo busca entender como o IFES tem efetivado estratégias para a inclusão, acesso, permanência e êxito de pessoas que integram os grupos sociais das diferenças de gênero e das dissidências sexuais, questionando a democraticidade e visibilidade dessas políticas em âmbito institucional. A metodologia adotada é a genealógica, em diálogo com a filosofia/teoria queer, baseada nos trabalhos de Nietzsche, Foucault, Butler, Teresa de Lauretis e Preciado, com o objetivo de dissipar noções fixas de identidade e fazer emergir as descontinuidades que nos atravessam. Os objetivos específicos incluem mapear e problematizar as políticas de gestão, ensino, pesquisa e extensão no IFES, de forma a elaborar um portfólio crítico-analítico das estratégias e avanços nessas temáticas a partir da vivência de estudantes, servidores e gestores, e tecer um quadro comparativo com outras instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa envolve o levantamento e estudo de documentos oficiais e material bibliográfico crítico sobre gênero e sexualidades no IFES e na Rede Federal. Também inclui "rodas de conversa" com estudantes, familiares, servidores (especialmente mulheres cisgênero e transgênero/travestis, e homens não-hétero-cis-normativos) e agentes de gestão, buscando o diálogo sobre diferença, inclusão e políticas públicas. O projeto reconhece desafios no processo de institucionalização dessas políticas no IFES, com narrativas que ilustram as dificuldades enfrentadas por estudantes, familiares e servidores, destacando que as conquistas ainda estão longe de uma garantia plena

QUANDO O CORPO TRANS OCUPA A UNIVERSIDADE : COTAS, DISPUTA POR PERMANÊNCIA E COMBATE À CISNORMATIVIDADE INSTITUCIONAL

KUEYLA DE ANDRADE BITENCOURT

Este relato apresenta uma ação extensionista realizada em um campus de uma universidade federal no interior da Bahia, voltada à visibilização e escuta de estudantes transexuais ingressantes por políticas afirmativas. A ação integrou o projeto de extensão "Corpo, saúde e práticas de cuidados", com estudantes da área da saúde, e objetivou dar visibilidade a esses sujeitos e discutir suas demandas para permanência no ensino superior. A experiência ocorreu em três etapas: (1) mapeamento dos estudantes trans cotistas do campus; (2) entrevistas semiestruturadas para compreender suas vivências e necessidades; e (3) realização de um seminário com participação da coordenação acadêmica, assistência estudantil e núcleo de educação inclusiva. Participaram dez estudantes na organização, e foram entrevistadas três pessoas trans, todas do curso de Medicina. O seminário reuniu 50 participantes, entre estudantes, docentes, técnicos e membros da comunidade externa. As entrevistas evidenciaram aspectos de cisnormatividade institucional, como ausência de banheiros inclusivos e dificuldades no uso do nome social e, embora o campus ainda não exija a heteroidentificação para o ingresso via cotas, as próprias pessoas trans apontaram a importância de se avançar nesse debate. As demandas por heteroidentificação e permanência, relatadas pelos estudantes, dialogam com o conceito de justiça reparadora de Joel Rufino dos Santos, ao passo que a transfobia institucional revelada nas entrevistas remete à crítica de Viviane Vergueiro sobre cisnormatividade nas universidades. Foi ressaltada a necessidade de uma assistência estudantil que vá além do suporte material, incluindo dimensões pedagógicas, psicológicas e simbólicas. Como resultado, houve maior visibilidade das pessoas trans no campus e atenção da gestão acadêmica. A ação reafirma o papel da extensão na promoção da equidade e sustenta propostas futuras de formação continuada e políticas de reparação institucional para permanência efetiva.

INFÂNCIAS GÊNERO-DISSIDENTE: UM ESTUDO DE CASO

Esta pesquisa é uma breve apresentação da dissertação de mestrado defendida em março de 2025, no Programa de Pós-graduação em educação da Universidade de Brasília - UnB. O trabalho parte de reflexões e questionamentos sobre gênero, sexualidade e diversidade das infâncias nos espaços educativos. A partir da análise das dificuldades e violências simbólicas e físicas enfrentadas por crianças gênero-dissidente na escola, foi proposto um diálogo entre os estudos contemporâneos de gênero e sexualidade e a Teoria Histórico-Cultural, de Lev Semionovitch Vigotski, sendo o objetivo do trabalho compreender as vivências escolares de crianças gênero-dissidente. São definidas como gênero-dissidente aquelas crianças que, em suas performances de gênero, não correspondem às expectativas da cisheteronorma. Parte-se da problematização do conceito de "criança universal", compreendendo que existem infâncias, no plural, sendo discutido, neste trabalho, um recorte da história ocidental das infâncias gênero-dissidente. Discute-se, ainda, a função social da escola e os impactos que o movimento político intitulado "ideologia de gênero" provoca nas relações entre educação e sociedade. A proposta metodológica para a pesquisa é alicerçada na Teoria Histórico-Cultural, sendo as vivências (Perejivanie) a unidade analítica da pesquisa. Para tanto, foi realizado um estudo de caso com uma criança gênero-dissidente que cursa as séries iniciais do ensino fundamental, em uma escola privada do Distrito Federal. Os resultados encontrados foram organizados em três categorias: vivências de autonegação, vivências estéticas e performativas e vivências pedagógicas. A partir dos resultados encontrados, compreende-se a importância de estudos que abordem a temática das infâncias gênero-dissidente na educação, visando a transposição de uma perspectiva de evitação de violências para a de promoção do desenvolvimento integral das potencialidades de todas as crianças.

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR DA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE ENTRE 2000–2024

CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES, JOSAFÁ DA CUNHA, THOMAS GABRIEL DOS REIS SANTOS

Esta revisão de literatura investiga a homofobia nas escolas da América Latina e Caribe, destacando sua relevância como uma questão social urgente que demanda uma abordagem multidisciplinar, especialmente em ambientes educacionais. A homofobia, definida como um modo de controle social que discrimina indivíduos que não se conformam aos padrões heteronormativos, se manifesta frequentemente por meio de violência física, psicológica e emocional, afetando negativamente a saúde mental e o desempenho acadêmico de estudantes LGBTQI+.

O objetivo do estudo foi revisar a literatura acadêmica sobre homofobia nas escolas da América Latina e Caribe, analisando estudos empíricos com delineamentos quantitativos, qualitativos ou mistos, produzidos até o primeiro semestre de 2024. Para isso, os pesquisadores buscaram artigos nas bases de dados Scopus, Web of Science, PsycINFO, EBSCOhost, SciELO, PePSIC, LILACS, BVs. A revisão ocorreu através do software Rayyan, e após a aplicação de critérios de inclusão resultou em 48 artigos. Os resultados revelaram o início de publicações sobre a temática em 2008, indicando um crescente interesse acadêmico e necessidade de conscientização sobre os desafios enfrentados por LGBTQI+. Entre as metodologias empregadas, destacam-se estudos qualitativos, que capturam experiências pessoais dos estudantes e professores, que oferecem dados para fundamentar políticas educacionais. Os artigos analisados foram predominantemente escritos em português e inglês, com um forte foco no Brasil. A discussão aponta para a importância de enfrentar essa problemática nas instituições escolares, considerando as nuances culturais e sociais que cercam a homofobia. Isso não apenas destaca a necessidade de intervenção em política educativa, mas também sugere que a diversidade metodológica pode proporcionar uma compreensão mais abrangente das experiências de estudantes LGBTQI+, enriquecendo o debate científico e social sobre a questão.

NARRATIVAS DE DOCENTES LGBTQIA+: FRATURANDO A HISTÓRIA ÚNICA

EDGAR DE BARROS SANTOS, MARCO ANTONIO TORRES

Dialogando com a crítica de Chimamanda Ngozi Adichie (2019) ao que ela chama de “história única”, o trabalho relaciona os contextos da escritora nigeriana com as experiências de docências LGBTQIA+ que cederam suas narrativas para nossa pesquisa de mestrado em Educação. A pesquisa teve como metodologia a entrevista narrativa, a autobiografia e a produção de escritas (Evaristo, 2020). A perspectiva teórica metodológica adotada para a análise dos dados, foi a que chamamos de queer-situado: um tensionamento entre a teoria queer e o horizonte teórico decolonial. Ao todo, foram entrevistados cinco docentes LGBTQIA+, que, assim como eu, se formaram no curso de Artes Cênicas na Universidade Federal de Ouro Preto. O trabalho evidencia a persistência de narrativas excludentes que impactam os processos de subjetivação bem como a vida profissional de docentes LGBTQIA. Todavia, também se constata a importância de pesquisas com narrativas, autobiografias e escritas no enfrentamento à supremacia da história única. Frente as investidas dessa colonialidade do ser (Mignolo, 2017), agenciar narrativas outras, de forma a se implicar na pesquisa através de métodos como a autobiografia escritiva, se mostrou um gesto de despossessão das narrativas coloniais/modernas que insistem em tentar vestir em nossas peles as suas máscaras (cis)heterossexuais. Por outro lado, como achado de pesquisa, a presença do que chamamos de coragem da verdade (Foucault, 2011) aparece como o elemento pelo

qual as/os docentes que tiveram suas narrativas analisadas fazem um gesto de deslocamento e virada epistêmica em seus processos de subjetivação enquanto pessoas LGBTQIA+ e enquanto profissionais: é através do dizer, viver, narrar, verdadeiro, de enunciarem a si mesmos, que novas imagens de aliança, afetos e representatividade positiva emergem para a cena da sala de aula. Reorganizam a linguagem e refuncionalizam o simbólico, bem como agregam sentidos outros para suas experiências educacionais.

DO(C)ENTE INVISÍVEL: COMO ELIMINAR AQUELE QUE NÃO PODE EXISTIR.

PAULO AFONSO DO PRADO, JAQUELINE GOMES DE JESUS

Neste trabalho, trazemos os resultados parciais de uma pesquisa que analisa a condição da saúde mental das/os/es professoras/es LGBTQIAPN+ atuantes na Ed. Básica da rede estadual do Rio de Janeiro, violentadas/os/es ao longo de sua formação, seja na escolarização, na graduação e/ou exercício profissional. Iniciada com uma revisão integrativa (RI) que teve como termo central a saúde mental das/os/es professoras/es LGBTQIAPN+ da Ed. Básica da rede estadual do Rio de Janeiro; ela utilizou a estratégia de acrônimos PICO, resultando na seguinte pergunta estruturada: como está a saúde mental das/os/es professoras/es LGBTQIAPN+, que optaram pelo retorno à docência na rede pública de ensino, mesmo após sofrerem apagamento e violência de gênero dentro da escola, durante o seu processo de escolarização/formativo? Os descritores foram extraídos de duas bases de dados: Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH). A busca pela bibliografia utilizou as bases da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), a Scientific Electronic Library Online (SciELO), a PubMed e o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr). Como resultado, após a aplicação dos filtros, a RI não encontrou publicações sobre adoecimento docente relacionando as questões de gênero e sexualidade às condições de trabalho e contextos de sociabilidade; produzindo dois tipos de apagamento aos docentes LGBTQIAPN+: o não reconhecimento de sua existência dentro da escola e o seu adoecimento. É e neste ponto que o estudo se aprofunda para buscar a compreensão dos motivos que fazem a ciência apagar as dissidências de gênero e sexualidade em suas análises e responder à pergunta: o que a ausência desses estudos significa na prática?

FORMAÇÃO CONTINUADA E ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES TRANS: NARRATIVAS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE OS CORPOS QUE TRANSITAM NO ESPAÇO ESCOLAR

TAINÁ DOS REIS GARCIA, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO, PROF. DRA. JOANALIRA CORPES MAGALHÃES

Este trabalho tem como objetivo investigar as narrativas de profissionais da educação de escolas públicas de um município no sul do Rio Grande do Sul sobre os processos de formação continuada voltadas ao reconhecimento e acolhimento de estudantes trans. Compreendendo a escola como um espaço de disputas, em que as normas de gênero e sexualidade são (re)produzidas cotidianamente, temos investigado de que modo professoras/es e equipes diretivas têm lidado com a presença de estudantes trans em seus contextos escolares. A pesquisa articula uma abordagem quantitativa e qualitativa. No primeiro movimento, aplicou-se um questionário a 83 escolas das redes municipal e estadual, com o objetivo de mapear a presença de estudantes trans, as práticas institucionais relacionadas ao uso do nome social e demais dados sobre a realidade escolar. No segundo momento, realizaram-se entrevistas narrativas com 26 profissionais da educação de diferentes regiões da cidade, atuantes em escolas que indicaram ter estudantes trans. As narrativas evidenciam que, diante dos desafios e tensões gerados pela presença de estudantes trans nas escolas, a formação continuada se destaca como demanda recorrente entre os/as profissionais. Muitas/os relatam sentir-se despreparadas/os para abordar as temáticas de gênero e sexualidade, o que reforça a urgência de processos formativos que problematizem a cisheteronormatividade e contribuam para a construção de espaços mais acolhedores e inclusivos. Em meio a resistências institucionais, improvisações e silenciamentos, emergem também experiências de mobilização e aprendizado coletivo, indicando que a formação continuada pode operar como um dispositivo de transformação no cotidiano escolar. Conclui-se que a formação continuada pode operar como uma ferramenta potente na produção de deslocamentos nas práticas escolares, contribuindo para o enfrentamento das violências normativas e para a garantia do direito à educação de estudantes trans.

A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?: POLÍTICAS EDUCACIONAIS TRANSVESTIGENERES NO NORDESTE BRASILEIRO

DAYANNA LOUISE LEANDRO DOS SANTOS, MURILLO MEDEIROS CARVALHO

O território das políticas educacionais de gênero e sexualidades foi eleito um dos principais inimigos do neoconservadorismo e da extrema direita, colocando sob ameaça o direito ao acesso e permanência de estudantes trans e travesti na educação básica. Diante desse cenário, o presente trabalho busca discutir os sentidos e alcance das políticas de gênero e sexualidade desenvolvidas no âmbito das redes estaduais de ensino localizadas no nordeste brasileiro, destacando ações e estratégias promovidas no intuito de enfrentar a (re)produção de projetos históricos de dominação e exploração ancorados no medo, no ódio e na violência.

Neste sentido, analisamos dados e informações fornecidas à Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e ao Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) através das secretarias de educação dos nove estados que compõem a região nordeste. São documentos que destacam a importância da aprovação de leis e normatizações que reconheçam e buscam tornar efetiva a garantia do uso e do respeito ao nome social de pessoas trans na vida escolar, bem como do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero. A inserção formal das temáticas e as mudanças na forma de abordagem das questões de gênero e sexualidade nas políticas curriculares e de formação docente também são aspectos que surgem nos resultados apresentados e merecem maior discussão em relação aos tensionamentos provocados pela “patrulha ideológica”. Esses dados nos possibilitam pensar nos ambivalentes modos de existência que circulam e se cruzam no currículo, nos tortuosos e incompletos processos de criação de vidas forjados nas brechas da estrutura(cis)normativa e no efeito produtivo dos deslocamentos da política educacional no Brasil das últimas duas décadas.

**SUBJETIVIDADES TRANSMASCULINAS EM PERSPECTIVA:
UM ESTADO DO CONHECIMENTO DE TESES E
DISSERTAÇÕES NAS PÓS-GRADUAÇÕES EM EDUCAÇÃO
(2014-2024)**

KALEO MENDES DE MELO DA ROCHA

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma dissertação em andamento, especificamente o estado do conhecimento produzido com o objetivo de identificar e analisar os trabalhos acadêmicos que abordam a subjetivação das transmasculinidades no campo educacional. Compreendido como uma pesquisa bibliográfica que visa mapear e compreender a produção de saberes em uma área específica, o estado do conhecimento realizado tem como foco reconhecer os precursores no campo — isto é, os estudos que tratam das experiências e subjetividades de pessoas transmasculinas no contexto da educação. O levantamento foi realizado por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (CTD). A busca envolveu combinações entre descritores como “homem trans”, “transmasculino”, “transmasculinidade”, “escrivência”, “escrita de si”, “subjetivação”, “educação” e “escola”, com critérios de exclusão que asseguraram a centralidade da temática transmasculina nos estudos analisados. Para além do mapeamento geral, o artigo aprofunda a análise de seis trabalhos identificados como oriundos de programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. Esses trabalhos são examinados a partir de aproximações e distanciamentos quanto ao objeto de pesquisa, objetivos, metodologia e resultados, além do mapeamento das linhas de pesquisa e suas proximidades epistêmicas. O estudo busca evidenciar tendências, lacunas e contribuições da produção acadêmica sobre subjetivação das transmasculinidades, oferecendo subsídios para reflexões críticas no campo da educação.

**CORPOS ESTIGMATIZADOS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA:
CONTRIBUIÇÕES DE GOFFMAN PARA ENTENDER O
BULLYING LGBTQIAPN+ FÓBICO NA ESCOLA.**

BRUNO TRINDADE DE MENDONÇA COSTA, BRUNO TRINDADE DE MENDONÇA COSTA

A presente pesquisa propõe pensar criticamente sobre o bullying LGBTQIAPN+ fóbico no contexto escolar, apoiando-se na teoria do estigma cunhada pelo cientista social Erving Goffman. A mencionada teoria considera que a sociedade busca formas de categorizar as pessoas e estabelecer características que são consideradas naturais e normais para cada indivíduo inserido no tecido social. Para o campo sociológico, todas aquelas que não se enquadram nas categorias entendidas como normais são consideradas estigmatizadas e, por vezes, pessoas más, perigosas, frágeis e diminuídas. Sob essa perspectiva, pode-se entender que inúmeros estudantes são marginalizados na escola por não se enquadrarem em um padrão cisheteronormativo socialmente vigente, inclusive no ambiente escolar, que se constitui como um espaço de convívio social. Não raramente este espaço revela-se como normatizador, disciplinador e estigmatizador, contribuindo para que seja um potencial território de disseminação e conservação do bullying contra pessoas LGBTQIAPN+. Posto isto, este estudo tem por objetivo examinar de que forma o estigma na construção de identidades deterioradas reforça a naturalização do bullying contra corpos dissidentes em gênero e sexualidade na escola. A metodologia empregada é de caráter qualitativo teórico - reflexiva, baseada em uma revisão bibliográfica de autores que discutem estigma, diversidade sexual e violência escolar, além da análise de documentos oficiais da educação que tratam da promoção da equidade e respeito à diversidade. Os resultados parciais apontam que a lógica da estigmatização contribui para a deterioração da identidade conforme Goffman e que o bullying se ancora neste processo para incitar a violência e expressar a rejeição contra pessoas LGBTQIAPN+. Assim, torna-se evidente que teoria do estigma mostra que a mudança precisa envolver tanto a esfera simbólica quanto as práticas institucionais para garantir direitos e respeito

SESSÃO 30

**LETRAMENTO LGBTQIA+: EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO EM
SAÚDE NA PROMOÇÃO DE CIDADANIA.**

GLEYDSON FELIPE DUQUE DE PAIVA

O presente relato se refere à experiência de Oficina de Letramento LGBTQIA+, desenvolvida durante o curso de Mestrado em Saúde Coletiva, com acúmulos de experiências pessoais e profissionais no âmbito das políticas para a população LGBTQIA+. A oficina ocorreu em cinco edições, ambas com profissionais da saúde, dentre enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, farmacêuticos e trabalhadores de apoio administrativo. A organização do ambiente se estruturou através de roda, onde se propiciou que todos os participantes pudessem se ver durante o encontro. A metodologia utilizada se dividiu em momentos de dinâmicas, como também em apresentação expositiva. À primeira vista, foram distribuídos post-its aos participantes, para que pudessem escrever, anonimamente, suas principais expectativas para aquele encontro. No segundo momento, foi realizada uma dinâmica de nuvem de palavras com a pergunta "No que você pensa quando se fala em LGBTQIA+", onde os participantes responderam por meio do aplicativo Mentimeter. Posteriormente, foi proporcionado um diálogo sobre os conceitos e palavras associadas pelo senso comum. Na apresentação expositiva, foi evocada, de forma breve, a trajetória dos movimentos sociais LGBTQI+, no sentido de contextualização da discussão. Também foram apresentados conceitos de identidade de gênero, orientação afetivossexual, expressão de gênero, sexo biológico e de cada segmento da sigla LGBTQIA+. Para tal explanação, foi utilizado um jogo, impresso, com quatro quadrados e cerca de cinquenta palavras/termos para que categorizassem dentre identidade de gênero, orientação afetivossexual, expressão de gênero e sexo biológico. Ao final da oficina, foram regatados os post-its, onde, ao realizar a leitura das expectativas, todos os participantes manifestaram tê-las tido superado. Percebeu-se que utilização das dinâmicas, aproximou-se da ideia de educação popular, o que potencializou os encontros e a adesão.

**REFLEXÕES SOBRE (AS AUSÊNCIAS DE) DIREITOS SEXUAIS
E REPRODUTIVOS DE HOMENS TRANS E PESSOAS
TRANSMASCULINAS NO BRASIL**

GUILHERME LAMPERTI THOMAZI, NATHÁLIA PACÍFICO DE CARVALHO,
ROBERTA SIQUEIRA MOCAIBER DIEGUEZ, CRISTIANE DA SILVA
CABRAL

O recente período de retrocessos e ataques em relação aos direitos humanos, a compreensão inadequada/deturpada e o uso acusatório sobre “ideologia de gênero” compõem um terrível cenário de exclusões e violências que acometem cotidianamente pessoas trans e travestis. A partir da análise de normativas nacionais de saúde brasileiras esse trabalho objetiva discutir como homens trans e outras pessoas transmasculinas (não) são percebidas e incluídas nas políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva no Brasil. Compõem esse manuscrito as seguintes políticas: Política Nacional de Saúde Integral LGBT; Política de Saúde Integral do Homem; e a Política de Saúde Integral da Mulher. De forma geral, o livre exercício dos direitos sexuais e reprodutivos ainda não é uma realidade para tais indivíduos. O predomínio de noções binárias sobre sexo e gênero sustentam e reforçam uma hegemonia cisheteronormativa nos discursos e práticas de saúde, de modo a legitimar a invisibilização das necessidades de saúde sexual e reprodutiva dessas pessoas nos serviços de saúde. Os textos oficiais que regulam e orientam o Sistema Único de Saúde ainda são incipientes no que diz respeito a suas necessidades de saúde. É possível notar a inexistência de materiais sobre a importância da prevenção do câncer de colo de útero nessa população. As políticas específicas para essa população são construídas a partir de um pressuposto patologizante de suas identidades, sendo resumidas a hormônios ou modificações corporais, não levando em consideração pluralidade de existências, tampouco a perspectiva de saúde integral. Além disso, as normativas partem do pressuposto que todo homem trans é heterossexual e se relacionará com mulheres cis, não levando em consideração a possibilidade de engravidar. É primordial a ampliação das discussões que abordem as transmasculinidades no campo da saúde pública, com cuidado especial às questões de saúde sexual e reprodutiva.

**ELABORAÇÃO DE OFICINAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
EM SAÚDE (EPS) PARA A APS COM ENFOQUE NA SAÚDE
LGBT+**

GIL LEONHARDT RAMOS

Este trabalho relata a experiência da elaboração de oficinas de Educação Permanente em Saúde (EPS) para profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS), com foco na população LGBTQ+. A atividade foi desenvolvida durante o estágio optativo da residência em Vigilância em Saúde da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS), realizado no Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde, mais especificamente na Divisão de Políticas de Promoção da Equidade, sob a Área Técnica de Saúde LGBT. Como projeto de estágio, coube ao autor a elaboração de duas oficinas: uma sobre violência contra a população LGBTQ+—tema no qual já havia experiência prévia—e outra sobre saúde mental LGBTQ+, devido à sua formação profissional. No período de um mês, ambas as oficinas foram desenvolvidas, mas apenas a primeira foi concluída devido a limitações de prazo. A oficina sobre violência foi estruturada para ser realizada em um turno (manhã e tarde), utilizando metodologias ativas como exibição de vídeos temáticos, quiz interativo para engajamento, estudo de caso para reflexão crítica e um instrumento de avaliação para feedback. A atuação na Área Técnica de Saúde LGBT permitiu

identificar uma grande demanda por EPS nessa temática, contrastando com a escassez de profissionais—apenas dois servidores responsáveis por todo o estado. Por meio das preceptorias, consolidou-se a compreensão de que oficinas de EPS devem ser dinâmicas e bem estruturadas, garantindo clareza nos objetivos, mas também mobilizar emoções e reflexões, indo além da transmissão de informações para provocar mudanças em comportamentos e concepções enraizadas. Além disso, foi necessário adaptar-se às limitações operacionais, como tempo reduzido e poucos recursos humanos, sem perder a qualidade pedagógica. A experiência reforçou a importância da EPS como ferramenta de transformação das práticas em saúde, especialmente em temas sensíveis como a equidade LGBTQ+.

SILÊNCIO PREJUDICIAL: A INVISIBILIDADE DA PREP PARA PESSOAS TRANS E NÃO BINÁRIAS NAS UNIDADES DE SAÚDE

MARCO AURÉLIO ALMEIDA SOARES, GUILHERME RODRIGUES PASSAMANI

Neste artigo, exploro a alarmante falta de divulgação da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) nas unidades de saúde para a população trans e não binária. Observo que a invisibilidade dessa parcela da população nas estratégias de prevenção ao HIV resulta em barreiras significativas ao acesso a essa importante ferramenta. Constatado que a ausência de informação específica e acolhedora contribui para a manutenção de altas taxas de vulnerabilidade ao HIV nesse grupo. Minha análise demonstra como a cisnormatividade presente nos serviços de saúde negligencia as necessidades informacionais de pessoas trans e não binárias sobre a PrEP. Verifico que essa lacuna na comunicação impede que indivíduos em maior risco se beneficiem da profilaxia, perpetuando desigualdades em saúde. Enfatizo a urgência de políticas públicas inclusivas que contemplem a diversidade de identidades de gênero na divulgação da PrEP. Argumento que estratégias de comunicação sensíveis e direcionadas, aliadas à capacitação de profissionais de saúde, são cruciais para garantir que a PrEP se torne acessível e conhecida por todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, rompendo o silêncio prejudicial e promovendo a saúde integral da população trans e não binária.

ESTRATÉGIAS DE LUTA PELO DIREITO À SAÚDE LGBTQ+ NO RIO GRANDE DO NORTE
MATHEUS OLIVEIRA LACERDA

Na esteira das demandas apresentadas pelos movimentos sociais e das discussões para o aprofundamento de uma política de saúde com mais equidade, em 2011, instituiu-se através a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Nesse sentido, a análise de contextos locais é fundamental para a compreensão dos avanços e impasses enfrentados para a consolidação dessa política. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar as estratégias mobilizadas pelo movimento social LGBTQ+ no estado do Rio Grande do Norte após a instituição da Política Nacional de Saúde LGBTQ. Para isso, foi realizada análise documental e entrevista de cinco pessoas com histórico de atuação no movimento social a partir de um roteiro semiestruturado. O percurso metodológico e a análise empreendida ocorreram a partir da perspectiva teórico-metodológica da Hermenêutica-Dialética. A interpretação dos sentidos das falas dos sujeitos de interlocução da pesquisa e a contextualização sócio-histórica dos eventos narrados permitiram verificar o acúmulo do movimento social como um elemento fundamental para a materialização do direito à saúde da população LGBTQ+, mesmo em conjunturas com governos de diferentes perspectivas ideológicas.

ROTAS DE FUGA, SUBVERSÕES E RESISTÊNCIAS NO ACESSO À SAÚDE DE PESSOAS LGBTQ+ NO SEMIÁRIDO
MATHEUS MADSON LIMA AVELINO, JOÃO MÁRIO PESSOA JÚNIOR

As pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexuais (LGBTQ+) enfrentam barreiras históricas de acesso à saúde, marcadas pela LGBTQifobia institucional e por processos político-sociais de vulnerabilização. Embora amplamente discutido na saúde coletiva, esse debate tem se concentrado em violências interpessoais e falhas organizacionais, como o desrespeito ao nome social e a baixa resolutividade dos serviços. Tais abordagens, apesar de relevantes, tendem a simplificar a complexidade do fenômeno e a ignorar a agência de usuários(as) e profissionais na construção de estratégias frente às barreiras. Diante disso, esta pesquisa-intervenção, orientada pelo método cartográfico, propõe como questão central: como o agenciamento de profissionais de saúde e de pessoas LGBTQ+ frente à LGBTQifobia institucional reconfigura o acesso à saúde e a organização dos serviços? Teve como objetivo analisar os caminhos alternativos construídos por esses sujeitos para acessar os serviços de saúde diante da violência institucional e construir estratégias para ampliar o acesso à saúde. A produção de dados ocorreu no período entre maio a outubro de 2022 em um hospital maternidade que conta com ambulatório voltado à população LGBTQ+, por meio de observação-participante, entrevistas semiestruturadas e oficinas de pensamento coletivo. A seleção dos participantes ocorreu via amostragem em bola de neve, partindo de profissionais e usuários(as) do próprio serviço. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética sob o nº 54407621.6.0000.5294. Foram identificadas cinco categorias empíricas de acesso: negação do acesso, acesso facilitado, acesso pelo barraco, acesso despercebido, acesso pelo desvio e acesso pelas das redes. Conclui-se que, apesar das violências estruturais, há potências de resistência e

reinvenção do cuidado, nas quais profissionais e usuários(as) constroem rotas que desafiam e atualizam questões de acesso à saúde.

ORGANIZAÇÃO E DESAFIOS NA DISPENSAÇÃO DA HORMONIZAÇÃO NO AMBULATÓRIO TRANS DE PORTO ALEGRE

DANIELA BAGLIONI GOMES, BIANCA NIEMEZEWSKI SILVEIRA, LUCIA HELENA DONINI SOUTO, RAIZA ALVES DA SILVA

O Ambulatório Trans de Porto Alegre foi inaugurado em agosto de 2019, após a aprovação da Política Municipal de Saúde da População LGBTQIAP+, inicialmente no Centro de Saúde Modelo. Em 2022, recebeu o CNES e foi transferido para o Centro de Saúde Santa Marta, com atendimentos de segunda a sexta, das 13h às 19h. Uma das principais demandas é o acesso à hormonização, mas inicialmente o serviço oferecia apenas acompanhamento clínico, sem garantir o fornecimento gratuito dos medicamentos. Segundo o protocolo do TelessaúdeRS, a prescrição inclui estrogênios e antiandrogênicos para pessoas trans femininas, e testosterona para pessoas trans masculinas. Como esses medicamentos não integram a RENAME (Relação Nacional de Medicamentos), seu fornecimento regular é comprometido. A partir de 2022, com verbas parlamentares, o ambulatório passou a dispensar valerato de estradiol 1mg e undecilato de testosterona 250mg/mL. Apesar do avanço, houve desabastecimentos por falta de verba e perdas durante as enchentes de 2024. Em 2025, foi destinado na Lei Orçamentária Anual, R\$ 1 milhão para aquisição dos hormônios, recurso conquistado pelo pressionamento dos movimentos sociais, da equipe e também da Área Técnica responsável pelas Políticas Públicas de Saúde da População LGBTQIAPN+ do município. Isso é um marco importante, mas que ainda revela a ausência de políticas públicas estruturadas. A dispensação, feita pela equipe de enfermagem, gerava sobrecarga. Após as enchentes, iniciou-se a articulação para que a dispensação fosse feita pela equipe da Farmácia Distrital Santa Marta. No entanto, apesar de assumirem essa responsabilidade, é a única do município com essas medicações e tem horário restrito (8h às 17h), surgindo novas barreiras. Essa trajetória evidencia a importância de políticas públicas específicas, integração entre serviços e valorização da equipe multiprofissional para garantir cuidado contínuo e de qualidade à população trans.

PROCESSOS DE TRABALHO E GESTÃO NO AMBULATÓRIO TRANS DE PORTO ALEGRE
BIANCA NIEMEZEWSKI SILVEIRA, LUCIA HELENA DONINI SOUTO, RAIZA ALVES DA SILVA, DANIELA BAGLIONI GOMES

O Ambulatório Trans de Porto Alegre foi inaugurado em agosto de 2019, fruto da articulação entre residentes em saúde e movimentos sociais, logo após a aprovação da Política Municipal de Saúde da População LGBTQIAP+. Inicialmente funcionando em consultórios da Clínica de Família Modelo em dois turnos à noite (8h semanais), o serviço tornou-se uma referência no cuidado integral à saúde de pessoas trans e travestis. Três anos após, em agosto de 2022, o serviço conquistou CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde) e sede própria, passando a funcionar no Centro de Saúde Santa Marta, de segunda a sexta-feira das 13h às 19h (30h semanais), onde permanece atualmente. Desde então, o Ambulatório contou com três coordenadoras, duas médicas e uma enfermeira (ainda em atuação), responsáveis pela organização dos processos de trabalho e liderança da equipe. Ao longo desse período, foram identificadas fragilidades no serviço como a necessidade de mais salas e mais profissionais, além da necessidade de melhor acolher as pessoas usuárias que solicitam atendimento no dia. Dessa forma, foram implementadas diversas estratégias de gestão, como: criação de mapa mensal de uso das salas, definição de escala de profissionais para escuta qualificada, desenvolvimento de formulário para organização do acesso virtual ao serviço, criação de fluxos de agendamento das consultas, de atendimento para equipe de saúde mental, de recepção e de acolhimento das demandas espontâneas. Os processos de trabalho foram construídos coletivamente nas reuniões de equipe semanais, o que fortalece os vínculos e promove confiança entre os profissionais. A coordenação do Ambulatório Trans visa ser um elo entre os diferentes âmbitos de gestão envolvidos: a equipe do serviço, a Coordenadoria de Saúde responsável e a Área Técnica das Políticas Públicas de Saúde da População LGBTQIAPN+ do município, com o objetivo de garantir cuidado qualificado e ampliar o acesso à saúde para a população trans e travesti.

RAQUEAMENTO DOS SISTEMAS DE GOVERNO NA PRODUÇÃO DE SAÚDE ENTRE PARES: A EXPERIÊNCIA DA PARAÍBA
GABRIELA ANDRADE FERREIRA DE SÁ, LAURA BRASIL FEITOSA, FERNANDA PRUDÊNCIO DA SILVA, ANSELMO CLEMENTE, JULIANA SAMPAIO

Inspiradas pela noção de raqueamento como estratégia de reprogramação dos códigos institucionais utilizada por corpos historicamente excluídos dos processos de formulação e gestão de políticas públicas, este texto se propõe a analisar os efeitos do protagonismo de pessoas LGBTQIAPNb+ nas instâncias de gestão de políticas públicas de saúde na Paraíba. Vinculado à pesquisa multicêntrica Práticas e saberes que vêm das margens: encontros e desencontros com a atenção e a formação em saúde, financiada pelo CNPq, trata-se de um estudo qualitativo, de natureza cartográfica, no qual as pesquisadoras (gestoras, mestranda e professores)

têm realizado imersões em serviços especializados no cuidado a pessoas LGBTQIAPNB+, eventos, conferências e espaços de controle social, produzindo as pistas cartográficas dessa pesquisa. Toda a vivência tem sido registrada em diários de campo e processada coletivamente a partir de epistemologias decoloniais e do sul global. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências Médicas da UFPA sob o CAAE: 79612124.2.0000.8069. Como resultados parciais, analisamos que, na contramão das técnicas de controle dos corpos, a presença de pessoas LGBTQIAPNB+ nos espaços de gestão pública na Paraíba tem produzido infiltrações críticas nos códigos dos sistemas de governo, instituindo outras gramáticas nos modos de fazer política. Esse processo se expressa na formulação e gestão de políticas públicas com e entre pares, em que saberes encarnados a partir da experiência coletiva de exclusão e resistência produzem um deslocamento no sistema gênero/sexo, tensionando as práticas de cuidado sobre necessidades plurais das pessoas LGBTQIAPNB+. Nesse sentido, o aquecimento nas instâncias de gestão por pessoas e coletivos LGBTQIAPNB+ produz deslocamentos no sistema de governo enquanto instância normativa, ampliando os territórios de produção do comum e abrindo espaço para outras formas de governar e cuidar entre pares.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIAPNB+ (GESAP+) E SUA ATUAÇÃO NO IFRJ CAMPUS REALENGO
MICHELLE GUIOT MESQUITA, JENNIFER NASCIMENTO QUEIROZ,
THIAGO DOS SANTOS MANTUANO, LARISSA SIMIÃO BASTOS DE
QUADROS, BEATRIZ ALVES DOS SANTOS

Segundo o Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024, o Brasil é o país que mais mata pessoas Trans no mundo. Constata-se a negligência do Estado em atender às necessidades dessa população. Apesar dos avanços trazidos pela Política Nacional de Saúde Integral LGBT, o cenário ainda é de escassez de políticas identitárias e de segurança. Na formação superior em Saúde no Brasil, persistem lacunas curriculares, descontextualizadas e sem representatividade sobre a saúde da população LGBTQIAPNB+. No IFRJ Campus Realengo (CREAL), algumas iniciativas acadêmicas e institucionais têm sido desenvolvidas, dentre elas, o Grupo de Pesquisa em Saúde da População LGBTQIAPNB+ (GESAP+), criado em 2023, onde são desenvolvidas pesquisas e ações no território, contribuindo para a formação de profissionais de saúde e ampliando o acesso a repertórios que enfrentam a subalternização e desigualdades no cuidado à saúde da população LGBTQIAPNB+. Acontecimentos e Aprendizados: O grupo inaugurou suas ações com o projeto de pesquisa que objetivou a identificação de iniciativas educacionais realizadas no Campus acerca do cuidado em saúde da População LGBTQIAPNB+ e o mapeamento do conhecimento dos docentes, técnicos e discentes do IFRJ CREAL sobre a temática. Além disso, em parceria com o Grupo Tutorial 1 do PET-Saúde Equidade IFRJ/ SMSRJ 2024-25, colaboramos com o intuito de ampliar o conhecimento e compartilhar informações. Entre 2023 e 2024, publicamos 8 trabalhos em congressos e realizamos ações com o Núcleo de Gênero e Diversidade do IFRJ CREAL. O projeto atual (2025-2026) investiga o impacto dessas iniciativas na promoção da inclusão, respeito e equidade no cuidado em saúde, capacitando estudantes em metodologias como grupo focal e análise de conteúdo. O GESAP+ vem se debruçando sobre as lacunas da formação em saúde por meio de educação, pesquisa e parcerias, e buscando promover mudanças necessárias no cenário vivenciado pela população LGBTQIAPNB+.

PESSOAS NÃO BINÁRIAS E O CUIDADO EM GÊNERO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: DESAFIOS ATUAIS E HORIZONTES POSSÍVEIS
ARIEL JOAN SANTANA DE SOUZA, BRENO DE OLIVEIRA FERREIRA,
ARIEL JOAN SANTANA DE SOUZA

Pessoas não binárias são definidas por possuírem identidades além do binário homem/mulher, se apresentando como uma população que cresce quantitativamente e em visibilidade social. Apesar da pouca literatura existente, já são visualizadas algumas dificuldades específicas para essa população na saúde como a de acessar serviços de saúde em gênero e sexualidade, intervenções médicas em gênero como terapia de reposição hormonal e a compreensão de profissionais de saúde sobre suas experiências subjetivas com gênero. Dentro do SUS, a portaria nº 2.803/2013, que estabeleceu o “Processo Transsexualizador”, ainda se define como a mais relevante para o estabelecimento e práticas de cuidados em gênero para a população trans, apesar das críticas às características medicalizantes do “Processo Transsexualizador”, já que as contribuições que levaram à criação do Programa de Atenção à Saúde da População Trans (Paes Pop Trans) ainda não foram instituídas formalmente. Devido ao contexto social e político durante sua criação, a portaria nº 2.803/2013, além das críticas realizadas ao seu caráter medicalizante, não contemplou especificidades da população não binária em sua constituição, levando à necessidade de se analisar quais desafios estruturais, institucionais, técnicos e sociais podem ser enfrentados por pessoas não binárias no acesso e na experiência de cuidado dentro do “Processo Transsexualizador” tendo em vista o momento de reestruturação desse serviço por meio do Paes Pop Trans. Por meio da Análise Documental Crítica de portarias do Ministério da Saúde e literatura científica atual, é possível depreender que a falta de documentações oficiais, como formulários de cadastro, capacitações, e políticas públicas em saúde que contemplem a fluidez e multiplicidade de experiências e identidades não binárias e a disponibilidade de serviços tanto em capitais quanto em regiões

interioranas se estabelecem como obstáculos relevantes para a promoção do cuidado em saúde para esta população.

“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”: ESTRATÉGIAS DE MELHORIA DO ACESSO À SAÚDE SEGUNDO PESSOAS LGBTQIA+
FRANCISCO RODRIGO PAIVA DOS SANTOS, MARCO TÚLIO AGUIAR
MOURÃO RIBEIRO, TATIANA FIUZA

Introdução: a Atenção Primária à Saúde (APS), porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), segue marcada por práticas cisheteronormativas e falhas no acolhimento humanizado. A escuta das estratégias propostas pela própria população LGBTQIA+ é fundamental para a construção de soluções efetivas e culturalmente sensíveis no acesso à saúde. Objetivo: este artigo analisa as estratégias de melhoria do acesso à saúde no SUS a partir de perspectivas de usuários LGBTQIA+. Metodologia: trata-se de um estudo qualitativo com 21 pessoas LGBTQIA+, maiores de 18 anos e usuárias da APS. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas em profundidade, realizadas entre julho e agosto de 2024. Os dados foram analisados por análise temática de conteúdo. O referencial teórico ancorou-se em Pierre Bourdieu (campo, habitus, violência simbólica) e Judith Butler (performatividade de gênero, violência discursiva, vulnerabilidade). Resultados: a análise trouxe a categoria estratégias de melhoria do acesso como as subcategorias a seguir. Capacitação/formação profissional: destaque para a participação LGBTQIA+. Legislações e políticas públicas eficazes: há boas políticas, mas há falhas de implementação. Tratamento humanizado: falta acolhimento e respeito, causas de evasão dos serviços. Importância da rede de apoio: familiares, amigos e coletivos como fontes de suporte no acesso aos serviços. Capitalização dos serviços: crítica à concentração de atendimentos especializados. Aumento dos estudos na temática LGBTQIA+: a escassez de literatura compromete a formulação de políticas. Considerações Finais: a pesquisa lança reflexões que extrapolam a APS e demandam transformações em todo o sistema de saúde. As estratégias propostas pelos participantes apontam para a urgência de mudanças estruturais, formativas e políticas no SUS e na sociedade.

SESSÃO 31

O USO DA PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO AO HIV/AIDS (PREP), PERFIL DA POPULAÇÃO USUÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES INTERSECCIONAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM MANAUS-AM.
CARLOS LUCAS GUEDES DE MORAES, ELTON SANTA BRÍGIDA DO
ROZARIO

Este estudo tem como objetivo traçar o perfil epidemiológico dos usuários da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP) em Manaus, AM, entre 2018 a 2023, com foco nas variáveis de raça/etnia, classe social e gênero. A pesquisa busca analisar os dados e indicadores sociais que refletem a realidade dessa população, discutir o significado da PrEP e explorar as implicações interseccionais dessas variações nas políticas públicas. A metodologia adotada consiste em pesquisa documental e bibliográfica, com mapeamento de dados quantitativos e qualitativos extraídos do painel de monitoramento públicos, protocolos Clínicos e Boletins Epidemiológicos de HIV/AIDS, disponíveis no SUS nas esferas Federal, Estadual e Municipal. O resultado final revelou um aumento no número de usuários da PrEP, que passou de 153 em 2018 para 1.888 até o final de 2023, proporcionado pela da ampliação de unidades dispensadoras de medicamentos, de uma para sete unidades na rede do SUS em Manaus. No entanto, é uma cobertura que atinge 0,09% da população, ou seja menos de 1 em cada 1.000 habitantes teve acesso ao medicamento preventivo. A inefetividade dessa política não só reverberou uma baixa cobertura, adesão e descentralização do serviço como fez o município se destacar como a maior taxa de detecção de novos casos de HIV/AIDS entre as Unidades Federativas do país em 2023, apontando um problema de saúde pública. Além disso, identificou-se a disparidade entre o perfil socioeconômico dos usuários e que a menor adesão se dá entre população negra e indígena, além de pessoas trans (mulheres, homens, travestis e indivíduos não binários), especialmente aqueles com escolaridade de até 7 anos e jovens na faixa etária de 18 a 24 anos. Esses dados nos permitem refletir sobre os determinantes sociais, aspectos interseccionais, barreiras e estigmas no que tange a limitações no acesso à PrEP, assim como os desafios para sua universalização enquanto política pública.

PARENTALIDADES TRANS E TRANSFOBIA: UM BALANÇO DO CINEDEBATE SOBRE DIREITOS E FAMÍLIAS
THAIANE DA COSTA ABREU, VÊNUS BARROS, ANA LUÍSA DA SILVA
CÔCO, MILENA LACERDA, SILVANA MARINHO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a parentalidade, ampliando o debate sobre a transfobia para além das violências física, psicológica e institucional. Para isso, apresenta um balanço dos resultados do cinedebate “Questão Social, Direitos Sociais e Serviço Social: Famílias e Parentalidades Trans em debate”, realizado pelo

Projeto de Extensão "Mulheres Trans, território, cidadania e violências: entre paradoxos e resistências" da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Para a realização desse cinedebate, foi exibido o curta-metragem “Vaca Profana” de René Guerra, dando início à mesa composta por quatro mulheres trans e travestis que compartilharam suas experiências individuais, desde a transfobia presente no contexto familiar e social, até as vivências em diversas composições familiares existentes. A imagem de família propagada pela estrutura capitalista está associada à instituição burguesa, patriarcal e heteronormativa, dessa maneira, a transfobia acontece quando não se espera que pessoas trans possam gestar, ter filhos biológicos/adotivos e/ou integrar uma família, a ausência de reconhecimento dessas famílias nos marcos normativos e nas políticas públicas contribui para sua marginalização. O cinedebate evidenciou como a parentalidade trans desafia o modelo normativo de família, ao mesmo tempo em que reafirma o direito das pessoas trans à vivência plena da maternidade e da paternidade.

SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: UM CAMPO DE INTERVENÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL NOS CENTROS DE CIDADANIA LGBTI+ DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PEDRO SILVA DE OLIVEIRA

Este artigo apresenta um relato de experiência e uma reflexão teórica crítica sobre a atuação profissional do Serviço Social nos Centros de Cidadania LGBTI+ (CCLGBTI) vinculados ao Programa Rio Sem LGBTIfobia, no Estado do Rio de Janeiro. A partir de uma narrativa de experiências vividas por mim enquanto assistente social no CCLGBTI Baixada III, o texto analisa a diversidade sexual como um campo legítimo de intervenção da profissão, evidenciando o papel central da categoria na promoção e defesa dos direitos da população LGBTI+ no Estado do Rio de Janeiro. O trabalho contextualiza a criação dos Centros a partir das mobilizações dos movimentos sociais e destaca os desafios enfrentados pelas pessoas LGBTI+, como a violência estrutural, a exclusão social e as dificuldades de acesso às políticas públicas. Em resposta a isso, os CCLGBTI se apresentam como equipamentos estratégicos de acolhimento, orientação, encaminhamento e articulação intersetorial, pautados na interdisciplinaridade e no enfrentamento à LGBTIfobia. A atuação do Serviço Social nesses espaços se alinha ao projeto ético-político da profissão, comprometido com os direitos humanos, a justiça social e a emancipação dos sujeitos. Entre os principais aprendizados acumulados a partir da experiência narrada, destacam-se: a importância da escuta qualificada e do acolhimento humanizado; a necessidade de fortalecimento da rede socioassistencial; e a compreensão da diversidade sexual como dimensão central na garantia da cidadania plena. A vivência profissional também reforça a urgência da institucionalização de políticas públicas voltadas à população LGBTI+ e do reconhecimento da especificidade de suas demandas, que exigem respostas éticas, técnicas e políticas por parte do Estado e dos profissionais envolvidos.

USO PREJUDICIAL DE SUBSTÂNCIAS ENTRE PESSOAS LGBTQIAPN+: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO SEAD/HUB/UNB
MARIA VITÓRIA ROCHA MARCELINO, CLÁUDIA REGINA MERÇON DE VARGAS, GUILHERME VEIGA FONSECA

O cuidado em saúde mental a pessoas com uso prejudicial de substâncias psicoativas, é marcada por desafios complexos que exigem abordagem crítica, interdisciplinar e interseccional. No contexto da população LGBTQIAPN+, esse cenário se intensifica diante das violências estruturais, da negação histórica de direitos e de afeto, lazer e pertencimento, que impactam diretamente a forma como essas pessoas se relacionam com as substâncias. Este relato de experiência tem como base a atuação do serviço social no Serviço de Estudos e Atenção a usuários de Alcool e outras Drogas do Hospital Universitário de Brasília (SEAD/HUB/UnB), com enfoque no acompanhamento de um usuário LGBT. Trata-se de um homem cis-gay, 43 anos de idade, profissional de saúde, usuário de múltiplas substâncias associadas à prática de chemsex e à atividade laboral. A experiência evidenciou que o uso de substâncias nesse grupo está frequentemente associado a práticas de sociabilidade que envolvem lazer, sexualidade, prazer e busca por pertencimento — elementos historicamente negados. Festas, saunas, bares e aplicativos de relacionamento aparecem como espaços simbólicos de acesso ao que lhes foi negado, mas também de vulnerabilidade e risco ao uso prejudicial de drogas. A “cultura gay”, nesse sentido, não deve ser compreendida de forma patologizante, mas como campo complexo onde o uso de substâncias se delinea como resposta à violência e à exclusão social - podendo, ainda, se estender a outros contextos como no trabalho e nas funções do cotidiano. Diante disso, o SEAD tem atuado no acolhimento e mediação entre as demandas dos usuários e o contexto social, buscando práticas que reconheçam o direito ao prazer, à liberdade, à autonomia e ao trabalho, como parte do cuidado. Reafirma-se, assim, o compromisso ético-político com a luta antimanicomial e os direitos da população LGBT, garantindo o cuidado articulado a redução de danos, afirmação de identidade e inclusão social.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DA SAÚDE FRENTE A DEMANDAS DE PESSOAS LGBTQIAPN+ UNIVERSITÁRIA: UM RELATO DE CASO.

MARIA EDUARDA FERREIRA NOBRE, CAMILA LIMA NOGUEIRA, GUILHERME VEIGA FONSECA, ALEXANDRE AUGUSTO MARTINS LIMA

A atuação do(a) assistente social na saúde enfrenta desafios diários relacionados à defesa intransigente de direitos e à promoção de equidade e justiça social, que possa assegurar a universalidade às políticas sociais, conforme posicionamento ético-político da profissão. No contexto do atendimento de pessoas LGBTQIAPN+, esses desafios se intensificam devido à invisibilidade social e à vulnerabilidade vivenciada por este público. Nesse sentido, o relato de experiência descreve a atuação do(a) assistente social diante da vulnerabilidade socioeconômica de pessoa LGBTQIAPN+ atendida em serviço de saúde de hospital escola. Trata-se de paciente não binária, pansexual, 23 anos, solteira, universitária, inserida em programas de assistência estudantil de universidade pública federal, em terapia hormonal de afirmação de gênero. Durante atendimento do Serviço Social, vinculado a ambulatório LGBTQIAPN+, verificou-se a necessidade de acompanhamento social à paciente. O presente caso evidencia a importância do(a) assistente social no acolhimento e mediação de demandas da população LGBTQIAPN+, atuando de forma crítica e estratégica para garantir a equidade por meio de acesso a direitos básicos. Dentro dessa premissa, podemos refletir que a assistência estudantil universitária, para pessoas LGBTQIAPN+, é limitada e não contempla demandas específicas, como as de estudantes em hormonioterapia. É necessária uma rede de assistência ampliada que considere as demandas específicas de saúde de cada estudante, além de seu contexto socioeconômico e de rede de apoio, garantindo assim, o exercício de direitos fundamentais constitucionais. Diante disso, o Serviço Social entende que esses direitos devem ser preservados e garantidos, atuando assim como mediador do acesso, se tornando um pilar no atendimento à população LGBTQIAPN+ vinculado à saúde, promovendo o acolhimento, mediação, articulação e elaboração de estratégias.

PATOLOGIZAÇÃO DOS CORPOS DISSIDENTES: PROCESSOS DE MARGINALIZAÇÃO DO CORPO GORDO NO CAPITALISMO ULTRANEOLIBERAL
JÚLIA SPIGOLON XAVIER, BRUNA ANDRADE IRINEU

Os significados e entendimentos acerca do corpo sofrem transformações a depender do contexto e períodos sociais. Isso demonstra como o processo de resumir o corpo gordo a um CID, de forma a patologizá-lo evidencia elementos da lógica neoliberal acentuada no capitalismo de estruturar essa dinâmica vinculada a uma percepção e culpabilização individual, retirando a responsabilidade do Estado nessas construções sociais. Por isso, o trabalho tem como tema as violências e invisibilização do Estado em relação a corpos não-normativos, especificamente o corpo gordo, com os objetivos de abordar o corpo enquanto produção e reprodução coletiva e social e as problemáticas vinculadas ao resumir este corpo ao binômio saúde-doença, o que resulta nos processos violentos para com essa população. Para abordar tais discussões lançamos mão da pesquisa bibliográfica a partir de produções encontradas via Scielo, Google Scholar e LILACS, com o intuito de que subsidie o certame de como a lógica neoliberal, portanto, não apenas estigmatiza, mas mobiliza o corpo gordo como ferramenta para perpetuar um possível modelo de saúde-doença que desloca a responsabilidade estrutural para o âmbito individual, subtraindo os determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais. A marginalização dos corpos gordos é, assim, parte de um projeto político que atua por meio de uma violência simbólica legitimada pelo discurso biomédico. Este estudo, na interface com gênero, sexualidade, raça e outros marcadores sociais da diferença, propõe uma crítica epistêmica a esse regime, defendendo o reconhecimento da diversidade corporal como condição de existência minimamente digna, em oposição à lógica excludente do capital, que demoniza e violenta direta e indiretamente esses corpos.

AS LEGISLAÇÕES SOCIAIS DE COMBATE À LGBTIFOBIA EM FORTALEZA/CE: OS DILEMAS PARA A JUSTIÇA SOCIAL LGBTQI+
TIBÉRIO LIMA OLIVEIRA

Este artigo explora as legislações sociais de combate à LGBTIfobia em Fortaleza, Ceará. Embora essas leis busquem promover igualdade formal, muitas vezes são apenas simbólicas. O estudo utiliza uma abordagem qualitativa, incluindo revisão bibliográfica e análise de conteúdo, para compreender essas leis em Fortaleza e os desafios para alcançar justiça social nessa área. Os resultados mostram que houve resistência por parte dos sujeitos sociais organizados que resultou em políticas públicas e legislações contra essa violência em Fortaleza. No entanto, persistem desafios para efetivar essas leis devido o recrudescimento da LGBTIfobia.

DIVERSIDADE SEXUAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: SILENCIAMENTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS CURRICULARES
JAQUELINE DE MELO BARROS, NILZA ROGÉRIA DE ANDRADE NUNES

Este estudo analisa a presença do debate sobre diversidade sexual na formação profissional em Serviço Social no Brasil, refletindo sobre o conservadorismo histórico da profissão e suas rupturas com visões moralizantes e tradicionais. O Código de Ética de 1993 estabelece um marco ético-político profissional ao incorporar valores emancipatórios e reconhecer formalmente a diversidade sexual como princípio da

profissão. A partir disso, a temática passou a ser vista como essencial a práxis profissional e à defesa dos direitos humanos. A pesquisa analisou 217 matrizes curriculares de cursos presenciais de Serviço Social em funcionamento no Brasil em 2023, abrangendo 93,5% do total de instituições ativas. O objetivo foi identificar a presença de disciplinas voltadas à diversidade sexual, considerando diferenças regionais entre instituições públicas e privadas. Os resultados mostram que 66% dos cursos não possuem qualquer disciplina sobre o tema, contrariando as diretrizes da ABEPSS vigentes desde 2014. Tal ausência, demonstra o que alguns autores definem como “silêncio pedagógico”, contribuindo para a manutenção de currículos heteronormativos e para a reprodução de preconceitos, sendo interpretada como forma velada de LGBTfobia. Apesar de iniciativas pontuais como grupos de pesquisa e projetos de extensão, a falta de institucionalização da temática compromete a formação crítica das/os profissionais. A inserção da diversidade sexual nos currículos representa uma estratégia de resistência à LGBTfobia e uma condição indispensável para que o Serviço Social reflita, na prática, seus compromissos éticos com a dignidade humana e os direitos humanos. Os resultados evidenciam uma incorporação ainda incipiente dessa temática na formação, indicando a necessidade de avanços no sentido de subsidiar a inclusão de disciplinas obrigatórias que tratem da diversidade sexual, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

A FAMÍLIA HOMOAFETIVA COMO UMA CONFIGURAÇÃO FAMILIAR CONTEMPORÂNEA E OS DESAFIOS PARA O RECONHECIMENTO SOCIAL DESTA FAMÍLIA

VANICE APARECIDA ALVES, VANICE APARECIDA ALVES

O presente artigo percorre a inquietação: Por que, apesar do avanço jurídico, a família homoafetiva não é reconhecida na sociedade contemporânea? Neste contexto, visamos identificar as concepções de família na contemporaneidade, os avanços legais do reconhecimento das famílias homoafetivas e os desafios para o seu reconhecimento. E tendo em vista os anos de extremo conservadorismo e retrocesso no período de desgoverno (2019-2022) em que o Brasil enfrentou uma onda de ataques aos direitos da população vulnerável. Este estudo concluiu que a negação do reconhecimento das famílias homoafetivas, advém da construção social da concepção de famílias heteronormativas, centradas no patriarcado e sexismo, acarretando a luta permanente pelas garantias dos direitos

ENTRE LACUNAS E POSSIBILIDADES: A INSERÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR

JAQUELINE DE MELO BARROS

Este trabalho apresenta a experiência de construção e implementação da disciplina “Diversidade e Saúde em Direitos Humanos” no curso de Serviço Social da Universidade de Vassouras (RJ), a partir do cotidiano docente vivenciado no respectivo curso. Este estudo tem por objetivo compreender o processo de construção colaborativa e execução da disciplina, inicialmente idealizada por uma discente transexual. A proposta emerge mediante a ausência de conteúdo específico sobre diversidade sexual e de gênero no currículo, e foi construída de forma coletiva com apoio de representantes de cursos e instituições parceiras. A disciplina foi ofertada visando proporcionar um espaço de formação crítica, ética e interdisciplinar. Estruturada em três eixos — direitos humanos e diversidade; gênero e sexualidade; e políticas públicas voltadas à população LGBTQI+ —, teve como foco promover debates qualificados e combater práticas discriminatórias. As atividades envolveram rodas de conversa, leituras e participação ativa dos discentes, estimulando a construção de uma prática profissional sensível e inclusiva. Os depoimentos dos/as discentes evidenciam o impacto da disciplina na formação profissional, destacando o aprendizado sobre respeito às diferenças, combate à LGBTfobia, e a importância do olhar interseccional. Houve sugestões para tornar a disciplina obrigatória, ampliar os debates para outros cursos e públicos, além da valorização das rodas de conversa como ferramenta pedagógica. A experiência aponta caminhos possíveis para uma educação superior comprometida com a equidade, a diversidade e a justiça social. A experiência vivenciada possibilitou um processo de ação-reflexão-ação compartilhado entre docentes e discentes. A partir dessa perspectiva, reafirma-se que não há espaço para uma prática pedagógica crítica baseada na mera repetição mecânica de conteúdos, sem desafio à reflexão.

INAÇÃO COMO RESPOSTA: AS DEMANDAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTI+S E O NECROPÓDER EM VOGA

NATÁ SOUSA COUTINHO

O presente trabalho visa apresentar os resultados finais de uma pesquisa de monografia entregue à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2021. Especificamente trata-se da apresentação do terceiro capítulo. Na pesquisa, buscou-se, através de seus objetivos, identificar a suposta relação de inação do Estado brasileiro para com a população LGBTI+, especialmente a racializada, territorializada e empobrecida. A metodologia se deu através da revisão bibliográfica do campo da Sociologia, Filosofia e do Serviço Social, tendo sido chave de análise a necropolítica conceituada por Mbembe (2016) sobre corpos de pessoas LGBTI+ racializados e territorializados no Brasil. Um outro instrumento metodológico foi a análise de conteúdo da pesquisa “Diagnóstico LGBT na Pandemia – 2021”, que corroborou com a hipótese teórica de

necropoder apontada pela monografia, já que apontou graves índices de insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19 entre os grupos compostos por LGBTI+ pretos, pardos e indígenas, não cisnormativos e fora do eixo Sul-Sudeste. Como por exemplo o número de 61% da população LGBTI+ com fome no Norte do país, frente a 37%, em números absolutos, no Sudeste. Ambos são dados significativos e alarmantes, mas que apontam um necropoder vigente que impede a criação de políticas públicas que incidam sobre as necessidades de reprodução social de LGBTI+s que compõem determinados perfis.

POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ FRENTE À HEGEMÔNICA CULTURA CONSERVADORA NO BRASIL

MATHEUS ANDRADE DE MORAES

Durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado do autor, foi observado que a população LGBTQIAPN+ sofre processos de silenciamento, exclusão e apagamento social. Entretanto, tais fatores não estão apenas interligados à estrutura capitalista, que explora a classe trabalhadora, provoca desemprego, precarização e pauperização. Existe o fator gênero e/ou sexualidade que dita na sociedade como funcionam as relações sociais, quais casais têm direito à existência e família, bem como quais corpos/as têm direito à vida. Nesse sentido, o presente artigo objetiva compreender a cultura e a sociabilidade conservadora no Brasil, bem como analisar como a população LGBTQIAPN+ enfrenta esses poderes hegemônicos. Quanto à metodologia, utilizou-se o materialismo histórico-dialético para orientar o percurso da pesquisa, que é de natureza exploratória e de análise qualitativa. As fontes foram bibliográficas, utilizando-se autorias como Raymond Williams (1992, 2011), Maria Elisa Cevalco (2008), Carlos Nelson Coutinho (2011) e Heleieth Saffioti (2009). Notou-se que o desenvolvimento do conceito de cultura a partir da visão materialista proporciona uma perspectiva ampliada das relações sociais, atravessadas pelo conservadorismo criado e aprofundado por questões de classe, raça, gênero e sexualidade. No Brasil, essas dinâmicas ganham novas complexidades, uma vez que segregam, violentam, exploram, dominam e oprimem populações subalternizadas, como as pessoas LGBTQIAPN+. Através da produção artística, do movimento social, dos debates políticos, da coletividade, do enfrentamento às normas e do combate às violências (sociais, familiares e estatais), a população LGBTQIAPN+ cria e cultiva sua cultura para proporcionar novas possibilidades de vida.

SESSÃO 32

ENTRE A CELEBRAÇÃO E A REIVINDICAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA DA PARADA DO ORGULHO LGBT+ DE SÃO PAULO

VINÍCIUS RIBEIRO ALVAREZ TEIXEIRA

A comunicação oral apresenta parte da minha pesquisa de doutorado, que investiga ativismos LGBTQIA+ nos espaços públicos da cidade de São Paulo no século XXI. Trata-se de uma abordagem histórico-sociológica sobre a história da Parada do Orgulho LGBT+ desde sua fundação, ao menos oficialmente, em 1997, até o período de retorno às ruas no pós-pandemia. Para tanto, metodologicamente, recorri à pesquisa documental e a entrevistas com algumas pessoas que participaram dessa história, sobretudo na organização do evento. A discussão trata da importância da Parada para o movimento social e para os novos ativismos LGBTQIA+, da disputa em torno da Avenida Paulista como palco e objeto de reivindicação, além de abordar mudanças e tensionamentos verificados ao longo das quase 30 edições de Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo. Conforme argumentei na tese, a análise da Parada do Orgulho LGBT+ fornece um rico material sobre como o repertório de luta e a gramática do movimento LGBTQIA+ se complexificaram nas últimas décadas, inclusive no que tange às formas de organização. Nesse sentido, entre a celebração e a reivindicação, a Parada do Orgulho LGBT+, próxima de sua trigésima edição, continua sendo um ato político fundamental para as pessoas LGBTQIA+ do Brasil. Além disso, nos ajuda a compreender as mudanças sociais e políticas vividas em diferentes momentos pela coletividade LGBTQIA+ no Brasil.

CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DIDÁTICO-POLÊMICO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE EM LAMPIÃO DA ESQUINA

REGIS APARECIDO TARDOCCHI

Analisamos, nesta pesquisa, o discurso didático-polêmico pela materialidade de enunciados que representam a identidade homoafetiva no jornal Lampião da Esquina (1978 a 1981) e seu objetivo foi dar voz às minorias, como os homossexuais. Levamos em consideração os discursos, a época e o meio de comunicação em uma abordagem qualitativa com análise e levantamento teórico que dialogam com os movimentos que representam a comunidade e os movimentos LGBTQIAPN+. Rastreamos nessas edições, o termo “homossexualismo” (palavra que cai em desuso nos anos seguintes por estar atrelada à ideia de patologia, cedendo lugar ao termo “homossexualidade”) e, assim, objetivamos analisar, à luz das teorias da AD francesa

de Michel Pêcheux, das frases constativas de Jean-Jacques Courtine, da História da sexualidade de Michel Foucault e da construção humorística em Freud e em Henri Bergson, o discurso didático-polêmico, descrever e interpretar os efeitos de sentido da homossexualidade no jornalismo e descrever o funcionamento do interdiscurso na articulação entre os discursos político-jurídico e didático-polêmico, sendo estes dois últimos entendidos como sendo “toda construção que lineariza, no intradiscurso, a designação ‘O homossexualismo é...’ e “toda construção negativa ou atribuída à posição adversa”, como em “Homossexuais só pensam em sexo”, respectivamente. A ditadura militar – que julgava a moral e os bons costumes - é o cenário que nos serve de base histórica, uma vez que a AD busca dar conta de processos ideológicos inscritos no discurso, articulando Linguística e História. Como resultados prévios constatamos que as formações discursivas permitem rastrear sentidos atinentes à homossexualidade, à política e à legislação e que o enunciador parece insistir, ao longo das edições de LE, na ideia de que há uma desinformação e há certo preconceito, inscritos na posição adversa, que precisam ser desconstruídos e, então, a partir desse pré-construído, o jornal se apresenta como “guia”.

E QUANDO A VIOLÊNCIA VEM PRÓPRIO ESTADO? O PÂNICO MORAL CONTRA SEXUALIDADES DISSIDENTES NO GOVERNO TRUMP 2.

GUSTAVO CARVALHO BERNARDES, TIBÉRIO LIMA OLIVEIRA

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise sobre a violência de gênero gerada por meio do pânico moral e sexual no atual governo de Donald Trump nos Estados Unidos. A perspectiva analítica será discutir como o Estado é formado também por estruturas sociais de dominação, as quais reproduzem violências patriarcais, sexuais e de gênero. De tal modo, a metodologia adotada no presente estudo foi uma revisão bibliográfica, utilizando autores como Gayle Rubin (2017), que discute como a noção de pânico moral é fundamental na lógica da reprodução social das estruturas de dominação, incentivando no senso comum o medo de determinados corpos e sujeitos. Além disso, também utilizamos materiais jornalísticos que apontam para a construção do aparato estatal dos Estados Unidos para ceifar direitos das sexualidades dissidentes, como uma forma de fortalecimento de uma base conservadora e reacionária. Concluímos nesse texto que o Governo de Donald Trump reforça na sua governamentalidade uma estrutura de dominação patriarcal, sexual e de gênero para restringir direitos de mulheres, LGBTI+ entre outras dissidências. O pânico moral, estabelece formas e estratégias de controle social, afirmando violências do Estado contra os sujeitos que forgem da cis-heteronormatividade.

EPISTEMOLOGIAS DO CORPO SAPATONAS NEGRAS E COSMOPERCEPÇÕES ALGORÍTMICAS

RAÍLA ALVES

Este artigo tem o objetivo de suscitar reflexões sobre epistemologias do corpo a partir de uma análise das experiências de corporalidades e desumanizações de sapatonas negras dentro e fora das cyber-fronteiras. O objetivo específico é pensar a cyber-esfera e narrativas sobre corpos de sapatonas negras a partir de uma perspectiva de cosmopercepções algorítmicas, apresentada pela autora Oyèrónké Oyèwùmí. A proposta é, a partir da ideia de cosmopercepção algorítmica, debater como os resultados obtidos em ferramentas de busca da internet estão atrelados a uma cosmovisão eurocentrada, racista e lesbofóbica que está engendrada nos algoritmos digitais. Para isso, utilizo os métodos de revisão bibliográfica e etnografia digital, analisando ferramentas de busca a partir do Brasil.

INTERSECCIONALIDADE, TEORIA TRANSVIADA E CURRÍCULOS ESCOLARES: RAÇA COMO BASE DA EXPERIÊNCIA DA ABJEÇÃO

LORENZO DOS SANTOS KONAGESKI

A experiência da abjeção não se inicia com as dissidências sexuais e de gênero, mas com as pessoas negras. As pessoas que estão na esfera do “não representável” e “não inteligível” vivem essa experiência. Como falar em abjeção sem falar em raça? Como falar em Teoria Queer no Brasil sem considerar que a maioria da população é negra? Em 2023, a maioria das vítimas fatais da LGBTfobia foram LGBT negros (GGB, 2024), como não falar sobre isso? Como não falar em “necrobiopoder” (Bento, 2024)? Está evidenciado quem vai morrer e quem vai viver: os brancos vivem, os negros morrem; os cis-hétero vivem, os LGBT morrem; os LGBT negros e brancos também morrem, mas os LGBT negros morrem mais. A raça atinge os outros marcadores sociais da diferença, relegando os negros a um lugar de inferioridade. A raça marca a classe e, por isso, limita as condições de acesso à saúde mental, por exemplo (Duarte; Konageski, 2025). A raça é definidora para a população trans: se a pessoa for negra e trans, a chance de morrer é maior. A raça sempre chega antes e define a experiência das pessoas. Propomos uma Teoria Transviada (Bento, 2017) que localize as experiências dos transviados a partir da raça. Propõe-se o estranhamento do currículo escolar. Estranhá-lo também passa por estranhar as concepções sobre a escravidão e sobre o continente africano, que omitem a agência dos negros e das lideranças africanas, colocando-os como passivos (Duarte, 2024). Propomos um currículo que abarque a experiência dos alunos que, na escola pública, são majoritariamente negros e que também podem ser LGBT. Já existem

pesquisas que propõem uma abordagem da história de África, a partir do tráfico de escravizados e do comércio de produtos entre o continente africano e o continente europeu, considerando as agências e as resistências dos africanos, que é o caso da pesquisa de Francilazaro Santos Duarte (2024). Cabe pensarmos também em abordagens que considerem a intersecção entre raça, identidade de gênero e sexualidade.

A SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS LGBTQIA+: REINSTITUCIONALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

HEBERT VILLELA

Essa pesquisa investiga a atuação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, criada no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, à luz do processo de reconstrução institucional vivido no Brasil após o ciclo de desinstitucionalização dos direitos LGBTQIA+ sob o governo Bolsonaro. Amparado na abordagem da sociologia jurídica crítica, que compreende o direito como campo atravessado por disputas sociais, relações de poder e tensões estruturais, o estudo busca compreender em que medida a rearticulação estatal da pauta LGBTQIA+ representa não apenas um avanço normativo, mas um reposicionamento político do Estado como garantidor de direitos em contextos democráticos fragilizados. Os objetivos envolvem mapear os limites, potencialidades e enfrentamentos da atual institucionalização, analisando tanto os discursos oficiais quanto as práticas políticas desenvolvidas pela Secretaria. A metodologia combina análise documental (normas, diretrizes, relatórios e materiais institucionais), observação participante em visita técnica ao órgão e entrevistas estruturadas com gestores e servidores. Como resultados parciais, identificam-se esforços de reativação de políticas públicas em um cenário ainda permeado por disputas simbólicas e resistências de setores conservadores, revelando a complexidade da institucionalização dos direitos LGBTQIA+ em tempos de reconfiguração democrática. Ao problematizar o papel das instituições jurídicas e administrativas como arenas de disputa e não de consenso, o estudo busca contribuir criticamente para o debate acadêmico e para a qualificação das políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo.

NARRATIVAS TRANS: DA DOR À LUTA POR RECONHECIMENTO

MANUELLA PAIVA, EDEN ERICK HILARIO TENORIO DE LIMA

Este texto tem por intuito expor como a problemática do nome afeta diretamente a vida dos sujeitos transgêneros. Dessa forma, analisamos a importância do ato de nomear, as contradições e finalidades do nome social e, por fim, traçamos um panorama geral sobre as práticas judiciais e a retificação do nome para pessoas cisgêneros e transgêneros. Ressaltamos que é a partir da investigação de campo (entrevistas com os sujeitos) que empreendemos as análises e, assim, a partir das falas deles e delas, compreendemos como a ausência do nome com a qual a pessoa se identifica tem interferências direta em suas vidas. Isto é, os percursos vivenciados por estas pessoas demonstram as múltiplas violências (físicas, simbólicas, psicológicas), os estigmas, as discriminações que estes sujeitos sofrem, e como isso diminuem a socialização na escola, igrejas, círculos de amizades, família, trabalho, gerando, por consequência, menores chances de vida ou vivências precárias. É importante frisar que esta não é a única narrativa possível sobre eles e elas, mas sim uma parte significativa de suas experiências, uma vez que a transfobia é estrutural e perpassa por todas as esferas sociais, operando através de diversas formas de sofrimento e desqualificando esta expressão de gênero.

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO A PARTIR DO PENSAR-AGIR DO NEDIG/CEAM/UNB

SILVIA BADIM MARQUES, TONY GIGLIOTTI BEZERRA, LUCAS BRITO

O conceito de gênero vem sendo trabalhado como estruturante para se pensar a relação entre homens e mulheres na sociedade, a partir da premissa de que, historicamente, existe uma desigualdade basilar entre esses dois gêneros, calcada na dominância masculina sobre a política, as relações sociais e, em última instância aos corpos e a autonomia das mulheres, e das pessoas consideradas desviantes do padrão heterocisnormativo. A diversidade sexual e de gênero se apresenta como um importante campo do conhecimento para que possamos superar essas violências e pensarmos políticas públicas a partir de um olhar plural e que atenda aos direitos da população LGBTI+. Por outro lado, o olhar para a diversidade sexual e de gênero e para o pensamento LGBTI+ também impulsiona a criação de uma cultura de inclusão e reinvenção do paradigma colonial, patriarcal e binário que cria, também dentro da Universidade, espaços de poder e verticalização dos saberes e das relações de ensino, pesquisa e extensão. Faz-se necessário que a Universidade seja um espaço de produção de saberes e de ações capazes de problematizar e enfrentar essa temática, e reinventar a produção de conhecimentos a partir de uma epistemologia mais inclusiva. O Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero - NEDIG/CEAM/UnB vem contribuindo para a produção destes saberes através de uma perspectiva de pesquisa-ação que envolve, sobretudo, a comunidade LGBTI+ da UnB, os movimentos sociais, a rede de proteção a pessoas LGBTI+ no DF e também em outras unidades federadas, o ensino de graduação através de disciplinas em módulo livre que estão servindo como base para a construção de uma epistemologia LGBTI+ onde os alunos, alunas e alunes são protagonistas e, também, projetos de extensão sobre o pensamento e a cultura

LGBTI+ brasileira. Pretende-se, neste debate, expor essas ações e projetos de forma dialogada e em consonância com as ações dos demais Núcleos do Centro de Ensino Avançado Multidisciplinar da UnB.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS(OS) DISCENTES TRANS ASSISTIDAS(OS) PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

IAGO HENRIQUE FERNANDES DE SOUSA MOURA

Com o objetivo de identificar o quantitativo de pessoas trans assistidas pelos Auxílios Moradia do Campus I e Residência Universitária dos 04 Campus da UFPB e traçar um perfil socioeconômico foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa a partir de um levantamento no SIGAA/UFPB onde foi contabilizado 1.532 discentes assistidas(os). Apenas 35 discentes se autodeclararam pessoa trans, o que corresponde a 2,28% do total, sendo: 04 homens trans, 09 mulheres trans e 22 pessoas não binárias. Com relação à faixa etária, as(os) discentes têm entre 22 e 34 anos e 77% são jovens. São provenientes do Nordeste (86%), 34% pardos e 34% pretos. Esse dado somado ao fato de que 97% concluíram o ensino médio em escola pública tem reflexo na forma de ingresso, pois 72% entraram na UFPB pelas cotas. A maior parte, 97%, está na primeira graduação e o mesmo percentual não possui deficiência. Com relação à orientação sexual, 77% possuem orientações sexuais dissidentes. Sobre composição do núcleo familiar, 48% moram só ou com amigos e tem vínculos familiares fragilizados ou rompidos devido a não aceitação da identidade de gênero pela família, sobrevivendo sem renda fixa. Como fonte de renda 72% informaram que a família sobrevive sem renda, do Benefício de Prestação Continuada ou do Bolsa Família. Apenas 17% das(os) discentes recebem Bolsa Família. A maioria, 77%, não recebe bolsas acadêmicas e o mesmo percentual não tem trabalho formal, sobrevivendo da Assistência Estudantil, do Bolsa Família e do trabalho informal. Assim, 83% não têm ajuda familiar. A renda per capita familiar de 77% é menor que um quarto do salário mínimo. A maioria, 66%, sofreu violências especialmente dentro do núcleo familiar. Os dados consolidados até o momento revelam uma precariedade das condições de vida das pessoas trans assistidas pela Política de Assistência Estudantil da UFPB, marcadas por vulnerabilidades que se aprofundam diante das violências vivenciadas por esses corpos na sociedade.

ENTRE ESCUTAS E NORMATIVAS: EXPERIÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIAPN+ EM MONTES CLAROS (MG)

DALIANA CRISTINA DE LIMA ANTONIO

Neste relato, compartilho minha experiência na condução de uma pesquisa vinculada ao projeto de extensão (In)Serto - Núcleo pela Diversidade Sexual e de Gênero, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), e representante do Comitê Municipal LGBT do município de Montes Claros, para a implementação da Política Municipal destinada à população LGBTQIAPN+, em especial no acompanhamento da implantação do Ambulatório Transexualizador, por meio do qual entrevistas de história oral foram realizadas para a produção de uma cartilha sobre acesso à saúde nas experiências trans. A partir da investigação dos registros históricos disponibilizados conforme solicitações formais, principalmente de normativas e documentos oficiais, busquei conhecer as estratégias de gestão e implementação de políticas públicas destinadas à população LGBTQIAPN+ neste município. Ainda, coletivamente há a produção de dados e indicadores para contribuir ao monitoramento e ao aperfeiçoamento dessas políticas, sob a perspectiva dos direitos humanos. Reconhecendo a histórica exclusão das dissidências sexuais e de gênero dos processos de formulação e execução de políticas públicas no Brasil, de forma geral, venho mapeando estruturas institucionais, normativas legais e instâncias participativas que orientam — ou omitem — as respostas do poder público às demandas de pessoas LGBTQIAPN+. A metodologia da pesquisa combina análise documental e bibliográfica, organização de dados institucionais, entrevistas com gestores públicos, ativistas, conselheiros e parlamentares locais. A pesquisa está articulada à participação do (In)Serto na Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH). Por fim, a pesquisa tem caráter participativo e formativo, uma vez que realiza momentos de formação a fim de contribuir para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+, promovendo sua visibilidade e o respeito à sua dignidade.

O ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL E SEUS EFEITOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

PEDRO IGOR ARAÚJO DA SILVA

Este trabalho busca compreender os processos de mudanças e seus efeitos nas políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ dada à ofensiva antigênero engajada pelo Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). A pesquisa é de natureza qualitativa e caráter bibliográfico e documental (matérias jornalísticas, documentos governamentais e projetos de leis federais). Os discursos e cenas públicas protagonizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na atuação da então ministra Damare Alves demonstrou ser um articulador da agenda antigênero no Brasil. Como se sabe, a ministra, tão logo assumiu o cargo, declarou que “numa nova era, na qual os meninos vestem azul e as meninas vestem rosa”. Em suas próprias palavras, isso significava uma restauração de valores conservadores sobre gênero e sexualidade, que teriam sido abandonados pelas administrações anteriores. O estudo, enfatiza as dinâmicas e conquistas da

população LGBTQIA+ na pauta dos direitos humanos, sobretudo nos anos 2000 e mais recentemente o modo como as noções de gênero e sexualidade foram reapropriados pela retórica da “ideologia de gênero” e em defesa da “família” (ARAGUSUKU, 2020; JUNQUEIRA, 2017, 2018; ROSADO-NUNES, 2015), sendo mobilizada por atores sociais do Governo Bolsonaro para a desinstitucionalização de programas e políticas ligadas a questão LGBTQIA+.

CISNORMATIVIDADE COMO "SUBSTRATO FÉRTIL" PARA O PÂNICO MORAL CONSERVADOR
URSULA BOREAL LOPES BREVILHERI

A proposta analisa como a cisnormatividade, compreendida como conjunto de acordos societários em favor da cisgeneridade, funciona como base naturalizada para discursos de pânico moral mobilizados por agentes conservadores no Brasil contemporâneo. A partir de um recorte teórico-conceitual da dissertação intitulada “As armas da Cisnormatividade contra a Linguagem Não Binária no Brasil: colonialidade, conservadorismo e ação legislativa (2020-2024)” (BREVILHERI, 2025), evidencia-se como o imaginário cisnormativo oferece suporte à rejeição e demonização de expressões de gênero dissidentes, especialmente em contextos de disputa legislativa e midiática. O estudo destaca o uso político do “perigo moral” atribuído à linguagem não binária como estratégia de reforço de hierarquias de gênero e sexualidade, situando tal dinâmica nos marcos de uma cruzada neoconservadora que se apropria da gramática dos direitos para afirmar prerrogativas identitárias hegemônicas. O argumento central é que a cisnormatividade atua como “substrato fértil” para esse tipo de pânico, ao fornecer os pressupostos normativos e afetivos que tornam inteligíveis e mobilizáveis os discursos de ódio travestidos de defesa da infância, da liberdade religiosa ou da “liberdade de expressão”. Trata-se de uma reflexão interseccional e crítica sobre as formas como o direito, a linguagem e a política se entrelaçam na produção de exclusão e resistência.

TODO GAY É BICHA? MASCULINIDADES E NORMATIVIDADES HOMOSSEXUAIS NO CONTEXTO DO NORDESTE BRASILEIRO
MATEUS DE MELO ALBUQUERQUE

Nesta apresentação, serão exploradas as principais distinções históricas e conceituais entre as ideias de “gay” e “bicha”. Embora ambas figurem ideias ligadas às possibilidades de subjetivação homossexual de homens brasileiros, há uma dissonância quanto ao aspecto que estas representam para as masculinidades destes sujeitos. Mesmo que, tanto “gay”, quanto “bicha” refiram-se a identidades subalternas em relação à normatividade cis-heterossexual, pode notar, através da realização de entrevistas em profundidade com homens homossexuais, que o “gay” assimila aspectos normativos deste sistema de sexo/gênero, enquanto a “bicha” resiste e não se adequa às ideias prescritivas das masculinidades dominantes. À medida em que esta discussão foi entendida em direção à elaboração de um pensamento crítico em torno do significante “bicha” — que ainda persiste em constante marginalização, descontextualização e recuperação — pode compreender que “quanto mais” bicha um homem é, “menos masculino”, ou “muito pouco masculino” esse sujeito se torna. O itinerário metodológico sobre o qual me baseio para a apresentação é o de uma pesquisa bibliográfica acerca das homossexualidades no Brasil dos séculos XX e XXI, revisitando livros e artigos especializados no tema, e nos resultados da análise de 8 entrevistas narrativas com sujeitos que têm entre 23 e 28 anos e se reconhecem enquanto homens cis, gays e afeminados. Todos esses sujeitos nasceram no Nordeste brasileiro e realizaram algum curso universitário. Ao fim da investigação que conduzi, pude perceber que a palavra-identidade “bicha” designa determinadas experiências de inadequação performática, performativa e estética a partir das quais é delineada uma economia comunicativa do que pode significar ser homem, na qual diferentes atores entram em disputa pelo seu próprio uso desse significante.

SESSÃO 33

TEATRO DISSIDENTE: AÇÃO ARTÍSTICA, POLÍTICA E EDUCATIVA DE DESCONSTRUÇÃO DE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE
ADENILSON DE ANDRADE ARGOLO

Este artigo tem como objetivo principal discutir o conceito de Teatro Dissidente a partir de uma breve análise histórica de poéticas e estéticas da cena. A reflexão que norteia a escrita se desenvolve a partir de um trabalho qualitativo, utilizando como método principal a revisão de literatura na qual se cruzam diferentes perspectivas do entendimento do Teatro Dissidente e dos estudos de gênero e sexualidade. Através das discussões teóricas com os/as autores/as que discutem as noções heterossexualidade compulsória, gênero, sexualidade, teatro político e interseccionalidade, este artigo nos convoca e provoca a pensar sobre um fazer teatral de ruptura, consolidando-se como um fazer cênico, artístico, político e educativo no que diz respeito às dissidências sexuais e de gênero.

REALISMO FANTASMAGÓRICO QUEER EM O FANTASMA (2000) E O CORPO DE AFONSO (2012), DE JOÃO PEDRO RODRIGUES

RENATO TREVIZANO DOS SANTOS

Analisamos dois filmes de João Pedro Rodrigues, um longa-metragem (O fantasma, 2000, 87 min.) e um média-metragem (O corpo de Afonso, 2012, 32 min.). A partir deles, observamos a tendência do realismo fantasmagórico queer, fenômeno transnacional contemporâneo. Nele, partindo do realismo fantasmagórico (MELLO, 2015) de estética baziniana (BAZIN, 2018), há a emergência de fantasmas, monstros, divindades, santidades, etc., como corpos estranhos (queer/cuir) a perturbar o cotidiano fenomenológico imediato. Analisamos, em O fantasma, o comportamento marginal e fantasmagórico do protagonista gay, que se metamorfoseia em direção ao anônimo e à bestialidade, com elementos da subcultura fetichista "leather" e BDSM. O corpo de Afonso também lida com o erótico e o pornográfico, atualizando o mito de Dom Afonso, rei de Portugal, para corpos atuais, filmados à maneira dos testes para filmes pornográficos. Como aporte bibliográfico, além de Bazin e Mello, recorremos a livros sobre a pornografia no cinema (WILLIAMS, 1999; 2004; GERACE, 2015), bem como sobre os corpos queer e suas relações com animalidades, bestialidades, monstrosidades e mitos (PRECIADO, 2022; 2020; GIORGI, 2016). Utilizamos o método de Rosalind Galt e Karl Schoonover sobre as definições do cinema queer, que pode dizer respeito às identidades dos realizadores, atores e membros da equipe, às narrativas ficcionais abordadas ou, mais radicalmente, à forma/estética propriamente queer, inventiva e transgressora, das narrativas. Ainda mais radicalmente, Galt e Schoonover propõem o próprio cinema como uma mídia queer, tanto pela instabilidade inerente às imagens quanto por sua destinação sempre ambígua ao público. Assim sendo, observamos o que há de queer, propriamente, nesses filmes de João Pedro Rodrigues, em diálogo com outras obras do cinema queer contemporâneo a abordarem preocupações similares, manifestando, de fato, uma tendência transcultural.

DESOVA: UMA BUSCA PELA ESTABILIDADE POR MEIO DA TENSÃO

TREXY CAIO MENEZES DE OLIVEIRA, ANTONIO WELLINGTON DE OLIVEIRA JUNIOR

O artigo busca articular questões que recaem sobre o corpo na contemporaneidade, trazendo como ponto de partida e fio condutor uma performance que se desdobra numa série de fotoperformances. A partir daí, tecendo o cruzamento de inquietamentos que permeiam a pesquisa poética da artista, sendo estes, a busca pela estabilidade por meio do conceito de Homeostase aplicado na pesquisa em arte, a Abjeção enquanto uma maneira de entender o corpo e como este se constrói por meio da violência, e de que forma pela performance é possível alcançar a Irradiação, servindo como ponte entre obra de arte e as questões aqui encadeadas. Fazendo uso como método de um relato poético no lugar de artista, elaborações conceituais e uso de imagens como fonte própria de conhecimento. Tendo como resultado parcial, o desdobramento das questões apresentadas em outras problemáticas pertinentes para pesquisas em arte, principalmente relacionadas ao corpo.

AGRESTE: ÁRIDO É O CORAÇÃO DA IGNORÂNCIA

RALPH DUCCINI

A presente comunicação visa fazer uma leitura transcentrada da peça "Agreste" de Newton Moreno, contrapondo antigas pesquisas que impunham uma leitura cisgênera para a peça e para os conflitos e vivências de gênero apresentadas na peça através da personagem "Etevaldo". Essa leitura, aliada à montagem realizada pelo Uivo Coletivo em 2025, com estreia em agosto, na sede do coletivo, vai analisar a transmasculinidade de Etevaldo, através de uma afirmação e uma construção cênica que reflete as vivências trans masculinas e os impactos de um corpo trans na sociedade, principalmente em territórios interioranos. Além da dramaturgia apresentada pelo autor "Newton Moreno", serão apresentados os processos de criação cênica, e as bibliografias utilizadas na pesquisa e na construção da peça, passando por Judith Butler, Paul Preciado, Sara York, Jota Mombaça, Virginia Despentes, João W. Nery e Jaques Lecoq. As perspectivas apresentadas serão pela experiência da encenação dirigida por Ralph Duccini, e os apontamentos da pesquisa levantada para construção da peça.

INTERIOR DA BAHIA EM CENA: COLETIVO POC COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA OS DEBATES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

FELIPE SOUZA BONFIM

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar o Coletivo Poc, grupo de Vitória da Conquista, BA, como um mobilizador das discussões sobre gênero e sexualidade no interior da Bahia através da linguagem teatral e como objetivos específicos (i) narrar a experiência de três edições de oficinas de teatro com a temática na categoria amor em quatro variantes, ministradas em duas cidades do interior da Bahia, intituladas como "Onde Está O Amor?", (ii) apresentar o Coletivo Poc como um instrumento pedagógico para contribuição das discussões de diversidade sexual e de gênero e (iii) propor a discussão sobre gênero e sexualidade através de

uma linguagem artística, com ênfase na abordagem teatral. A metodologia da pesquisa se assegura no Relato de Experiência das três edições das oficinas de teatro "Onde Está o Amor?", realizadas nos meses de julho e dezembro de 2022, em Vitória da Conquista, e no mês abril de 2024, em Cândia Sales, ambas cidades do estado da Bahia. A partir do relato de experiência, argumenta-se que o Coletivo Poc potencializa a discussão sobre gênero e sexualidade fomentando a consciência e a autoestima de pessoas LGBTQIAPN+ no interior da Bahia através do seu trabalho artístico utilizando a linguagem teatral.

SOBRE TRÂNSITOS E TRANSIÇÕES: EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS PÓS-GRADUADAS EM ARTES VISUAIS

JOCY MENESES DOS SANTOS JUNIOR

Esta comunicação está embasada na revisão de literatura de trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos por pessoas trans e travestis brasileiras egressas de Programas de Pós-Graduação em Artes Visuais. O levantamento foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na BDTD e no Portal Oasibr, utilizando os descritores "trans", "transgênero", "transgeneridade" e "travesti". Foram localizadas quatro dissertações (Rodríguez Olfenza, 2019; TALIBOY, 2021; Bazante, 2022; Santos, 2024) e nenhuma tese. Interessa investigar no pensamento dessas autoras, se (e, em caso afirmativo, como) a transição de gênero influenciou seus trânsitos em espaços artísticos e acadêmicos. Este interesse está embasado no reconhecimento de que estes espaços são excludentes, corroborado por minhas próprias experiências. Concordo com Agrippina Manhattan (2017) quando aponta que "a academia cria um ambiente não-inclusivo para as travestis/transgeneres" (p. 95) e que seria "ingenuidade [...] pensar que o mercado e o sistema da arte não têm também seus preconceitos" (p. 96). Na esteira dessas colocações, interessa à pesquisa em andamento compreender como as pessoas trans e travestis brasileiras não apenas abordam as dificuldades enfrentadas nestes espaços, mas sobretudo concatenam caminhos para superá-las.

PELO FIM DO MUNDO COMO O CONHECEMOS: O CIRCO FREAK COMO AÇÃO CONTRA-COLONIAL

JUNO NEDEL MENDES DE AGUIAR

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as possibilidades do circo freak, protagonizado por pessoas trans, não brancas e periféricas, como ação contra-colonial. Aqui, a poética e a estética freak atuam pelo fim do mundo como o conhecemos, pela concepção de imaginários alternativos e pela criação de outros futuros possíveis. Entende-se circo como a junção de todas as artes cênicas, incluindo acrobacia, adestramento, aéreos, funambulismo, ilusionismo e malabarismo, apresentadas em conjunto com música, dança e artes plásticas. O freak, por sua vez, é considerado em sua historicidade, não como marcador ontológico da diferença, mas como ação política. Articulando reflexões sobre futuridades e ontologias do (im)possível, a abordagem deste trabalho é dividida em dois eixos: 1 – narrativo, identificando a relação entre representação e representatividade freak em esquetes, entradas, números e espetáculos; 2 – estético, analisando em que medida a estética freak tensiona ou corrobora com o conjunto implícito de normas sobre o que seria um artista de circo e, mais além, sobre o conceito de humanidade. Como metodologia, esta pesquisa parte do aparato teórico das artes cênicas e da história oral, realizando entrevistas com artistas trans & freaks da cena circense contemporânea, atuantes no Brasil.

PROCESSOS DE TRANSCRIÇÃO LGBT NO TENTACLE PORN

NOAH CIDREIRA RIBEIRO

Esta comunicação visa relatar os resultados parciais da pesquisa de doutorado multidisciplinar em Cultura e Sociedade, linha de pesquisa Cultura e Arte, em curso na Universidade Federal da Bahia (UFBA), intitulada: Tentacle Porn: Dissidências identitárias tentaculares na arte japonesa, a tese discute em que medida se configuram os processos de transcrição partindo das identidades dissidentes LGBT, na pornografia tentacular acionada pelos artistas japoneses Katsushika Hokusai e Toshio Maeda? Mais especificamente, a discussão parte das obras mais conhecidas como referências diretas do gênero tentacle porn, sendo elas: "Tako to Ama"(1814), do Katsushika Hokusai e "Urotsukidōji" (1986), do Toshio Maeda. Como hipótese, conjecturamos que os significados tentaculares constituem uma genealogia que vincula as dissidências do sexo/gênero ao tentacle porn. Com isso, apreendemos o uso do tentacle porn nas transcrições LGBT, a fim de discutir a representação da sexualidade e da identidade de gênero e estabelecer paralelos com corpos e identidades que divergem da norma. Como procedimento metodológico, executamos diagramas a partir da genealogia foucaultiana (Foucault, 1979), para aferir a construção do monstro cefalópode que surge na obra de Toshio Maeda e Katsushika Hokusai em obras LGBT+. Como resultados, fomos capazes de levantar dados sobre o consumo de pornografia japonesa no Brasil, com foco em bestialidade, identidades pós-humanísticas e animações, podendo constatar um volume significativo na busca por tais temas em relação ao consumo global de pornografia, demonstrando a importância de pesquisas que estabeleçam um diálogo crítico sobre a influência da pornografia japonesa no Brasil, principalmente na cultura pop lgbt+.

PRÁTICAS POSITHIVAS: UM LEVANTE DE ARTISTAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS NAS ARTES DA CENA

EMANOEL APARECIDO DE FARIA

Este trabalho busca identificar as potências artísticas do processo formativo do Ciclo de Polinização da Coletiva Loka de Efavirenz e do processo artístico da peça-palestra A Doença do Outro, de Ronaldo Serruya, na construção de contra narrativas do hiv/aids na atualidade. Utilizando a bricolagem, método que busca responder às questões da pesquisa utilizando ferramentas diversas, e a cartografia, método de acompanhamento e invenção de dados, como métodos de análise. As obras serão examinadas sob a perspectiva da Positividade Artística (PA+), que, diferentemente da Positividade de Foucault (2012) e da estética do fracasso de Colling (2021), emerge da interação entre poder disciplinador e resistência criativa, resultando em uma outra forma de poder vivo e ressignificado. Para isso, a pesquisa investiga dados históricos, bibliográficos e imagéticos sobre a epidemia de aids no Brasil, buscando compreender como as narrativas médico patológico midiático jurídicas foram construídas e como ainda influenciam o imaginário social. Segundo Fonseca (2020), o corpo positivo, carregado de necrometáforas (metáforas de morte) e belicometáforas (metáforas de guerra), permanece estigmatizado, funcionando como um corpo-arquivo da epidemia. Neste contexto, propõe-se o corpo-testemunha nas artes cênicas como um posicionamento ético-político para romper com o corpo-arquivo. As Práticas Positivas, definidas como práticas artísticas e educativas com potencial para desconstruir discursos estigmatizantes, são destacadas como um meio de ressignificar histórias pessoais e coletivas de pessoas vivendo com hiv/aids (PVHA). Espera-se que o ato testemunhal no contexto artístico promova engajamento e rede de afetos para PVHA para que se possam reconhecer enquanto sujeitos, rompendo o silêncio imposto por décadas de estigma e discriminação.

CENSURAS (RE)VELADAS: COLETIVO SELVÁTICA, SEXO E A CIDADE DE CURITIBA

LEANDRO FRANKLIN GORSDFOR

O coletivo Selvática Criações Artísticas existe desde 2011 na cidade de Curitiba, com a finalidade de criação em rede, residência e investigação do cabaré. Desde sua criação tem realizado diversas intervenções no espaço público da cidade, desde performances ou até peças de teatro em formato de cabaret. O coletivo é formado artistas trans, corpos gordos, dissidentes dos padrões, questionando o próprio conceito de normalidade. Também são reconhecidos por se utilizar da nudez como forma de transgressão das também de exposição das faces conservadoras da sociedade curitibana. No decorrer deste anos muitos foram os obstáculos enfrentados pelo grupo, como por exemplo anuência de espaços geridos pela Prefeitura de Curitiba. Porém é com a onde neoconservadora dos últimos anos, que o coletivo se tornou alvo de influenciadores com aspiração ao campo político do espectro bolsonarista. Nas eleições de 2024 para a Câmara de Vereadores durante a campanha, vídeos realizados por estes políticos se valeram das ações do coletivo Selvática para propagar o ódio e de descaracterizar o trabalho artístico da companhia, construindo inverdades em relação aos componentes. A partir de 2025 estes políticos compõe a Câmara de Vereadores e propuseram dois projetos de lei com vistas a censurar e limitar a liberdade artística, principalmente quanto a utilização da nudez das ações artísticas em geral, proposição N° 031.00039.2025 e 002.00004.2025. Na exposição de motivos explicitamente o coletivo Selvática é citado como fundamento da ação legislativa. A pesquisa trouxe os mecanismos atualizados de censura trazidos nestas propostas legislativas, no qual fica evidente que "toda nudez será castigada."

INTERSECÇÕES ENTRE ARTE FEMINISTA E TRANSMASCULINIDADES: O CORPO HÁPTICO COMO CRÍTICA AO BINARISMO DE GÊNERO NAS OBRAS DE FEFA LINS

POL DEBB MIKI IRYO SILVA

Este trabalho investiga o lugar da transmasculinidade na arte contemporânea, entendendo esse corpo como vetor de desestabilização das categorias binárias de gênero. Seria artes transmasculinas pertencentes a arte feminista? A partir das teorias de Paul B. Preciado e Jack Halberstam, analisamos como as obras do artista pernambucano Fefa Lins, cujas obras se caracterizam por autorrepresentações íntimas e pela incorporação de tecnologias de gênero, as quais produzem uma estética háptica e expandem as possibilidades de leitura sobre corpos dissidentes. Utilizamos como metodologia a análise crítica de obras de arte aliada à reflexão teórica queer-feminista, explorando os conceitos de háptico, temporalidade queer e tecnologias de gênero trans. As pinturas “Seios Fartos”, “Broderagem” e “Bichana” são examinadas como representações que desafiam a cisnormatividade, ao apresentar corpos trans não como transições entre polos fixos, mas como criações singulares e plurais. Os resultados parciais indicam que a transmasculinidade, longe de ser um “outro” do feminino ou do masculino, propõe novas formas de existência sensível e epistêmica. Em vez de reforçar o binarismo, essas obras o tensionam ao limite, demandando a construção de diferentes imaginários sociais. Assim, propomos que a arte transmasculina não apenas pode, mas deve ser incorporada às discussões sobre arte feminista, na medida em que contribui com uma crítica radical às normas de gênero, promovendo uma estética política que desloca os regimes visuais e discursivos dominantes.

SABERES TRAVESTIS E PERFORMATIVIDADE: TRANSEPISTEMOLOGIAS NAS ARTES DA CENA

KARLIIZ LEBARA, JOÃO DANTAS DOS ANJOS NETO, JOCY MENESES DOS SANTOS JUNIOR

Considerando o contexto brasileiro, onde a violência contra pessoas trans atinge índices alarmantes, esta pesquisa parte das experiências de travestis para analisar como suas presenças nas artes cênicas e na performance desafiam a normatividade de gênero, a partir da produção e circulação de saberes transepiistemológicos que tensionam a lógica cisgênera dominante. A marginalização compulsória imposta a pessoas trans/travestis as exclui de espaços sociais e institucionais, e contribui para o desinteresse da sociedade cisnormativa em compreender seus universos, linguagens e existências (Silva, 2020). Diante desse cenário, este trabalho se ancora em uma perspectiva transcentrada, interseccional e qualitativa, que valoriza os saberes encarnados e experienciados por travestis, sobretudo aquelas negras e periféricas. Como estratégia metodológica central, realizamos o mapeamento e a análise crítica de dissertações acadêmicas escritas por travestis brasileiras. Esses textos são compreendidos como dispositivos de memória, escrivência e reinvenção do mundo, onde se evidenciam tanto os efeitos das violências estruturais quanto as práticas de resistência, criação e reinvenção de si. Através dessas produções, a pesquisa busca identificar modos de construção, representação e pedagogização da identidade travesti nas artes da cena. Os resultados revelam que as transepiistemologias travestis atuam como forças desestabilizadoras do “cistema” cisheteropatriarcal, ao afirmarem a travesti como sujeita de saber, memória e potência criativa. Assim, corpos historicamente dissidentes não apenas resistem, mas também produzem conhecimento, arte e futuros possíveis, contribuindo para a construção de novos imaginários políticos e epistemológicos nas artes da cena.

SESSÃO 34

A EXPERIÊNCIA VIVIDA POR HOMENS GAYS NA RECUPERAÇÃO DO BURNOUT: UMA ANÁLISE NARRATIVA CRÍTICA

MARCELO VIEIRA MATIAS

Como é vivenciar o burnout ocupacional sendo um homem gay? O burnout, frequentemente compreendido como uma crise profissional, se entrelaça com os estressores únicos enfrentados por homens gays, gerando uma experiência complexa e profundamente pessoal. Enquanto a maioria das pesquisas existentes trata o burnout como um fenômeno ocupacional generalizado, pouca atenção tem sido dada à maneira como ele é vivido por homens gays. Este estudo qualitativo fenomenológico investiga as experiências vividas de burnout entre homens gays por meio de entrevistas semiestruturadas com oito participantes residentes no Reino Unido que passaram pessoalmente por esse fenômeno. Utilizando a Análise Narrativa Crítica (CNA), a pesquisa explora suas narrativas pessoais, revelando não apenas os desafios do burnout, mas também as estratégias de recuperação adotadas. Os resultados revelam um arco narrativo em camadas. Experiências precoces de inadequação alimentaram uma tendência à supercompensação, que na vida adulta se manifestou como um esforço incansável no trabalho. Os custos desse esforço tornaram-se evidentes em ciclos de enfrentamento e eventual colapso, levando o burnout a ser vivenciado como uma perda de coerência. A partir desse colapso, emergem novas histórias de recuperação, não vistas como um retorno ao estado anterior, mas como um processo de transformação. Ao longo dos achados, as vozes dos participantes demonstram como histórias pessoais, roteiros culturais e estruturas sistêmicas se entrelaçam para moldar a experiência do burnout e da recuperação. O estudo analisa criticamente essas narrativas, contribuindo para a compreensão de como o burnout se manifesta em comunidades marginalizadas, sugere recomendações para profissionais que lidam com essa população e aponta a necessidade de abordagens mais inclusivas e sensíveis na psicologia, na saúde mental e na sociedade como um todo.

O EFEITO DA PROGESTERONA NO DESENVOLVIMENTO FÍSICO E MENTAL DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

DIMITRI CARLOVICH GOUVEIA FAGUNDES, KARINA PERRELLI RANDAU

A terapia hormonal de afirmação de gênero (THAG) é um dos pilares no cuidado de mulheres trans e travestis, promovendo impactos significativos na qualidade de vida. Contudo, a adição de progesterona à terapia padrão permanece controversa. Este estudo teve como objetivo avaliar as evidências sobre os efeitos da progesterona bioidêntica ou de progestágenos sintéticos em desfechos clínicos e psicossociais, com ênfase na saúde mental, desenvolvimento mamário, supressão gonadal e saúde óssea. Foi conduzida uma revisão sistemática da literatura, conforme as diretrizes PRISMA, a partir de buscas nas bases PubMed, LILACS e SciELO (julho/2025). Foram incluídos estudos originais comparativos envolvendo mulheres trans em THAG com e sem adição de progesterona. Após a triagem de 152 referências, quatro estudos atenderam aos critérios de elegibilidade. Os principais desfechos foram desenvolvimento mamário, supressão gonadal e saúde mental. Dois estudos de baixo risco de viés identificaram maior satisfação subjetiva com o desenvolvimento mamário entre usuárias de progesterona, enquanto um estudo

mais antigo, com medida objetiva, não encontrou diferenças significativas. Em relação à supressão gonadal, os achados sugerem efeito potencial, especialmente com medroxiprogesterona. Dois estudos também reportaram efeitos positivos sobre saúde mental, incluindo melhora no humor, na libido e na qualidade do sono. Nenhum estudo avaliou o impacto sobre a densidade mineral óssea, revelando uma lacuna importante. Conclui-se que os progestágenos podem contribuir para a saúde mental e supressão gonadal, além de oferecer benefícios subjetivos na percepção do desenvolvimento mamário de mulheres trans e travestis. Entretanto, a ausência de ensaios clínicos randomizados e a qualidade metodológica variável limitam conclusões definitivas, reforçando a necessidade de novas pesquisas que considerem desfechos objetivos e psicológicos.

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS, INCLUSÃO E SAÚDE MENTAL DE PESSOAS LGBTQIA+ NA UNIVERSIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DA UFOP

JUCENILTON ALVES DOS SANTOS, MARCO ANTONIO TORRES

Este trabalho, vinculado ao estágio pós-doutoral em Educação na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), analisa a implementação das políticas públicas de ações afirmativas e inclusão social, considerando suas interseções com gênero, sexualidade e identidades LGBTQIA+. A pesquisa parte da compreensão de que o ingresso e a permanência de pessoas LGBTQIA+ no ensino superior não se limitam ao acesso formal, mas estão intrinsecamente relacionados às condições de saúde mental, frequentemente impactadas por experiências de LGBTQIA+fobia. O estudo busca identificar como a gestão universitária e os movimentos sociais (negro, feminista, estudantil e LGBTQIA+) têm influenciado a formulação dessas políticas, problematizando em que medida tais ações contribuem para a construção de ambientes acadêmicos seguros, plurais e representativos. Fundamentado em aportes das epistemologias feministas, da pedagogia crítica como discutida na obra de Paulo Freire e da interseccionalidade a partir do feminismo negro, o trabalho discute as tensões entre democratização do acesso e permanência qualificada, evidenciando a necessidade de políticas de acolhimento psicológico, enfrentamento ao assédio e valorização da diversidade como dimensões centrais para a equidade. Ao articular ações afirmativas e saúde mental, pretende-se mostrar como a universidade pode assumir papel fundamental na promoção do bem-estar, no fortalecimento das identidades e na garantia do direito à educação em sua dimensão integral. Os resultados esperados indicam que enfrentar as múltiplas opressões que atravessam a vida acadêmica de pessoas LGBTQIA+ é condição essencial para reduzir os impactos das violências institucionais sobre a saúde mental dessa população, contribuindo para a construção de uma universidade mais justa, inclusiva e humanizadora.

CORAÇÕES E MENTES LGBTQIA+ - CUIDADO SOCIOEMOCIONAL E REDES DE APOIO PARA PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE

VALEN CONDE, MARÍLIA CAMARGO

Apresentamos a experiência do Corações e Mentes LGBTQIA+, programa de formação socioemocional da Gaia+ voltado a profissionais de acolhimento e a pessoas LGBTQIA+ em contextos de vulnerabilidade. Parte-se do reconhecimento de que o cuidado — historicamente negado a travestis, pessoas trans e outras dissidências — é dimensão educativa, de saúde e de cidadania. O objetivo foi promover competências socioemocionais (autocompaixão, atenção, interdependência, cuidado compassivo) e fortalecer redes de apoio em casas e centros de referência. A metodologia combinou encontros híbridos (on-line e presenciais), rodas temáticas com convidadas/os da comunidade (trajetórias trans, deficiência e interseccionalidade, redução de danos) e práticas guiadas curtas integradas à rotina das equipes. O desenho pedagógico foi inspirado em protocolos internacionais baseados em evidências, com foco em segurança psicológica, linguagem acessível e aplicabilidade no cotidiano institucional. Como produto educacional permanente, foram criadas quatro cartilhas temáticas com QR codes para práticas de autorregulação e exercícios de reflexão. A avaliação das turmas on-line indicou NPS 92,68 (0% de detratores) e ganhos autorreferidos em competências-chave: 100% relataram que o curso “ajudou” ou “ajudou muito” a reconhecer necessidades e vulnerabilidades de outras pessoas; 95%, relataram maior segurança e tranquilidade interna. Como aprendizados, destacamos: (1) potência das experiências de pares e do lugar de fala na adesão; (2) valor de materiais reutilizáveis para continuidade pós-formação; (3) importância de monitoramento simples e constante (indicadores por competência e relatos qualitativos) para retroalimentar o desenho. Concluímos que o modelo é replicável e custo-efetivo para políticas e programas educacionais que visem equidade em saúde e educação, especialmente em redes de proteção social.

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JUDICIAL NA DISPUTA POR GUARDA DE MENOR NUMA FAMÍLIA HOMOAfetiva

JULIANA MARIA COSTA, EMERSON INACIO

Este relato de experiência aborda pontos sensíveis de uma disputa judicial por guarda de criança e os desafios emocionais envolvidos. O caso ocorreu durante a pandemia da Covid-19, entre 2020 e 2023, quando as audiências remotas dificultaram a compreensão global das condições das mães. A atuação da Psicologia Judicial em disputas de guarda em famílias homoaletivas revela-se um campo delicado, no qual se cruzam aspectos jurídicos, sociais e subjetivos.

Historicamente, a guarda esteve atrelada a valores heteronormativos, gerando preconceitos e barreiras ao reconhecimento de vínculos diversos. Nesse processo, uma das partes alegou que, por estar em relacionamento heterossexual, teria melhores condições de oferecer harmonia à criança. O psicólogo judicial atua além da avaliação técnica, mediando entre interesses individuais, direitos da criança e princípios constitucionais de igualdade e não discriminação. Sua função é analisar capacidades parentais, condições emocionais e sociais do ambiente familiar, sempre em defesa do princípio do melhor interesse da criança, previsto no ECA. Entretanto, famílias homoaletivas ainda enfrentam preconceitos que afetam discursos e decisões judiciais, exigindo dos profissionais postura ética e fundamentação científica para desconstruir estigmas. Na elaboração de laudos e pareceres, deve-se priorizar a análise objetiva das interações parentais, vínculos afetivos e rede de apoio, evitando julgamentos baseados em orientação sexual. Assim, a Psicologia Judicial contribui para legitimar famílias homoaletivas e assegurar a proteção integral da criança, reafirmando compromisso com direitos humanos, equidade e justiça.

O PAPEL DAS REDES DIGITAIS E SAÚDE MENTAL TRANSMASCULINA

KALEB GIULIA RIBEIRO SALGADO

A saúde mental de pessoas transmasculinas ainda é um direito precário no Brasil, com poucas pesquisas dedicadas ao tema e dados alarmantes. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Saúde Mental é considerada um estado de bem-estar vivido pelo indivíduo, além do aspecto psicológico e emocional, depende também de saúde física, apoio social, condições de vida, variando aspectos sociais, ambientais e econômicos. Dessa forma, é importante evidenciar que o Mapeamento de Saúde das Transmasculinidades do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades mostra que 66,7% da população transmasculina não frequenta serviços públicos de saúde. O estudo do NUH/DAA da UFMG (2015) aponta que 85,7% já pensaram ou tentaram suicídio. Esses índices refletem a falta de espaços de cuidado, geralmente acessíveis apenas entre outras pessoas trans. Nesse cenário, redes digitais como grupos de WhatsApp e fóruns têm se mostrado importantes para conectar grupos minorizados. Em espaços coletivos digitais, pessoas transmasculinas encontram apoio e informações sobre saúde e tecnologias de gênero. Na experiência, o IBRAT-DF articula ações por meio de grupos como "Ibrat DF Filiades", "Tfamília", "Bsbtransmasc" e "UnB Trans", que reuniu contatos de profissionais de saúde não discriminatórios, serviços oferecidos por pessoas trans, cuidados e mobilizações por direitos. Também em 2025, turmas de educação popular em saúde do programa Agente Popular em Saúde, da Fiocruz, possibilitaram a circulação de saberes sobre transição, cirurgias e acesso ao processo transexualizador, através de encontros presenciais e virtuais. Essas iniciativas demonstram que saúde mental é mais do que ausência de adoecimento, o cuidado integral envolve conexões e acesso a direitos humanos.

PREVALÊNCIA DE PENSAMENTOS SUICIDAS ENTRE PESSOAS TRANS ATENDIDAS EM AMBULATÓRIO DE REFERÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CECÍLIA ABREU DE FRANÇA GONÇALVES, ANA CLAUDINE PONTES, GILVANIA MORAIS DE ARAUJO FERNANDES, MARIA ANGÉLICA AIRES GIL

A prevalência de sofrimento psíquico entre pessoas trans é um tema de crescente relevância para a saúde pública, especialmente diante das desigualdades sociais e barreiras de acesso enfrentadas por essa população. Este estudo teve como objetivo avaliar a frequência de ideação suicida, tentativa de suicídio e automutilação entre pessoas trans atendidas no Ambulatório Trans da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O método consistiu na aplicação de questionário padrão durante a primeira consulta de acolhimento, no período de fevereiro de 2024 a junho de 2025, contemplando dados sociodemográficos e relatos de experiências relacionadas à saúde mental. Foram incluídas 65 pessoas trans atendidas nesse período, das quais 32,8% se identificaram como homens trans, 35,9% como mulheres trans e as(os) demais como pessoas não binárias, com idades entre 21 e 34 anos. Os resultados revelaram que 84,6% relataram ideação suicida em algum momento da vida, 43% haviam tentado suicídio e 41% apresentaram episódios de automutilação. As narrativas evidenciam um quadro preocupante de vulnerabilidade psicológica envolvido no sofrimento expresso pelas(os) jovens, apontando para a necessidade de estratégias específicas de prevenção e promoção da saúde mental voltadas à população trans em serviços de saúde especializados.

TRANSCESTRALIDADE COMO TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DISSIDENTE

OLIVÉ BARCELLOS, FERNANDO ALTAIR POCAHY

Este trabalho busca acompanhar os sentidos que vêm sendo movimentados nas produções acadêmicas sobre o conceito de transculturalidade. Nas investigações científicas viemos observando temas que nos permitem ampliar a leitura sobre saúde mental, o bem-viver e a longevidade da população trans e travesti. Dentre eles, estão o acesso e permanência de travestis e pessoas trans docentes e discentes na academia, produção do conhecimento situado, bem como práticas de violência e histórias de resistência coletiva da população transvestigênera, que vem

se apoiando no conceito de transexualidade como referência a um saber insurgente, articulado por memórias coletivas. Esse amplo cenário de articulação política vem configurando algo em torno do que se pode denominar de epistemologias dissidentes, expressão ético-política e estética que afirma um modo de conhecer o mundo, se conhecer no mundo e com o mundo no avesso da cisnormatividade. Para tal, sistematizamos uma revisão da literatura que percorre a circulação do conceito de transexualidade, a partir da base Scielo e no Google Scholar. Os pressupostos ético-epistemológicos e metodológicos que sustentam a pesquisa articulam as contribuições do campo transfeministas-queer-interseccionais ao plano das problematizações pós-críticas em educação, especialmente quando observam relações de saber-poder e produção e marcação da diferença. A partir dos primeiros movimentos empreendidos, nos deparamos com um amplo território de saberes dissidentes sendo movimentados acerca de temas como família, linhagem, cultura, ciência e pertencimento. Com base nesses resultados iniciais, podemos observar a noção de transexualidade surgindo como ponto comum, no sentido de uma tecnologia política de conhecimento e reconhecimento social, e afirmação transvestigênera que se sustenta na ancestralidade como baliza ética, política e estética.

(CIS)TEMA SEXO/GÊNERO E A COLONIALIDADE DO PODER: REFLEXÕES SOBRE SAÚDE MENTAL E ESTRESSE DE MINORIA

ANSELMO CLEMENTE, LANNIA CAROLYNA VIEIRA DA COSTA, AYRTON DE QUEIROZ ALVES BARROS

O presente resumo refere-se aos resultados parciais de um estudo em Saúde Coletiva desenvolvido em João Pessoa/PB, no qual acompanhamos as produções de cuidado junto a pessoas não-binárias (NB) atendidas pela Psicologia em um centro de Cidadania LGBT. Vincula-se à pesquisa multicêntrica financiada pelo CNPq, intitulada Práticas e saberes que vêm das margens: encontros e desencontros com a atenção e a formação em saúde. O objetivo é, a partir da escuta desse grupo, refletir sobre o conceito de estresse de minorias, em diálogo com uma perspectiva decolonial. É um estudo qualitativo, de natureza cartográfica. Do ponto de vista teórico-conceitual, sabe-se que o sistema sexo/gênero consolidou-se como tecnologia colonial que organizou corpos, subjetividades e instituições sob lógica binária, cisheteronormativa e racializada. Modelos eurocêntricos do pensamento deslegitimam cosmologias e modos de vida de povos nativos de Abya Yala e África. A instauração de regimes de opressão contribuem para o chamado estresse de minoria, termo que se apoia na compreensão de efeitos psicossociais, tais como estressores distais (violências, invalidações) e proximais (internalização, evitação, negociações) que recaem sobre os corpos dissidentes. Por outro lado, tomando como referência a obra “A arte queer do fracasso”, de Jack Halberstam, o “fracasso” em corresponder ao sistema sexo/gênero pode oferecer formas mais criativas e cooperativas de ser no mundo, convidando a sustentar essa desconstrução. Conclui-se que compreender o estresse de minoria em chave decolonial exige deslocar o olhar do sofrimento individual para a historicidade das opressões coloniais, ilustrado em falas como a de “eu saio de casa pronto para morrer”. No campo da saúde mental, isso significa que o objetivo do cuidado não é adequar corpos/as dissidentes ao sistema hegemônico, mas, por meio da escuta e da transversalidade, apoiar práticas instituintes que afirmam a diversidade de corpos/as e modos de vida.

O ATENDIMENTO DAS PESSOAS LGBTIS NAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO BRASIL
UELES MONTEIRO SANTOS, MARINA LESSA GOMES

O atendimento às pessoas em sofrimento mental devido o uso de substâncias psicoativas (SPA) tem se expandido nos últimos anos nas comunidades terapêuticas (CTs), que são serviços de acolhimento de caráter transitório. No Brasil, essas CTs apresentam, uma abordagem de caráter moral-religiosa cristã no tratamento. Essa perspectiva moral cristã, historicamente, condenou como pecadoras as pessoas dissidentes de gênero e de sexualidade, o que resultou em uma série de prejuízos sociais e subjetivos para a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexo (LGBTI+). A população LGBTI+ é, portanto, particularmente vulnerável ao uso prejudicial de SPA e enfrenta desafios adicionais na assistência ao sofrimento mental decorrente desse uso, devido à LGBTI+fobia presente na sociedade brasileira. Diante dessa realidade, o objetivo desta pesquisa é compreender como ocorre o atendimento das pessoas LGBTI+ nas CTs no Brasil. Para isso, está em curso uma pesquisa qualitativa exploratória de base documental, que analisará artigos científicos relacionados à temática e relatórios de inspeções em CTs no país, sem limitação temporal, disponíveis on-line. Preliminarmente, as análises indicam que o sofrimento mental e o uso prejudicial de SPA pela população LGBTI+ são atravessados por questões sociais e institucionais, que impactam negativamente sua assistência nas CTs. Notou-se também, escassos artigos científicos que explorassem o atendimento das pessoas LGBTI+ nas CTs. Assim, considera-se que até o momento as pesquisas sobre o atendimento das pessoas LGBTIs nas CTs no Brasil, encontram-se em fase inicial de desenvolvimento.

A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ E AS BARREIRAS DE ACESSO À JUSTIÇA
GABRIELA CARDOSO DOS SANTOS

Embora a saúde mental seja um direito social assegurado pela Constituição Federal e seja um direito de todos e dever do Estado (Brasil, 1988), observa-se que determinados grupos sociais enfrentam obstáculos para alcançar sua plena realização. Entre esses, destaca-se a população LGBTQIA+, a qual é historicamente marginalizada e submetida a diversas formas de discriminação. Nesse contexto, o acesso à justiça se manifesta como instrumento de garantia do direito à saúde mental. Contudo, existem diversas barreiras de acesso ao sistema de justiça, obstáculos esses que perpetuam condições de violência e ampliam os riscos à saúde mental desse grupo. Diante disso, o trabalho tem como objetivo compreender a relação entre saúde mental e acesso à justiça, identificando os principais obstáculos enfrentados e suas implicações para a garantia desse direito. Para tanto, a pesquisa será qualitativa com base em pesquisa bibliográfica e documental, interpretada sob o método dedutivo. Os resultados parciais revelam que estudos recentes apotam que pessoas LGBTQIA+ apresentam índices significados de depressão, tentativas de suicídio e outras condições ligadas à saúde mental (Costa-Val et al, 2022; IEPS, 2023; Pinto, 2025; Ramos et al, 2022), frequentemente associados a experiências de preconceito, exclusão social, violência e negação de direitos (Almeida et al, 2023; Moura et al, 2023; Oliveira et al, 2022). Além disso, o Conselho Nacional de Justiça (2022) identificou como barreiras recorrentes ao acesso à justiça: o desconhecimento sobre os meios de acionamento do Judiciário; a falta de transparência institucional; o uso de linguagem hermética; a percepção do sistema como ambiente hostil; o medo de novas violências e a necessidade de percorrerem diversas instituições para o encaminhamento da demanda. Assim, a superação das barreiras de acesso à justiça é fundamental para a proteção da saúde mental da população LGBTQIA+.

O SER-NO-MUNDO DE MÃES DE FILHES LGBTQIA+ DENTRO DO GRUPO 'MÃES DA RESISTÊNCIA': UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL
PEDRO PEREIRA TOCANTINS DE MENDONÇA, VIRGÍNIA ELIZABETH SUASSUNA MARTINS COSTA

Para Borges (2009), a divisão sexual colocou a mulher no espaço privado do lar, responsável pelo trabalho doméstico e pela criação dos filhos, os quais se tornam dependentes e submissos à figura materna. Esta, por sua vez, é frequentemente culpabilizada pela personalidade deles caso não se adequem às normas de uma sociedade que naturaliza papéis de gênero. Assim, o conflito entre os mundos de uma mãe e de um filho LGBTQIA+ pode provocar embate ansioso em sua vivência, exigindo reelaboração de valores e revisão de expectativas parentais. Há poucos estudos que se dedicam a compreender o ser-no-mundo dessas mães, o que reforça a relevância científica e social do presente trabalho. A revisão da literatura nas bases Scielo e Google Acadêmico, no período de 2009 a 2015, encontrou apenas dois artigos com metodologia fenomenológica relacionados ao tema. Torna-se, portanto, imprescindível investigar, sob uma perspectiva fenomenológica, as experiências de mães de filhos LGBTQIA+ e os impactos emocionais do processo de aceitação. Este estudo busca descrever tais vivências, ampliando a compreensão sobre os modos de existir dessas mulheres. Para tal, optou-se por um delineamento qualitativo orientado pelo modelo de Armedeo Giorgi (Giorgi & Sousa, 2010), que possibilita apreender o sentido da experiência vivida. O método envolve quatro etapas: leitura das descrições para captar o sentido global; discriminação de unidades de significado à luz de uma perspectiva psicológica e fenomenológica; transformação das falas em linguagem psicológica rigorosa; e síntese das unidades, compondo uma estrutura geral da experiência. A pesquisa será realizada com mães entre 30 e 60 anos, de filhos LGBTQIA+ já assumidos, com até três participantes. Foram entrevistadas duas mães integrantes do grupo “Mães da Resistência”, das quais se obtiveram dez unidades de significado. Espera-se que o estudo amplie discussões e sirva de base para intervenções clínicas, sociais e políticas de acolhimento parental.

GÊNERO E SEXUALIDADE NO TERRITÓRIO ESCOLAR: FORMAÇÃO DOCENTE COMO FORMA DE PRODUÇÃO DE SAÚDE MENTAL
MARLUCI MEINHAR, SARAÍ PATRÍCIA SCHMIDT

A formação de professores e professoras vem mostrando-se cada vez mais necessária frente aos desafios da escola contemporânea. São muitos os desafios da instituição Educação, desde a desvalorização e desmantelamento das escolas públicas, até as demandas que se apresentam na atualidade como urgentes. Deste modo, percebe-se que os Planos Políticos Pedagógicos parecem já não dar mais conta. Nesse sentido, este trabalho apresenta a formação de professores e professoras como uma alternativa possível para dialogar e pensar tais desafios, relatando a experiência da formação docente “Gênero e sexualidade no território escolar: é preciso salvar vidas”, ministrada para 89 coordenadoras pedagógicas de um município da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Objetiva-se relacionar o debate sobre gênero e sexualidade no território escolar com a produção de saúde mental, entendendo que abordar as questões da diversidade sexual e de gênero de forma ética e transversal na escola é fundamental para a construção de um espaço de produção de saúde mental, garantia de direitos, construção de vínculo, afeto e produção de vida. Amparando a discussão teórica em autores(as) como Guacira Lopes Louro, bell hooks e Jorge Larossa, buscamos construir ferramentas para a legitimação de uma escola plural, diversa e viva. Concluímos que a escola não pode estar inerte aos desafios contemporâneos, mas que também é urgente que as equipes pedagógicas possam sentir-se seguras e preparadas para no cotidiano escolar, abordar tais desafios de maneira não somente pedagógica, mas também inserindo tais discussões na comunidade escolar.

ASSEMBLEIA E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

Foto: Júlio Minasi/Secom UnB



28 DE NOVEMBRO

16H A 18H

**ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA
TRANS-HOMOCULTURA**

AUDITÓRIO DO MEMORIAL DARCY RIBEIRO | BEIJÓDROMO

18H A 21H

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

AUDITÓRIO DO MEMORIAL DARCY RIBEIRO | BEIJÓDROMO

SAYAK VALENCIA

MINICURSOS, OFICINAS E PAINÉIS



29 DE NOVEMBRO
9H À 11H

MINICURSOS E OFICINAS

OFICINA LABI.PÓS: REUNIÃO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ARTIVISMOS, DIVERSIDADE E INOVAÇÃO

VINICIUS ALVES-DA-SILVA

A "Oficina LaBl.pós: reunião de estudos avançados em Artivismos, Diversidade e Inovação" tem como objetivo geral produzir um espaço de escuta qualificada sobre as emergências de conteúdos práticos em torno desses três eixos (artivismos, diversidade e inovação). O conteúdo final da oficina servirá como material para o Projeto LaBl.pós, que vem sendo executado na parceria entre a Plataforma Fervo2k20.org e o Coletivo Modativismo, como um projeto de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Bahia e da Universidade do Estado da Bahia, cujo produto final é desenvolver um projeto de pós graduação, especialização, em Artivismos, Diversidade e Inovação, visando elevar a escolaridade do setor artístico e cultural brasileiro por meio de uma formação prática a conteúdos emergentes no campo da Economia e Indústria Criativas. O proposta metodológica se divide em três momentos: Momento 01 - apresentação da estratégia LaBl e do projeto LaBl.pós (até 15 minutos) Momento 02 - divisão em 03 grupos: (1) artistas/fazedores de cultura; (2) pesquisadores(as); (3) gestores culturais ou representantes corporativos; para elencar propostas a cada um dos eixos; (até 45 minutos) Momento 03 - apresentação das conclusões de cada grupo sobre a emergência de conteúdos formativos e práticos em torno dos eixos Artivismos, Diversidade e Inovação (até 30 minutos) Após a apresentação das conclusões, o conteúdo da oficina será sistematizado pela coordenação executiva do Projeto LaBl.pós, servindo como material para a construção do produto final do projeto de pesquisa e extensão.

ERRO DE SISTEMA: DESPROGRAMANDO A LGBTI+FOBIA NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

JONATHAN MACHADO DOMINGUES

A presente oficina propõe uma abordagem crítica sobre os impactos sociotécnicos da Inteligência Artificial (IA), tendo como eixo central as implicações éticas e políticas dos sistemas algorítmicos na reprodução das desigualdades de gênero, sexualidade e raça. Fundamentada em uma perspectiva interseccional, decolonial e transfeminista, a atividade visa demonstrar como a IA, longe de ser neutra ou objetiva, opera a partir de dados historicamente enviesados, resultando em processos de exclusão, silenciamento e violência epistêmica, especialmente contra pessoas negras, trans, travestis e outras dissidências corporais e sexuais. A metodologia adotada se ancora nos pressupostos da educação popular e na pedagogia crítica, com foco na mediação dialógica e em estratégias ativas que estimulem a reflexão coletiva. O percurso didático será dividido em quatro momentos articulados: iniciaremos com uma problematização interativa sobre o funcionamento dos algoritmos e seus pressupostos; em seguida, analisaremos casos emblemáticos de racismo algorítmico vinculados à biometria, vigilância e moderação automatizada de conteúdo; na terceira etapa, os participantes serão convidados a realizar análises críticas de outputs de sistemas de IA generativa (textos e imagens), identificando padrões de reprodução de normatividades de gênero, branquitude e cisheteronormatividade; por fim, construiremos coletivamente práticas pedagógicas, comunicacionais e políticas voltadas à justiça algorítmica e ao letramento digital emancipatório. A oficina se destina a educadores, ativistas, estudantes e demais interessados nos cruzamentos entre tecnologia, corpos e poder, propondo uma atuação ética e comprometida com os direitos humanos na era digital.

DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL, ADVOCACY CONGRESSUAL E A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DE MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISTAS LGBTIAPN+ NO CONGRESSO NACIONAL.

IVANILDA MARIA FIGUEIREDO DE LYRA FERREIRA

A atuação de movimentos sociais e ativistas LGBTIAPN+ no Congresso Nacional engendrou significativa mudança nos rumos dos direitos desta população nas últimas décadas. Como não existe uma Lei Federal voltada a este público, muitas vezes se passa uma imagem de que a presença do advocacy na pauta se refere apenas a impedir retrocessos. Se assim o fosse, já seria muito importante. Porém, no artigo "A Conquista do direito ao casamento LGBTI+": da Assembleia Constituinte à Resolução do CNJ", publicado na Revista Direito e Práxis, demonstrei o quanto esta presença foi fundamental para o amadurecimento do debate público que levou à vitória no Supremo Tribunal Federal. Este minicurso pretende não só ressaltar essa importância, como também apresentar os caminhos do devido processo constitucional de forma simples e didática, bem como das práticas de advocacy necessárias para a atuação no Parlamento. Com experiência de mais de uma década na assessoria parlamentar e como professora da Faculdade de Direito da UERJ, pretendo unir os conhecimentos acadêmicos à prática legislativa para apresentar este importante tema.

VIVÊNCIA DE TERTÚLIA DIALÓGICA CIENTÍFICA: A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA NA UNIVERSIDADE

ENAYTON LUCAS PERASSOLI SILVEIRA

A presente oficina, intitulada "Vivência de Tertúlia Dialógica Científica: a Prevenção de Violência LGBTfóbica na Universidade", será conduzida por Enayton Perassoli, mestrando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cuja pesquisa está centrada na prevenção da LGBTfobia no contexto universitário. A atividade propõe uma experiência formativa por meio da tertúlia dialógica, prática educativa baseada em princípios do diálogo igualitário, da inteligência cultural e da criação de sentido, que promove aprendizagens transformadoras ao valorizar o conhecimento científico em diálogo com a vivência das pessoas participantes. Essa ação tem se mostrado eficaz na construção coletiva de saberes e no desenvolvimento de posicionamentos críticos e emancipatórios frente a temas sociais relevantes. Durante a oficina, será discutido um artigo científico publicado na Educação em Revista, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que investigou a percepção de estudantes LGBT+ sobre a violência sofrida em uma universidade do interior paulista. O estudo analisou os fatores que perpetuam a LGBTfobia no espaço acadêmico, assim como os elementos de resistência e superação presentes nesse mesmo contexto. A leitura e o debate coletivo do texto serão utilizados como ponto de partida para reflexões profundas e compartilhamento de experiências, promovendo uma compreensão crítica da realidade e inspirando ações transformadoras. Participar dessa vivência é um convite ao rompimento com a ignorância que sustenta as múltiplas formas de violência contra pessoas LGBT+. Conhecer, dialogar e refletir sobre essa temática é um passo essencial para superar um problema estrutural que ainda assola essa população nas universidades. Venha construir, conosco, caminhos para uma convivência universitária mais justa, segura e acolhedora.

INTRODUÇÃO À ECOLOGIA QUEER

FABIO ALVES GOMES DE OLIVEIRA

O minicurso se debruçará sobre alguns pontos das obras: Queer Ecologies: Sex, Nature, Politics, Desire, coletânea editada por Catriona Mortimer-Sandilands e Bruce Erickson; Nature's Wild: Live, sex and law in the Caribbean, de Andil Gossine; e Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho, de Malcom Ferdinand. A reunião desses trabalhos tem por objetivo principal instaurar na discussão socioambiental os principais tensionamentos propostos pela ecologia queer, quais sejam: (1) da existência da "erotofobia"; (2) da plataforma ambiental enquanto uma política racial e sexual. Ambos os questionamentos buscam verificar a validade de uma hipótese que está lançada: existiria uma forma de compreender

a ecologia como o lócus do capitalismo cisheteropatriarcal e racial onde se repousa as convicções acerca daquilo que pode ser considerado "natural" e "saúdável" e, consequentemente, daquilo que é considerado "artificial" e "poluído"?

MEMÓRIAS SAPATÃO: DESFAZER A CRONONORMATIVIDADE, AGIR PELOS ARQUIVOS SENTIMENTAIS

NATALIA CECHINATO, ALESSANDRA SOARES BRANDÃO, RAMAYANA LIRA DE SOUSA

Esta oficina propõe uma imersão teórico-prática na construção e difusão de memórias sapatão. Temos o objetivo de refletir, investigar e imaginar criticamente as espacialidades físicas e subjetivas, para compor um arquivo-memorial-imaginário. Os "rastros de uma submetodologia indisciplinada" (Mombaça, 2016) nos desguiarão na oficina com 02 (duas) horas de duração e pretensão de 20 (vinte) integrantes, quando vamos diluir em 4 momentos alguns conceitos de memória, arquivo e crononormatividade. Nesse percurso, vamos pensar em formatos de arquivos, nos tempos em que rompemos com a normatividade; analisar exemplos de contramapas; instigar atividades artísticas; então as pessoas participantes serão convidadas a roçar com as próprias memórias e compartilhá-las, culminando na criação de um mapa afetivo, coletivo e caótico, como quer um "arquivo dos sentimentos" (Cvetkovich, 2010), desejado como material móvel e em permanente composição. A proposta convida à construção coletiva de memórias dissidentes por meio de práticas afetivas, visuais e textuais que rompem com a linearidade do tempo e com as normas de arquivamento institucional. Partimos de perguntas como "quem pode ser visível?" e "quem pode expor suas memórias?" para investigar quais objetos, lugares e afetos podem compor um arquivo queer. A experiência se desdobra em quatro etapas: (1) evocação de memórias infantis associadas a espaços marcantes; (2) rompimento com cronologias normativas e criação de colagens que expressem sentimentos vivos; (3) exploração da fase adulta a partir de ícones de vestimenta e da reflexão sobre o que é "ser sapatão" em sua pluralidade; e (4) criação de um mapa afetivo futurista, onde cada participante deixa uma mensagem para quem ainda virá. A atividade termina com uma partilha sobre a experiência, abrindo espaço para escuta, fabulação e produção de narrativas que desafiem generalizações e celebrem singularidades.

PAINÉIS

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTI+ EM DEBATE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

SILVIA BADIM MARQUES, MAGNO NUNES FARIAS, ANA BEATRIZ ANASTÁCIO SOUTO, MATEUS GOMES SILVA, CLEYTON CAMPÊLO DE SOUSA

Saúde da população LGBTI+ em debate: desafios e perspectivas

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, bem como a Lei 8080/90 estabelecem que o direito à saúde deve ser garantido por políticas públicas alicerçadas na equidade, de forma a contemplar as especificidades de saúde de diferentes grupos, para que todos possam exercer esse direito social de forma universal e igualitária. A população LGBTQIA+ possui especificidades em relação a garantia de seu direito à saúde, que muitas vezes são negligenciadas na formulação das políticas de saúde e no atendimento cotidiano dos serviços, em que pese a existência de uma política de saúde para esta população, formalizada na Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Inserir a população LGBTQIA+ de forma adequada dentro da Atenção Primária em Saúde revela-se de suma importância para que se alcance a equidade em saúde, na perspectiva das dissidências de gênero e sexualidade. Dentre os inúmeros desafios para que a política de saúde possa contemplar de forma efetiva essas pessoas, aponta-se que "A falta de preparo e de sensibilidade dos profissionais são alguns dos elementos que reiteram as iniquidades em saúde e a vulnerabilidade desses corpos" (COSTA-VAL et al., 2022, p.01). Motivo pelo qual, muitas vezes, torna-se necessário aprofundar o debate através de discussões que envolvam a sociedade civil organizada, os profissionais de saúde, os gestores públicos e a população LGBTI+ como um todo, com o objetivo de sensibilizar e aprofundar conhecimentos para que as políticas de saúde possam ser formuladas para além do paradigma heterocisnormativo e, assim, possam atender as necessidades desta população - que por viver a dissidência de gênero e/ou sexualidade, acaba por viver à margem das políticas de saúde. Destaca-se, também, a importância de se colocar em perspectiva que essas experiências são atravessadas por outros marcadores sociais da diferença, que envolvem classe, raça/etnia, deficiência, regionalidade, entre outras, sendo fundamental o referencial da interseccionalidade para compreender as questões que envolvem essa população e de que forma reverberam no seu acesso à saúde. Outro fator

importante é a moral-sexual que, por vezes, assola o Estado Democrático de Direito, que deveria ser laico, e traz à tona ofensivas fundamentalistas, que acabam por dificultar o acesso à saúde da população LGBTI+, como é o caso da recente Resolução 2.427/2025 do Conselho Federal de Medicina, que proíbe o acesso a terapias hormonais por pessoas trans e travestis abaixo dos 18 anos. Essa resolução tem impacto direto na garantia da saúde, tanto física quanto mental, da população trans. Este painel tem como objetivo discutir o panorama atual de acesso à saúde da população LGBTQIA+, bem como os principais desafios e perspectivas para a garantia do direito integral e universal à saúde desta população.

GÊNERO, SEXUALIDADE E PRODUÇÃO DE ALTERIDADES NAS MEDIAÇÕES DO DIGITAL

THAMIRES LUZ DE PAULA E SILVA, DANIEL DA SILVA STACK, JÔNATAS STRITAR ALAMAN

As tecnologias digitais transformaram profundamente os modos de viver, relacionar-se e construir identidades na contemporaneidade. Este Painel, composto por pesquisas de doutorado e pós-doutorado construindo metodologias inovadoras, propõe-se a refletir sobre como práticas mediadas por plataformas digitais impactam a produção de diferenças e alteridades, especialmente no que se refere a gênero, sexualidade e outros marcadores sociais. O ambiente digital, longe de ser neutro, constitui-se como um campo atravessado por disputas políticas, econômicas e simbólicas, ao mesmo tempo em que oferece brechas para agenciamentos diversos, invenções de si e reorganização de laços sociais. Partimos do reconhecimento de que essas transformações não ocorrem de maneira homogênea, sendo fundamental considerar os contextos geopolíticos e epistemológicos nos quais se inscrevem. Nesse sentido, o Painel acolhe abordagens comprometidas com epistemologias situadas, especialmente aquelas produzidas no e para o Sul Global, que questionam a hegemonia dos paradigmas do Norte e propõem outras formas de conhecer e pesquisar a cultura digital. O foco recai sobre investigações etnográficas — em andamento ou concluídas — que explorem experiências cotidianas em contextos digitais, analisando como os mediadores digitais, em suas diferentes complexidades e modos de imersão, alteram, intensificam ou abrem brechas de agência nas relações de poder que se configuram no digital. Serão bem-vindas discussões que abordem temas como performatividade de gênero e sexualidade nas redes digitais, geração, território, erotismo, trabalho, relações raciais, reconfigurações da intimidade, bem como reflexões metodológicas sobre os desafios da pesquisa em ambientes digitais e abordagens "híbridas" que articulem vivências online e offline. Ao reunir pesquisas que problematizam o papel das tecnologias na constituição de subjetividades e nas disputas por reconhecimento e representação, este Painel busca destacar diferentes modos de subjetivação na atualidade, especialmente no que diz respeito aos agenciamentos de gênero e sexualidade no digital. Deixando como horizonte reflexivo o atual desafio para as ciências humanas e sociais de pensar mundos capazes de articular e performar sistemas mediados por algoritmos nesta nova era que se nos apresenta, da plataformação.

SUJEITOS E LUGARES DE MEMÓRIA LGBTI+ NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: ARQUIVOS VIVOS, JUSTIÇA E FRONTEIRAS POLÍTICAS DO ESQUECIMENTO

BRUNA ANDRADE IRINEU, RENAN HONÓRIO QUINALHA, ENZO CARAMORI, MARCOS VINÍCIOS FAGUNDES SALESSE, VINÍCIOS KABRAL RIBEIRO

Este painel apresenta resultados parciais do eixo "Mapa de iniciativas de Memória e Reparação de Violações Históricas contra população LGBTI+" que integra o projeto pesquisa "Políticas públicas LGBTI+ na América Latina e Caribe", financiado pelo CNPq (Brasil). Se propõe analisar, em perspectiva comparada, as trajetórias de reivindicação por memória e justiça LGBTQIA+ em países como Brasil, México, Cuba, Colômbia, Chile, Uruguai e Argentina, destacando iniciativas estatais, comunitárias e acadêmicas que tensionam os limites da justiça de transição e propõem políticas de reparação histórica. A história da América Latina e Caribe está marcada por projetos coloniais e nacionais que, em diferentes momentos históricos, buscaram normalizar e apagar corpos dissidentes da sexualidade e do gênero. No Brasil, em Cuba e no México, desde o período colonial e republicano, registram-se práticas de criminalização, medicalização e violência contra os sujeitos LGBTQIA+, como revelam os casos históricos de Tibira, Xica Manicongo e Felipa de Sousa (Mott, 1987; Jesus, 2019), bem como os dispositivos de vigilância moral e sexual que operaram nos marcos das ditaduras e regimes autoritários (Green, 1999; Quinalha, 2017; Encarnación, 2011). Projetos de branqueamento, higienização social e culto à masculinidade viril atravessaram a formação de Estados nacionais como os do Chile, Uruguai e Argentina, estruturando uma política de normalização dos corpos

pelo controle racial, sexual e de gênero (Segato, 2003; Ochoa, 2014; Fernández, 2021). Em países como Colômbia e México, os conflitos armados e os regimes autoritários contemporâneos operaram também como campos de experimentação de tecnologias de repressão e eliminação de corpos dissidentes (Paternostro, 1999; Bonilla, 2018; López, 2022). Ainda assim, nas últimas décadas, têm emergido com força movimentos que articulam memória, dissidência e justiça, não apenas como demandas simbólicas, mas como disputas por cidadania e reparação histórica. Arquivos comunitários, museus virtuais e políticas públicas têm sido desenvolvidos na tentativa de inscrever a história LGBTQIA+ nas narrativas nacionais, enfrentando a violência arquivística e o silêncio institucional (Bourcier, 2021; Irineu, 2023; Viterbo, 2020). Ao examinar deslocamentos conceituais e disputas políticas, propomos refletir sobre os desafios da produção de memória em contextos marcados pela colonialidade do poder, do saber e do arquivo (Mignolo, 2003; Rivera Cusicanqui, 2015). O desafio de recompor a história LGBTQIA+ reconhecendo os processos de invisibilização de corpos trans (Jesus, 2019), intersexo (Vieira, 2023) e das monodissidências (Saldanha, 2024), e conectando sujeitos políticos distintos cujo alinhamento é a violência nas suas fronteiras com a memória e os direitos. Trata-se de pensar a memória como tecnologia de justiça e como campo estratégico de disputa pela vida.

29 DE NOVEMBRO
11H A 13H

MINICURSOS E OFICINAS

OFICINA QUEM SOU EU ?

LUCAS ARAÚJO DE LIMA, ANA LUI PEREIRA MOUSINHO

Esta oficina propõe uma experiência artística de autorretrato a partir da modelagem em argila. O objetivo é que cada participante produza uma máscara de seu próprio rosto, explorando não apenas seus traços físicos, mas também sua percepção subjetiva de si mesmo. A atividade visa estimular o contato tátil com a própria fisionomia, provocando uma observação atenta e afetiva dos próprios traços a partir do uso de espelhos, sentidos e memórias. Mais do que buscar o realismo, a proposta convida os participantes a expressarem livremente como se veem ou como gostariam de se representar, trabalhando questões de identidade, autoestima e diversidade corporal. Durante a oficina, cada participante receberá um espelho e uma porção de argila disposta sobre uma base de jornal ou papelão. A partir da observação e do toque no próprio rosto, iniciarão a modelagem da máscara, explorando texturas, volumes e emoções. A prática manual com a argila estimula funções motoras e cognitivas, ao mesmo tempo que oferece um espaço de acolhimento para refletir sobre a beleza única de cada corpo. Não haverá a obrigação de seguir padrões de simetria ou realismo: a intenção é justamente valorizar a diversidade, aceitando os traços que nos tornam singulares. Ao final da atividade, uma roda de conversa permitirá que os participantes compartilhem suas criações e percepções. A oficina se propõe não apenas como um exercício artístico, mas também como um espaço de construção de identidade e fortalecimento da autoestima por meio da arte. Objetos específicos: Debater sobre aparência e as diferenças entre corpos e suas singularidades demonstrando valorização das características de seu corpo e respeitando as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive; Estimular a função cognitiva e motora dos alunos por meio de manuseio de materiais para construção de uma peça em argila.

O QUE DÓI E O QUE CURA NO SUS: COMO TRANSFORMAR AS PRÁTICAS DE CUIDADO COM A POPULAÇÃO LGBTQ+

KUEYLA DE ANDRADE BITENCOURT, KUEYLA ANDRADE BITENCOURT

A oficina propõe uma formação vivencial para profissionais e ativistas LGBTQ+, com foco nos/as profissionais da atenção básica em saúde, de modo a promover a reflexão crítica e a ampliação do repertório desses/as sobre gênero, sexualidade e corpo, a partir de uma perspectiva ética, política e afetiva do cuidado. A proposta parte do reconhecimento de que os corpos LGBTQ+ que buscam os serviços de saúde são atravessados por normativas de gênero, preconceitos e desigualdades estruturais que impactam diretamente no acesso, na escuta e na qualidade da atenção recebida. Assim, trabalhar esses temas no campo da saúde é fundamental

para promover o cuidado, o enfrentamento das violências institucionais e a equidade no SUS. Com duração de 4 horas, a formação será conduzida por vivências baseadas no cotidiano, valorizando a escuta, o afeto e o saber da experiência como conhecimento legítimo. Parte de uma perspectiva interseccional, articulando marcadores como raça, classe e deficiência, e alinha-se às diretrizes do SUS e políticas nacionais de saúde integral da população LGBTQ+. A metodologia proposta é participativa e ativa, de modo a privilegiar trocas de experiências e construção coletiva de saberes. Para tanto, combina técnicas como teatro fórum, oficinas de sensibilização, construção de mapas e construção coletiva de protocolos. O percurso vai da sensibilização inicial, passando pelo referencial teórico (discussão e análise de temas, através de autoras como Butler, Berenice Bento, Guacira Louro, Patrícia H Collins) pela intervenção prática no cotidiano, até a avaliação final. Espera-se que as pessoas que participem da oficina informem sobre estratégias para identificar e enfrentar discriminações no contexto da atenção básica; de sugerir ferramentas práticas para a adaptação dos serviços, a exemplo da linguagem inclusiva, banheiros unissex, fluxos; e de propor reflexão crítica sobre as normativas de gênero e sexualidade e seus impactos na saúde.

BIOÉTICA, TRANSFOBIA E A RESOLUÇÃO CFM Nº 2.427/2025

PATRICK DE ALMEIDA TRINDADE BRAGA, VINCENT PARDO BORGES FREITAS, JOE PAES FLORES, PAULA ANTUNES SILVA

Em 16 de abril de 2025 foi publicada no DOU a Resolução CFM nº 2427/2025, que "revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero e dá outras providências" (Brasil, 2025, p. 174) e revoga a Resolução CFM nº 2265/2019. Na prática, ela dificulta o acesso à terapia hormonal e cirurgias de afirmação de gênero para pessoas trans a partir de critérios questionáveis, violando seu direito de autodeterminação. Desde a publicação da resolução em questão, organizações da sociedade civil, coletivos de ativismo LGBTQIAPN+ não têm medido esforços para questionar sua validade, denunciando-a como transfóbica, cisnormativa e, em última instância, antiética à luz dos critérios mais adequados para a promoção da saúde integral para a população transgênero em território brasileiro. Diante do exposto, o presente minicurso se propõe a analisar a validade bioética da Resolução CFM nº 2427/2025 a partir de uma perspectiva interdisciplinar, articulando conhecimentos em saúde pública, direito, sociologia e antropologia. Para tal, será realizada uma análise de conteúdo dos artigos e anexos da resolução, discutindo seus objetivos e levantando hipóteses acerca dos elementos que subjazem o texto. A seguir, será feito um apanhado histórico dos discursos produzidos no campo jurídico brasileiro sobre a população LGBTQIAPN+, com foco em decisões paradigmáticas como a ADI 4275, a ADO 26 e outras ações no STF e STJ que, embora representem conquistas formais, revelam um discurso jurídico marcado por lógicas problemáticas que reduzem a autodeterminação de pessoas trans a categorias reconhecíveis dentro do binarismo de gênero. Por fim, serão apresentadas estratégias de resistência e cuidado, como a litigância estratégica, políticas públicas de saúde trans-inclusivas e experiências exitosas de atenção integral no SUS, visando a construção coletiva de alternativas éticas, jurídicas e políticas que reconheçam e afirmem a dignidade das pessoas trans.

PREVENÇÃO E ACOLHIMENTO DE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E LGBTQIFOBIA NO TRABALHO: PARÂMETROS POSSÍVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO

CATARINA DALLAPICULA

O Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual e municipal prevê a prevenção dessas violências no serviço público, tanto em relação ao público atendido, quanto em relação a pessoas servidoras. A proposta desse minicurso pretende criar um espaço formativo sobre a prevenção das violências contra a população LGBTQI+ que atua no serviço público e acolhimento de vítimas dessas violências. O conteúdo do minicurso incluirá a relação entre violência e agressão moral; definições de violência no trabalho e do trabalho; definições de assédio, assédio sexual e assédio moral; burnout; prevenção de assédio em ambientes de trabalho; protocolos de acolhimento e tratamento de denúncias. O Minicurso será dividido em sete etapas, sendo elas: Acolhimento; Definições de violência; Marcos legais; Conceitos básicos: assédio moral, assédio sexual e adoecimento; Prevenção e Acolhimento; Situações disparadoras para debates em grupo; Socialização final. Ao longo do minicurso, as pessoas presentes irão participar por meio de aplicativos de interação (mentimeter e padlet) e pela divisão de grupos para debate de situações disparadoras. Os resultados dos debates serão socializados para enriquecimento da experiência do grupo. Ao final, as pessoas participantes deverão estar aptas a identificar os tipos de violência contra a população LGBTQI+ no trabalho, pensar

práticas de prevenção a essas violências nos diferentes ambientes de trabalho no serviço público e parâmetros para acolhimento de vítimas de violência.

EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM AFETIVIDADES AFROINDÍGENAS: IDENTIFICANDO E DENUNCIANDO O RACISMO AMBIENTAL

CAMILA REIS TOMAZ, PAMMELLA CASIMIRO DE SOUZA

Embasadas por trabalhos publicados sobre nossos processos metodológicos e criativos com a temática transversal da Educação Ambiental situada em uma Geografia crítica e engajada, propomos esta atividade dialógica com a experiência vivida pelas autoras em estágio e docência. O presente minicurso tem por objetivo apresentar metodologias negras de ensino via escuta, diálogo e presença ativa no âmbito da educação socioambiental e, mais especificamente, quanto ao Racismo Ambiental em suas múltiplas formas. A proposta se fundamenta em teorias contra e anticoloniais, nas políticas públicas ambientais e em Estados da Arte sobre Injustiça e Racismo Ambiental, além das próprias publicações das autoras em seus seis anos de pesquisa no tema. No percurso didático, dividido em cinco momentos de vinte a trinta minutos cada, pretende-se 1) receber inscrites e acolher dúvidas, expectativas, (des)entendimentos e percepções sobre a temática, 2) apresentar a fundamentação teórica por meio de leitura coletiva, em roda, de fichamentos diversos, 3) elaborar um mapa mental tátil em cartolina previamente estruturada e argila para tal, mapa este gerado pela compreensão da atividade 2 e trocas durante sua construção, 4) acrescentar ao mapa mental narrativas de participantes com exemplos de territórios que sofrem com o Racismo ambiental encontrados em suas memórias, transformando o mapa em um mural para visibilizar denúncias, 5) coletar impressões gerais, críticas e debater eventuais dúvidas remanescentes da atividade. Considera-se urgente o aprendizado de identificação e denúncia de casos de Racismo Ambiental como autodefesa para moradores de zona de sacrifício e ato político aliado para pesquisadores, professores e demais interessadas na luta antirracista.

CORPOS AMEAÇADORES, MEDOS FABRICADOS: HIV COMO MÁQUINA DE PRODUÇÃO DO INIMIGO NA IDEOLOGIA DE GÊNERO

RICK AFONSO-ROCHA, RUAN HENRIQUE GOMES SILVA

Propõe-se uma imersão crítica e sensível nos modos como o HIV/aids opera, histórica e discursivamente, como um signo de perigo social e sexual, articulando-se às engrenagens da chamada “ideologia de gênero” na produção de sujeitos inimigos. Interessa-nos refletir sobre como a soropositividade foi (e segue sendo) mobilizada como metáfora da degenerescência, da desordem moral e do risco comportamental, especialmente quando associada às dissidências sexuais e de gênero. A proposta parte da análise da autobiografia de Bernardo Dania Guiné, jovem gay soropositivo nos anos 1990, compreendida como um arquivo vivo de estigmas, rupturas e resistências. Em paralelo, articulam-se discursos contemporâneos da ultradireita latino-americana, nos quais o HIV ressurgiu como signo do “castigo” queer e da ameaça à ordem reprodutiva, funcionando como operador simbólico de pânico moral e sexual. O minicurso será estruturado em três módulos interconectados, com foco em exposição teórica, análise crítica de textos e debates orientados: a) Arquivo do medo: análise da autobiografia de Guiné como arquivo histórico-discursivo do estigma soropositivo, evidenciando como o HIV/aids foi construído como metáfora da degradação moral na década de 1990. Serão apresentados, ainda, discursos midiáticos e políticos atuais que reatualizam esse medo, sobretudo no campo da chamada “ideologia de gênero”; b) Cartografia dos estigmas: discussão teórica sobre os mecanismos discursivos que constroem o HIV como marcador de alteridade e ameaça, mobilizando aportes da Análise de Discurso, da Teoria Queer e da História das epidemias; c) Políticas do medo e fabricação do inimigo: análise da ideologia de gênero como artefato discursivo que articula pânico sexual, cisheteronormatividade e necropolítica, compreendendo como o HIV é mobilizado pela ultradireita como signo da degeneração e da ameaça, reforçando fronteiras entre o “nós” sadio e o “outro” contaminado.

PAINÉIS

POLÍTICAS, MEMÓRIA E ECONOMIA PARA A POPULAÇÃO LGBT+ DO GRANDE ABC

BRUNA MENDES DE VASCONCELLOS, CARLOS VINICIUS RIBEIRO PINHEIRO, JULIANA THOMAZ BATISTA, POL DEBB MIKI IRYO SILVA, MICHELLE SATO FRIGO

Este painel apresenta três pesquisas em andamento articuladas pelo Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia (NEG/UFABC - <https://nucleos.ufabc.edu.br/neg>) e parcerias, com foco na população LGBTQIA+ do Grande ABC. O NEG é um núcleo interdisciplinar da UFABC voltado à produção de conhecimento sobre gênero, sexualidades, interseccionalidades e direitos, com atuação em pesquisa, ensino, extensão e cultura, consolidando-se como espaço de articulação entre universidade e movimentos sociais. A primeira pesquisa, realizada entre 2023 e 2024, deu origem ao Acervo História e Memória LGBTQ+ no ABC que conta com documentos e 26 entrevistas sobre trajetórias LGBTQ+ da região do Grande ABC que compreende sete cidades, a saber, Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A proposta, que contou com apoio de emenda parlamentar de Sâmia Bonfim, responde à carência de registros locais sobre a população LGBTQ+ e busca preservar memórias, fortalecer vínculos com o território e subsidiar políticas culturais e educacionais. O projeto emergiu da urgência de construir outras narrativas para a população sexo-gênero-discidente da região do ABC, com o intuito de fomentar tanto a coleta de dados qualitativos que embasem futuras pesquisas quanto a construção de uma história para essa população, à qual sempre foram destinados o genocídio e o epistemicídio. Trata-se de uma tentativa de retomar as rédeas de suas próprias vidas — deixando de ser meros objetos de estudo para se afirmarem como agentes de seus saberes. A segunda iniciativa, a Pesquisa Censitária LGBTQIA+ do Grande ABC, está sendo realizada em 2025 pela parceira Rede Amalgamar (<http://www.amalgamar.org/>), com apoio do Consórcio Intermunicipal, do Governo do Estado e de emenda da Deputada Érica Malunguinho. O estudo mapeia dados sociodemográficos, econômicos e culturais da população LGBTQIA+ nos sete municípios da região, visando preencher lacunas de informação que dificultam políticas públicas efetivas. A pesquisa censitária possui caráter abrangente e propõe-se a coletar dados robustos sobre identidade, cidadania, comportamento, participação política e episódios de violência e discriminação. Esses dados serão fundamentais para orientar políticas públicas mais eficazes, promover inclusão e combater desigualdades estruturais que ainda impactam a população LGBTQIA+. O levantamento tem como foco principal subsidiar governos municipais, consórcios e organizações com informações precisas e atualizadas sobre as vivências LGBTQIA+ na região do Grande ABC. Entre os objetivos da pesquisa, destacam-se: (i) Produzir dados inéditos que fundamentem a criação de políticas públicas direcionadas, leis inclusivas e programas sociais de impacto; (ii) Identificar barreiras e desafios enfrentados por pessoas LGBTQIA+ nos eixos de cidadania, violência, saúde, educação e mercado de trabalho; (iii) Estimular o engajamento da sociedade civil na produção científica, fortalecendo a presença de jovens LGBTQIA+ na universidade e no campo da pesquisa; (iv) Valorizar o protagonismo dos movimentos sociais e das representações políticas que tornaram viável a conquista do recurso público; (v) Promover o diálogo entre ciência, população e poder público, consolidando um legado de escuta, reconhecimento e ação afirmativa. Na ocasião do congresso o projeto já estará em etapa de análise de dados e pretende apresentar seus primeiros resultados. A terceira pesquisa, de caráter extensionista, propõe a criação de um Guia de Classificados de Produtos e Serviços de mulheres e pessoas LGBTQIAP+, com base na economia solidária. A proposta parte do diagnóstico de exclusões no mercado de trabalho e busca formar uma rede de economia solidária feminista, interseccional e inclusiva, com banco de dados físico e digital atualizado periodicamente dos empreendimentos, além de materiais autoinstrucionais sobre assuntos correlatos.

TRABALHO SEXUAL E(M) PLATAFORMAS: SUBJETIVIDADE, POLÍTICA, DIREITO E COMUNICAÇÃO

GIANLUCA AUGUSTO OLIVEIRA SOARES, JULIA VAZ, JANAÍNA LIMA PENALVA DA SILVA, MATEUS DE MELO ALBUQUERQUE

Este painel tem como objetivo apresentar o estado da arte de uma pesquisa de largo alcance sobre o trabalho sexual em plataformas. A ideia de trabalho platformizado atribui-se a característica de ser uma atividade laboral mediada por plataformas; neste contexto, pesquisadores/as e ativistas têm questionado as condições de trabalho das pessoas trabalhadoras e a própria organização dos dados gerenciados por essas empresas, uma vez que as plataformas operam através de um sistema de aproveitamento dos trabalhos informais. No âmbito do trabalho

sexual, em um contexto no qual a produção de trabalho é altamente desregulamentada e marginalizada, os/as trabalhadores/as em plataforma são impedidos/as a gerenciar sua rotina, alimentar redes sociais, produzir conteúdos, viabilizar colaborações e estabelecer estratégias de divulgação; além destas atividades laborais, estes/as atores/as sociais podem ser compreendidos como "sex influencers" que tratam sobre variados assuntos, de direitos e liberdade sexual à política institucional. Para a nossa apresentação, mobilizaremos interdisciplinarmente teorias e metodologias de disciplinas como Psicologia, Direito, Políticas Públicas e Comunicação, mas principalmente a inspiração etnográfica, com coleta de dados advindos das redes sociais nas quais esses trabalhadores se inserem, assim como entrevistas narrativas em profundidade. Buscaremos, discutir de que maneiras os atores e o campo de trabalho possuem particularidades através da compreensão do modo que trabalhadores e trabalhadoras sexuais comunicam-se sobre política, trabalho, relações de gênero, ethos influencer, relação entre plataforma, trabalho e projeto de vida, uso de imagem e precariedade, entre outras questões. Alguns dos resultados apresentados tratarão de temas como: 1) motivações de entrada no ramo de conteúdo adulto; 2) posicionamentos políticos acionados, dialogicamente, pelos sex influencers; 3) a maneira como o mercado sexual digital se insere na política e ativismo político online.

ESTUDOS SOBRE LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA NO BRASIL

IRAN FERREIRA DE MELO, GUSTAVO JOSÉ BARBOSA PARAÍSO

Em várias partes do mundo, temos vivido uma guinada de ações políticas em prol da visibilidade e da inclusão de pessoas cujas identidades de gênero são historicamente abjetificadas. O esforço coletivo de muitos movimentos sociais feministas, LGBTQIA+ e queer vem propiciando, há anos, propostas de mudança dos discursos, a fim de construir estratégias para evitar os crescentes casos de (trans)femicídio e violência contra pessoas dissidentes de gênero, marcos, inclusive, alarmantes no Brasil – país que ocupa o lugar da nação com o maior número de mortes tipificados assim. Nesse sentido, os estudos da linguagem têm se debruçado, desde os anos 1990, para entender quais são os mecanismos linguísticos usados por pessoas de diferentes partes do mundo para lutar contra políticas de morte que lhes interpelam por serem pessoas periféricas do poder masculinista e cisnormativo. A disputa em torno da verdade sobre a liberdade de usar as línguas conforme essas pessoas pleiteiam tem gerado debates públicos e pânico moral nas redes sociais digitais, na elaboração de documentos parametrizadores da educação, nas câmaras legislativas e na mídia de massa. Somente no Brasil, mapeamos, em 2024, 86 projetos de lei que proíbem usos disruptivos da linguagem na representação do gênero das pessoas em escolas, repartições públicas e concursos públicos, além dos decretos já aprovados, que são sabidos, mas ainda não catalogados. Esse painel busca reunir a comunidade de linguistas especialistas do discurso, da educação e das políticas públicas. A discussão tem sido aberta apenas para não especialistas. Sob esse horizonte, este painel pode se tornar o primeiro agrupamento de textos científicos, sobre o assunto, do Brasil, publicados num evento da área, que reúne estudos sobre a linguagem e gênero, abrindo, assim, uma vereda de possibilidades para cientistas da linguagem atuarem ainda mais fortemente em nosso país numa pauta política que interessa a todas as pessoas e estrutura a nossa cultura como uma ferida social que precisamos debelar.

29 DE NOVEMBRO

14H A 16H

MINICURSOS E OFICINAS

LUZ, CÂMERA E DIVERSIDADE: PROPOSTA DE DEBATE SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA A PARTIR DO CINEMA

LUCAS AMARAL DE PÁDUA, GYZELY SUELY LIMA

Propomos uma oficina sobre como utilizar o cinema como recurso estético mediador do processo de ensino e aprendizagem para debater diversidade de gênero e sexualidade na educação escolar de adolescentes. A proposta surgiu a

partir de uma experiência pedagógica de curricularização dessa temática em um Instituto Federal. Abordaremos a oficina com base na concepção de educação como prática social que tem por finalidade socializar os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos elaborados historicamente pela humanidade e a arte cinematográfica como recurso estético capaz de mobilizar sentimentos e reflexões sobre o outro e si mesmo. Apoiados nos princípios da pesquisa-ação, a metodologia consiste na modalidade de uma oficina formativa, dialógica e participativa voltada para pessoas educadoras e estudantes. Propomos a vivência estética a partir da exibição de cenas dos filmes *Close* (2022), *Tomboy* (2011) e *Valentina* (2020), associados à leitura de excertos de "Tudo sobre o amor" (hooks, 2021), a crônica "Quem defende a criança queer" (Preciado, 2013), e os contos "Voz" (Arraes, 2019) e "Do lado do corpo, um coração caído" (Evaristo, 2018). Propomos o mapeamento de significados sociais apropriados previamente e de sentidos pessoais atribuídos à diversidade de gênero e sexualidade, além de práticas expressivas como desenhos e textos reflexivos como instrumentos para elaboração subjetiva. Além disso, ao longo do processo valorizamos a escuta ativa e empática das opiniões de cada participante. Com 4 horas de duração, o percurso didático consiste em: (1) boas-vindas, apresentação dos oficineiros e da proposta; (2) mapeamento dos significados sociais sobre diversidade de gênero e sexualidade; (3) exibição de trechos de filmes; (4) produção de desenhos; (5) mapeamento de sentidos pessoais atribuídos à diversidade de gênero e sexualidade a partir do filme; (6) leitura compartilhada de excertos de textos; (7) roda de conversa e (8) produção de texto reflexiva.

DUONORMATIVIDADE: CATEGORIA ÚTIL PARA O ESTUDO DA RELAÇÃO LINGUAGEM-GÊNERO?

IRAN FERREIRA DE MELO

Compreende-se por linguagem inclusiva de gênero o conjunto de usos linguísticos que visam a dar representação a identidades de gênero historicamente alijadas (mulheres, pessoas trans e não-binárias). Muitas vezes, tais usos se textualizam por meio de disruptões nas gramáticas das línguas (novas engenharias morfossintáticas, neopronomes e outras) e esses registros têm sido mobilizados e analisados sob diferentes perspectivas dos estudos da linguagem. Esta roda encontra abrigo praxeológico na Linguística Aplicada e nos Estudos do Discurso com o objetivo de reunir textos que interroguem sobre distintas manifestações da linguagem inclusiva de gênero (linguagem feminista, não-binária), descrevendo suas formulações e interpretando seus efeitos de sentido. Aqui visamos a discutir o conceito de duonormatividade, para entender o funcionamento da linguagem inclusiva, objetivamente indagando: a duonormatividade categoria útil para o estudo da relação linguagem-gênero? Duonormatividade compreende a violência estrutural que torna compulsória a binariedade de gênero, inclusive no interior da transgeneridade. A mirada desta roda é pensar, sob lentes pós-estruturalistas, feministas e queer recorrentes hoje na Linguística Aplicada Transgressiva, nas teorias críticas da linguagem e nos estudos sobre políticas linguísticas, como esse conceito indexicaliza ações de ódio e violência contra a não binariedade, inclusive da linguagem. Trata-se aqui de um momento para refletir sobre a aplicabilidade da duonormatividade como item lexical que revela mecanismos históricos que uma linguagem inclusiva de gênero questiona. O proponente desta roda é doutor em Linguística (USP), professor de Linguística Queer, Análise Crítica do Discurso e Educação em Direitos Humanos (UFRPE/UFPE), coordenador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer-UFRPE) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Progel-UFRPE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFPE).

LESBIANIDADES E ESCRITA DE SI COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO E RESISTÊNCIA

ANDRESSA TEODORO ROSA, ELSON SANTOS SILVA

Em tempos em que o silêncio institucional se converte em política e o apagamento de nossas existências é reforçado por múltiplas violências, escrever-se pode ser, para muitas mulheres lésbicas, uma estratégia de resistência. Este minicurso propõe uma vivência teórico-prática centrada na escrita de si como prática de cuidado em saúde mental e como estratégia de resistência política, especialmente frente às experiências de lesbofobia intensificadas durante e após a pandemia da COVID-19. Partindo de uma abordagem psicossocial, aliada aos estudos narrativos (White & Epston, 2018) e lesbofeministas (Lorde, 2022; Rich, 2019; Falquet, 2006; Wittig, 2006) nos centraremos em como os registros autobiográficos — como diários, cartas, performances, podcasts e vídeos — podem funcionar como dispositivos de elaboração afetiva, produção de identidade e denúncia pública. O minicurso propõe um território de escuta, partilha e invenção coletiva, onde serão mobilizadas práticas de leitura e escrita. O encontro se dirige especialmente a pessoas que se autodenominam lésbicas e que desejem compreender e sustentar, política e afetivamente, o direito de existir e de dizer-se. Quanto a metodologia, as atividades

serão conduzidas por meio de práticas dialógicas e afetivas, que valorizam o saber situado e experiencial das participantes. Evita-se a aula expositiva como estrutura dominante, optando por uma metodologia horizontal e ativa, que estimula partilhas, elaboração de sentido e fortalecimento de vínculos. Percurso didático: 1. Acolhida e apresentação do território comum – breves partilhas voluntárias sobre expectativas e experiências. 2. Construção de conceitos e noções sobre a escrita de si como prática de cuidado e resistência 3. Escritas provocadas – exercícios livres a partir de disparadores temáticos (luto, raiva, afeto, corpo, futuro). 4. Leitura aberta e escuta anônima – partilha de trechos selecionados com leitura coletiva, mantendo o anonimato se desejado. 5. Encerramento

COMO CONSTRUIR UM CORPO TRANS? TIPOGRAFIAS COMO FERRAMENTAS DISSIDENTES

FELIPE GRASSINE DE OLIVEIRA

A proposta deriva da minha pesquisa de doutorado, que está em percurso de feita, intitulada “Corpos como projeto: queerizando práticas de representação”. A pesquisa investiga como o corpo dentro do campo de design e da produção de artefatos está marcada e presa em corpos cisgêneros. O Design enquanto campo traz a ergonomia como um caminho de validação de se fazer projeto com a premissa de que está projetando dentro de normas que atendam a população. Entretanto sabemos muito bem que as ferramentas antropométricas em sua maioria se baseiam em categorias de gênero pautadas na relação e congruência entre sexo e órgão genital. A partir dessa reflexão e de experiências com coletivos que envolvem design, arte e dissidência, a intenção desta oficina é gerar corpos a partir de tipografias. Muitos termos com que as letras são descritas por designers de tipos e caligrafias são emprestados da anatomia humana. As partes das letras são identificadas como partes do corpo, como por exemplo: a espinha dorsal de um “s”, o braço e a perna de um “k”, a orelha de um “g”, o olho de um “e” ou o ombro de um “n” entre outras terminologias que são nomeações de partes do corpo que também integram parte da tipografia. A oficina será separada em três momentos: 1. fazer tipografia dissidente com diversos materiais, 2. gerar tipografias chamadas como dingbats, 3. por fim, gerar cartazes e painéis com as tipografias produzidas.

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NOS TERREIROS DE UMBANDA E CANDOMBLÉ NO BRASIL

SILVIA BADIM MARQUES, IASMIN E. S. DOS SANTOS RODRIGUES

A denominação “terreiro” é dada ao local de realização do culto da maioria das religiões afro-brasileiras, certamente uma terminologia que faz remissão às condições dos sítios onde os terreiros eram implantados no início da sua estruturação no Brasil, deslocados para áreas mais escondidas e afastadas dos grandes centros urbanos. Religiões estas que se conformam em comunidades tradicionais, historicamente perseguidas e alvos de racismo, cujas histórias e culturas foram silenciadas e violentadas pelo modelo colonizatório europeu. Mas que guardaram em seus territórios saberes de seus antepassados, transmitidos de geração a geração, pela voz dos mais velhos, pelos cantos ancestrais, pelos Itans, pelo culto dos orixás, dos voduns e dos inquices (Nkisi). Sendo espaços de resistência da cultura e dos saberes advindos da África durante o período escravagista, portanto, os terreiros mostram-se como importantes espaços de escuta e aprendizado, para além da lógica branca, masculina e colonizadora que nos oprime. Pretende-se, nesta oficina, abordar a temática de gênero e diversidade sexual nos terreiros de umbanda e candomblé no Brasil, a partir da exibição do vídeo documentário fruto da pesquisa de pós doutoramento de Silvia Badim Marques, junto à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Após a exibição do vídeo, com duração de 20 minutos, será aberto o debate sobre o tema, buscando também identificar de que forma os terreiros apresentam-se como espaços de resistência que se aproxima da população LGBTI+ no Brasil, e como a cultura dos terreiros pode influenciar na luta por direitos desta população, tensionando o paradigma colonial que estrutura nossas políticas públicas e Universidades produtoras de conhecimentos. Ao final, pretende-se que os/as/es participantes possam produzir algum material inspirado na discussão sobre o tema, que pode ser uma poesia, um texto, um desenho ou algo que simbolize a discussão do tema para cada participante.

DESAFIOS E RESISTÊNCIAS: IDENTIDADES LÉSBICAS E MATERNIDADE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

DÉBORA PELUSO TAVARES, LEANDRO TEOFILO DE BRITO

Este trabalho apresenta uma oficina que proporciona um espaço de reflexão sobre as vivências de educadoras lésbicas e mães no contexto educacional, em âmbitos escolares e universitários. A oficina analisa as interseções entre identidade lésbica, maternidade e docência. O público-alvo são educadores, pesquisadores e profissionais da educação que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre práticas pedagógicas inclusivas e de resistência. A oficina será dividida em três módulos interativos: Módulo 1: Identidade Lésbica e Maternidade – Discussão teórica e prática sobre como a identidade lésbica e a maternidade influenciam a prática pedagógica. Módulo 2: Performatividade e Resistência na Docência – Reflexão sobre o conceito de performatividade de gênero (Butler, 1990) e atividades práticas para evidenciar como as educadoras podem subverter as normas de gênero e sexualidade na sala de aula. Módulo 3: Construção de Práticas Pedagógicas Inclusivas – Elaboração de estratégias pedagógicas para incluir identidades dissidentes em sala de aula. A metodologia será participativa e interativa, utilizando dinâmicas de grupo, discussões e simulações de situações reais. O objetivo é que as pessoas participantes possam, ao final da oficina, aplicar os conhecimentos adquiridos para promover a inclusão de diversas identidades de gênero e sexualidade no ambiente educacional.

PAINÉIS

TECNOPOLÍTICAS DA DISSIDÊNCIA, COLONIALISMO DE DADOS E VIOLÊNCIAS DIGITAIS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

BRUNA ANDRADE IRINEU, LARISSA PELÚCIO, MILENA LACERDA, FERNANDA PASIAN, MARIAH RAFAELA CORDEIRO GOZANDA SILVA

Este painel apresenta resultados parciais do eixo "Violência Digital e Colonialismo de Dados" da pesquisa Políticas públicas LGBTI+ na América Latina e Caribe, financiada pelo CNPq (Brasil). A investigação estrutura-se a partir da criação do Observatório LGBTI+ da Violência Digital e Colonialismo de Dados, com o objetivo de monitorar criticamente políticas digitais e violências algorítmicas, levantar estratégias de resistência e sistematizar narrativas contra-hegemônicas em sete países da região: Brasil, Argentina, México, Colômbia, Chile, Uruguai e Cuba. A pesquisa focaliza as formas contemporâneas de violência contra pessoas LGBTI+ produzidas, moduladas e renovadas por plataformas digitais, sistemas algorítmicos e regimes de dados, a partir das interseções entre infraestrutura tecnológica e as lógicas cis-heteronormativas, raciais e coloniais (Coudry & Mejias, 2019; Benjamin, 2019; Gago, 2020). Essa dinâmica de violência digital pode ser lida como parte do que Valencia (2010) denomina capitalismo gore, em que a espetacularização da violência e a precarização de vidas dissidentes são não apenas toleradas, mas funcionais à lógica de acumulação neoliberal e às formas necropolíticas de governo. Buscamos compreender como práticas de vigilância, censura automatizada e colonialismo de dados impactam essas populações, revelando mecanismos de exclusão e silenciamento (Morozov, 2018; Pelúcio, Irineu & Silva, 2023). No campo do monitoramento das políticas digitais nos 7 países, constata-se um crescimento na produção de documentos normativos e legislações nos países analisados. No entanto, esses marcos frequentemente desconsideram a complexidade das violências interseccionais de gênero, raça, etnia e sexualidade (Crenshaw, 1991; Curiel, 2020), ao mesmo tempo em que operam com soberanias informacionais limitadas, conferindo às Big Techs um poder quase exclusivo sobre os dados e os sentidos que deles emergem (Zuboff, 2019; Lippold & Faustino, 2022). Quanto ao mapeamento das violências digitais em 5 países dentre os 7 do escopo geral do projeto de pesquisa, o estudo já sistematizou 641 matérias jornalísticas produzidas em sete países latino-americanos, das quais 66 abordam diretamente violências algorítmicas, digitais e relacionadas a regimes de dados. Os dados apontam para uma intensificação desses episódios em contextos de inflexão política e retrocesso democrático, como a fala de Javier Milei - presidente da Argentina - em DAVOS e as mudanças na política de moderação da Meta, eventos que catalisam discursos de ódio e estratégias de silenciamento de corpos dissidentes (Massanari, 2015; De Seta, 2022). Tais momentos de inflexão operam como catalisadores de uma violência performativa e política que, segundo Valencia (2010), constitui uma marca estrutural do capitalismo gore, onde corpos transgressivos são tratados como

descartáveis e sua eliminação simbólica ou literal é integrada ao funcionamento do capital. Ao tornar visíveis os entrelaçamentos entre tecnopolíticas, colonialidades e desigualdades estruturais, esta pesquisa se insere no esforço de construção de epistemologias críticas do Sul Global, tensionando os usos das tecnologias como instrumentos de controle, mas também como potenciais espaços de resistência e disputa simbólica (Pelúcio, Irineu & Silva, 2023).

PREP AMÉRICA DO SUL: PRÁTICAS E RESULTADOS PRELIMINARES DE UM ESTUDO MULTICÊNTRICO, INTERDISCIPLINAR E DE ABORDAGEM ETNOGRÁFICA EM SAÚDE

KRIS HERIK DE OLIVEIRA, LUIZ FERNANDO GREINER BARP,
ANDRÉ LUIZ MACHADO DAS NEVES

Com início em dezembro de 2023 e duração prevista de três anos, o projeto PrEP América do Sul é uma pesquisa multicêntrica e interdisciplinar que busca compreender as experiências de acesso, uso e gestão da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP) em países sul-americanos. A iniciativa, financiada pelo Ministério da Saúde através do CNPQ, surge em atenção a três aspectos regionais: o aumento expressivo de pessoas vivendo com HIV; as desigualdades que impactam o acesso às estratégias de prevenção; a predominância de estudos clínicos e quantitativos neste campo de pesquisas. Apesar da eficácia comprovada da PrEP e sua recomendação pela OMS desde 2012, sua implementação tem sido marcada por barreiras estruturais, simbólicas e institucionais que afetam especialmente as populações mais vulnerabilizadas, como pessoas LGBTQIAPN+, negras e de baixa escolaridade. Com base em uma abordagem etnográfica e interseccional, o estudo envolve observação participante e cerca de 300 entrevistas com usuários da PrEP, profissionais de saúde e gestores, em 17 municípios do Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai. A pesquisa busca compreender como marcadores sociais como raça, classe, gênero, sexualidade e território moldam o acesso e a permanência na PrEP, além de analisar seus impactos nas vivências da sexualidade. Entre os resultados parciais, destaca-se a formação de uma ampla rede internacional de pesquisadores e a constatação de que o acesso à PrEP se revela seletivo, operando mais como um privilégio do que como um direito universal. Ainda, a construção de dois bancos de dados, sendo um mapeamento sistemático da produção científica global sobre PrEP e uma análise documental de políticas públicas de PrEP em três países sul-americanos. Ambos os bancos serão disponibilizados publicamente e visam subsidiar políticas de saúde mais equitativas e sensíveis às realidades de populações vulnerabilizadas. Outras informações podem ser obtidas pelo site: <https://prepamericadosul.uea.edu.br/>.

29 DE NOVEMBRO
16H A 18H

MINICURSOS E OFICINAS

COISA DE CINEMA: CORPOS DISSIDENTES EM PROJEÇÃO

DAYANNA LOUISE LEANDRO DOS SANTOS

Quantos corpos cabem/escapam no roteiro cinematográfico? Quais cores se apresentam vivas e pulsantes na tela do cinema? Compreendida não só como técnica, mas também como território permeado de cunho ideológico, a "sétima arte" tem produzido narrativas que tensionam o precário campo da cidadania brasileira ao difundir diversas possibilidades de ser e existir através de tramas, dramas, personagens, cortes, fotografias, sons, silêncios e desfechos. Neste sentido, a presente oficina destacará a importância da linguagem audiovisual enquanto ferramenta pedagógica, apresentando formas de utilizá-la na promoção dos direitos humanos. Será realizada uma sessão composta por filmes que problematizam, desafiam e transcendem a hegemonia disciplinar branca,

cisheteronormativa e colonial, instigando o público presente a analisar discursos a partir de experiências estéticas, bem como elaborar estratégias educativas a partir de narrativas filmicas. Por meio de alguns exercícios, também apresentaremos possibilidades de produção audiovisual no espaço escolar comprometida com os direitos humanos.

NARRATIVAS DISSIDENTES COM O CELULAR: OFICINA DE CRIAÇÃO DE VÍDEOS PARA CORPOS E VOZES QUE ESCAPAM DA NORMA

DÉBORA PELUSO TAVARES

Esta oficina tem como objetivo compartilhar conhecimentos técnicos e teóricos sobre a produção de vídeos com o celular, voltada especialmente à criação de narrativas audiovisuais por e para pessoas cujas vivências escapam das normas sociais impostas pela heterossexualidade compulsória, dissidentes de gênero e sexualidade. A proposta parte do entendimento de que os dispositivos móveis e as redes sociais oferecem hoje um espaço potente de expressão, visibilidade e resistência política, sobretudo quando colocados a serviço de histórias e corpos que não se enquadram nos modelos de desejo, identidade e aparência socialmente esperados. A oficina será um espaço de acolhimento e experimentação estética, onde participantes poderão aprender técnicas básicas de gravação, enquadramento, luz, som e edição de vídeos curtos com o celular (formato Reels, TikTok, entrevistas e autorretratos), articulando esses recursos a perguntas como: quem grava? quem aparece? quem narra? quem edita? o que nossos corpos dizem mesmo quando não falam? A abordagem metodológica combina estratégias ativas e afetivas de ensino: partilhas em roda, dinâmicas de criação em pequenos grupos, uso de aplicativos gratuitos, exercícios práticos de gravação com o celular e momentos de exibição e escuta coletiva. Ao longo do percurso, a oficina convida os participantes a refletirem sobre autoria, performatividade de gênero, enunciação, citacionalidade e autocuidado enquanto prática política e pedagógica. Não é necessário ter experiência prévia com audiovisual. A oficina se destina a estudantes, pesquisadores, educadores e ativistas que desejem experimentar o vídeo como ferramenta de invenção, memória e mobilização. Percurso: Apresentação e escuta dos participantes; Breve introdução ao uso do celular para criação de vídeo; Exercício prático: criação de um vídeo curto em grupo; Compartilhamento e conversa final

REINVENTANDO A ESCOLA: LINGUAGEM, IDENTIDADES E A LUTA POR ESPAÇOS PLURAIS

CLODOALDO FERREIRA FERNANDES DA SILVA, JOSÉ
RIBEIRO PANTALEÃO NETO

Este minicurso objetiva promover reflexões e práticas pedagógicas que discutam a inclusão de identidades sexuais e de gênero em contexto escolar a partir de uma proposta crítica da linguagem, que compreende que ela se insere em práticas sociais e constrói sentidos e realidades no mundo, (re) produzindo práticas discriminatórias. Fundamentado em estudos da trans-homocultura e nos debates contemporâneos sobre diversidade sexual, o curso propõe experiências formativas com base em metodologias ativas que instiguem a escuta, o diálogo e a criação coletiva. Além disso, a linguagem, neste contexto, será entendida como ferramenta de poder e transformação, sendo essencial na construção de ambientes escolares mais inclusivos. Durante o curso, serão discutidas as implicações do uso de pronomes, nomes sociais, marcadores de gênero e expressões que (re)produzem violências simbólicas ou promovem o respeito às múltiplas existências. Serão mobilizados dispositivos pedagógicos que elencam, estudo de casos, experiências cotidianas da sala de aula; análise de materiais didáticos e elaboração de ações educativas, considerando o escopo teórico entrecruzado pela interseccionalidade entre gênero, raça, sexualidades e classe. O percurso didático articula saberes que envolvem uma praxiologia, incentivando a participação ativa e colaborativa dos(as) cursistas, educadores(as), pesquisadores(as) e demais interessados(as). Ao final, propõe-se uma atividade prática de planejamento de ações inclusivas a serem implementadas em espaços educativos, promovendo o compromisso com a transformação social por meio da linguagem.

COMPETÊNCIA CULTURAL EM AÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA CONTEXTOS DE DIVERSIDADE E INTERSECCIONALIDADE

NATALIA SASDELLI, DENIS ROBERTO ZAMIGNANI

Este minicurso propõe a adaptação de um modelo de treinamento de competência cultural originalmente desenvolvido para terapeutas analítico-comportamentais, visando a formação de profissionais da saúde e educação para atuação em contextos marcados por diversidade cultural, interseccionalidade e desigualdades estruturais. Com base no Modelo Tripartite, na abordagem ecológica das diretrizes multiculturais da APA (2017) e na orientação multicultural de Hook et al. (2017), o curso busca desenvolver repertórios de consciência crítica, conhecimento específico e habilidades práticas para intervenção culturalmente sensível. O treinamento combina exposição teórica com métodos ativos de aprendizagem, como análise de vídeos com depoimentos de pessoas LGBTQIAPN+, discussão de casos e feedback estruturado. O objetivo é aprimorar a capacidade dos(as) profissionais de reconhecer e responder a micro agressões, adaptar estratégias pedagógicas e de cuidado, e construir ambientes educativos e de saúde mais inclusivos e afirmativos. Ao integrar práticas baseadas em evidência com abordagens participativas, o minicurso oferece um modelo replicável e responsivo às demandas de populações historicamente marginalizadas. Espera-se, com isso, contribuir para a promoção de justiça social, respeito à diversidade e fortalecimento de práticas profissionais éticas e comprometidas com os direitos humanos.

VÍSCERAS NEOLIBERAIS: CAPITALISMO GORE, TRANSFEMINISMO E A TEORIA DA ACUMULAÇÃO PELA VIOLÊNCIA

MATEUS DE MELO ALBUQUERQUE

Chegou ao Brasil, a partir do selo sob influência edições, uma tradução e edição nacionais para Capitalismo gore, obra da mexicana Sayak Valencia, doutora em Filosofia, Teoria e Crítica Feminista, cujos interesses de pesquisa variam entre: transfeminismo, feminismo chicano, feminismo descolonial, pós-colonial, arte e teoria queer, mas não apenas. Mesmo com o atraso de 15 anos que separam a primeira edição do livro e a sua chegada às estantes de livrarias brasileiras, a sua atualidade e importância permanecem intactas. Este minicurso tem como objetivo realizar um mergulho na obra "Capitalismo gore", através de uma incursão detalhada de cada um dos capítulos do livro, utilizando-se de uma metodologia principalmente expositiva da teoria "gore", mas recorrendo também a outras fontes de referência para aprofundar e contextualizar as teorias contidas no livro: notícias jornalísticas, obras de arte e filmes serão alguns dos materiais de apoio utilizados. Se para Marx o processo de acumulação capitalista se dá através do acúmulo de mercadorias e da força de produção transformada em mais-valor, no contexto do capitalismo gore, esse acúmulo é calculado a partir do número de mortes concentradas nas mãos de "sujeitos endríagos", os empreendedores gore. A partir das críticas feitas por Sayak Valencia à apropriação que o capitalismo, em sua virada neoliberal, faz da violência como ferramenta de acumulação, o minicurso contribui para uma crítica da violência no contexto latino americano tendo como ponto de partida uma perspectiva transfeminista.

OFICINA: “LAMBE O DESVIO – CARTOGRAFIAS DO PRAZER E DA DISSIDÊNCIA”

ANA LUA PEREIRA MOUSINHO, LUCAS ARAÚJO DE LIMA

Esta oficina propõe a criação de lambe-lambes como forma de expressão das sexualidades dissidentes, partindo das vivências urbanas, dos corpos desviantes e dos atravessamentos da cidade-corpo. Baseamo-nos nos conceitos de Michel Foucault e Paul B. Preciado, que entendem a cidade como um território onde convivem tanto a opressão quanto a libertação dos corpos LGBTQIAPN+. O lambe-lambe, com sua natureza efêmera e pública, será utilizado como ferramenta poética para marcar a cidade, desdobrar mapas de prazer e reivindicar contraespaços. Cada lambe será um grito silencioso de insubmissão e presença. Iniciaremos com uma conversa sobre heterotopia (Foucault), compreendida como espaços reais que subvertem ou contestam as normas sociais. Vamos também discutir o conceito de corpografia transumana, trazendo a ideia de que nossos corpos são mapas vivos em constante transformação. Inspirados pela

pós-pornografia de Preciado, abordaremos a recusa da pornografia hegemônica e a celebração de corpos dissidentes como potências de prazer e invenção. A partir desses conceitos, entenderemos o lambe-lambe como uma prática de corpografia urbana, capaz de tatuar a cidade com rastros de desejos desviantes. Objetivos da Oficina: Promover a criação autoral de lambe-lambes como formas de expressão da dissidência; Discutir conceitos de heterotopia, corpografia e pós-pornografia com base nas experiências pessoais dos participantes; Estimular a apropriação do espaço urbano como campo legítimo de manifestação de desejos e resistências; Incentivar a autonomia criativa de corpos LGBTQIAPN+, fortalecendo suas vozes no espaço público.

PAINÉIS

POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL EM QUESTÃO

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE, SIMONE BRANDÃO
SOUZA, JÚLIA SPIGOLON XAVIER, JAQUELINE GOMES DE
JESUS, BRUNA ANDRADE IRINEU

O Brasil tem sido reconhecido como pioneiro na formulação de políticas públicas voltadas à população LGBTI+ no cenário internacional, exercendo influência expressiva na América Latina e Caribe. No campo jurídico-legal, a Argentina destaca-se com marcos fundamentais, como a Lei de Identidade de Gênero (2012) e o matrimônio igualitário (2010), seguidos por avanços no Uruguai (2009; 2013) e na criminalização da homofobia no Chile (2012). Países como Brasil (2013) e Colômbia (2016) também avançaram, impulsionados por decisões judiciais que garantiram o casamento igualitário. Tais conquistas reverberaram em outros contextos latino-americanos, como México e Cuba, que regulamentaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2022. Paralelamente, intensificaram-se, a partir de 2018, ofensivas conservadoras antigênero e anti-LGBTI+. Essas ofensivas têm instrumentalizado direitos sexuais e reprodutivos em disputas eleitorais, mobilizando desinformação e pânico morais. Durante a pandemia de COVID-19, países como Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai estavam sob governos de direita, mas pleitos recentes resultaram na eleição de governos progressistas em alguns desses contextos. Entretanto, a incorporação da agenda de direitos LGBTI+ por uma lógica neoliberal tem promovido avanços simbólicos que não enfrentam as raízes das desigualdades, agravado pela crise estrutural do capital, que aprofunda a concentração de riquezas e a precarização do trabalho. Neste cenário, a proposta da mesa articula um estudo comparativo entre sete países, como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba e México e Uruguai, analisando as interseções entre políticas e direitos LGBTI+. O objetivo é contribuir para o debate crítico sobre as políticas públicas voltadas a população LGBTQI+ na América Latina e Caribe.

TURISMO E DIVERSIDADE LGBTQIAPN+: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA (2010–2023)

JOAO VITOR DA SILVA SEMENSATO, FAUSI KALAOU, CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES

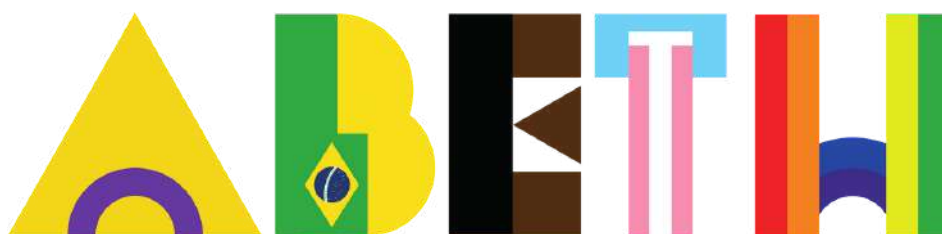
A proposta deste painel apresenta os principais achados de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) sobre turismo e diversidade LGBTQIAPN+, com foco exclusivo na produção científica brasileira publicada entre os anos de 2010 e 2023. A investigação está vinculada a um projeto institucional maior que articula ações de pesquisa, ensino e extensão com o objetivo de promover práticas mais inclusivas no setor turístico. O estudo foi desenvolvido no âmbito da graduação em Turismo da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e conta com a orientação de dois docentes, incluindo um professor doutor da Universidade Federal do Paraná, garantindo solidez acadêmica à proposta. A pesquisa teve como objetivo mapear a literatura nacional que discute turismo e a população LGBTQIAPN+, com ênfase em temas como consumo, hospitalidade, exclusão social, representatividade e práticas de inclusão. O método adotado foi a RSL, ancorada no protocolo PRISMA, reconhecido por sua padronização e rigor científico. As buscas foram realizadas exclusivamente na base "Publicações de Turismo", utilizando palavras-chave estratégicas como

"LGBT", "travestis", "transexuais" e "homossexual", resultando na seleção final de oito artigos empíricos que atendiam aos critérios de inclusão. Os resultados revelaram que, apesar do crescimento do campo, a maioria das publicações ainda privilegia o perfil de turistas gays e lésbicas, deixando à margem subgrupos como pessoas transexuais, travestis, intersexo, não-binárias e idosos LGBTQIAPN+. Identificou-se também a ausência de recortes regionais e interseccionais, além da predominância de abordagens quantitativas e teóricas em detrimento de métodos qualitativos que

considerem as vivências subjetivas dos sujeitos pesquisados. A partir da análise, o painel propõe recomendações para pesquisas futuras e para o desenvolvimento de políticas públicas e ações mercadológicas voltadas à hospitalidade inclusiva e ao respeito à diversidade de gênero e sexualidade no turismo brasileiro.

XII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA TRANS-HOMOCULTURA

REALIZAÇÃO



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA TRANS-HOMOCULTURA

APOIO E PATROCÍNIO

